INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Polarização e vulnerabilidade urbana. 'Periferias' do planeamento e das políticas públicas na Área Metropolitana de Lisboa

Sebastião Ferreira de Almeida Santos

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Orientadores(as):

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora associada com agregação, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Ana Isabel Loupa Ramos, Professora auxiliar, Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

Doutor Alexandre Bacelar Gonçalves, Professor auxiliar, Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

Dez,2022

TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Polarização e vulnerabilidade urbana. 'Periferias' do planeamento e das políticas públicas na Área Metropolitana de Lisboa

Sebastião Ferreira de Almeida Santos

Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Júri:

Doutora Mónica Pacheco, Professora Auxiliar, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Doutor João Rafael Marques Santos, Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa
Doutor, Jorge Manuel Gonçalves, Professor Auxiliar com Agregação, Instituto Superior Técnico
Doutor André Carmo, Professor Auxiliar, Universidade de Évora
Doutor Paulo Tormenta Pinto, Professor Catedrático, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Doutor Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa, Professor Associado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Associada com Agregação, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dez,2022

Dedico esta dissertação aos meus pais porque são a génese e a força motriz de todas as possibilidades da minha vida

Agradecimento

Aos meus orientadores Fátima, Alexandre e Isabel, por todo o apoio, conhecimento e amizade concedida ao longo desta longa jornada.

Aos meus pais a sua inabalável dedicação, bem como as perspetivas e a educação com que me formaram. Em especial agradeço ao meu pai o cuidadoso trabalho de revisão e as ideias trocadas ao longo da investigação. À minha irmã, pelos conselhos e pelas intermináveis conversas sobre o processo de escrita.

À Márcia Saldanha. Sem ela nada teria sido possível. Pelas constantes partilhas de perspetivas, por me relembrar que existe sempre um propósito e uma insondável linha no horizonte para a qual caminhamos, nos momentos bons e nos mais desafiantes.

Aos meus amigos e à minha família – o quotidiano vivo que nos permite manter a alegria e a consciência das diversas cores que compõem o mundo.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia que financiou esta dissertação.
.

Fontes de financiamento

Esta dissertação foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) SFRH/BD/108521/2015

Resumo

O agravamento das assimetrias na sociedade e no território contemporâneos justifica a crescente relevância destas temáticas no debate científico dedicado aos estudos urbanos e territoriais. A presente tese pretende contribuir para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a condição desigual do território português, tendo como objeto de estudo a Área Metropolitana de Lisboa. A investigação desenvolvida possui os seguintes objetivos: i) tipificar e mapear fenómenos de polarização urbana; (ii) contextualizar os fatores que explicam esses fenómenos nos ciclos económicos e políticos; iii) apresentar as vulnerabilidades e os riscos que afetam as comunidades e os territórios identificados. Para este efeito, foi definida uma metodologia mista assente em técnicas de análise estatística e de georreferenciação espacial que permitiram uma interpretação dos contrastes existentes a nível metropolitano, bem como uma combinação de métodos qualitativos que possibilitou uma aproximação à realidade quotidiana dos lugares e dos seus intervenientes locais. Considerou-se na proposta metodológica adotada, a sua utilidade futura, enquanto instrumento de apoio à definição de políticas públicas e opções de planeamento. Os resultados obtidos permitiram associar a forte polarização do território metropolitano a um conjunto diverso de vulnerabilidades socioeconómicas, ambientais e institucionais. Defende-se que estas vulnerabilidades resultam de processos de *periferização* criados no âmbito de decisões político-económicas. Neste sentido, aponta-se para a necessidade de reforçar o quadro de políticas de desenvolvimento territorial que visem reverter o contexto de polarização socioeconómica e espacial observado, melhorar a qualidade de vida das populações e incrementar a sustentabilidade ambiental deste território.

Palavras-chave: Área Metropolitana de Lisboa, polarização e desigualdade urbana, vulnerabilidade, periferização, políticas públicas e planeamento territorial

Abstract

The worsening of inequalities in contemporary society and territory justify the growing relevance of these issues in the scientific debate focused on urban and territorial studies. This thesis seeks to extend and deepen the knowledge regarding the unequal condition of the Portuguese territory, having as a case-study the Lisbon Metropolitan Area. The developed research aims to: (i) typify and map urban polarization processes; (ii) frame the explanatory factors that explore these processes in terms of economic and political cycles; (iii) present the set of vulnerabilities and risks that affect the identified communities and territories. For this purpose, a mixed methodology was defined, including statistical analysis and spatial georeferencing techniques, which allowed for the interpretation of the metropolitan contrasts, as well as a combination of qualitative methods that enabled an approximation towards the daily reality of places and of their local actors. In the adopted methodological approach, its future usefulness as a support instrument for the definition of public policies and planning options was taken into account. Results show that the strong polarization of metropolitan territory relates to a set of socio-economic, environmental and institutional vulnerabilities. It is argued that these vulnerabilities are an outcome of peripheralisation processes generated within the scope of political and economic decisions. It is concluded, for the purpose of reinforcing the framework of territorial development policies aimed at reversing the observed context of socio-economic and spatial polarization, improving the quality of life of the populations and increasing the environmental sustainability of said territory.

Keywords: Lisbon Metropolitan Area, polarization and urban inequality, vulnerability, peripheralisation, public policies and territorial planning

Índice

Agradecimento iii

Resumo v

Abstract vii

Capítulo I. Introdução 1

Capítulo II. Assimetrias do processo de urbanização ao longo da história 7

2.1. Introdução 7

2.2. Antes da cidade. Do ambiente providencial ao território de produção agrícola 8

2.3 A cidade da antiguidade clássica. Da produção agrícola à invenção da política 9

2.4 A cidade medieval. Do colapso urbano à génese do mercado e do Estado Nação 19

2.5 A metrópole industrial. Do capitalismo internacional ao Estado Social 31

2.6 A metápole. Do Estado Social ao neoliberalismo 72

2.7 Síntese 135

Capítulo III. A produção de conhecimento no âmbito de territórios cada vez mais contrastantes e vulneráveis. Alicerce de uma proposta metodológica 137

3.1. Introdução 137

3.2. A AML enquanto território fragmentado e assimétrico 140

3.3 Tipologias de fenómenos de diferenciação metropolitana e a sua contextualização na AML 143

3.3.1 Desindustrialização ou declínio urbano 144

3.3.2 Expansão Metropolitana Intensiva 147

3.3.3 Gentrificação 152

3.3.4 Declínio Rural Metropolitano 156

3.3.5 Privação e urbanização da pobreza 162

3.4 Aplicação de métodos quantitativos no mapeamento de fenómenos de polarização urbana na AML 169

3.4.1 Análise estatística na identificação de fenómenos de polarização territorial 169

3.4.2 Descrição do método adotado no âmbito do mapeamento de fenómenos de polarização urbana na AML 173

3.5 Aplicação de métodos qualitativos na investigação sobre fenómenos de polarização urbana na AML 188

3.6 Síntese 191

Capítulo IV. 'Periferias' do planeamento e das políticas no contexto da AML 193
4.1 Introdução 193
4.2 Territórios em desindustrialização ou declínio urbano 193
4.2.1 Interpretação do mapeamento obtido 196
4.2.2 Análise dos fenómenos de desindustrialização e declínio urbano à escala local 201
4.2.2.1 Barreiro 201
4.2.2.2 Venda Nova 215
4.2.3 Síntese 226
4.3 Territórios de expansão metropolitana intensiva 230
4.3.1 Interpretação do mapeamento obtido 233
4.3.2 Análise dos fenómenos de expansão metropolitana intensiva à escala local 243
4.3.2.1 Quinta do Anjo 243
4.3.2.2 Venda do Pinheiro 258
4.3.3 Síntese 267
4.4 Territórios em gentrificação 271
4.4.1 Interpretação do mapeamento obtido 274
4.4.2 Análise dos fenómenos de gentrificação à escala local 283
4.4.2.1 São Cristovão e São Lourenço 283
4.4.2.2 Mercês 299
23 Síntese 312
4.5 Territórios rurais metropolitanos em declínio 317
4.5.1 Interpretação do mapeamento obtido 320
4.5.2 Análise dos fenómenos de declínio rural metropolitano à escala local 327
4.5.2.1 Canha 328
4.5.2.2 Cachoeiras 342
4.5.3 Síntese 348
4.6 Territórios em privação ou urbanização da pobreza 351
4.6.1 Interpretação do mapeamento obtido 356
4.6.2 Análise dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza à escala local 366
4.6.2.1 Camarate 367
4.6.2.2 Mina 380
4.6.3 Síntese 390

Capítulo V. Conclusão 397

Referências Bibliográficas 407

Anexos 447

Índice de figuras

Figura 1 - Mural representativo descoberto em Çatalhüyük 8
Figura 2 - Modelo de ocupação cidade pré-industrial 10
Figura 3 - A estrutura espacial da Polis 12
Figura 4 - Plano de Mileto 13
Figura 5 - Planta de José Luís Tinoco. Lisboa Medieval 20
Figura 6 - Rua Nova dos Mercadores, Lisboa 22
Figura 7 - Plano da Baixa Pombalina de Manuel da Maia e Eugénio dos Santos 28
Figura 8 - Abertura da Avenue de L'Opéra: Butte des Moulins 29
Figura 9 - Imagem aérea de 1920 do palácio do vice-rei em Nova Delhi 30
Figura 10 - Mapa da pobreza em Londres realizado por Charles Booth 37
Figura 11 - "Five cents a spot" 37
Figura 12 - Mapeamento dos surtos de cólera em Londres 38
Figura 13 - Sistema urbano de Losch representando aglomerações, lugares centrais e áreas de Mercado 48
Figura 14 - Teoria de Burgess. Zonamento concêntrico da metrópole industrial 49
Figura 15 – Modelo da cidade-jardim 52
Figura 16 - Broadacre-City 57
Figura 17 - Plano de Le Corbusier. Ville radieuse 59
Figura 18 - Exposição Internacional – Bienal de Veneza – Outubro de 2010 60
Figura 19 - Curva de Kuznets 65
Figura 20 - Evolução da % do rendimento nacional acumulado nos 10% da população 97
Figura 21 - Resultados de investigação de Richard Florida para o Jornal The Atlantic 99
Figura 22 - City of London – Centro financeiro global 100
Figura 23 - Zona informal em Nova Delhi 112
Figura 24 - Regiões atrasadas de baixo crescimento na União Europeia 115
Figura 25 - Índice de vulnerabilidade à globalização na União Europeia 115
Figura 26 - Diagrama síntese da investigação 139
Figura 27 - Localização e distribuição de concelhos na AML 141
Figura 28 - Mapeamento da Privação e Urbanização da Pobreza. Zonas identificadas na freguesia do Barreiro 204
Figura 29 - Parque Baía do Tejo 208
Figura 30 - Urbanização expectante na Avenida Marginal 208
Figura 31 - Plano de Urbanização da Quimiparque 209
Figura 32 - Projeto proposto para a Quinta Braamcamp 212

Figura 33 - Mapeamento das zonas em Privação e Urbanização da Pobreza à escala da subsecção. Zonas identificadas na freguesia de Venda Nova 216
Figura 34 - Bairro 6 de Maio 218
Figura 35 - Demolição das duas últimas casas no Bairro 6 de Maio 218
Figura 36 - 1980. Antiga Fábrica da Sorefame 220
Figura 37 - Carta 3, UOP3, Planos Urbanização/Pormenor, eficazes e previstos 222
Figura 38 - Habitações restantes do Bairro 6 de Maio no concelho da Amadora junto a ruínas industriais 223
Figura 39 - Plano de Urbanização do Centro de Serviços da Falagueira e área residencial / Imagem aérea na actualidade 224
Figura 40 - Representação da evolução da mancha urbana na Quinta do Anjo com base na Carta de Ocupação do Solo 249
Figura 41 - Representação dos principais usos do solo na freguesia de Quinta do Anjo 250
Figura 42 - Palmela Village 250
Figura 43 - AUGI Quinta da Marquesa (parte inf.) - Autoeuropa (parte sup.) 252
Figura 44 - AUGI Quinta da Marquesa 253
Figura 45 - Parque ecológico e intermodal de Venda do Pinheiro 261
Figura 46 - Representação da evolução dos processos de urbanização em Venda do Pinheiro tendo como referência a Carta de Ocupação do Solo 264
Figura 47 - Rua do Painel – Venda do Pinheiro 264
Figura 48 - Registos de Alojamento Local na CML entre 2010-2015 277
Figura 49 - Distribuição geográfica dos registos de Alojamento local em Lisboa 277
Figura 50 - Lisboa - Mapeamento dos contextos de privação/urbanização da pobreza, à escala da subsecção 285
Figura 51 - Lisboa. Georreferenciação de Alojamentos Locais em 2021 com base na informação disponibilizada pelo turismo de Portugal 289
Figura 52 - Manifestação Rock in Riot – Ocupar as Ruas, Reclamar a cidade 290
Figura 53 - Sardinhada Solidária – Rua dos Lagares, Mouraria 291
Figura 54 - Sem abrigo a dormir junto a um banco no Rossio 295
Figura 55 - Mercearia Adriano Duque Lda., junto à Igreja de São Cristóvão e São Lourenço 298
Figura 56 - Freguesia de Mercês. Mapeamento dos Alojamentos Locais registados em 2021 com base na informação disponibilizada pelo Turismo de Portugal 301
Figura 57 - Protestos contra despejos em Lisboa 305
Figura 58 - Multidão dificultando passagem de ambulância no Bairro Alto 310
Figura 59 - Miradouro após reabertura, reabilitado e com sistema de videovigilância 311
Figura 60 - Freguesia de Canha. 'Foros', incluindo habitações e agricultura de subsistência 332
Figura 61 –Mapa síntese das condicionantes do PDM do Montijo 338
Figura 62 - População envelhecida no café 'Castelo', Canha 341

Figura 63 - Mapa síntese das condicionantes do PDM de Vila Franca de Xira 344
Figura 64 - Freguesia de Cachoeiras. Quinta da Granja 347
Figura 65 - Carta dos BIP/ZIP, município de Lisboa 363
Figura 66 - Município de Lisboa: Mapeamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza à escala da freguesia 363
Figura 67 - Mapeamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza à escala da subsecção 364
Figura 68 - Freguesias elegíveis a Operações Integradas Locais e Comunidades Desfavorecidas Prioritárias 366
Figura 69 - Bairro da Torre 370
Figura 70 - Bairro da Torre 370
Figura 71 - Bairro da Torre 370
Figura 72 - Manifestação de moradores do Bairro da Torre e do Bairro da Jamaika 372
Figura 73 - Moradores procuram os seus bens no rescaldo de incêndio no Bairro da Torre 372
Figura 74 - Camarate. Sobreposição do mapeamento correspondente aos fenómenos privação e urbanização da pobreza com às áreas em risco identificadas no âmbito do PDM de Loures 373
Figura 75 - Bairro de São Benedito – área urbana de génese ilegal construída sobre vertentes instáveis 374
Figura 76 - Deposição de lixo na freguesia de Camarate 376
Figura 77 - Mapeamento dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza à escala da subsecção. Bairro de Santa Filomena, freguesia de Mina 380
Figura 78 - Área ocupada por barracas no Bairro de Santa Filomena 383
Figura 79 - Bairro de Santa Filomena após processo de demolição de barracas 383
Figura 80 - Moradora olha o antigo lugar do Bairro de Santa Filomena onde no lugar das casas surgiram hortas 386
Figura 81 - Sucupira BSF. Clube de Futebol do Bairro de Santa Filomena 386
Figura 82 - Ruínas de demolição no Bairro de Santa Filomena 386

Índice de tabelas

Tabela 1 - Paradigmas ou modelos-tipo de planeamento 129
Tabela 2 - Caracterização-síntese das tipologias de fenómenos de polarização metropolitana em análise 175
Tabela 3 - Número total de variáveis por tipologia 176
Tabela 4 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de desindustrialização ou declínio urbano 178
Tabela 5 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de expansão metropolitana intensiva 179
Tabela 6 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de gentrificação 180
Tabela 7 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de declínio rural metropolitano 181
Tabela 8 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza 182
Tabela 9 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza (subsecção) 183
Tabela 10 - Casos de estudo selecionados na AML 189

Índice de mapeamentos

MAP1 - Mapeamento dos territórios em desindustrialização ou declínio urbano na AML 194
MAP1A - Exemplos de territórios em desindustrialização ou declínio urbano na AML 195
MAP2 – Mapeamento dos territórios de expansão metropolitana intensiva na AML 231
MAP2A – Exemplos de territórios de expansão metropolitana intensiva na AML 232
MAP3 – Mapeamento dos territórios em gentrificação na AML 272
MAP3A – Exemplos de territórios em gentrificação na AML 273
MAP4 – Mapeamento dos territórios rurais metropolitanos em declínio na AML 318
MAP4A – Exemplos de territórios rurais metropolitanos em declínio na AML 319
MAP5 – Mapeamento dos territórios em privação ou urbanização da pobreza na AML (freguesia) 352
MAP5A – Exemplos de territórios em privação ou urbanização da pobreza na AML (freguesia) 353
MAP6 - Mapeamento dos territórios em privação ou urbanização da pobreza na AML (subsecção) 354
MAP6A – Exemplos de territórios em privação ou urbanização da pobreza na AML (subsecção) 355

CAPÍTULO I

Introdução

A proposta inicial da investigação agora apresentada consistia na avaliação da vulnerabilidade da Área Metropolitana de Lisboa perante a eventualidade de um cenário extremo. Este propósito envolvia o recurso a conceitos como *incerteza, risco, resiliência* e, nessa medida, aceitava a premissa de um panorama de crises (climáticas, ambientais, energéticas, políticas, económicas) inevitáveis com combinações e impactes potencialmente sistémicos capazes de comprometer o futuro da região. Neste âmbito, perspetivou-se a construção de cenários extremos, entendidos enquanto instrumentos analíticos e operativos, ou seja, uma forma de avaliar a vulnerabilidade do sistema urbano nas suas diversas dimensões (sociais, económicas, ecológicas, físicas, políticas), e de propor estratégias de mitigação de risco no âmbito do planeamento e das políticas públicas.

A complexidade e abrangência da proposta equacionada, constituiu desde a sua génese um desafio de complexidade elevada. Que cenário(s) extremo(s) deveriam ser considerados? Falência energética, crise económica mundial, sismos, alterações climáticas? Havia o risco da investigação de doutoramento se tornar demasiado especulativa. Dificilmente se anteveria a emergência de uma crise pandémica global (2020), ou de uma Guerra na Europa (2022). Um intercâmbio de investigação realizado em Nova Delhi (Índia)[1] em 2015, veio reconfigurar as metodologias e hipóteses iniciais. Na Índia, o objetivo da investigação consistiu em tentar perceber as causas das vulnerabilidades urbanas da capital, bem como as estratégias de sustentabilidade ou resiliência que estariam a ser adotadas para as resolver. Nova Delhi é uma megacidade com mais de 20 milhões de habitantes. É a cidade mais poluída do Mundo, marcada pela pobreza e a desigualdade extrema. No seu vasto território proliferam as favelas e, paradoxalmente, as habitações de luxo; predominam, também, ausências graves, como as de redes de abastecimento de água, esgotos ou serviços públicos – não raro associadas a contextos de doença endémicos. O confronto com estes extremos – o tal cenário catastrófico de vulnerabilidade –, permitiu tomar consciência da globalização de certas dinâmicas insustentáveis que, embora ocorram com maior intensidade nas cidades do sul global, também afetam as cidades ocidentais.

De súbito, os migrantes que escapavam da fome dos meios rurais na Índia, devido ao '*landgrabbing'* e à abertura dos mercados avolumando-se nas grandes áreas informais de Nova Delhi, estavam mais próximos do morador de uma cidade, expulso pelos processos de

[1] Projeto Marie Curie – Crossing Borders. Knowledge, Innovation and Technology. Centre for the Study of Science Policy (CSSP), School of Social Sciences, Jawaharlal Nehru University (New Delhi, Índia)

gentrificação e de mercantilização urbana; mais próximo dos operários que perderam o emprego com a deslocação das indústrias para lugares mais lucrativos; mais próximo das populações em privação, nas zonas pobres e periféricas das cidades que assistem à degradação dos seus bairros e das suas expectativas ou, não menos relevante, da população envelhecida das zonas rurais, progressivamente despovoadas e desguarnecidas. Mas, além do mais, era possível relacionar estes fenómenos com um conjunto de fatores macroestruturais económicos e políticos, responsáveis pelo agravamento das assimetrias territoriais e sociais. O mais surpreendente foi o aluimento dos conceitos e certezas que constituíam a 'mochila' de conhecimento – um 'olhar' do Norte Global sobre o Sul Global – e a renovação da perspetiva sobre o objeto de estudo de que se ocupará esta tese: a Área Metropolitana de Lisboa, tendo como referência as aprendizagens ocorridas no contexto de uma área urbana do Sul Global. Uma espécie de *colonização inversa* das premissas iniciais.

No âmbito da realização de um conjunto de entrevistas a investigadores e atores da administração pública Indiana, ocorreu a primeira desconstrução a nível conceptual. Muitos dos conceitos norteadores da agenda política e científica, bem como dos modelos de desenvolvimento urbano tais como *resiliência, sustentabilidade, planeamento, governança participativa* ou *cidades inteligentes* adquiriram novos significados que contrariam a aparente capa de neutralidade que lhes estamos habituados a conferir no Ocidente. A resiliência não se constituía como solução de fundo ou ato heroico, não era sequer uma premissa de desenvolvimento; significava apenas a condição real das populações pobres, obrigadas a adaptar-se a um contexto desfavorável. De resto, não seria improvável que as agendas científicas relacionadas com a resiliência pudessem colidir com os interesses das comunidades visadas. A sustentabilidade era apreendida enquanto termo contraditório, cujas falhas de articulação entre os aspetos ambientais, sociais e políticos ocultava, no fundo, a sua captação no âmbito de outros interesses mais vastos. Já o sistema de planeamento moderno – outra 'herança' importada do Ocidente – alicerçado no plano, no zonamento, em regulações e previsões de expansão urbana, era considerada um instrumento obsoleto e continuamente desatualizado, à medida que Nova Deli se expande informalmente e que as lógicas da globalização económica e financeira assumem o papel de principal produtor da cidade. Por fim, assistiu-se ao enquadramento das *Smart Cities* enquanto prática de um *urbanismo simbólico*, pouco justificável, dada a existência de problemas urbanos críticos que carecem de resolução. Entre estes, o facto de grande parte da população viver ainda em condições extremas de exclusão e precariedade, carecendo de habitação, serviços básicos, ou até de infraestruturas de saneamento e de abastecimento de água (Santos *et al*., 2017).

A reflexão crítica a nível conceptual, decorrente da experiência em Nova Deli, refletiu-se no questionamento do quadro metodológico inicial. Na investigação realizada, tornou-se evidente que as vulnerabilidades e incertezas urbanas não dependem exclusivamente de um

cenário extremo eventual; na realidade, precedem-no, sendo maioritariamente subsidiárias das profundas assimetrias existentes de território para território, e entre camadas da população. Em suma, e usando uma analogia, estaríamos a considerar um incêndio – o cenário extremo –, de forma a avaliar a vulnerabilidade urbana. Descobrimos que ele já progredia em lume brando e que qualquer cenário disruptivo apenas realça o nexo entre as desigualdades e fragilidades pré-existentes.

O confronto com uma cidade e um país de fenómenos extremos, amplia(-nos) a perspetiva sobre os nossos próprios contextos. As premissas de investigação iniciais alterar-se-iam significativamente após esta experiência. A vulnerabilidade enquadrada enquanto função do nível de assimetrias territoriais, ganhou uma relevância renovada no âmbito da dissertação. A Área Metropolitana de Lisboa, tornou-se subitamente menos distante de Área Metropolitana de Nova Deli, constituindo-se como um observatório privilegiado para testar esta hipótese, dado a sua dimensão, complexidade e diversidade territorial, mas sobretudo pelas fortes fragmentações internas e problemas de coesão que a caracterizam. Um problema que afeta não só a região metropolitana como todo o país e que se articula de forma estreita com as debilidades nacionais no plano económico, social e institucional (Reis, 2020). O mapeamento da incidência espacial de um conjunto de fenómenos de polarização urbana, a periferização/'invisibilização' dos lugares e das comunidades, no âmbito das políticas públicas e instrumentos de planeamento territorial, bem como a articulação deste contexto com o incremento das vulnerabilidades urbanas (sociais, económicas, ambientais, institucionais etc.), passariam a constituir a nova hipótese de investigação, tendo como objeto de estudo a capital Portuguesa. Tendo este propósito presente, a tese organiza-se em três capítulos.

No capítulo II procura-se contextualizar historicamente as assimetrias do processo de urbanização, na sua articulação com a transformação dos sistemas político, socioeconómico e tecnológico, e com a evolução dos modos de planear. Esta abordagem, suportada na mobilização de um conjunto de contributos provenientes de diversas áreas disciplinares, resultou da incontornável complexidade que decorre da relação estabelecida entre sociedades humanas e a geografia. O 'tempo humano' – no seu devir político, socioeconómico e cultural – é indivisível da 'explicação' da cidade, e, num plano mais extensivo, do território na sua evolução, nos seus processos de diferenciação ao longo de milénios. Considera-se, igualmente, que a história, apesar de irrepetível, nos devolve o 'contrário' e o 'idêntico', algo que consideramos prometedor na análise do 'presente'. A longa procura que precedeu o primeiro capítulo permitiu-nos uma aproximação aos processos e fenómenos em estudo, interpretando-os à luz da sua variabilidade no tempo. Todavia, tal variabilidade não exclui a reincidência e similitude de algumas dinâmicas em períodos diferenciados.

Atendendo à singularidade dos 'movimentos' relacionados com a diferenciação territorial e a segmentação das sociedades humanas, revisitaram-se alguns fenómenos como a

sedentarização, a produção e a defesa – ou, ainda, o triângulo complementar do comércio, da mobilidade e da expansão, recorrendo a um conjunto de reflexões, da geografia ao urbanismo, ou da filosofia à economia política. E, pelo seu propósito de repensar as estruturas socioeconómica, espacial e cultural, surgem, também, ainda que sucintamente referidas, algumas das grandes utopias: de Thomas More ao 'socialismo utópico' de Owen, Saint-Simon e Fourier; do 'anarquismo' de Proudhon ao 'socialismo científico' de Marx e Engels; ou do debate entre F. L. Wright e Le Corbusier a autores como John Ruskin, porventura mais distantes da ideia utópica mas cujo rasto perdura até à modernidade. Já no final deste capítulo mobilizaram-se um conjunto diversos autores cuja investigação incidiu sobre o acentuar das dinâmicas de diferenciação socioeconómica e territorial na atualidade, na sua articulação com o predomínio de uma agenda económica neoliberal, os processos de financeirização e a crescente interligação económica a nível internacional. A 'ideia' de que a 'expansão' do comércio e da indústria – associada a uma maior liberdade de 'circulação de capitais' seria seminal na criação de uma rede de 'vantagens' favorável à paz, providenciou um argumento aos defensores da 'globalização'. Mas como veremos, desse fenómeno nem sempre sobreveio a sintonia política, cultural e religiosa, nem o necessário 'equilíbrio' da complexa 'geografia dos interesses'. Aos limites das zonas de influência, das fronteiras físicas dos Estados, sobrepôs-se o 'mapa' difuso dos 'recursos' e dos 'investimentos', algo que raramente atende às ´morfologias' do lugar ou ao bem-estar das populações locais. A instabilidade que decorre deste contexto coloca desafios profundos a nível das políticas públicas e dos sistemas de ordenamento territorial. O fim do 'futuro' previsível é também o fim do 'amanhã', do objetivo que há muito se persegue ou da infalibilidade da 'análise', do 'diagnóstico' e do 'Plano'. Há, pois, que perceber, como diriam Deleuze & Guattari (2016), a multiplicidade do imenso 'rizoma' em que vivemos. Para esse 'rizoma-mundo' já não são suficientes a árvore, a raiz aprumada, os ramos e as folhas que se repetem e 'decalcam', porque um movimento, que em tudo nos era próprio e interior, parece ter-se exteriorizado e autonomizado. No contexto desse movimento, ocorre a 'diferenciação territorial' que marca o longo percurso das sociedades humanas, irrompe a vulnerabilidade, o declínio de cidades e países, a 'desterritotialização' abrupta de pessoas e meios de produção. Como adiante referiremos, *o planeta parece não ser o lugar onde tudo se equaliza*. A pobreza, a complexa rede de exclusões, o contraste entre as geografias de sucesso e insucesso são, hoje, o espelho da desigualdade nas sociedades e nos territórios contemporâneos.

O estudo da vulnerabilidade, da sua densificação face ao incremento das polarizações que ocorrem na sociedade e no território, converteu-se, como referido, num dos pressupostos centrais deste trabalho. Essa inversão, relativamente à hipótese inicial, subentende novos enquadramentos metodológicos visando a tipificação e avaliação do grau de assimetrias urbanas, a identificação dos mecanismos e atores nestes implicados, bem como a descrição

das consequências socioeconómicas, ambientais e institucionais, dai decorrentes. No capítulo III apresenta-se uma proposta metodológica que visa a produção de conhecimento no âmbito de territórios cada vez mais contrastantes e vulneráveis. Apesar do objeto alvo de estudo ser a Área Metropolitana de Lisboa considerou-se que a metodologia e os procedimentos elegidos deveriam constituir algo de repetível ou assimilável em estudos idênticos noutras regiões e/ou áreas metropolitanas. Neste âmbito, procede-se à justificação do caso de estudo enquanto escala e território adequados ao estudo das assimetrias urbanas, bem como à contextualização e caracterização de uma tipologia de fenómenos considerados representativos das dinâmicas de polarização territorial (*desindustrialização e declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, gentrificação, declínio rural metropolitano, privação ou urbanização da pobreza*). Seguidamente, e após revisão de metodologias de análise espacial descrevem-se os procedimentos estatísticos e de georreferenciação mobilizados para mapear a incidência destes fenómenos na AML, em particular dos territórios mais fortemente polarizados no âmbito destas dinâmicas. Clarificam-se ainda os motivos subjacentes à construção de um modelo de análise que, sendo a nosso ver complementar, difere, contudo, dos mecanismos estatísticos associados à 'análise de clusters'. Neste âmbito foram privilegiadas técnicas supervisionadas de classificação estatística, com o objetivo de identificar relações de similaridade entre o território e os fenómenos em estudo, tendo por um conjunto de *critérios ideais* definidos *a priori*. Por fim, tendo em consideração a seleção de dez casos de estudo (freguesias), mais fortemente polarizados no âmbito das tipologias de fenómenos elegidas, identificam-se os métodos de análise qualitativa que sustentaram o diagnóstico sobre as vulnerabilidades que afetam estes territórios e as comunidades que os habitam, bem como dos múltiplos atores, instrumentos e políticas responsáveis pela sua periferização e invisibilidade.

Se o Capítulo III desta investigação aprofunda essencialmente o enquadramento metodológico, o Capítulo IV é, em boa medida, uma aproximação ao 'presente'. Neste apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos por via da aplicação e do cruzamento iterativo e sistemático dos diferentes métodos, fontes e tipos de informação mobilizados na investigação. Tendo em conta as cinco tipologias de polarização investigadas procede-se à interpretação dos mapeamentos obtidos, tendo como referência os instrumentos de planeamento (ex. PROT-AML, Planos Diretores Municipais e seus processos de revisão) bem como outros diagnósticos territoriais convocados para o efeito. Aprofunda-se ainda o conhecimento sobre as dinâmicas de diferenciação urbana à escala local, no seu perímetro de causas e consequências, considerando os resultados obtidos através de um conjunto de entrevistas exploratórias realizadas a representantes da administração local, bem como da mobilização de outras fontes de informação relevantes, em particular das provenientes do jornalismo de investigação. Esta 'imersão' no lugar, considerada na última parte da tese, não

deve ler-se exclusivamente como uma 'lente' do geral ao particular, ou do 'passado' aos dias que correm. Na realidade, deve ser entendida como algo que cruza uma dimensão temporal, saída da instabilidade e imprevisibilidade do 'espaço' contemporâneo. Como veremos, nesse encontro com o 'lugar', com a 'freguesia', muito pouco permanece à margem dos fenómenos globais. E se, no dia-a-dia, tudo se afigura inalterável, entidades e processos 'supranacionais' – já mais próximas que distantes – vão-se substituindo ao Estado-Nação, reorientando por vezes os seus recursos, ou revendo e anulando prioridades. A inevitabilidade de se ter de lidar com uma agenda económica, capturada pela fluidez do mercado e pela estranha aleatoriedade dos 'fluxos de capital', acabou por atingir todos as regiões. Os lugares pertencem, hoje, a uma extensa superfície de resposta e celeridade de que não deve alhear-se o 'planeamento territorial'. Mas sem criatividade ou, quem sabe, sem alguma improvisação, muitos não chegarão a evitar o risco de 'esquecimento'.

Finalmente, apresentam-se, no capítulo V, conclusões relativas aos métodos e resultados obtidos no âmbito da tese. Realiza-se uma breve reflexão sobre o impacto de cenários extremos ocorridos ao longo do percurso de pesquisa (Pandemia, Guerra na Ucrânia), na sua articulação com os fenómenos de polarização urbana analisados. Apresentam-se ainda algumas pistas para investigação futura.

CAPÍTULO II

Assimetrias do processo de urbanização ao longo da história

2.1 Introdução

A urbanização, mais do que uma mera ocorrência espacial, constitui um processo que espelha a evolução da sociedade e das suas dinâmicas socioeconómicas, políticas e tecnológicas. Neste capítulo descreve-se, numa perspetiva diacrónica, os fenómenos de urbanização, procurando clarificar a relação existente entre determinados modelos de política económica/formas de organização da sociedade e do território, o agravamento das desigualdades socioeconómicas e espaciais e os fenómenos de vulnerabilidade e invisibilidade e daí decorrentes. Este percurso confluirá na identificação das dinâmicas de diferenciação que afetam hoje os territórios contemporâneos. Apresentam-se simultaneamente perspetivas teóricas e propostas que exploraram alternativas e modelos no plano político, filosófico, sociológico, económico e urbanístico. Pretende-se, através desta síntese histórica, abordar de uma forma crítica e interdisciplinar, as assimetrias dos processos de urbanização, cientes de que a teoria e prática da arquitetura e do planeamento não constituem uma esfera autónoma relativamente às grandes narrativas políticas e económicas vigentes. De facto, não só a urbanização pode ocorrer à margem do planeamento e da arquitetura, como estes instrumentos – que nos habituámos a considerar como iminentemente técnicos – constituem, frequentemente, o veículo de agendas diversas que os antecedem. Termos como 'desenvolvimento', 'globalização', 'sustentabilidade' ou 'resiliência' - que enquadram a decisão política e os processos de investigação científica', serão assim revisitados, procedendo-se ao seu enquadramento e à descrição das suas limitações, face a resolução dos problemas que emergem num mundo cada vez mais extremado. Em suma, procurar-se-á neste capítulo, constituir um corpo teórico, capaz de justificar a pertinência da hipótese de investigação apresentada, bem como da proposta metodológica adotada (capítulo II), tentando contrariar uma certa *miopia aos efeitos do movimento* que persiste, tanto nos processos de investigação como nas práticas de intervenção urbana, refletindo-se no modo

nostálgico com que olhamos as ruínas do passado e na forma (frequentemente) acrítica como investimos nos alicerces do futuro.

2.2 Antes da cidade. Do ambiente providencial ao território de produção agrícola

Os primeiros túmulos, santuários, cavernas e acampamentos, a arte rupestre e as suas cerimónias terão sido os primeiros sinais de uma *cultura do habitar*, um embrião da *urbanidade*. Ao corpo protetor das funções vitais, confinado às exigências da sobrevivência, sucede o florescimento da vida coletiva, da consciência comum liberta das estritas necessidades individuais. A cidade surge, assim, como ponto de encontro da humanidade e não como veículo de fragmentação ou diferenciação social. (Mumford, 1982; Tavares, 2013).

Göbekli Tepe, na Turquia, é considerado o mais antigo local de culto conhecido. Anterior a Stonehenge ou às Pirâmides do Egipto, poderá ter uma existência superior a 11.000 anos, o que o situa em pleno período neolítico. Também, Çatalhüyük (Turquia, 7500 a.C.) é considerada a maior proto-cidade neolítica; ali residiam 10.000 pessoas, subsistindo essencialmente da caça e da coleta. Sem ruas ou monumentos, Çatalhüyük evidencia uma demarcação pouco clara entre espaços públicos e privados, sugerindo uma sociedade pouco estratificada onde a aglomeração humana terá fundamentalmente ocorrido por motivações religiosas e culturais. Tais lugares na história, estabelecem, tudo indica, que as mudanças sociais e os estabelecimentos humanos, antecederam a invenção da agricultura. Subentende-se, ainda, uma sociedade com escassa centralização do poder. Esta aparente 'utopia' do neolítico, diverge dos processos de diferenciação socio-espacial que marcariam o desenvolvimento do território nos períodos subsequentes (Balter, 2010; Curry, 2008).



Fig. 1 – Mural representativo descoberto em Çatalhüyük (fonte: https://artasmedia.com/2015/02/10/catalhoyuk-part-3-site-background/)

A transição de uma sociedade de caçadores-coletores para uma comunidade de agricultores, organizada em torno de um sistema de produção, parece determinar a génese

dos processos de estratificação na sociedade e no território. A transformação da natureza em paisagem produtiva, impondo uma maior necessidade de controlo ambiental (de forma a superar as contingências da fome e da perda de colheitas), determinou uma primeira diferenciação no plano social: surge a esfera produtiva (responsável pelas colheitas), a esfera militar (que protege e planeia a sua expansão), a esfera religiosa (para orar e garantir a abundância), a esfera técnica (que cria instrumentos agrícolas ou novos meios de armazenamento) e a política (para gerir o corpo social e produtivo). Definia-se, assim, a base de um sistema socioeconómico, político, religioso e tecnológico, cujo fim compreendia o aumento da produtividade, a criação de excedentes alimentares e a apropriação de novas terras de modo a contornar a escassez em períodos de crise e incerteza (Suzman, 2017).

Kohler *et al*. (2017) estudaram 63 sociedades neolíticas. Analisando a proporção de bens funerários ou manufaturados, identificados no interior dos alojamentos, puderam concluir que aos maiores níveis de domesticação de plantas/animais, bem como a uma maior complexidade socioeconómica e política, correspondia um agravamento da desigualdade social. A sedentarização, a descoberta de novas técnicas e meios de alterar o ambiente, as exigências determinadas pelo surgimento da atividade agrícola, suscitam o aparecimento de uma hierarquia social e de regimes diferenciados de apropriação do excedente produzido. Nesse longínquo início, o domínio da terra e as assimetrias neste implicadas, constituem já a aurora da sua perpetuidade.

Verificamos, com alguma perplexidade, que termos como *produtividade*, *crescimento ou excedente* subsistem como vetores estruturantes das economias contemporâneas e que, não obstante todo o esforço de desenvolvimento, permanece insolúvel o problema das desigualdades que se cimentaram na sociedade. No século XXI (2020), 1% da população mais rica detêm 43% da riqueza mundial. Portugal, continua a ser um dos países Europeus com maiores níveis de desigualdade social. Cerca de 23% dos cidadãos estão em risco de pobreza e exclusão e 10% da população detém 37,1% do total de rendimentos nacionais. Decorrerão cinco gerações até que uma pessoa nascida numa família pobre ascenda a um rendimento médio no país (Pereira, 2017; Credit Suisse Global Wealth Databook, 2020).

2.3 A cidade da Antiguidade clássica. Da produção agrícola à invenção da política

Se a revolução agrícola é ou não anterior à cidade, parece hoje uma discussão irrelevante. Sabe-se, porém, que o fenómeno da urbanização terá surgido no âmbito deste novo modo de produção e de organização socioeconómica e política (Jacobs, 1964; Short, 2014). Os primeiros grandes assentamentos urbanos tiveram lugar na Mesopotâmia (Tigre-Eufrates), no Egito (Nilo) e ao longo do vale do Indo, sensivelmente em 5000 a.C.. Nessas cidades, bem

diversas de Çatalhüyük, era nítida uma correspondência entre os processos de estratificação social e a sua hierarquização espacial. Evidenciando a presença das 'elites' política religiosa e militar, os principais monumentos representativos situar-se-iam no centro da cidade. Numa área adjacente ao núcleo, viveria uma classe inferior de artesãos e comerciantes e, por fim, isolando o conjunto do exterior, definia-se uma zona periférica ocupada por grupos de agricultores, escravos ou minorias étnicas e religiosas (Sjoberg, 1960).

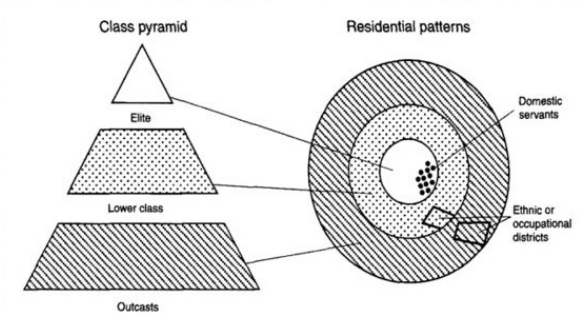


Fig. 2 – Modelo de ocupação cidade pré-industrial (fonte: Sjoberg, 1955)

Algumas destas cidades aperfeiçoaram sistemas de fortificação urbana para prevenir invasões inimigas. A eclosão dessas estruturas, que inauguram o fortalecimento das fronteiras territoriais e o surgimento de um domínio físico, político e económico, consagra a 'apropriação' como algo de simbólico e cultural. Mas se, para alguns autores como Fadigas (2017), o reforço dos vínculos entre comunidade e território incentiva a luta pelo poder, a competição entre recursos e pessoas ou, até, a colonização, para outros, não deve excluir-se uma leitura mais benigna sobre o efeito das fortificações. De acordo com Fyre (2018), a emergência dessa tecnologia construtiva permitiu a manutenção da paz no interior das cidades fortificadas, motivando não apenas uma revolução na sociedade civil, mas também uma evolução cultural significativa. Um menor número de guerreiros agilizou a diversificação e especialização das atividades humanas, originando novas e salutares ocupações: mercadores, artesãos, construtores, escribas, arquitetos e artistas, para não ir mais longe nos exemplos.

Polis, 'dêmos', demokratia, aristokratia

A consolidação da fronteira geográfica e a 'apropriação' coletiva do território terão conduzido, segundo Lyttkens (2006), ao surgimento da *Polis*, a Cidade-Estado Grega. Mas a *Polis* é, para além da cidade, do seu território – *dêmos* –, a entidade que define um sentimento de 'pertença', algo que flui do 'sinecismo' de comunidades dispersas com uma tênue estratificação social (1000 a.C a 500 a.C.). É também o lugar da resistência aos invasores, da consolidação do sistema de produção agrícola, e do florescimento do comércio.

Nesse longo caminho que leva à *Polis*, um movimento, no âmago de um processo mais vasto, estará na origem da aristocracia *(aristokratia)*: a recomposição e afirmação das lideranças locais. O Estado como estrutura de decisão política, a criação de leis, a proliferação dos processos de colonização e, simultaneamente, a crescente afirmação dos direitos da propriedade privada, enquanto condição para a cidadania, advêm de todo esse conjunto de transformações. A *Polis*, cidade mas também espelho ou desenlace da política (*Politiká*), revela na diversidade dos seus regimes de governação a pluralidade que caracteriza a sua própria génese. Sobre esse mosaico de configurações institucionais pensaram filósofos como Platão (''A República'') ou Aristóteles (''Politika''), tendo ambos desenvolvido 'modelos' ideais de sociedade, de governação e de Cidades-Estado. Nos seus escritos, o conceito de justiça, em torno do qual se estrutura o pensamento filosófico – ponte metafísica para a sua concretização ao nível do real –, é indissociável de uma forte ideia de hierarquização não só no plano espiritual como social e urbano (Jowett, 1885 ; Hanson, 1999).

"*A República, harmoniza num só conjunto uma teoria da alma humana e uma hierarquia social. A alma humana é divida em três partes e a cidade, correspondentemente, apresenta três grandes grupos sociais fixos. A psicologia platônica indica a "alma superior" como sendo o intelecto, responsável pela capacidade racional, isto é, pelos cálculos, formulações de juízos e decisões; a "alma espiritual" abriga a disposição, o ímpeto e a coragem; finalmente, a "alma inferior" responde pelas necessidades ligadas a apetites e desejos. Esta psicologia tem como correspondente, no plano social, a hierarquia da população da cidade. Há o grupo de sábios anciãos que funcionam como comandantes da cidade, o de soldados responsáveis corajosamente pela defesa externa e pela paz interna e, por fim, o de trabalhadores manuais, os artesãos e outros. A cidade justa é justa à medida que nada pode quebrar essa ordem hierárquica que lhe permite o seu ótimo funcionamento*." (Ghiraldelli, 2007, pp. 8-9).

Demokratia, poder do povo. No século V a.C. a democracia nascia em Atenas, uma cidade-estado da Península Ática. Clístenes, um seguidor de Sólon, fundou esse regime de governação que alargava o poder a uma parte do 'povo' e relativizava o domínio da *aristokratia*. Todavia, a democracia ateniense não excluía um conjunto de dissemelhanças (nelas encontrando, até, a sua raiz e fundamento) estabelecidas: (i) entre os detentores de propriedade, cidadãos livres de pleno direito e os cidadãos não livres, submetidos ao trabalho mecânico (escravos, mulheres e estrangeiros); (ii) entre a cidade – centro político-militar, lugar da filosofia e do conhecimento científico – e o espaço de produção agrícola e material; (iii) entre a ocupação intelectual (produtora de virtude) e o trabalho manual sempre submerso na luta pela subsistência (agricultores, artesãos ou mercadores). Assim se compreende que a propriedade (escravos, terra, dinheiro) e a divisão técnica e social do trabalho se tenham tornado tão incontornáveis na cidade antiga; ambas constituíam mecanismos de legitimação

do Estado e da política, consolidando as suas funções de comando e, no limite, o controlo sobre o território e a sua população (Lefebvre, 2012).

Deste modo, no plano espacial, a *Polis* refletia o conjunto de diferenciações subsequentes aos processos de 'territorialização do estado' e à organização da sociedade; o '*dêmos'* compreendia os seus lugares, atividades e sistemas de significação. Quais eram os símbolos da diferenciação? A ágora (representando a esfera política e económica), os equipamentos públicos (dedicados ao lazer do cidadão-livre), os templos (consagrados ao serviço religioso), as habitações (delimitando a esfera privada), as necrópoles (lugar do sepultamento, uma superfície dos mortos, fortuitamente dos vivos e das suas memórias). Por outro lado, tais distinções opunham a *Polis* – pela sua importância política, cultural e religiosa – aos territórios rurais que a rodeavam (Hölkeskamp, 2004).

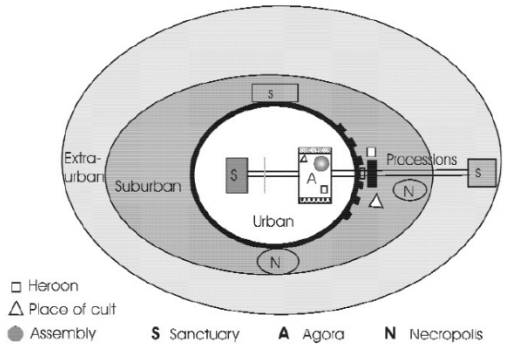


Fig. 3 – A estrutura espacial da Polis (fonte: Hölkeskamp, 2004)

O surgimento do plano enquanto instrumento de diferenciação

Na Civilização Grega a ideia de planear é, no seu início, um programa para a divisão da cidade; uma divisão cujo sentido e alicerce é a própria 'constituição'. Aristóteles (1267b 22–38) descreve, assim, Hipodamo de Mileto:

"Hipodamo filho de Euryphon, um Milesiano, que inventou a divisão das cidades em partes e dividiu o Piraeus (...) foi o primeiro homem não envolvido na política que tentou abordar o tema da constituição ideal. O seu sistema era para uma cidade com uma população de dez mil cidadãos (população geral de 50.000 habitantes), dividida em três classes; uma classe de artesãos, uma de camponeses, e a terceira, a classe que lutou pelo estado na guerra e representa a força armada. Propôs dividir a terra em três partes, uma sagrada, uma pública e outra privada: a terra sagrada como lugar das habituais oferendas aos deuses, a terra comum para providenciar alimentos à classe guerreira e a terra privada para integrar a propriedade dos agricultores" (Aristotle, et al., 1920, pp. 76-77).

Segundo Mazza (2009), as origens do planeamento são assim indissociáveis de um conjunto de ideias constitucionais, políticas, socioeconómicas, morais e de cidadania. A

sociedade e a cidade, ideais, a constituição ideal, articulam-se no plano. Assim se definem no espaço os regimes de propriedade, a territorialização de funções, a distribuição das classes sociais, o interesse económico e, não menos importante, os limites das esferas pública, privada e sagrada. Abreviando, no lugar de um regime onde prevaleciam as relações tribais e tradicionais, ergue-se um outro, onde prevalece a *Polis* – a cidade enquanto síntese e centro gravítico de uma nova política e cidadania. Que significa, então, planear? Parametrizar, desde a sua génese, uma forma de controlo político e espacial a que se associam processos incontornáveis de divisão e diferenciação; ou dito de outra forma, dinâmicas de inclusão e exclusão:

"Qualquer forma de planeamento e controlo espacial funciona através da distinção entre inclusão e exclusão (...) a inclusão de um uso geralmente envolve a exclusão de todos os outros. A competição e os conflitos são o efeito e a expressão de decisões de planeamento que são decisões de inclusão e exclusão espacial (...) portanto, esta distinção parece ter as características necessárias de autonomia e especificidade para ser adotada como critério através do qual se pode avaliar a substância das decisões de planeamento; um critério que podemos adotar como conceito de planeamento porque difere e é independente dos critérios que regem outras ações funcionais às decisões políticas." (Mazza, 2009, pp. 131-132)

A malha ortogonal – já observada noutras cidades orientais como Mohenjo-Daro no Vale do Indo (2150 a.C.) –, que prevalece nas cidades clássicas gregas e no plano de Hipodamo de Mileto, oculta, na sua aparente isonomia formal, uma dualidade entre o desígnio da equalização – na esfera da cidadania e distribuição de recursos – e uma ordem espacial que evidencia um maior nível de controlo e centralização do poder (Grant, 2001).

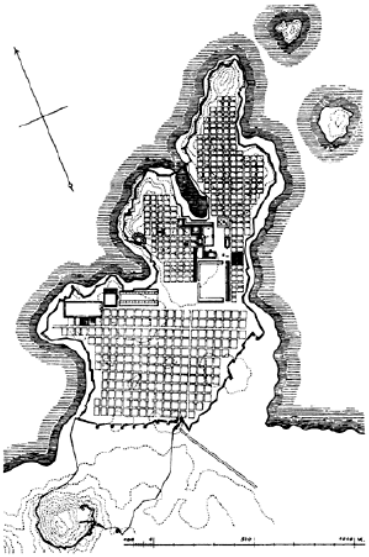


Fig. 4 – Plano de Mileto (fonte: Gerkan,1924)

Da economia doméstica à economia da exploração

Oikos, casa, palavra de múltiplos sentidos cujo 'domínio' se situa no âmbito do 'privado' ou, de um modo mais pleno, do que não pertence ao 'público', à Polis. Segundo Xenofonte (427-355 a.C.), Oikonomikus, um termo que se crê na origem de 'Economia', referia-se às regras de boa administração da propriedade rural e à especialização das tarefas de cada membro da fazenda com o fim de aumentar a produtividade. A agricultura era, pois, considerada a principal fonte de riqueza na Grécia (superando o comércio ou a guerra), inserindo-se numa economia de autossubsistência ou autarkreia, focada na aquisição dos recursos essenciais. Em *A Política*, Aristóteles, refletindo já sobre a teoria de valor, distingue a economia doméstica (crematística) da economia comercial e monetária. A primeira seria natural, orientada para a aquisição dos bens necessários a uma vida confortável; a outra seria artificial e prejudicial, orientada para a acumulação ilimitada do lucro e da propriedade. O filósofo considerava, ainda, que a moeda, veículo catalisador na troca de recursos essenciais entre lugares distantes, deixara de ser a 'representação' de uma necessidade ou Kreia. Convertida num fim em si mesmo, daria lugar à usura e ao crédito moralmente condenáveis (Caldas & Ferreiro, 2018a).

De acordo com Perelló (2015), a sociedade pré-industrial da antiguidade clássica configurava um mundo Malthusiano. Ao incremento da produtividade agrícola ou aos avanços tecnológicos correspondiam crises cíclicas decorrentes do aumento súbito da população. A resolução destas crises passava pela acumulação de terra, enquanto capital fixo, num contexto onde a remuneração do trabalho por via do rendimento era praticamente inexistente, predominando o esclavagismo e as relações de reciprocidade. A expansão territorial e a redistribuição da terra pelos cidadãos livres constituíam, assim, o eixo das estratégias governativas quando urgia reagir a súbitos aumentos demográficos e à melhoria seletiva da qualidade de vida das suas populações.

O declínio da civilização grega e das suas cidades prende-se, precisamente, com o seu modelo de governança, e a incidência deste no aumento das assimetrias territoriais e sociais. As cidades-estado nunca superaram a eterna competição que, em momentos-chave, anulou alguma *unidade* revelada através da 'filosofia', da 'ideia de belo' ou, até, no seu quotidiano. Inábeis na criação de uma verdadeira continuidade territorial, os gregos foram cedendo face a sucessivas invasões de Persas, Macedónios e Romanos. O agudo processo de diferenciação social, assente na desproporção do número de escravos disponível por cada cidadão adulto (entre 2 e 18), bem como a acumulação de propriedades num grupo restrito de proprietários, conduziram à escassez da 'terra' e do trabalho. Em breve, assistir-se-ia ao

empobrecimento da população e, sobretudo, ao progressivo declínio grego que ocorreria no período helenístico (323 a.C.-146 a.C.) (Engels, 1976).

Roma, o Império...uma primeira globalização urbana?

Roma, a cidade emergente, seria centro da República e do novo Império. A sua influência estender-se-ia pela Europa e Ásia Menor, mas também pelo Norte de África, influenciando significativas transformações territoriais, sociais, tecnológicas e económicas. A cidade romana diferenciava-se da Polis Grega, desde logo, pelos regimes de governação. Se a 'cidade-estado' grega, semi-independente de Atenas, era um centro autónomo com governo e constituição próprios, as cidades do Império dependiam diretamente de Roma e, inicialmente, da sua República. Essa influência acabaria por se estender a toda a bacia mediterrânica (Pirenne, 2014).

> *"O Império Romano, produto de um único centro urbano de poder em expansão, foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades (...) alterando o modo de vida em cidades antigas e estabelecendo o seu tipo especial de ordem, a partir do solo, em centenas de novos alicerces, cidades 'coloniais', cidades 'livres', cidades sob lei municipal romana, cidades 'tributárias': cada qual com uma condição diferente, se não uma forma diferente (...). Mesmo depois (de a cidade) de Roma ter sido saqueada, no século V, o poeta Rutílio Namaciano dizia, ainda, com incontida admiração: 'Uma cidade fizeste deste enorme planeta'"* (Munford, 1991, p.227)

Segundo Fadigas (2017), a expansão da urbanização romana corresponde, no fundo, a uma *primeira globalização* de povos e territórios diferenciados. Mesmo em terras distantes, a língua já teria permitido a uniformização das leis, da economia e da cultura; mas após a criação de unidades administrativas (*províncias, conventus, civitates*), Roma consolidaria, por fim, um sistema de governação e uma identidade territorial coletiva. Também eficiente no âmbito da mobilidade, desenvolveu as redes de comunicação, reduzindo os constrangimentos geográficos e estimulando o comércio entre regiões distantes. Nos territórios rurais, a introdução do cadastro romano definiu regimes de distribuição e uso do solo, estipulados em função da hierarquia social. Foi este mecanismo de disseminação e redistribuição do poder central, sustentado pela coleta de impostos, que assegurou a coesão socioeconómica e territorial nos vastos domínios de Roma.

A constituição de um mercado de trocas comerciais, assente em novos meios de comunicação e de transporte, a implementação de um sistema monetário, jurídico e de governação eficaz, os ganhos de produtividade - impulsionados pela evolução tecnológica (técnicas de irrigação sofisticadas, melhores capacidades de modelação e gestão dos

ecossistemas agrícolas)-, e condições climáticas mais favoráveis traduziram-se numa fase de prosperidade. Neste âmbito, salienta-se o incremento simultâneo da população (chegou a corresponder a 1/3 da população mundial) e da qualidade de vida, bem como o desenvolvimento de produtos agrícolas não essenciais (vinho e azeite) - evidenciando a emergência de uma economia que parece distanciar-se das relações de subsistência e reciprocidade anteriores (Jongman, 2019; Whited, 2005).

O processo de urbanização romana não se circunscreve, pois, ao desenvolvimento de cidades – representa a disseminação espacial de uma 'lógica de governação e de organização socioeconómica'–. Significa, também, que a terra na sua vastidão, sendo cidade ou espaço produtivo é já entendida como um *'continuum'* se não um 'todo'. A via surge, não apenas como elemento de ligação, mas também como suporte do movimento humano, da sua leitura e perceção. A perspetiva virá mais tarde, mais de um milénio depois, mas a 'natureza', expectante ou cúmplice do homem, não parece já tão refém da antiga simbologia grega, dos seus vales míticos e misteriosos.

As descrições sobre a extensão e complexidade dos processos de urbanização romana, evidenciam uma relação singular com a teoria de *urbanização planetária* de Brenner & Shmid (2012). Nesta, a descodificação da amplitude das dinâmicas de urbanização, no mundo contemporâneo, depende dos processos interativos que ocorrem entre cada lugar e os efeitos da globalização nas suas componentes socioeconómicas, políticas, tecnológicas e culturais:

"*Esta situação de urbanização planetária significa, paradoxalmente, que mesmo espaços que estão para além dos núcleos tradicionais das cidades e periferias suburbanas – rotas de transporte marítimo transoceânicas, rodovias transcontinentais, redes ferroviárias, infraestruturas de comunicações mundiais, enclaves turísticos alpinos e costeiros, parques 'naturais', centros financeiros offshore, zonas agroindustriais e espaços outrora 'naturais' como os oceanos, desertos, selvas, cadeias de montanhas, tundra e a atmosfera do mundo – tornaram-se parte integrante do tecido urbano mundial."* (Brenner & Shmid, 2012, p.12)

Serve esta súbita deriva pelo 'presente' para regressar ao encadeamento anterior, identificando algumas 'partículas' seminais mas não miméticas do que são, hoje, alguns 'impérios', porventura menos simbólicos, mas mais fluidos e dispersos no território.

Clivagens e invisibilidade na urbe romana e nos censos da população

Na cidade romana, os princípios da malha regular foram disseminados, acompanhando uma ortogonalidade cuja inspiração tinha origem no próprio acampamento militar. As duas vias estruturantes, Cardus Maximus (N-S) e Decumanos Maximus (E-O), intersetavam-se na

proximidade do Fórum, um elemento referenciador do lugar e do tempo mas, sobretudo, um espaço público e simbólico da cidade. Tal como a cidade-estado, e apesar de avanços tecnológicos significativos (ex. sistemas de distribuição de água e saneamento), era possível identificar processos de estratificação social. Estes materializavam-se sob a forma de duas tipologias urbanas: os Domus e as Insulae, ilustrados com particular detalhe no Plano de Mármore Severano (séc. III d.C.) (Reynolds, 1996). Os primeiros compreendiam as residências das famílias abastadas (aristocracia) e do conjunto dos seus escravos; as segundas, os prédios de comércio e apartamentos onde vivia a maioria da população. Embora ambas as tipologias coexistissem no centro de Roma, representavam posições sociais diferenciadas face aos centros de poder e de riqueza: uma grande parte dos habitantes e comerciantes das Insulae integrava, sobretudo, antigos escravos a quem os senhores das Domus tinham dado a liberdade. Por fim, prevalecia na periferia da cidade a habitação informal, onde vivia uma população marginalizada que não tinha a proteção das famílias mais poderosas (Storey, 1997; Macmullen, 2020).

A crescente complexidade da sociedade romana, envolveu os órgãos do poder na recolha e tratamento de elevados níveis de informação. Destacam-se neste âmbito, as estimativas sobre populações ou *Census* Romanos (do latim: *censere*, estimar). Os primeiros terão sido ordenados por Sérvio Túlio (578 a.C.- 539 a.C.) com o fim de conhecer a população livre, *civium capita*, assim como a sua riqueza para fins fiscais, militares e políticos. De cinco em cinco anos, os chefes de família teriam que declarar as suas propriedades, cônjuges, filhos e escravos (em forma de valor monetário ou numérico). Presume-se que, na sua génese, as mulheres, os escravos libertados (sem participação nas legiões), bem como, a mais pobre das cinco classes definidas pelos Romanos (proletários ou *infraclassem:* sem propriedade), encontravam-se excluídos das contagens. Este facto histórico revela a condição evolutiva e inexata que a produção estatística por vezes assumiu, apagando camadas da população que, no fundo, não seriam reconhecidas como parte da humanidade. Como veremos mais tarde, o mesmo fenómeno tem pontualmente ocorrido como instrumento que apenas serve determinados objetivos políticos (Lo Cascio, 2016).

O agravamento das assimetrias e o progressivo colapso do Império Romano

A República Romana (509 a.C.-27 a.C.) beneficiou de um longo período de legitimidade política e estabilidade socioeconómica pela sua inegável capacidade de redistribuição da riqueza pela sociedade. São exemplos desse objetivo, a concessão aos cidadãos pobres das terras conquistadas, bem como a introdução da Lei, *Leges Liciniae-Sextial* (367 a.C.) – que fixava um limite máximo de posse de terra por cada cidadão – ou, não menos relevante, a substituição do regime de escravatura por um regime de colonatos. Estima-se que a classe

média corresponderia sensivelmente a metade da população, representando a elite não mais de 1%. A frequente ascensão dos cidadãos pobres da cidade ao estatuto de pequenos agricultores, nas províncias, constituía um estímulo e uma base de apoio moral da República Romana. Neste contexto, o progressivo colapso da classe média não só retirou legitimidade ao sistema de governo Republicano, como conduziu a formas mais coercivas no exercício do poder – Principado Romano (287 a.C.-27a.C.); Império Romano (27 a.C.-238 d.C.). Na origem deste colapso terá estado, não apenas a ambição expansionista mas também os desequilíbrios sociais e económicos provocados pelo comércio de longa distância na sociedade local. A 'deslocalização' de agricultores enviados para guerras longínquas, bem como a competição comercial de produtos oriundos de novos territórios, levaram à inviabilidade económica da pequena propriedade que – posteriormente adquirida por uma elite fortalecida – daria origem às *villas*, espaços de lazer e produção, não raro vocacionados para a exportação. Aos processos de falência/despossessão dos agricultores sucederam-se fortes fluxos migratórios das zonas rurais para as zonas urbanas gerando impactos muito acentuados (Perelló, 2014).

Destaca-se neste âmbito, as consequências da expansão súbita da capital do império Romano. De cerca de 200.000 habitantes, no ciclo posterior à sua formação, a população terá ascendido a 1.000.000 habitantes no período do Imperador Augusto (27 a.C a 14 a.C.). Esta evolução determinou processos acelerados de densificação urbana, tanto através do crescimento em altura das *Insulae* como pela súbita proliferação de 'favelas'. O ritmo de construção, a fragilidade dos materiais, a precariedade dos sistemas construtivos, criou a vertigem de uma cidade em permanente estado de colapso, à mercê da ruína e do incêndio. Por outro lado, a sobrelotação dos alojamentos relacionada com a inflação do mercado de arrendamento, a insuficiência crescente dos sistemas de saneamento e, ainda, a proliferação de surtos oriundos no comércio entre regiões distantes, acentuaram a degradação das condições sanitárias. A esperança média de vida terá diminuído nos homens para o valor mínimo de 15,3 anos e, nas mulheres, para 16,3 anos (Scobie, 1982; Van Den Bergh, 2004).

O facto de Roma ter atingido 46.000 *insulae* e 200.000 alojamentos, com uma população maioritariamente arrendatária, revela que a maior parte do investimento em imobiliário terá tido origem em famílias abastadas de construtores, proprietários ou grandes investidores capazes de aceder a empréstimos; e não em outras formas cooperativistas de organização social. Marcus Licinius Crassus (114 a.C.-53 a.C.), um desses especuladores urbanos, adquiriu grande parte do parque habitacional romano. O seu método consistia em adquirir, reconstruir e vender/arrendar a preços elevados, edifícios que por via do seu colapso ou incêndio se encontravam desvalorizados (Baer, 2007). A pressão sobre os arrendatários, bem como o crescimento dos encargos no acesso à habitação, tinham, de resto, o apoio da legislação – *Corpus Iuris Civilis* –. Nos andares superiores das *Insulae*, eram frequentes os

alugueres diários para a população mais pobre (López-Morales, 2019).

Brown (1967) sintetiza, deste modo, as causas responsáveis pela dissolução do império Romano: a invasão dos povos bárbaros e, mais tarde, muçulmanos; o declínio da classe média e o colapso do comércio; a emergência de 'nacionalismos', a par de elevadas taxas de mortalidade nas províncias ocupadas. É também plausível que a ampliação do comércio de longa distância e o aprofundamento de uma economia especulativa – fatores de desequilíbrio territorial, despossessão e desigualdade social – tenham acentuado as disfunções urbanas, contribuindo para o aumento da coercividade face ao descontentamento social e, no limite, para a ruína da civilização romana. Outras leituras deste declínio detêm-se em inesperadas alterações climáticas, bem como em alguns processos microbiológicos. Entre 150 e 450 d.C., ocorreu o maior período de instabilidade climática de todo o Holoceno, reduzindo-se severamente o nível de produção agrícola e o 'stock' de reservas existente. Similarmente, no final do século V, uma "pequena idade do gelo", induzida pelo aumento da atividade vulcânica, diminuiu os níveis de radiação solar e comprometeu o 'stock' alimentar. Todavia, não apenas as mudanças no 'clima', mas também algumas pandemias como a 'peste' ou a ''praga de Cipriano'' viriam a ter uma influência nefasta. Não será descabido pensar que a rápida progressão de agentes patogénicos, bem como o dramático incremento da mortalidade entre os humanos, tenha a sua raiz na agudização dos processos de urbanização e intervenção no território, na concentração populacional ou, até, na crescente interligação comercial (McNeill 1976; Harper, 2017).

As assimetrias socioespaciais decorrentes da expansão do comércio de longa distância, a concentração das populações nas zonas urbanas e as vulnerabilidades daí decorrentes, os processos de empobrecimento da população e especulação imobiliária - conducentes a regimes de governação autoritários-, bem como, outros fatores que afetam a sociedade humana, tais como epidemias e alterações climáticas, assemelham-se (com o devido distanciamento) a fenómenos que observamos no curso da história e que serão descritos ao longo desta dissertação.

2.4 A cidade medieval. Do colapso urbano à génese do mercado e do Estado-Nação

Com a dissolução do império Romano (453 d.C.), abre-se uma nova fase na vida dos povos ocidentais. A igreja cristã torna-se o 'fundo' moral e religioso que ilumina a transição para o feudalismo, um elo que perdurará por toda a Idade Média. À queda do império, ao súbito declínio do comércio de longa distância, sucede o fim de uma lógica política e económica que favorecera os processos de urbanização. Entre os séculos V e XI d.C. as grandes cidades

perdem população e densidade, constituindo-se pequenos núcleos habitados em torno de catedrais e mosteiros. O desenvolvimento urbano é orgânico e espontâneo, sedimentando-se lentamente a partir do lote irregular, evidenciando a ausência de um sistema de planeamento formal. Em simultâneo, observam-se retrocessos a nível tecnológico, nomeadamente no que concerne à gestão da água (redes de captação e saneamento de água) e da higiene urbana, que passa a ser gerida de forma coletiva (Hall, 2005). Nucleares na política e no comércio, os centros urbanos dão, num movimento pendular, lugar ao território rural e à revitalização da atividade agrícola. O local predomina sobre a distância. A aristocracia militar, as instituições religiosas, são agora os senhores da propriedade - o novo eixo de estratificação política e social -, e os velhos vínculos esclavagistas transfiguram-se em novos vínculos serviçais no regime de subsistência (Fadigas, 2017).



Fig. 5 – Planta de José Luís Tinoco. Lisboa Medieval (fonte: trindade, 2016)

A revitalização urbana e o restabelecimento das dinâmicas comerciais

O período que decorre entre os séculos XI e XIII (d.C.) demonstra a capacidade da 'urbe' para superar os seus ciclos de obsolescência. A ampliação das áreas agrícolas, a evolução técnica na produção e a ampliação do comércio, antecedem a fundação de novas cidades, num contexto que é, essencialmente, o da comuna medieval. Ancorados no seu governo próprio, os Burgos – fruto da vitalidade de uma burguesia ascendente que anseia sobrepor a sua influência aos domínios feudais ou eclesiásticos – vão-se articulando nos planos viário e comercial. Perante as dinâmicas de revitalização urbana, surgem, de novo, alguns planos para as cidades (sobretudo no norte da Itália, Europa Central, França e Países Baixos), tendo por objetivo o incremento da sua funcionalidade (Hall, 2005).

O ressurgimento da urbanidade está, assim, intimamente ligado ao restabelecimento dos

circuitos de trocas e à *(r)emergência do mercado*, enquanto epicentro de um novo ciclo económico impulsionado por comerciantes, artesãos e mercadores. A reintrodução da moeda e da concessão de crédito gera um efeito em cascata na sociedade. A acumulação de riqueza mobiliária induz a abertura do 'mercado da terra' – riqueza imobiliária, anteriormente no domínio exclusivo do clero e da aristocracia – à classe média ou burguesia ascendente (Pirenne, 2014). A progressiva transferência de propriedade fundiária para a burguesia urbana enriquecida, dinamiza o mercado de trabalho nos meios urbanos e rurais, onde os velhos laços serviçais dão progressivamente lugar ao contrato ou ao vínculo laboral (Lefebvre, 2012).

Weber (2022) destaca o advento do 'homem económico' como uma inovação da cidade-medieval. O desenvolvimento do mercado – processo pacificador e neutralizador da vida e das relações sociais, bem como das atividades económicas que lhe estão associadas, simboliza a vida liberta do freio da servidão e do consumo imposto pela aristocracia. Os moradores da cidade, por fim cidadãos livres, veem na mobilidade social uma súbita fuga à segregação e à norma que a regia, em função da estrutura de classes. A cidade medieval é assim, segundo o autor, um lugar de emancipação social e de subversão contra dominações ilegítimas, onde se vai consolidando uma democracia mais abrangente. A diversidade e o cosmopolitismo, a reciprocidade cristã, o bem comum e a obediência à lei, constituem princípios reavidos da antiguidade clássica que marcam a sociedade urbana medieval (Coelho, 2020; Rubin, 2020).

O movimento comunal das cidades medievais, em busca de maior autonomia, e o ressurgimento comercial em sintonia com a ascensão das classes médias, prenunciam novas profissões e estruturas institucionais. A complexidade da estrutura económica e social conduz à consolidação das guildas, organizações corporativas responsáveis pela regulação dos setores económicos e das relações laborais. Assumindo um lugar central na governação, assim como na gestão dos investimentos urbanos, as guildas regularam o sistema de fluxos económicos entre cidades, criando condições para os processos de mobilidade social e de dinamização dos sistemas comerciais e produtivos (Dollinger, 1999). Estas dinâmicas estão na génese das primeiras Universidades medievais escolásticas, cujo ensino profissional (física, direito, medicina, teologia, advocacia, administração etc.) se tornou acessível a estudantes de várias classes sociais. Apesar da sua dependência da Coroa, da Igreja, do bispo local ou da municipalidade, estas instituições gozavam de um certo nível de autonomia democrática. Algumas universidades, como a de Bolonha, chegaram a definir os estudantes (aprendizes) e não os mestres (professores) como principais responsáveis pela sua governação. O método escolástico – que concilia os princípios e valores cristãos com a 'dialética' e a 'lógica' de Platão e Aristóteles – permanecerá dominante, no funcionamento destas Instituições, até ao século XV (Scott, 2016).



Fig. 6 – Rua Nova dos Mercadores, Lisboa. (fonte: Trindade, 2016)

A peste negra, as pandemias

Entre os séculos XIV – XV a pandemia de peste negra volta a comprometer o equilíbrio dos núcleos urbanos. Neste período, a morte de 30%-50% da população Europeia constituiu um dos maiores choques demográficos sofridos no Ocidente. Nas cidades as populações contraem, o comércio sofre graves disrupções, e a perda de receita fiscal que acompanha o declínio demográfico desafia o governo da 'urbe'. Nos meios rurais, a floresta volta a ocupar a área de cultivo, órfã de trabalhadores, ocorrendo a transição de produções muito intensivas em mão de obra para produções menos exigentes a esse nível, como o pastoreio. No plano laboral acentua-se a dissolução dos acordos feudais e a implementação de contratos de trabalho, bem como um aumento generalizado dos salários devido à escassez de mão de obra. Este processo dinamizará, mais tarde, a recuperação da população urbana: fatores fixos de produção mais atrativos (solos, infraestruturas de comércio, etc.) bem como salários superiores, dão origem a fluxos migratórios para a cidade e, em particular, à deslocação de mulheres que se iniciam na indústria nascente dos lanifícios (Jedwab *et al*., 2019; Coelho, 2020 a).

A superação da crise sanitária (séculos XV-XVIII) coincide assim com transformações profundas que rompem a ordem medieval e anunciam a Modernidade. Do Renascimento ao Iluminismo (séc. XIV-XVIII), a 'razão' procurará, pouco a pouco, uma outra via que não a da 'simbologia' ou da 'tradição'. A racionalidade, a lei natural e a decisão individual, no lugar da tradição e da fé, explicarão os factos da vida (Asher, 2012). Na metodologia científica, surgem duas abordagens na produção de conhecimento, cuja influência persiste até aos dias de hoje: a racionalista, baseada no pensamento de René Descartes (1596-1650) e a empirista, elaborada pelos filósofos John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). A primeira realçaria o hiato entre a razão (*res cogitans*) e a realidade (*res extensa*) – método dedutivo; já a segunda, sublinharia o método indutivo e o princípio da inseparabilidade entre a realidade e a razão (Vasquez, 2014).

O Mundo Ocidental não tinha apenas debelado a crise sanitária; acordara também para o descrédito das suas próprias instituições, abrindo caminho ao fim do regime feudal e ao surgimento de novos poderes. A cisão da Igreja em dois ramos, na sequência dos movimentos de 'reforma' e 'contrarreforma', bem como a alteração de perspetiva sobre a socialização do processo de acumulação de riqueza, espelham as fragilidades e o declínio da moral cristã, inicialmente distante da usura e da sumptuosidade. Tomás de Aquino (1225-1275) intercede pelo direito à propriedade privada, um modo de garantir a ordem na sociedade, bem como a redistribuição do seu excedente em benefício do interesse comum. Mais tarde, João Calvino (1509-1564), impulsionador da reforma protestante, defende o crédito enquanto veículo de investimento reprodutivo na sociedade (Adrien, 2004; Caldas & Ferreiro, 2018ª).

Weber (2022) apreende, no pensamento protestante, o vínculo entre o elemento religioso e a 'entrega' ao 'trabalho'. O que tradicionalmente era apenas necessário, torna-se um 'valor' em si mesmo, um 'meio' de sublimação espiritual do indivíduo. Na sua obra, *Espírito do Capitalismo,* revela como esta visão transfigura o trabalho num motor, não apenas do capitalismo, mas também da consolidação do Estado-Nação. Este significa a redução da autonomia e liberdade das comunidades urbanas medievais em detrimento dos interesses nacionais e, simultaneamente, o impulso a um regime económico fundado na competitividade e na criação de lucro. A economia doméstica – assente nos laços de proximidade e na emancipação social – dá lugar aos monopólios de produção, às relações impessoais e à consagração do mercado, enquanto filtro das oportunidades de vida de cada indivíduo e, simultaneamente, enquanto fonte de novas desigualdades. A 'ideia' protestante, como 'pano de fundo' moral, acompanha profundas alterações no plano produtivo. Os processos de protoindustrialização impulsionados bela burguesia mercantil e financeira, determinam a substituição do modo de produção artesanal e familiar pelo mecânico e a expansão do comércio marítimo e fluvial. Simultaneamente, observa-se o desmantelamento dos mecanismos regulatórios no plano laboral e económico, à medida que as indústrias, se localizam de forma dispersa nos meios rurais, ou na imediação da cidade medieval, fugindo assim ao escrutínio regulatório das 'Guildas' (Mumford, 1982).

As ´mercadorias fictícias', os 'enclosures', o fim dos 'commons', as 'Poor Laws'

Segundo Polany (2016) a crescente preponderância das lógicas de mercado e a emergência de dinâmicas monopolistas, inerentes aos processos de industrialização, estão na base de alterações estruturais na sociedade. No longo período que se inicia com a civilização Greco-Romana e se prolonga até ao fim do feudalismo, a dinâmica em torno do mercado caracterizava-se, na Europa Ocidental, pela reciprocidade e redistribuição, pertencendo à

esfera das relações sociais e políticas. Desse modo, configurou-se um modelo de *economia moral* destinada à satisfação de necessidades de subsistência. Contudo, o controlo da indústria por mercadores estrangeiros – em breve, dominantes na aquisição de matérias-primas e na transação de mercadorias –, gerou a desregulação no regime das relações laborais e do comércio artesanal que, até ali, teriam prefigurado um cenário não concorrencial entre centros urbanos. A monopolização económica, aliada à progressiva incorporação do trabalho, da terra e do dinheiro – numa lógica mercantil em que emergem enquanto salário, a renda ou o juro –, algo que Polanyi designa por *mercadorias fictícias*, constituiu uma clara inversão histórica. A seu ver, a desincrustação do 'mercado' da esfera das relações económicas e sociopolíticas, determinaria graves consequências para a humanidade, como a pobreza e o colapso ambiental.

Às lógicas comunais medievais sucedem-se, assim, as lógicas de individualização e estratificação definidas em função de uma economia de mercado. Ganham expressão a diversificação das funções sociais, a divisão técnica e social do trabalho e os fenómenos de apropriação individual da terra. Salienta-se, neste âmbito, o movimento de *enclosures*, que tendo tido início em Inglaterra no século XII, atingiria o seu auge no século XV. No mundo medieval, a hierarquia social definia-se, pelos lordes, proprietários de terras pertencentes à nobreza, fazendeiros agrícolas e servos. Os que não tinham acesso à terra (artesãos, comerciantes, trabalhadores pobres e migrantes) recorriam aos *commons* ou zonas de propriedade coletiva por direito tradicional e por sucessão natural. Deles faziam parte terrenos abertos, florestas, prados e baldios, lugares que asseguravam a subsistência alimentar, materiais para a construção ou outras matérias-primas essenciais, designadamente, o carvão. A consolidação institucional do direito à propriedade privada – de que é exemplo a introdução do Statute of Merton (1235) –, bem como o crédito à compra de terrenos em processo de valorização, determinou a progressiva privatização do espaço medieval visando: (i) processos especulativos sobre a terra, (ii) elevação do preço de produtos alimentares, (iii) diversificação para uma produção mais lucrativa (ex. transição para pastoreio ou constituição de bacias de recursos necessários à indústria). A vedação (*enclosures*) dos espaços comuns (*commons*) traduziu-se na prática, na despossessão em massa da população rural (Hodinkson, 2012).

Marx (2019) [1864] considerou este processo de apropriação enquanto um mecanismo de *acumulação primitiva de capital* (tal como a colonização ou a escravização) na medida em que o seu resultado foi a criação de uma massa de proletários[2], obrigada a vender a sua força de trabalho. A acumulação de propriedade que se inicia no século XIII é assim relacionada com a mobilização progressiva do mercado de trabalho, antecâmara do regime capitalista. Os

[2] termo que alude à *infraclassen* da Antiguidade clássica – população migrante, sem propriedade ou controlo dos meios de produção

potentes fluxos migratórios dos meios rurais para os urbanos, que ocorrem com a revolução industrial (séc. XIX-XX), podem ser rastreados até esse momento seminal em que extensas camadas da população são privadas do *'seu'* território de sobrevivência.

Apesar destas transformações, o mercado de trabalho competitivo mobilizou-se mais tardiamente em Inglaterra (séc. XIX). A resistência de uma sociedade predominantemente rural às transformações em curso, determinou uma *contra legislação* que dificultou o avanço do mercado em detrimento do trabalho. Destacam-se, neste âmbito, as *'Poor Laws'* (séc. XVI), um mecanismo de assistência aos pobres e, em geral, à população que vivia na miséria. Mais tarde, esse mecanismo regulatório seria alargado ao insuficiente salário dos trabalhadores independentes, através da Lei de Speenhamland (1795). A proteção do direito à vida e à subsistência, que constituía a finalidade destas leis, contradizia as profundas transformações que o mercado procurava consolidar no plano económico e social. As *'Poor Laws'* não conseguiram, porém, contornar a pobreza estrutural, neutralizando, até, a possibilidade de os trabalhadores superarem a sua condição de subsistência através de movimentos reivindicativos. Os salários tenderam a degradar-se, no âmbito de um financiamento parcial do estado, enquanto as empresas não se sentiram verdadeiramente incentivadas para um aumento das remunerações (Anderson, 2017).

A consolidação do Estado-Nação, o mapa e o desígnio imperial

As perturbações de carácter socioeconómico que assolam a sociedade medieval, entre elas a progressiva socialização do processo de acumulação de riqueza, estão na origem de um conjunto de reflexões que incidem sobre a tensões estabelecidas entre a esfera das liberdades individuais e a do poder incontestado das autoridades governativas convencionais. Deste modo, fundamenta-se progressivamente a ideia de um 'novo' poder centralizado – o Estado-Nação –, apto a defender o interesse coletivo. Thomas Hobbes (2020)[1651] expõe, em *Leviatã*, a importância de submeter as liberdades individuais, causadoras de conflito, ao poder centralizador de um estado soberano (monarquia ou assembleia). Este, legitimado através de um processo que se aproxima do conceito de democracia representativa, seria capaz de interpretar os múltiplos interesses individuais e simultaneamente, legislar e interceder pelo bem comum' (Skinner, 1999).

No plano governativo, as profundas transformações socioculturais e económicas transcendem assim as 'muralhas institucionais' da cidade medieval. As pressões da burguesia mercantil e financeira, visando o abrandamento da taxação e regulação urbanas, tinham por horizonte um mercado interno nacional, que exigiria uma nova escala para os sistemas político e económico, um diálogo submetido a lógicas naturalmente mais recentes (Le Galès, 2003). Assistiu-se, em particular na Europa, ao declínio das instituições da Igreja, das guildas e da

aristocracia. A sua progressiva subordinação teria lugar no âmbito hierárquico das instituições nacionais mas, também, do aparato burocrático, legislativo e tributário associado à centralização do poder. Ocorre, assim, a transição da sociedade feudal para um novo 'modelo' – o Estado-Nação – que, sendo no início monárquico, se transfiguraria, mais tarde, em República (Harding & Blokland, 2014).

Segundo Arendt (2007), as novas estruturas do poder que emergiram da consolidação dos Estados-Nação, e sobretudo das revoluções Republicanas, determinaram a redefinição das categorias da esfera pública e privada. Nas civilizações Grega e Romana, estar privado de propriedade significava não possuir um lugar na esfera pública. A coexistência e separação entre os dois domínios era condição essencial à plenitude da cidadania e um dos fundamentos legislativos da Cidade-Estado. A riqueza não se desenvolvia no sentido da acumulação estrita, mas sim na libertação do homem da necessidade básica da subsistência. Com o advento do capital, da indústria e da propriedade, como sinónimo de riqueza, abre-se o caminho das cisões dentro da própria igreja e, num outro plano, da socialização do processo de acumulação. O Estado, emergindo como defensor do interesse público, surge, por outro lado, como protetor da propriedade privada. É este colapso entre as esferas do privado e do público que marca o nascimento dos Estados modernos.

Um dos traços mais significativos que resulta da consolidação das nações Europeias e das suas ambições imperiais é o súbito interesse pela cartografia. O 'mapa', a representação rigorosa e científica, é indissociável da 'antecipação', da 'posse' não realizada, mas previamente sonhada na 'consciência' do soberano. Excetuando o *Mappamundi* (mapa medieval da Europa) e as cartas marítimas portuguesas, as monarquias europeias viveram até ao século XVI sem grande preocupação com a 'representação' dos seus territórios. No mundo medieval e feudal o 'poder' não recorria ao 'mapeamento' senão num plano mais idealizante que propriamente representativo. Mas com a cartografia moderna do Renascimento (séc. XIV-XVI), regressa um 'olhar' sobre a forma da Terra e da sua superfície e, com ele, a procura de um método rigoroso capaz de delimitar as fronteiras de novas colónias e territórios. A cartografia moderna nasce, assim, como instrumento 'territorializante' de uma nova autoridade política, elemento 'figurativo e uniformizador' que simboliza a convergência dos desígnios individuais com os desígnios coletivos instaurados pelo Estado-Nação (Biggs, 1999). O intento de superar o atrito da distância que caracterizava a sociedade medieval e a curiosidade pelo conhecimento de 'novos mundos', determinaram em simultâneo, a ampliação das perspetivas filosóficas sobre o homem e a civilização e o surgimento de novas áreas disciplinares como a biologia, a antropologia ou a história comparativa, à medida que os territórios colonizados começavam a ser classificados e descritos, revelando realidades sociais e ambientais distintas (Withers, 1995).

O mercantilismo, a consolidação do 'poder político'

A consagração do Estado-Nação, sob a forma de monarquias absolutas, reflete-se em novas perspetivas no plano económico, onde ganham relevo os interesses geoestratégicos nacionais face à dimensão ética e moral que, outrora – na cidade medieval –marcara as trocas comerciais e os sistemas produtivos. O mercantilismo representa a transição para uma nova economia política que procura beneficiar, em simultâneo, os desígnios do Estado-Nação e da burguesia capitalista. Na medida em que agiliza o acesso às matérias-primas e aos metais preciosos (essenciais à indústria e à produção de moeda) e impõe o trabalho escravo (que ressurge da longínqua civilização clássica), a colonização expande o comércio internacional contribuindo para a consolidação do absolutismo e dos seus impérios (ex. Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda). Pelo seu lado, a burguesia emergente socorre-se do desígnio expansionista dos Estados-Nação, bem como dos respetivos instrumentos de política económica, para incrementar os seus retornos e ampliar a sua influência (Rojas, 2007).

No sistema mercantil estes instrumentos dependiam, sobretudo, da constituição de um saldo positivo na balança comercial (importações-exportações), cenário propício a uma 'guerra económica' com ganhadores e perdedores. Como refere Colbert (1664) citado por (Pierre & Sérvulo, 1969, p.33):

"Só a abundância de dinheiro num Estado constituirá a diferença da sua grandeza e do seu poder (...). Se apenas uma determinada quantidade de dinheiro circula em toda a Europa (...) não é possível aumentar o dinheiro num reino sem o retirar simultaneamente, em quantidade idêntica, nos Estados vizinhos"

Catalisador de conflitos futuros, o mercantilismo definia-se ainda pelos diferentes modos estratégicos de pensar este enriquecimento. Com o 'Bulionismo', Portugal e Espanha perseguiam, sobretudo, a acumulação de metais preciosos, daí resultando alguma inércia na atividade transformadora. Já o mercantilismo comercial inglês, monopolizando o comércio com as colónias, refreava as importações enquanto ampliava a sua capacidade exportadora. Por último, o mercantilismo industrial francês dedicava-se à indústria, sem abrandar na restrição das importações (Mun, 1755; Shaeper, 1983; Caldas & Ferreiro; 2018a).

A cidade enquanto representação do poder: a cidade-capital e a cidade colonial

À consolidação do novo poder político e económico, não é alheia a evolução urbana entre os séculos XVI-XVIII. A arquitetura autonomiza-se como disciplina, inspirando-se nas referências

da antiguidade clássica, não apenas para projetar os palácios e os monumentos religiosos, mas também para reequacionar o desenho da nova 'urbe' – um retorno ao modelo da *'cidade ideal'*, 'símbolo' e teatralização do poder –. A *cidade enquanto arquitetura*, com a sua malha regular, as suas avenidas e edifícios simbólicos, dispondo o público e o privado, torna-se visível nas capitais do Estado-Nação e nos novos assentamentos coloniais. O urbanismo surge, assim, como símbolo e instrumento do poder nos territórios dominados pelo Estado-Nação.

Dois dos primeiros 'planos' das 'Cidades-Capital' tiveram origem na adversidade. Londres, com o incêndio de 1666 e Lisboa, com o sismo de 1755. As ruínas destas cidades, sem gente ou edifícios, abrir-se-iam à imaginação de arquitetos e urbanistas. Em Londres, Sir Christopher Wren elaborou, renegociando lote a lote, o plano que lhe fora pedido; nesse processo envolveram-se ainda John Evelyn, Valentine Knight ou Robert Hooke. Em Lisboa, Manuel da Maia e Eugénio dos Santos desenhariam a Baixa Pombalina a partir da nova margem do Tejo (Fig. 7). Os planos de tendência higienista que surgiriam mais tarde, no século XIX, no auge das disfunções urbanas causadas pela revolução industrial e pelo capitalismo, seguem sensivelmente os mesmos princípios formais, funcionais e simbólicos: Barcelona planeada por Ildefonso Cerdá (1815–76); Berlim por James de Hobrecht (1825–1902) e Paris por Georges-Eugène Haussmann (1809–91).

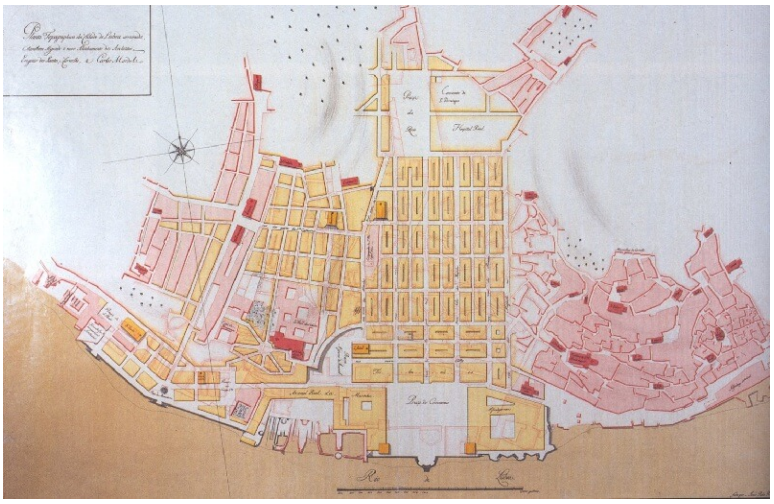


Fig. 7 – Plano da baixa pombalina de Manuel da Maia e Eugénio dos Santos (fonte: https://made-portugal.blogspot.com/2017/09/lisboa-pombalina.html)

Não obstante as inegáveis virtudes de tais planos, a segregação social foi, porém, a outra face de um urbanismo comprometido com projetos de poder político e económico. O processo de renovação urbana de Haussmann em Paris, a pedido de Napoleão III (1853-1870), constituiu um exemplo paradigmático. O plano implicou a demolição de grande parte da antiga

cidade medieval dando lugar a novos quarteirões, avenidas e jardins (Fig. 8). Mas apesar de solucionar as condições insalubres da cidade, viria a introduzir novas assimetrias urbanas. Ao centro heterogêneo medieval, compreendendo classes sociais diversas, sucedeu um outro tipo de ocupação, onde prevalecia a representação do Estado e dos interesses privados (imobiliários e comerciais), em detrimento de operários e outras classes de trabalhadores que se viam definitivamente afastados daquela zona da capital. No lugar do sinuoso tecido medieval, aliado natural de barricadas e revoltas anteriores, surgia agora uma malha urbana regular, quem sabe, um novo dispositivo urbano mais hábil e policiável na defesa dos interesses do Estado e da burguesia ascendente (Harvey, 2012).



Fig. 8 – Abertura da Avenue de L'Opéra: Butte des Moulins (Fonte: Marville, 1876, https://www.metmuseum.org/art/collection/search/307387)

Situações similares ocorreram noutros continentes (América do Norte, África, América Latina ou Ásia), desde o início dos processos de colonização até ao século XX. Nos territórios conquistados cresceram autênticas capitais coloniais, cuja monumentalidade encenava simbolicamente a ascendência dos países colonizadores (ex. Inglaterra, Portugal, França, Bélgica). Essas cidades espelharam frequentemente o alheamento da morfologia urbana e do contexto social existentes, ignorando ou priorizando negativamente as condições de vida das populações locais. É o caso de Rabat (Marrocos), Nova Delhi (Índia), Johannesburg (África do Sul) ou Rio de Janeiro (Brasil). As políticas, a prática e a ideia de planeamento nestas capitais, traduzem, a par de outros objetivos, um projeto de afirmação das potências colonizadoras, onde se entrevê a ideia de supremacia teórica no âmbito do urbanismo ou, num outro plano, a presença do 'lobby' das indústrias de construção e do imobiliário (Nightingale, 2012; Santos & Ferreiro, 2018).

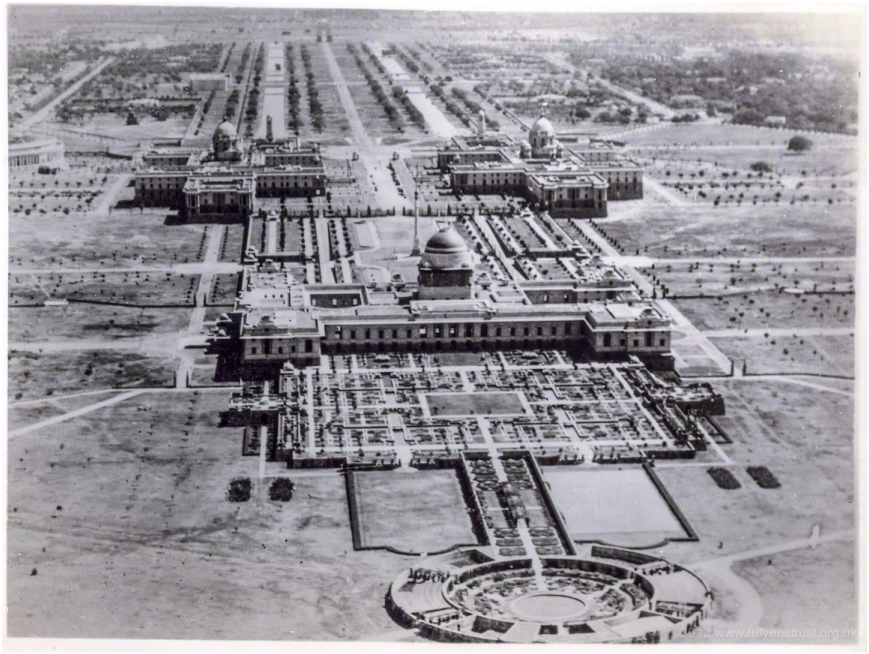


Fig. 9 – Imagem aérea de 1920 do palácio do vice-rei em Nova Delhi (fonte: https://thewire.in/government/backstage-with-the-gardeners-who-tend-the-first-garden-of-the-republic)

A Cidade-Capital que surge da consolidação dos Estados-Nação encerra, além do mais, a dupla contradição estre a esfera política e privada, identificada por Hannah Arendt: por um lado, centro de representação, administração e controlo de um novo poder político, por outro, centro de acumulação de capitais. É este o lugar a partir do qual se forma uma economia de escala nacional que passa a polarizar os restantes territórios; o mercado amplia-se, torna-se permanente, e os modos de consumo são reinventados e difundidos em articulação com o resto do país e do Mundo.

Diz-nos Lewis Mumford (1982, p.472-473), a propósito de Paris:

"Paris assumiu esses deveres no século XVIII; e desde então, toda a capital nacional serviu de modelo para o resto do país. Fazia parte das funções económicas da capital, do ponto de vista dos grandes fabricantes e importadores, desacreditar os produtos locais, que variavam em modelo, em cor, em material, em textura, em decorações, de acordo com a tradição local, e pôr em circulação aqueles que se usavam na capital"

ou, ainda, referindo Londres a propósito de uma citação de Daniel Defoe (1738):

"A grandeza da cidade de Londres aumenta muito consideravelmente o comércio interno, pois dado que a City é o centro do nosso comércio, assim todas as manufaturas são para aqui trazidas e daqui distribuídas para todo o país' (...) este último trecho é uma explanação sucinta da diferença entre a economia medieval urbana e a economia barroca do Estado (...). A expansão do mercado tem sido

uma das qualidades mais características do regime comercial (...) envolvida em todo o sistema de colocar satisfações sucedâneas no lugar das diretas, e bens monetários em lugar de experiências vitais (...). Pelo século XVIII, os mercados públicos e as lojas de produtores da cidade medieval estavam a ser convertidos em lojas especializadas em contínuo funcionamento".

2.5 A metrópole industrial. Do capitalismo internacional ao Estado Social

Entre os séculos XVIII-XIX observa-se, no plano político e económico, o declínio do mercantilismo. Esse lento declive acompanhou a revolução industrial que se iniciara em Inglaterra, bem como a redefinição do Papel do Estado, marcada por acontecimentos como a Independência Americana (1776) e a queda do absolutismo em França (1789). Eric Hobsbawm (2010)[1962], um historiador marxista britânico, entrevê na modernidade a marca da sua dupla revolução. A revolução social Francesa de 1789 – semeando, nos planos político e ideológico, o alicerce das democracias liberais – e a revolução industrial iniciada em Inglaterra, como símbolo da transformação económica e da ascensão do capitalismo. A primeira colocando as leis ao serviço da razão e da ética, a segunda associando-as, em conjunto como a tecnologia, à via do *progresso*, da expansão do mercado e do lucro.

A defesa do liberalismo económico. Adam Smith, David Ricardo, o Tratado de Methuen

Ao longo do período referenciado, o pensamento económico emancipou-se progressivamente do dirigismo de Estado, bem como das suas perspetivas relativamente à economia e à sociedade. Corolário dessa evolução, *Um inquérito à natureza e às causas de riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith (1723-1790) constituiu um contributo teórico decisivo para a consagração do liberalismo de mercado.

De acordo com Smith (2005) [1776], a riqueza das nações dependia essencialmente da divisão técnica do trabalho e da especialização económica. Este processo estaria, por sua vez, dependente da expansão do mercado e da sua capacidade para superar as limitações do 'circuito' interno. Neste sentido, a descoberta da América e a passagem do Cabo da Boa Esperança são vistos como marcos incontornáveis da história da humanidade; todavia, a estratégia monopolista que os diferentes países implementavam nas suas colónias, designadamente a regulação imposta ao comércio, comprometiam a plenitude de um modelo de mercado-livre. Para Smith, um país poderia aumentar a sua capacidade produtiva – *vent for suplus* – criando um excedente que induziria o crescimento económico e o bem-estar da sociedade. Mas tal só aconteceria com a especialização do tecido produtivo em função do

mercado exportador, um cenário favorável à troca de excedentes de produção em função das necessidades internas de cada país (Myint, 1958). Este processo de especialização produtiva e subdivisão do trabalho, traduzir-se-ia naturalmente em assimetrias de desenvolvimento, beneficiando, primeiramente, as cidades e locais situados na confluência das rotas de transporte de mercadorias (fluviais e marítimas), sendo apenas posteriormente ampliado aos territórios interiores.

"Os trabalhadores do campo quase sempre são obrigados a executar, eles mesmos, todos os tipos de trabalho que têm grande afinidade entre si, (...). Já que o transporte fluvial ou marítimo abre um mercado mais vasto para qualquer tipo de trabalho do que o transporte terrestre como único meio, é na costa marítima e ao longo dos rios navegáveis que, naturalmente, todo o tipo de trabalho ou ocupação começa a subdividir-se e aprimorar-se; somente depois de muito tempo esses aperfeiçoamentos se estendem ao interior de um país" (Smith, 2005, p. 22)

A teoria de valor-trabalho e a lei da oferta e da procura tornam-se vitais na investigação de Adam Smith. Com o advento do capital e universalização da 'sociedade comercial', o valor de troca de um objeto distancia-se do seu valor de uso (utilidade) tornando-se equivalente à quantidade de trabalho que esse objeto pode comprar. Adam Smith distingue assim o preço natural do preço de mercado. O preço natural de uma mercadoria corresponderia à remuneração dos salários dos trabalhadores implicados na sua produção, à remuneração da terra (renda) e à remuneração do capital ou lucro, isto é, uma contrapartida pelo investimento do capitalista. Já o preço de mercado dependeria da quantidade de oferta e de procura efetiva. Para uma oferta superior à procura, os fatores salário, renda ou lucro estariam a ser remunerados abaixo do valor natural; no caso inverso, os mesmos fatores teriam uma remuneração acima do valor natural. De acordo com o economista, mas também filósofo britânico, num sistema de mercado liberalizado – a *mão invisível* conduziria à convergência entre os interesses individuais e o interesse comum. Se a oferta fosse superior à procura, trabalho, terra ou capital tenderiam a deslocar-se para atividades mais lucrativas, fazendo convergir o preço de mercado com o preço natural. O inverso também seria verdade. A intervenção do Estado neste mecanismo de 'autorregulação' teria como consequência perversa o monopólio dos produtores sobre os consumidores, anulando a possibilidade de cada homem poder ser um 'mercador'. Smith defendia um sistema de liberdades individuais, competindo ao estado zelar pela paz, assegurar juridicamente a justiça entre cidadãos, defender a instituição da propriedade privada e, por fim, investir nas áreas em que a iniciativa individual dificilmente fosse lucrativa: infraestruturas de comunicação, ensino ou segurança. Estes investimentos deveriam ser financiados através de taxas ou impostos. (Caldas & Ferreiro, 2018 b)

Tal como Smith, David Ricardo (1772-1823) refletiu sobre os princípios norteadores do liberalismo económico. Em '*The Principles of Political Economy and Taxation'* (1877), debruça-se sobre o Tratado de Methuen, celebrado entre Portugal e Inglaterra (1703) a propósito do comércio de roupa e vinho. Ricardo (2018) desenvolveu, neste âmbito, o modelo das 'vantagens comparativas' (two products, two countries). Segundo o autor, Portugal seria claramente mais eficiente na produção de ambos os produtos, expressa em número de horas de trabalho por cada unidade produzida. Inglaterra, por sua vez, teria vantagens relativas na produção de roupa, face à produção de vinho. No entanto, os cálculos comprovavam a existência de vantagens relativas na especialização produtiva: Portugal produziria vinho, Inglaterra tecidos. A troca, veículo de realinhamento das Nações, permitiria ganhos mútuos, eventualmente a paz com a Inglaterra, incomodada com o anterior apoio de Portugal ao Bloco liderado por França e Espanha, durante a guerra de Sucessão Espanhola entre 1701 e 1714.

Analisando as consequências do Tratado de Methuen para ambos os países, concluiu Robinson (1979, p. 103):

"Na realidade, a imposição do livre comércio em Portugal, matou o crescimento da indústria têxtil e deixou o país ao sabor do lento crescimento do mercado vinícola, enquanto em Inglaterra, as exportações de tecidos de algodão levaram à acumulação, à mecanização e a toda a espiral de crescimento conducente à revolução industrial".

Este tratado evidencia uma das razões que justificam um desenvolvimento industrial Português tão incipiente e tardio. O país terá ficado confinado a uma economia de caracter essencialmente agrícola, situação que permaneceria, de resto, até à segunda metade do século XX. Ao aceitar o acordo, Portugal comprometeu o desenvolvimento das suas indústrias, a evolução tecnológica, o 'ganho' de know-how e de capital. De facto, com menos incorporação de trabalho e de inovação, o setor do vinho conduziria lentamente à estagnação económica. Já o desenvolvimento da manufatura, colocaria Inglaterra na linha da frente da Revolução Industrial.

A análise das assimetrias socioeconómicas e espaciais no advento de uma economia de mercado.

O aumento das desigualdades sociais e as crises cíclicas económicas, decorrentes da transição para uma 'economia de mercado', são objeto de debate num primeiro conjunto de contribuições, que, tendo ainda como pano de fundo uma sociedade iminentemente agrária, exploram o tema da produtividade, da escassez e os efeitos da consagração legal da propriedade privada. Em '*Um ensaio sobre o princípio da população'* (1998)[1798], que valeu

o epíteto de *ciência sombria* à Economia Política, Malthus (1766-1834) subordina o crescimento populacional aos níveis de produtividade da terra, concluindo que o primeiro seria de ordem geométrica e o segundo de ordem aritmética. Deste modo, o crescimento da população humana não seria acompanhado do crescimento dos recursos necessários à sua sobrevivência. Segundo a sua teoria, a desigualdade constituía um mecanismo natural de *check and balance*. O aumento de população conduziria inevitavelmente à escassez de alimentos, uma vez que o volume de produção teria que ser dividido por mais pessoas. Por outro lado, o excesso de mão de obra reduziria o preço dos salários, enquanto o valor dos produtos produzidos cresceria em consequência da procura. A classe mais baixa seria a mais afetada pela fome e pela mortalidade. Segundo Malthus (1998, p. 11), não deveria ser prestada qualquer assistência aos pobres, sob pena da sua condição se estender ao resto da sociedade:

"Embora os ricos, por combinações injustas, contribuam frequentemente para prolongar temporadas de aflição entre os pobres, nenhuma forma possível de sociedade poderia impedir o impacto da ação constante da miséria para uma grande parte da humanidade, se num estado de desigualdade e, sobre todos, se fossemos todos iguais".

Mas as visões sobre a desigualdade no século XVIII nem sempre convergem com a perspetiva Malthusiana. Em '*Princípios de Economia Política e Tributação*', Ricardo (2018) [1817] teoriza sobre as consequências do crescimento da população na evolução do preço da terra. O estudo relaciona esse crescimento com a escassez progressiva da terra como bem acessível. Sujeito à lei da oferta e da procura, o seu preço, bem como o das rendas, cresceria continuamente, criando um fosso de desigualdade entre os proprietários da terra e a restante população privada de rendimento. Apenas se restabeleceria o equilíbrio, na esfera social, com a tributação progressiva dos rendimentos sobre a propriedade.

Numa outra leitura, em '*Agrarian Justice*', Paine (1797) associa a desigualdade social à institucionalização progressiva da propriedade privada, na sua simultaneidade com os processos de despossessão de uma parte significativa da população. A propriedade privada implicando a oposição entre duas classes, a dos proprietários e a dos trabalhadores, fazia incidir desproporcionalmente sobre a última, o inevitável risco de privação. Tendo por único recurso a sua força de trabalho, permaneceria refém da recessão e das flutuações cíclicas da economia. Enquadrando a pobreza enquanto injustiça seminal, o autor propõe uma pensão social proveniente da taxação sobre os direitos sucessórios da propriedade. Tal imposto, distribuído pela população, providenciaria os instrumentos (educação) e o suporte material necessário para que os trabalhadores se distanciassem da pobreza, tanto na juventude como

na velhice. (Anderson, 2017). Com esta 'ideia', Paine (1737-1809) surge como o longínquo inspirador do Rendimento Básico Universal (RBI), uma proposta atual que tem por objetivo mitigar as situações de pobreza e desigualdade, nomeadamente as decorrentes da financeirização económica e de transições tecnológicas como a robotização, a digitalização ou a descarbonização da produção.

Os estudos dos processos de diferenciação e estratificação determinados por uma economia de mercado, englobariam também o território - espaço onde se articulam as dinâmicas de produção e consumo. Em '*Um ensaio sobre a natureza do comércio em geral*', Cantillon (2015) [1755] identifica os fatores de aglomeração e a maximização dos custos de transporte (distância entre consumidores e produtores), como vetores determinantes na constituição do mercado. Inaugura, assim, o que mais tarde se designaria por *teoria dos lugares centrais* – pontos de oferta e procura situados na confluência de aglomerações humanas (vilas ou cidades). Conclui, também, que os preços e a dimensão dos mercados variam espacialmente – determinando competitividades diferentes (por variações na procura ou na oferta) – e que a diferenciação do uso do solo dependeria do fator distância. Na proximidade das aglomerações urbanas estariam os produtos agrícolas que conferiam um retorno maior durante todo o ano (produtos mais perenes) e, em locais mais distantes, os produtos cujo consumo anual traria menor retorno (Hébert, 1981). Von Thunen (2018) [1826] desenvolveria este modelo em '*O estado isolado*'. Inicialmente, concebeu um território plano isolado do exterior, sem diferenças de fertilidade, sem vias de transporte e onde os custos de deslocação gastos na produção fossem negligenciáveis. A sua representação espacial das dinâmicas económicas era consistente com uma única cidade, centro de produção industrial onde convergiam os produtos agrícolas cultivados na sua proximidade. A localização das diferentes culturas formaria um padrão de anéis concêntricos, estabelecidos de acordo com o seu grau de retorno anual; os preços seriam estabelecidos em função das distâncias vencidas na sua distribuição. Ao adicionar novos fatores (eventual surgimento de aglomerações urbanas, fertilidade dos solos, taxas alfandegárias etc.) esse modelo concêntrico perfeito sofreria algumas distorções (Puscacio, 2014).

Desigualdade, insalubridade e doença na cidade industrial

Ao longo do século XIX a revolução industrial, o capitalismo e a transfiguração do Estado-Nação em Estado Liberal, estão na origem de profundas disrupções no plano social, económico, político e tecnológico. As consequências destas transformações tornam-se particularmente nítidas nos territórios urbanos – epicentro de novas relações e de novos modos de produção que definem a sociedade industrial emergente. O tecido urbano reage às mais recentes atividades produtivas, ajustando-se ao surpreendente consumo determinado

por um mercado em expansão. Enquanto os espaços industriais, os bairros de rendimento, bem como os distritos comerciais e financeiros invadem a cidade medieval, algumas tecnologias e infraestruturas inovadoras, surgidas no final do século XIX (comboio; linhas férreas), encurtam as distâncias, conferindo uma maior flexibilidade à localização das indústrias.

Antigas cidades medievais adjacentes a áreas portuárias, canais navegáveis ou fontes de matéria-prima, bem como alguns territórios servidos por nós ferroviários, acabam por converter-se à atividade industrial; neles desagua uma população rural sedenta de emprego. Este fenómeno sentencia um crescimento urbano sem precedentes. Entre 1800-1880, Londres cresce 380% atingindo 3,8 milhões de habitantes, Berlim 765% e Nova York 2000%. (García Vasqués, 2016). Short (2014) denomina as novas aglomerações urbanas enquanto *'Shock cities'*, cidades onde a explosão demográfica determinou vulnerabilidades múltiplas: proliferação dos 'bairros de lata' e sobrelotação dos centros medievais decorrente do insuficiente parque habitacional, e, em simultâneo, défices na cobertura de serviços públicos essenciais (como a saúde) e de infraestruturas básicas (água e saneamento). Se a este quadro associarmos a poluição industrial e humana, bem como a mobilidade inerente ao comércio internacional, compreender-se-á a rápida disseminação de epidemias como a cólera ou a tuberculose. As taxas de mortalidade infantil crescem, acompanhando o colapso da esperança média de vida, sobretudo nas cidades mais industrializadas (Hall & Jones, 2019).

Todavia, a crescente influência da 'imprensa' e dos estudos de investigação permite a análise e a denúncia das condições de precariedade em que vivem os operários industriais de grandes cidades como Londres ou Nova Iorque. Mayhew (1985)[1851], jornalista do *Metropolitan Correspondent*, expõe as condições desumanas em que vivem os operários Londrinos em '*London Labour and London Poor'*; Booth (1889), investigador social, introduz o '*Social Survey'* e identifica, através do mapeamento de dados estatísticos, os bairros pobres de Londres, que correspondiam a cerca de 35% da população da cidade; Riis (1957)[1890], fotojornalista e ativista, denuncia na publicação '*How the other half lives'* as condições deploráveis da habitação operária em Nova Iorque. Deve ainda referir-se o trabalho de Engels (1993)[1845] que deixa, entre outras publicações, '*A condição da classe trabalhadora em Inglaterra*', um dos estudos que fundamentariam *'O Capital*' de Karl Marx.

"Toda a grande cidade tem um ou mais 'bairros de lata' onde a classe trabalhadora se aglomera. A verdadeira pobreza reside frequentemente em becos escondidos perto dos palácios dos ricos; mas, em geral, um território à parte é-lhes atribuído, afastado da vista das classes privilegiadas (...). Estas 'favelas' estão dispostas de maneira bastante semelhante em todas as grandes cidades da Inglaterra, sendo as piores casas nos piores bairros das cidades; geralmente 'chalés' de um ou dois andares em longas filas, talvez com caves usadas como habitação, quase sempre de construção irregular (...). As

ruas geralmente não são pavimentadas - são ásperas, sujas, cheias de lixo vegetal, animal, sem esgotos ou sarjetas e plenas de poças estagnadas e imundas. Além disso, a ventilação é impedida pela deficiente construção de todo o bairro, e como muitos seres humanos vivem amontoados num pequeno espaço, a atmosfera que prevalece nessas casas dos trabalhadores pode ser facilmente imaginada. (Engels, 1993, p.39)

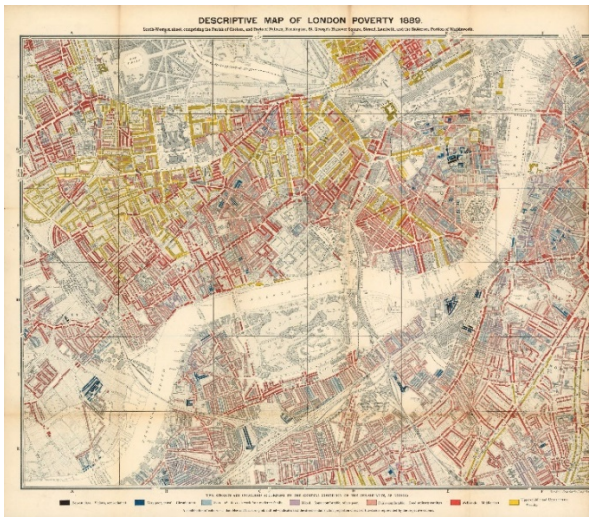


Fig. 10 – Mapa da pobreza em Londres realizado por Charles Booth (fonte: https://www.atlasofplaces.com/cartography/descriptive-map-of-london-poverty/, 2020)



Fig. 11 – "Five cents a spot" (fonte: Jacob A. Riis ,1890, https://www.nytimes.com/2015/10/23/arts/design/jacob-riis-photographs-still-revealing-new-yorks-other-half.html)

No século XIX, a ciência aprofunda cada vez mais o nexo entre epidemias, como a cólera, e o agravamento da insalubridade e das condições de habitação nas cidades industriais. Em 1854 o médico John Snow, não raro considerado o precursor dos Sistemas de Informação

Geográfica (SIG), mapeia um surto de cólera em Londres, demonstrando a sua ligação com um poço de água contaminado no Soho (Fig. 12). Mais tarde, outros avanços científicos em áreas como a microbiologia, epidemiologia e doenças transmissíveis, são alcançados por Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910), que descobrem as bactérias responsáveis pela cólera ou pela tuberculose (Santos, 1994). A compreensão destas vulnerabilidades, cujas implicações não se cingem às classes mais desfavorecidas, está na génese do urbanismo na transição entre os séculos XIX e XX. Numa primeira fase, este contexto dá origem a uma resposta higienista e pragmática aos problemas sanitários da cidade industrial. Em Inglaterra é criado um conjunto de comissões, bem como alguma legislação específica, que a partir da década de 1840 enquadra a intervenção nas zonas urbanas; o objetivo é a construção de redes de abastecimento de água, estruturas de saneamento e pavimentos nas ruas da cidade. Por outro lado, a remoção das *'favelas'* coincide com os primeiros investimentos em bairros operários e com a implementação de diversos serviços públicos relevantes (ex. hospitais). Paralelamente a este esforço urbanístico, é realizada a grande reforma do governo local – Public Health Act (1848) –, que divide o país em distritos sanitários rurais e urbanos, supervisionados pelo governo central (Hall & Jones, 2019).

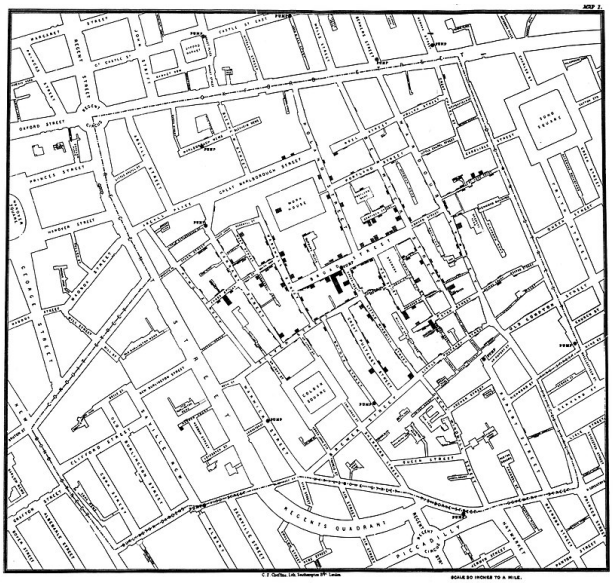


Fig. 12 – Mapeamento dos surtos de cólera em Londres (fonte: Snow, J., 1854, https://www.nationalgeographic.org/activity/mapping-london-epidemic/)

As desigualdades enquanto prelúdio das utopias modernas. Do socialismo utópico ao socialismo científico

As consequências do capitalismo, refletindo-se no aumento das desigualdades e na crescente assimetria de desenvolvimento entre os meios rurais e urbanos, suscitam um conjunto de

contribuições teóricas que subentendem uma crítica às premissas da economia política clássica. As teorias de valor e do trabalho, o papel do Estado, a subordinação dos interesses coletivos aos interesses individuais e, não menos importante, os efeitos nefastos da autorregulação do mercado, são alguns dos temas revisitados. Anunciam-se, assim, novas propostas de sociedades e territórios futuros. É o prelúdio das utopias modernas que, sob a longínqua inspiração de Thomas More (1478-1535) em Utopia (1516), irão influenciar as grandes narrativas ideológicas, as reformas que dão origem ao Estado-Social e os modelos de urbanismo moderno que surgem na transição do século XIX para o século XX (Barros, 2011). Desse amplo movimento de ideias surgiram as correntes do socialismo utópico (ex. Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen, Joseph Proudhon) e do socialismo científico (Karl Marx e Engels), sendo incontornável o contributo, a um tempo, romântico e rebelde de John Ruskin (Barros, 2011).

Saint-Simon (1760-1825), defensor do industrialismo, é considerado um dos precursores do socialismo e do pensamento marxista, não apenas por salientar o compromisso do Estado para com a sociedade, mas também por ter precocemente enunciado a luta de classes. A educação – o capital social – constitui, na sua reflexão, o principal veículo de mobilidade social das classes trabalhadoras. Em '*Lettres d'un habitant de Genève à ses contemporains'*, Saint-Simon (1976, p.32)[1803] afirma: "*Até agora os ricos limitavam-se a comandar-vos: obriguem-nos a explicar-vos coisas e a instruir-vos*". Identifica, deste modo, a educação como fator indispensável à mobilidade social da classe trabalhadora. É também um dos primeiros a denunciar os problemas que decorrem da competição capitalista entre cidades, regiões e países, nomeadamente as ameaças à paz. Visionário, Saint-Simon propõe a formação de uma Liga das Nações Europeias, baseada na cooperação e no incremento do bem-estar das populações – um prelúdio da formação da União Europeia (Polinger, 1943).

Mas se Saint-Simon defende o industrialismo, a cultura do trabalho e do mérito, o humanista Fourier (1772-1837) critica a desordem social causada pelo capitalismo industrial, identificando na pobreza a sua máxima expressão. A desigualdade social que acompanhava a progressiva especialização do trabalho, deveria ser combatida e, se possível, eliminada. Vem neste sentido a sua proposta para uma rede de 'falanstérios' – unidades sociais de autossubsistência com uma população aproximada de 1500 habitantes –, onde todos teriam ocupações diversificadas (agricultura, indústria, serviços, cultura, saúde, educação), bem como a possibilidade de transitar entre atividades, fugindo à monotonia da especialização laboral. Fourier defendia o mutualismo enquanto sistema económico assente na cooperação, bem como na partilha dos meios de trabalho e dos rendimentos dele resultantes. O 'falanstério', lugar onde o valor do trabalho não dependeria da sua quantidade mas antes da qualidade, fundamentava-se não apenas na 'ideia' mas também na arquitetura como símbolo e suporte da comunidade. A expansão do modelo territorial dos falanstérios seria, para

Fourier, capaz de induzir uma transformação progressiva dos fundamentos da sociedade capitalista e industrial, sem necessidade de uma revolução violenta (Barros, 2010).

Filho de industriais têxteis, Owen (1771–1858) partilha as considerações teóricas de Fourier. Mais pragmático, porém, consegue levar as suas ideias à prática, nomeadamente em New Lanark Mill onde se torna gestor e, mais tarde, em comunidades como New Harmony (1825-1827) e Harmony (1839-1845). Para Owen, o carácter dos homens não seria estático, podendo evoluir com a educação e com a melhoria das condições laborais e da vida em geral. Criticava ainda o cariz competitivo de uma economia disfuncional que conduzia à especulação dos preços dos produtos, à sobreprodução de mercadorias supérfluas e à desvalorização do trabalho; em síntese, à desigualdade social. O seu modelo de comunidade ideal seria caracterizado por uma população de 2500 pessoas, pelo predomínio da agricultura sobre a indústria e pela definição de relações harmoniosas entre tecnologia e qualidade de vida. Vendo que o exemplo da sua 'prática' não fora seguido pela generalidade dos industriais, apelou ao Governo no sentido de introduzir uma legislação industrial que obrigasse as empresas a realizar essas transformações (Leopold, 2011).

Pertencem a Saint-Simon, Fourier e Owen algumas propostas inovadoras, desde logo a formação de uma Liga Europeia das Nações baseada num comércio solidário, como anteriormente referimos. As suas ideias e projetos equacionam, também, a formação de comunidades autogeridas assentes nas trocas de curta distância, na diversificação do perfil de atividades económicas e num governo de natureza local. Esta base – que une alguns dos principais representantes do socialismo utópico – contraria os princípios da especialização económica, da competitividade e da autorregulação do mercado, usualmente defendidos no âmbito da economia política clássica. O poder inspirador das suas ideias reapareceria em vários momentos da história: nas vilas operárias do século XX; nas comunidades *hippies* da década de 1960 e, mais recentemente, nas comunidades autossustentáveis do século XXI.

No âmbito da economia e da crítica ao capitalismo é, também, incontornável a referência a Ruskin (1819-1900). Na sua obra, '*Unto This Last and Other Writings',* Ruskin, (1872) denuncia a ingenuidade dos economistas clássicos, refletindo sobre a dignidade do trabalho e a multidimensionalidade do conceito de valor que, não se esgotando na riqueza monetária, se amplia a aspetos de ordem social e ambiental. Ruskin recusa a visão 'pobre' de uma economia que constrói riqueza à custa da pobreza, da exploração bruta do homem e da destruição recursos naturais:

"Qualquer acumulação de riqueza comercial pode ser indicativa, por um lado, de indústrias fiáveis, energias progressivas e engenhos produtivos; ou, por outro lado, significar luxo mortal, tirania implacável, chacina ruinosa. Alguns tesouros têm o fardo das lágrimas humanas, como uma colheita mal armazenada sob chuva prematura; e certo ouro é mais brilhante ao sol do que o é na sua essência."

(Ruskin, 1872, p.57)

"Um verdadeiro valor é o que conduz à vida em toda a sua exuberância (...). O valor de uma coisa é, assim, independente da opinião e da quantidade (...). E se infantilmente, coisas tais como excrescências de mariscos e pedaços de pedra azul e vermelha são valorizadas (...) ou se, com a mesma infantilidade, se imaginem sem valor coisas preciosas e benéficas, como o ar, a luz e a limpeza ou se, no limite, imaginarem as condições de existência (...) a paz, a confiança ou o amor, aptas a ser cuidadosamente negociáveis quando o mercado o permitir, por ouro, ferro ou excrescências de conchas - a grande e única ciência da Economia Política ensina, em todos estes casos, o que é vaidade e qual a sua substância (Ruskin, 1872, pp. 99-100)

A riqueza é enquadrada por Ruskin, no seu elo de ligação com o enobrecimento do trabalho em todas as suas dimensões (sociais, criativas, humanas, solidárias). A verdadeira riqueza não seria medida em função da acumulação de capital ou da exploração da força de trabalho, mas sim da distribuição dos benefícios decorrentes do esforço produtivo em prol da sociedade. Neste processo de justiça moral, incluir-se-ia a valorização dos salários, a par da requalificação da habitação, da proteção do ambiente, da felicidade e da melhoria da saúde. Distingue assim uma economia política de uma economia mercantil:

"A economia política (a economia de um Estado ou dos cidadãos) consiste simplesmente na produção, preservação e distribuição, no momento e no local mais adequados, de coisas úteis ou aprazíveis. A arte de enriquecer, na corrente visão económica mercantil, significa a acumulação em mãos individuais, de poder legal ou moral sobre o trabalho dos outros, resultando em tanta pobreza ou dívida de um lado como riqueza e direito no outro (...) em termos precisos é a arte de estabelecer o máximo de desigualdade em nosso favor" (Ruskin, 1872, pp. 45-48)

Ruskin (1872) introduz uma dimensão ética no direito à riqueza, que se fundamenta nas ações subjacentes à sua constituição – critica o mercado enquanto dispositivo que torna abstratas as relações económicas, ocultando o trabalho social sob o simples valor monetário –. Este deveria refletir, não a competitividade em torno da maximização do lucro ou da relação entre a oferta e procura, mas sim a cooperação, a justiça e a responsabilidade social entre os envolvidos numa transação comercial. É, deste modo, precocemente introduzido o conceito do que hoje designamos por *comércio justo*. O nível local, propício às relações de proximidade, seria a escala adequada para a concretização de um mercado justo; já a sua expansão, bem como o comércio entre territórios distantes, dificultariam a empatia e a cooperação comunitárias, essenciais para que as trocas mercantis permanecessem congruentes com os princípios éticos e morais. As assimetrias de desenvolvimento, a nível territorial, abalariam a Nação como um todo, afetando a legitimidade das autoridades políticas:

"A circulação da riqueza numa nação assemelha-se à do sangue no corpo natural. Há uma rapidez da corrente que vem de emoção alegre ou exercício saudável; e outra que vem de vergonha ou da febre. Há um fluxo no corpo que está cheio de calor e vida e outro que está em putrefação (...) a 'determinação' local de um sangue doente envolve a depressão da saúde geral do sistema; toda a ação mórbida e local das riquezas acabará por provocar um enfraquecimento dos recursos do corpo político". (Ruskin, 1872, p. 50)

A utopia, em cujo perímetro se redefine o lugar e a distância é, implicitamente, o desejo de olhar a desigualdade enquanto motor de um outro equilíbrio social, e no limite de um outro território. Nas 'ideias' de Saint-Simon, Fourier e Owen, na dimensão ética de Ruskin, antevê-se um fio nostálgico, relativamente às relações de proximidade subsistência e reciprocidade económica que outrora caracterizavam a cidade medieval, mas também relativamente ao desígnio 'clássico', de fazer corresponder modelos socioeconómicos e políticos ideais a novos modos de organização do território. A prevalência e amplitude das dinâmicas de diferenciação na sociedade e no território, determinariam contudo, abordagens mais operativas, no plano político aos fenómenos da desigualdade, nomeadamente as que se enunciam no anarquismo de Proudhon e na leitura científico-filosófica de Marx e Engels que conduziriam ao comunismo.

Proudhon (1809-1865) concentra-se no tema da propriedade privada, elemento indispensável à legitimação da democracia clássica grega e, mais tarde, à formação dos Estados-Nação. Em '*Qu'est-ce que la propriété? Recherche sur le principe du droit et du gouvernement*', Proudhon (1849) afirma que "*a propriedade é um roubo*", denunciando-a como alicerce da desigualdade que funda os poderes centrais, conquanto dissimulada na aparente defesa das liberdades individuais e dos interesses comuns. A universalização da propriedade (o que equivale a propor a sua 'abolição') seria o caminho mais direto para a concretização de um regime de igualdade, onde as trocas económicas se pudessem realizar sem exploração. A seu ver, a justiça apenas poderia concretizar-se através da abolição dos privilégios, da afirmação da liberdade e igualdade de oportunidades, bem como, da exigência de transações justas e equilibradas entre os produtos resultantes do trabalho. Para além de criticar o Estado, a religião e a propriedade, como instituições que comprometem a justiça solidária universal, o filósofo anarquista opõe-se também ao comunismo ou ao liberalismo como soluções. O primeiro constituía, para Proudhon, a substituição da propriedade individual pelo poder coercivo da propriedade coletiva. Quanto ao liberalismo, não passaria de uma ilusão, promovendo a desigualdade na diversidade; o predomínio do poder e dos interesses dos mais fortes sobre os mais fracos. É na sequência destas reflexões que surge a principal fonte de dissensão entre Proudhon e Marx.

"A burguesia, onde conseguiu, pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destronou impiedosamente os laços feudais heterogéneos que ligavam o homem aos seus "superiores naturais", e não deixou nenhum outro nexo entre o homem e o homem do que o da nudez do interesse próprio, do que o insensível 'pagamento em dinheiro' (...). Transformou o valor pessoal em valor de troca e, no lugar das inúmeras liberdades adquiridas, criou aquela liberdade única e inconcebível - o livre comércio. Numa palavra, substituiu uma exploração, velada por ilusões religiosas e políticas, por uma exploração nua, desavergonhada, direta e brutal." (Marx & Engels, 1955, p. 12)

Na sua obra *'O Capital'*, Marx (2017) [1867] aplica os princípios do materialismo dialético na redefinição das categorias desenvolvidas no âmbito da Economia Política Clássica. À ciência económica competiria o estudo dos meios de produção e das relações de produção. Marx considerava que a matéria e o modo como a transformamos, produzimos e transacionamos, sob a forma de uma mercadoria, incorpora o indivíduo e a sua existência (a satisfação das suas necessidades materiais), bem como as estruturas sociais, económicas e políticas que o governam, moldando-se mutuamente. O capital ou capitalismo subentende assim, antes de tudo, uma *relação social* caracterizada pela separação dos trabalhadores dos meios de produção, bem como a sua alienação relativamente ao produto do seu trabalho; pressupõe, ainda, a apropriação desses meios de produção e da força de trabalho, pelos detentores do capital (capitalistas), visando a acumulação infinita de lucro (Lordon, 2020). Na infraestrutura da sociedade, Marx diferencia as forças produtivas (terra, trabalho, tecnologia, capital) das relações de produção (propriedade privada, relações salariais, etc.); sobre essa base, ou correspondendo-lhe, o filósofo reconhece uma superestrutura na qual se integram o Estado, a Religião e a Lei. As forças produtivas tenderiam historicamente a entrar em conflito com as relações de produção, alterando, por sua vez, a superestrutura.

"Num determinado nível do seu desenvolvimento, as forças materiais de produção da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes ou (...) com as relações de propriedade que as enquadravam. De modos de desenvolvimento das forças de produção estas relações transformam-se no seu obstáculo. Sobrevem depois o período da revolução social. Com a mudança da base económica a imensa superestrutura altera-se mais ou menos rapidamente (...). As relações de produção burguesas correspondem à última forma antagónica do processo social de produção […] as forças produtivas que se desenvolvem sobre o colapso da sociedade burguesa criam as condições materiais para a solução daquele antagonismo" (Marx, 1909, pp.5-6)

O tema do 'valor', tratado por Aristóteles, reaparece na análise de Marx. No modo de produção capitalista, a finalidade do trabalho não seria a produção de *'*valor de uso*'* – capaz de satisfazer as necessidades humanas –, mas a produção de 'valor de troca*'*. O trabalho é, assim, considerado como veículo de criação de lucro, estando o valor das mercadorias

implicado na quantidade de trabalho necessário para as produzir. A mais valia, diferencial entre o valor de custo e o valor de produção, seria traduzível pelo número de horas não remuneradas que um trabalhador teria de trabalhar, para além do seu salário de subsistência, para que o empresário obtivesse o seu lucro. O autor enuncia, neste âmbito, aquilo que considera como um conjunto de 'leis' tendenciais do modo de produção capitalista: tendência para a acumulação e centralização do capital (à custa da mecanização/supressão de postos de trabalho, redução dos salários, prolongamento da jornada de trabalho, constituição de monopólios); tendência para a redução progressiva das condições de vida do operariado visando o aumento do lucro. Enuncia também a predisposição do capitalismo para depressões cíclicas. Na fase expansionista, o recuo do desemprego e o crescimento das remunerações conduziria à mecanização da produção e ao aumento do lucro. Com o aumento do desemprego chegaria a redução do consumo, em função da produção entretanto instalada, dando origem a uma crise de sobreprodução ou subconsumo (Caldas & Ferreiro, 2018 c).

Levando as forças de produção ao limite da sua exploração (terra, capital, tecnologia e trabalho), o capitalismo originaria crises cíclicas cada vez mais severas, com a progressiva precarização dos trabalhadores, por um lado, e o monopólio económico, por outro. Estas condições conduziriam à revolução socialista e à apropriação coletiva dos meios de produção, tendo por horizonte o progressivo desaparecimento das classes sociais e a dissolução do estado central. O pensamento Marxista acabaria assim por reerguer e redirecionar a bandeira política da revolução social, que outrora tinha unido a classe operária e a burguesia contra a autocracia monárquica. Uma nova classe social – o proletariado – agregando grupos de trabalhadores diferenciados (ex. língua, religião, etnicidade) deveria unir-se contra os novos poderes emergentes – a burguesia capitalista e o Estado-Nação –. Este discurso político inverteu as premissas da economia política clássica, segundo as quais a sociedade deveria reger-se em função das leis económicas, elegendo ao invés a sociedade, como ponto de comando e finalidade da economia (Robin, 2019, 9 de maio).

A transição do século XIX para o século XX revela, contudo, o progresso do capitalismo e a crescente internacionalização na economia, traduzida no incremento dos fluxos de capital, bens e pessoas. A esta dinâmica – correspondem fenómenos intensivos de urbanização que acompanham o surgimento das novas tecnologias e infraestruturas (cabos transatlânticos, telefone, navios a vapor, eletricidade, metropolitano ou autocarro) – suportes essenciais da massificação dos sistemas de produção e consumo-. Neste âmbito, destaca-se a influência do *taylorismo* e do *fordismo*. Enquanto Frederick Taylor (1856-1915) defende a especialização do trabalho e o incremento da produção dentro das indústrias – reduzindo os custos finais e aumentando a remuneração dos trabalhadores –, Henry Ford (1863-1947) difunde a linha de montagem como forma de aumentar o volume de produção (Taylor, 2004; Ford, 1929).

Com os processos de transformação e reconfiguração funcional da unidade fabril, a

indústria migra lentamente para outros lugares. À anterior dispersão no tecido urbano, sucede a zona industrial, uma utilização do solo que obedece a novas infraestruturas e a novas lógicas de crescimento. Na sua adjacência à cidade e, de preferência, às grandes vias de comunicação, *o parque industrial* permite a agilização da produção, em torno da qual se irá dispor o parcelamento, o acesso ou, até, a habitação e os equipamentos sociais. A cidade perde subitamente a identidade que a caracterizava, moldando-se às exigências da *produção,* do *motor* e da *velocidade*. Derrotado pela grande superfície, o comércio ocasional tende a desaparecer; e o espaço público – cada vez mais um acesso, uma passagem – transfigura-se, como diria Augé (2012), num 'não-lugar'.

O capitalismo, as disparidades geográficas e os grandes conflitos mundiais. O ressurgimento dos protecionismos e o duplo movimento.

O aprofundamento da integração económica – e o seu reflexo na mobilidade a nível internacional – reduziria, tudo indicava, a probabilidade de conflito entre nações industrializadas. Com a livre circulação de pessoas entre Estados, resolver-se-iam os problemas de pobreza e desemprego nos países de origem. Em princípio, estes assistiriam ao aumento do seu volume de exportações, fruto do dinamismo económico (expansão do mercado) nos países de destino migratório. Todavia, a relação de dependência entre países torna-os mais vulneráveis às crises exteriores e aos subsequentes desequilíbrios internos. Tal situação conduziria, nas primeiras décadas do século XX, a uma atitude cada vez mais protecionista por parte dos Estados. Esta reação afetou segundo Harold (2009) os pilares estruturantes da internacionalização económica, nomeadamente:

- o comércio, levando à criação de novas taxas de importação de produtos estrangeiros ou, ainda, à criação dos selos de proveniência dos produtos.

- os movimentos migratórios, implicando novas políticas restritivas à mobilidade dos cidadãos. Respondia-se, assim, à critica crescente que relacionava a redução do nível de vida nacional com a ocupação dos postos de trabalho por imigrantes, evocando, por outro lado, a necessidade de reforçar o poder militar de cada país num contexto de tensões crescentes.

- o controlo cada vez mais apertado dos capitais nacionais, perante as recorrentes crises financeiras e bancárias, associadas à volatilidade e desregulação dos fluxos de capital internacional (Harold, 2009).

No seu livro, '*A grande transformação*', Polanyi (2016)[1944] expõe as consequências da internacionalização do capitalismo, em particular os problemas resultantes da universalização do sistema padrão-ouro (1873) – um mecanismo criado para garantir a confiança nas transações de capital a nível internacional, bem como a paridade das diferentes moedas. Num determinado país, uma balança comercial deficitária implicaria a redução da moeda circulante,

mediante o pagamento da dívida com o ouro de reserva. Este sistema, que conduzia a uma transferência de riqueza dos países mais pobres para os mais ricos, forçava naqueles uma redução 'bruta' do seu nível de emprego, acompanhada de uma forte desvalorização salarial. A restrição à capacidade dos Estados para se socorrerem de instrumentos de política económica interna, que contrariassem os efeitos negativos sobre as suas populações, resultaram no que Polanyi designa por 'duplo movimento' – uma cadeia de tensões, transferidas da esfera social para a esfera política, no interior de cada país, obrigando os Estados ao reforço do seu papel de proteção social e renovando o interesse nas 'soberanias nacionais', no plano económico, por oposição ao mercado-livre internacional –. Estes fatores estariam na origem da ascensão de movimentos fascistas e da renovação do ímpeto colonial, formas de compensar os desequilíbrios económicos internos – motor subterrâneo dos conflitos Europeus que marcaram o século XX; a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais (1914-1918 / 1939-1945).

Importa aqui sublinhar a contribuição de List (2006) [1841], que na sua obra, '*Sistema Nacional de Economia Política*', antecipa os problemas que iriam ocorrer na transição para o século XX. Friedrich List (1789-1846) parte de uma leitura do contexto económico alemão, onde é visível um atraso no processo de industrialização relativamente a países como a França ou a Inglaterra. Defensor do protecionismo, o economista alemão propõe o nacionalismo económico e a introdução de taxas alfandegárias, numa fase prévia à entrada de cada país num sistema de mercado livre autorregulado. O objetivo seria ganhar tempo no desenvolvimento de 'poderes' de produção, distinguindo três tipos de 'capital' – o capital natural, o capital material e, por fim, o capital mental ou humano, a seu ver, o de maior relevância Sucintamente, o desenvolvimento económico e a própria industrialização decorreriam, em primeiro lugar, do desenvolvimento das competências sociais e institucionais, isto é, dos níveis de formação da população e do grau de maturidade das organizações políticas. Só este stock de conhecimento e '*know how*' permitiria responder aos crescentes níveis de coordenação – exigíveis no âmbito da divisão do trabalho e da gestão das assimetrias sociais –, inerentes à transição para um novo perfil de especialização económica em cada país (ex. agricultura versus industrialização). List contraria as teses de Adam Smith e David Ricardo, segundo as quais a defesa do comércio livre constituiria um sistema indutor da paz, através da teoria das vantagens mútuas obtidas. Para o economista, esse sistema apenas gerava o desequilíbrio e a desvantagem em países com diferentes graus de industrialização. O livre câmbio de pessoas, bens e capital, promotor de vantagens recíprocas surge, assim, como uma quimera num mundo organizado em torno de estados independentes e onde os poderes de produção apresentam graus de maturidade diferenciados (Levi-Faur, 1997).

A internacionalização capitalista na transição do século XIX para o século XX deve, assim,

ser entendida na complexidade de um mundo organizado em torno dos Estados-Nação e do seu profundo envolvimento no 'mosaico' das relações coloniais. São estas que propiciam um 'mercado' às empresas dos países que seguem a via da industrialização, bem como uma fonte inesgotável de matérias-primas e mão de obra. Todavia, nem sempre os referidos países valorizaram o desenvolvimento das suas próprias colónias. Atualmente, falamos de desindustrialização nos países Ocidentais; porém, já no século XX, são descritos fenómenos de desindustrialização em países relevantes no panorama político internacional. É o caso da Índia, no setor têxtil, não por acaso coincidindo com o aumento das importações dos produtos Ingleses (Twomey, 1983).

Contrastes territoriais, clivagens sociais e desordenamento no contexto metrópole industrial

No fim da 'Guerra das Trincheiras' diversos impérios tinham sucumbido; a face visível dos campos, das cidades destruídas, espelhava a planimetria impossível, a construção e a morfologia perdidas. Mas depois de 'Versailles' (1919), da miséria e da doença indizíveis, do totalitarismo nascente, sobreviria ainda uma 'Segunda Guerra Mundial'. Que era feito da humanidade e do seu território? Em que ponto perverso da economia, da política, das relações entre os Estados surgira o fio da devastação? Os países e as suas aglomerações urbanas tinham-se transfigurado numa vasta superfície expectante; uma superfície cuja mudança iria acelerar com o 'Plano Marshall' (1947/48) e as novíssimas ideias sobre a arquitetura e a cidade. Mas mais do que a mesa de um laboratório – mais do que uma folha de papel aguardando o 'zonamento', o pensamento estratégico e planeador –, a grande extensão do território, seria de novo o centro dos interesses e da especulação. Nenhum lugar permaneceria o mesmo depois das grandes vias terrestres e aéreas terem anulado a distância, tornando-o permeável à frenética mobilidade da mão de obra, do capital, dos produtos e da informação. A cidade '*contida*' dá progressivamente origem à metrópole industrial, associada à especialização funcional e à diferenciação socioeconómica do tecido urbano; na realidade, acompanhando a expansão do próprio mercado.

Na segunda metade do século XX, um número significativo de estudos - acompanhando a evolução das ciências regionais, da geografia económica, da sociologia ou mesmo do planeamento territorial -, recuperam a teoria dos lugares centrais, aplicando-a às grandes aglomerações urbanas emergentes. Neste âmbito, procuram definir modelos espaciais ideais, no que respeita ao pleno funcionamento de uma economia de mercado. Christaller (1966) examina a distribuição, número e dimensão das cidades, no território sul da Alemanha. O seu modelo baseia-se num conjunto de lugares centrais – produtores de bens e serviços, aos quais se encontra associada uma área de influência ou um mercado, que assume uma forma hexagonal. Estes centros deveriam ser hierarquizados no plano funcional e consoante a sua

importância face às escalas regional e inter-regional (Getis &Getis, 1966). O mesmo modelo conceptual seria aprofundado por Losch (1978) [1954] em '*The economics of location'*. A sua proposta considerava igualmente um plano homogéneo; nele distribuía-se, de forma uniforme, uma população rural com as mesmas preferências de consumo e um conjunto de centros provisores de funções (produtos e serviços). Procurava assim encontrar uma condição de equilíbrio espacial da atividade económica, entre o aprovisionamento de funções e uma população de consumidores, visando manter as margens de lucro em valores normais. Evoluindo na sua teoria, Losh decidiu considerar uma condição de equilíbrio multifuncional, assente numa população distribuída de forma assimétrica pelo território. Este modelo, que define como o 'sistema urbano' ou a 'paisagem económica', implicaria assentamentos básicos (quintas ou vilas) e lugares de fornecimento que designa por pontos centrais. Desta forma, as áreas hexagonais que representavam a área de influência do mercado (à semelhança de Christaller), poderiam ser menores, conforme o número de aglomerações servidas por cada ponto central; este, por sua vez, poderia ter diferentes níveis de complexidade, consoante o número de funções desempenhadas. A enunciação da hierarquização dos sistemas e funções urbanas, traduzir-se-ia por seis setores 'ricos' em fornecimento e seis setores mais pobres – aglomerações com maior ou menor relevância –. A teoria de Losch viria a constituir-se como base teórica do sistema de planeamento municipal na Alemanha (Parr, 1973).

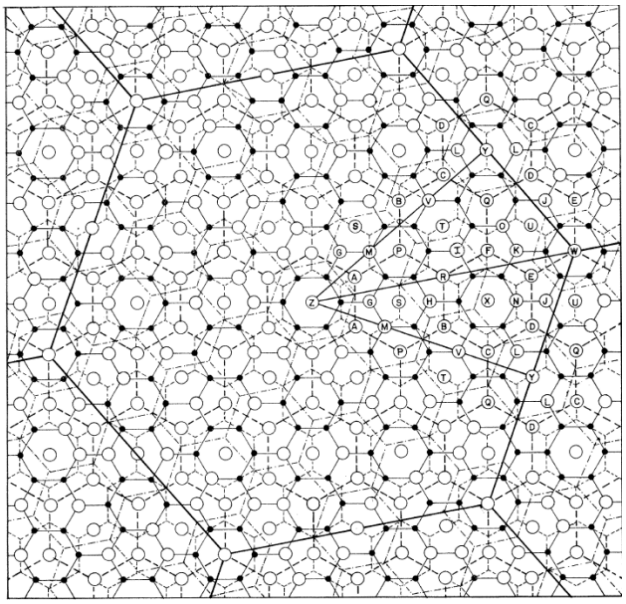


Fig. 13 – Sistema urbano de Losch representando aglomerações, lugares centrais e áreas de mercado (fonte: Parr, 1973)

Considerando especificamente as metrópoles industriais, no que se refere aos seus usos, ocupações e estratificação social, destaca-se o contributo de Burgess (1925), sociólogo da Escola de Chicago e, em particular, o seu modelo de zonamento concêntrico, apresentado em '*The City*'. Neste âmbito a metrópole era dividida em cinco anéis. O primeiro

corresponderia ao centro de negócios – *Central Business District* (CBD), ou *Loop* –, contendo os edifícios do Estado, as sedes das grandes empresas e o comércio. O segundo definia uma área de transição, cuja dinâmica – associada à localização de oficinas, à manufatura e à procura de mão de obra barata – catalisava o crescente predomínio do trabalho menos qualificado. Esta zona acomodava, ainda, os armazéns de venda por grosso e os interpostos ferroviários e rodoviários. No terceiro anel fixavam-se os bairros operários e as indústrias ligeiras. Quanto à classe média, residia preferencialmente no quarto anel, em edifícios de apartamentos ou em moradias unifamiliares. Por fim, no interior de um perímetro mais indefinido e suburbano viveriam os 'commuters', cuja deslocação entre o centro e o local onde residiam poderia demorar até sessenta minutos (Park & Burgess, 2019). (Fig. 14)

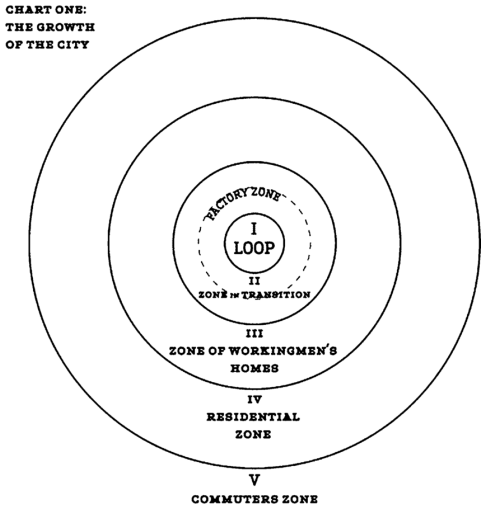


Fig. 14 – Teoria de Burgess. Zonamento concêntrico da metrópole industrial (Fonte: https://dustinstoltz.com/blog/2015/12/02/burgess-concentric-zone-model-of-urban-development)

A teoria do zonamento concêntrico de Burgess viria, por sua vez, a sofrer uma revisão crítica com Kucsma (1990). A partir do estudo dos padrões residenciais em Chicago, na década de 1990, Kucsma concluíra que Burgess dispusera maioritariamente de dados qualitativos, devido ao grau ainda pouco estruturado dos Censos da população. Não considerando incorreta a teoria do sociólogo canadiano, Kucsma realizou uma nova análise, calculando os coeficientes de localização das classes sociais no território urbano. Kucsma concluiria que as classes altas habitavam nas periferias, mas também nos centros, onde se encontravam as principais amenidades. Por outro lado, as classes menos qualificadas residiriam não só perto dos centros, como ainda nas periferias, acompanhando os processos de descentralização industrial – procura das indústrias por espaços mais amplos e económicos fora do centro, progressivamente tomado pelo setor terciário –. A correspondência perfeita entre os centros e as periferias geográficas, bem como entre os centros e as periferias sociais, viria, assim, a ser contestada, obrigando ao seu

enquadramento no âmbito de dinâmicas socioeconómicas mais abrangentes.

Se numa *leitura vertical*, as metrópoles industriais, revelam assimetrias socioeconómicas e espaciais crescentemente difusas, numa leitura horizontal e quotidiana são apreendidas como espelho da (des)ordem e do '*laisser faire'*. Gropius (1965, pp. 109-110) vê as cidades como entidades cada vez mais caóticas e disfuncionais, alvo de múltiplas 'patologias' cuja erradicação escapa à ação dos técnicos de planeamento; Solà-Morales (2002, p.58) denuncia um planeamento 'débil', que evolui em função do mercado, bem como dos interesses produtivos e financeiros; Freitag (2004) refere-se ao espaço urbano como um mero dispositivo do capitalismo industrial:

"Onde não encontra obstáculos, a economia de mercado trata, assim, o espaço e a construção (industrial, comercial, residencial) do mesmo modo que todas as outras coisas: ou como recursos cujo rendimento se deve maximizar, ou como fatores cujo custo se deve minimizar. O espaço e as construções em causa, por definição, não representam intrinsecamente nada mais (...). O espaço para o capitalismo industrial é, antes de mais, um obstáculo à fluência ideal dos fatores de produção – um obstáculo que importa vencer" (Freitag, 2004, p. 43)

Analisando o desenvolvimento da metrópole industrial, Munford (1982) critica a superficialidade do urbanismo e o predomínio das lógicas especulativas de ampliação urbana, tendo por origem o lote retangular individual:

"Tais unidades [lotes] mostram-se igualmente vantajosas para o especulador em imóveis, para o construtor comercial e para o advogado que redija o título de venda (...). A beleza deste padrão mecânico, do ponto de vista comercial deve ser evidente (...) com uma regra e um esquadro, o engenheiro municipal podia, finalmente, sem a menor preparação (...)planear uma metrópole, com os seus lotes padronizados (...) comparáveis e substituíveis (...) permitir a intensificação progressiva do uso da terra, com uma correspondente subida dos valores dos alugueres e dos valores reais (...). Tudo isso significa que (...) nenhuma secção ou setor foi convenientemente planeado para a sua função específica; pelo contrário, a única função considerada foi a intensificação progressiva do uso, tendo em vista atender às necessidades dos negócios em expansão e ao crescente valor dos terrenos. Ora o que acontece é que no urbanismo, uma ordem superficial tão despojada como esta não chega sequer a ser uma ordem" (Munford, 1982, pp. 457-459)

Referindo-se à alienação do homem metropolitano, aos contrastes sociais determinados pela revolução industrial e ao sentimento de '*spleen*' – uma palavra reacendida por Charles Baudelaire –, Seixas Lopes (2016) define a nostalgia do homem metropolitano, perante a velocidade das transformações que o rodeiam:

"A revolução industrial precipitou o crescimento das áreas metropolitanas: uma vaga que criou

fraturas colossais, muitas vezes problemáticas na sociedade. A classe operária ficou à mercê das dificuldades de novos contextos, ao passo que a burguesia procurou consolo na privacidade das suas salas. Entre outros rótulos, a angústia causada por circunstâncias tão contrastantes veio a ser conhecida por 'spleen' (...) O 'spleen' dos seus habitantes brotava deste súbito crescimento, que, induzido pela produção industrial, era assim impiedoso com a vida e os modos de produção obsoletos. Os antigos lugares, costumes, memórias, tinham que desaparecer em nome do progresso. A melancolia era assim um sintoma social 'adverso das condições socioeconómicas da modernidade" (Seixas Lopes, 2016, p.59 - 69)

No seu livro '*The metropolis and mental life'*, Simmel (1903) descreve o homem metropolitano como alguém que mergulha num mundo de clivagens urbanas e sociais, mediado por um novo interlocutor quantitativo e preciso – o capital –, algo que se substitui aos laços subjetivos e qualitativos anteriores. O tempo mecânico, a liberalização do mercado, o comércio impessoal e a ampliação da divisão social do trabalho, associados à produção em massa, emergem por oposição às economias e sociedades circunscritas das pequenas cidades ou do meio rural. Segundo Simmel, esse homem metropolitano cultiva uma atitude *'blasé'* – a indiferença perante o mundo –, um distanciamento psicológico autoimposto, que ao contrário do '*spleen'* ou da noção de perda surge como autoproteção perante a multiplicidade de estímulos da vida metropolitana e das suas dicotomias: os abismos sociais e funcionais nascidos de uma nova sociedade industrial.

O advento do urbanismo moderno

A súbita aceleração do crescimento urbano – invadindo os solos agrícolas – e os fluxos migratórios crescentes – impulsionando esse desenvolvimento, bem como, os fenómenos de desigualdade espelhados na sobrelotação dos 'centros' e na expansão das *'favelas'*, acrescentam-se à desregulação do mercado imobiliário, adensando os problemas da cidade e tornando-os quase insolúveis na sequência dos dois grandes conflitos mundiais. Estes factos, na sua simultaneidade com a adaptação do grande 'centro urbano' a novas escalas – exigidas pelos processos de produção, consumo e distribuição industrial –, antecedem um conjunto de propostas pioneiras do urbanismo moderno. Na transição do século XIX para o século XX, o urbanismo emerge como um campo disciplinar autónomo, disseminando-se inicialmente por meio de publicações ou exposições universais e, mais tarde, no âmbito de congressos e revistas especializadas (Junior, 2008). As primeiras propostas do urbanismo moderno definem-se pela sua vertente utópica, inspiram-se nas correntes do socialismo, do romantismo ou do iluminismo progressista; e levam ao desenho da cidade ideal, a política, a sociedade e a economia.

Ebenezer Howard, as assimetrias urbano-rural e o modelo da cidade-jardim

Em '*Garden cities of to-morrow*', Howard (2014) [1902], propõe a deslocalização progressiva das populações urbanas para uma nova rede de cidades-jardim procurando desta forma, inverter as dinâmicas de desordenamento e congestionamento observados nas grandes metrópoles. Na cidade-jardim, com uma área inferior a 400 hectares e cuja baixa densidade não permitiria ir além de 32.000 habitantes, 1/3 da superfície seria coberta por zonas verdes. A 'implantação' teria uma forma concêntrica. Ao núcleo, ocupado por um parque público, seguir-se-ia uma zona de equipamentos e uma zona residencial. Por fim, definia-se uma área industrial servida por caminhos de ferro, que estabeleceriam a ligação entre as novas cidades. Na imensa periferia situavam-se os espaços agrícolas e florestais multifuncionais (servindo atividades de produção, lazer, saúde etc.), cingindo o sistema urbano e impedindo o seu crescimento excessivo (Fig. 15). Face a um incremento de população que excedesse as capacidades do seu modelo, criar-se-ia uma nova cidade-jardim.

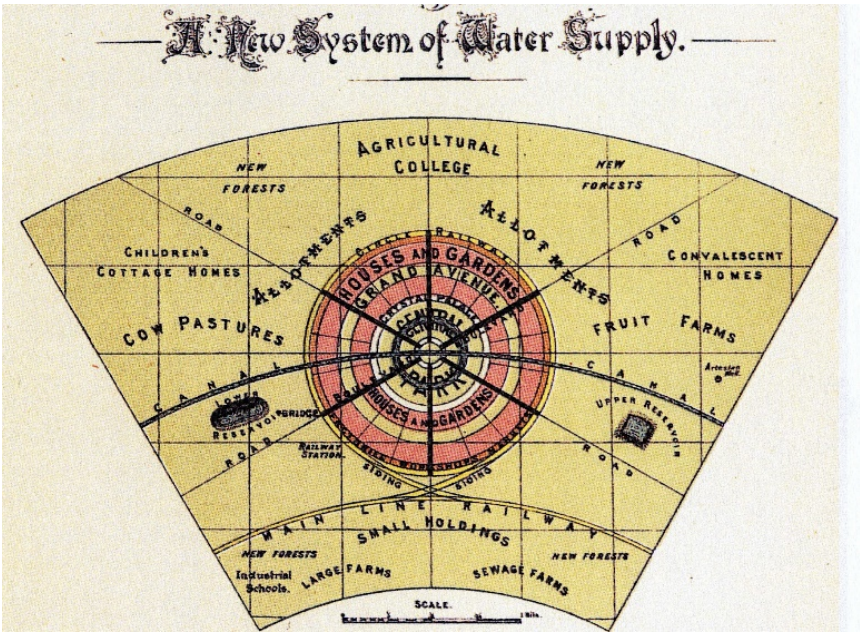


Fig. 15 – Modelo da cidade-jardim (fonte: Howard, 2014).

A cidade-jardim compreende um programa de harmonia entre o homem e a natureza, entre a atividade económica, ou progresso tecnológico, e o desenvolvimento social. Howard relaciona o problema da habitação urbana com o funcionamento do 'mercado' e o 'princípio da escassez', anteriormente enunciado por David Ricardo. Nas cidades, a aglomeração populacional, associada à escassez do espaço e ao aumento dos preços – quer do solo, quer da habitação –, havia resultado em fenómenos de sobre densificação. Tinham crescido as zonas informais, a pressão excessiva sobre as infraestruturas e, não menos grave, o efeito

nefasto da poluição.

A proposta de cidade-jardim, procura assim conciliar as vantagens urbanas (ex. emprego, progresso, cultura) com as vantagens rurais (ex. acesso ao espaço, recursos, rendas mais acessíveis), rompendo com o modelo de mercado e subentendendo uma visão política e económica. Ao município caberia a aquisição pública dos terrenos para a sua concretização, a regulação do mercado de rendas, a administração dos impostos de forma a provisionar equipamentos e serviços públicos (saúde, educação, transportes, atividades recreativas etc.). Simultaneamente, seria criado um conjunto de cooperativas, no sentido de gerir os interesses individuais em torno de bens comuns. O pensamento de Howard reflete, assim parece, algumas teorias e ideias com origem na Economia Política – virtudes da proximidade económica e da socialização dos meios produtivos, maior equilíbrio na distribuição de rendimentos, maior amplitude no perímetro de oportunidades, tempo e ocupações –. Todavia, a nostalgia pelos equilíbrios perdidos da cidade medieval, denuncia um olhar ambivalente, simultaneamente romântico e progressista.

"Há um amplo caminho para a criação de novas formas de riqueza, para um novo sistema industrial em que as forças produtivas da sociedade e da natureza possam ser usadas com maior eficiência no presente e através do qual a distribuição da riqueza assim criada tenha lugar de uma forma mais justa e igualitária (...). Falando de forma genérica, os reformadores industriais podem ser divididos em dois casos. O primeiro inclui aqueles que se focam maioritariamente em ampliar a produção. O segundo inclui aqueles em que o primeiro objetivo é uma distribuição mais justa e igualitária. Os primeiros estão constantemente a dizer: 'Aumentem os dividendos nacionais e todos estaremos bem'; os segundos afirmam: 'Os dividendos nacionais são suficientes, têm é de ser distribuídos de forma equilibrada" (Howard, 2014, pp. 177-180)

A evolução da cidade e as suas 'lógicas' de crescimento impõem progressivamente, a par da 'utopia' e da teorização, uma atitude mais pragmática e interventiva no quotidiano da 'urbe' e na sua dinâmica 'imediata'. Contribuições significativas na área do urbanismo têm, por isso, origem no trabalho de técnicos municipais e funcionários públicos que, adotando um projeto racionalizador, definiram como pilares a criação de habitação, a organização do tráfico, a resolução dos problemas sanitários e a localização das indústrias.

O plano e o zonamento dos usos do solo

Baumeister (1876) introduz a importância do plano regulador e do 'zonamento funcional'. Uma forma de separar os usos do solo (comerciais, industriais e residenciais), regular a construção e hierarquizar a rede viária. Inicia, também, a defesa da matriz ortogonal e das avenidas largas marginadas por edifícios habitacionais, como propõe Wagner (1896) em '*Moderne*

Architektur'. O arquiteto e urbanista que, no final do século XIX, elaborara o Plano Regulador de Viena (vindo a aderir aos ideais da 'Secessão de Viena'), plasmou nesse instrumento de política territorial, um modo de responder à amplitude das transformações industriais e ao grau de crescimento da população urbana. Ainda no domínio da ortogonalidade, surge a apresentação da *'Cidade Industrial'* de Garnier (1904) numa exposição em Paris (1904). Garnier evoca, implicitamente, o *Taylorismo* e o *Fordismo*, ao levar os processos de estandardização, tipificação e funcionalidade industriais para o planeamento urbano. No seu modelo de *'Cidade Industrial'*, inicialmente aplicado à cidade de Lyon, teriam lugar núcleos urbanos de 35.000 habitantes, onde se diferenciariam os usos industriais, habitacionais, serviços, comércio e administração pública conforme as aptidões territoriais. Ao zonamento urbano Garnier associa o recurso à malha cartesiana – no âmbito da racionalização dos fluxos urbanos – e defende o betão armado como o material mais adequado para responder às necessidades de estandardização e produção em massa no domínio da construção. (Almeida, 2017). Estes contributos prenunciam a 'Carta de Atenas' e urbanismo progressista e moderno que acabaria por caracterizar o século XX.

Patrick Geddes. A importância da escala regional e de uma abordagem interdisciplinar ao território

Pensar o urbanismo na transição para o século XX significou, sobretudo no período ulterior aos dois grandes conflitos mundiais, valorizar o 'conhecimento' científico nas suas diferentes áreas disciplinares. Os conceitos desenvolvidos por Patrick Geddes (1854-1932) constituem uma aproximação decisiva ao urbanismo moderno, e sobretudo ao que haveria de ser designado de 'planeamento territorial' ou *spatial planning'*. Observando os processos de aglomeração urbana, nomeadamente a expansão e coalescência de cidades e zonas urbanas com origem nas vias de transporte ou nas dinâmicas de industrialização, Geddes cria novos termos como c*onurbação* ou *megalópole*, caracterizando uma nova fase de evolução para além da *metrópole* e das suas relações de dependência centro-periferia (Baigent, 2004).

Esta análise leva-o a introduzir na 'Town Planning Conference', organizada pelo Institute of British Architects, o conceito de *inquérito regional*. A região, por excelência, deveria ser assumida como a nova escala de planeamento. As diferentes áreas científicas (ex. geografia humana, biologia, sociologia, ecologia, economia, filosofia) teriam de ser convocadas para um diagnóstico multidisciplinar do território (qualitativo e quantitativo) – *inquérito regional* – visando a elaboração de uma proposta de planeamento que tivesse em conta a cultura, os estilos de vida e as necessidades das comunidades mas, também, as questões ambientais, demográficas, o desenho urbano ou a habitação.

Na sua obra emblemática, *Cities in evolution,* Geddes (1915) aprofunda estas

contribuições. Defende a necessidade de envolver as populações no processo de planeamento, procurando deste modo, quebrar uma prática de planeamento elitista distanciada dos problemas reais das populações. A sua frase '*pensar localmente, agir globalmente*' – inverte as premissas atuais muito comuns nos discursos sobre sustentabilidade –, sublinhando a necessidade de um olhar prioritário sobre as comunidades, a cultura e a identidade como elementos principais da transformação urbana. Com base na experiência e conhecimento de diversas cidades mundiais, entre elas Nova Deli (Índia), bem como na observação de uma prática de planeamento colonial – coerciva e alheia à construção urbana local –,Geddes é levado a defender a '*conservative surgery*'. Segundo esta técnica, as intervenções urbanas não deveriam ser estruturadas em torno da demolição de bairros precários (considerados *'favelas'* pelos ingleses), mas sim pela resolução dos seus problemas, tendo em conta as novas necessidades e a cultura local. O seu discurso antecede assim as críticas de Jane Jacobs (1916-2006) aos processos de renovação urbana, nos Estados Unidos, durante a década de 1950 (Geddes, 1915; Goist, 2007; Rubin, 2009).

Ponderando ainda as consequências da revolução industrial, Geddes acreditava ser possível transformar os territórios e os sistemas socioeconómicos, solucionando os seus problemas, sem ignorar o curso da evolução própria das sociedades e dos seus sistemas tecnológicos. O urbanista, e também filósofo escocês, defendia a existência de duas fases na revolução industrial, a 'paleotécnica' e a 'neotécnica'. A primeira seria caracterizada pelo dispêndio de recursos e energia, pela destruição ambiental e pelo agravamento das desigualdades sociais; quanto à segunda fase, definir-se-ia pelo uso equilibrado dos recursos e a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade (Munchi, 2000).

Crescimento urbano e fenómeno migratório; Broadacre City; La Ville Radieuse

No processo de crescimento e expansão das cidades, o fenómeno migratório é, em princípio, determinante. Munford (1925) expõe, em '*Planning the fourth migration*', o papel central dos fluxos populacionais, no âmbito dos processos de urbanização e suburbanização americanos, sublinhando o carácter transiente e fluído da forma urbana. O autor refere, em primeiro lugar, a colonização inglesa como raiz de uma urbanização de génese. A fuga do campo e, também, de outros países, rumo aos principais núcleos industrializados, gera uma segunda migração, resultante do desenvolvimento da indústria e do sistema financeiro nos principais centros metropolitanos. Por fim, define uma derradeira migração, com origem no desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e transporte, que permitiria a dispersão da população e das atividades económicas pelo território – a tendência de evolução urbana seria assim contra concentracionária (Fishman, 2005).

A descentralização metropolitana imaginada por Munford e a possibilidade de nela

reequacionar os princípios essenciais da democracia americana, subentende-se no modelo apresentado por Frank Lloyd Wright (1867-1959) em *'Broadacre City: a New Community Plan'* (1935). Wright define a sua proposta para o futuro da ocupação humana. A base espacial desta proposta, seria uma matriz essencialmente rural, para um máximo de 5000 habitantes, pontuada por:

"pequenas fazendas, pequenas casas para a indústria, pequenas fábricas, pequenas escolas, uma pequena universidade dirigida ao povo e aos seus interesses, pequenos laboratórios para profissionais que trabalham por conta própria (...). A própria fazenda, apesar de seus animais, torna-se a unidade mais atraente da cidade" (Wright, 2015, pp. 390-391)

A metrópole caracterizada pela relação centro-periferia dispersar-se-ia num território sem núcleo, apenas possível com o aumento das acessibilidades e a universalização dos meios de transporte (automóvel), bem como das tecnologias de comunicação (telefone). As grandes aglomerações urbanas como Nova Iorque ou Chicago tornar-se-iam, segundo esta proposta, obsoletas e tenderiam a desaparecer. A '*revolução*' passaria também pelos sistemas políticos, sociais e económicos. À semelhança de Howard, Wright propõe a descentralização do poder do Estado para a administração local. Às autoridades políticas competiria distribuir, pelo menos, 1 acre de terra a cada família e implementar os equipamentos coletivos. A especulação do solo seria assim banida e os direitos do homem como o acesso à terra - veículo de independência económica e autonomia -, seriam assegurados. Para Wright a concretização da '*Broadacre City*' poria também fim ao desemprego - "*não haveria trabalho a mais ou consumo a menos, cada homem trabalharia por si*. (Wright, 2015, p. 391). Nesse contexto, previa um sistema de contrapartidas sociais baseado nas trocas diretas em cada região e a propriedade pública de todas a inovações científicas e tecnológicas. Em simultâneo, o cidadão deste *novo território*, deveria no seu quotidiano, exercer trabalho manual e intelectual, restabelecendo-se assim os equilíbrios humanos destruídos pela revolução industrial (Wright, 2015).

Na proposta de '*Broadacre City'* estão implícitos muitos dos princípios clássicos da separação entre a vida privada e a vida pública, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual mas, também, a importância das economias domésticas da cidade medieval ou os princípios humanistas de Thomas Paine. O modelo sugere uma 'utopia-síntese' de várias eras, que tende a eclipsar o que se prefigura, entre os marxistas, como essencial na dialética de transformação política, social e económica: a luta de classes.



Fig. 16 – Broadacre-City (fonte: https://franklloydwright.org/reading-broadacre/)

As ideias de Wright confluem sobretudo com o pensamento anarquista. É o caso de Kropotkin (2021)[1898], autor de '*Campos, Fábricas e Oficinas'*. Nesta obra, o autor critica a especialização das economias nacionais e a divisão internacional do trabalho, contrariando as teses de Adam Smith. A desigualdade não seria resultado de uma lei natural mas sim o produto de um processo de divisão acentuado da sociedade, no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, cartelizada e centrada nos meios urbanos. O pensador russo defende que a integração dos fatores de produção a nível local/regional, deveria opor-se à diferenciação dos fatores de produção a nível internacional. A excessiva concentração da tecnologia na cidade deveria dar lugar à sua dispersão territorial, de modo a servir a agricultura e a indústria de pequena escala. Através de um modelo de associação coletiva, a economia assistiria a necessidades humanas, favorecendo a produção e consumo locais e atenuando a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Algum tempo antes da revelação de *'Broadacre City'*, uma outra *utopia urbana*, '*La Ville Radieuse'* era anunciada por Le Corbusier (1887-1965). As ideias deste arquiteto francês de origem suíça seriam amplamente debatidas no terceiro congresso internacional de arquitectura moderna (CIAM; Bruxelas, 1930). Apesar das suas profundas divergências, Wright e Corbusier coincidiam na rejeição da cidade do século XIX, considerando-a incompatível com as novas dinâmicas políticas, sociais e económicas. A sociedade futura necessitava de um território que cumprisse os ideais de progresso e acompanhasse, sem ambiguidade, o avanço tecnológico.

O plano de Corbusier definia uma avenida linear ladeada por quarteirões institucionais, representando a zona cívica e coletiva, bem como um conjunto de grandes blocos habitacionais adjacentes; as zonas económicas surgiam nos extremos: um perímetro industrial e uma área ocupada por torres consagradas aos negócios. Ortogonalidade, diferenciação dos usos, racionalização dos fluxos e, ainda, a aplicação dos princípios

higienistas coexistem na sua proposta. Tal como em *'Broadacre City',* a *'Ville Radieuse'* assume a escala da paisagem, revelando, no seu modelo, uma capacidade peculiar para ser expansível e reprodutível em qualquer lugar. Todavia, o tratamento das densidades opõe profundamente as duas propostas. Em *'Broadacre City',* a habitação individual, a matriz rural, a pequena escala das atividades económicas define uma baixa densidade tal como acontece na 'cidade-jardim' de Howard. Já na *'Ville Radieuse'*, a variação das densidades é o princípio condutor que permite a libertação da matriz verde, algo que depende da alta concentração das zonas institucionais, habitacionais ou empresariais. Esta diferença veio também caracterizar distintos processos de suburbanização na Europa e nos Estados Unidos. Se no velho continente se assistiu ao desenvolvimento dos grandes blocos de habitação privada ou pública, nos Estados Unidos e, de certo modo, em Inglaterra predominou o modelo da habitação unifamiliar (Marchand, 2016).

'Leaves of Grass'; o Movimento Moderno, o 'International Style

A ideia de que a arquitetura, o desenho da cidade, o modo como o homem 'vive' no território, poderão condicionar a equidade social, alguma forma de nivelamento ou igualdade, parece prevalecer no pensamento de Corbusier. A esse contorno idêntico não será estranha a memória do socialismo utópico e das suas reflexões. Crente na tecnologia e crítico da 'sujeição' das democracias liberais aos interesses da elite capitalista simpatizava, contudo, como defende Carvalho (2016, para. 15) com:

> *"uma ideia de povo, constituído por diversas classes e talentos, mas unidos pelo Estado Corporativo ao serviço da Nação, onde o capitalismo e o empreendedorismo empresarial não são abolidos mas, "moralizados" pela sua libertação do capitalismo internacionalista e especulativo*".

Compreende-se, deste modo, a presença de algum ecletismo no plano da '*Ville Radieuse*'. Para além das referências ao *'cardus'* e *'decumanus'* romanos na morfologia urbana, a persistência de uma certa centralidade administrativa – o Estado simbolizado pela avenida central –, tem continuidade na zona de negócios povoada por arranha-céus (Fig. 17) Apesar de partilhem o tempo e os problemas do momento, Wright e Corbusier distanciam-se no que respeita ao seu pensamento político e ao modo como veem a realidade. No arquiteto americano, a simpatia pelo modelo de democracia 'Jeffersoniana' - um espaço político que evoca os pequenos proprietários rurais, transporta-nos a uma América contínua e profunda, um caminho que nos conduz a Walt Whitman e à sua obra poética *'Leaves of Grass',* sobre a qual, de resto, deixou algumas notas (Whitman, 2019). Já em Corbusier, permanecem as

dúvidas sobre o seu verdadeiro pensamento político. Próximo dos ideais progressistas e humanistas ou, antes, como alguma investigação mais recente procura aclarar, simpatizante do Governo de Vichy e do nacional socialismo? (Brott, 2017). Em todo o caso, o 'Movimento Moderno' europeu, nunca seria verdadeiramente acolhido do outro lado do Atlântico como fator de transformação social ou de reforma política; para a generalidade dos arquitetos americanos assistir-se-ia apenas, e não mais do que isso, a um novo 'estilo' na arquitetura: o '*International Style*'.

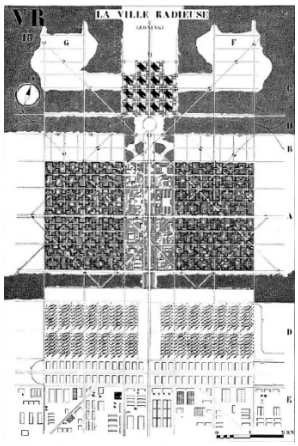


Fig. 17 – Plano de Le Corbusier. Ville radieuse (fonte: https://99percentinvisible.org/article/ville-radieuse-le-corbusiers-functionalist-plan-utopian-radiant-city/)

A Carta de Atenas

O manifesto urbanístico da Carta de Atenas, redigido por Le Corbusier (1933) na sequência do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM; Atenas, 1933), tornou-se um marco indeclinável dos princípios do urbanismo e das práticas de planeamento moderno, referência que tem persistido até à atualidade. Com a revolução industrial, a mecanização e o aprofundamento da economia capitalista, vários distúrbios perturbam a cidade e os seus habitantes. A Carta de Atenas identifica esse conjunto de disfunções, sublinhando a insalubridade, a expansão urbana desordenada e o esvaziamento dos campos. O documento salienta que a precariedade no trabalho e a degradação da qualidade de vida se tornam o cenário ideal para o florescimento da doença e da revolta.

"O emprego da máquina subverteu as condições de trabalho. Rompeu um equilíbrio milenar, aplicando um golpe irremediável no artesanato, esvaziando o campo, entupindo as cidades, e perturbou as relações naturais que existiam entre a casa e o locais de trabalho, desprezando, assim, harmonias seculares. Um ritmo furioso associado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida e opõe-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias,

corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, físicas e morais, trazem os seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, visível nas cidades por um congestionamento que as encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras " (CIAM, 1933, p.3)

No centro histórico das cidades são denunciadas as insustentáveis condições de habitação ('cortiços') bem como os processos de mercantilização e especulação imobiliária. As dinâmicas de suburbanização, por sua vez, são consideradas um resíduo espontâneo desenvolvido à margem de qualquer regulação- território de uma comunidade marginalizada cuja manutenção e provisão se torna num desafio para o Estado:

"Os subúrbios estão organizados sem plano e sem ligação normal com a cidade (...).O subúrbio é, simultaneamente, o símbolo do fracasso e da tentativa. É uma espécie de onda batendo nos muros da cidade. No decorrer dos séculos XIX e XX, essa onda tornou-se maré e, depois, inundação, comprometendo seriamente o destino da cidade e as suas possibilidades de crescer conforme uma regra. Sede de uma população incerta, destinada a suportar inúmeras misérias, caldo de cultura de revoltas, o subúrbio é com frequência, dez vezes, cem vezes, mais extenso do que a cidade (...). É um dos grandes males do século (...). A sua densidade populacional é muito baixa e o solo dificilmente explorado; entretanto, a cidade é obrigada a criar na área dos subúrbios os serviços necessários: vias públicas, canalização, meios de transporte rápidos, polícia, iluminação e limpeza pública, serviços hospitalares ou escolares, etc. É chocante a desproporção entre as despesas ruinosas causadas por tantas obrigações e a pequena contribuição que pode dar uma população dispersa. (...). A administração deve apropriar-se da gestão do solo que cerca a cidade, para assegurar-lhe os meios para um desenvolvimento harmonioso." (CIAM, 1933, p.6)

A um desenvolvimento urbano espontâneo e anárquico, a Carta de Atenas opõe a necessidade de 'planear' – "*A alma das cidades será animada pela clareza do planeamento.* (CIAM, 1933, p.10) O plano é encarado como um 'instrumento racionalizador', capaz de estabelecer novos equilíbrios e de resgatar o ser humano da condição miserável e insalubre que lhe é imposta pela metrópole industrial. Antecipa assim um território pensado para um novo homem, num novo tempo e num contexto tecnológico bem diverso.

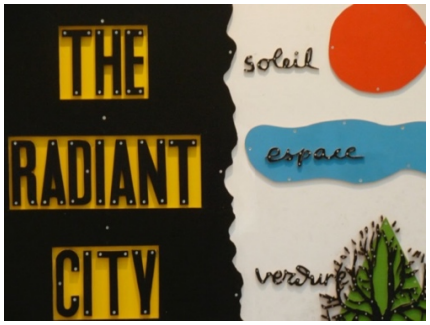


Fig. 18 – Exposição Internacional – Bienal de Veneza – Outubro de 2010 (fonte: do

autor, 2010)

Nesse novo plano os princípios higienistas, sol, vegetação e espaço, participam definitivamente no léxico construtivo. Por outro lado, o correto zonamento das funções urbanas – *habitar, trabalhar, recriar, circular* –, bem como a gestão variável das densidades, através da construção em altura, permitem a libertação de uma matriz verde que acolherá o espaço de lazer e os diversos equipamentos coletivos. Não menos importante, será o aumento da fluidez, mediante a hierarquização dos fluxos de veículos e pessoas. No perímetro destes elementos racionalizadores do plano, é, ainda, privilegiado o interesse coletivo face ao privado. Sempre que os objetivos do plano colidam com a propriedade individual, as municipalidades (reguladoras do uso urbano e intervenientes no domínio fundiário) poderão realizar expropriações, compensadas pelo justo valor de troca de posse (CIAM, 1933, p.6).

A 'Quinta-feira negra'. Da grande depressão ao keynesianismo

Se a nível urbano se enunciavam profundas vulnerabilidades (socioeconómicas, institucionais, ambientais) a que o urbanismo moderno pretendia dar resposta, no plano económico, o crash da Bolsa de Nova Iorque, a Grande Depressão (1929-1939) que lhe sobreveio, constituíram, nos primeiros anos do século XX, o súbito corolário das assimetrias provocadas pela afirmação do liberalismo económico. A 'Quinta-Feira Negra' conduziria, em vagas sucessivas, ao colapso do mercado internacional e a uma recessão sem precedentes no resto do mundo, culminando na Segunda Guerra Mundial. Segundo Hughes (1999), a propósito da análise de Galbraith (1955), a crise deveu-se, entre outros fatores a: (i) desigualdades crescentes na distribuição da riqueza, (ii) distanciamento entre o setor financeiro e os outros setores de atividade económica, (iii), redução drástica da 'procura' de bens de consumo por via da concentração de riqueza, (iiii) especulação no mercado de ações e monopolização de empresas públicas e privadas por parte dos fundos de investimento.

Para reagir à Grande Depressão (1929-1939), Franklin Roosevelt (1882-1945) implementou o '*New Deal',* um programa de grandes investimentos em obras públicas e reformas financeiras que ficaria conhecido pela estratégia dos três r's – *relief, recovery, regulation.* O objetivo era o apoio social à população em situação de pobreza e de desemprego (que culminaria na definição do salário mínimo, do subsídio de desemprego, das pensões de velhice ou, ainda, na redução do horário de trabalho); o apoio à recuperação industrial e agrícola e, por fim, a regulação do sistema bancário e financeiro. A intervenção do Estado na economia, longe de ser uma reação ao sistema capitalista, constituíra uma alternativa ao caminho do comunismo e à influência crescente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922) que se formara após a Revolução de Outubro (1917).

A resposta de Roosevelt à Grande Depressão conduziu John Maynard Keynes (1883-1946) a uma profunda reflexão na área da política económica. Uma das suas obras mais significativas, '*Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*' (1936), tornaria o seu pensamento vital para muitos políticos e economistas do século XX. Percursor da macroeconomia, Keynes, observa que até ao fim da Primeira Guerra Mundial o desemprego era cíclico – desemprego de curta duração ou *friccional* – e os economistas clássicos tinham por adquirido o pleno emprego, assim como a autorregulação pelo mercado. Em situações de excesso de produção, o desemprego seria absorvido por novos setores de atividade económica (ex: declínio das antigas indústrias e criação de novos empregos no setor dos serviços); os 'depósitos em dinheiro' gerariam, por sua vez, taxas de juros menores, compensando a quebra na procura de bens de consumo com o aumento na procura de bens de investimento. Porém, a partir de 1930 o desemprego tornou-se estrutural e persistente. O problema residia, segundo o economista britânico, na diminuição da 'procura agregada' ou procura total da economia – bens de consumo e bens capitais[3]. A queda de lucros das empresas determinou uma espiral crescente de desemprego e uma diminuição drástica das intenções de investimento por quebra de expectativas nos agentes económicos. Assim, a queda da procura de bens de consumo e bens capitais não encontrava compensação no aumento da procura de bens de investimento. A crise não era, afinal, resolvida pelo regular funcionamento do mercado, como se defendia na economia política clássica. Para a ultrapassar, Keynes advogou uma forte intervenção do Estado através de políticas monetárias e orçamentais expansionistas. As primeiras procuravam a redução das taxas de juro, através da ação dos 'bancos centrais' (compra de títulos de dívida pública e o respetivo efeito, induzido no sistema bancário em geral), tornando o investimento mais atrativo e contrariando o pessimismo dos empresários. As políticas orçamentais, pelo seu lado, visavam o investimento do Estado em infraestruturas e obras públicas, induzindo o emprego, bem como a procura e a retoma no setor privado (Keynes, 2017; Jones, 2008; Caldas & Ferreiro, 2018d).

A tese de Keynes demonstrou que o mercado não se autorregula e que é, em grande medida, determinado pelas expectativas dos agentes económicos, impossíveis de definir por uma equação matemática, mas sensíveis aos instrumentos de intervenção pública dos estados. Se o '*New Deal'* durou uma década e culminou com o despontar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o keynesianismo acabou por influenciar a política económica dos Estados Unidos e da Europa, não apenas na formação dos Estados Sociais, mas também no esforço para recuperar de um conflito que culminara na morte de 55 milhões de pessoas e na dramática destruição de inúmeras cidades.

[3] Bens capitais ou bens de produção são bens necessários à produção industrial como maquinaria, robótica, etc.

O surgimento do Estado Social

De súbito, '*O Beijo*' tinha percorrido o mundo; já não era uma 'imagem' nem sequer uma 'recordação'. Para muitos, *'Le Baiser du Trottoir*', a fotografia de Robert Doisneau, era simplesmente o termo de um longo conflito. No plano político, em parte pela irreprimível 'luta' dos trabalhadores, mas também pela urgência da 'reconstrução' no pós-guerra, avançava o 'Estado-Providência', consolidavam-se as 'democracias liberais' e alicerçava-se a igualdade de direitos e oportunidades: educação, saúde, habitação, reforma por velhice. Quais as consequências de tal metamorfose? Que implicações suscita no plano político e administrativo, no plano da definição e desenho do Estado? Para Mozzicafreddo (1994), o surgimento do Estado-providência é um fenómeno associado à modernização da sociedade, uma resposta às dinâmicas de diferenciação induzidas pelo próprio processo de desenvolvimento. O sociólogo engloba nesse processo o aprofundamento da estratificação social a nível laboral, a diversificação das atividades económicas, bem como a ampliação das funções e hierarquias sociais. A crescente individualização e complexificação da sociedade, determinou uma crescente pressão social e política, incidindo no perímetro das funções de regulação e provisão do Estado de Bem-Estar. Mozzicafreddo (1994) segmenta essas funções em três partes principais:

- compatibilizar dinâmicas de crescimento económico associadas ao capitalismo industrial, através de instrumentos de política (ao nível da regulação da atividade económica e do estímulo nas qualificações) capazes de compensar os desequilíbrios gerados pelo funcionamento dos mecanismos de mercado e gerar as condições favoráveis à criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

- responder à fragilização do anterior sistema de solidariedade e reciprocidade social (resultante da modernização) e às clivagens na sociedade, mediante processos de redistribuição (políticas redistributivas) e de institucionalização dos direitos dos cidadãos por via da Constituição. A matriz funcional para este exercício seria o aparelho burocrático da administração central. A garantia de defesa destes direitos enquadrar-se-ia na esfera jurídica.

- assegurar a legitimação do Estado de Direito democrático, sufragado universalmente; promover a concertação entre os diferentes parceiros (sociais, económicos e políticos); integrar as diversas forças de mobilização presentes na sociedade, moderando eventuais conflitos e controlando, assim, os seus níveis de estratificação.

Neste contexto, o 'Orçamento de Estado', outrora um documento 'distante', ganhara um desígnio coletivo, um novo conteúdo ético. Por esta via se procedeu à redistribuição dos benefícios do crescimento, através da definição de regimes fiscais progressivos sobre o rendimento, de forma a atender às vulnerabilidades experimentadas pelas camadas mais

desfavorecidas da sociedade. Mas se o Reino Unido e alguns países nórdicos se revelaram mais ágeis num caminho que exigia medidas estruturantes, outros houve – ainda sob 'ditadura' –, que só mais tarde entrariam numa via semelhante. São exemplos a Grécia e os países da Península Ibérica. Em Portugal, como veremos posteriormente, o enquadramento jurídico do 'Estado-Providência apenas tomou forma após a 'Revolução de Abril' (Carmo *et al*., 2020).

Redução das desigualdades no contexto da formação do Estado de Bem-Estar. A curva de Kuznets

A consolidação do Estado-Providência – e a 'influência' da política económica de Keynes, quer no plano da função redistributiva e compensatória do Estado, quer no âmbito da regulação económica –, acelerou a 'equalização' e a mobilidade social. Com a ascensão da 'classe média' assiste-se ao abrandamento das polarizações sociais que marcaram o século XIX e início do século XX.

Enquanto o 'Estado' se transfigura, novos recursos associados à sua própria centralização, permitem consolidar o estudo do fenómeno da desigualdade. Distanciando-se de Malthus (1998) [1798] e Ricardo (2018) [1817] – em que a análise alude à conflitualidade crescente entre escassez de alimentos, inflação dos preços fundiários e crescimento populacional –, distanciando-se até de Marx (2017) [1867] – para quem a sociedade industrial superara a 'sombra' da escassez, mas inaugurara a 'acumulação de capital industrial'–, Kuznets (1955) analisa a desigualdade sob o filtro de uma sociedade que, emergindo de um conflito mundial, recorre à 'política económica' de Keynes. Socorrendo-se pela primeira vez de indicadores objetivos e de séries estatísticas, estuda a evolução da desigualdade de rendimentos, face ao rendimento nacional dos Estados Unidos, entre 1913-1948. A partir da análise de decis superiores e inferiores de rendimento (10% mais ricos ou 10% mais pobres), concluiu que, no final do período analisado, ocorrera uma compressão dos rendimentos dos mais ricos (de 45-50% para 30-35%). Estes resultados expressos através da famosa curva em 'sino' ou curva de Kuznets (Fig. 19), contribuíram para generalizar a ideia de que a industrialização - inicialmente marcada por processos de desigualdade -, daria lugar, por via da evolução técnica e do aumento da produtividade, numa fase avançada do capitalismo industrial, ao aumento generalizado da riqueza, do poder de compra e das condições de vida (Piketty, 2015).

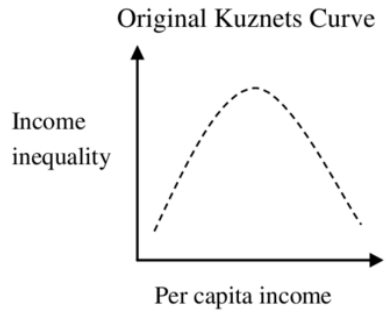


Fig. 19 – Curva de Kuznets (Panayotou, 2003)

'O fim das ideologias' e a expansão da sociedade de consumo

Perante a redução das assimetrias de classe, o conflito social atenua-se, dando lugar à exaustão do debate político. Bell (1989)[1960] anuncia o seu livro '*O fim das ideologias'*. A ideologia, no seu lado eletrizante e mobilizador, na sua tangência com a religião e a fé, entraria em colapso na segunda metade do século XX. O Ocidente perdia, assim, o seu 'segundo Deus'; à sociedade de massas, sucedia a sociedade da eficiência e da racionalização económica. Todavia, evoluía também um distanciamento prudente, face às grandes narrativas políticas do século XIX – consequência dos resultados negativos da sua implementação. Segundo o autora, as transformações socioeconómicas e políticas sentidas no Pós-Guerra, podem ser caracterizadas, entre outros aspetos pela: (1) ampliação da economia e transição para uma sociedade de consumo, (2) redução do operariado industrial e ascensão de uma classe média que integra o setor das atividades terciárias, (3) Importância crescente da ciência e de uma 'elite' influente nos processos de decisão, (4) emergência da intervenção do Estado na Economia (economia mista), (5) diminuição das clivagens sociais internas, e, por fim pela (6) relativização da política doméstica e transição para uma política externa focada nos acontecimentos internacionais (Bell, 1989).

A constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), o fortalecimento da integração política europeia mas, também, a emergência da guerra fria, refletindo duas visões político-económicas opostas (o 'comunismo', assumido pela U.R.S.S. [1922-1991] e o 'capitalismo', representado pelos Estados Unidos da América), constituem exemplos da transição da 'política doméstica' para o 'palco' da política internacional. À célere 'globalização da política', sucede uma visão binária do *mundo* e do *desenvolvimento* que separa os países do centro dos da periferia, os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos, o Primeiro Mundo do Terceiro Mundo. Nesta fragmentação, habita já a *visão de modernidade ocidental:* o desenvolvimento de um país depende da complexidade do seu aparato 'técnico-científico-industrial', da estruturação do seu setor financeiro e da maturidade/estabilidade das suas relações de propriedade. Entendido como sinal de riqueza e de crescimento económico, o

desenvolvimento determinaria a assimetria entre países em função do seu grau de aderência ao modelo anteriormente citado e nível de integração na economia mundial. Os países do centro, industrialmente avançados, diferenciavam-se dos países da periferia e das economias de subsistência – o lugar da *desordem*, obrigado a seguir o caminho do progresso e do capitalismo económico difundido pelos primeiros (Fisher, 2015). De acordo com Meier & Baldwin (1957, p.147):

"Um lugar está no centro da economia global se desenvolve um papel dominante no comércio mundial. Usualmente esse país é uma economia de mercado rica industrial ou mista (agricultura-indústria). O comércio externo depende deste: é um grande exportador e importador e o movimento internacional de capital ocorre deste para outros países. Em contraste um país pode ser considerado uma periferia da economia mundial se desempenha um papel secundário ou passivo no comércio mundial. No que se refere às características domésticas pode ser do tipo economia de mercado ou de subsistência. A característica comum de uma economia periférica é a sua dependência externa do centro"

A expansão metropolitana e a consolidação dos sistemas de planeamento moderno

As dinâmicas de crescimento económico do período *Fordista* articulam-se com as dinâmicas de crescimento urbano. Entendida como motor de desenvolvimento, a metrópole acomoda a erupção demográfica e/ou os fluxos migratórios, bem como as atividades que beneficiam de vantagens aglomerativas, num contexto de crescente interligação das economias mundiais. Os processos de expansão urbana acompanham em síntese: 1) a necessidade de repor o stock habitacional perante a devastação causada pelos conflitos mundiais; 2) a alteração do perfil de qualificações - formação de uma classe média impulsionada pelo setor terciário, beneficiando de salários regulares; 3) a articulação do desenvolvimento da indústria automóvel e do setor imobiliário com a ampliação do próprio setor bancário e financeiro, responsável pela concessão de crédito de habitação à classe média; 4) a fuga das populações ao congestionamento dos centros urbanos, ansiando por novos modos de vida; 5) a drenagem das populações pobres dos centros urbanos para os bairros de habitação social na periferia, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa; 6) a necessidade de espaço para a expansão das indústrias, do comércio por grosso (ex. centros comerciais) ou da logística, fenómeno com origem em melhores acessibilidades, em novas procuras urbanas e no controlo de custos fundiários das empresas, face ao encarecimento dos centros urbanos (Hall & Jones, 2019).

A intensificação dos processos de suburbanização (Europa 1945-75; Portugal 1955-85), associados ao aumento populacional e ao crescimento e diversificação económica, colocam novos desafios no que se refere à compatibilização de usos do solo diferenciados e, bem

assim, à provisão eficiente de infraestruturas, serviços e equipamento. É no âmbito da profunda alteração tecnológica, socioeconómica e política, e da sua incidência na aceleração dos processos de transformação urbana que ocorre a consolidação do sistema de planeamento territorial moderno.

Este sistema assenta na relevância crescente do Estado no que respeita à produção de cidade, regulação da iniciativa privada e aplicação do investimento público – decorrente dos ciclos estáveis de crescimento económico e da política fiscal –, de modo a promover o desenvolvimento, a coesão socio-territorial e o bem comum. O '*Plano*', as '*políticas de solo*', constituem-se deste modo como instrumentos estruturantes da consolidação da democracia e do Estado de Bem Estar, articulando de forma intersetorial as suas funções produtivas e providenciais (Portas, 2012). Recorrendo aos princípios da 'Carta de Atenas' (1930-1940) e da lógica industrial (taylorismo ou fordismo), os decisores definem as novas formas de organização urbana: *especialização, racionalização, estandardização tipológica, reprodutibilidade, zonamento dos usos de solo, hierarquização dos fluxos e das funções urbanas*. Este conjunto de parâmetros define a estratégia de adaptação da metrópole aos sistemas de produção e consumo em massa, bem como ao novo cenário político. A nível programático, torna-se relevante uma lógica de aprovisionamento público nos domínios da habitação, equipamentos (ensino, saúde, cultura, desporto, apoio social etc.) ou infraestruturas essenciais (estradas, ferrovias, saneamento, redes de água, energia, telecomunicações, etc.) (Asher, 2012;).

A tardia implementação do Estado-Providência e dos respetivos instrumentos de planeamento em Portugal. A expansão da metrópole informal

As condições para o desenvolvimento do Estado Social em Portugal apenas tiveram lugar no período subsequente à revolução de 25 de Abril de 1974. De resto, a fase da ditadura (1926-1974) ter-se-á caracterizado por políticas assistencialistas, circunscritas a intervenções limitadas na área do ensino, saúde, educação ou habitação. A nível urbano traduziam-se essencialmente por um urbanismo simbólico e pontual, cuja inspiração modernista terá sido colocada ao serviço das ideologias de poder.

Sousa Santos & Ferreira (2001) defendem, contudo, que a consolidação do Estado-Providência no país permanece por realizar, por um lado devido à posição periférica de Portugal no 'mundo desenvolvido' (apresentando problemas e desigualdades próprias do seu contexto), por outro, porque o Estado não terá conseguido cumprir todas as funções características desse modelo[4], cuja adoção em grande parte dos países desenvolvidos

[4] i) o Estado, enquanto garante do pacto social, capaz de compatibilizar o regime capitalista com as

sucederia no início da segundo metade do século XX (período do pós-guerra). Neste âmbito, salientam que a compatibilização entre as dinâmicas de crescimento económico e as expectativas redistributivas e de institucionalização de direitos sociais, nunca terá sido plenamente atingida. A 'Constituição da República Portuguesa' de 1976, consagra direitos fundamentais dos cidadãos, considerados meramente preventivos, face à expansão do capital privado. Em simultâneo realçam que apesar da formação do Conselho Permanente de Concertação Social (1982) e do efeito mitigador dos fundos de coesão e estabilização (integração na CEE em 1986), o pacto social viria a desequilibrar-se num sentido contrário ao espírito da Constituição, por via dos sucessivos resgates do FMI (1977, 1983, 2011), e da crise geral do modelo de Estado-Providência a partir da década de 1980 (que será abordada no próximo subcapítulo). A pressão da internacionalização económica, a flexibilização dos mercados de trabalho, bem como os desafios da competitividade e da convergência para União Económica e Monetária Europeia, não só reverteram direitos conquistados pelos cidadãos como reduziram a já insuficiente despesa social do país, face à média Europeia. Restringiu-se, assim, o 'braço' redistributivo e de provisão social do Estado, quando as profundas desigualdades e o aparelho burocrático – ainda contaminado pelo assistencialismo de raiz ditatorial – pairavam na vida e no quotidiano da população.

"A terceira condição do Estado-Providência é um elevado grau de despesas nas políticas de bem-estar. Em 1974 Portugal era o país europeu com as despesas de proteção social mais baixas (...) de acordo com dados do Eurostat, em 1998 Portugal era um dos países que menos gastava em despesas sociais em percentagem do PIB (23,4%) (...). Mas mais importante do que o baixo nível de despesas sociais é a ineficácia que estas demonstram na prevenção ou erradicação da pobreza e da desigualdade social, o que significa que não atingem os grupos sociais mais vulneráveis de forma eficaz ou não são suficientemente redistributivas" (Sousa Santos & Ferreira 2001, p.90).

Numa outra perspetiva, Mozzicafreddo (1992) considera que, em Portugal, o Estado-Providência reflete o quadro de referência geral deste modelo, divergindo sobretudo no plano quantitativo (despesa social), e qualitativo, no que respeita ao desenho das políticas públicas, menos universais e mais dirigidas a estratos específicos da população. Sendo claro que esta atuação procurou centrar-se nas particularidades do contexto socioeconómico nacional, sem se alhear da evolução do sistema político e da consolidação da democracia, outras implicações surgiriam com o tempo. O autor salienta neste âmbito, não uma crise do modelo de Estado-Providência, mas antes uma restruturação do mesmo:

exigências da democracia, ii) o Estado, como entidade suscetível de regular eventuais conflitos entre a expansão dos lucros económicos e a legitimação dos direitos dos cidadãos, iii) manter as despesas redistributivas e sociais num nível elevado e iv) garantir, ao nível burocrático, a salvaguarda institucional dos direitos acima mencionados

"O que está em debate é a reformulação do contrato social no contexto da ação institucional do Estado-Providência (...) não é certamente uma alteração radical (...) todavia, parece ser, a par de uma maior autonomização da sociedade civil, a de descomprometimento relativamente aos valores de igualitarismo e proteção social (...). A questão que se coloca doravante é saber, como assinala M. Villaverde Cabral, de que modo a provável acentuação das desigualdades sociais, será absorvida e legitimada pelos sistemas políticos democráticos representativos" (Mozzicafreddo, 1992, p. 84)

A tardia e possivelmente incompleta consolidação do Estado-Providência no país, traduziu-se num atraso significativo no que concerne ao desenvolvimento do seu Sistema de Ordenamento do Território. Enquanto na Europa tal processo ocorrera sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, em Portugal um movimento mais consistente só teria lugar depois de 1974. Em relação com as últimas asserções, recorremos à síntese de Encarnação (2010), que define as várias fases que marcaram a estruturação jurídica e a constituição dos instrumentos de planeamento territorial em Portugal. Segunda a investigadora, e apesar de grandes planos anteriores (como o da baixa pombalina na sequência do terramoto de 1755), é pertinente a referência a três grandes períodos: a) segunda metade do século XIX, b) Estado Novo (1928-1970) e, por fim, uma c) terceira fase que coincide em grande medida com o início da democracia.

- No primeiro período destaca a criação dos diplomas que regulavam os planos de melhoramento gerais (PGM), visando a resolução de problemas urbanos específicos, tais como as obras públicas da fase fontista (1868-1889) orientadas para o desenvolvimento económico do país (portos, caminhos de ferro). Estas intervenções estruturavam-se em torno dos principais polos urbanos (Lisboa e Porto).

- No período do Estado Novo é sublinhada a regulamentação dos planos gerais de urbanização e expansão, a nível municipal, visando o controlo do crescimento urbano. São também implementados os primeiros planos regionais, que procuravam dar resposta às crescentes assimetrias territoriais (ex. Plano de Urbanização da Costa do Sol; Plano Diretor da Região de Lisboa e do Porto). Com a elaboração do Plano de Fomento (sobretudo no terceiro), é assimilada a necessidade de ordenamento do território, visando a preservação do equilíbrio territorial, enquanto são elaborados diversos decretos com o objetivo de controlar a produção e de solo conter a construção clandestina (DL 576/70, 24.11; DL 289/73, 06.06). Num outro nível, despontam alguns organismos que procuram dar resposta aos problemas da habitação e do ordenamento, nomeadamente, em 1969 (Fundo Fomento da Habitação, Secretaria de Estado de Planeamento) e em 1971 (Secretaria de Estado da Habitação e do urbanismo e Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL). Os seus efeitos práticos revelar-se-iam, porém, muito reduzidos.

- Em democracia prossegue-se a via da consolidação e integração dos instrumentos de planeamento, como parte integrante das políticas de desenvolvimento no âmbito de um novo regime democrático. É criada a legislação que determina competências, autonomias e condições de financiamento municipais (Ex. Lei 79/77, 25.10 ou a Lei das finanças locais 1/79, 02.01). Regulamentam-se os Planos Diretores Municipais (DL 208/82, 26.05), enquanto se criam instrumentos legais para combater os loteamentos clandestinos, agilizar a apropriação pública e/ou cooperativa do solo e aprovisionar o território (habitação, equipamentos, infraestruturas). Destaca-se ainda a criação de figuras de proteção ambiental por influência de Gonçalo Ribeiro Telles: Reserva Agrícola Nacional (RAN, DL 451/82, 16.11) / Reserva Ecológica Nacional (REN, D.L. 321/83, 5.07), Lei de Bases do Ambiente (11/87, 07/04). A aplicação dos fundos de adesão comunitária (1986-1989), obrigam, também, a uma maior estruturação do Sistema de Ordenamento do Território na sua escala regional, dando lugar ao surgimento dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (DL 338/83, 18.05). Na década de 1990 salienta-se a revisão do enquadramento do PDM (DL 69/90, 02.03), e a regulamentação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território (LBPOT, 48/98, 11.08). Este instrumento-chave definiu a articulação das escalas Nacional, Regional e Municipal, bem como os princípios pelos quais se deve reger a transformação territorial: o desenvolvimento socioeconómico, a provisão em equipamentos, serviços, habitação etc., respeitando uma 'ética' de solidariedade entre regiões e de sustentabilidade ambiental. Da LBPOT surge a figura do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei n.º 58/2007, 04.09), um instrumento com incidência territorial e que tem como objetivo estratégico a harmonização das grandes opções políticas de desenvolvimento a nível Nacional/Europeu e, bem assim, as diferentes escalas de governação.

Uma das consequências da tardia consolidação do Estado-Social em Portugal e por conseguinte dos instrumentos de planeamento territorial são os fenómenos de expansão urbana informal, que, a partir da década de 1950, afetaram as principais regiões metropolitanas do País, em particular a capital. Este contexto que será aprofundado nos capítulos II e III, tem como pano de fundo as fragilidades socioeconómicas estruturais do país decorrentes do longo período ditatorial e os fluxos migratórios gerados pelo agravamento das clivagens entre meios rurais e urbanos (por via da política de industrialização adotada e da progressiva abertura do país ao exterior) e pelo fim do conflito nas ex-colónias (década de 1970). A magnitude dos desafios decorrentes deste crescimento urbano (ex. assimetrias intraurbanas, problemas de desordenamento, défices na provisão de habitação, equipamentos, infraestruturas e serviços), determinam a sua persistência ao longo do período democrático. A cidade, que nos habituámos a depreciar como ilegal, clandestina, marginal ou informal é, talvez, a forma mais antiga de arquitetura – *uma arquitetura sem arquitetos,* como refere Rudofsky (1964). Essa arquitetura de sobrevivência, que procura soluções para o

quotidiano em comum, emerge quando os atores considerados legítimos no âmbito dos processos de transformação urbana: o Estado e os promotores privados, não providenciam as soluções viáveis e dignas ao bem-estar da sociedade. O modelo de expansão urbana, observado na Área Metropolitana de Lisboa, para alem do seu desfasamento temporal, assemelha-se por via do contexto socioeconómico e político do país, aos fenómenos observados noutra metrópoles europeias, no despontar da revolução industrial, ou atualmente nas megacidades de países considerados subdesenvolvidos. Como refere Portas a propósito do crescimento da Área Metropolitana de Lisboa (2012, pp. 148-149):

"Os problemas causados por este crescimento tardio (se comparado pela maioria das metrópoles Europeias) não são apenas de ordem demográfica ou quantitativos mas são, fortemente condicionados por profundas alterações físicas, geográficas e morfológicas para os quais ninguém estava preparado. Estes dois fatores têm uma estreita relação; as taxas de crescimento anual (...) não podiam ser absorvidas a tempo no planeamento 'normal' do solo urbanizado pelas municipalidades afetadas pela 'explosão', nem mesmo pela extensão das infraestruturas e dos transportes a cargo do Estado. Em resultado, o 'loteamento' espontâneo', e consequentemente, a construção ilegal atingem um terço do crescimento das periferias, ocupando o lugar da oferta que, em países como França, foi canalisada para os 'grands ensembles'. As transformações que ocorrem, em especial na capital, estão mais próximas do modelo de expansão bem conhecido das metrópoles do Terceiro Mundo (...). Com baixos níveis de crescimento e o peso de uma longa guerra colonial, o esforço público de urbanização e de habitação social está longe do necessário, e, por essa razão, em vez dos modelos de Estado Providência, as migrações internas para as aglomerações tiveram que recorrer à simples providência. A herança transmitida à jovem democracia nascida em 1974 pelo poder central e local (...) era demasiado pesada para poder derrubar as tendências já inscritas no nosso território nas décadas que acompanharam em toda a Europa o tempo das vacas 'magras"

Apesar do avultado investimento público em construção e distribuição (redes de equipamentos, infraestruturas e habitação), subsiste a falta de coordenação intersetorial e interterritorial de estratégias, políticas e ações com incidência ao nível regional, municipal ou metropolitano. Esta circunstância, a que podemos adicionar a reduzida maturidade do aparelho institucional do Estado, deu origem a grandes polarizações territoriais e a fenómenos de sobre/sob dimensionamento no âmbito da estratégia de provisionamento público (Domingues, 2012). O atraso do país no plano económico, coincide com um modelo de Estado-Providência e um Sistema de planeamento moderno, que emerge numa determinada conjuntura. Esta define-se por crescimentos tímidos decorrentes da recessão económica (crise do petróleo), a par de dinâmicas da globalização e liberalização dos mercados que desconstroem as bases fiscais e ideológicas em que se alicerça o modelo de Estado Social e os seus instrumentos redistributivos. Fica, assim, limitada a aplicação do princípio de

solidariedade e a capacidade de correção das desigualdades da sociedade e do território português. Algo que determina em antecipação, a importância do âmbito e objeto de estudo eleitos nesta dissertação.

2.6 A Metápole. Do Estado Social ao Neoliberalismo

A transformação cultural

Se o último quarto do século XX significa para Portugal o nascimento da democracia, para quase todo o ocidente é já o tempo do desgaste, o início da dúvida sobre o projeto de modernidade. O abrandamento económico - atenuada a influência do Plano Marshall (Programa de recuperação Europeu, 1948-1951) no contexto de reconstrução do pós-guerra -, a queda do 'Muro de Berlim' (1989), a dissolução da União Soviética (1991), coincide com a crescente relevância da agenda política interna no interior de cada país. Novas reivindicações, envolvendo direitos civis, a justiça social, a desigualdade ou a mudança cultural, ganham nova centralidade à medida que o progresso e o 'bem-estar' prometidos se dissipam no horizonte (Wallerstein & Zukin, 1989).

Do crescimento da classe média e subsequente transformação cultural sobrevêm novos ideais humanistas: o antirracismo, a igualdade de género, a luta pela paz e descolonização, a defesa do ambiente. *'Peace and love'*, o *'slogan'* que agitou os Estados Unidos nas décadas de 1960 e de 1970, soou também no subversivo 'Maio de 68'. O aparato político-institucional, as próprias 'constituições', tornam-se, demasiado rígidos e desatualizados, face à diversidade que urge representar numa sociedade crescentemente heterogénea. As narrativas de classe, anteriormente essenciais à luta política, revelaram-se também pouco abrangentes ou desajustadas face a algumas reivindicações sociais: evolução dos dogmas culturais, melhor qualidade de vida, reconhecimento e igualdade dos direitos das minorias, combate à desigualdade não concretizado pelo 'Estado de bem-estar' (Wallerstein, 2012; Siracusa, 2020).

Seminal no surgimento de um novo discurso político, a obra de Fanon (2008) [1952] – '*Black Skin, White Masks'* – procura recolocar o 'olhar' sobre as questões da alteridade, sintetizando os pressupostos de uma maioria 'branca', heterossexual e patriarcal enquanto se detém no 'sentimento de si' do próprio discriminado, do que se sente perseguido pela sua raça, etnia ou orientação sexual. Os novos desafios do humanismo passam por processos de descolonização, não apenas na realidade visível (do território) como também na realidade invisível (conhecimento, linguagem, prática social, economia e política). A via para uma sociedade mais igualitária passaria pelo *reconhecimento do outro*, dando voz aos grupos oprimidos e reconstruindo uma universalidade baseada no colapso das hierarquias sociais,

no direito à dignidade humana e na equalização das oportunidades. É neste enquadramento que ganham importância as políticas identitárias – *self politics* –, constituindo importantes bandeiras de reivindicação política desde a década de 1970 (Kruks, 1996).

'A condição Pós-Moderna'

Se no plano político a representação social se torna mais complexa, ao nível da produção de conhecimento debate-se a especialização e fragmentação das culturas científicas, bem como a sua instrumentalização face aos ideais de 'performance' exigidos pelo processo de racionalização económica. Lyotard (1984), um dos mais relevantes filósofos franceses no debate sobre a pós-modernidade, considera na sua obra, '*A condição Pós-Moderna*', ter chegado o fim das grandes 'meta-narrativas' que nortearam as diferentes áreas da vida, da ciência e da cultura, no século XX. O conhecimento da era pós-moderna definir-se-ia por jogos de linguagem conflituantes com diferentes origens (científicas, políticas, religiosas, étnicas etc.) dando lugar a uma 'filosofia do diferendo'. A esta caberia o papel de testemunha reflexiva, capaz de formular adequadamente uma determinada forma de discurso perante outra, evitando assim processos mútuos de dominação – por exemplo a submissão do discurso ambientalista a lógicas de racionalidade económica. Assumindo a pluralidade das formas de discurso, Habermas (1991) defende que cabe à filosofia um papel de mediação entre as mesmas. As diferentes culturas especializadas deveriam ser mobilizadas, não pela ação estratégica decorrente da racionalidade económica ou política, mas pela ação da racionalidade comunicativa: cooperação e processos de entendimento mútuo, sediados no plano do mundo tangível e real. A filosofia não será galeria de diferendos como na proposta de Lyotard mas, preferencialmente, o alicerce de um idioma-ponte onde novos consensos são estabelecidos. Na perspetiva de Habermas está implícita a continuidade do projeto de modernidade, por via da articulação dos vários domínios científicos em torno dos desafios colocados à sociedade. A democracia deve revitalizar-se desde a base e favorecer a horizontalidade nos processos de decisão e participação pública (Foster, 1999).

No plano epistemológico dois pensamentos opostos, neopositivismo e existencialismo, irão influenciar a produção de conhecimento num contexto de profundas transformações. Ambos procuram o afastamento da ciência do domínio arriscado das ideologias universalizantes; todavia, enquanto o primeiro pretende resgatar a ciência dos riscos da 'ilusão da subjetividade', alinhando-se com o projeto racionalizador e 'estruturante' da modernidade, o segundo, procura subtrair a ciência à ilusão da objetividade, seguindo os princípios do humanismo e justiça social.

O '*Tratado de lógica filosófica',* publicado por Wittgenstein (1921), será uma referência no círculo de Viena, um dos grupos intelectuais responsáveis pela divulgação do positivismo

lógico. Wittgenstein (1889-1951) vê na linguagem o espelho do mundo e, nos problemas e limites do mundo, os problemas e limites da própria linguagem. À filosofia caberia a 'tradução' da linguagem comum na sua correspondente lógica; à ciência, caberia validar por intermédio da experiência os seus conceitos 'à priori' da observação empírica do mundo. Nesta sequência, assumem importância os processos de verificabilidade e a transitoriedade do conhecimento – a análise lógica ou o método hipotético dedutivo enunciado por Popper (1975). Por contraste, o existencialismo nega a aparente objetividade e neutralidade científica, sublinhando que tudo o que é subjetivo representa uma forma de comunicação indireta que escapa ao espartilho lógico de validação neopositivista. À 'falácia' da neutralidade científica, os existencialistas opõem a necessidade de reconhecer os mecanismos subjetivos que precondicionam a nossa compreensão do mundo. A semiologia, o estruturalismo ou, mais tarde, a fenomenologia da perceção– uma filosofia que une Edmund Husserl (1859-1938) a Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) –, constituem um novo leque metodológico capaz de descodificar a estrutura simbólica subjacente às práticas sociais, às relações de dominação e, também, aos mecanismos de produção de conhecimento (Cavell,1964; Vásquez, 2016, p. 78-80).

O neoliberalismo; Friedrich Hayek; Milton Friedman

As transformações no domínio cultural, filosófico e científico coincidem com profundas mudanças no domínio da teoria e da política económica. A crise do petróleo provocada pela 'cartelização' da OPEP em 1973, põe fim a 30 anos de relativa prosperidade económica e a consensos de natureza social e política em torno de uma economia mista. Num contexto de recessão, desemprego e crescentes tensões inflacionistas, o modelo '*keynesiano*' – seguido desde o pós-guerra por grande parte dos países capitalistas e industrializados – começa a ser questionado. Assim, a corrente do novo liberalismo ou *neoliberalismo*, defendido pelas escolas de Viena e de Chicago, adquire uma particular relevância. Os seus dois principais percursores, Hayek (1889-1992) e Friedman (1912-2006) respetivamente, convergem na defesa de uma economia de mercado livre, na salvaguarda da propriedade privada e na redução do papel dos governos no âmbito da regulação económica.

Para Hayek (1943), a intervenção do Estado, tanto ao nível das políticas monetárias como orçamentais, conduziria à 'hipoteca' do investimento privado, ao agravamento dos problemas de inflação e ao desemprego. Preconizava, assim, o caminho oposto; reduzir o consumo de modo a gerar o entesouramento necessário à retoma do investimento privado. Em *'Road to Serfdom'*, recusa qualquer modelo de planeamento centralizado – atentatório das liberdades individuais, bem como o decalque de leis económicas a partir de modelos matemáticos. O funcionamento económico pertenceria à esfera das ciências sociais e das ações individuais,

informadas pelo *jogo* do mercado competitivo e do mecanismo de autorregulação de preços. A sua determinação 'a priori', ou orientação em função de uma estratégia, conduziria inevitavelmente à restrição da eficiência económica, à distorção dos preços dos produtos e à diminuição das condições de vida da maioria (Pressman, 2006).

Combater as desigualdades ou defender a igualdade de oportunidades, recorrendo a políticas redistributivas, significa para o autor uma mera 'quimera ideológica', cujo resultado seria o empobrecimento generalizado. Só o mercado – liberto dos constrangimentos morais – e uma sociedade colocada em competição, poderiam determinar maiores níveis de equalização, permitindo que a riqueza e os meios de produção se distribuíssem por mais mãos, ao invés de estarem unicamente dependentes do aparelho de Estado e dos seus mecanismos redistributivos:

"O facto de as oportunidades abertas aos pobres, numa sociedade competitiva, serem muito mais restritas do que as disponibilizadas aos ricos, não impede que nesta sociedade os pobres sejam muito mais livres do que se uma pessoa comandar muito mais conforto material num tipo diferente de sociedade. Apesar de, em competição, a probabilidade do homem pobre atingir grande riqueza ser muito menor do que a do homem que herdou propriedade (...) o sistema competitivo é o único em que depende apenas de si mesmo e não de favores da maioria e ninguém poderá impedi-lo de atingir este resultado. (...) Existirão sempre desigualdades que parecerão injustas para quem as sofre, deceções que parecerão indevidas e golpes de infortúnio cujos atingidos não o terão merecido. Mas quando essas coisas ocorrem numa sociedade que é dirigida conscientemente, a forma como as pessoas vão reagir será muito diferente da que teriam quando o que acontece não resulta de uma escolha consciente de ninguém". (Hayek, 2007, pp. 217-221).

Outro contributo emblemático, no âmbito da difusão de uma política económica neoliberal, tem origem em '*Capitalismo e Liberdade'*. Nesta obra, Friedman [1962] (2014) explora as relações entre liberdade política e liberdade económica. Os períodos entre o século XIX e início do século XX (liberalismo, economia *Laissez Faire*) são apresentados como uma fase única na história, ao longo da qual a humanidade terá sido resgatada da subjugação e da servidão, através do mercado livre e do desenvolvimento das instituições capitalistas. Os regimes fascistas e comunistas, o próprio socialismo democrático, são definidos como modelos de concentração de poder atentatórios das liberdades individuais. O poder do Estado deveria, assim, ser restringido através da descentralização e emagrecimento das suas funções:

"Como podemos beneficiar das vantagens de ter um governo e, ao mesmo tempo, evitar a ameaça à liberdade? (...). Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. A sua função principal deve ser a de proteger a nossa liberdade contra os inimigos externos e contra os nossos próprios compatriotas;

preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos (...). O segundo grande princípio implica que o poder do governo deve ser distribuído. Se o governo deve exercer poder, é melhor que seja no condado do que no estado (...). Se eu não gostar do que a minha comunidade faz em termos de organização escolar ou habitacional, posso mudar para outra e, embora muito poucos possam tomar esta iniciativa, a possibilidade como tal já constitui um controlo." (Friedman, 2014, pp.13-14)

Segundo Friedman (2014), apenas uma sociedade liberta dos comandos centralizadores do Estado, através do capitalismo competitivo, poderia conduzir à *liberdade total*, permitindo a separação entre o poder económico (mais facilmente distribuível) e o poder político (maís dificilmente descentralizável). A coordenação de atividades económicas (ex. divisão e especialização do trabalho) deveria ser afastada da esfera da governação política, constituindo exclusivamente o resultado da cooperação voluntária entre indivíduos, através do jogo dos mecanismos de mercado. O sistema capitalista é lido como o único meio capaz de salvaguardar a liberdade e a coesão social – subtraindo ao Estado, ao julgamento da maioria, a necessidade de consenso relativamente a questões de natureza ética ou social e transferindo, assim, a tensão política para a esfera das escolhas livres e individuais, no âmbito do mercado e das trocas económicas por este proporcionadas:

"Qualquer aumento do número de questões, para as quais é necessária uma concordância explícita, sobrecarrega demais os fios delicados que mantêm uma sociedade coesa (...) diferenças fundamentais sobre valores básicos quase nunca, ou mesmo nunca, podem vir a ser resolvidas nas urnas; Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre." (Friedman, 2014, pp.47-48)

Tal como Hayek (2007), Friedman (2014) defende o minimalismo de Estado, criticando as políticas expansionistas orçamentais e monetárias, as tentativas de controlo ou regulação do comércio internacional por parte dos governos (ou outras instituições financeiras) e, ainda, as políticas públicas de proteção social. A tentativa de combate à recessão por via de medidas expansionistas, teria como resultado uma espiral inflacionária e a estagnação económica – *estagflação* –, cujo efeito perverso seria a subida da taxa natural de desemprego. Ao Estado caberia assim restringir a oferta monetária, calibrando-a com o nível de crescimento económico de cada país. Relativamente ao comércio internacional, defendia a eliminação das restrições ao comércio-livre (taxas alfandegárias ou cotas) e a adoção de taxas de câmbio flutuantes determinadas exclusivamente pelo mercado.

Friedman (2014) distingue vários tipos de desigualdade - a desigualdade por via das diferenças de rendimento, resultantes das escolhas profissionais e do mercado competitivo (envolvendo o mérito); as desigualdades por via da herança (envolvendo a sorte) e ainda as desigualdades induzidas por políticas dirigidas a grupos sociais concretos (envolvendo o paternalismo de Estado). O capitalismo é considerado o sistema mais apto para responder a estes problemas, por via da mobilidade social e da liberdade de escolha associadas ao mercado competitivo. A flexibilização da legislação laboral, a redução dos monopólios sindicais, a rejeição de políticas salariais (definição de ordenado mínimo ou máximo) e a privatização da segurança social ou do ensino, são os caminhos apontados para a liberalização económica e a ampliação das liberdades individuais. A responsabilidade nas situações mais críticas de pobreza deveria ser assumida por via da caridade privada. O autor rejeita, assim, as soluções baseadas em políticas sociais. Ao nível do estado qualquer atividade redistributiva deveria passar por políticas fiscais com base num imposto único não progressivo – os ricos não deveriam contribuir mais para o combate à desigualdade, apenas por serem ricos –; ou seja, uma distribuição desigual da riqueza não deveria implicar uma redistribuição desigual do esforço no combate à pobreza. É possível identificar no posicionamento de Friedman, reminiscências do pensamento Malthusiano. A igualdade enquanto objetivo ético e moral seria mesmo considerada um entrave ao desenvolvimento:

"Será que estaríamos dispostos a exigir de nós próprios e dos nossos concidadãos a aceitação de uma regra como a seguinte - todas as pessoas cuja renda excedesse a média de todas as demais, no mundo, deveriam imediatamente dispor do excesso, distribuindo-o em partes iguais. por todos os habitantes do mundo? Podemos admirar e elogiar tal comportamento quando adotado por alguns. Mas um 'potlatch' universal tornaria impossível um mundo civilizado." (Friedman, 2014, pp.277)

Tendo como referência o enquadramento anterior, Magone (2004) enuncia o conjunto de transformações económicas, laborais e políticas registadas na transição de um regime *'keynesiano'* para um regime neoliberal, a partir da década de 1970. Entre estas destacam-se: (1) reorganização da estrutura produtiva com enfâse no desenvolvimento tecnológico e na aceleração do processo produtivo; (2) substituição de modelos de produção baseados na 'linha de montagem' para modelos baseados no emagrecimento, flexibilização e diversificação das cadeias de produção; (3) transformação de contratos permanentes – ancorados em legislação laboral robusta e sindicatos fortes – por contratos precários e variados (permanentes, temporários etc.); (4) Internacionalização e financeirização económica, bem como facilitação na deslocalização de grandes multinacionais; (5) aumento das privatizações, da desregulação económica e da mercantilização (6) redução da autonomia do estado-nação e redução do seu papel no planeamento da atividade económica; (7) orientação das políticas

estratégicas no sentido do aumento da competitividade nacional no panorama económico global – o Estado Social, transforma-se em Estado Competitivo; (8) o nível de qualificações e de acesso a informação passa a constituir o principal filtro dos processos de estratificação social, penalizando a população menos qualificada, dependente de atividades e setor económicos menos exigentes em conhecimento.

O aprofundamento do neoliberalismo e da internacionalização económica está na origem da globalização dos sistemas de governação e da transferência parcial do poder decisório para instituições supranacionais. Este 'quadro' conduziu ao progressivo estabelecimento de tratados internacionais e à consolidação de instituições surgidas no período de Pós-Guerra. A formação da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945), teve por objetivo a paz e a cooperação internacional, no sentido de promover o desenvolvimento mundial. No plano económico, o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade, 1947) estabeleceu as normas de livre comércio entre os países do hemisfério Sul e os países do hemisfério Norte, dando origem à Organização Mundial do Comércio (OMC,1995). Os primeiros abririam os seus mercados aos serviços e transações financeiras enquanto os segundos se tornariam permeáveis à indústria têxtil e aos produtos agrícolas. À semelhança de outras instituições, o Banco Mundial (1944) – visando o financiamento dos países em desenvolvimento –, bem como o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado na conferência de Bretton Woods (1944) assumem funções de enorme relevo: reconstruir o sistema monetário internacional, controlar o desequilíbrio das balanças comerciais, sugerir reformas estruturais e conceder empréstimos aos países com dificuldades económicas. Simultaneamente, a ratificação do tratado da União Europeia (1993) significa, não apenas a formação de um bloco poderoso capaz de competir a nível global, mas também a tentativa de transformar numa união política o que não ia além de uma união económica – a Comunidade Económica Europeia (CEE) formada em 1957. (Magone, 2004; Harding & Blokland, 2014).

Na difusão, e sobretudo na concertação de uma política económica neoliberal a nível internacional, deve salientar-se a importância do grupo Mont Pelérin Society (1947) e do Consenso de Washington (1989). O primeiro, fundado por Friedrich August von Hayek, promoveu fervorosamente o liberalismo de mercado e a quase ausência de Estado. A sua influência, por via do Institute of Economic Affairs (uma instituição com ligações ao Mont Pelérin Society), seria relevante na governação de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990). Já o Consenso de Washington, uma reunião ocorrida em Nova York (entre representantes do governo Americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) e que teve por fim a avaliação dos programas de restruturação e ajustamento na América do Sul, constituiu um marco na afirmação das políticas neoliberais. De resto, da adoção de tais políticas dependeria todo um programa de apoios financeiros a países em Desenvolvimento. (Batista, 1994; Vasconcelos & Lipovetsky,

2021; Gallino, 2015). O consenso fixava-se em torno daquilo que Vasconcelos & Lipovetsky (2021, p. 133) definem como um conjunto de dez ideias políticas:

"disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das empresas públicas, desregulamentação (fragilização da legislação económica e laboral), regulamentação e defesa do direito à propriedade intelectual."

Zygmunt Bauman; Anthony Giddens; Gilles Lipovetsky

No plano político, as relações entre Estado e cidadãos tendem a alterar-se profundamente, acompanhando a dissolução da estrutura institucional que caracterizava o período anterior. Segundo Bauman (2007), ao tempo linear e ao projeto uniformizador da modernidade – cujo eixo se definia no aparato burocrático-jurídico do Estado, nas suas funções de redistribuição e, até, de regularização dos comportamentos humanos – sucede o tempo acelerado, fragmentário, da vida pós-moderna ou da modernidade líquida. As responsabilidades morais e legais do Estado são parcialmente transferidas para o cidadão, sob a forma de liberdades de escolha individuais, tomadas no âmbito das relações de mercado. Sobrevaloriza-se assim a autonomia pessoal ao contrato social (vínculos de longa duração), o bem-estar próprio ao bem comum, a mobilidade ao enraizamento. Estes processos de desvinculação correspondem, segundo o autor, à dissolução da política enquanto prática coletiva. O cidadão torna-se consumidor, o Estado funde-se ou apaga-se perante os interesses do mercado. Às políticas universais que procuravam resolver os problemas estruturais de sobrevivência (ex. desigualdade), sucedem-se as políticas centradas em aspetos relacionados com a qualidade e estilo de vida, entendidos como opção individual e não como desiderato do funcionamento do sistema económico. Na medida em que o próprio Estado se subtrai às funções convencionais redistributivas, reduz-se a sua relevância e o consenso social necessário à sua manutenção. Pelo caminho, desvitaliza-se a infraestrutura da própria democracia.

"Uma forma episódica de existência convém perfeitamente à política em causa e à visão do mundo que dela decorre (...). Assim vemos que o governo desregula tudo o que pode, para que nada possa continuar a ser percebido como duradouro e digno de confiança, previsível ou suscetível de ser garantido e antecipado; transfere as sedes de decisão para lugares onde os que são por ela afetados não a possam ver como decisão e passem a considerá-la como 'cegueira do destino'; quer que seja o funcionamento das forças de mercado a ditar os critérios que regem a existência vivida como um jogo (...) redefine o cidadão, em termos teóricos e práticos, como consumidor satisfeito de uma sociedade moldada à imagem de um centro comercial; e mina a confiança dos seus governados no mundo e entre si" (Bauman, 2007, pp. 287*)*

Bauman utiliza a metáfora do *peregrino* '*flâneur', 'vagabundo', 'jogador' ou 'turista',* para sublinhar o desenraizamento a que é votado o indivíduo pós-moderno. O 'jogo de mercado' e as dinâmicas do consumo, traduzem-se na fragilidade crescente da sua inserção no mundo. Ao nível das condições de existência algo se torna profundamente movediço. O chão, como um tapete rolante, deixa-o refém do movimento, da intuição e da sua capacidade de lidar com o risco. Em síntese, a obsolescência, para além de afetar o Estado, contamina toda a sua vida: torna temporárias e perecíveis, não apenas as suas relações pessoais como também as qualificações, os empregos e os próprios lugares de existência. A constante espoliação transfigura-o num nómada predisposto à mudança e à 'performance' incessante:

"O vagabundo do início dos tempos modernos errava atravessando lugares já instalados; era um vagabundo porque em nenhum lugar se podia instalar, como outros tinham feito. Os instalados eram muitos, os vagabundos poucos. A pós-modernidade inverteu este 'ratio'. Hoje são poucos os lugares de 'instalação'. Os residentes 'definitivamente instalados' acordam e descobrem que os lugares (lugares na terra, lugares na sociedade e lugares na vida) a que 'pertencem' já não existem ou já não os protegem: as ruas, hoje seguras, serão ameaçadoras amanhã, as fábricas desapareceram e os empregos com elas, as competências adquiridas já não têm compradores, o 'saber' torna-se ignorância, a experiência profissional torna-se um ónus, as redes de relações seguras desfazem-se e deixam em seu lugar despojos em decomposição. O que leva doravante a ser-se vagabundo, não é a (sua) repugnância pela instalação, nem as suas dificuldades, mas a escassez dos lugares a ocupar (...). O mundo recupera o vagabundo a ritmo acelerado. Reordena-se em função do vagabundo" (Bauman, 2007, pp. 101).

Outra perspetiva que devemos salientar em Bauman (2007) [1995], consiste na crítica que realiza a uma política de emancipação global, cuja premissa mais relevante é a exportação do projeto de modernidade para as economias de subsistência - as periferias ditas subdesenvolvidas. O sociólogo coloca em causa uma visão de desenvolvimento maioritariamente assente no crescimento económico, na industrialização e no estímulo do desejo pelo consumo. A difusão deste modelo em regiões com modelos sociais, económicos e culturais completamente distintos, é lida como uma imposição hegemónica destruidora de outros modos de existência. Também as sociedades ocidentais, acabam, na sua aceção, por ser vitimas desta visão de desenvolvimento, à medida que a lógica económica global se vai sobrepondo à ética política, determinando a desaceleração do crescimento que outrora caracterizou o esforço de recuperação do pós-guerra.

"A civilização moderna é eminentemente inadequada no que se refere à sua aplicação universal (...) As vítimas do desenvolvimento – o verdadeiro 'rolo compressor' de Giddens (...) 'são seres

expatriados nos seus próprios países'. Por toda a parte onde o 'rolo compressor' passa, o 'saber fazer' desaparece, sendo substituído pela escassez de competências; surge o mercado de trabalho onde outrora os homens e mulheres viviam; a tradição torna-se num lastro pesado e num fardo dispendioso; as utilidades comuns transformam-se em recursos subaproveitados (...). Por fim temos o fenómeno da serpente que devora a própria cauda, cada vez mais visível à medida que a estagnação crescente toma o lugar do desenvolvimento sustentado do período de reconstrução e que a magnanimidade de outrora é traduzida da linguagem da ética para a da economia, que a redefine como contra produtiva (...). A grandiosa visão de desenvolvimento à escala mundial – destinada a tornar toda a gente uma população moderna e feliz – afundar-se-á sem deixar rasto nas areias movediças dos protecionismos locais, na corrida universal a uma fração maior de capital vagabundo e nos esforços dos governos nacionais, empenhados em disputar os postos de trabalho aos restantes povos e em exportar para outras paragens o seu desemprego" (Bauman, 2007, pp. 40-41)

O *'rolo compressor'* ou a globalização do projeto moderno de desenvolvimento, no sentido em que Guiddens (1991) define como *'modernidade tardia ou avançada',* ou que Lipovetsky (2005) refere como uma *'hipermodernidade'*, consiste na acelaração dos processos de compressão espaço-tempo. Uma consequência das novas tecnologias, que associadas a dinâmicas socioeconómicas globais, determinam a restruturação - através de processos de reflexividade permanentes estabelecidos entre a escala global e local -, dos lugares, tradições, estruturas simbólicas, práticas e ações sociais pré-existentes. Neste âmbito se incluem novas assimetrias, bem como um conjunto de transformações que incidem sobre o espaço, as atividades que nele se inserem, modos de vida, modos de produção e as instituições que regulam o funcionamento da sociedade. É inerente a esta perspetiva a ampliação do capitalismo, bem como uma radicalização dos seus processos de rotura, fenómeno já vivido na Europa do século XV com a sociedade pré-moderna.

"A globalização refere-se essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se cruzam (...). A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais, à escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa (...). Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — que operam a uma distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, mas consiste em tendências mutuamente opostas. A prosperidade crescente de uma área urbana em Singapura pode ter as suas causas relacionadas – via uma complexa rede de relações económicas globais – com o empobrecimento de uma vizinhança em Pittsburgh, cujos produtos não são competitivos nos mercados" (Guiddens, 1991, pp. 84-85)

A Globalização e o seu impacto na teoria do 'sistema-mundo'

A partir da década de 1970, as transformações e consequências da globalização começam a pôr em causa a teoria do 'sistema-mundo', desenvolvida por Immanuel Wallerstein (2011) [1974] em 'The Modern World System I'. De facto, no último terço do século XX, alguns dos países considerados periféricos concorrem a uma fatia do poder ocidental, alterando a hegemonia inicialmente gerada pelo mercantilismo e, mais tarde, pela internacionalização do capitalismo industrial. Assiste-se, assim, a uma primeira inflexão nas relações que vinham opondo o Norte Global aos países periféricos e semiperiféricos, a produção especializada ao trabalho intensivo assente na exploração de recursos e matérias primas . Mahbubani (2008) defende que a abertura exponencial dos mercados permitiu elevar os níveis de crescimento económico, retirando da pobreza milhões de pessoas, não apenas nos países Asiáticos (China, Índia, Singapura, Coreia do Sul, Hong Kong), mas também na Rússia ou em África. Os países anteriormente considerados como meros 'objetos históricos' no jogo de interesses Ocidental, influíram desde então no processo de modelação da globalização. Mas enquanto se acentuava a pressão sobre os países em desenvolvimento para integrarem o mercado global, os grandes blocos políticos ocidentais (em particular, a Europa), foram procurando, a partir da década de 1970, defender o mercado interno e proteger os seus principais setores exportadores (primários e secundários), concentrando o investimento em grandes multinacionais, como previra Bauman. Mahbubani descreve-nos, assim, esse movimento ambíguo, onde o sucesso da universalização do modelo de progresso, bem como dos valores modernos, coincide com a emergência de atitudes protecionistas nos países Ocidentais.

Este *contramovimento*, conducente a um *'novo mercantilismo em bloco',* requer o enquadramento das transformações estruturais veiculadas pela globalização. Em particular, a troca do *'xadrez do poder',* no âmbito das estratégias de competitividade, revela, tudo indica, que as vantagens comparativas se tornaram cada vez menos vantajosas para os países ocidentais. Em síntese, produziu-se a desaceleração dos crescimentos nacionais ocidentais que se baseavam na produção e consumo internos, bem como na exportação e exploração *'para* e *da'* periferia. Se no mundo pós-colonial e globalizado, as multinacionais ocidentais se permitem explorar geografias distantes – dali reencaminhando o lucro obtido –, também o capital e as multinacionais de países outrora periféricos, acabam por invadir os recursos do próprio ocidente. Vítimas do seu modelo de desenvolvimento, as sociedades ocidentais assistem à sua própria conversão, enquanto a dinâmica porosa do mecanismo de acumulação de capital vai definindo novos vencedores e vencidos. Este movimento intensifica-se, no plano social, pelo avanço da financeirização, a fragilização dos vínculos laborais, a deslocalização de postos de trabalho e a redução da proteção do Estado.

A análise da globalização enquanto processo que se autonomiza, tornando-se um fator de equalização a nível internacional, é partilhada por outros autores. Robertson (1992; 1994) recusa-se a analisá-la como uma mera disseminação do projeto de modernidade ocidental, ou do próprio capitalismo. Componentes subjetivas, designadamente a progressiva organização das sociedades em Estados, a vontade de estreitar as suas relações de interdependência e, até, o percurso sequencial que envolve a formação de uma consciência do mundo e da humanidade (ex. formação das Nações Unidas e Declaração Universal dos Direitos Humanos, no pós-guerra), contribuem, a seu ver, para a explicação deste processo. Ao invés de uma absorção das lógicas locais pelas lógicas globais, Robertson defende a existência de uma profunda interação entre universalismo e particularismo, propondo o termo *glocalização* – o lugar que constrói a sua identidade em torno do global e o global que se molda em torno das identidades locais –. Daqui deriva o célebre *'slogan*': *Pensar globalmente, agir localmente.* (Lourenço, 2014).

Na sua obra *The World is Flat*, Friedman (2007) distingue, aliás, diferentes momentos na globalização que culminam num processo que considera nivelador das oportunidades a nível internacional:

– Uma globalização 1.0 (1492-1800) possibilitada pela energia do vento, e mais tarde do motor a vapor, que corresponde à expansão do mercantilismo.

– Uma segunda globalização 2.0 (1800-2000), impulsionada pelas grandes multinacionais no contexto da revolução industrial (ampliação dos mercados de produtos e de mão de obra), associada à redução dos custos de transporte e comunicação (comboios, motor de combustão, telefone, etc.).

- Por fim, a globalização 3.0, onde tecnologias como *'software'* e fibra ótica constituem, de acordo com a sua leitura, o maior fator de nivelamento social. A possibilidade de competir do indivíduo, independentemente da sua localização geográfica, contraria o 'balanço' de poder entre o ocidente e o resto do mundo.

"Colombo ficou feliz por fazer dos índios que conheceu seus escravos, uma bacia de trabalho manual gratuito. Eu apenas procurei entender a razão pela qual os indianos que conheci estavam a aceitar o nosso trabalho, por que se tornaram uma bacia tão importante para a deslocalização de serviços na área da tecnologia de informação da América e de outros países industrializados (...). Claramente, e mais do que nunca, é agora possível para muitas pessoas colaborarem e competirem, em tempo real, com outras pessoas, em diversos tipos de trabalho, a partir de qualquer canto do planeta e em condições de igualdade inigualáveis em momentos anteriores da história" (Friedman, 2007, p.4)

Sombras no horizonte do progresso

A interrupção do modelo económico Keynesiano em prol de uma política económica neoliberal, a intensificação das dinâmicas da globalização e financeirização e, bem assim, a revolução cultural iniciada na década de 1970, coincidem com o declínio de uma visão de progresso exclusivamente centrada na industrialização e no crescimento económico. Simultaneamente, as relações-sociais e as externalidades ambientais envolvidas nos processos de produção e consumo, tornam-se cada vez mais distantes e abstratas. Para tal situação concorre um conjunto de fatores, entre eles: a ampliação das dinâmicas de mercantilização; a interligação económica global permitida pelo progresso da tecnologia; a divisão internacional do trabalho (DIT) (determinada pela complexificação e flexibilização das cadeias de produção de valor a nível internacional); os processos de especialização e competitividade territorial; a financeirização da economia (com deslocalização dos setores produtivos para economias emergentes e redução da mão de obra nos setores primários e secundários noutros países).

Neste âmbito, recordemos as críticas de John Ruskin à transformação dos mecanismos de responsabilidade ética e social que norteavam as economias urbanas medievais, na sequência da consolidação dos mercados internos nacionais. Em particular, a sua referência às consequências deste processo: enriquecimento a par do empobrecimento, degradação da qualidade de vida e do ambiente e, não menos importante, intensificação das assimetrias de desenvolvimento entre lugares por via da competitividade crescente. Estes fenómenos tornam-se, de novo salientes, à medida que o modelo neoliberal e a globalização progridem. O preço de mercado, tal como antes, reflete sobretudo a maximização do lucro em função da exploração intensiva de recursos e do esmagamento dos custos de produção (por via da expansão tecnológica, desregulação das funções redistributivas do Estado e precarização das condições laborais). Em simultâneo, a divergência entre os crescimentos tímidos da economia produtiva e os lucros crescentes da economia financeira (assentes em produtos complexos que nem sempre se submetem à coleta fiscal dos Estados), compromete a premissa de desenvolvimento baseada na partilha dos benefícios de crescimento económico. Distante do objetivo inicial – a criação de excedente alimentar para colmatar a escassez em momentos de crise –, o significado do desenvolvimento consubstancia agora o lucro individual, num contexto em que a relação entre as ações de agentes económicos e o seu impacto na sociedade se vão tornando mais profundos e, todavia, menos percetíveis (May, 2010).

Risco e vulnerabilidade no contexto da revisão ao modelo de desenvolvimento. Os contributos de Georgescu-Roegen, 'Limites ao crescimento' e Ulrich Beck

A revisão do modelo de desenvolvimento deve ser situada, não apenas no cenário de influência das já referidas transformações estruturais (no plano socioeconómico, tecnológico, cultural e político), mas também à luz da perceção de uma perda de domínio dos países do Norte sobre os países do Sul Global. Num primeiro momento, as principais preocupações são de ordem ambiental, em particular, a impossibilidade de conjugar as dinâmicas de crescimento demográfico e económico, no âmbito de um sistema biosférico finito - a magnifica esfera azul, cuja fotografia inaugural de 1972 se deve à tripulação da missão *Apollo 17*. Posteriormente a discussão amplia-se às questões sociais, económicas e institucionais.

Denunciando o impacto da utilização de fertilizantes tóxicos sobre os sistemas naturais, Carson (2002) [1962] edita o seu livro *'Primavera silenciosa'*. Alguns anos mais tarde, Georgescu-Roegen (1970) descreve a articulação entre os processos económicos e as leis da termodinâmica. A obsessão pelo crescimento económico, que se traduz na transformação de matéria de baixa entropia (acesso a energia facilitado; ex. petróleo) em matéria de alta entropia (energia dificilmente mobilizável), pressupõe um processo unidirecional de criação de lixo, significando, a prazo, a autodestruição da humanidade. Tendo por pano de fundo a crise energética, o economista polaco opõe-se a uma visão (epistemológica) mecanicista no âmbito da teoria económica, introduzindo com a *Bioeconomia* uma análise dos processos económicos na sua estreita ligação ao sistema biosférico. Na sua teoria fundamentam-se os conceitos de '*decrescimento económico'* e de '*ecodesenvolvimento'*.

Subsequente a estas reflexões, a crítica à ideia de indissociabilidade entre desenvolvimento e crescimento económico – ligado ao grau de industrialização – surge, sem ambiguidades, com a publicação de *'Limites ao Crescimento'.* Neste relatório, Meadows *et al*. (2013) [1972], revelam o resultado de uma investigação contratada pelo Clube de Roma (1968) ao MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), sobre os desafios globais que afetariam a humanidade. Socorrendo-se da teoria dos sistemas (desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy a partir da década de 1950) e das novas tecnologias de computação, a equipa modelou os impactos de longo prazo de diversas dinâmicas interrelacionadas: crescimento populacional, industrialização, urbanização acelerada, esgotamento de recursos e degradação ambiental.

As principais conclusões identificam a insustentabilidade dos processos de crescimento populacional e económico. Ao inevitável esgotamento de recursos, à deterioração dos ecossistemas, sucederia o conflito perante a escassez, bem como a súbita quebra na produção industrial, associada ao declínio da população. Negando a hipótese de uma

tecnologia milagrosa capaz de solucionar todos os problemas antes de se atingirem limites indesejáveis, o estudo preconiza a inversão das tendências de crescimento e a reorientação do sistema global no sentido do equilíbrio entre as componentes económicas e ambientais. Assim, os países desenvolvidos deveriam assumir a liderança pelo exemplo – reduzindo o seu crescimento, o impacto da economia no ambiente e apoiando uma industrialização 'limpa' nos países 'em desenvolvimento'. Os diferenciais de crescimento económico entre países ricos e países pobres seriam reduzidos, invertendo-se a tendência de crescimento populacional insustentável, enquanto a subsistência e a emancipação chegariam, por fim, à esfera individual.

Em '*Desigualdade, Limites e crescimento de um ponto de vista Bioeconómico'*, Georgescu-Roegen (1977) retoma a temática da desigualdade e da escassez, tendo por fundo os desafios globais emergentes. Descreve neste âmbito a tendência evolutiva da humanidade ao longo da história, em particular a forma como o desenvolvimento tecnológico suportado num stock de recursos naturais finitos, são colocados ao serviço da ampliação do conforto e riqueza da sociedade. Este processo culmina, na sua perspetiva, no incremento das desigualdades – aprofundamento da estratificação e diferenciação social inerente à complexificação dos sistemas produtivos, e na inevitável escassez e conflito por via do comprometimento dos limites ecológicos. Para Georgescu-Roegen, quer os mecanismos de mercado inerentes à economia clássica, quer a socialização marxista dos meios de produção, revelam-se incapazes de solucionar esta crise. A alternativa passaria por trocar uma visão economicista quantitativa por uma visão qualitativa, implicando naturalmente a transformação do sistema de valores da civilização. A humanidade deveria promover um uso regrado dos recursos, equacionando no seu processo evolutivo a necessária reciprocidade face a gerações futuras.

"O que é necessário para solucionar as desigualdades malignas de um mundo que parece assistir ao reajustamento dos seus limites ecológicos (...) não é um programa baseado nos mecanismos da oferta e da procura no contexto de um mercado desumanizado, mas uma mudança de valores tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Os primeiros devem renunciar a tudo que torna a vida vazia por trás de uma cascata de dispositivos inúteis; os últimos devem reconhecer a ilusão do crescimento e reduzir o tamanho das suas populações (...). Isso significa que cada geração deve levar em conta a procura (ou seja, as necessidades) das gerações futuras, uma vez que estes gerações ainda não podem estar presentes para licitar a sua parte do lote de matéria-energia disponível da humanidade (...). Em vez de maximizar a "utilidade" (...) a nossa política em relação aos recursos naturais e às gerações futuras deve procurar minimizar os arrependimentos" (Georgescu-Roegen, 1977, pp. 372-375)

Georgescu-Roegen defende, à semelhança da solução definida no relatório *'Limites ao*

crescimento', uma redistribuição dos processos de industrialização: o (*des*)desenvolvimento ou decrescimento dos países industrializados, que deveriam abdicar do excesso e substituí-lo pelo reencontro com um modo de vida menos materialista, mais simples e frugal. Inversamente, os países pobres deveriam ser assistidos no seu esforço de crescimento, mas apenas até as principais necessidades serem atendidas; em contrapartida teriam de contrariar a forte tendência de crescimento das suas populações. Ambos os casos nos remetem para o princípio da escassez enunciado por Thomas Malthus; todavia, é bem diferente a solução: a pobreza nos países subdesenvolvidos deve ser superada pelo *emagrecimento* económico e pela assistência dos países desenvolvidos.

"As múltiplas crises que a humanidade enfrenta no final deste século requerem (...) a reversão do crescimento populacional e das conveniências materiais. O crescimento deve ser uma meta apenas para as nações subdesenvolvidas e apenas até um nível moderado que deve tornar-se uma regra universal (...) o problema mais urgente será, durante muito tempo, o da comida para as nações famintas (...). "Fábricas, não alimentos, para os famintos", fábricas que lhes permitam apoiar uma agricultura mecanizada até que a pressão da população sobre a terra se dissipe. A posição que exige uma redistribuição do poder industrial, tal como se entende neste contexto, é tão válida como aquela que exige uma diminuição da população." (Georgescu-Roegen, 1977, p. 373)

A consciência dos riscos inerentes às mais recentes tendências na evolução da humanidade ganha tração no plano teórico. Jonas (1973) alerta para a magnitude e amplitude planetárias dos impactos tecnológicos sobre o ambiente, uma ameaça que, pela sua irreversibilidade, teria o 'potencial' de conduzir a civilização ao desastre. O poder destrutivo da tecnologia deveria ser entendido como um risco físico real e uma ameaça à essência da natureza humana, diante um futuro previsivelmente comprometido. Defende, assim, uma atitude *de* prudência, a reconsideração dos suportes tecnológicos no plano ético e a assunção do *'princípio da responsabilidade'* coletiva face à natureza como única forma de salvaguardar a continuidade humana sobre a terra. Já Beck (1992) equaciona a transição para uma nova fase da modernidade, sobretudo nos países desenvolvidos. À *sociedade de classes* delimitada pelos perímetros nacionais e definida, no plano político, pelo combate à pobreza e privação material e, no plano tecnológico, pela libertação dos constrangimentos impostos pela natureza – sucede a '*sociedade de risco'*. Indiferente a delimitações geográficas, esta é caracterizada pela porosidade de riscos universais imprevisíveis (ex. ameaça nuclear, contaminação do ar, da água e dos alimentos, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos) decorrentes da sobreprodução industrial, do consumo em massa e da globalização. Este contexto de incerteza, exige, segundo Beck, novos modos de produção de conhecimento e uma nova escala para os sistemas de governação, capaz de gerir, minimizar e redistribuir

os perigos emergentes a nível planetário.

"O objetivo de eliminação da escassez é substituído pela eliminação do risco. Mesmo que ainda faltem a consciência e as formas de organização política para isso, pode-se dizer que a sociedade de risco, pela dinâmica de perigo que coloca em movimento, mina as fronteiras dos Estados-nação, bem como as das alianças militares e dos blocos económicos. Enquanto as sociedades de classe podem ser organizadas em torno de Estados nacionais, as sociedades de risco criam "comunidades de perigo" que, em última análise, só podem ser compreendidas através da Nações Unidas. O potencial de autodestruição da civilização implicado no processo de modernização (...) torna a utopia de uma sociedade mundial um pouco mais real ou pelo menos mais urgente" (Beck, 1992, p. 47)

Apesar de admitir a dissolução de uma sociedade de classes nos países desenvolvidos, Beck (1992) defende que a sociedade de risco intersecta-se com a estratificação social existente e com as desigualdades estabelecidas a nível internacional: não só os riscos têm tendência para incidir na base da pirâmide social, como afetam especialmente as camadas de população mais pobre e menos qualificadas dos países 'subdesenvolvidos' - sujeitos a uma '*industrialização suja*' transferida dos países 'desenvolvidos'. Estas populações, vivendo em contextos precários, e trabalhando em ambientes tóxicos fracamente regulados, suportam unilateralmente o fardo da emancipação social, da autonomia e da modernização, típico dos países da periferia. São também estas assimetrias e vulnerabilidades, que em face da interligação mundial e da amplitude e natureza das novas ameaças determinam a universalização das *posições sociais de risco*, à escala global.

"*A equalização mundial das posições de risco não deve enganar-nos sobre as novas desigualdades sociais no que respeita ao risco. Estas surgem especialmente onde as posições de risco e as posições de classe se sobrepõem, também, à escala internacional. O proletariado da sociedade de risco global instala-se sob as chaminés, ao lado das refinarias e fábricas de produtos químicos nos centros industriais do Terceiro Mundo (...). Em contraste com a pobreza material (...) a pauperização do Terceiro Mundo por via dos perigos é contagiosa para os ricos. A multiplicação dos riscos faz com que a sociedade mundial se converta numa comunidade de perigo. O efeito 'boumerangue' atinge precisamente os países ricos que esperavam livrar-se dos perigos transferindo-os para o exterior, mas depois tiveram de importar alimentos mais baratos. Os pesticidas retornam à sua pátria altamente industrializada na forma de frutas, grãos de cacau e folhas de chá. As extremas desigualdades internacionais e as interconexões dos mercados mundiais levam os bairros pobres dos países periféricos às portas dos centros ricos industrializados. Estes tornam-se a incubadora de uma contaminação internacional que – tal como as doenças infeciosas dos pobres nas densas cidades medievais – não poupa sequer os bairros ricos da comunidade mundial*" (Beck, 1992, p. 41-44)

Convergindo com Habermas (1991), Beck (1992) defende a produção coletiva de

conhecimento, relativamente aos mecanismos de produção de risco. Só com o envolvimento de diversas disciplinas científicas, bem como dos media, dos agentes económicos e da sociedade, na compreensão das relações sistémicas 'causa-efeito' inerentes à massificação dos sistemas de produção e consumo, seria possível evitar um futuro catastrófico. Anular as fronteiras geográficas e disciplinares, identificar as hierarquias e relações de poder, conjugar a racionalidade científica com a racionalidade social, articular problemas tecnológicos, económicos, sociais e ambientais: eis a única forma de contornar o confinamento do debate à lógica científica – um formato incompatível com a escala das ameaças holísticas, universais e interdependentes, associadas às dinâmicas de produção de risco. Realça-se ainda na sua análise a quase inevitável restruturação do corpo político, em função de um mundo em iminente estado de exceção, catástrofe ou incerteza.

"Com maior ou menor relevância – um alarme de poluição, um derrame tóxico, etc. –, o que surge na sociedade de risco é o 'potencial político' das catástrofes. Evitar e gerir tudo isso pode significar uma reorganização do poder e da autoridade. A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica. Nesta, a condição de exceção ameaça tornar-se a norma" (Beck, 1992, p. 24).

Relatório Brundtland; Desenvolvimento Sustentável'; Decrescimento e a 'Resiliência'

Na sequência de algumas contribuições anteriores a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) publica *'O nosso futuro comum',* vulgarmente conhecido *por* '*Relatório Brundtland*'. Neste documento são apresentados resultados relativos a fenómenos diversos, incluindo o consumo insustentável de recursos, a destruição de ecossistemas (ex. extinção das espécies, alterações climáticas, poluição), o agravamento da pobreza e o crescimento urbano descontrolado. Os novos desafios sistémicos de escala global exigiam segundo o mesmo relatório, respostas supranacionais capazes de inverter o progressivo enevoamento do horizonte humano. Neste âmbito, é proposto um novo modelo de progresso, – o *desenvolvimento sustentável* –, assente no princípio de reciprocidade anteriormente referido: satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O conceito de desenvolvimento sustentável surge como corolário de uma narrativa política, institucional e económica que visa compatibilizar o crescimento económico com a capacidade de suporte da biosfera.

Neste âmbito é definido um enquadramento que, de certo modo, perpetua as hierarquias subjacentes à teoria do Sistema Mundo (Wallerstein, 2011). Os países 'desenvolvidos' teriam que reduzir o consumo, implementar tecnologias industriais limpas e promover a descarbonização, de forma a minimizar o impacto das suas atividades sobre ecossistemas e recursos. Na agricultura, o excesso de produtividade deveria ser combatido, mediante a

substituição dos mecanismos protecionistas por políticas de conservação da natureza e da biodiversidade. Relativamente aos países em desenvolvimento, os principais desafios remetem para o controlo das dinâmicas de crescimento populacional e urbano, o combate à pobreza e a mitigação do potencial disruptivo das dinâmicas de produção industrial ou agrícola, num contexto em que predominam a fraca regulação e as tecnologias poluentes. Para solucionar estes problemas é proposta uma assistência em *'expertise'* (tecnológica, institucional, política), e financiamento por parte dos 'países desenvolvidos'. O apoio basear-se-ia na experiência de grandes corporações transnacionais e no suporte financeiro de instituições como o Banco Mundial e o FMI. A atuação destas organizações nos países 'em desenvolvimento', acabariam por determinar a implementação de uma agenda de política económica neoliberal, traduzindo-se no levantamento dos mecanismos protecionistas e na abertura dos seus territórios aos mercados, às empresas e às políticas dirigidas pelo ocidente (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987; Harris & Seid, 2000).

O modelo de desenvolvimento sustentável perpetua deste modo uma visão economicista de desenvolvimento. Ainda que preconize a incorporação de avaliações custo-benefício que compreendem novas variáveis (ambiente; justiça social; democratização), subsiste uma contradição entre os interesses da esfera económica – as tendências globalizantes e neoliberais -, e os valores que pretende proteger. Se, por um lado, procura responder aos desafios ambientais, por outro, defende a perpetuidade das dinâmicas de crescimento económico enquanto fator de prosperidade. E sendo certo que pretende atender às necessidades de desenvolvimento nos países periféricos – nomeadamente nos seus esforços de industrialização –, não se coíbe de dirigir este processo, a partir de grandes multinacionais e instituições supranacionais. Por fim, no que concerne ao combate à pobreza e desigualdade, emergem contradições insanáveis entre os pressupostos de melhoria do acesso das populações ao emprego, educação, saúde - uma forna de controlar a demografia nos países periféricos-, e a difusão de tendências liberalizadoras na esfera político-económica.

No documento das Nações Unidas é percetível um distanciamento, não apenas do conceito de '*bioeconomia'* introduzido pelo economista Georgescu-Roegen, como também da ideia de '*ecodesenvolvimento'* proposta por Strong (1972) – subsecretário geral das Nações Unidas – no âmbito da '*Conference of the Human Environment',* em Estocolmo. Este último modelo rejeitava dinâmicas de crescimento económico que comprometessem os recursos ambientais, defendendo para os países em desenvolvimento uma atuação consentânea com a realidade cultural e as necessidades das populações. Entre estas e o seu ecossistema, o equilíbrio deveria atingir-se mediante a definição de estratégias endógenas participadas e o recurso a tecnologias adequadas, do ponto de vista social e económico. Mais tarde Sachs (1977) alargaria esta proposta aos países desenvolvidos, denunciando precisamente uma crise de desenvolvimento, tanto no Norte como no Sul global. Na sua análise, crescimento

económico, crise ambiental e incremento das desigualdades surgem como variáveis de um inelutável caminho para o apocalipse. A propósito da divergência entre 'desenvolvimento sustentável' e 'ecodesenvolvimento' refere Layrargues (1997, p.6):

«Embora os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável pareçam conter uma base ecológica semelhante, são considerados na sua operacionalidade de uma forma distinta. Enquanto o ecodesenvolvimento determina, no plano da justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável defende a necessidade de estabelecer um patamar de consumo, omitindo a considerável responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua a acreditar firmemente no potencial da tecnologia moderna e ainda propõe a transferência de tecnologia como critério de "ajuda" ao Terceiro Mundo. Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental surgirá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas».

Uma outra proposta crítica do desenvolvimento sustentável, '*Decrescimento'* ou '*Degrowth'*, ganha relevância a partir dos contributos anteriores, bem como das reflexões de Schumacher (1985) – *'Small is beautifull'* –, ou Latouche (2003) – *'Por uma sociedade de decrescimento* (2003). Schumacher (2003) denuncia uma visão falaciosa de progresso baseada no crescimento ininterrupto da produção, processo que apenas conduziria à intensificação das desigualdades sociais, à destruição ambiental e à diminuição da qualidade de vida. Contrapõe, assim, às economias de escala e de aglomeração urbana as economias regionais ou locais e à tecnologia massificada as tecnologias intermédias mais acessíveis e igualitárias. Estas pertenceriam a um patamar de encontro ente as tecnologias indígenas e as tecnologias dos países considerados desenvolvidos (Terhorst, 2021). O objetivo seria reduzir a centralização de poder económico, a desigualdade e, em simultâneo, os níveis de produção e os seus impactos ambientais. Do pensamento de Latouche (2003) destaca-se uma visão para o futuro assente em 6 R's – '*Reduzir, Reutilizar, Reestruturar, Reavaliar e Redistribuir'* – ,significando em suma, o fim de um modelo de desenvolvimento excessivamente dependente do crescimento económico e da difusão planetária da sociedade de consumo. Latouche defende que uma das transformações mais importantes pressupõe a alteração dos valores culturais: o predomínio dos valores de uso sobre os valores de troca; da convivialidade e cooperação sobre a individualização; da frugalidade por oposição ao consumo desenfreado; da qualidade sobre a eficiência; da manutenção dos ciclos biológicos face ao esgotamento de recursos ou, ainda, da reutilização face à obsolescência programada dos sistemas tecnológicos (Santos, 2010).

É interessante entrever nas propostas dos defensores do *decrescimento* na transição século XX-XXI, uma espécie de 'desglobalização' e retorno ao local como premissa para a constituição de novos equilíbrios sociais, democráticos, económicos e ambientais. Algo que nos remete para as utopias modernas na transição do século XIX-XX. Semelhantes na crítica à desordem provocada pelo capitalismo industrial, os princípios da cooperação, da (des)densificação e da proteção dos recursos naturais ou, ainda, o combate pela justiça social e pelo fim da pobreza, habitavam já os falanstérios de Fourier, a Cidade-Jardim de Howard ou os planos de Broadacre-City.

O mundo atual, submerso num manancial de crises que vão da economia e da energia à ecologia e à política, caracteriza-se pela incidência de ameaças concretas e pela crescente falência operativa do modelo de desenvolvimento sustentável e dos objetivos a que se propunha. Este contexto, determina a progressiva transição da perspetiva *'fail-safe'* que norteava esta narrativa de desenvolvimento – melhorar as condições de existência humana evitando o colapso ecológico –, para uma perspetiva *'save to fail',* enquadrada pelo conceito de 'resiliência'. Uma abordagem mais concordante com a visão de Beck (1992), segunda qual, os riscos globais sistémicos são iminentes e a nossa maior fonte de preocupação; devemos por isso prepararmo-nos para eles. (Eraydin & Tasan-Kok, 2013; Ahern, 2011).

O conceito de resiliência surgiu inicialmente na área da ecologia, referindo-se à capacidade dos ecossistemas regressarem a um estado original após sofrerem perturbações externas (Holling,1973). Posteriormente, a sua utilização ampliou-se a diversas áreas científicas e práticas institucionais. Nas ciências naturais, remete para as dinâmicas de transformação e adaptação de sistemas socio-ecológicos a determinados desafios como, por exemplo, o das alterações climáticas. Nas áreas da psicologia e da psiquiatria, relaciona-se com a capacidade de pessoas ou comunidades lidarem e resistirem a situações de '*stress*'. Já no plano económico, envolve a segurança das cadeias de distribuição internacional, bem como a promoção de mercados abertos globais que permitam a produção e transação de produtos nas melhores condições de custo-eficácia (OECD, 2021). O conceito revela, também, uma particular relevância quando aplicado na área do planeamento urbano. Inicialmente, a resiliência foi entendida como forma de gestão de risco, tendo por horizonte uma análise sistémica da vulnerabilidade das zonas urbanas a fenómenos diversos (ex. sismos, alterações climáticas, crises económicas, instabilidade política, tensões sociais etc.) visando o reforço da sua capacidade de resistência a situações de imprevisibilidade (Boschma, 2015). Mais recentemente, o progressivo enquadramento da resiliência urbana tem revestido um carácter metodológico, orientador do próprio modelo de desenvolvimento das cidades (Selman, 2012, Walker & Cooper, 2011; Peyroux, 2015). De salientar por fim, a crescente relevância deste conceito, no plano institucional. Citemos, como exemplo, o *Global Risk Report* (World Economic Forum), exercícios de cenarização (PRELUDE, IPCC, MEA,

ESPON), bem como vários modelos de resiliência desenvolvidos por instituições como o FMI (New Agenda for Fragility and Resilience), o World Bank (City Resilience Program) , a Rockefeller Foundation (100 resilient cities) ou a OECD (Risk and Resilience).

Se a génese termo 'resiliência' significava um atributo dos sistemas ecológicos (entendimento técnico) ou um simples instrumento (entendimento analítico) relacionado com a avaliação da vulnerabilidade e capacidade de reajustamento dos diversos sistemas (ecológicos, sociais, económicos, institucionais) face a catástrofes súbitas, evoluiu no tempo, ressurgindo como metáfora mobilizadora do pensamento científico e, enquanto narrativa política de desenvolvimento (entendimento normativo), cuja base estruturante seria a iminência de um horizonte de crises, fragilidades e riscos futuros (Béné, 2014).

"Durante décadas a sustentabilidade tem sido a palavra-chave, a referência fundamental para quem se preocupa com as questões ambientais, principalmente na sua relação com os problemas econômicos e sociais. A sua omnipresença e (o risco de) ineficácia foram objeto de crítica (...). A resiliência é frequentemente apresentada como uma "nova" versão da sustentabilidade, capaz de desafiar o seu paradigma a partir de "de dentro", mas emergindo simultaneamente como um conceito diferente, definido no interior de um paradigma diferente. Enquanto o conceito de sustentabilidade visa alcançar um mundo mais justo e equilibrado através da ação, a resiliência considera o desequilíbrio do mundo, bem como o conhecimento imperfeito que dele temos, um dado adquirido. Assim, vê na flexibilidade a única resposta prática a um futuro incerto (...). A capacidade de antecipar e prever cenários futuros contrapõe-se à capacidade de reagir (estrategicamente), o que também ajudaria na adaptação a mudanças inesperadas (melhor e antes de sermos capazes de chegar ao mundo mais justo e perfeito a que aspiramos)" (Pizzo, 2015)

O imaginário da insegurança, da vulnerabilidade, do risco, dos limites biosféricos sobre os quais se estrutura, num primeiro momento, o modelo de desenvolvimento sustentável – e mais recentemente, a resiliência –, dificultam uma reflexão crítica sobre outras alternativas de desenvolvimento. Da melhoria das 'condições de vida', que teria sido o objetivo do Pós Guerra, transitamos para a necessidade de gerir a insustentabilidade da nossa própria existência no planeta. A emergente generalização do conceito de resiliência na esfera institucional, a sua tradução nas diversas linguagens científicas, bem como a sua crescente disseminação enquanto narrativa política de desenvolvimento, obriga-nos a aceitar a incerteza e a ameaça como um *novo normal* – pelo qual somos moralmente responsáveis e face ao qual devemos ter a capacidade de nos adaptar e reagir –. A suposta neutralidade do termo, ancorada no positivismo científico de onde dimana, dificulta uma análise mais ampla sobre as relações de poder e os mecanismos que determinam os contextos de instabilidade, sobre os quais se debruça. As consequências são relevadas face às causas, o presente caótico é tomado como situação de partida, o que implica a aceitação dos processos de

transformação politica e económica ocorridos desde a década de 1970 (globalização, financeirização, hiperconsumo, hiperurbanização, exploração intensiva de recursos, etc.).

Face à realidade existente, a autorreferenciação do conceito de resiliência não só inviabiliza mudanças estruturais que permitiriam evitar um futuro distópico, como se poderá tornar um 'veículo' da agenda económica neoliberal, à semelhança do que sucedeu com o modelo de desenvolvimento sustentável. É por este motivo que a defesa do acesso aos mercados globais, a inclusão do sistema biosférico no âmbito da lógica económica (ex. serviços dos ecossistemas, mercado de carbono), a promoção da flexibilidade (ex. emprego, instituições, planeamento) e, bem assim, da governação participada e multinível – não raro dissimulando diferentes graus de influência sob a aparência do consenso e da horizontalidade –, constituem peças-chave de muitos dos enquadramentos estratégicos da sustentabilidade ou da resiliência. Em síntese, o desenvolvimento pensado em exclusiva função da vulnerabilidade torna-se caminho para o mundo instável e incerto que se pretende evitar. Como refere Evans & Reid (2014, pp. 41-42):

"Para ser resiliente, o sujeito deve rejeitar qualquer crença na possibilidade de se proteger e aceitar, em vez disso, uma compreensão da vida como um processo permanente de adaptação contínua às ameaças e perigos que se diz estarem fora do seu controle. É tudo uma questão de "prosperar" em tempos de caos sem fim, sem perder a faculdade da razão neoliberal. Como tal, o sujeito resiliente deve lutar permanentemente por acomodar-se ao mundo. O sujeito resiliente não é um sujeito político que, nos seus próprios termos, concebe a mudança do mundo, a sua estrutura e condições de possibilidade. O sujeito resiliente é obrigado a aceitar a perigosidade do mundo em que vive como uma condição para participar desse mundo e aceitar a necessidade da mudar em correspondência com ameaças agora tidas como endêmicas e inevitáveis".

Amartya Sen, 'Desenvolvimento enquanto ampliação das liberdades humanas'

Em '*Development as freedom*', Sen (2000) propõe um novo olhar sobre o desenvolvimento, entendido como processo de ampliação das oportunidades e das liberdades sociais. O acesso - à educação, saúde, mercado de trabalho, direitos políticos e civis -, e não exclusivamente as assimetrias de rendimento, constituem, no âmbito de decisões políticas, o verdadeiro fim do desenvolvimento. A dissociação entre desigualdade e diferença de rendimentos contém, por sua vez, uma crítica implícita aos mecanismos de redistribuição da riqueza.

"Tentativas de erradicar a desigualdade podem, em muitas circunstâncias, levar a perdas para a maioria – às vezes até para todos (...). Há, no entanto, uma classe diferente de conflitos que se relaciona com a escolha (...) da variável focal em termos da qual a desigualdade deve ser avaliada e examinada (...). A desigualdade de rendimento pode diferir substancialmente da desigualdade em

vários outros "espaços" (isto é, considerando outras variáveis relevantes), como bem-estar, liberdade e diferentes aspetos da qualidade de vida (incluindo saúde e longevidade)" (Sen, 2000, pp.189-190)

Sen sublinha, também, a permeabilidade das dinâmicas de subdesenvolvimento a nível global e o facto de afetarem, tanto os países considerados desenvolvidos como os países da periferia. O exemplo apresentado refere-se às comunidades Afroamericanas residentes nos Estados Unidos que, auferindo rendimentos muito superiores a outras comunidades – sediadas na China ou mesmo na Índia (Kerala) –, continuam privadas de mecanismos de proteção social (educação, saúde). São, por isso, penalizadas com uma taxa de mortalidade superior à das comunidades brancas Americanas. A este propósito, enuncia duas visões de emancipação social que considera opostas, a Norte-Americana e a Europeia: a primeira centrada no emprego, mas caracterizada por enormes défices de proteção social, a segunda centrada na assistência social e nos mecanismos redistributivos, mas marcada por enormes dificuldades no combate ao desemprego estrutural. Nesta perspetiva dual, evidencia-se uma aderência à teoria *Webberiana* relativamente ao potencial emancipatório dos mercados, em particular no plano laboral. O acesso ao emprego é visto como um mecanismo de libertação humana, face peso de certas determinações culturais (religião, etnia, casta, género etc.) e à persistência de relações de 'quase-escravatura' noutros pontos do mundo. Um contexto familiar a países como a Índia, da qual Sen é originário:

"Acontece que a rejeição da liberdade de participação no mercado de trabalho é uma das formas de manter as pessoas em escravidão e cativeiro, e a batalha contra a não-liberdade do trabalho forçado é hoje importante em muitos países do terceiro mundo, por algumas das mesmas razões pelas quais a Guerra Civil Americana foi importante. A liberdade de entrar nos mercados pode ser uma contribuição significativa para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa ou não fazer para promover o crescimento econômico ou a industrialização" (Sen, 2000, p. 32)

A mercantilização, o progresso tecnológico e, inclusive, o crescimento económico são considerados por Sen (2000) como parte integrante do desenvolvimento, devendo ser regulados pelo Estado e por um conjunto diversificado de atores (ex. agentes económicos, instituições governamentais, sociedade civil, os media etc.). Estes devem, por sua vez, concertar-se em torno de um sistema de valores comuns: a ampliação do espectro de liberdades e da qualidade de vida, a transparência dos processos, a segurança individual. Já a análise das desigualdades, como se viu anteriormente, deixa de depender exclusivamente da diferença de rendimentos, requerendo outras variáveis que remetem para condições de isoacessibilidade em múltiplas áreas necessárias ao bem estar humano e à sua mobilidade social.

Apesar das múltiplas reflexões sobre o modelo de desenvolvimento, persiste na generalidade das propostas, a crença de que as dinâmicas de crescimento económico, constituem a via do progresso e bem estar social. Estas dinâmicas, dependentes do consumo ilimitado de recursos finitos e da exploração intensiva de ecossistemas, prenunciam, no plano ecológico, graves ameaças globais. Crutzen & Stoermer (2000) chegam a defender a entrada num novo tempo geológico – o *Antropoceno* –, cuja principal força de transformação é a própria humanidade, as ameaças que se autoinflige e ao planeta em que vive. Apresentam dados concretos: nos últimos três séculos, a população multiplicou-se por dez (atingindo 6 bilhões de pessoas) e 30-50% da superfície terrestre foi transformada. As zonas urbanas ampliaram-se dez vezes no último século, tendo sido emitidas mais 30% de emissões de CO_2 ou 100% de CH_4; o impacto na alteração do perfil climático poderá perdurar nos próximos 50.000 anos. Simultaneamente, a taxa de extinção de espécies passou de 1000 para 10.000 vezes nas florestas tropicais. Os cientistas alertam, por fim, para a previsível escassez de água potável (metade da água disponível é já utilizada pela humanidade) e de recursos energéticos (o consumo intensivo de recursos fósseis e a utilização de tecnologias primitivas e poluentes, ameaçam esgotar uma fonte de energia cuja reposição demorará milhões de anos). Segundo os autores, apenas uma situação catastrófica provocada por guerras nucleares, epidemias, acidentes vulcânicos ou asteroides, poderia interromper esta nova era geológica despoletada pelo homem (Crutzen, 2002).

O agravamento das assimetrias na sociedade. Thomas Piketty e o capital no século XXI.

Em simultâneo com os fenómenos de vulnerabilidade e carência previstos a nível ambiental, observa-se, simultaneamente, o agravamento das assimetrias na sociedade. Em '*O capital no século XXI*', Thomas Piketty (2015) socorre-se do 'princípio da escassez' – desenvolvido por autores como Malthus (1998) [1798] ou Ricardo (2018)[1817] –, da tendência para a acumulação capitalista referida por Marx (2017)[1867 e, ainda, da metodologia de Kuznets (1955), para produzir uma análise objetiva sobre o fenómeno da desigualdade no mundo contemporâneo. O economista adiciona ao indicador da distribuição de rendimentos, o indicador de distribuição de capitais privados (imobiliário, juros, rendas etc.), estendendo a análise até 2010 e ampliando a sua cobertura geográfica à escala internacional. As conclusões alcançadas – expressas por uma curva oposta à de Kuznets (em U) (Fig.20 em comparação com Fig.19) – confirmam que as desigualdades, não só aumentaram no século XXI como atingiram valores verificados no prelúdio da Primeira Guerra Mundial (séc. XIX), coincidindo sensivelmente com a primeira e segunda globalização financeira e comercial (1870-1914/1970-1980). As conclusões de Kuznets, que viam no capitalismo industrial e no crescimento económico um caminho para a redução das desigualdades, acabariam, assim,

por ficar comprometidas. A sua análise estaria enviesada pelo efeito decorrente dos choques patrimoniais, com origem na grande depressão e nos conflitos mundiais, bem como pela entrada do Estado e das políticas públicas nos mecanismos de regulação e redistribuição económicas.

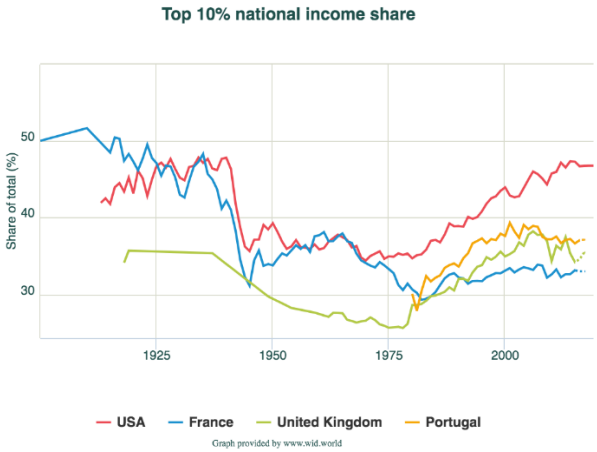


Fig. 20 – Evolução da % do rendimento nacional acumulado nos 10% da população (World Inequality Database, 2020)

Piketty (2015) identifica, como '*fonte de desigualdade fundamental',* a tendência de longo-prazo para a divergência entre a taxa de rentabilidade de capital (rendas, juros, lucros etc.) e a taxa anual de crescimento do rendimento e da produção. As suas conclusões refletem, desta forma, o avanço da financeirização económica, a partir da década de 1970, e a queda de produtividade dos setores económicos keynesianos. Na sua perspetiva, os mecanismos de acumulação de capital no século XXI, consubstanciam a longo prazo (mesmo perante uma plena qualificação populacional), desigualdades estruturais profundas (a nível nacional e internacional) e desequilíbrios graves nos mercados (ex. financeiros, imobiliários, petrolíferos, etc.):

"Enganar-nos-íamos redondamente se optássemos por negligenciar a importância deste princípio [escassez] na análise da distribuição mundial da riqueza no século XXI – em caso de dúvida, basta substituir o preço das terras agrícolas do modelo de Ricardo pelo preço do imobiliário urbano nas grandes capitais, ou então pelo preço do petróleo. Em ambos os casos, se estendermos a tendência observada no decurso dos anos 1970-2010 até aos anos 2010-2050, ou 2010-2100, obtemos desequilíbrios económicos, sociais e políticos de uma amplitude considerável, quer entre países, quer em cada país considerado por si, e que não estão assim tão distantes da visão apocalíptica de Ricardo. Claro que existe um mecanismo económico bastante simples que permite o equilíbrio do processo: o jogo da oferta e da procura (...) por outras palavras se os preços imobiliários e petrolíferos aumentam, basta ir viver para o campo, ou então andar de bicicleta (...) mas além de tais decisões poderem acarretar desagrado e complicações, um tal ajustamento pode levar várias dezenas de anos, ao longo

dos quais os proprietários dos imóveis e do petróleos podem chegar a acumular créditos de tal forma importantes relativamente ao resto da população que se verão a si mesmos como possuidores duradouros de tudo o que há a possuir, incluindo o campo e as bicicletas." (Piketty, 2015, pp. 22-23)

Recusando os protecionismos internos ou a socialização da propriedade e da produção no combate às desigualdades sociais, Piketty defende a criação de um imposto progressivo sobre o património global (imobiliário, financeiro etc.). Esse imposto seria articulado a nível internacional. A sua proposta assemelha-se a soluções já preconizadas por David Ricardo ou Thomas Paine nos séculos XVIII-XIX. O economista acredita que a continuidade da democracia depende da viabilização de um sistema capitalista, regulado no sentido de uma maior equidade social.

Significativos pelo seu alcance, os relatórios da OXFAM salientam, à semelhança de Piketty (2015), o incremento das assimetrias na sociedade. Cerca de 80% da riqueza produzida no mundo pertence a 1% da população. Entre 1980-2016, os 1% mais ricos captaram 25% do crescimento económico global; e, entre 2010-2016, os seus rendimentos cresceram 44%, enquanto a metade mais pobre da população mundial sofria nos seus próprios rendimentos uma perda de 44%. Neste âmbito, as mudanças económicas macroestruturais decorridas a partir da década de 1980 - globalização, desregulação, privatização e financeirização económica-, são enunciados enquanto causa subjacente à severidade das dinâmicas concentracionárias. Ao suplantar o crescimento das economias nacionais e do valor do trabalho, as taxas de crescimento do capital financeiro impedem que uma parte significativa da população beneficie das dinâmicas de crescimento económico. Em simultâneo, comprometem a base fiscal dos Estados, por via da fuga aos impostos mas, também, da institucionalização do mecanismos de desregulação (ex. *offshore*). Perante a contração dos orçamentos nacionais, subjazem as dificuldades de redistribuição e o aumento da pobreza. Em simultâneo, o recurso a políticas de austeridade (com impacto nos serviços públicos essenciais, desvalorização dos salários, desemprego) contribui para o agravamento dos problemas e clivagens sociais. O colapso financeiro de 2008 e o ulterior resgate do sistema bancário, suportado diretamente pelas populações, é um exemplo das consequências disruptivas da liberalização dos mercados financeiros em prol dos fenómenos de concentração de capital. Contrariando a tese de Sen (2000), as desigualdades salariais e os mecanismos de redistribuição revelam-se importantes. Os dados indiciam que, nos países com maior nível de desigualdade salarial, está mais condicionado o acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho ou, até, aos mecanismos participativos próprios das democracias avançadas (OXFAM, 2016; 2018).

A transição de uma sociedade de classes para uma sociedade de risco, defendia por Beck (1992), não se anuncia linear. Mais importante será, porventura, reter a relação que o

sociólogo estabelece entre a desigualdade e os riscos globais cada vez mais recorrentes. Deve mencionar-se, a este propósito, um artigo publicado na revista '*Ecological Economics'*, que incide sobre as causas do colapso das civilizações ao longo da história. Os resultados revelam que nas civilizações caracterizadas por níveis elevados de desigualdade e/ou níveis de consumo intensivo de recursos – tal como se observa na atualidade –, existe a tendência para um declínio catastrófico; todavia o "equilíbrio" pode ser alcançado mediante a criação de políticas focadas no combate à desigualdade social bem como à sobre-exploração ambiental (Motesharrei *et al*., 2014).

O agravamento das assimetrias territoriais

A ampliação das assimetrias na sociedade é acompanhada do aprofundamento das assimetrias a nível geográfico. Contrariando a teoria da *globalização equalizadora*, defendida por Friedman (2007), observa-se que, face a uma economia cada vez mais desmaterializada – assente na dispersão internacional das atividades económicas e dos fluxos financeiros –, emergem novos centros especializados de controlo e coordenação que se concentram numa rede estrita de cidades globais (Sassen, 1991). Florida (2008) ilustra esta tendência através de uma 'topografia' de clivagens territoriais que assumem a forma de 'montanhas e vales' (*spikes and valleys*, Fig. 21). A referida 'topografia' representa, nos territórios analisados, graus diferenciados de dinamismo social (medido pela concentração populacional), económico (aferido pelas emissões de luz captadas por fotografia aérea) e de inovação (calculado pelo número de patentes e citações). Socorrendo-se desse conjunto de indicadores, o autor demonstra que os lugares com importância a nível global, se encontram concentrados e confinados a algumas cidades e regiões, contrastando com a situação de territórios em estagnação ou declínio.

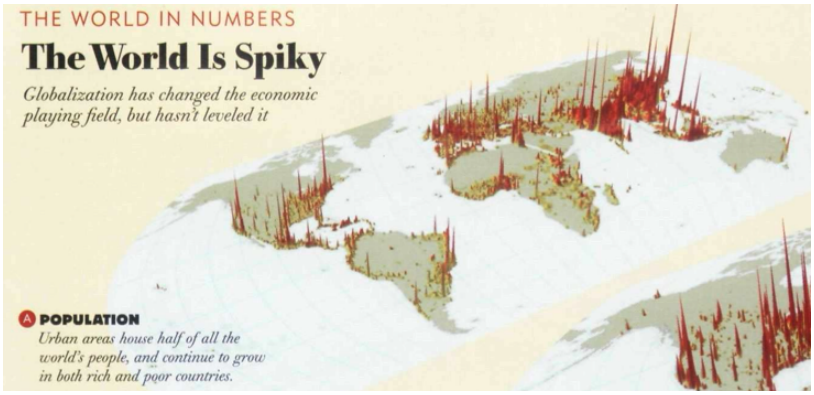


Fig. 21 – Resultados de investigação de Richard Florida no Jornal *The Atlantic* (fonte: https://docer.com.ar/doc/c1n1ss)

A capacidade de mobilizar, gerir e comandar - conhecimento, informação, capital, tecnologia, pessoas e mercadorias, parece determinar cada vez mais os regimes de visibilidade ou invisibilidade, estagnação ou evolução, viabilidade ou obsolescência dos lugares contemporâneos (Appadurai, 1996). O mercado global – epicentro da economia contemporânea –, operando com base num conjunto de cidades, empresas multinacionais e instituições, pressiona hoje 'as muralhas de regulação' dos Estados e das suas economias domésticas. Este fenómeno recorda-nos, de algum modo, a influência da burguesia mercantil na criação de mercados internos e Estados centralizados, enquanto, lentamente, se iam desregulando os sistemas laborais e político-económicos das cidades medievais.



Fig. 22 – City of London – Centro financeiro global (fonte: Bye, 2016, Wikicommons)

Manuel Catells – Contrastes no 'espaço dos lugares' e no 'espaço dos fluxos'

Em '*Sociedade em rede',* Castells (2011) vê no desenvolvimento das tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a principal revolução do século XX, o fator determinante na restruturação do capitalismo a nível global. As novas tecnologias – superando os fusos horários e permitindo o processamento/coordenação de elevados volumes de informação, bem como a comunicação de operações à distância – são o alicerce do processo de financeirização. Alcançar o máximo retorno em tempo mínimo é algo que depende, cada vez mais, da velocidade, do progressivo divórcio entre economia produtiva e economia financeira e, não menos importante, da capacidade para iludir as malhas de regulação dos Estados – essenciais no controlo dos fluxos de produção e distribuição de riqueza –. A monetarização da terra, do trabalho e da propriedade funde-se, assim, com a monetarização do tempo. A restruturação da sociedade, da economia, e dos territórios em prol de uma 'economia do conhecimento' (ou 'economia cognitiva') e da crescente interligação global (sistemas de produção e distribuição, serviços, mão de obra*)* traduz-se, segundo Castells, na dualização

do mercado de trabalho a nível social e, no agravamento dos padrões de polarização socio espacial e/ou especialização económica a nível geográfico – uma tradução da maximização das vantagens (ou desvantagens) competitivas de cada lugar, a nível internacional.

"Na verdade, a imigração está a aumentar, apesar do crescimento do desemprego e da intensificação dos controles nas fronteiras, porque o desenvolvimento desigual de um mundo interdependente e as redes de conectividade entre sociedades (inclusive a internet) oferecem maiores possibilidades para a expansão do 'transnacionalismo de baixo para cima' (...). De fato, houve uma tendência a aumentar a autonomia de decisão dos trabalhadores com alto nível educacional, que se tornaram os ativos mais valiosos de suas empresas (...) por outro lado, os trabalhadores genéricos, enquanto executores de instruções, continuaram a proliferar, pois muitas tarefas servis dificilmente podem ser automatizadas e muitos trabalhadores, especialmente jovens, mulheres e imigrantes, estão dispostos a aceitar qualquer condição para a obtenção de um emprego. Esta estrutura dual do mercado de trabalho está relacionada às condições estruturais de uma economia do conhecimento que cresce no contexto de uma grande economia de serviços de baixa qualificação e é a origem da crescente desigualdade observada na maioria das sociedades (Castells, 2011, pp. VII-VIII).

As similaridades entre a metáfora do 'peregrino ou nómada' pós-moderno, enunciada por Bauman (2007) e o aumento dos fluxos migratórios, evidenciada por Castells (2011) são evidentes. É também clara a articulação deste contexto com o aprofundamento das múltiplas assimetrias geradas pelas dinâmicas de restruturação económica em curso a nível global. Depreende-se, na sua análise, uma *mobilidade privilegiada* – população altamente qualificada, capaz de aproveitar as oportunidades decorrentes das transição para uma economia cognitiva e de livre circulação –; uma *mobilidade por expulsão* – população dos países em desenvolvimento que, face à dissolução dos seus modos de vida, se vê forçada a migrar e a aceitar vínculos laborais frágeis ou informais –; e, finalmente, poder-se-á referir uma *imobilidade por insolvência* – que atinge, essencialmente, a população menos qualificada dos países ocidentais por via da ampliação de setores mais intensivos em conhecimento (ex. serviços qualificados), da desindustrialização (deslocalização de empresas e postos de trabalho a nível internacional) e da precarização laboral incidente sobre os setores mais intensivos em mão de obra e menos intensivos em conhecimento (serviços diversos, atividade industrial ou agrícola, setor turístico, alimentar ou da logística).

Importante ainda, na análise de Castells são as transformações operadas pelo cruzamento entre o que define como 'espaço dos lugares' e o 'espaço dos fluxos'. Se aos primeiros dizem respeito as práticas sociais mediadas pela continuidade física, aos segundos correspondem as práticas sociais mediadas pelos novos dispositivos tecnológicos de comunicação à distância. Da interpenetração entre os dois, resultam novas organizações territoriais e, inevitavelmente, um novo fator de desigualdade. Para cada lugar existe uma

identidade e, também, uma cultura particulares; mas as suas funções económicas e, no limite, a sua viabilidade dependem da própria capacidade de integração nas grandes cadeias de 'produção de valor', determinadas pela rede global. Os nós de conexão com as redes estratégicas globais correspondem, segundo o sociólogo, a grandes regiões metropolitanas ou megametrópoles em cada país, onde se concentra a produção de riqueza e que definem – à semelhança do que observamos aquando da formação das 'cidades-capital'-, a disseminação das lógicas globais ao restante território. Para estes centros convergem capital, pessoas, empresas e emprego, bem como instituições financeiras, tecnológicas, científicas e culturais; convergem, ainda, serviços diversos (turismo, segurança, entretenimento etc.) que arrastam o desenvolvimento de redes de comunicação e de transporte (marítimo, fluvial, terrestre e aéreo). À medida que estes centros reúnem recursos e investimento, outros lugares contíguos ou distantes, cujo interesse para a rede de produção de valor é reduzido, são progressivamente marginalizados, perdendo população e assistindo à fragilização do seu tecido funcional e económico. Transformam-se, subitamente, em geografias insolventes ou obsolescentes:

"(...) A consequência da concentração de recursos, dinamismo e riqueza em certos territórios é a segmentação cada vez maior da população mundial, acompanhando a segmentação da economia global e levando, por fim, a tendências globais de aumento da desigualdade e da exclusão social. Este padrão de segmentação caracteriza-se por um movimento duplo: de um lado, segmentos valiosos dos territórios e dos povos estão ligados às redes globais de geração de valor e de apropriação das riquezas; por outro lado, tudo, e todos, que não tenham ou percam valor, segundo o que é valorizado nas redes, é delas desligado e, finalmente, descartado." (Castells, 2011, p. 175)

Apesar de constituírem os principais focos de conexão com as economias mundiais – e também da articulação dos territórios nacionais com os fluxos globais –, as regiões metropolitanas não são imunes às desigualdades internas. O facto de estarem alinhadas com as dinâmicas de competitividade internacional, impede que sejam atendidas as necessidades locais que surgem durante os processos de restruturação económica. Este impedimento ocorre num contexto onde raramente existe ou opera um poder administrativo regulatório da escala correspondente (ex. instituições metropolitanas). Desta forma acumulam-se, segundo Castells (2011, p.495) assimetrias no interior da sua área de influência – assimetrias intra-metropolitanas –, "*constelações descontínuas de fragmentos espaciais, peças funcionais e segmentos sociais".* Tais assimetrias definem-se, sobretudo, pelo grau de desenvolvimento das forças de produção de um país, face à lógica económica global. As relações de centralidade e periferização – de um país, região, metrópole, lugar ou da sua população – deixam, assim, de depender de uma condição geográfica particular. Serão, antes, reféns do

jogo de ancoragens/desconexões socioeconómicas, entre o espaço dos lugares – com as suas particularidades culturais, sociais e institucionais – e o espaço da rede genérica dos fluxos globais.

As contradições existentes entre o local e o global, e as clivagens daí resultantes, suscitam problemas no campo político à medida que os contrastes internos se vão acentuando pela ampliação das escalas onde se inserem, e os Estados perdem eficácia nas políticas internas (monetárias e orçamentais), bem como nas suas funções de equalização e de proteção social. Nesse contexto, alinham-se com a política económica global em processos como o da desregulação dos mercados, da privatização dos meios de produção, da flexibilização do emprego e da supressão dos mecanismos de apropriação e redistribuição de excedente. Incapazes de controlar os fluxos de riqueza e de informação, acabam por aderir às lógicas de crescimento económico, competitividade e produtividade, impostas pelo jogo do mercado. A um Estado reduzido – inábil para lidar com as tendências de estratificação emergentes no seu território –, acrescenta-se uma sociedade caracterizada pela crescente fragmentação e diferenciação. Este enquadramento determina desafios de representatividade/legitimidade no plano político, bem como tensões crescentes entre as tendências de desenraizamento despoletados pelas redes de fluxos globais, e as consequente reação no plano social, tendente ao enraizamento por via da mobilização das identidades culturais e dos nacionalismos:

"Os sistemas políticos estão mergulhados numa crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total da cobertura da comunicação social e de lideranças personalizadas, e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, de objetivo único e efémeros, encolhidos nos seus mundos interiores ou brilhando apenas por um instante enquanto símbolo mediático. Nesse Mundo de mudanças confusas e descontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em tomo de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com a sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, num fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas. As nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas numa oposição bipolar entre a Rede e o Ser". (Castells, 2011, p. 41).

David Harvey e 'o desenvolvimento geográfico desigual'

O avanço do neoliberalismo, os seus efeitos territoriais, assumem igualmente um papel central na teoria de Harvey (2019). Em '*Espaços do capitalismo global*', estabelece as bases teóricas do conceito de 'desenvolvimento geográfico desigual', procurando sistematizar as causas

deste fenómeno. Como cenário de fundo da sua análise identifica-se o aumento da permeabilidade do sistema capitalista a nível global, a consagração do crescimento económico e da tecnologia como fator de progresso, bem como, os processos de valorização e desvalorização, implícitos nas crises cíclicas do capitalismo e nos fluxos de circulação e acumulação de capital. Segundo o autor, é possível sistematizar um conjunto de fatores que, conjuntamente, contribuem para o aprofundamento dos padrões de desigualdade geográfica, os quais podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Englobamento dos lugares e dos seus sistemas sociais e ecológicos no âmbito dos mecanismos de acumulação de capital, implicando: a sujeição da vida quotidiana às relações de produção e consumo; o aprisionamento dos processos e recursos ecológicos nas lógicas de crescimento económico; a transformação dos ambientes institucionais visando o aumento da sua porosidade face à acumulação e circulação de capital; a complexificação da linguagem financeira e a difusão de conhecimentos, tecnologias e ideologias tendentes à progressiva liberalização e mercantilização. A relação dialética entre a 'territorialização' destes processos e a 'permeabilidade' dos espaços à sua progressão – tanto ao nível do tecido social, institucional e mesmo científico, quanto ao nível da disponibilidade e qualidade de recursos territoriais – desenha, no fundo, o desenvolvimento geográfico desigual.

"A atividade capitalista está sempre enraizada em algum lugar. Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e também sociais) devem ser apropriados, usados, subjugados e remodelados para os propósitos e caminhos da acumulação de capital. Por outro lado, a acumulação de capital tem que se adaptar e, em alguns casos, ser transformada pelas condições materiais que encontra (...). É somente quando a vida quotidiana se torna totalmente aberta à circulação do capital e quando os sujeitos políticos têm a sua visão quase dominada pela imersão nessa circulação que o capitalismo pode funcionar com significados afetivo e legitimidade que atuam em seu suporte. Nessas circunstâncias, o corpo torna-se "uma estratégia de acumulação" e todos nós vivemos sob o signo dessa condição" (Harvey, 2019, pp. 150-159)

- Progressão das dinâmicas de acumulação por via da 'despossessão. A estabilidade do capitalismo, dos seus meios de acumulação, vem dependendo, desde o seu início, de um certo volume de despossessão que caracteriza a sua expansão à escala global – recordemos o caso dos 'Enclosures' em Inglaterra (séc. XII-XV), considerados por Marx, como *mecanismos de acumulação primitiva* de capital. Segundo Harvey, os processos de 'acumulação por despossessão' na atualidade envolvem diversos atores e escalas, e, não menos importante, um conjunto de instrumentos jurídicos e financeiros de elevada complexidade. Como exemplos destes fenómenos, apresenta, entre outros: a '*canibalização'* de terras perpetrada por grandes multinacionais nos países em desenvolvimento; a apropriação de territórios para o turismo ou visando a constituição de meras bacias de

investimento imobiliário, sinalizadas pelo setor financeiro; a exploração da mão de obra numa determinada indústria para aceder ao mercado global e, ainda, a ação das agências de 'rating', ou de instâncias internacionais, na valorização e desvalorização dos ativos de um país. Neste último caso, a apropriação concretiza-se no âmbito da destruição dos recursos alheios. A guerra de valorizações e desvalorizações, que ocorre entre pessoas e lugares, alavancando vantagens na acumulação de capital, acentua a competitividade entre territórios e, desse modo, as assimetrias de desenvolvimento.

*"Porém, ainda mais importante, tem sido a busca incessante para alargar o poder capitalista a territórios, setores e domínios nos quais os excedentes (ou condições naturais favoráveis para a produção de excedentes) ainda não foram incorporados na circulação do capital (...) A desapropriação ocorre de várias maneiras. A coerção externa por algum poder superior (negociantes, estados, potências coloniais, multinacionais, etc.) implica a penetração de alguma ordem social e terreno geográfico pré-existente para a vantagem desse poder (...). O desenvolvimento geográfico desigual através da expropriação, como se vê, é um corolário da estabilidade capitalista (...) mas isso apenas nos conta parte da história da acumulação por meio da expropriação. A outra metade analisa mais de perto a canibalização de ativos, que ocorre dentro do próprio sistema capitalista, à medida que facões (como o capital financeiro) aproveitam oportunidades para se apropriar de ativos de outros (como agricultores ou industriais) ou como territórios ou configurações regionais de capitais (cidades, regiões, estados) procuram adquirir ou destruir os ativos de rivais por meio de competição comercial e/ou manobras geopolíticas" (*Harvey, 2019, pp. 176-181)

- Mobilização do espaço e do tempo enquanto mecanismos de acumulação de capital. Os progressos da mobilidade e das tecnologias de comunicação, encurtando o espaço-tempo de retorno de capital, têm vindo a relativizar a localização geográfica de certas funções produtivas. A procura incessante de vantagens comparativas (mão de obra mais barata, condições fiscais mais atrativas, acesso a mercados mais amplos), no âmbito de uma mobilidade cada vez mais reforçada, traduz-se por uma dinâmica flutuante de localização: deslocalizações e relocalizações dos fluxos de capital e trabalho, que espelham o incremento das dinâmicas de competitividade e dos fenómenos de especialização territorial a estas associado. Observa-se, por um lado, a formação de economias de aglomeração que centralizam atividades distintas (produção, finança, investigação e desenvolvimento etc.) – e, por outro, a concentração das funções de controlo e comando de capital (frequentemente por grandes multinacionais) em regiões chave ou em cidades globais que passam a controlar a atividade económica, entretanto dispersa pelos restantes territórios. Neste contexto, a escala regional e as dinâmicas de descentralização da governação assumem para Harvey um papel determinante na transformação dos objetivos políticos. A atração de investimento, o desenvolvimento de infraestruturas, o avanço da urbanização (zonas habitacionais, parques

empresariais, centros comerciais etc.) e a congregação de uma identidade regional - mecanismos de branding territorial e de clusterização económica-, definem um leque de estratégias, tendo por fim o estabelecimento de um ambiente favorável à permeabilidade dos lugares, não apenas aos fluxos de circulação, mas também à acumulação de capital. No âmbito do sucesso ou insucesso dos territórios face a sua inserção no espaço-tempo-lucro da mobilidade global e às estratégias de atratividade aplicadas para esse efeito, decorrem as assimetrias socioespaciais.

- A fragmentação da luta 'política' enquanto corolário das assimetrias espaciais. À semelhança de Castells (2011), Harvey (2019) sublinha a transformação das funções de governação no sentido de tornar os territórios mais competitivos entre si, tal como o progressivo relevo das escalas regionais. Este contexto, determina constrangimentos relativamente aos objectivos de equalização territorial e de bem estar social, outrora definidos pelo Estado-Central. Acentuam-se, assim, as fraturas entre as regiões mais ricas e as mais pobres; acentua-se, também, a polarização entre as camadas de população mais qualificadas ou menos qualificadas, que ficam dependentes da instável iniciativa económica e da localização ou deslocalização dos diversos fluxos – capital, pessoas, bens, informações, conhecimento etc. À medida que a diferença se instala no território e na sociedade, emerge um poliedro multifacetado de lutas sociais, aparentemente difusas, mas que, segundo o autor, devem ser articuladas no âmbito das lógicas que determinam os desenvolvimentos geográficos desiguais e, os consequentes impactos nas condições de vida a nível global.

> *"A variedade aparentemente infinita de lutas sobre o que está a ser alvo de despossessão, por quem e o que fazer a respeito (...) não nega, de forma alguma, a necessidade de fazer desse aspeto da luta política uma componente importante em qualquer teoria geral de desenvolvimento geográfico desigual (...). Se o Pearl River Delta, por exemplo, se tornar um dos centros mais dinâmicos e bem-sucedidos de acumulação de capital, por meio da manufatura em todo o mundo, isso definirá os padrões de base em todos os lugares no que diz respeito a custos laborais, condições aceitáveis de trabalho, combinações tecnológicas, organização sindical, e assim por diante".* (Harvey, 2019, pp. 218-220)

Saskia *Sassen, as expulsões enquanto sintoma e método de análise da sociedade contemporânea*

Na sua obra '*Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*', Sassen (2014) lança uma nova luz sobre as profundas transformações ocorridas a partir da década de 1980, no plano socioeconómico e espacial. As consequências da política económica neoliberal são, na sua visão, mais profundas do que a mera dramatização dos fenómenos de desigualdade, caracterizando-se por um movimento irreversível de expulsões sociais, económicas e

ambientais. Enquanto a política económica de Keynes seguia objetivos de maior inclusão social – através da incorporação massiva de pessoas nos sistemas de produção-consumo –, a nova economia política global, definida pela expansão financeira a lugares não financeirizados (ex. terra e habitação) a par da deslocalização das funções produtivas, revela consequências de sinal contrário. Assiste-se à desincorporação de um elevado número de pessoas, de empresas (por via da competitividade ou fusão em grandes multinacionais), bem como de partes significativas da biosfera. Este processo atinge, por vezes, zonas inteiras da economia de um país que se veem alienadas do perímetro da 'produção de valor' global.

Tal cenário – em que o lucro financeiro suplanta o lucro da produção convencional, espacialmente definida e controlável pelos Estados Centrais –, é viabilizado pelo que Sassen designa de '*formações predatórias'*. Estas '*formações'*, que envolvem agentes económicos, mercados, instituições públicas, novas tecnologias e a própria classe criativa, produzem instrumentos, linguagens e legislação cada vez mais complexos. Para Sassen, os seus efeitos traduzem-se na proliferação de uma *geografia da expulsão*. Esta inclui, não só os lugares para onde se transferem serviços, produção ou exploração de recursos – aproveitando ambientes de baixo custo laboral e de baixa regulação –, como também os que enfrentam a deslocalização de atividades económicas ou, simplesmente, o declínio da assistência social do Estado:

"Enfrentamos um enorme problema na nossa economia política global: o surgimento de novas lógicas de expulsão. As duas últimas décadas testemunharam um forte crescimento no número de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo. A noção de expulsão leva-nos para além da ideia mais familiar de crescimento da desigualdade como forma de capturar as patologias do capitalismo global dos dias de hoje (...). O meu foco centra-se em modos complexos de expulsão uma vez que funcionam como uma janela para as principais dinâmicas da nossa época (...). Seleciono casos extremos uma vez que estes tornam nitidamente visível o que poderia permanecer confusamente vago" (Sassen, 2014, pp. 1-2)

Os '*limites sistémicos'* – fenómenos de expulsão social, económica ou ambiental constituem, na análise de Sassen, os pontos de observação ideais, a partir dos quais é possível analisar o mundo contemporâneo e identificar tendências frequentemente indetetáveis pelos mecanismos tradicionais de análise. Por outras palavras, a substituição dos processos de incorporação (modelo Keynesiano) pelas novas dinâmicas de exclusão em larga escala – ainda que no Ocidente o fenómeno seja mais atenuado –, implicam reenquadramentos metodológicos que passam por examinar os processos de diferenciação/marginalização em curso, tendo por foco os territórios e comunidades, onde estes incidem de forma mais extrema, preterindo-se, deste modo os enquadramentos que

privilegiem médias (da classe média, do homem médio), dicotomias (ex. rural/urbano, norte/sul), ideologias (ex. capitalismo, comunismo) ou delimitações geográficas 'institucionalmente' definidas.

"O foco nos extremos advém da hipótese central que organiza este livro: que a mudança do keynesianismo para a 'Era global' das privatizações, desregulamentação e fronteiras abertas (...) envolveu uma mudança das dinâmicas que integravam as pessoas para dinâmicas que conduzem à sua expulsão (...). Governos ocidentais, bancos centrais, o FMI e instituições internacionais afins falam agora da necessidade de reduzir o excesso de dívida governamental, o excesso de programas de bem-estar social e o excesso de regulamentação (...) A promessa implícita é a de que, ao reduzir esses excessos, se voltaria ao normal, regressando aos dias mais fáceis do pós-guerra. Mas essa promessa disfarça até que ponto esse mundo desapareceu - e até que ponto, digam os governos nacionais o que disserem, muitos atores econômicos corporativos não o querem de volta." (Sassen, 2014, pp. 211-213)

A abrangência do conceito de 'expulsão' introduzido por Sassen (2014) inclui, assim, fenómenos díspares e geograficamente dispersos como: 1) marginalização de setores económicos menos competitivos e de postos de trabalho não qualificados, no seio de países desenvolvidos (ex. desindustrialização); 2) exploração de recursos e mão de obra barata em países com regulações fiscais e laborais mais favoráveis à criação de lucro; 3) intrusão da finança no setor imobiliário – mediante crédito –. Situação que determinou (por via da valorização especulativa), uma crise no sistema financeiro (2008), com consequente destruição de emprego e empresas, bem como, despejo de milhares de famílias da sua habitação; 4) contração forçada de economias nacionais em países como Portugal ou Grécia (na sequência de resgate financeiro), decorrente de políticas de austeridade que priorizaram a contenção da dívida pública através da redução significativa dos rendimentos e dos mecanismos de proteção social; (5) eliminação de ecossistemas, um pouco por todo o mundo, implicando a destruição do solo e da água; 6) envolvimento de Estados soberanos, ou de grandes multinacionais, na abertura aos mercados e na aquisição de vastas extensões de terra noutros países (land grabbing), levando à retraimento das condições de vida nos meios rurais e ao aumento do fluxos migratórios para as cidades. Este contexto explica em grande medida o crescimento súbito e informal das megacidades do hemisfério sul, como veremos mais à frente.

"Os diversos processos e condições que incluo na noção de expulsão compartilham todos um aspeto: são agudos. Embora a abjeta pobreza global seja a sua instância mais extrema, incluo condições tão diversas como o empobrecimento das classes médias nos países ricos, o despejo de milhões de pequenos agricultores em países pobres, resultado dos 220 milhões de hectares (...) adquiridos por investidores e governos estrangeiros desde 2006; e as práticas destrutivas de mineração

em países tão diferentes como os Estados Unidos e a Rússia (...). Depois, há as incontáveis pessoas deslocadas (...) em campos de refugiados formais e informais, os grupos minoritários em países ricos que são mantidos em prisões e os homens e mulheres desempregados aptos a trabalhar, mas sitiados em 'guetos' e 'favelas'. Algumas dessas expulsões acontecem há muito tempo, mas não na escala atual. Algumas são novos tipos de expulsões, como os 9 milhões de domicílios nos Estados Unidos cujas casas foram executadas numa breve e brutal crise imobiliária que durou apenas uma década. Em suma, o caráter, o conteúdo e os locais dessas expulsões variam enormemente entre estratos sociais, condições físicas, e por todo o mundo" (Sassen, 2012, pp. 2-3)

Raquel Rolnik. Financeirização da terra e a crise global de insegurança de posse.

Relatora especial das Nações Unidas, Rolnik (2015) salienta, em *'A guerra dos lugares',* a emergência de uma *economia política global da urbanização*. Para a autora, o fenómeno acentua-se à medida que a amplitude das áreas de lucro sobre a habitação e a terra – com recurso à financeirização – se vai convertendo num dos principais 'veículos' para a expansão de capital no século XXI. A alocação e rentabilização dos excedentes de capital por este meio – organizada supranacionalmente (ex. Banco Mundial, FMI, G8, OMC) –, envolveu a universalização do acesso à habitação via crédito (com incorporação das classes média e média baixa no sistema financeiro) conjugada com a redução dos mecanismos provisionais e regulatórios dos Estados, ao nível das políticas (ex. habitação, desenvolvimento rural), do planeamento e da governação. Criou-se, assim, um ambiente favorável às transações financeiras internacionais, no âmbito da aquisição e titularidade de propriedades (para agricultura, mineração, atividades turísticas, incorporação imobiliária etc.). Essas aquisições transfiguraram-se em unidades de extração de renda ou em reservas estratégicas de valor, ao nível global, face a um hipotético futuro de escassez. De entre os fatores responsáveis por esta transformação, Rolnik destaca: i) procura de novas fontes de extração de riqueza, face à redução da produtividade dos setores fordistas (entre 1980-2010, os ativos financeiros mundiais aumentaram 16,2% enquanto o produto doméstico mundial apenas cresceu 5%); ii) retração do consumo, face à estagnação salarial e ao peso dos 'sistemas de pensão' numa sociedade envelhecida; iii) necessidade de valorização dos capitais crescentes de grandes corporações, ou de poupanças acumuladas em economias domésticas de países emergentes (ex. China).

"Trata-se da conversão da economia política da habitação num elemento estruturante da transformação da própria natureza e da forma de ação do capitalismo na sua versão contemporânea – 'era' da hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo (...). Trata-se de uma forma particular de reserva de valor, por relacionar diretamente a macroeconomia com os indivíduos e as famílias, e possibilitar, através de mecanismos de

financiamento, que vários atores centrais do sistema financeiro global se interliguem: fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo (shadow banking), instituições de crédito e instituições públicas" (Rolnik, 2015, pp. 26-29)

Se Piketty (2015) enfatiza os graves desequilíbrios de mercado, criados pelos mecanismos de concentração de capital no século XXI, Rolnik (2015) localiza a incidência destes mecanismos e as suas consequências. O avanço de uma '*economia política da urbanização*', traduz-se numa '*crise global de insegurança de posse'*, cujo objetivo é a expansão das fronteiras e dos meios de acumulação de capital.

"Uma crise global de insegurança de posse marca a experiência de vida de milhões de habitantes do planeta. São indivíduos e famílias que tiveram as suas vidas hipotecadas ou que perderam a possibilidade de permanecer nos bairros onde habitavam, em função do 'boom' de preços nos mercados internacionais. Além disso, milhões de pessoas foram removidas à força do local onde viviam, face à usurpação de terras (land grabbing), e na sequência de grandes projectos de infraestrutura e renovação urbana, desastres naturais ou conflitos armados (...). Intervenções urbanísticas, que visam adaptar cidades para sediar megaeventos, têm sido fontes adicionais de insegurança e de remoções forçadas (...). Em tempo de capitalismo financeiro, em que a extração de renda se sobrepõe à mais valia do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornam-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes" (Rolnik, 2015, pp. 148-152)

Salientam-se ainda, na análise de Rolnik (2015), dois exemplos que articulam momentos de crise económica com o crescimento da financeirização da habitação e da terra, em ambos os hemisférios, Sul e Norte. Como se verá, esse fenómeno assenta numa dinâmica conducente ao aumento das polarizações socioespaciais, bem como das situações de vulnerabilidade. O primeiro momento conduz-nos à crise do petróleo (década de 1980-90). Os programas de ajustamento estrutural realizados pelo FMI, em alguns países do hemisfério sul, traduziram-se na interrupção dos processos de protoindustrialização, na redução do investimento publico em territórios rurais, na abertura aos mercados globais e, não menos importante, na facilidade em 'destituir da propriedade da terra' (muitas vezes coletiva), visando a incorporação urbana, a agricultura, o turismo, a mineração etc. A dissolução dos modos de vida rurais desencadeou um êxodo massivo dos camponeses para as zonas urbanas onde, longe do que sucedera na revolução industrial, não existia uma oferta de emprego capaz de equilibrar a procura – o *exército de mão de obra* não encontra indústria capaz de o absorver. O resultado dos *novos enclosures do século XX* não foi, desta forma, uma exclusão com consequente inclusão na economia produtiva, mas tão somente uma marginalização que dramatizou a expansão das favelas e a vulnerabilidade socioeconómica daquelas populações.

Sujeitas às condições precárias dos assentos informais (alojamentos sobrelotados sem acesso a infraestruturas ou serviços básicos), e à inescapável probabilidade de serem removidas pelo avanço da urbanização 'formal', são, ainda, forçadas a aceitar vínculos laborais muito frágeis (sobretudo na economia informal) que a todo o momento poderão desaparecer. Na era da expansão do capital financeiro e da monopolização do capital produtivo agravam-se os fenómenos de *urbanização da pobreza*, ou a proliferação de um '*planeta de favelas*' como refere Davis (2006) onde se concentra uma '*humanidade excedentária'* – sem lugar no mundo rural, sem lugar na cidade e sem escapatória de uma periferia física, mas também social e económica.

"As populações de 'favelas', de acordo com a UN-HABITAT, estão atualmente a crescer a um surpreendente ritmo de 25 milhões por ano. Além disso (...) a fronteira de terras ocupáveis e seguras está a desaparecer em todos os lugares e as novas chegadas à margem urbana deparam-se com uma condição existencial que só pode ser descrita como 'uma marginalidade dentro da marginalidade'; ou, na frase mais picante de um morador desesperado de uma favela de Bagdá, uma 'semimorte'. De facto, a pobreza periurbana – um mundo humano sombrio, em grande parte isolado das solidariedades de subsistência do campo e desconectado da vida cultural e política da cidade tradicional – é a nova face radical da desigualdade. A orla urbana é uma zona de exílio, uma nova Babilônia" (Davis, 2006, pp. 200-201)

Este processo esclarece a explosão populacional de megacidades como Nova Delhi (Índia), que atinge 20 milhões de habitantes. As transformações socioeconómicas que ocorreram na Índia, consequência do resgate financeiro concedido pelo FMI na década de 1990, agravaram dramaticamente os problemas de nutrição nas zonas rurais, originando uma migração sem precedentes para a cidade. No âmbito de uma economia orientada para os serviços e tecnologias de informação (outsourcing dos países do centro global que procuram mão de obra qualificada de baixo custo), a ausência de empregos leva os imigrantes a aceitarem vínculos precários na indústria informal, na construção e nas grandes obras públicas –poderosos motores do 'crescimento' na era da urbanização financeira global. Avolumam-se, assim, as desigualdades socio espaciais onde, a par de urbanizações massivas de luxo, proliferam de súbito as 'favelas'. Deste modo, surgem os défices infraestruturais urbanos, a rutura de serviços e equipamentos públicos, o pior 'ranking' de poluição do mundo. Os instrumentos de planeamento urbano e os sistemas de gestão territorial, a cada instante obsoletos e ultrapassados, sucumbem diante as dinâmicas socioeconómicas traçadas a uma escala que lhes é superior (Patnaik, 2004, Santos & Ferreiro, 2018).



Fig. 23 – Zona informal em Nova Delhi (Do autor, 2015)

Um outro exemplo identificado por Rolnik (2015) que evidencia o nexo entre as crises económicas e as novas oportunidades de rentabilização do capital, reporta-se à crise de 'subprime' (2007-2008) – também referida por Sassen (2014) - e às suas consequências no hemisfério Norte. A entrada de excedentes globais a partir da década de 1980-90, a par do estímulo ao crédito e ao endividamento – desfasado da capacidade das economias domésticas –, culminou com a formação de bolhas imobiliárias e o subsequente colapso do sistema financeiro. Durante a crise, milhões de famílias perderam as suas casas por execução das respetivas hipotecas, enquanto avultava uma vaga de desemprego e de falências empresariais. Para além das paisagens de insolvência – casas vazias e negócios destruídos (caindo o investimento urbano, face à quebra de base fiscal) –, a interrupção por falência na área da construção, refletiu-se num manto de 'elefantes brancos' no território, ou urbanizações cujas obras ficaram suspensas. Estes factos evidenciaram a insustentabilidade de um processo de urbanização do solo, comandado à distância por 'esquemas' financeiros de valorização fictícia, alheios às reais condições de vida das famílias e da economia dos territórios em que incidem. Paradoxalmente, a acumulação de capital financeiro, ancorada na alta rentabilidade dos juros das dívidas soberanas, assim como o ambiente de desregulação dos mecanismos de mercado – incluindo o da habitação e dos 'stocks' habitacionais desvalorizados –, reabriram uma nova via para a acumulação de excedentes. A resposta à crise – nomeadamente os programas de ajustamento estrutural (FMI, União Europeia e Banco Central Europeu) aplicados em países do Sul Europeu –, não corrigiu as razões de fundo que a criaram. Pelo contrário prosseguiu o avanço da financeirização do imobiliário, o predomínio da extração de renda, face ao lucro do capital produtivo. O imobiliário sofreu nova inflação e os fenómenos de gentrificação continuaram a acentuar-se em zonas atrativas para o turismo, por exemplo, em cidades como Lisboa.

O regresso do 'duplo movimento' à medida que se acentuam as assimetrias na sociedade e nos territórios

O agravamento das assimetrias entre territórios e camadas da sociedade não se traduz exclusivamente no incremento da dinâmicas de incerteza e vulnerabilidade socioeconómica e ambiental, amplia-se, como referido anteriormente, ao campo político-institucional, colocando em causa os pilares da democracia. Montaner e Muxí (2017), a propósito de Baumen (2006) e Caveri (2002), aludem à proliferação global de um conjunto de '*fronteiras quentes'* enquanto medida do conflito e da divisão social. Estas *novas fortificações* espelham os fenómenos de exclusão e desigualdade que marcam a sociedade e o território contemporâneos:

" Quanto mais viajamos e lemos, mais tomamos consciência daquilo que Caveri quer mostrar no seu livro: o predomínio e o aumento das fronteiras e as exclusões em sociedades cada vez mais divididas, construídas de muros, visíveis e invisíveis: guetos, favelas, shopping centers, centros de lazer, resorts, campos de golfe, hotéis exclusivos, vias rápidas etc. (...). A nossa época tem uma obsessão por criar muros (...) quanto mais fracassam, mais nos obcecamos pela segurança. O paroxismo da contínua transformação de controles e barreiras faz com que se instalem mais vigilância e mais fronteiras – e estas comportam uma grave perda de esperança na convivência" (Montaner e Muxí, 2007, pp. 87-88)

Rodríguez-Pose (2017) associa, de resto, a ascensão do descontentamento à marginalização e declínio de certos territórios e comunidades, no âmbito das dinâmicas de restruturação económica e da globalização. De facto, a fuga de empregos relacionada com a desindustrialização/deslocalização das atividades económicas, a obsolescência das qualificações associada à alteração dos perfis produtivos, a redução dos apoios sociais bem como, a canalização dos principais investimentos para os territórios mais competitivos, afunilaram significativo as perspetivas de uma parte substancial da sociedade. A *'guerra dos* lugares' identificada por Rolnik (2015)*,* dá origem *à 'revolta dos lugares'* enunciada *por* Andrés Rodríguez-Pose, onde se questionam os valores que sustentam a economia política global: mercado aberto, integração económica e fenómenos migratórios. No fundo observa-se um retorno às '*identidades primárias'* (culturais, religiosas, étnicas, nacionais), tal como referido por Castells (2011, p.41). Desenvolvimentos políticos recentes, um pouco por todo o Mundo, confirmam as conclusões anteriores, questionando a tese de Friedman (2007) – *The World isn't flat in fact is getting more bumpy and uneven* – e contrariando também a argumentação do '*fim das ideologias'* de Bell (1989) ou do "*fim da história"* de Fukuyama (1989).

No âmbito da economia global, onde, todavia, os lugares e sociedades continuam a

integrar sistemas sociais, políticos e culturais geograficamente localizados – num mundo organizado em torno dos Estados Nação –, o agravamento das assimetrias resulta, tudo indica, na reincidência do *'duplo movimento'* identificado por Polanyi (2016). Para o autor, à medida que a internacionalização capitalista aprofunda as contradições socioeconómicas no interior de cada país, as tensões sociais transferem-se para a esfera política, sendo habilmente utilizadas no recrudescimento do divisionismo, da violência e do populismo. O avanço do neoliberalismo, mimetizando o liberalismo de final do século XIX, favorece o aumento das desigualdades e tensões sociais, acabando por extremar as posições políticas e ideológicas. O voto de insatisfação dissemina-se entre as populações que viram as suas expectativas frustradas; circula em geografias e existências cada vez mais insolventes.

É quase inevitável sublinhar a recorrência do fenómeno descrito ao longo da história. De facto, se num período longínquo a expansão do império romano criou disrupções políticas e socioeconómicas à escala local, posteriormente, a consolidação dos Estados-Nação – e de uma economia mercantilista – refletiu-se na dissolução das estruturas socioeconómicas das cidades medievais, bem como na exploração e sujeição de outras partes do mundo. Já nos séculos XIX-XX, a progressiva internacionalização do capitalismo industrial coincidiu com a intensificação das desigualdades entre nações e no interior de cada país, conduzindo a momentos de enorme instabilidade política à escala global. Por fim, os avanços do neoliberalismo e da economia financeira reacendem, a partir da década de 1980, os mesmos efeitos já descritos anteriormente – o mercado competitivo, não regulado, reproduz um sistema de desigualdades socioespaciais, não raro lidas como *diversidade territorial.* Tais desigualdades refletem-se no aumento das vulnerabilidades contemporâneas em múltiplas dimensões: sociais, económicas, políticas e ambientais.

Polarização territorial e desigualdade socioeconómica. O contexto Europeu e Nacional

Face às considerações anteriores, depreende-se que as assimetrias socio-territoriais, sejam elas designadas por *expulsões*, *desenvolvimento geográfico desigual*, ou simplesmente *desigualdades* – se tornaram especialmente relevantes nas últimas décadas, numa escala que vai do global ao local. Importa neste âmbito situá-las sucintamente a nível europeu e nacional. Em particular, no contexto europeu evidenciam-se novos padrões de polarização socio-espacial associados à ampliação do mercado interno, bem como ao reposicionamento da União Europeia no âmbito das novas divisões globais do trabalho. Esse fenómeno agudizou-se, também, com o impacto das políticas de austeridade impostas pela Troika (EU, BCE, FMI), na sequência da crise financeira de 2008 (ex. Portugal e Grécia). Neste contexto, algumas tentativas para reforçar a coesão do bloco Europeu, mediante estratégias, políticas e investimentos estruturais (ex. European territorial Agenda 2020', o 'European Regional

Development Found (ERDF)', 'European Social Fund (ESF)', Fundos Europeus de Coesão), apenas tiveram um efeito mitigador. Verifica-se que, ao nível macro territorial, certas capitais e regiões concentraram atividades económicas (ex. serviços qualificados da banca, finanças, turismo), captando investimentos, expandindo infraestruturas e atraindo fluxos migratórios. Porém, outros territórios (rurais, industriais ou urbanos), foram afetados pelo declínio e obsolescência, à medida que a restruturação do sistema produtivo e as dinâmicas de relocalização de empresas e empregos (dentro da União Europeia, ou para países como a China ou o Sudeste Asiático), minimizaram as suas funções económicas. Nestas circunstâncias ocorrem fenómenos de colapso demográfico, fuga de mão de obra qualificada e quebra de investimento; mas sobretudo, e não menos grave, sobrevem a dificuldade de manter a qualidade nos serviços, infraestruturas etc. Mesmo nas zonas metropolitanas anteriormente referidas, cuja prosperidade se justifica por constituírem o *ponto quente* na justaposição das economias nacionais com a economia global, são percetíveis os contrastes intraurbanos, marcados pelas desigualdades de desenvolvimento territorial e as fragmentações urbanas associadas à intensificação das clivagens sociais (Lang *et al.,* 2015; Hudson 2015; Kuhn, 2014).



Fig. 24 – Regiões atrasadas de baixo crescimento na União Europeia (EU, 2017)

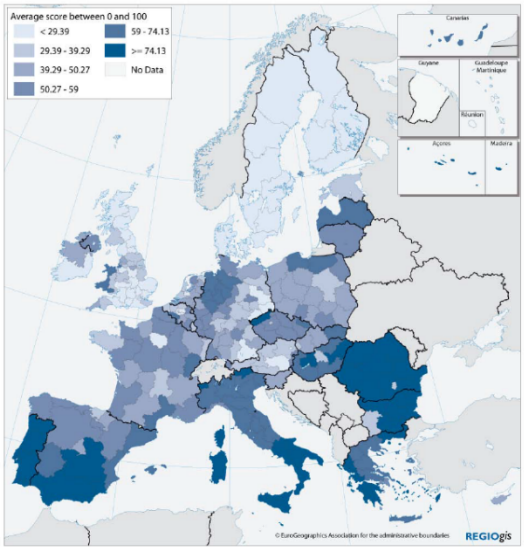


Fig. 25 – Índice de vulnerabilidade à globalização na União Europeia (EU, 2008)

Os mapas anteriores (Fig. 24, Fig. 25) traduzem dinâmicas de polarização socio-espacial na Europa, bem como a sua articulação com fenómenos de vulnerabilidade territorial. Na Fig. 24 são identificados os '*territórios de baixo crescimento na Europa' ou 'lagging territories'*. Estas regiões apresentam níveis de atividade económica e graus de qualificação da população reduzidos. Em Portugal, a quase totalidade do território é abrangida nesta categoria, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa. O elevado nível de endividamento , a consequente asfixia na capacidade de intervenção do Estado, os atrasos estruturais do país no que concerne ao desenvolvimento do seu capital social e produtivo, explicam em grande parte este contexto, cujo resultado é o aumento do desemprego, da emigração e uma clara trajetória de estagnação económica. Segundo o relatório da Comissão Europeia '*Desafios económicos das regiões atrasadas*', apenas o investimento em infraestruturas e qualificações, os incentivos fiscais, bem como regulação favorável à localização de empresas, poderão inverter os processos de marginalização territorial (EU, 2017). É possível depreender deste documento de política estratégica Europeia, o entendimento, segundo o qual, as regiões se devem adaptar às dinâmicas de ampliação do mercado global, procurando maximizar a sua competitividade e produtividade, no sentido de promover um ambiente mais permeável à atividade económica. Esse entendimento, onde prevalece uma visão liberal, não se inibe de aceitar a perda de retornos fiscais significativos essenciais ao reforço da coesão territorial ou ao melhoramento da qualidade de vida das populações. A Fig. 25 ilustra a vulnerabilidade das regiões Europeias face às dinâmicas de reestruturação implicadas na globalização económica. Numa escala 0-100, Portugal ocupa o nível mais elevado. Isto significa que a sua economia é uma das mais suscetíveis ao choque causado pela internacionalização económica. Contexto este que explica, em grande medida, o grau de endividamento do país, as dificuldades de viabilidade das empresas locais e as limitações ao crescimento dos salários, sobretudo em setores menos qualificados (EU, 2008). De acordo com Campos Lima *et al*. (2021), o programa de ajustamento estrutural, imposto pelo FMI, União Europeia e BCE aos países com elevado nível de dívida, consistiu numa *estratégia de desvalorização interna* assente, ao nível laboral, em: i) cortes salariais na função pública e congelamento ou redução de salários mínimos; ii) legislação favorável à ampliação das modalidades de trabalho temporário, à simplificação do despedimento ou à redução da proteção em situações de desemprego. Em Portugal, foram verificados efeitos de curto e longo prazo com impactos diferenciados, consoante o setor económico. Nos efeitos de curto prazo, salienta-se aumento do desemprego em 8,9% (2010-2013). Considerando um conjunto de setores económicos num mesmo período, é-nos dado observar que o setor da construção sofreu o maior nível de destruição do emprego (35,8%), seguido da indústria (7,5%), e do alojamento e serviços alimentares (5,1%). Analisando o 'longo prazo' (2010-2017), o trabalho temporário aumentou

9,1%, a nível nacional, com destaque para o setor do alojamento e serviços alimentares (16,2%), seguido da construção (11,7%) e da indústria (9,2%). Apesar da recuperação económica, do aumento marginal dos salários mínimos e da criação de 400.000 postos de trabalho, entre 2014-2018, foram muitas as medidas de liberalização do mercado de trabalho que não foram revertidas. A recuperação e o incremento da produtividade realizaram-se, assim, à custa do aumento das desigualdades salariais entre setores (dualização do mercado de trabalho), da estagnação do crescimento salarial e, sobretudo, da ampliação dos vínculos de trabalho temporário em setores de alta intensidade e baixa remuneração.

Grande parte das polarizações observadas no país e nas suas áreas metropolitanas, tais como os fenómenos de desindustrialização, declínio rural, pobreza/exclusão social ou expansão urbana intensiva (por via da ausência de políticas de habitação robustas, ou da dependência criada entre o setor imobiliário e financeiro), podem ser explicadas pelo confronto entre uma democracia recente - marcada por atrasos estruturais e problemas de competitividade, em conjunto com a progressiva abertura do país ao exterior no âmbito do reforço da integração Global e Europeia. Este enquadramento explica também a preponderância atribuída, mais recentemente aos setores do turismo e do imobiliário, no âmbito da estratégia política de recuperação económica pós-crise. Embora o caminho seguido tenha permitido a efetiva redução do desemprego, a natureza instável e sazonal destes setores, associada a uma reduzida margem de aumento de produtividade ou de inovação, tornou dúbia a excessiva relevância que alcançaram na economia nacional. Deve-se, por outro lado, sublinhar a influência desta opção na emergência de novos desequilíbrios sócio espaciais. A conjuntura definida pela desvalorização dos recursos humanos e pela valorização dos recursos imobiliários (ex. Lisboa e Porto) – coadjuvada pela desregulação do mercado da habitação –,favoreceu a captação de investimento estrangeiro e a rentabilização agilizada pelas plataformas de alojamento local e pelos fluxos turísticos. Excetuando situações pontuais, e decerto circunscritas, este movimento resultou em processos de gentrificação, em particular no centros urbanos de Lisboa e do Porto, que prefiguram uma crise no domínio da habitação.

Dos centros e periferias de desenvolvimento às dinâmicas de centralização e periferização. Evoluções teóricas

Num cenário em que se disseminam ao interior dos países e das suas regiões, as assimetrias territoriais e as desigualdades socioespaciais, importa refletir sobre a evolução do conceito de *centro-periferia,* outrora estruturante no âmbito dos modelos de desenvolvimento assentes numa visão ocidentalizada do progresso. Se na sua génese, a estaticidade dos atributos geográficos - *periferia definida enquanto distância a um centro* (ex. país industrializado,

mercado distribuidor, centro urbano) - assumiram preponderância explicativa, mais recentemente, evidencia-se a sua condição dinâmica, por via dos progressos tecnológicos, da globalização e da alteração dos modos de produção que integram a transição para uma economia pós-fordista (Copus, 2001) Falamos assim de processos de *centralização e periferiza*ção, que se difundem por todas as geografias (Norte e Sul Global), englobando diversas escalas (lugar, região, país) e envolvendo múltiplas dimensões, exigindo a sua compreensão novos enquadramentos metodológicos capazes de os articular com os aspetos políticos, económicos, tecnológicos, sociais e institucionais que lhes estão subjacentes (Kühn, 2015).

Salienta-se a este propósito o surgimento, nas décadas de 1960-1970, de um conjunto de contribuições no domínio da geografia económica, que colocam em causa a teoria evolucionista neoclássica. Segundo esta, as diferenças de desenvolvimento, no interior de cada país, reduzir-se-iam à medida que as dinâmicas de progresso – fluxo de bens, pessoas e informações – confluíssem dos centros para os lugares remotos e o choque da restruturação económica conduzisse a um novo estado de equilíbrio (Solow, 1956; Borts and Stein 1964). Elegendo a escala regional, perspetivas teóricas como as de Myrdal (1957), ou de Hirshman (1985), pretenderam demonstrar precisamente o oposto - a tendência para o reforço das assimetrias internas nacionais, implicando a necessidade de intervenção governativa no sentido da sua reversão. Autores como Lasuen (1969) ou Richardson (1980), sublinharam ainda a condição flutuante dos fenómenos de polarização. Assim, às vantagens de aglomeração sucederiam também algumas desvantagens (ex. excesso de mão de obra, inflação das rendas nas zonas centrais das cidades e ausência de espaço), dando origem a fenómenos cíclicos de centralização e periferização; uma região em declínio poderá sofrer processos de regeneração, sendo o inverso, também, uma possibilidade.

Numa visão neomarxista, como a de Harvey (1982), Smith (1984) ou Hudson (2015), estes fenómenos cíclicos de polarização territorial, ocorrendo a nível global, constituem a tradução dos processos de acumulação de capital e dos fenómenos de valorização e desvalorização espacial neles implicados. Conceitos como '*spatial fix'* introduzido por Harvey ou '*see saw'* introduzido por Smith, referem-se aos mecanismos de mobilização do capital e da produção, no sentido de incrementar a mais-valia quando as condições se tornam mais adversas nas localizações de origem ou mais vantajosas nas localizações de destino (ex. esgotamento ambiental, lutas pelos direitos laborais, contextos de menor regulação laboral ou das atividades produtivas). Às dinâmicas de territorialização e desterritorialização capitalista correspondem os processos de centralização e periferização territorial implicando todo um perímetro de consequências.

Na perspetiva de outros autores, é sublinhada a importância das dimensões sociais e institucionais nos processos de polarização territorial, contrariando uma visão destas

dinâmicas excessivamente centrada na lógica económica envolvida nos fluxos de capital. Massey (1995) defende um novo modo de conceptualização do espaço, do seu desenvolvimento desigual, olhando-o como corolário de relações sociais que se intersectam/articulam de forma diferenciada. O espaço, entendido de forma relacional, implica o enquadramento dos agentes sociais como elementos ativos da sua transformação no tempo. Exige, por outro lado, a reavaliação das lógicas de poder (ex. funções de dominação e controlo através do planeamento, da cidade financeira, da cidade de investigação e inovação) na reconfiguração das desigualdades socioespaciais, bem como na alteração dos modelos de organização do trabalho e do próprio 'estilo de vida'. Mais do que uma geografia que sucede aos diferentes padrões de investimento, emprego e níveis de rendimento, urge identificar uma geografia das relações sociais, realçando as dimensões qualitativas face às quantitativas. A uma nova organização das relações de produção, correspondem, segundo Massey (1995, p.3), a:

"novas divisões espaciais do trabalho (formas de desenvolvimento económico desigual) entendidas enquanto reformulações das relações sociais que constroem o espaço económico (...). Ao invés de constituírem, apenas, novos padrões de emprego, algo que se assemelha à reorganização geográfica do mesmo velho baralho de cartas (...) representam novos conjuntos de relações entre atividades em diferentes lugares, novas formas espaciais de organização social, novas dimensões de desigualdade e novas relações de dominação e dependência"

No plano político as relações de poder, dependência e subordinação deixam de cingir-se a uma perspetiva neocolonial de desenvolvimento, englobando o espaço, as redes formais ou informais de atores sociais, os modelos de 'governança', as políticas públicas, as instituições enquanto fatores chave no entendimento das assimetrias e fragmentações territoriais, bem como das dinâmicas de invisibilização/exclusão ou inclusão social (Herrschel, 2012; Allegra *et al*., 2012). Amin (2007) refere-se aliás à crescente importância atribuída às comunidades locais – especialmente nos territórios mais desfavorecidos –, naquilo que é o fortalecimento do seu capital social como forma de responder aos problemas que decorrem da escala global. Mas a seu ver, este caminho, todavia importante na revitalização democrática, não soluciona os problemas estruturais (desemprego, falta de competitividade, níveis educacionais, etc.), nem os conflitos e a complexidade intrínseca aos processos de estratificação territorial. Estes problemas são apenas resolúveis ao nível dos sistemas de governança nacionais e dos respetivos esquemas redistributivos, visando uma maior justiça social. Brenner (1999) descreve, contudo, uma tendência de sentido inverso – uma restruturação dos modelos de governação onde ganham relevo as escalas regionais: um processo de *desnacionalização* decorrente das novas necessidades inerentes a uma economia internacionalizada. O Estado-

Central, a sua infraestrutura organizativa e o planeamento centralizado são assim duplamente confrontados pela escala local e global, tornando-se *pequenos ou grandes demais*, perante os desafios socioeconómicos emergentes. De facto, a maximização da competitividade das suas regiões, face a outros lugares no mundo, coloca em relevo os grandes centros metropolitanos, num contexto em que a regulação da atividade económica transita maioritariamente para instituições supranacionais (ex. União Europeia, FMI, Banco Mundial etc.) e que as assimetrias nacionais e intraurbanas, se tornam cada vez mais salientes.

A 'metápole' enquanto palco e motor das desigualdades. O planeamento neoliberal e a sua articulação com as dinâmicas da globalização e restruturação económica

As zonas metropolitanas e as suas dinâmicas de urbanização, apropriando-se do crescimento e da competitividade territorial, adquirem um papel relevante e modelador do processo de globalização e das tendências neoliberais, com impacto na escala local, regional, nacional e internacional. Constituem, em síntese, a peça chave de uma 'política estratégica' que, centrada nos meios urbanos, determina a adaptação das economias nacionais e europeias aos fenómenos de restruturação económica em curso. Os sistemas de 'governação', o planeamento, as políticas urbanas e o edifício legislativo são, assim, cada vez mais 'desenhados' em função do alavancamento de vantagens determinadas pelo mercado global. A metrópole contemporânea, considerada enquanto motor de crescimento económico, reflete assim a evolução dos sistemas de produção e consumo, a transformação das morfologias e funções urbanas, bem como a disseminação de súbitas assimetrias ou polarizações socioespaciais. As estratégias de marketing territorial, os grandes projetos de regeneração urbana ou a organização de eventos globais, são exemplos particulares de mecanismos de projeção internacional das cidades. Estes têm por objetivo a captação de investimento, a valorização do seu capital fixo (património imobiliário), bem como a atração de pessoas e de novas atividades económicas, suscetíveis de colocar as zonas urbanas no radar da economia mundial e das suas redes de produção de valor (Swyngedouw *et al.,* 2005). Neste movimento, se o nexo entre as políticas e as cidades – que emana da antiguidade clássica – se mantém, a relação entre estas e os cidadãos que as habitam desfaz-se progressivamente – o espaço dos fluxos impõem-se ao espaço dos lugares, no âmbito das estratégias de governação:

"A nova política urbana, expressão da nova política económica neoliberal, seguida em níveis de escala mais elevados, centra-se fundamentalmente na cidade. Antigas formas e funções, configurações políticas e organizacionais tradicionais, tiveram que dar lugar a uma nova urbanidade (...) imposta por uma ordem mundial, liberal e global. Reposicionar a cidade no mapa da paisagem competitiva significou recriar o espaço urbano, não apenas aos olhos dos técnicos de planeamento ou dos seus moradores,

mas principalmente para o 'estrangeiro', o investidor, o empreendedor (...) o fanático pela cultura de elite ou o turista cheio de dinheiro" (Swyngedouw et al., 2005, p.2)

Leituras como as de Brenner & Schmid (2012) sublinham o papel ativo dos processos de urbanização nas transformações globais e na reconfiguração das relações políticas e económicas das últimas décadas. Um conjunto de sintomas configuram, segundo os autores um novo processo de '*urbanização planetária'*, determinando a obsolescência das categorias de análise espacial herdadas do século XIX-XX, bem como a necessidade de explorar novas metodologias capazes de ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de diferenciação socio-espacial emergentes. Entre estes sintomas destacam: 1) desenvolvimento explosivo das megacidades, mas também a expansão e coalescência de zonas urbanas polinucleadas a nível internacional (ex. Ring Belt [San Francisco-San Diego], Blue Banana [corredor urbano Europeu], Delta do Rio das Pérolas [China] etc.); 2) (re)territorialização e dispersão de funções centrais (comerciais, empresariais, culturais, investigação, lazer, infraestruturais) – habitualmente concentradas nos centros urbanos – pelas zonas suburbanas; 3) desintegração dos *'hinterlands'* urbanos, à medida que novas ocupações e atividades económicas (escritórios, zonas de armazenamento e logística, áreas residenciais, zonas de produção agrícola, espaços de lazer etc.) se reorganizam ao longo das redes de conectividade urbana, em constante expansão; (4) a difusão dos processos de urbanização, alargando-se aos lugares mais remotos e selvagens (ex. Ártico, Alpes, floresta equatorial, a própria atmosfera).

"A mudança epistemológica implicada nos processos de urbanização planetária requer novas estratégias de análise concreta e comparativa (...). Precisamos, antes de tudo, de novas categorias teóricas que nos permitam investigar a produção e transformação das formas de organização socio espacial, ocorridas ao longo de diferentes escalas e territórios (...).Para isso, um novo léxico conceptual deve ser criado para identificar e relacionar a ampla variedade de processos de urbanização que têm vindo a transformar o mundo urbano, de forma a decifrar as novas paisagens emergentes de diferenciação socio espacial, que se cristalizaram nas últimas décadas. Por último, mas não menos importante, exigimos estratégias metodológicas ousadas, experimentais e que dissolvam delimitações geográficas pré-estabelecidas, de forma a facilitar a investigação empírica desses processos" (Brenner & Shmid, 2012,p. 13)

O conceito de *urbanização planetária* pode ser articulado, com a nova morfologia urbana identificada por Asher (2012) – a "*metápole*" decorrente da globalização económica, do progresso das tecnologias de comunicação e transporte, assim como da relação bidirecional que se estabelece entre tais transformações e a recomposição dos sistemas urbanos (sociais, económicos e políticos).

"Uma metápole constitui geralmente uma só bacia de emprego, de habitat e de atividades. Os espaços que constituem uma metápole são profundamente heterogéneos e não necessariamente contíguos (...). As metápoles formam-se a partir de metrópoles pré-existentes muito diversas e integrantes de um conjunto heterogéneo de espaços novos (...). Podem ser mono ou polinucleadas, mais ou menos aglomeradas ou dispersas, polarizadas ou segmentadas, densas ou extensas, seguindo dinâmicas de crescimento radiocêntrico, tentacular(es), linear(es), em cachos ou, ainda, metástase" (Asher, 1995, p.34)

À *metrópole* que se expandia e densificava do centro para a periferia, sucede assim a *metápole* de desenvolvimento em rede, extensiva, fragmentada e polinucleada, evidenciando diversos pontos de acessibilidade. A sua evolução acompanha o aprofundamento da divisão do trabalho à escala global, e as dinâmicas de complexidade, flexibilidade e velocidade que marcam as atividades produtivas e financeiras. O processo de metapolização caracteriza-se, segundo Asher (2012), por uma dupla dinâmica. Por um lado, a *uniformização* provocada pela globalização nos diferentes lugares – o equivalente da *cidade genérica* de Koolhaas (1995) – , por outro, antagónico, mas em estrita relação com o fenómeno anterior, o *contraste ou ênfase das diferenças*. Ao nível macroeconómico, convergem para certos pontos das conurbações metapolitanas, os capitais (imobiliários, mobiliários) e os recursos humanos (especialmente qualificados) que procuram usufruir das vantagens de aglomeração. Simultaneamente territórios menos conectados, ou com menos 'apetrechos' para acompanhar a mutação dos sistemas sociotécnicos, são progressivamente desguarnecidos. No plano social, as dinâmicas da globalização e reorganização dos processos produtivos à escala global, favorecem o leque de possibilidades que dilatam a autonomia individual. Todavia, a ampliação da divisão social do trabalho, torna as dinâmicas de mobilidade social mais lentas e instáveis, gerando novas desigualdades e tipos de marginalização. Refira-se, como exemplo, os grupos socioeconómicos e culturais que sofrem o 'descarte', no âmbito dos sistemas produtivos globais. Podemos inferir que a metápole, traduz mecanismos poderosos de conexão/desconexão, centralização/periferização, inclusão/ exclusão, sendo marcada por fortes assimetrias internas (Peixoto, 1998; Spósito, 2000).

Os movimentos bruscos da economia global – a sua capacidade para 'acender' e 'desligar' lugares e comunidades –, a alteração das práticas socioculturais – predominando as dinâmicas de individualização sobre os quadros de referência coletivos e o valor de troca urbano sobre o seu valor de uso –, projetam-se, ao nível das transformações urbanas, em dinâmicas de incerteza que corroem progressivamente a *infraestrutura* do planeamento moderno. A estes fatores acresce, também, a aceleração da mobilidade associada às novas tecnologias de comunicação e transporte, bem como os comportamentos mutáveis dos diferentes agentes – sociais, económicos, institucionais – na multiplicidade das suas escalas

de atuação. Hierárquico, na decisão centralizada e no conhecimento técnico, por vezes ambíguo – no carácter estruturante do investimento público, na apropriação do solo e no controlo da iniciativa privada –, o *'planeamento moderno'* submerge, rígido e obsoleto, face à imprevisibilidade das dinâmicas socioeconómicas e a aos processos de transformação territorial que as acompanham –. Como refere Portas (2012, p.75-76):

"a legitimidade do sistema (no que respeita à primazia do plano) era a de assegurar a racionalidade intersetorial do aparelho assistencial e produtivo do próprio Estado. Passados esses anos 'gloriosos', o sistema deixaria, pouco a pouco, de procurar as sinergias esperadas de previsão e coerência das diferentes intervenções públicas (...) para passar à regulação, passiva dos protagonistas privados, intervenientes das transformações territoriais (...).Se na primeira fase, da modernidade, era insustentável pelo excesso de intervencionismo estatal, a que veio depois, a contrária (a de deixar fazer), seria desastrosa para os interesses coletivos. Mas ainda dura: uma espécie de 'se não podes vencer junta-te a eles' em que as novas palavras de ordem são, por exemplo, cooperação e concorrência; participação e equidade; viabilidade e sustentabilidade"

A análise crítica do modelo de urbanismo canónico moderno – cujo início antecede a difusão de um modelo de urbanismo neoliberal –, incide, num primeiro momento, sobre o seu carácter instrumental e coercivo. Em '*Life and death of the great American cities'*, Jacobs (1961) tece uma crítica demolidora aos procedimentos do planeamento urbano moderno e à intervenção do Estado no domínio do urbanismo. Na introdução afirma: "*Este livro é um ataque ao atual planeamento e reconstrução da cidade (...) aos princípios e objetivos subjacentes ao planeamento moderno ortodoxo*" (Jacobs, 1961, p.3). O ponto de partida da sua reflexão remete para as operações de renovação urbana e realojamento, decorridos nos Estados Unidos na década de 1950. Jacobs denuncia a fraca qualidade e a monotonia dos novos bairros de realojamento, onde o eclipse da escala da rua frustrava a vida social, incrementando, até, os níveis de insegurança. Este processo conduziria, no limite, a piores condições de vida do que as existentes nas 'favelas' que tais operações pretendiam remover. O Estado é interpretado como agente promotor de novos 'guetos' urbanos ou de processos de '*unslumming' and 'slumming'*. Além do mais, as operações de demolição geravam *vítimas locais*, expropriavam e expulsavam pessoas, induziam a falência dos pequenos negócios, destruíam a intimidade da fina rede de relações sociais existentes.

A escala da rua é assim entendida como um observatório de excelência das características urbanas, suscetível de conferir vitalidade social e económica à cidade. Jacobs (1961) define a pequena escala, o espaço público, os usos mistos comerciais e domésticos, a *diversidade na concentração*, como um conjunto de ingredientes que permitem enriquecer a coreografia de intimidades e relações quotidianas, evitando o declínio da cidade e promovendo a sua contínua renovação. Posiciona-se, desse modo, contra os modelos

urbanos preconizados por Ebenezer Howard ou Le Corbusier. O zonamento mecânico e simplificador, a (des)densificação, o predomínio do carro e das infraestruturas viárias no desenho urbano, constituem, segundo Jacobs, uma miopia dos seus proponentes, face à realidade que emana da própria cidade. Ao observá-la do exterior – enquanto um problema por resolver, ou uma imagem das disfunções sociais e dos desequilíbrios territoriais (altas concentrações urbanas e declínio dos núcleos rurais) –,os responsáveis pelo planeamento esqueceram-se de olhar para dentro, para aquilo que a cidade tem de mais precioso – o seu corpo social.

"Como em todas as utopias, o direito a ter planos com alguma significância pertencem apenas aos responsáveis pelo planeamento" (Jacobs, 1961, p. 17)

A '*cidade enquanto máquina de habitar*', marcada pela monotonia e pela uniformização dos modos de vida, é confrontada com a cidade lentamente consolidada através das vivências e dos laços sociais. Além do mais, os modelos de urbanismo preconizados tornaram-se, frequentemente, reféns do poder político e económico, sendo drenados do seu conteúdo inicial ou 'instrumentalizados' para a concretização de objetivos completamente opostos aos que estiveram na sua génese. Como refere Leach (2003), o urbanismo moderno materializava a 'revolução social', mas também a sua *captura* no contexto de um programa político e social redundante, definido pelo Estado (2003). A este propósito, Pensky (2011, pp. 78-79) comenta a descrição de Benjamim (2004) sobre os contrastes observados entre o centro de Nápoles e o centro de Moscovo:

"Nápoles - suja, perigosa, doente, pobre e numa espécie de estase em ruína contínua - permanece exatamente a mesma, evocando o espectro da atemporalidade natural. Precisamente por permanecer no ponto de inflexão da irrecuperável disfunção social e física (...) torna-se um polo extremo da arquitetura da vida social urbana; o outro polo, Moscovo (...), é o anti labirinto, onde a imposição violenta da história voluntária sobre a cidade velha torna cativa a enorme praça pública, esvaziada de vida (...) uma esfera pública sem nada dentro ".

A 'cidade-jardim', proposta por Howard (2014) [1902], é um exemplo paradigmático de como as utopias modernas foram frequentemente instrumentalizadas por múltiplos interesses. São exemplo, na Inglaterra do 'Pós-Guerra', as 'New Towns' construídas para os trabalhadores, mas muito distantes dos objetivos de progresso social e económico que teriam estado na sua origem. Em Nova Delhi, o mesmo modelo foi reduzido à sua componente formal, transformando-se, inclusive, num símbolo da supremacia colonial inglesa, bem como na expressão dos desígnios de estabilização Britânicos. (Santos & Ferreiro, 2018)

Em '*O direito à cidade*', Lefebvre [1968] (2012) visa diretamente essa esfera de interesses e o facto de refletirem uma estratégia de poder, cujo cerne consiste na racionalidade organizadora que define as democracias modernas do pós-guerra. As iniciativas económicas, as ideologias do Estado – impulsionadas pelos seus instrumentos de decisão e planeamento –, o próprio conhecimento técnico (replicando uma análise fragmentária), acabam por incidir sobre a sociedade urbana, submetendo o cidadão comum a formas de organização sociais e económicas, no fundo seminais na desigualdade e na fragmentação. Para o autor, a crise global do urbano – e, por conseguinte, da sociedade urbana –, espelha, também, características diversas, consoante os contextos políticos e socioeconómicos. No sul, as dificuldades de intervenção do Estado realçam as clivagens urbanas entre as elites e as populações condenadas a habitar nas 'favelas'; no Norte, evidencia-se a transformação dos centros históricos em objetos de consumo, em antinomia com a difusão de periferias, onde predominam os centros comerciais e as grandes infraestruturas viárias. O cidadão transformado em *produtor, consumidor de produtos e consumidor de espaço* encerra, na sua análise, uma trilogia de exploração – o âmago do problema político que se coloca às sociedades, exigindo o expediente da racionalidade dialética e reflexiva, o recurso ao questionamento: Quem, como e porquê, estabelece as normas deste racionalismo e de que modo interfere no processo das transformações urbanas?

Esta submissão do cidadão à lógica comercial resulta, segundo Lefebvre, de uma *estratégia global* ou um *urbanismo total* que se reflete na criação de centralidades específicas. Por um lado, o urbanismo dos centros de decisão, onde se concentram informações, operações de administração e gestão; por outro, o urbanismo como valor de troca, orientado para as vantagens de mercado, que avalia os centros históricos como lugares de consumo ou empreende a comercialização da habitação, enfatizando o estilo de vida associado aos novos desenvolvimentos suburbanos. Afirmar o *direito à cidade* significa, para o autor, afirmar o valor de uso da cidade, contrapondo-o ao valor de troca – situação apenas viável, mediante a mobilização dos diferentes grupos sociais que compõem o urbano –, tendo por fim a inversão das lógicas socioeconómicas e políticas anteriores. O objetivo seria construir novas centralidades de decisão que se opusessem às que decorrem da estrutura económica e das políticas convencionais. O espaço urbano deixa de ser um objeto inerte para se tornar num local de encontro e revolução, uma nova *Ágora* catalisadora da *renovação da vida e da política urbana.* A '*cidade enquanto obra'*, que Lefebvre resgata à antiguidade clássica, é o lugar onde realismo e utopia, arte e ciência, jogo e experiência se contrapõem progressivamente à *'cidade-produto'* que caracteriza a produção contemporânea*. O direito à cidade* é assim, antes de mais, o direito a uma vida mais democrática, mais inclusiva e estimulante, em que a apropriação do tempo e do espaço constitui uma estratégia que liberta a humanidade dos meta-constrangimentos do consumo hierárquico e organizado – uma ponte para o futuro onde

pretende recuperar o espaço fendido de uma cosmologia universal – (Lefebvre, 2012).

O declínio do planeamento moderno não deu, contudo, origem à cidade de apropriação coletiva e de direitos ampliados – onde se privilegia o valor de uso sobre o valor de troca – como imaginara Henry Lefebvre. Pelo contrário, Bourdin (2011) destaca o neoliberalismo como quadro de referência do modelo de urbanismo que vigorou a partir da década de 1980. Os mecanismos de mercado e as dinâmicas de competitividade – envolvendo modelos de gestão híbridos (público-privados) –, múltiplos atores e escalas de atuação, marcam, assim parece, as práticas de transformação urbana das últimas décadas. A porosidade urbana ao investimento (imobiliário, empresas, polos de inovação e consumo, turismo etc.), os aspetos relacionados com a *imagem,* o *marketing territorial* ou os *rankings urbanos*, são traços distintivos do urbanismo neoliberal. Este foca-se no desenvolvimento de grandes projetos emblemáticos (frentes de água, museus, praças etc.) e na realização de grandes eventos globais (jogos internacionais, cimeiras tecnológicas etc.), privilegiando as zonas históricas das grandes metrópoles, numa estratégia que visa a projeção das cidades a nível internacional. O mercado do segmento de luxo global, *a classe criativa* (designers, arquitetos, investigadores, informáticos etc.) tal como definida por Florida (2002), bem como as camadas médias diplomadas, constituem o consumidor final deste urbanismo. Falamos assim em processos de *gentrificação transnacionais* comandados a nível político, que diferem, pela sua amplitude e características (articulação com o setor turístico, financeiro e imobiliário) do fenómeno discreto identificado por Glass (1964) a propósito da transformação dos bairros operários em Londres (Sequera & Nofre, 2020)

Subentende-se, na análise de Bourdin (2011), a inevitável corrosão do modelo de planeamento moderno, técnico e hierarquizado – face às transformações urbanas das últimas décadas –, salientando-se: 1) os impactos imprevisíveis de um conjunto de políticas setoriais de estímulo à competitividade, nas dinâmicas territoriais; 2) atuação pouco coordenada/coerente de diversos atores, a múltiplas escalas; 3) as reações de movimentos de cidadãos em torno da defesa dos seus direitos e da sua inclusão nos processos de decisão urbana. A perda de coerência do planeamento centralizado é acompanhada, a seu ver, por uma fragmentação e simplificação dos modos de produção de conhecimento. Estes, cada vez mais mundializados (ex. conferências, redes de especialistas, projetos internacionais), incidem essencialmente na difusão de práticas urbanas de sucesso (ou insucesso) – protótipos de investigação – ou em exercícios de planeamento que secundarizam uma análise crítica sobre as práticas socioeconómicas subjacentes à modelação dos fenómenos urbanos e à problematização das relações causa-efeito que os antecedem. Similarmente, uma colaboração fragmentada entre diversas disciplinas, em torno do que designa por '*conceitos vagos*' (sujeitos a diversos prismas de interpretações disciplinares), é tida como um problema, anulando uma colaboração francamente interdisciplinar e mais alicerçada numa plataforma

de comunicação comum.

A sua perspetiva tem como pano de fundo o pensamento de Habermas (1981) – o poder da racionalidade comunicativa no restabelecimento de uma nova modernidade –; porém, o carácter ambíguo do seu enunciado torna-se particularmente evidente no modelo que apresenta em "*O urbanismo depois da crise*" (2011). Se, por um lado, socorre-se da reflexividade – propondo um urbanismo mediador cuja base de legitimidade flui da partilha de valores comuns –, por outro, identifica algumas virtudes no modelo consentâneo com o neoliberalismo, recorrendo inclusive à gíria económica para referir as principais funções de um novo tipo de urbanismo.

"O urbanismo do pós-crise retomará muitos elementos do urbanismo liberal, mas utilizá-los-á de outra forma e dar-lhes-á outro sentido, porque abandonará as crenças ou convicções que os organizavam" (Bourdin, 2012, p. 19)

"O urbanismo futuro organizará e fará funcionar dispositivos, fundados em orientações estratégicas que deverão assegurar a competitividade redefinida dos sistemas urbanos e a sua coesão social, através de uma oferta urbana flexível" (Bourdin, 2012, p.95)

A proposta de Bourdin pressupõe, em última análise, a irreversibilidade das dinâmicas de mercado, da globalização ou da inovação tecnológica nos processos de modelação urbana. A *produção e organização da oferta urbana*, dos seus níveis e acessibilidades, tornam-se elementos centrais de um urbanismo de gestão e regulação, assente numa geometria variável de decisões coletivas – onde a governança substitui a governação e o controlo rígido dos usos urbanos – outrora estruturantes do modelo de planeamento moderno. Os direitos urbanos são também abordados a partir de uma nova ótica, deixando de cingir-se aos direitos meramente convencionais dos habitantes (habitação, educação, lazer etc.), para passar a abranger outros direitos mais gerais, nomeadamente o *'direito ao acolhimento'* de turistas e imigrantes, bem como o direito *à mobilidade', ao 'ambiente'* ou à '*segurança'* (Bourdin, 2012, pp. 87-92).

Assumindo a condição de desequilíbrio dos sistemas urbanos, criada pela inconstância do mercado e pelo comportamento imprevisível dos agentes económicos, o autor defende ainda a participação ativa do urbanismo no contexto destas dinâmicas, atuando no âmbito de quatro grandes jogos: a) "*o jogo da produção e da captação das riquezas"*; *b) "o jogo da coesão social e da sociabilização"*; *c) "o jogo da organização (*governação, economia, burocracias, sociedade civil etc.)", *d) "o jogo da oferta urbana".* A propósito deste último, realça a importância de atender às procuras deficitárias (ex. habitação para os 'sem abrigo' e pobres; equipamentos; serviços). Em síntese, é possível depreender da sua proposta, o objetivo de conciliar a nível urbano, sucesso económico com os desafios sociais e ambientais, tendo por

fim a obtenção de equilíbrios que, todavia temporários, pudessem compensar as dinâmicas contraditórias de um urbanismo apenas dependente dos agentes de mercado e/ou do espectro de decisões políticas (Bourdin, 2012, pp. 105-115).

Uma perspetiva mais ampla sobre as transformações operadas, no âmbito dos modelos de planeamento a nível Europeu, é desenvolvida por Ferrão (2011) na publicação: *'O ordenamento do território como política pública'*. O autor salienta o impacto conjunto da Globalização e Europeização, bem como de novos paradigmas socioeconómicos e políticos na reforma dos Estados e, por conseguinte, nas culturas de Ordenamento do Território. Este processo pressupõe dinâmicas de *convergência* – envolvendo '*conceitos, instituições, legislação e valores'* – que, sob a égide de uma democracia mais inclusiva, induzem profundas alterações na contratualização do Estado (mais modalidades de externalização público-privada), nos modelos de governação (de 'governo' para um modelo de 'governança', implicando a descentralização de competências, a par da internacionalização do processo de decisão), bem como nas políticas públicas setoriais. Nesta esfera setorial verifica-se, de resto, uma crescente permeabilidade dos quadros legislativos e constitucionais nacionais, com vantagem para as diretivas, recomendações e regulamentos comunitários, assistindo-se, no fundo, à *transnacionalização* das agendas económicas e políticas globais.

Os fatores de convergência anteriormente referidos correspondem, de acordo com João Ferrão, a visões políticas e económicas mais abrangentes e por vezes conflituantes, com impacto nas dinâmicas de transformação territorial e nos sistemas nacionais de Ordenamento do Território. O autor refere, por um lado, a visão neoliberal ou individualista (estratégico-competitiva) que considera o planeamento moderno um instrumento coercivo e atentatório das liberdades individuais. À sua rigidez, opõe a necessidade da flexibilização (des)reguladora e liberalizante, em prol da competitividade, do interesse privado e do mercado, visando a satisfação do cidadão, tido como cliente. A outra visão corresponde à proposta neomoderna (estratégico-colaborativa), que assume o pluralismo da sociedade contemporânea, os seus riscos e incertezas (ambientais, sociais, económicos), procurando a renovação dos valores coletivos com base numa democracia mais participativa e deliberativa. Nessa via, o interesse público e a legitimidade política devem constituir-se mediante consensos estratégicos (públicos, privados, associativos), em torno de um futuro coletivamente partilhado e construído. A aderência a estes modelos de planeamento – por influência do *'efeito Mundo'* e do *'efeito Europa'* – realiza-se, segundo o mesmo autor, de forma assimétrica e parcial, emergindo enquadramentos que escapam às tipologias ou visões ideais acima descritas, por via dos ajustes que ocorrem em função dos diferentes contextos políticos e culturais. Este cenário reflete-se na frequente justaposição/combinação/hibridação dos diversos paradigmas ou subsistemas de 'cultura de planeamento' (moderno, neoliberal e neomoderno,) – ''*no mesmo sistema de ordenamento territorial*, *entre discursos e práticas,*

entre processos e conteúdos, entre as escalas nacional, regional e local, entre valores da comunidade técnico-científica e soluções institucionais e legislativas" –, cujas características, não raro discordantes, se encontram sintetizadas na Tab. 1 (Ferrão, 2011, p.83).

SUBSISTEMAS DE CULTURA COM INTERFERÊNCIA NAS POLÍTICAS DE O. T.	PARADIGMAS / TIPOS IDEAIS		
	MODERNO (racionalidade tecnocrática, «Estado de Direito»)	**NEOLIBERAL** (desregulamentação, privatização)	**NEOMODERNO** (governança, democracia deliberativa, plan. colaborativo)
Cultura Administrativo-organizacional	*Visão burocrática*	*Visão empresarial*	*Visão colaborativa*
Processos de decisão	Sectorialização, planeamento e programação racionais, processos hierárquicos, rotinas burocráticas.	Pragmatismo eficácia administrativa.	Decisões colaborativas, cooperação e coordenação interorganizacional.
Orientação	Racionalidade instrumental, soluções estandardizadas.	Satisfação de cidadões e empresas como «clientes».	Capacitação institucional, *empowerment* de cidadão e comunidades.
Prestação de contas	Cumprimento de regras formais, mas vulnerabilidade à informalização.	Prestação de contas por parte da Administração.	Monitorização e avaliação como fonte de mobilização, aprendizagem e inovação social.
Finalidade	Regulação do uso do solo.	Visão estratégica a favor da competitividade territorial.	Intervenção integrada e estratégica a favor de uma agenda partilhada de desenvolvimento territorial.
Flexibilização	Rigidez de planos.	Flexibilização casuística.	Flexibilização inclusiva, sensibilidade à diversidade.
Papel dos privados	Intervenção estatal.	Papel facilitador do Estado, centralidade dos actores privados.	Governança de base territorial, planeamento participado e colaborativo.
Exposição à globalização e europeização	Culturas nacionais.	Globalização.	Europeização e globalização.

Tab. 1 Paradigmas ou modelos-tipo de planeamento (fonte: Ferrão, 2011)

Apesar de reconhecer uma difícil harmonização entre as opções de desenvolvimento/expectativas definidas entre o local e o global, múltiplos condicionamentos justificam, para João Ferrão, uma visão de planeamento neomoderna que permita a articulação de diversos atores (agentes económicos, comunidades, instituições públicas, ONG), e escalas de governação, em torno de um compromisso estratégico baseado em valores partilhados (ex. sustentabilidade, competitividade, coesão social e territorial) e no interesse comum. Entre aqueles condicionamentos, o autor sintetiza: a incerteza criada pela imprevisibilidade locativa das oportunidades económicas; a emergência de novos riscos e desafios (ex. sociais, económicos, ambientais, geoestratégicos) ou a complexidade inerente à multiplicação de escalas de 'governança'. Às características iminentemente estratégicas, inclusivas e prospetivas do planeamento neomoderno, o autor acrescenta a necessidade de se afirmar um verdadeiro *'direito constitucional ao Ordenamento do Território',* ou seja, ao desenvolvimento territorial. Tal iniciativa implicaria a definição de políticas de Ordenamento Territorial, articuladas com as políticas públicas setoriais e, não menos importante, o reforço de uma cultura do território e de planeamento que abrangesse o conjunto da sociedade. Define, por fim, um conjunto de questões de elevada relevância no panorama atual:

"Como garantir uma política de ordenamento do território mais resiliente aos impactos territoriais indesejáveis (hijacking), diretos e colaterais, desencadeados por políticas públicas setoriais com impactos territoriais significativos (transportes, economia, turismo, agricultura, etc.)? (...). Como retirar partido das oportunidades criadas pela crescente interferência do que designamos por 'efeito mundo' e efeito 'Europa' e pela falência (crescente) da conceção moderna de Estado, economia, sociedade e ordenamento do território? (...). Que agentes devem ser mobilizados, e como, para dar resposta adequada às questões anteriores" (Ferrão, 2011, p.132)

Em "*novos princípios do urbanismo"*, Ascher (2012), à semelhança dos autores anteriores, defende a necessidade de evoluir para um sistema de planeamento neomoderno. Como pano de fundo, refere uma terceira revolução moderna (*hipermodernismo ou modernismo avançado*), caracterizada por uma sociedade que se distancia dos desígnios providenciais e hierárquicos associados ao período anterior, tornando-se mais autónoma, reflexiva e diversificada. Aos processos de diferenciação, no plano socio-espacial, faz corresponder uma pluralidade de filiações e interesses (sociais, económicos, ideológicos, culturais) que escapam aos dispositivos de representação/controlo baseados no encaixe vertical dos processos de governação. A flexibilização das escalas de decisão, o reforço dos núcleos de subsidiariedade (mecanismos de consulta permanente a pessoas, agentes económicos e instituições implicadas nos processos de transformação territorial), ou o predomínio do princípio da equidade sobre o da igualdade, são apontados como a solução necessária para reforçar a legitimidade das decisões políticas, no âmbito de um interesse coletivo definido de forma mais deliberativa, participada e processual. Uma resposta às polarizações socioespaciais – que considera inevitáveis e decorrentes das dinâmicas naturais de desenvolvimento – deveria partir, assim, da diversidade e especificidade dos diferentes contextos socio-territoriais.

Numa outra leitura, Portas (2012) salienta que a inevitabilidade de um planeamento urbano mais processual, programático e estratégico decorre, da necessária consideração de alguns fatores: a incerteza associada ao funcionamento dos mercados; a eventualidade de crises económicas; o conflito de interesses emergente entre atores múltiplos; ou a compreensão das dinâmicas complexas, envolvidas nos processos de investimento de capital. O aproveitamento das oportunidades – e não a definição de futuros com base em 'modelos' socioeconómicos pré-definidos – torna-se a peça chave do desenvolvimento urbano. Assim, os instrumentos de planeamento devem converter-se num meio menos normativo e progressivamente mais 'atento' à concretização e viabilização daquelas oportunidades. Este argumento é congruente com uma programação urbanística estratégica, menos impositiva espacialmente (na identificação de localizações, usos, edificabilidades), mais flexível no tempo, e onde as logicas interativas (a informação da parte para o todo) assumem relevância face às lógicas dedutivas. Para Portas, ultrapassam-se deste modo os

atritos nem sempre esperados entre as previsões/oportunidades, compatibilizando melhor a pluralidade de expectativas envolvidas na viabilização de determinadas operações urbanas.

Na sua análise, é destacada ainda a relevância crescente dos grandes projetos urbanos – âncoras das estratégias de competitividade global. Estas intervenções pontuais e criteriosamente localizadas, envolvendo novas modalidades mistas de financiamento (público-privadas), implicando a construção de infraestruturas físicas (ex. projetos de regeneração urbana, aeroportos, equipamentos de excelência etc.) e/ou imateriais (redes de atores diversos, iniciativas de carácter sociocultural, eventos), respondem a um contexto de emagrecimento da capacidade orçamental dos estados. Na realidade, estas operações, deveriam ter por alvo a disseminação/arrastamento das dinâmicas de desenvolvimento ao conjunto da aglomeração urbana, eventualmente do país. Pelo contrário, Portas (2012) destaca a falta de solidariedade territorial, à medida que os grandes projetos urbanos e os recursos mais relevantes (públicos e privados) se vão concentrando sistematicamente nos núcleos centrais da cidade consolidada. Perde-se, desta forma, a possibilidade de disseminar o retorno do investimento em grandes operações urbanas e, bem assim, de atenuar as desigualdades do desenvolvimento metropolitano, as carências existentes (desde infraestruturas básicas a equipamentos de excelência) e as vulnerabilidades daí decorrentes. Entre as razões apontadas para este 'cenário', sintetiza: a incapacidade negocial do poder local, face aos grandes *'lóbis'* políticos e económicos (tendentes a concentrar as intervenções nas mesmas zonas geográficas); a inoperância das estruturas administrativas intermunicipais que poderiam reforçar as estratégias de cooperação e complementaridade, contrariando as dinâmicas concentracionárias.

"A preferência, pela visibilidade da actuação, por grandes projectos (frequentemente necessários à competitividade), terá sempre que ser contrabalançada em termos de estratégia de cidade, pela disseminação de projetos alternativos de ações porventura mais discretas e próximas das carências de qualidade de vida que ainda afetam a maioria (...) é entre a exceção e a regra, a excelência e a utilidade, o centro e a margem, que a intervenção planeada por projetos, deve ser avaliada (...) A legitimação da intensidade do capital investido, sobretudo dos recursos públicos, em poucos e restritos pontos do vasto território-dos-problemas, depende da capacidade em demonstrar a eficácia destes projetos para disseminarem contaminações positivas na cidade alargada, aumentando aí o bem-estar e a aplicação simultânea ou sequencial de outros recursos" (Portas, 2012, pp. 99-100)

De salientar ainda, a sua referência, ao impacto destas grandes operações urbanas nas comunidades locais, exigindo a sua legitima participação no âmbito desse processo, mesmo que esteja em causa um projeto que beneficie toda a cidade, ou a revitalização de uma zona urbana em declínio:

"*Independentemente da discussão de fundo de se saber até onde se deve entender a legitimidade de um envolvimento local se tornar o árbitro, de facto, sobre a viabilidade de uma intervenção que interesse ao resto da cidade, e como tal aprovado pelos órgãos democráticos do governo local, a frequência destas situações justifica a revisão dos processos habituais de programação de intervenções que alterem substancialmente o perfil, a composição social, ou os ambientes tradicionais de uma área urbana – mesmo que em declínio ou degradação*" (Portas, 2012, p.97-98)

A grande incógnita que emerge no estabelecimento de um urbanismo neomoderno, parece decorrer, de um otimismo tácito quanto à possibilidade de articulação entre dinâmicas que, ao longo da história, dificilmente se conciliaram. Refletem essa contradição binómios como competitividade versus coesão social e solidariedade territorial; vitalidade e crescimento económico versus sustentabilidade ambiental, ou ainda os que, de algum modo, espelham o jogo de poder entre as camadas de população mais influentes e as que se encontram em situação de maior privação. Em simultâneo, os direitos urbanos ou a governança participativa parecem ser enquadrados de uma forma menos abrangente do que aquela proclamada por Henry Lefebvre em '*O direito à cidade'* - um expediente para revolucionar o tempo, a vida e a forma urbana, através da sua apropriação coletiva - espelhando uma mediação inevitável perante o *'status quo'*, apesar do reconhecimento dos desequilíbrios e assimetrias deste decorrentes. Na realidade, observamos que a componente neoliberal – e não a neomoderna – parece comandar o urbanismo contemporâneo. Este privilegia o *contentor* ao *conteúdo*, a *estética* face à *ética*, o *valor de troca* em vez do *valor de uso*. Revela, em suma, que considera os meios urbanos como uma mera superfície comercial e concorrencial. Deste modo, agravam-se, as clivagens entre cidade-centro e partes do restante território metropolitano (menos aptas na articulação com as dinâmicas globais), bem como os fenómenos de exclusão social aos quais não se subtrairá uma parte da classe média que vê dificultado o seu acesso à habitação. A uma visão redutora – onde os direitos urbanos não funcionam extensivamente, e onde o sucesso das cidades e das economias nacionais é antevisto na estrita dependência da sua competitividade – não corresponde um novo equilíbrio dinâmico, mas antes a intensificação das desigualdades e vulnerabilidades dos sistemas urbanos, diariamente expostos aos mecanismos de mercado.

As fragilidades do sistema de planeamento em Portugal e o seu confronto com as dinâmicas de restruturação do Estado-Providência

Já foram antes referidas as singularidades do caso português, no que se refere à incipiente concretização do modelo de Estado-Providência, cujas condições apenas ficaram reunidas com o início da democracia, em 1974. Os esforços de consolidação do edifício institucional do planeamento ou de infraestruturação de base (ao nível da mobilidade e saneamento),

constituíram os primeiros passos deste processo. Mas a solidificação das políticas sociais (nomeadamente no domínio da habitação), a expansão das redes de ensino e de saúde, os processos de requalificação urbana ou, até, a disseminação territorial de equipamentos culturais, desportivos ou sociais, surgiriam sobretudo na década de 1990. Este conjunto de iniciativas concretizou-se na sequência da adesão à então CEE, do apoio dos fundos de adesão e dos sucessivos quadros comunitários de apoio. A correção das profundas assimetrias herdadas da ditadura, através das políticas assistencialistas e dos instrumentos de planeamento territorial, ocorreu assim tardiamente e em contraciclo – sendo contrariada pelo reforço da globalização económica e pela dissolução progressiva do Estado de Bem Estar –. O abandono da regulação de mercado, das políticas redistributivas – visando a coesão social e territorial – e das principais funções de produção urbana, abria caminho aos novos fundamentos do Estado Neoliberal. Este cenário, particularmente evidente após a crise financeira 2007/8, determinou a persistência das antigas dinâmicas de polarização territorial e marginalização socioeconómica, bem como a emergência de novas desigualdades socioespaciais surgidas com a austeridade, a redução dos recursos públicos e, não menos importante, aquilo que Domingues (2003) identifica como *dupla deriva institucional* ao nível das escalas de governança:

- A nível vertical, destacam-se restrições orçamentais e assimetrias nas políticas setoriais, espelhando uma hierarquização de investimentos em função de oportunidades económicas fortuitas ou do aproveitamento de fundos comunitários.
- A nível horizontal, destacam-se a falta de coordenação das políticas setoriais, e um processo de descentralização pouco sustentado quer ao nível do necessário robustecimento das escalas intermunicipais e regionais de governação, como no plano financeiro.

A incoerência e arbitrariedade dos processos de decisão, incidindo nas políticas setoriais, nos instrumentos de ordenamento, nas políticas urbanas e nos processos de transformação do território, agravam os problemas de coesão socioeconómica e territorial, com provisões diferenciadas de investimento, equipamentos e serviços a nível geográfico. Esse agravamento surge num contexto em que se acentuam as polarizações sociais no interior das grandes aglomerações urbanas, bem como as divergências de desenvolvimento entre territórios competitivos e territórios mais marginalizados pela globalização económica:

"os âmbitos e as escalas territoriais das estratégias tendentes a estruturar um novo modelo de "Cidade-Providência" revelam-se extremamente complexos, embora a visibilidade dos problemas, das carências ou das disfunções se torne cada vez mais claro à medida que se encurtam os recursos públicos (...) e que, em paralelo, se evidenciam as novas e as velhas marginalidades e tensões sociais

como o desemprego, a pobreza, o envelhecimento da população, a desagregação das solidariedades familiares, a imigração clandestina, a exploração de mão-de-obra infantil, o défice de escolaridade, etc. A estas questões, soma-se a reconfiguração da geografia do povoamento e da urbanização: juntamente com o esvaziamento de vastas áreas do território nacional (...) acelera-se a urbanização em áreas onde a proporção entre o volume populacional (e as assimetrias sociais) e o grau de cobertura das funções sociais públicas se torna cada vez mais desequilibrada" (Domingues, 2003, p.180)

A compreensão do tipo de planeamento urbano emergente implica, assim, a sua leitura num cenário de tensão entre o modelo moderno do Estado Providência e a restruturação do seu papel – ao nível da regulação socioeconómica e urbanística –. Nessa transição, estruturas institucionais e instrumentos são fragilizados, tornando-se mais permeáveis à globalização e ao interesse privado. Este processo produz um híbrido – tal como já tinha sido assinalado por Ferrão (2011) - entre o planeamento moderno, onde predominam lógicas de solidariedade territorial, e o planeamento neoliberal, onde prevalecem lógicas de competitividade. A propósito da incoerência e inoperância deste híbrido, referem Domingues e Fernandes (2016, pp. 10-11):

"existem muitas (...) razões que explicam a ineficácia do planeamento e do urbanismo convencionais, porque demasiado dependente da inércia dos modelos anteriores; porque desmunido de conhecimento e prática face às mudanças permanentes nos sistemas sociotécnicos (...) porque bastante errático na constante introdução de novos desígnios e práticas ditas sustentáveis, ora orientadas para a competitividade urbana e a atração de capital - smart cities, polos de inovação, áreas empresariais e parques tecnológicos, grandes projetos urbanos -, ora repescando os temas fortes do urbanismo do Estado Social - habitação, serviços; ora envolvendo-se na promoção de grandes eventos, projetos e ações de marketing urbano; ora atendendo às modas da cidade histórica, do urbanismo de requalificação e reuso, dos denominados modos suaves de mobilidade, do urbanismo verde e, genericamente, de um sem fim de práticas e modos de legitimação política e geograficamente variáveis"

Ainda no mesmo âmbito, cabe referir o progressivo englobamento dos instrumentos de planeamento e das políticas urbanas no perímetro das lógicas macroeconómicas da globalização e da neoliberalização. Este facto sentencia, não só a incapacidade de tais instrumentos e políticas para contrariarem os processos de polarização territorial e marginalização socioeconómica, como expõe o seu envolvimento no recrudescimento desses problemas. Perdendo a sua função inclusiva, tais mecanismos convertem-se, frequentemente, em veículos de periferização e exclusão (territorial, social, económica, ambiental). Surgem, deste modo, novas vulnerabilidades e invisibilidades que exigem uma ampla reflexão crítica sobre os modelos de urbanismo, as práticas e os conceitos que

estruturaram os processos de decisão e transformação urbana. Como referem Domingues & Fernandes (2016):

"O debate em torno da equidade constitui uma questão de escala global, dos países do Norte aos do Sul, sendo que a atuação no ambiente construído em prol de espaços mais equitativos e do acesso democrático aos recursos urbanos constitui, cada vez mais, um desafio para arquitetos e urbanistas." (Domingues & Fernandes, 2016, p.18).

sendo urgente:

"o reforço de uma prática e de uma consciência alargada, mais atentas às assimetrias da urbanização e ao papel social dos diferentes intervenientes no processo de gestão e transformação do ambiente construído" (Domingues & Fernandes, 2016, p.1).

2.7 Síntese

Ao longo deste capítulo, situaram-se sucintamente as assimetrias do processo de urbanização, bem como as vulnerabilidades daí decorrentes, no fio contínuo da história. Para este efeito, mobilizaram-se contribuições teóricas interdisciplinares que visaram o enquadramento das metamorfoses socio-territoriais no âmbito de dinâmicas mais vastas, incluindo a transformação dos regimes políticos, económicos, sociais, tecnológicos e científicos, bem como a evolução dos modelos de planeamento urbano e territorial. Começou-se por descrever a génese dos sistemas produtivos agrícolas e a sua tradução no surgimento de novas formas de organização social (2.2). Seguidamente abordou-se a cidade clássica, no seu nexo com a consolidação dos sistemas políticos e a sedimentação de novas hierarquias sociais e urbanas. Descreveram-se também os fatores subjacentes ao colapso da civilização grega e romana (2.3). Abordou-se o declínio urbano e o ressurgimento da cidade no período medieval bem como a progressiva individualização do mercado, na sua relação com a recomposição dos sistemas socioeconómicos e políticos. Salientou-se adicionalmente a emergência do Estado-Nação, na confluência dos conflitos latentes estabelecidos entre a esfera dos interesses públicos e privados, bem como da crescente competitividade fundada no âmbito de um regime económico mercantilista. Neste âmbito procedeu-se a uma revisão das primeiras reflexões teóricas que incidiram sobre a defesa do mercado livre autorregulado, bem como sobre os fenómenos de desigualdade e a escassez, na sua articulação com o funcionamento dos sistemas económicos (2.4). As clivagens sociais e urbanas da metrópole, as assimetrias urbano-rural, bem como as vulnerabilidades daí decorrentes, foram também ilustradas e encadeadas no âmbito do despontar da revolução industrial e da progressiva

consagração do liberalismo a nível internacional. Revisitaram-se, a este propósito, as utopias, bem como as correntes políticas e as propostas de modelos urbanos, que num contexto do aumento das desigualdades socioeconómicas e espaciais, afirmaram outras opções de desenvolvimento e de progresso social. Destacou-se ainda o surgimento do Estado-Social e a consolidação do planeamento moderno no período do Pós-guerra, a sua importância na mitigação dos problemas urbanos e na atenuação das assimetrias na sociedade e no território (2.5). Por fim descreveram-se as consequências do predomínio de uma política económica neoliberal, da financeirização e da globalização na sua relação com a emergência da metápole e de novas formas de urbanização de escala planetária, marcadas por elevados graus de diferenciação funcional e socioeconómica. Neste âmbito realizou-se uma revisão aprofundada de um conjunto de autores que se debruçaram sobre a severidade, complexidade e granularidade das assimetrias socioespaciais observadas na atualidade, bem como das consequências nestas implicadas. Procedeu-se também a uma revisão crítica do modelo de desenvolvimento e de conceitos teóricos, cuja influência é decisiva no âmbito das agendas políticas, científicas, bem como dos modelos de planeamento atuais (2.6).

A condição profundamente desigual da urbanização contemporânea, associada às múltiplas fragilidades resultantes deste processo, confere uma prioridade incontornável à necessária equidade, quer no plano da investigação científica, quer no desenvolvimento urbano/territorial, quer ao nível do acesso e preservação relativos a recursos cada vez mais escassos (Domingues e Fernandes, 2016). A proliferação de profundas clivagens territoriais, espelham, assim cremos, interações entre as amplas restruturações que acompanham o processo de globalização e neoliberalização, num cenário de contextos culturais/regimes políticos específicos. Assim, novos desafios socioespaciais exigem, também, novos enquadramentos epistemológicos/metodológicos suscetíveis de avaliar o grau e o conjunto de consequências implicadas num território cada vez mais contrastante e vulnerável. Impõem, igualmente, um escrutínio próximo sobre as práticas e atores envolvidos nos processos de transformação urbana, complementado por uma análise das bases contraditórias em que se funda o planeamento emergente. A análise do nexo existente entre o extremar das dinâmicas de polarização urbana, os processos de periferização/invisibilização dos lugares e das comunidades por via das políticas e dos instrumentos de planeamento, bem como o incremento das vulnerabilidades urbanas (sociais, económicas, ambientais etc.), constituem a hipótese central desta investigação. No próximo capítulo (III), apresenta-se o enquadramento metodológico que visou testar a validade desta hipótese no contexto da Área Metropolitana de Lisboa. Para isso foram mobilizados métodos mistos (qualitativos e quantitativos) e consideradas um conjunto de tipologias de fenómenos, considerados representativos, das suas fortes assimetrias internas.

CAPÍTULO III

A produção de conhecimento no âmbito de territórios cada vez mais contrastantes e vulneráveis. Alicerce de uma proposta metodológica

3.1 Introdução

Ao longo do capítulo anterior foi possível observar que aos ciclos de autonomização e expansão dos mercados face aos sistemas políticos, socioeconómicos e ecológicos, sucedem-se as dinâmicas de diferenciação, esgotamento e até de conflito, que acompanham as lógicas de competitividade, especialização, e acumulação económica. Em síntese, as vantagens competitivas e a riqueza parecem concentrar-se em lugares e segmentos da população cada vez mais limitados, enquanto desvantagens competitivas e riscos se vão disseminando pela sociedade, pela economia e pelo espaço. A restruturação e rarefação do Estado Social que acompanhou estas mudanças macroestruturais dificultou a concretização de direitos fundamentais, como o *direito a um território* mais coeso e inclusivo (previsto na Constituição da República Portuguesa, revisão de 1997, art. 7.º, 9.º, 66.º). Ao contrário da equalização e emancipação prometida, parecem extremar-se as assimetrias no plano socioeconómico e territorial e agravar-se no plano ambiental as dinâmicas de insustentabilidade. Como refere Almeida (2019, p. 933) a propósito de Carmo (2016) e Piketty (2014):

"Numa época de globalização, os rendimentos e a riqueza são motores poderosos que alargam as distâncias entre os países e entre os indivíduos e grupos sociais dentro de uma mesma sociedade (...) o mesmo se aplica aos territórios"

A saliência dos fenómenos de desenvolvimento geográfico desigual, a complexa e diversificada teia de expulsões (socioeconómicas, ecológicas e institucionais), a ampliação das clivagens entre as geografias do sucesso e do (in)sucesso e entre camadas da sociedade, determinam novos regimes de vulnerabilidade e invisibilidade e, com estes, uma importância renovada da temática das desigualdades no âmbito dos estudos urbanos, do debate científico, e das agendas políticas internacionais implicadas nos objetivos de desenvolvimento humano e da sustentabilidade (Cutter *et al.,* 2000; Pacione, 2004; Ocupo, 2005; Green, 2012; Hoekveld, 2014; Schnell *et al.,* 2015; Oxfam, 2016; Alvaredo, 2018; E.U, 2018; OECD, 2015;

OECD, 2018; Sommers & Mehretu, 2019; Mauritti *et al*., 2019; Nijman & Wei, 2020; UN, 2020).

A necessidade de produzir conhecimento sobre aos processos de diferenciação em curso, tanto no que concerne aos territórios, atores (públicos, privados, coletivos) e mecanismos que lhes estão subjacentes, como naquilo que constituem as suas consequências (sociais, económicas, ambientais e institucionais), implicam, para além da sua delimitação conceptual, uma delimitação geográfica, e uma aproximação aos lugares e comunidades afetados por estas dinâmicas. Estas, caracterizadas pela velocidade, multiplicidade e permeabilidade, tornam-se contudo, cada vez mais difíceis de detetar a nível geográfico, através dos 'contentores' conceptuais convencionais, uma vez que estes suscitam uma leitura simplificada e homogénea de espaços que são hoje profundamente diferenciados e heterogéneos. Mais do que uma categorização de territórios (ex. desenvolvidos/subdesenvolvidos, históricos, suburbanos, periurbanos, industriais ou rurais) importa identificar a tipologia de processos de diferenciação a que estão sujeitos, no âmbito das dinâmicas de centralização e periferização em curso a nível global. Também conceitos genéricos como a sustentabilidade, resiliência ou inteligência urbana – que enquadram a agenda científica e a tomada de decisão – limitam pelas contradições intrínsecas que os fundamentam, uma apreciação mais aprofundada sobre as causas estruturais que contribuem para um território mais desigual e disfuncional (do ponto de vista social, ambiental e económico) e, por isso, menos preparado para fazer face aos desafios que enfrenta. Finalmente, o próprio edifício legislativo, as políticas e instrumentos territoriais exigem um escrutínio critico, uma vez que frequentemente são ultrapassados pela realidade das transformações ou tornam-se, eles próprios, elementos ativos no incremento das assimetrias socioeconómicas e espaciais.

Eleger o extremar das assimetrias do processo de urbanização na contemporaneidade e respetivas consequências, enquanto objeto de investigação, implica por este motivo, a exploração de novos enquadramentos metodológicos. Neste âmbito, Harding & Blokland (2014) propõem uma 'nova agenda para a investigação urbana', centrada na adoção de métodos de análise comparativos, capazes de inferir contrastes entre territórios. Neste âmbito realçam: i) a escolha da unidade de análise (com uma escala adequada capaz de abranger estas assimetrias); ii) o desenvolvimento de metodologias de comparação (que permitam avaliar a fragmentação dos territórios); iii) a adoção de abordagens que incluam a mobilização de conhecimento interdisciplinar e a aplicação de métodos mistos (de forma a captar a complexidade dos processos territoriais). Preconizam, simultaneamente, uma 'teoria urbana global', onde os critérios dicotómicos são substituídos por novos critérios, capazes de identificar a concomitância das dinâmicas e desafios urbanos internacionais e as suas diferentes traduções a nível local. Este último aspeto assume uma relevância particular no sentido em que as metodologias e conhecimento podem ser mobilizados e transpostos no estudo de realidades diversas, permitindo uma análise transversal e profunda sobre os

processos urbanos.

O capítulo II compreendeu uma revisitação histórica, com o objetivo de estabelecer nexos de causalidade entre as assimetrias do processo de urbanização e as suas consequências; o capítulo III, apresenta uma proposta metodológica para o estudo destes fenómenos na contemporaneidade, elegendo como território de estudo a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Em particular procura-se evidenciar, como ilustrado no diagrama abaixo (Fig. 26), as relações estabelecidas entre o conjunto de transformações decorridas na transição do século XX para o século XXI, o aprofundamento das desigualdades intrametropolitanas e o agravamento dos fenómenos de vulnerabilidade e invisibilidade social, económica, ambiental ou institucional nestes territórios. Procura-se ainda, diagnosticar se estes contextos corresponderam ou não a um processo de periferização efetivado pelos próprios instrumentos de planeamento e políticas públicas.

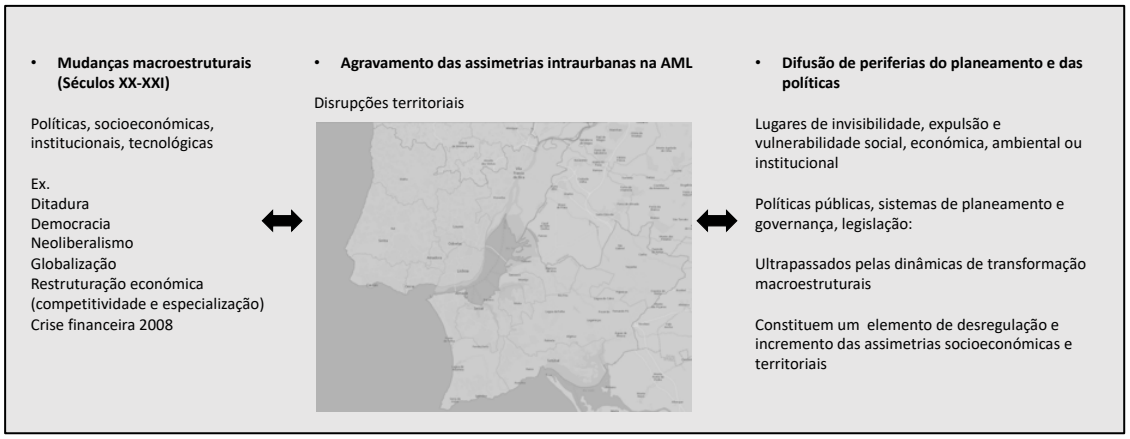


Fig. 26 – Diagrama síntese da investigação

Tendo em vista este objetivo, desenvolveu-se uma proposta metodológica que se encontra estruturada da seguinte forma:

- Justificação da escolha da AML enquanto caso de estudo e escala adequados à investigação sobre as assimetrias urbanas (3.2)

- Identificação e caracterização, suportada por revisão bibliográfica, de uma tipologia de fenómenos suscetíveis de exprimir a diversidade das dinâmicas de diferenciação e fragmentação que marcam o território metropolitano (3.3)

- Mobilização de métodos de análise quantitativos. Seleção, recolha e construção de um conjunto indicadores (demográficos, socioeconómicos, ocupação do solo) e de um método de análise estatística e georreferenciação com o objetivo de mapear as freguesias da AML mais fortemente polarizadas, tendo em conta as tipologias de fenómenos selecionadas (3.4)

- Mobilização de métodos de análise qualitativos. Elegeram-se um conjunto de freguesias (as mais polarizadas no âmbito dos fenómenos-tipo analisados), onde se procedeu à

realização de entrevistas ao poder local. Simultaneamente, foi recolhida informação de fontes variadas (planos, legislação, políticas, comunicação social). Esta fase permitiu a triangulação de resultados obtidos com o objetivo de proceder à sua discussão, tendo em conta os seguintes objetivos: validação do mapeamento efetuado; descrição dos desafios, vulnerabilidades e invisibilidades implicados nos territórios mais fortemente polarizados; identificação dos mecanismos, processos e atores responsáveis pela (re)produção das assimetrias e vulnerabilidades territoriais observadas (3.5)

Os tópicos seguintes (3.2 e 3.3), constituem elementos-chave a nível metodológico, compreendendo uma preâmbulo teórico e conceptual que justifica a pertinência do caso de estudo elegido e informa a construção e mobilização de métodos visando: i) o mapeamento dos territórios mais fortemente polarizados a nível metropolitano, tendo em conta as assimetrias analisadas (3.4), ii) a identificação dos riscos, vulnerabilidades e dinâmicas de marginalização implicados nas diferentes tipologias de polarização urbana, e o diagnóstico sobre os fatores socioeconómicos, políticos e legislativos que lhes estão subjacentes (3.5).

3.2 A AML enquanto território fragmentado e assimétrico

As regiões metropolitanas são importantes pontos de contacto, das economias nacionais com a economia global. Por este motivo são, igualmente, observatórios privilegiados das crescentes polarizações que se estabelecem a nível intraurbano – das quais se ocupará esta tese, mas também daquelas que se desenham a nível nacional e internacional.

A AML constitui, no seu longo estuário de grande urbe em crescimento, o âmbito deste estudo. Compreendendo uma vasta superfície a norte e a sul do Tejo, engloba 18 municípios das regiões da 'Grande Lisboa' e da 'Península de Setúbal (Fig. 27). Parte significativa dos seus habitantes cruza diariamente os seus limites, com destinos diversos que vão do emprego à educação, ou da cultura aos eventos internacionais. No quotidiano, os territórios que a compõem refletem uma dinâmica própria, já distante da letargia e de relações de dependência que anteriormente os separava do grande centro. A crescente relevância política, económica e social, transformou a capital, todo o seu entorno, num grande polo ibérico e europeu, cuja realidade não chegaremos a conhecer sem uma clara integração multidisciplinar e científica. Tal relevância terá impulsionado um empenho significativo ao nível dos instrumentos de planeamento, compreendendo o diagnóstico, o 'enquadramento' político-legal e a definição de um vasto conjunto de vertentes e objetivos estratégicos. É nesse sentido que importa referir a existência de um acervo de reflexão crítica muito amplo, não só em bibliografia dedicada a este território, mas também em produção de documentos com evidente conteúdo estratégico, de que é exemplo o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de

Lisboa (PROT-AML), o Plano de Ação Regional Lisboa 2014-2020 ou a Estratégia Regional de Lisboa 2030 (CCDR-LVT, 2002; CCDR-LVT, 2014; CCDR-LVT & AML, 2020).

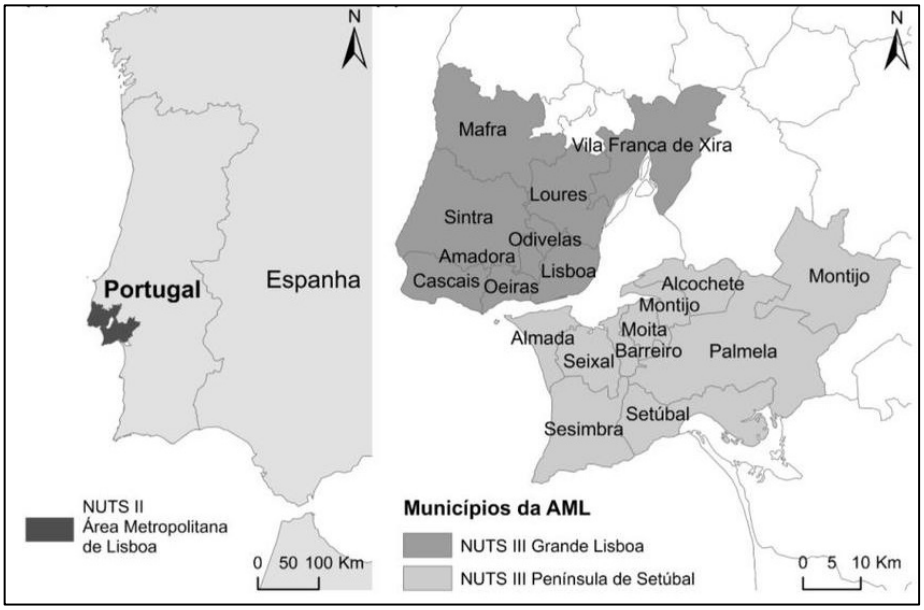


Fig. 27 – Localização e distribuição de concelhos na AML (fonte: Louro & Costa, 2017)

Representando cerca de 36% do PIB (Produto Interno Bruto) e do VAB (Valor Acrescentado Bruto) nacionais, a AML é responsável por cerca de 30% das exportações e metade das importações do país. Numa área equivalente a 3,3% do território Português, concentra 27,75% da população residente nacional e 46,15% da população estrangeira. No total, 2.870.770 residentes, dos quais 256.275 estrangeiros. Constitui, assim, para além de um centro populacional relevante, um importante polo de serviços económicos e financeiros (que atinge 70% em algumas atividades de apoio às empresas), concentrando grande parte do investimento em Investigação e Desenvolvimento (1,6% do PIB) e sendo, nitidamente, uma das regiões nacionais mais internacionalizada do ponto de vista da sua ligação com os mercados globais. Esta região engloba, ainda, recursos ambientais, agrícolas e florestais de elevado valor (Ferreiro *et al*., 2016; INE, 2020; INE, 2021).

Os objetivos expressos em documentos estratégicos, como o Plano de Ação Regional Lisboa 2014-2020, afirmam o caminho da internacionalização, alinhando-se com a Estratégia Europa 2020: (o) crescimento 'inteligente' (economia baseada no conhecimento e inovação), 'sustentável' (economia baseada na utilização eficiente de recursos e na competitividade) e 'inclusivo' (economia com níveis elevados de emprego capaz de assegurar a coesão territorial) (CCDRLVT, 2014). Todavia, o mesmo território que concentra uma parte da produção de riqueza do país – pretendendo crescer de forma 'sustentável', 'inteligente' e 'inclusiva' –, revela processos de diferenciação intraurbana e exclusão social severos. Os

padrões migratórios, as diversas transformações sociais, económicas, políticas, tecnológicas, e culturais experimentadas a nível nacional e internacional, geraram uma evolução urbana assimétrica. Até à década de 1990, a ausência de instrumentos de ordenamento territorial eficazes, bem como a sua lenta evolução perante a realidade das transformações que se foram sucedendo, refletiu-se numa metrópole que cresceu, não raro, de forma desigual e espontânea. Neste âmbito destacam-se diversas realidades: (1) processos de desertificação do centro urbano a que se sucederam processos de especulação imobiliária e pressão turística; (2) dinâmicas de expansão urbana, implicando desafios ao nível do comprometimento de solos e ecossistemas, dos consumos de energia bem como défices de provisão pública (ex. infraestruturas, serviços ou espaço público); (3) bolsas de pobreza ou privação – correspondentes a bairros sociais ou áreas urbanas de génese ilegal onde se observam constrangimentos da população no acesso ao emprego, à educação, ou ao comércio; (4) fenómenos de declínio em territórios desindustrializados ou em territórios metropolitanos iminentemente rurais determinados por dinâmicas de restruturação económica/obsolescência funcional (Pereira, 2004; Glaeser *et al*., 2008).

A proposta técnica final do PROT-AML explicita também as fortes desigualdades intraurbanas que afetam o território metropolitano: (a) tendência para o aumento dos níveis de fragmentação socio-urbanística e agravamento das polarizações metropolitanas; (b) representação forte de áreas desindustrializadas; (c) problemas de pobreza e exclusão, associados à desarticulação e desadequação das políticas sócio urbanísticas, potenciando os riscos de conflito social; (d) fortes assimetrias demográficas internas, níveis de desemprego crescentes e difícil retenção da mão de obra qualificada; (e) degradação, desvalorização e abandono das zonas rurais, verificando-se o aumento da suscetibilidade dos solos com aptidão agroflorestal, às dinâmicas da urbanização; (f) aumento descontrolado da atividade turística; (g) problemas de governança, tanto ao nível do reforço da escala metropolitana como no plano da participação dos atores sociais e económicos (CCDRLVT, 2010, pp. 20-22)

A importância estratégia da AML no futuro, o facto de constituir um *espelho* das assimetrias desenhadas a nível nacional e internacional, bem como a familiaridade geográfica e científica do autor relativamente a este território, determinaram a sua escolha enquanto objeto de estudo. Recorde-se, contudo, que o mesmo tipo de hipótese e enquadramento metodológico poderia ser aplicado, com o devido ajustamento, a outras geografias e realidades.

3.3 Tipologias de fenómenos de diferenciação metropolitana e a sua contextualização na AML

Um conjunto de fatores, concorreram, segundo Reis (2020), para um país crescentemente polarizado e, nessa medida, para o incremento de vulnerabilidades de várias ordens - no âmbito da criação de bem-estar, da coesão sócio territorial, da capacidade produtiva e, também, do ambiente ou da própria legitimidade institucional:

a) A progressiva financeirização e mercantilização da economia e da sociedade em conjunto com os atrasos socioeconómicos do país (capital social e produtivo) dificultaram a sua inserção no âmbito de uma economia cada vez mais aberta e global, determinando uma maior exposição a dinâmicas de competição internacional manifestamente desiguais perante capacidades produtivas e de consumo diferenciadas. Este contexto determinou a opção por modelos de "rentabilização fácil" (ex. imobiliário, turismo ou serviços low cost) – mas também mais frágeis, e, simultaneamente a concentração espacial da população na AML, aprofundando assim as assimetrias nacionais e intraurbanas.

b) A condição periférica do país no âmbito da arquitetura de poder institucional a nível Europeu e Global, assim como uma conjuntura marcada pelo predomínio de uma agenda de política económica neoliberal, limitaram a capacidade deliberativa do Estado no plano das políticas públicas a nível orçamental, monetário, social, económico e territorial, debilitando assim a correção das suas fragilidades estruturais.

c) O programa de Assistência Económica e Financeira (2011-2014) – corolário do desequilíbrio da balança comercial e, também, do endividamento relacionado com o panorama acima apresentado –, agravou as trajetórias de desmantelamento da capacidade produtiva, de desvalorização interna e de diferenciação no plano laboral, contribuindo decididamente para o aumento das desigualdades internas. Os modelos de organização institucional e os instrumentos de política formulados –, passaram a constituir, em si mesmo, fatores de vulnerabilidade acrescida para o país, o território e as suas populações.

A elevada saliência das assimetrias no país, as correspondentes vulnerabilidades no plano social, económico, territorial e institucional e a sua tradução territorial –, conferem uma urgência à localização e compreensão das suas dinâmicas e contextos, de forma a tornar mais robustos e eficazes os instrumentos de ordenamento territorial e as políticas públicas que visam a sua correção. Tendo em conta o território da Área Metropolitana de Lisboa e

correspondentes problemas de polarização e coesão urbana elegeram-se cinco tipologias de fenómenos que nos parecem centrais no contexto desta temática: (1) desindustrialização ou declínio urbano, (2) expansão metropolitana intensiva, (3) gentrificação, (4) declínio rural metropolitano; (5) privação ou urbanização da pobreza. A penúltima tipologia identificada parte do pressuposto que embora não se verifiquem dinâmicas regressivas do mesmo tipo e grau de intensidade como as observadas no interior do país – não significa que estejam totalmente ausentes e que não mereçam por esse motivo ser abordadas do ponto de vista analítico, dentro de uma categoria semelhante. Realizamos, seguidamente, uma caracterização sucinta das tipologias de fenómenos referidos, enquadrando-os a várias escalas - nos contextos global, nacional e, mais especificamente, da região de Lisboa –, tendo por objetivo sustentar a metodologia de mapeamento que será descrita posteriormente (2.4).

3.3.1 Desindustrialização ou declínio urbano

Os processos de desindustrialização ou declínio urbano não são específicos do contexto Português. A maioria dos países Europeus e os Estados Unidos sofreram também estas dinâmicas a partir da década de 1960. No cerne da mudança estão recomposições políticas e económicas, determinadas pela globalização e financeirização, nomeadamente a ascensão industrial e tecnológica de países asiáticos como a China ou ainda a reorganização do setor terciário e dos fluxos de capital a nível global. As dinâmicas acima referidas traduziram-se numa geografia transnacional de desindustrialização ou de declínio urbano, cujos impactos socioeconómicos e espaciais são particularmente relevantes nos territórios que sofreram uma desindustrialização precoce (Ayik & Avcı, 2021). Entre estes destacam-se: (1) declínio do setor secundário e aumento das taxas de desemprego; (2) Perda populacional e envelhecimento demográfico; (3) degradação, abandono e desvalorização do parque imobiliário; (4) desqualificação do espaço público; (5) impactos na economia local de proximidade; (6) presença de zonas industriais abandonadas e com passivos ambientais; (6) deslaçamento do capital social e das redes comunitárias; (7) restrições nos níveis de provisão de serviços, manutenção de equipamentos e infraestruturas por quebra da base fiscal; (8) baixa atratividade em termos de novos residentes ou de intenções de investimento. Estes processos reforçam-se mutuamente, acentuando ainda mais as trajetórias de periferização territorial e determinando, no limite, situações de pobreza, depressão e violência (Russo & Linkon, 2009; Fol & Cunningham-Sabot, 2010; Hartley, 2013; Wiechmann & Wolff, 2013; Frantál *et al*., 2015; Pike, 2020).

Portugal sofreu uma industrialização tardia, e uma interrupção antecipada deste processo, a partir da década de 1980. É sobretudo no Pós-Guerra, a partir da década de 1950 e até à década de 1970, que se verificam os maiores níveis de desenvolvimento industrial em

Portugal, com reflexo no PIB e nos indicadores de crescimento económico. Para isto concorrem os sucessivos planos de fomento à modernização tecnológica, o crescente protagonismo dos agentes privados face às dependências estatais, e a progressiva abertura ao mercado externo de que é exemplo a integração na EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre (1960). É nesta fase que se regista o crescimento de territórios industriais na AML, destacando-se na margem Norte os eixos Amadora-Sintra, Vila Franca de Xira, e na margem Sul, os concelhos de Setúbal, Barreiro, Seixal e Almada – uma evolução determinada pela proximidade a Lisboa, relação fluvial e o desenvolvimento de infraestruturas, de que são exemplo ferrovias, portos ou a ponte 25 de Abril. Apesar dos níveis de crescimento económico (7% PIB e 9% da indústria transformadora na década de 1960), a competitividade e atratividade portuguesa continuou a depender essencialmente da exploração laboral, sendo que os progressos da modernização industrial obtidos afetaram apenas marginalmente determinados setores e empresas. O choque petrolífero (1973) e a queda da bolsa de valores tornou evidentes as fragilidades estruturais e históricas do tecido produtivo nacional à medida que o incremento do preço das matérias primas e a inflação, colocou graves restrições ao investimento produtivo, desequilibrou a balança comercial, erodindo assim a sustentabilidade dos modelos de política industrialista seguidos (Pereira, 2004; Rolo, 2016).

O fomento e crescimento industrial durante o século XX, a nível nacional, derivou assim de uma conjuntura externa desfavorável marcada por crises internacionais (Primeira Guerra Mundial, Grande Depressão (1929) e Segunda Guerra Mundial) com impacto no acesso a investimento estrangeiro, problemas nas cadeias de produção internacional e estrangulamentos na capacidade de importação. O atraso tecnológico do setor industrial em conjunto com o atraso do setor agrícola, a dependência dos mesmos face ao Estado (mecanismos protecionistas, regulação de custos do cabaz alimentar, condicionamentos industriais, repressão dos sindicados e formas de associação social), a sobre-exploração de mão de obra pouco qualificada (ex. mulheres e crianças) acabou por determinar entraves substanciais ao progresso social, bem como à modernização e incremento de produtividade exigidos no âmbito da progressiva abertura do país aos mercados exteriores (Rosas, 1994).

Já em democracia, a tardia qualificação da população e das empresas, bem como os fluxos de investimento direto estrangeiro (FDI) privilegiaram um perfil de especialização económica pouco inovador (bens transacionáveis de baixo valor acrescentado) assente em salários reduzidos, colocando em evidência os constrangimentos históricos do setor industrial português: uma produtividade económica restringida pelos baixos níveis de educação (desvitalização do capital social) e uma competitividade frágil excessivamente dependente do controlo dos custos de produção por via da contenção salarial. A adesão à Comunidade Económica Europeia (1986) e à moeda única Europeia (1999) num contexto de globalização progressiva dos sistemas produtivos, de valorização da moeda, e do alargamento do

processos de participação e liberalização económica (expansão da União Europeia para Leste e integração da China na Organização Mundial do Comércio) determinou novas dinâmicas competitivas que colocaram sobre pressão a estrutura empresarial do país (ex. setor do têxtil, roupa e calçado). Em simultâneo com a canalização do investimento para os setores mais rentáveis da economia internacional (ex. telecomunicações, energia, transportes, construção), este contexto aprofundou o desmantelamento da capacidade produtiva nacional (Mamede & Godinho, 2014).

O desequilíbrio da balança comercial sobreveio, assim como a incapacidade de saldar as dividas das famílias, das empresas e do Estado, culminando na necessidade de recorrer a um resgate financeiro e a um Programa de Ajustamento Estrutural (2010-2014). Duas estratégias pautaram a atuação da *Troika* (FMI, BCE, UE): (1) a desvalorização dos salários de forma a reequilibrar o défice comercial (contrair importações e dilatar exportações), (2) a eleição do imobiliário e da atividade turística – enquanto principal vantagem comparativa portuguesa no seio dos mercados concorrentes globais. Apesar do reequilíbrio das contas públicas e do decréscimo do desemprego, a política seguida não impediu o reforço da trajetória de desindustrialização do país, valorizando setores com menores margens de crescimento da produtividade e alterando a estrutura laboral - emprego mais intensivo, precário, flexível e pior remunerado –. Esta situação refletir-se-ia na estagnação salarial e em taxas de crescimento económico reduzidas. Assim, entre 1995-2017, as atividades ligadas ao setor da hospitalidade, serviços e imobiliário ganham peso no emprego e no Valor Acrescentado Bruto (VAB). Pelo contrário, perderam relevância os setores primário e secundário (Castro Caldas, 2020). A propósito da evolução do perfil de especialização económica portuguesa, e das consequências decorrentes da intervenção do FMI - influenciada pela visão de Blanchard (2007) - , refere Castro Caldas (2020, pp. 227-251):

"Nas últimas três décadas a economia portuguesa sofreu uma alteração do seu padrão de especialização, caracterizada no fundamental pelo declínio do peso do emprego nos setores mais dinâmicos do ponto de vista da produtividade e um incremento nos menos dinâmicos. Esta tendência acentuou-se a partir de 2013, em consequência de efeitos de persistência da desvalorização interna, dela resultando até 2017, estagnação da produtividade e dos salários reais médios (...). Blanchard de alguma forma pressentiu que, entre todas as atividades transacionáveis, o turismo era a que mais podia beneficiar da sua estratégia de desvalorização interna, não só pelas vantagens comparativas de Portugal nestas atividades como pela procura mundial dirigida ao setor (...). A partir do momento em que o desemprego é absorvido com o contributo principal dos setores transacionáveis intensivos em trabalho e sujeitos a rendimentos constantes ou decrescentes, o crescimento desses setores passa a exigir neles, acréscimos salariais relativamente mais elevados para reter ou atrair mão de obra. Esses acréscimos salariais uma vez disseminados ao conjunto da economia (...) comprometem também aí, ainda mais, a possibilidade de acumulação de capital e criação de emprego" (Castro Caldas, 2020, pp.

227-251)

O processo de desindustrialização do país refletiu-se a nível territorial, com particular expressão nas Áreas Metropolitanas. Relativamente à AML, é referido no PROT-AML (2010, p.14), a forte relevância das dinâmicas de desindustrialização, especialmente na península da Setúbal, mas também nalguns concelhos da margem Norte. São referidos também diversas necessidades de ação prioritárias para estes territórios no Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (CCDR-LVT, 2014), nomeadamente: (1) recuperação de áreas com passivos ambientais; (2) reconversão de espaços industriais no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana; (3) operações integradas de regeneração que visem a qualificação do espaço público e do ambiente urbano; (4) diagnóstico da poluição e da qualidade do ar.

3.3.2 Expansão Metropolitana Intensiva

As tendências de desindustrialização e terciarização que marcam as economias ocidentais, a partir da segunda metade do século XX, foram acompanhadas, como vimos, pela criação de novas oportunidades de expansão de capital ou, dito de outra forma, de novos territórios e atividades de acumulação. A expansão urbana – no limite uma economia política da urbanização, converte-se num dos principais circuitos de acumulação financeira, ao mesmo tempo que as políticas públicas habitacionais – direito destacado das democracias industrializadas – dão lugar à mediação do acesso à propriedade por via do crédito.

Neste âmbito, torna-se pertinente uma breve síntese sobre a evolução e o carácter diferenciado das dinâmicas de suburbanização, ao longo dos tempos. O termo subúrbio, como já foi referido anteriormente, remonta a um tempo longínquo e ao espaço medieval, reportando-se à condição periférica e marginal das populações situadas fora das muralhas da cidade. Enquanto expressão espacial do crescimento urbano e populacional, que acompanhou os fenómenos migratórios no despontar da revolução industrial (séculos XVIII-XIX), significou, expansão da cidade-centro, vetor de desordem e insalubridade e, mais tarde, espaço-experimentação de uma nova urbanidade inspirada nos preceitos do urbanismo moderno (século XX).

É sobretudo na segunda metade do século XX que se verificam os maiores níveis de expansão urbana. Fatores como o desinvestimento e a perceção de insegurança nos centros urbanos, o incremento dos níveis de mobilidade física e social da classe média, a ascensão de um mercado de rentabilização do solo – assente no incentivo ao crédito financeiro – e, não menos importante, o desenvolvimento de infraestruturas de comunicação/transportes e a generalização do transporte privado, contribuíram para este fenómeno. A suburbanização é

assim subsidiária de investimentos, políticas e incentivos fiscais determinados no plano governamental, da criação de novas oportunidades de expansão do capital por via da financeirização do imobiliário, assim como do lobbying da indústria automóvel (Gottdiener & Hutchison, 2011; Dreier, 1995).

Na América do Norte a génese da suburbanização é iminentemente residencial e unifamiliar – sendo o condomínio privado a sua forma limite. Já os processos de suburbanização Europeus, incluem, para além da habitação unifamiliar, os projetos de densificação habitacional por via privada ou pública – o caso dos bairros sociais. Este quadro determinou padrões de segregação social a nível territorial diferenciados – predominando grosso-modo a suburbanização da classe média, a par da centralização da pobreza, nos Estados Unidos, enquanto na Europa predominou a periferização da pobreza, a par da elitização económica e política dos centros urbanos. O tempo e as mudanças subsequentes acabariam por atenuar estas diferenças. É o caso dos fenómenos mais recentes de suburbanização da pobreza observados nas grandes megacidades asiáticas devido ao êxodo rural ou nas cidades americanas e europeias, despoletados pela renovação e gentrificação dos centros urbanos, a que faremos referência mais à frente (Delmelle *et al*; Allard & Paisner, 2016).

Os crescimentos populacionais suburbanos, a deslocalização das indústrias, bem como a intensificação dos fenómenos de terciarização e globalização económica, determinaram novos modelos de expansão urbana. As dinâmicas da metropolização contemporânea são caracterizadas pela dispersão funcional, fragmentação territorial, especialização de atividades (habitação, parques de escritórios, parques tecnológicos, centros comerciais, plataformas logísticas) e, também, pelo incremento dos níveis de segmentação e exclusão populacional - constituindo um espelho das novas dinâmicas de recomposição económica, na transição para uma economia da velocidade, do conhecimento, da informação e da inovação (Meyer, 2000). À consolidação metropolitana corresponde a complexificação das dinâmicas de expansão urbana, nos planos socioeconómico e funcional e, sobretudo, o abrandamento das suas dependências relativamente ao centro.

O termo 'suburbanização', torna-se cada vez mais limitado, para traduzir devidamente a amplitude das dinâmicas de expansão urbana, a nível global. Já havia sido referido, anteriormente, o termo '*urbanização planetária'* de Brenner (2018); mencionou-se, igualmente, o modo como este questiona as ferramentas de investigação metodológica e as tipologias territoriais convencionadas, rural-urbano, centro-periferia, metrópole, subúrbio etc. Ekers *et al*. (2015, p. 22) define as dinâmicas de crescimento urbano atual como "*uma combinação de crescimento económico e de população não central com expansão espacial urbana*". Keil (2020) aprofunda esta noção, reportando-se a uma *urbanização* cada vez mais diferenciada na sua forma, podendo ser entendida no âmbito de uma *pós-suburbanização*. Os

territórios pós-suburbanos ou a urbanização planetária, são acêntricos, altamente dinâmicos e diversificados a nível internacional. Traduzindo as dinâmicas globais de periferização populacional – os deslocados de outros territórios nacionais, dos centros históricos gentrificados ou de outros países –, bem como as dinâmicas económicas nacionais/internacionais, acabam por englobar: mercados imobiliários, infraestruturas, fenómenos de industrialização e terciarização concertados no âmbito de estruturas institucionais diversas e implicando urbanidades altamente diferenciadas.

"A urbanização mudou drasticamente: enquanto estamos fascinados com os processos usuais de (re) desenvolvimento do centro da cidade (...) os aspetos centrais, dinâmicos, mas frequentemente sub-expostos, da urbanização atual ocorrem nas periferias, onde densidades mistas de habitação e trabalho são normais, a diversidade de uso e morfologia do solo é esperada e a diversidade sociodemográfica está em ascensão. Essas são as cidades intermédias pós-suburbanas, onde acabam as pessoas deslocadas do centro, e onde a migração e a imigração conduzem a novas formas e estruturas urbanas (...) Os 'silicon valleys' e becos suburbanos no norte global estão iminentemente conectados às "geografias socio-ecologicamente distópicas das favelas suburbanas informais de Mumbai ou Dhaka" (Swyngedouw e Kaika, 2014: 463). Tanto os espaços de produção e consumo no Norte Global suburbano como as periferias do Sul global estão a ser reposicionadas através de hierarquias económicas globais que não controlam". (Keil, 2020, p.496-497)

É, pois, possível concluir que os processos de urbanização contemporânea – enquanto fenómenos articulados por uma conjuntura cada vez mais global – assumem morfologias variadas (formais, informais, densificadas ou dispersas, visando as classes altas ou as mais marginalizadas etc.), acompanhando as trajetórias históricas e os contextos políticos e socioeconómicos particulares. Entre as dinâmicas socioeconómicas e de uso do solo que caracterizam os fenómenos de expansão metropolitana intensiva, na era da globalização, deve sublinhar-se: (1) o aumento populacional (alimentado pelos fluxos migratórios da cidade centro, dos meios rurais e a nível internacional); (2) o crescimento das atividades económicas; (3) a diversificação do perfil económico e social; (4) fenómenos de pobreza e de segregação étnica e racial. Refira-se, por esta ordem, outras consequências de natureza ambiental e institucional, apontadas por outros autores: (5) alteração de usos de solo que traduzem uma condição altamente dinâmica a nível metropolitano, ultrapassando capacidade de previsão/ação/regulação dos sistemas de planeamento; (6) agravamento da crise climática, associada às necessidades de deslocação e dependência do automóvel; (7) incremento dos níveis de consumo de recursos (ex. energia e água); (8) Perda de solo agrícola; (9) perda de biodiversidade; (10) défices nas infraestruturas, serviços e equipamentos, causados pelo súbito crescimento urbano; (11) fenómenos de poluição; (12) desafios a nível da administração local (Brueckner, 2000; Burak *et al*., 2004; Hill & Pulsky, 2011; Jain *et al*., 2013;

Howell & Timberlake, 2014; Allard & Paisner, 2016; Chan *et al*., 2018; Kóvacs *et al*., 2020; Keil, 2020).

Em estrita relação com os processos enumerados, devem ser enquadradas as dinâmicas de suburbanização e expansão urbana da Área Metropolitana de Lisboa que, ocorrendo com algum desfasamento, relativamente às suas congéneres Europeias, adquire, no tempo, uma expressão particular. Pereira (2004) subdivide este fenómeno sensivelmente em três fases, descrevendo as suas características principais:

- Décadas de 1950 e de 1960. A cidade-centro perde habitantes e ocorre a terciarização do seu tecido económico. Inversamente a mancha urbana expande-se às periferias próximas da Margem Norte, acompanhando o crescimento populacional (migrações rural-urbano) e a oferta de transporte (ex. comboio, elétrico) que beneficiaria os territórios de Amadora, Algés, Moscavide, Pontinha. As dinâmicas de industrialização beneficiam os concelhos já anteriormente referidos. A limitada capacidade do Estado ao nível da provisão pública (ex. habitação, infraestruturas etc.), em conjunto com os incipientes instrumentos e planos de Ordenamento Territorial, conferem uma especial centralidade do setor privado no âmbito dos processos de transformação urbana. Contexto este, facilitado pela lei dos loteamentos urbanos – DL 46673, de 24 de novembro de 1964. Neste cenário ganham relevos os processos de dispersão urbana, onde se destaca a ocupação casuística do solo (por via legal ou clandestina), fenómeno com particular expressão na margem sul (ex. Almada, Palmela, Sesimbra, Seixal), após a construção da travessia sobre o Tejo (1966).

- Década de 1970. A recessão económica decorrente da crise energética, a instabilidade política subsequente ao 25 de Abril de 1974, os fluxos migratórios provenientes das colónias e, bem assim, uma administração pública democrática em vias de estruturação, confluíram na incapacidade de responder ao processo veloz de expansão urbana e aos problemas daí decorrentes. A mancha urbana expande-se 600 hectares por ano; no final da década de 1970, 45.000 hectares correspondem a produção clandestina e a um crescimento iminentemente informal da metrópole. As manchas urbanas legais, mais densas e plurifamiliares, contrastam com a mancha clandestina – sobretudo unifamiliar, de baixa ou média densidades e com elevados défices de infraestruturas e equipamentos básicos.

- Décadas de 1980 e de 1990. Uma nova infraestruturação rodoviária (A8, CRIL, CREL. Ponte Vasco da Gama, etc.) financiada pelos Fundos Europeus, tal como o crescimento do rendimento, conjugado com a facilitação do acesso ao crédito, induziram novas procuras urbanas (primeira e segunda habitação) e a ampliação da oferta imobiliária. Estas tendências impulsionadoras do crescimento urbano, consolidar-se-iam na década de 1990 acompanhando as dinâmicas de restruturação económica – desindustrialização e reforço da terciarização – refletindo-se na suburbanização de novas atividades comerciais, serviços ou logística bem como na expansão de empreendimentos imobiliários e da oferta turística.

Apesar da consolidação dos instrumentos de planeamento (exigência de PDM'S municipais) e, também, do reforço no investimento público para contrabalançar os défices em equipamentos e infraestruturas, a nível local, os problemas de desenvolvimento urbano permaneceram. A inviabilização de uma estratégia articulada de desenvolvimento regional (chumbo do PROT-AML), a dependência fiscal do poder local das dinâmicas de urbanização (por via da conceção de licenças), as expetativas de crescimento urbano plasmadas nos PDM's – continuamente forjadas pelo panorama demográfico e económico –, determinariam, uma vez mais, o desfasamento entre os processos de transformação territorial e os instrumentos de Ordenamento Territorial.

Em modo de síntese, podemos afirmar que as dinâmicas de urbanização metropolitana na AML, iniciadas na segunda metade do século XX, apresentam um caracter marcadamente informal. São assim determinadas pela escassez de opções, tanto no plano da habitação disponível como ao nível da capacidade de consumo da população, num quadro marcado por défices elevados no plano da regulação urbanística e da maturidade dos sistemas de governança e ordenamento do território. Já a partir da década de 1990, o quadro da expansão urbana, não obstante as profundas transformações sociodemográficas e económicas (ex. ampliação e difusão territorial do setor dos serviços e logística) decorre essencialmente da ampliação do sistema financeiro e da eleição do imobiliário, construção e turismo como veículo(s) de crescimento económico do país e de combate ao desemprego, nas camadas de população menos qualificadas. Um *bypass* para responder de forma mais célere às vulnerabilidades económicas e sociais explanadas no tópico anterior. Na primeira década do século XXI, grande parte do crescimento urbano pode ser associado à melhoria das acessibilidades (coadjuvada por fundos estruturais). É o exemplo de municípios como Sintra, Oeiras, Cascais, Mafra, Montijo ou Alcochete. Em sentido inverso na capital mantiveram-se as tendências regressivas de perda populacional (Marques da Costa, 2016).

Os problemas decorrentes das dinâmicas de expansão metropolitana (maioritariamente concentradas nas zonas litorais e suburbanas) são reconhecidos pelo PROT-AML. É afirmada a necessidade de inverter esta tendência, com consequências graves ao nível do desordenamento territorial, da proteção de recursos naturais (solo, água, energia) e patrimoniais (ecológicos e culturais). O documento refere ainda o facto de os instrumentos de planeamento terem sido suplantados por alterações estruturais ao nível dos transportes (predomínio da viatura privada face à ausência de uma entidade coordenadora a nível metropolitano), pela dispersão descontrolada de atividades económicas e pela súbita alteração dos modos de vida, traduzindo-se num modelo de urbanização fortemente disfuncional, correspondente a um "*desastre económico, urbanístico e ambiental*" (CCDRLVT, 2010, p.15).

3.3.3 Gentrificação

Na sequência da crise financeira global (2008), surgiriam alterações na rentabilização do capital, em particular do património imobiliário, a que se associariam novos fenómenos de polarização urbana, a nível internacional. À financeirização da habitação unifamiliar por via do crédito, sucede-se a financeirização da globalidade do espaço urbano, em particular dos centros históricos – para onde fluem os investimentos públicos necessários à revitalização da sua imagem e organização –, tendo em vista a captação de investimento externo. Este contexto determina a transição de uma '*gentrificação convencional'* para uma '*gentrificação de cariz transnacional*', marcada pela financeirização global do imobiliário sobrevalorizada por via das atividades turísticas e de uma imigração afluente internacional –, qualificada e capaz de aproveitar as oportunidades de mobilidade possibilitadas pela crescente digitalização laboral. A crescente pressão colocada sobre o mercado imobiliário, em função das novas procuras globais, é especialmente penalizadora das condições de vida e da capacidade aquisitiva da população local, limitando o seu acesso à habitação mas também ao comércio, serviços e no limite à cidade (Sigler & Wachsmuth 2020; Drago, 2020).

Se a gentrificação, identificada na década de 1960, se caracterizava por um processo discreto de renovação urbana, movido pela procura e iniciativa privada interna, regulados pelo Estado – não obstante as consequências para as camadas populares de certas zonas das grandes capitais (Europa, América do Norte) –, tornou-se na década de 1990 um processo global difundindo-se a outras latitudes (Ásia, América Latina, Japão, partes de África etc.). Surgiram, assim, dinâmicas de periferização de segmentos da população mais alargadas, transfigurando-se a renovação urbana num mecanismo central da economia produtiva que vincula o crescimento económico, aos fenómenos de urbanização e às rentabilidades potenciais dos territórios construídos. A supremacia das lógicas de mercado por via das políticas e do urbanismo neoliberal, a prevalência do capital global no comando das transformações territoriais bem como, a consagração do imobiliário e do turismo como elementos chave da criação de riqueza (sob o refúgio da criação de emprego), indiciam a substituição dos objetivos de reprodução social urbana, que haviam marcado as democracias industrializadas do Pós-Guerra, pelo desígnio estrito da reprodução do capital, típica do novo liberalismo global (Smith, 2002).

O estudo das dinâmicas de gentrificação implica, pelos motivos citados, desafios metodológicos e conceptuais acrescidos, perante a condição dinâmica e particular que o fenómeno assume, em face de contextos socioeconómicos, políticos e geográficos diversos. Em comum, realça-se o agravamento das desigualdades sociais, associadas a fenómenos de recomposição territorial e urbana liderados pelo próprio Estado, em conjunto com os agentes privados. Neste âmbito o Norte Global diferencia-se, claramente, pelo favorecimento de um

modelo de desenvolvimento urbano centrado na reabilitação, ressurgimento e projeção internacional dos centros históricos, com consequências na periferização das classes mais pobres – e da própria classe média – dos seus espaços vivenciais. Noutros lugares, como certas megacidades do Sul Global, a expressão de gentrificação e financeirização urbana encontram ainda menos obstáculos à sua progressão – os projetos de desenvolvimento urbano frequentemente associados a eventos globais (ex. jogos olímpicos, campeonatos de futebol etc.) articulam capital privado internacional e investimento público na expansão acelerada da urbanização, incluindo empreendimentos de gama média-alta e espaços empresariais, que afetam sobretudo zonas de ocupação informal e rurais metropolitanas, onde habitam as camadas mais frágeis e precárias da sociedade – as mesmas que servem de suporte a todo este processo (ex. na construção e nos serviços) (López-Morales, 2015; Brown-Saracino, 2017; Holm & Schulz, 2018).

"Assim, a vanguarda na reestruturação combinada das funções e da escala das áreas urbanas não reside nas velhas cidades do capitalismo avançado, onde a desintegração das regiões produtivas tradicionais e o deslocamento crescente da reprodução social à escala urbana é certamente doloroso, improvável de passar sem oposição, mas também parcial. Encontra-se sim, nas grandes metrópoles em rápida expansão da Ásia, América Latina e partes da África, onde o estado de bem-estar social keynesiano nunca foi significativamente instalado, onde o vínculo definitivo entre a cidade e reprodução social nunca foi primordial e o obstáculo de antigas formas urbanas, estruturas e paisagens é muito menos forte. Estas economias metropolitanas estão a tornar-se o centro de produção de um novo globalismo." (Smith, 2002, p. 436)

A identificação dos sinais e consequências da gentrificação - enquanto conjunto de mecanismos e processos decorrentes da financeirização global –, converte-se num elemento-chave para a compreensão dos processos de transformação urbana contemporânea. Considerando a realidade metropolitana ocidental destacam-se: (1) a expulsão ou o *displacement* das populações mais pobres, bem como da classe média, dos seus espaços vivenciais, com transformação gradual do tecido social - cada vez mais privilegiado, exclusivo e qualificado ; (2) desvalorização dos centros históricos urbanos, seguida de aumento das operações de reabilitação, dos valores do imobiliário e do mercado de arrendamento, (3) incremento do peso do alojamento local, das atividades turísticas e imobiliárias, a par do declínio das atividades industriais; (5) recomposições, ao nível da oferta comercial - quebra do pequeno comércio tradicional de proximidade e crescimento do peso das atividades de restauração e alojamento, da venda a retalho internacionalizada e/ou especializada nas novas procuras urbanas, assim como dos serviços e espaços implicados na economia do conhecimento, da informação e do setor da hospitalidade (ex. GiG economy); (6) transformações ao nível da imagem territorial e da oferta cultural, implicando a canalização

do investimento público para grandes eventos e projectos de transformação urbana (ruas, parques, sistema de transporte), enquadrados por processos de 'marketização' cujo objetivo prioritário é a captação de investimento estrangeiro e o incremento da visibilidade dos territórios a nível global (7) aumento do nível de empregos precários (ex. setores da construção, alojamento, restauração) e também de fenómenos de informalidade laboral, frequentemente associados a fenómenos migratórios. Outros fatores relacionam a gentrificação com a diminuição da qualidade de vida nos meios urbanos, conducentes a reações de *turismofobia*, pelos seus efeitos retroativos no poder de compra da população local, na disrupção da sensação de pertença ao lugar, nos aumento dos níveis de poluição sonora e ambiental ou na sobrecarga das suas infraestruturas, serviços e recursos, perante o excesso de visitantes (Lester & Hartley, 2014; Chum, 2015; Mermet, 2016; Brown-Saracino, 2017; Zuk *et al*., 2015; Zuk *et al*., 2018; Holm & Schulz, 2018; Gourzis *et al.,* 2019; Milano *et al*., 2019; Almeida-Garcia *et al*., 2020).

A gentrificação, no contexto da AML, ocorre sobretudo após a crise financeira (2007). O aumento do nível de endividamento das famílias, do desemprego e das hipotecas bancárias, a falência de empresas e a suspensão de urbanizações em curso (elefantes brancos decorrentes da quebra nas atividades de construção e imobiliário), sinalizam o recuo do processo de suburbanização, a par de um renovado interesse pelos centros históricos. Estes fenómenos anunciam a recomposição territorial das fontes de acumulação de capital financeiro. Entre 1990 e 2001, as oportunidades do crédito à habitação favoreceram maioritariamente o crescimento suburbano em municípios como Alcochete, Mafra, Sesimbra, etc. e a persistência de dinâmicas de declínio em municípios como Lisboa, Barreiro ou Amadora. Já entre 2007 e 2017 ocorre a queda de licenciamentos para novos edifícios na AML, enquanto crescem as autorizações de licenciamento para reabilitação ou reconstrução no centro histórico de Lisboa, cada vez mais visível no radar do investimento nacional e global. A longa desvalorização do parque edificado, agravada pela crise de crédito, em conjunto com uma estratégia de promoção da capital a nível internacional como destino de eleição, torna-a particularmente apetecível no âmbito de novas dinâmicas de rentabilização de investimento (Pereira, 2018 ; Lestegás, 2019).

Drago (2020) destaca as particularidades deste processo a nível político e económico: As políticas de habitação tardias e incipientes, traduziram-se, na década de 1990, na generalização do acesso à habitação maioritariamente por via do endividamento familiar e, por conseguinte, no reforço das dinâmicas de suburbanização. Este circuito económico tornou-se mesmo o principal meio de financeirização do país, deixando-o à mercê do setor imobiliário e da construção bem como da disponibilidade de crédito exterior. A sua interrupção, na sequência da crise financeira global (2008) - também ela ligada à sobrevalorização dos ativos imobiliários, culminaria numa crise de endividamento em Portugal (2011). As

estratégias gizadas no âmbito do Programa de Ajustamento (2011- 2014) acordado com a *Troika*, ao invés de limitarem a tendência para a financeirização do imobiliário, aprofundaram-na e tornaram-na mais internacionalizada. A liberalização do mercado de arrendamento – sob o pretexto da sua estagnação e da redução da dependência das famílias face ao crédito –, assim com a projeção internacional das áreas metropolitanas, sobretudo dos seus centros históricos, visou alavancar as rentabilidades proporcionadas pelo setor imobiliário e turístico, seduzindo o investimento estrangeiro. Diversos instrumentos de política contribuíram, na sua análise, para este efeito:

- Novo Regime de Arrendamento Urbano (2012) reduzindo a segurança contratual de inquilinos e facilitando ações de despejo – entre 2013-2018 foram solicitados 24.000, dos quais se concretizaram 9000

- Novos modelos mais permissivos, ao nível do PDM, na requalificação do edificado, assim como na alteração dos seus usos (2012-2013) – nomeadamente de residencial para hoteleiro

- Legislação do Alojamento Local (2014), atribuindo benesses fiscais mais apelativas do que o arrendamento tradicional

- Regime Fiscal de Residentes não Habituais (2008) e Autorização de Residência para Investimento (ARI), vulgarmente designados de 'Vistos Gold'. Os primeiros, aliviando fiscalmente os profissionais estrangeiros altamente qualificados e os segundos focados no investimento dirigido ao mercado imobiliário de luxo. A AML concentrou 39% das autorizações de residentes (2018), num total de 8,2% de imoveis adquiridos por um valor 58% superior ao valor médio das vendas nacionais.

Como refere, ainda, Drago (2020, p. 400) à 'crise da dívida', sucede-se uma 'crise urbana' com consequências ao nível dos processos de transformação metropolitanos, da sociedade e da economia (2020):

"A transformação da financeirização da habitação em financeirização da cidade substitui, assim, uma forma de inclusão subordinada – isto é, o acesso à habitação por via do serviço da dívida – por um processo de exclusão social. A inscrição do processo de gentrificação transnacional e de turistificação a partir das possibilidades abertas pelo ciclo de liberalização do processo urbano (...) parece hoje (...) alicerçada em profundos desequilíbrios sociais e económicos. Assenta numa estrutura económica frágil, e a sua lógica parasitária sobre a cidade cria dificuldades à reprodução da própria força de trabalho no espaço metropolitano. Dito de outra forma o 'spatial fix' empreendido na AML como forma de ajustamento durante a crise de austeridade coloca-se hoje como um multiplicador de elementos de uma crise urbana"

A periferização física e social de segmentos importantes da população que acompanha os processos de gentrificação e projeção global dos espaços urbanos não deixará de ter múltiplas implicações: políticas, uma vez que as próprias políticas públicas se tornaram

mecanismos de exclusão e vulnerabilidade, afetando a legitimidade das instituições e semeando novas 'geografias de descontentamento'; socioeconómicas, no plano das dificuldades criadas à reprodução da força de trabalho necessária ao suporte da economia urbana, bem como dos riscos decorrentes de uma sobre especialização em atividades caracterizadas pela incerteza – estruturadas em função da flexibilidade laboral, precariedade e reduzida margem de aumento da produtividade.

Por fim, os desafios são também metropolitanos. As dinâmicas de gentrificação, expansão metropolitana e urbanização da pobreza ou privação, são subsidiárias. A suburbanização, na segunda metade do século XX, traduziu-se na fuga dos meios rurais e dos centros urbanos históricos, implicando o seu declínio demográfico e desvalorização do parque edificado; sucedeu-se, no início do século XXI, a valorização especulativa deste stock imobiliário, com agravamento dos fenómenos de expulsão populacional da zona histórica. Assistiremos agora, em face da crise da habitação, ao reforço da suburbanização enquanto expansão do parque edificado, a novos fenómenos de marginalização social ou à gentrificação do próprio subúrbio? Aos ciclos sucessivos de desvalorização e valorização do capital, por via da financeirização urbana, e à precarização do mercado de trabalho, parece corresponder a um reforço das desigualdades urbanas, bem como novas transformações territoriais.

A nível das políticas estratégicas de desenvolvimento metropolitano, é visível a contradição entre a persecução de modelo de competitividade urbana assente no turismo e na atração de investimento estrangeiro e a necessidade de responder às assimetrias socioeconómicas e territoriais daí decorrentes. No âmbito da 'Estratégia Regional de Lisboa. AML 2030', subdomínio 'Regeneração Urbana e Habitat', é apontada como 'prioridade 3', "*promover a cidade de proximidade, acessível e saudável, definir a necessidade de contrariar as dinâmicas de gentrificação, polarização social e turistificação dos espaços centrais da área metropolitana, assegurando a existência de oferta residencial para os diversos segmentos*". Já no subdomínio 'Economia', emerge a visão da internacionalização urbana. Enquanto 'prioridade 1' é referida a necessidade de "*Promover a vitalidade económica das áreas centrais assentes nos setores dos serviços, do comércio, do turismo, especialmente a partir da implementação de projetos âncora em espaços devolutos e em espaços com grande acessibilidade*", 'prioridade 5' "*apoiar o desenvolvimento turístico através da aposta nos segmentos urbanos, como o turismo cultural, de eventos, de negócios, de saúde*" e por fim 'prioridade 6' "*Promover ações de marketing territorial que assegurem a visibilidade das diversas centralidades metropolitanas* (CCDRLVT & AML, 2020, pp. 96-99).

3.3.4 Declínio Rural Metropolitano

É sobretudo a partir da década de 1960 que se inicia a tendência de declínio e despovoamento

dos territórios rurais em Portugal, acompanhando os grandes fluxos migratórios com destino aos núcleos urbanos (tanto nacionais como internacionais). O favorecimento das novas dinâmicas de industrialização e de urbanização através de políticas de crédito e comercialização, a progressiva abertura do país aos mercados exteriores, o atraso na mecanização e progresso nas técnicas agrícolas e, uma matriz fundiária altamente diferenciada – marcada pela sua fragmentação a Norte e pelos grandes latifúndios a Sul – determinaram a redução do volume e valor do trabalho, a inviabilidade progressiva de uma grande parte das explorações agrícolas e, no limite, como referimos anteriormente, a fome.

O início da era democrática é marcado por uma visão endógena do desenvolvimento nacional, cujo objetivo seria a redução das suas dependências externas num cenário de crise económica a nível internacional, aumento do desemprego e fim do domínio colonial. Deve realçar-se, neste âmbito, a tentativa de reforma agrária (1974-1976) com intervenção pública no domínio fundiário, assim como os fenómenos de ocupação e exploração coletiva da terra (sobretudo no sul), visando a maximização do emprego e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores agrícolas. A adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 ditaria a erosão deste modelo de desenvolvimento 'autocentrado' (agrícola e industrial). A eliminação das barreiras alfandegárias e a difusão de uma Política Agrícola Comum (PAC) acabariam por privilegiar a dimensão da competitividade internacional, em prejuízo do desenvolvimento das capacidades produtivas internas. O longo processo de depauperação do setor, conjuntamente com a pressão dos mercados agrícolas – e diferenças de produtividade noutros países –, reforçou o ciclo regressivo dos territórios rurais, assim como a tendência de polarização do território Português entre o Litoral (mais urbano) e os territórios do Norte, interior e Sul (Baptista, 1994). Todo este processo, que culmina no empobrecimento da capacidade produtiva, acarreta consequências mais vastas na intensificação das assimetrias espaciais, socioeconómicas e mesmo institucionais:

"Assim, no início dos anos 90 a tradicional questão da terra está apagada e a agricultura asfixia-se no confronto com as outras economias da CE. Esta asfixia tende mesmo a agravar-se com a entrada em vigor, desde 1992, da nova PAC, que vai acentuar definitivamente a tendência para Portugal se tornar num espaço não produtivo, económica e socialmente assistido por Bruxelas (...). A perspetiva atual da construção da Europa, agravada pela presente preponderância do liberalismo económico, conduz a uma polarização – não apenas agrícola – entre países assistidos e produtivos. Esta polarização tem consequências inevitáveis e inaceitáveis para a economia, o território e as populações dos países para que se destina um perfil não produtivo e afetará forçosamente o peso político destes países nas instâncias europeias" (Baptista, 1994, pp.919-920)

A diminuição do peso dos setores produtivos num quadro em que se acentuam as dinâmicas de globalização e terciarização é comprovada pelos dados estatísticos: Em 1960 o

setor primário em Portugal, representava 22% PIB, sofrendo uma queda para 5% em 2001 e 1,98% em 2020. A nível Europeu o contributo do mesmo é de apenas 1,3% do Produto Interno Bruto Global. A população agrícola, que na década de 1970 representava 30% da população total do país, englobava 9% da população em 2001 e em 2020 representa apenas 5,3%. Já na última década (2010-2020), perderam-se 308,9 mil empregos no setor primário (-54,8%) e 116 mil empregos no setor secundário (-8,7%) que representa menos de 2% do total do emprego no país. Inversamente no período homólogo foram criados 354,3 mil empregos no setor terciário que corresponde agora a 69,8 % do total de empregos no país. A perda de importância das atividades produtivas, em particular do setor primário, na sociedade e economia, traduziu-se primeiramente no declínio demográfico de grande parte dos territórios rurais. As suas consequências arrastaram a dissolução do seu capital humano e social, a desvalorização de recursos endógenos, a deterioração dos níveis de provisão de serviços e, não menos importante, a retração das expectativas de investimento. A uma trajetória de periferização progressiva destes lugares correspondeu, em sentido inverso, a concentração das populações no eixo litoral urbanizado (cerca de 85% da população habita entre Braga e Setúbal) (Silva 2008; Banco Mundial, 2019; GPP, 2021).

O paradigma pós-produtivista reflete-se também na diversificação do conceito de 'rural', à medida que a atividade agrícola e os sistemas produtivos deixam de ser preponderantes na modelação do espaço e dos modos de vida dos territórios rurais. A emergência de novos setores de atividade económica (indústria, serviços, turismo), as novas procuras urbanas (ex. consumo ambiental, residência secundária, turismo), bem como a própria especialização da produção agrícola, determinam a diversificação dos territórios rurais tanto no plano económico como social. Para este panorama, foi decisiva a melhoria das condições de vida e da provisão social, bem como a construção de infraestruturas e equipamentos, num quadro de desenvolvimento dos serviços (saúde, educação, cultura) e das acessibilidades resultantes dos investimentos públicos realizados em democracia. A diversidade das dinâmicas que afetam os territórios rurais a diferentes escalas, tanto a nível nacional como a nível Europeu, exigem a necessidade de novos critérios adequados à sua identificação e tipificação. Termos como *territórios de baixa densidade*, territórios *estruturalmente fracos*, *periurbanos*, *residenciais, industriais* ou de *serviços* procuram abranger a multiplicidade de condições do rural (Oliveira Baptista, 2006).

Pinto Correia *et al*. (2006) propõem a análise do fenómeno rural, em linha com o conceito de multifuncionalidade da paisagem. Este conceito esteve na base da definição do 'novo modelo de política agrícola europeia' – lançado na sequência do relatório 'Futuro do Mundo Rural' (1988). A diversificação das funções nos territórios rurais (recreio, consumo e preservação ambiental etc.), bem como a atribuição de subsídios para este efeito, desligados da produção agrícola corresponderam assim a objetivos de política estratégica designados

supranacionalmente. As metamorfoses observadas nos espaços rurais, obrigam, segundo a mesma autora à avaliação de três dimensões em separado – a dinâmica da atividade agrícola, a dinâmica de ocupação do solo e a dinâmica socioeconómica. Este processo justifica-se porque, apesar da atividade agrícola continuar a ser preponderante, os diversos processos ou interações que vão ocorrendo entre setores de atividade, funções e camadas da população podem ser dissonantes num mesmo território:

"A manutenção da atividade agrícola não garante a vitalidade da comunidade rural, uma vez que a agricultura pode realizar-se desligada da comunidade local. Da mesma forma, o abandono da agricultura não implica necessariamente o abandono da terra ou das áreas rurais. Da terra, porque outros usos não agrícolas podem ocupá-la. Das áreas rurais, porque a sua dinâmica pode basear-se noutras atividades que não a agricultura. A forma como a agricultura interage, ou poderá interagir, no conjunto do rural, prende-se assim com uma dimensão de uso do solo e construção da paisagem, mas também com uma dimensão económica e uma dimensão social, que podem não ser convergentes" (Pinto Correia et al., 2006, p. 6)

Não obstante os novos dinamismos, muitos dos territórios rurais a nível Europeu e Nacional continuam a enfrentar as dinâmicas clássicas do declínio, no plano social, económico, ambiental e institucional nomeadamente: (1) perda e envelhecimento populacional; (2) reduzida população em idade ativa; (3) baixos níveis de instrução; (4) défices de capital social e institucional; (5) redução dos níveis de participação democrática; (6) problemas de provisão de serviços e equipamentos públicos (ex. educação, saúde, cultura, transportes, tecnologias de comunicação); (7) nível crítico de infraestruturas; (8) constrangimentos de mobilidade; (9) declínio das atividades produtivas tradicionais; (10) perfil económico pouco diversificado, centrado no setor primário e nas remunerações baixas; (11) dissolução dos mercados locais, serviços e funções comerciais; (12) Baixos níveis de investimento, empreendedorismo e de dinamismo comercial e turístico; (13) Densidades reduzidas; (14) Abandono agroflorestal com redução dos níveis de biodiversidade e aumento das tendências de desertificação física (Haase & Walsh, 2007; Alcantara *et al.,* 2012; Hedlund, 2014; Zamora *et al*., 2014; Mota, 2019; Mauritti *et al*., 2019; Hennebry & Stryjakiewicz, 2020). Os incêndios – consequência direta do abandono agrícola e da expansão da floresta e do mato, constituem a face visível dos riscos desta periferização, mas também de uma incipiente transição rural no país. Como refere Baptista (2006, p.100):

"o rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra coisa, ou melhor outras coisas".

Segundo dados do último recenseamento agrícola em Portugal (2019), no período entre 1999 e 2009 reduziu-se em 26,6 % o número das explorações agrícolas. Na última década

esta tendência ficou-se pelos 4,9%. Já no período 2009-2019, intensificou-se a empresarialização do setor, com as sociedades agrícolas a deter 1/3 da superfície agrícola utilizada (SAU), tendo-se verificado o reforço da especialização em 7%, enquanto quadruplicaram as dinâmicas de mecanização e modernização. A mão de obra agrícola (expressa em unidade de trabalho/ano) decresceu globalmente 14,4%, traduzindo a redução do trabalho familiar. Ainda assim, e apesar do aumento dos contratos de trabalho assalariados, este continua a representar 68% do trabalho agrícola nacional (INE, 2019).

Instrumentos de política como é o caso da Política Agrícola Comum (PAC) maioritariamente estruturados em função das vantagens competitivas determinadas pelo mercado externo têm vindo a alterar, como se acaba de verificar, o quadro produtivo nacional e as paisagens rurais. O foco das políticas e investimentos a nível setorial, ou seja, no plano da produção agrícola, determina uma dualização do espaço rural nacional. Observa-se por um lado, a concentração e especialização da produção nos segmentos agrícolas mais dinâmicos. Em sentido inverso observa-se o declínio da maior parte dos territórios rurais e a desintegração das suas dinâmicas socioeconómicas, num contexto marcado por constrangimentos estruturais: dificuldade de inserção dos produtos agrícolas nas cadeias de produção global; baixa qualificação dos agricultores; défices de modernização da atividade (Figueiredo & Tema, 2003; Almeida, 2019).

Apesar da reforma da PAC de 1992 e, não obstante parte dos financiamentos inscritos no FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) – dos quais se destaca a abordagem Leader (desenvolvimento local de base comunitária) – se destinarem à diversificação funcional e dinamização dos territórios rurais através de apoios desligados da produção (ex. apoio à proteção e conservação ambiental, valorização patrimonial e turística, promoção da inclusão social e combate à pobreza, mitigação das alterações climáticas), continua a ser difícil estancar as tendências demográficas regressivas e fixar novas populações (Silva, 2008). Como refere Mauritti *et al*. (2019):

"*Portugal, no contexto dos países do sul da Europa e de forma mais acentuada nas últimas décadas, a que a recente crise económica mundial não terá sido alheia (..) continua a evidenciar um profundo e estruturante desequilíbrio demográfico, mais expressivo nos territórios classificados como rurais ou periféricos (...). As desigualdades no plano demográfico acompanham, assim, de forma estreita a diferenciação dos territórios, em termos de estrutura produtiva e económica (mais agrária e rural a medida que se avança para as regiões periféricas) e também da composição social das populações (rendimentos, qualificações, peso da população ativa, classes sociais), quer também no plano do acesso a serviços fundamentais como a educação e a saúde. Estas assimetrias são notórias quer numa perspetiva diacrónica, quer sincrónica, e tanto no plano interno como europeu*"

A crise financeira e as medidas de austeridade subsequentes (2011-2015), parecem ter agravado os problemas de coesão territorial e a fragilidade dos territórios rurais. Aceleraram-se as tendências migratórias (entre 2001 e 2011, o número de emigrantes foi de 110.000), e com isso, as dinâmicas de despovoamento e envelhecimento da população. Simultaneamente a reforma de serviços públicos, refletiu-se no emagrecimento das funções de provisão pública em áreas críticas como a educação, saúde, correios etc. O fosso das clivagens socioespaciais, tornaram mais premente a necessidade de agir sobre os territórios deprimidos, nomeadamente os territórios de baixa densidade identificados pela Comissão Interministerial do programa Portugal 2020. Neste âmbito foi criada em 2016 a 'Unidade de Missão para a Valorização do Interior' com o objetivo de definir, implementar e supervisionar o Programa Nacional para a Coesão Territorial – atualmente designado 'Programa de Valorização do interior'[5] –, sendo, também, enunciada a Reforma Florestal[6]. Os incêndios de 2017, que causaram 105 mortes, assim como as condições degradantes do trabalho migrante ilegal nas explorações agrícolas especializadas – o caso da freguesia de São Teotónio (Odemira), revelam a persistência de problemas estruturais e a dificuldade em articular as lógicas (nem sempre compatíveis) da competitividade, da inclusão social e da coesão territorial que regem os instrumentos de política referidos (Carvalho, 2015; Almeida, 2019). Não só os territórios mais frágeis têm dificuldade em captar investimento privado – continuando a sofrer com o emagrecimento do investimento público e da provisão social –, como os territórios, em que se verifica algum dinamismo pela presença de agentes económicos privados, estruturam a sua competitividade com base na diminuição das condições de vida dos trabalhadores e no incremento das polarizações internas nos territórios em que atuam.

Sendo possível afirmar que as dinâmicas rurais já não se esgotam na produção agrícola, também cabe dizer que a Área Metropolitana de Lisboa, embora iminentemente urbanizada e diversificada do ponto de vista económico, continua a integrar estas dinâmicas – em certa medida resultantes dos atrasos e assimetrias que marcaram o desenvolvimento da metrópole e do país. As tipologias rural denso e rural metropolitano, introduzidas por Rolo & Cordovil (2014; 2018), serviram precisamente para identificar estas realidades territoriais, que, em conjunto, ocorrem em 83 concelhos do país, representam 20% da superfície rural e 70% da população residente no país (das quais 60% rural), e geram cerca de metade da riqueza criada pelas atividades agroflorestais a nível nacional. Estas tipologias, diferenciam-se de outros tipos de territórios rurais, por apresentarem valores superiores à media no que respeita

[5] Baseado em 4 eixos: (I) Valorizar os recursos endógenos e capacidade empresarial do interior; (II) promover a cooperação transfronteiriça para internacionalização de bens e serviços; (III) captar investimento e fixar pessoas no interior; (IV) tornar os territórios mais competitivos

[6] Baseada na profissionalização da gestão da floresta e mitigação do risco de incêndios

à densidade populacional, índices de integração urbana, potencial demográfico e capital social, e, em sentido inverso valores inferiores no que respeita à proporção de população ativa empregada no setor primário.

A importância dos territórios rurais na AML é comprovada pela matriz de ocupação de solo. As áreas agrícolas representam, ainda, cerca de metade do território regional (49%), seguidas do uso florestal (28%) e das áreas edificadas (23%), considerando a Carta de Ocupação de Solo de 2015 (COS 2015). A superfície agrícola utilizada corresponde a 30% do território e contribui em 7% para o fornecimento alimentar da metrópole. Em regra os volumes de rendimento e produtividade das unidades agrícolas são mesmo superiores à media nacional, beneficiando da proximidade aos núcleos urbanos, da disponibilidade de recursos socioeconómicos e ambientais diferenciados e de boas condições de acesso a uma base alargada de consumidores tanto nacionais como internacionais. O facto de este quadro se distanciar das lógicas de declínio que atribuímos aos territórios do baixa densidade do interior, ou aos territórios rurais profundos, favorecendo a classificação dos territórios metropolitanos como zonas periurbanas maioritariamente dinâmicas e diversificadas, não significa que numa análise mais próxima – tendo por referência a escala da freguesia e o contexto regional metropolitano (e não as dinâmicas de polarização consideradas a nível nacional) –, não se identifiquem processos de declínio rural com algumas características semelhantes às verificadas noutros pontos do país. No plano da produção agrícola, tal regressão é até superior à media nacional: Entre 1999 e 2009 reduziu-se em 65% o número de explorações agrícolas e em 38,9% o volume de mão de obra agrícola na AML. O extremar das divergências entre as dinâmicas socioeconómicas, de ocupação de solo, e das atividades agrícolas parece ser até mais evidente a nível metropolitano, como veremos posteriormente (Pinto Correia *et al*., 2006; Avillez, 2009; Benis e Ferrão, 2017; Loupa-Ramos, 2017; Ferreiro *et al*., 2019 ; Ferreiro *et al*., 2019a).

3.3.5 Privação e urbanização da pobreza

O afunilamento das dinâmicas de mobilidade social por via do desligamento entre a economia produtiva e a economia financeira, a progressiva periferização de certos territórios e comunidades, em que determinados setores económicos, qualificações e empregos, se tornaram obsolescentes ou redundantes, em resultado das dinâmicas de restruturação económica globais, bem como, as dinâmicas de gentrificação urbana, tendem a aumentar o perímetro dos fenómenos de marginalização na sociedade. As assimetrias socioespaciais tornam-se, desta forma, cada vez mais, difusas, granulares e contrastantes. Podem ganhar expressão no interior dos centros históricos, nas zonas de expansão metropolitana, mas também em territórios sujeitos à desindustrialização ou ao declínio rural, marcados pela

migração da população qualificada, o envelhecimento e a baixa atratividade do investimento. O carater disseminado dos fenómenos de privação/urbanização da pobreza, e a sua relação com as outras tipologias de polarização urbana, implicam assim desafios particulares no seu diagnóstico e nos níveis de desagregação da informação que o sustentam.

Wacquant (1999) propõe uma leitura sobre os regimes de exclusão social e marginalização urbana que reflete a interseção de quatro lógicas:

1) 'Tendência macrossocial para a desigualdade' – dissociação entre as dinâmicas de crescimento económico e as dinâmicas de mobilidade social. O investimento é direcionado para setores da economia intensivos em conhecimento (designadamente, serviços financeiros e bancários), ocorrendo o desligamento funcional entre a atividade macroeconómica e a melhoria das condições sociais nas zonas urbanas mais pobres.

2) 'Transformações no trabalho assalariado de ordem quantitativa e qualitativa' – dualidade do mercado de trabalho, caracterizada pelo crescimento de empregos altamente qualificados e pela precarização/eliminação de empregos de baixas qualificações (por via dos processos de automação tecnológica e da deslocalização de postos laborais a nível internacional). O incremento dos contratos laborais flexíveis ou temporários, o emagrecimento dos salários (agravado pelo excedente que advém da mão de obra imigrante) e a redução das condições de proteção social, tende a subtrair ao emprego a sua relevância no combate à pobreza .Todo este contexto é agravado pela crise da habitação gerada pela inflação dos preços do imobiliário.

3) 'Concentração espacial e estigmatização da pobreza' – tendência para a formação de enclaves urbanos mais extremados, separando a população rica e socialmente valorizada da população estigmatizada, submersa no conflito social, sujeita ao racismo e à xenofobia.

4) 'Retração dos Estados-Sociais' – A restruturação e redução do papel do estado, no âmbito de uma política económica neoliberal, degrada as condições de vida, influenciando diretamente os processos de estratificação socio-espacial. Como refere Wacquant (1999, pp. 1642-1643), a propósito de Esping Anderson (1993):

"Os estados proporcionam ou impedem o acesso a educação adequada e qualificações; estabelecem as condições de entrada e saída do mercado de trabalho por meio de normas administrativas de contratação e reforma; distribuem (ou deixam de distribuir) bens básicos de subsistência, como habitação e apoios complementares; apoiam ativamente ou dificultam certos arranjos familiares e domésticos; e codeterminam tanto a riqueza material e exclusividade geográfica como a densidade da miséria por meio de esquemas administrativos e fiscais."

Os sintomas de uma realidade, onde predominam os processos de marginalização social e urbana, envolvem múltiplas dimensões que se intersectam, não se esgotando nas

diferenças de classe ou rendimento. Incluem dimensões culturais (ex. raciais, étnicas, religiosas, de género), estruturais (sociais e económicas) e políticas (Kühn, 2015; Bilson, 2005). Entre os indicadores capazes de revelar estes fenómenos, destacam-se: 1) défices de participação e de autonomia na tomada de decisões por parte das populações; 2) dificuldades no acesso das comunidades a bens materiais, simbólicos, equipamentos ou serviços; 3) lacunas educativas como o abandono escolar ou baixos níveis de qualificação; 4) Incerteza laboral traduzida em elevadas taxas de desemprego e em contratos a termo; (5) dependência de subsídios públicos; 6) vulnerabilidades nos espaços habitados, tais como: precariedade e sobrelotação dos alojamentos familiares, insegurança de posse (níveis reduzidos de habitação própria), carência de infraestruturas básicas (água, energia, saneamento), riscos e desqualificação do ambiente habitado, perceções de insegurança mais elevadas; (7) dificuldades de mobilidade, plasmadas na restrição do acesso a viatura própria/dependência do transporte público; (8) problemas de saúde com reflexo nos indicadores de bem estar infantil ou na doença de longo prazo. Outros fatores demográficos, tais como: (9) a monoparentalidade, os encargos parentais (no caso de casais com mais de três filhos), os fluxos imigratórios estrangeiros, ou a condição de isolamento na velhice (núcleos unifamiliares), indiciam, também, uma maior suscetibilidade às dinâmicas da privação. Diversos índices de medição multifatorial, dos quais podemos referir *Townsend Material Deprivation Score* (TMDS) ou o *Morris Scotish Deprivation Score* (MSDS) procuram analisar o fenómeno da pobreza e a sua expressão a nível territorial (Townsend, 1979; Mack & Lansey, 1985; Moris & Carstairs, 1991; Jarman *et al*., 1991; Hallerod, 1995; Lima, 2001; Morgan & Baker, 2006; Pacione, 2008; Atkinson *et al*., 2014; Bertin *et al*., 2014; Smith *et al*., 2015; Critelli & Musella, 2016; Durán & Condorí, 2019; Valente, 2018).

Compreender os fenómenos de privação e urbanização da pobreza em Portugal, bem como a sua articulação com as assimetrias do país e os fluxos migratórios daí decorrentes, obriga-nos a recuar ao tempo da ditadura e ao modo como as políticas do regime contribuíram para o reforço e persistência destas dinâmicas.

Como referido anteriormente, um período de relativo crescimento económico (1939-1945), em sincronia com a redução das importações, no contexto dos conflitos mundiais, concedeu um impulso à modernização industrial por via privada e pelo Estado Novo (Planos de Fomento). As dinâmicas de desenvolvimento que lhe sucederam (1950-1975) não corresponderam, contudo, a uma melhoria significativa das condições de vida ou à erradicação dos fenómenos de pobreza. Pelo contrário, terão reforçado estas tendências num contexto onde as funções redistributivas e sociais do Estado eram diminutas ou inexistentes. Em 1973, cerca de 30% da população poderia ser considerada pobre. A fome afetaria cerca de 3% das populações das zonas urbanas e 44% das populações das zonas rurais. A industrialização Portuguesa, embora acompanhada de crescimento económico, foi realizada,

como vimos anteriormente à custa da contenção salarial e da fixação de preços de produtos essenciais, de forma a permitir a capacidade produtiva da população urbana face à sua exígua capacidade de consumo. A redução da margem de rentabilidade da atividade agrícola, o seu reduzido grau de modernização, a abertura progressiva ao mercado, a par das políticas de fomento em prol das iniciativas privadas de industrialização e dos grandes projetos de urbanismo - instrumento de representação simbólica do regime –, determinam a desvitalização das economias rurais. A fome e as difíceis condições de subsistência nestes lugares, acabariam por despoletar importantes fluxos migratórios para as principais cidades do país (Lisboa e Porto), ou para cidades de outros países Europeus (França, Alemanha, Suíça, etc.). A estas circunstâncias, acresceu, na década de 1970, a pressão da população migrante e retornada do conflito colonial. Nas metrópoles, a crescente mão de obra face à oferta de emprego existente, assim como a inexistência de um sistema de providência social, acabariam por decretar a diminuição das condições de vida de parte substancial das populações urbanas (Maia, 2001; Silva, 1982).

Podemos afirmar que os problemas de habitação e de desordenamento do território em Portugal, se cruzam com o quadro anteriormente descrito. A expansão informal da Área Metropolitana de Lisboa, a partir da década de 1950, ocorrendo com especial intensidade a partir da década de 1970, reflete precisamente os processos de transferência populacional, decorrentes da degradação das condições de vida noutros territórios (rurais e ex-colónias) - uma espécie de espelho no tempo, das disfunções experimentadas por outras congéneres Europeias com o despontar da revolução industrial, dos problemas observados mais recentemente, em (muitas das) mega cidades do Sul Global por via da abertura ao mercado global, ou ainda nos territórios que absorvem um número crescente de refugiados e de imigrantes a nível internacional. As assimetrias geográficas, os fluxos migratórios daí descorrentes, bem como as debilidades do estado, propiciam fenómenos de crescimento urbano acelerado, especulação de solo e expansão dos bairros de barracas ou loteamentos clandestinos, visando usos habitacionais ou industriais de baixo custo.

Os projetos de habitação do Estado Novo – 'casas económicas', 'casas desmontáveis' e os novos bairros sociais – constituíram uma resposta insuficiente, face aos graves problemas habitacionais vividos nas grandes cidades. Simultaneamente, uma política de habitação estruturada em torno da iniciativa privada e da aquisição de casa própria, articulada com a promoção casuística do uso do solo (como comprova a lei dos loteamentos, Decreto-Lei n.º 46673, 1965) resultou em dificuldades de acesso ao mercado imobiliário, dando origem ao parcelamento ilegal do solo e à proliferação de zonas urbanas informais – situações dramatizadas pelas progressivas demolições e projectos de renovação dos centros urbanos, visando a sua adaptação às novas acessibilidades viárias e funções económicas (Teixeira, 1992; Pereira, 2004). Este enquadramento permite compreender a articulação estreita entre

os fenómenos de privação e urbanização da pobreza e as dinâmicas de expansão metropolitana na AML na segunda metade do século XX.

Durante décadas os trabalhadores viveram assim em situação de pobreza extrema, sem acesso a água canalizada, a esgotos, em alojamentos precários ou em barracas superlotadas e insalubres. A situação era de tal forma grave que, em 1963, o Diário Popular realizou uma reportagem sobre o problema da habitação composto por 19 artigos. Destes, 18 seriam censurados pelo regime – os fenómenos de privação e urbanização da pobreza tinham que ser escondidos. Apesar da transferência parcial deste problema para os bairros de lata de outras cidades Europeias (ex. bidonville franceses) e da absorção de parte destas populações nos blocos ilegais desenvolvidos por promotores privados, a investigação realizada permitiu estimar a existência de 10.000 barracas em 1959, número que subiu para 50.000 em 1962 (Teotónio Pereira, 1993).

O episódio das cheias em Lisboa, a 25 de Novembro de 1967, é demonstrativo dos riscos decorrentes de uma proliferação informal da cidade, tendo afetado sobretudo as populações mais pobres que viviam em barracas, localizadas sobre os leitos de cheias (ex. Odivelas e Loures). Estima-se que tenham morrido 700 pessoas e que tenham sido destruídas 20.000 habitações. A interrupção da contabilização dos mortos e a forte censura aos jornais impedem que tenhamos uma noção da violência desta tragédia. Para além de esconder a pobreza e a sua profunda ineficácia, o aparelho repressivo da ditadura queria também omitir a morte, apesar desta ressurgir, ao longo dos dias, à medida que a lama era retirada das ruas (Costa *et al*., 2014; Leite Ferreira, 2017).

Em 1974, 25% da população portuguesa vivia ainda sem condições de habitabilidade, 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía energia elétrica, 60% não possuía rede de esgotos, 67% não possuía instalações sanitárias. Só em democracia os problemas da habitação começam a assumir um papel central no âmbito da reivindicação social, dos investimentos e das políticas públicas. Em julho de 1974 é criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), por despacho conjunto do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, e do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Braz. O objetivo era a resolução dos problemas habitacionais através do desenvolvimento de projectos participados, envolvendo equipas multidisciplinares e os moradores a que se destinavam os novos fogos. No momento em que foi interrompido, outubro de 1976 – talvez porque o seu modelo de democracia direta constituía uma ameaça à democracia representativa – estariam 169 operações em curso, englobando 41.665 famílias de moradores (2259 fogos em construção e 5741 fogos previstos). No mesmo ano, o direito à habitação condigna seria consagrado pelo artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa: "*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar*"

(Centro de Documentação 25 de Abril, 2021)

A democracia e a consolidação do Estado Providência permitiram melhorias significativas no nível e na qualidade de vida das populações, no aumento dos níveis de escolaridade, na melhoria das condições de saúde e de habitação, na segurança laboral. Foi criado um sistema de assistência social e fortaleceu-se a rede de infraestruturas básicas e de equipamentos sociais, económicos e culturais, um pouco por todo o país. O Programa Especial de Realojamento (PER) (DL 163/93) lançado na década de 1990, após a adesão à União Europeia, e implementado nas duas décadas seguintes, constituiu o maior programa público de políticas habitacionais decretado em democracia. Possibilitou o realojamento de 45.572 famílias que viviam em situações precárias ou em barracas e os indicadores anteriormente referidos (saneamento, abastecimento de água e energia, condições de habitabilidade) melhoram substancialmente. Apesar de todos os progressos feitos em matéria de habitação, de planeamento territorial e de distribuição de serviços e equipamentos, existe ainda um longo caminho a percorrer no combate à exclusão urbana. Não só as populações realojadas continuam a sofrer processos de marginalização no plano socioeconómico, observando-se problemas no acesso à educação ou ao emprego, filtrados por questões de classe, etnia ou género, como persistem e agravam-se problemas estruturais no acesso à habitação. Segundo o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, 25.762 famílias estão sinalizadas como permanecendo em situação habitacional claramente insatisfatória, das quais 74% se encontram concentradas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (IHRU, 2018).

Como refere Coelho (2020), as transformações macroeconómicas globais das últimas décadas - especialmente penalizadoras das economias mais periféricas e atrasadas como Portugal -, traduziram-se na desvalorização das qualificações das camadas mais jovens, com consequentes efeitos emigratórios; e no aprofundamento das clivagens de rendimento, entre as camadas mais favorecidas e menos favorecidas da população, bem como, entre gerações. A crise da dívida soberana e o programa de ajustamento (2011-2014), implicando o aumento do desemprego e dificuldades crescentes no acesso à habitação, afetaram dois dos elementos centrais no combate à pobreza. Os dados apresentados pela investigadora, concluem o agravamento das desigualdades, nos extremos de distribuição de riqueza líquida das famílias entre 2010 e 2017, em especial nas camadas mais jovens (menores que 35 anos), que viram a sua riqueza colapsar em mais de 50%. Em 2018 Portugal apresentava a maior taxa de abandono escolar masculino da UE (13,7% entre os 18-24 anos), a sétima posição no nível de desigualdades de distribuição de rendimento e uma pobreza monetária prévia às funções de distribuição social, de 43,7%.

Estudos, como “Desigualdade de rendimento e pobreza em Portugal” (2016) e “Pobreza em Portugal. Trajetos e quotidianos” (2021), lançados pela Fundação Francisco Manuel do

Santos, corroboram o panorama anteriormente apresentado. A queda generalizada dos rendimentos em 12% (entre 2009 e 2014), afetou desproporcionalmente a população mais pobre (com quebras de 25%) e mais jovem (20%), face à população mais rica (10%) e mais velha (13%). Estima-se que 1/5 da população Portuguesa esteja em situação de pobreza, correspondendo a desempregados (13%), reformados (27,5%), precários (26,6%) e trabalhadores (32,9%). Cerca de 20% dos pobres são jovens com menos de 18 anos. Estes dados, apresentados no âmbito dos estudos acima citados, permitem concluir que uma parte substancial da população portuguesa, depende remunerações e vínculos laborais que inviabilizam a sua saída de uma condição de privação. Não só o elevador de mobilidade social parece ter estagnado nas classes mais desfavorecidas como se verificam fenómenos de mobilidade descendente das camadas de população mais jovens (Rodrigues *et al.,* 2016; Diogo *et al.*, 2021; Agência Lusa, 2016; Frazão, 2021).

O agravamento das desigualdades socioeconómicas em conjunto com a persistência de disparidades na difusão do processo de desenvolvimento a nível nacional, refletem-se no extremar das assimetrias urbanas na AML. Reis (2020, pp. 300-327) refere a este propósito as consequências de um modelo de desenvolvimento do país centrado em Lisboa:

"centrado em Lisboa (...) consiste na concentração (...) das atividades mais dinâmicas, mesmo que não sejam as mais robustas, mobilizando recursos e pessoas, com especial incidência nos jovens qualificados. O que é mais notório é o fornecimento de população àquele 'centro' por parte do resto do país, convertido, todo ele, em 'periferia' muito estreita. Esta presença dominadora de dinâmicas de concentração unipolar metropolitana em Lisboa implicou a regressão de outros espaços relevantes (...) Há pois um problema territorial em Portugal e ele consiste no deslaçamento criado por este modelo unipolar de crescimento, hoje em crise. Esta vulnerabilidade relaciona-se com outra, a da natureza frágil, precária, assimétrica da metrópole Lisboeta."

Destaca-se nesta análise a condição ambivalente atribuída à capital, considerada enquanto centro polarizador do desenvolvimento - principal ponto de convergência do país com a economia global (por via das pressões competitivas e das dinâmicas de internacionalização, terciarização e financeirização económica) – e, simultaneamente, enquanto '*periferia estreita vulnerável e precária'*, na medida em que acumula as consequências do seu próprio sucesso, entre estas, os fluxos populacionais provenientes dos territórios progressivamente desguarnecidos e marginalizados em termos do seu capital produtivo e social a nível nacional (Reis, 2020). A confluência de mão de obra, a terciarização e especialização da economia em setores com reduzida margem para crescimentos salariais - o caso do turismo –, a progressiva desvalorização e precarização do emprego, bem como os processos de gentrificação e financeirização urbana em curso, enunciam a possibilidade

do agravamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza na AML. Dados recentes parecem corroborar esta tese. Entre 2018 e 2021 surgiram no país mais 11.000 alojamentos considerados clandestinos, incluindo "*barracas, acampamentos, pré-fabricados a até lojas comerciais transformadas em alojamento*", com especial incidência na região da grande Lisboa (Araújo, 2021). Também o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (2018) se encontra desatualizado, verificando-se que até 2021, o número de famílias a viver em condições insatisfatórias quase duplicou; passou de 25.762 famílias para 38.013 (47,5%) (Lusa, 2021).

3.4 Aplicação de métodos quantitativos no mapeamento de fenómenos de polarização urbana na AML

3.4.1 Análise estatística na identificação de fenómenos de polarização territorial

Diversas técnicas de análise estatística podem ser mobilizadas para investigar e mapear fenómenos de polarização territorial.

No âmbito da investigação sobre as assimetrias sociais, Chen *et al*. (2018) socorreram-se de um conjunto de variáveis censitárias (recolhidas entre 2001-2011), do cálculo de Quocientes de Localização (QL) e da construção de um índice de dissimilaridade, de forma a identificar a evolução da distribuição espacial dos grupos sociais (privilegiados e em privação) no território de Hong Kong. Nesta investigação concluíram sobre a crescente diferenciação do perfil socioeconómico a nível distrital. Zwiers *et al*. (2015), tendo como referência um conjunto de variáveis preditivas e uma combinação de métodos - análise sequencial e análise de discrepância multifatorial estruturada hierarquicamente (*Tree-structured discrepancy analysis)* -, mapearam e tipificaram padrões de polarização socioespacial nas cidades dos Países Baixos. Já Lelo *et al*. (2019) recorreram a técnicas de análise de decisão multicritério, para mapear a distribuição das desigualdades socioeconómicas em Roma. Para este efeito, aplicaram um indicador sintético, definido a partir de um modelo de soma ponderado. Esta operação de ponderação e adição teve em consideração um conjunto de critérios (ex. qualidade urbana, densidade de empregos, educação, serviços culturais) e correspondentes variáveis estatísticas. Outras abordagens como as de Pawson *et al*. (2015), envolveram a identificação de lugares em desvantagem socioeconómica num conjunto de cidades Australianas (Sydney, Melbourne, Brisbane). Para este efeito utilizaram um índice de desvantagem socioeconómica relativa, previamente desenvolvido pelo *Australian Boureau of Statistics* (SEIFA). Recorrendo a medidas de localização estatística (quintis e decis) e técnicas de georreferenciação, localizaram os lugares mais fortemente afetados por este fenómeno.

Seguidamente, recorrendo a um conjunto de indicadores censitários, e a técnicas de análise de *clusters*, procederam à tipificação destes contextos a nível urbano.

No âmbito do panorama nacional, destaca-se o estudo de Nogueira & Lourenço (2015) que visou cartografar as dinâmicas de privação socioeconómica na AML (2001-2011). Para este efeito foi criado um índice de privação múltipla (IPM), com base na normalização, ponderação e adição de três indicadores (taxa de desemprego, percentagem de trabalhadores com ocupação não qualificada e proporção de alojamentos sobrelotados), e da hierarquização das freguesias que compõem a metrópole em função dos resultados obtidos (Nogueira & Lourenço, 2015).

Técnicas estatísticas semelhantes foram utilizadas para avaliar a incidência espacial de outros fenómenos, tais como a vulnerabilidade (social e biofísica) de comunidades e lugares (Cutter *et al*., 2010) ou a incidência das dinâmicas de gentrificação. Hedin *et al*. (2012), procuraram mapear os processos de desalojamento residencial e gentrificação (entre 1986 e 2001) nas principais cidades Suecas (Estocolmo, Gotemburgo, Malmo). Neste âmbito selecionaram um conjunto de indicadores (ex. rendimento, qualificações, mobilidade residencial) aos quais aplicaram medidas de dispersão e distribuição estatística (*thresholds),* identificando desta forma os lugares mais afetados no âmbito destes fenómenos. Autores como Holm & Shulz (2018), realizaram o mapeamento e quantificação de um indicador da intensidade de processos de gentrificação através da combinação de índices (ex. índice imobiliário e índice social), produzidos através de uma análise das componentes estruturais de um conjunto de variáveis (shift-share analysis), visando a sinalização e padronização dos desvios observados face à média urbana. Outros exercícios visaram a comparação de resultados óbitos através da aplicação de índices e metodologias diversas. Preis *et al*. (2020) comparam os mapeamentos resultantes da aplicação de diversos índices de risco de gentrificação/desalojamento Americanos no contexto da cidade de Boston. A mesma abordagem comparativa foi adotada por Liu *et al*. (2019), tendo como referência a cidade de Auckland, na Nova Zelândia, e duas das técnicas mais utilizadas no âmbito da identificação destes processos: definição de índices compósitos, baseados na definição de *thresholds* para um conjunto de variáveis socioeconómicas censitárias (metodologias de estatística inferencial ou classificação supervisionada), e metodologias de construção de clusters por via de algoritmos, como o *K*-means. No âmbito deste último procedimento as variáveis são analisadas com o objetivo de definir grupos com características semelhantes a nível interno e dissimilantes entre si (clusters) resultando na tipificação das dinâmicas em estudo a nível geográfico. Salientam-se ainda no âmbito da análise espacial dos processos de gentrificação, procedimentos que envolvem uma combinação de métodos, incluindo a utilização de metodologias qualitativas (questionário) a par da informação censitária no âmbito do processamento estatístico, ou a utilização de técnicas inovadoras envolvendo mecanismos

de inteligência artificial (*deep learning; machine learning techniques*) e recursos de informação georreferenciada como por exemplo imagens panorâmicas da plataforma Google Street View (Llic *et al*., 2019; Almeida-Garcia *et al*., 2021).

Métodos similares aos apresentados, foram utilizados para analisar a nível geográfico, fenómenos como a desindustrialização, o declínio urbano ou a suburbanização. Maantay (2017) mapeou, na cidade de Glasgow (Escócia), os lugares mais vulneráveis com o objetivo da definição de políticas urbanas mais eficazes. Para este efeito criou um índice, a partir de um conjunto de variáveis (ex. indicadores de privação, indicadores de saúde, indicadores de desindustrialização) às quais foram aplicadas técnicas de análise de informação espacial exploratória, entre estas: análise de clusters, regressão geográfica ponderada, estatísticas descritivas e razão de probabilidade. Hartley (2013), socorrendo-se de uma metodologia menos complexa, identificou as dinâmicas de declínio urbano, na cidade de Cleveland (Estados Unidos), a partir do simples mapeamento do intervalo de distribuição de um conjunto de variáveis entre 1970-2009. Wiechmann & Wolff (2013) utilizaram uma abordagem semelhante para identificar as cidades em declínio (*shrinking cities*) na Europa entre 1990-2010, tipificando, através da definição de critérios, diversas situações de perda demográfica. Henning (2018), por sua vez, estudou o declínio e crescimento das aglomerações urbanas na Alemanha, focando-se nas dinâmicas demográficas. Para este objetivo, mobilizou técnicas de geovisualização avançada e criou cartogramas de equalização de densidade, em que a dimensão de cada unidade espacial de análise foi calculada em função da sua densidade populacional. Estes resultados foram posteriormente relacionado com um conjunto de variáveis socioeconómicas.

No que concerne a dinâmicas de declínio rural, destacam-se também um conjunto variado de metodologias estatísticas visando a sua espacialização. Hedlund (2014), identifica um conjunto de tipologias de áreas rurais na Suécia com base na seleção de um conjunto de variáveis (socioeconómicas e demográficas) e na aplicação de técnicas de análise de *clusters*. Neste âmbito, localiza os tradicionais territórios rurais deprimidos, no âmbito da tipologia 'periferia de recursos'. Liu *et al*. (2022), tendo como área de estudo os territórios periféricos do Nordeste da China, recorrem às mesmas técnicas de análise estatística (*K-means*), suportadas num conjunto de indicadores, de forma a georreferenciar a incidência espacial de diferentes tipologias de desenvolvimento rural, entre 2000-2017. Os resultados obtidos foram posteriormente comparados com as dinâmicas de desenvolvimento rural observadas nos territórios Europeus Orientais periféricos. Já Hennerby & Tryjakiewicz (2020), visando a classificação das regiões rurais estruturalmente frágeis em Portugal e na Áustria, por via da construção de um índice de desenvolvimento rural, mobilizaram uma técnica distinta, designada de TOPSIS – '*Technique for order preference by similarity to ideal solution'*. Este procedimento introduzido por Hwang & Yoon (1981), tem sido frequentemente utilizado

na construção de índices sintéticos de desenvolvimento regional (Pawlewicz *et al*. 2020; Maslinowski, 2019). Tendo como referência um conjunto de variáveis, esta técnica, baseia-se nas relações de similaridade estabelecidas entre as características de cada unidade espacial de análise e uma solução ideal pré-definida. Envolve a divisão dos resultados obtidos por classes, em função de medidas de distribuição estatística, tais como a média aritmética e o desvio padrão (Hennerby & Tryjakiewicz, 2020).

No âmbito de uma análise mais abrangente sobre as assimetrias socioespaciais em Portugal, salienta-se o estudo "*Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental*" (2005). O mesmo teve como objetivo a tipificação dos contextos urbano/rural, em conjunto com as situações de exclusão em Portugal Continental. Para este efeito, foi realizada uma revisão teórica inicial que suportou a seleção de um conjunto alargado de indicadores. Estes serviram de base à construção de tipologias, por via de procedimentos de análise estatística, envolvendo análise fatorial de componentes principais (ACP) - de forma a reter os fatores estatisticamente mais relevantes -, bem como técnicas de análise hierárquica de clusters (*hierarchical cluster analysis)* que permitiram identificar grupos de territórios homogéneos internamente e contrastantes entre si. Cada um destes *clusters* foi definido em função de medidas de centralidade e dispersão, baseadas no valor médio e desvio padrão assumido pelas variáveis no interior de cada grupo e a sua relação (ou distância euclidiana) face ao valor médio e desvio padrão observado para as mesmas variáveis na totalidade do universo estudado. Da aplicação destas técnicas resultou uma aproximação às assimetrias socioespaciais do país, tipificadas através de seis tipologias (territórios moderadamente inclusivos, territórios de contrastes e base turística, territórios ameaçadores e atrativos, territórios envelhecidos e desertificados, territórios industriais com forte desqualificação, territórios envelhecidos e economicamente deprimidos) e georreferenciadas a nível municipal (Fangueiro, 2005).

Por fim, mais recentemente, destaca-se o estudo '*Territórios de bem-estar: assimetrias nos municípios portugueses'* (2022) da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Esta investigação interdisciplinar visou analisar as assimetrias regionais do país, tendo como referência um conjunto de indicadores multidimensionais de desigualdade social, recolhidos a nível municipal. Através de técnicas de análise de *clusters* foram identificadas cinco tipologias contrastantes de territórios (inovação, urbanos em rede, industriais em transição, intermédios, baixa densidade), sendo que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, apesar de pertencerem ao cluster mais dinâmico (inovação), foram caracterizadas como as mais desiguais a nível nacional, no que respeita às condições de vida dos seus residentes. O estudo realça ainda a influência dos diversos contextos locais, em termos de limitações e oportunidades nas trajetórias de desenvolvimento socioeconómico dos territórios (Mauritti *et al.*, 2022).

3.4.2 Descrição do método adotado no âmbito do mapeamento de fenómenos de polarização urbana na AML

Aceitando a premissa de que um mundo cada vez mais desigual exige a colocação da lente do investigador naquilo que é a sua evidência extrema, procurou-se definir um mecanismo de diagnóstico estatístico uniformizado, com o objetivo de avaliar a incidência espacial na AML de um conjunto de fenómenos de diferenciação socioeconómica e espacial. Em particular pretendeu-se georreferenciar os territórios mais fortemente polarizados por estas dinâmicas. As tipologias de polarização urbana elegidas foram deduzidas e descritas *a priori* (2.3), correspondendo a uma aproximação aos processos de *desenvolvimento geográfico desigual*, referenciadas por Harvey (2019) ou à tentativa de categorizar as a*ssimetrias de urbanização* mencionadas por Domingues (2016). Já a localização ou a sinalização dos territórios onde assumem maior intensidade estão em linha com o desafio de Harding & Blokland (2014), relativo à adoção de *métodos comparativos capazes de identificar contrastes urbanos* ou com a proposta introduzida por Sassen (2014), de concentrar a observação do mundo nos seus *limites-sistémicos* – os lugares onde se tornam mais evidentes um conjunto variado de expulsões, decorrentes das dinâmicas de restruturação económica em curso a nível global. O mapeamento de uma *geografia dos extremos*, *da exceção ou outlier* – iminentemente mais 'invisível', porque distante do padrão normal observado a nível metropolitano, constitui, deste modo, o cerne da abordagem quantitativa aplicada. As técnicas de análise estatística mobilizadas para este efeito, assemelham-se a abordagens já descritas no tópico anterior, envolvendo a seleção de um conjunto de indicadores (demográficos, socioeconómicos e de ocupação do solo) bem como a construção de índices compósitos capazes de identificar a nível geográfico, a intensidade de cada um dos fenómenos polarização urbana. Com os devidos ajustamentos, tomou-se como referência a técnica TOPSIS (identificada anteriormente) no que concerne à ordenação de preferências em função da similaridade a situações definidas como ideais, bem como critérios de classificação estatística assentes em medidas de distribuição, semelhantes às utilizadas no estudo sobre as desigualdades – é o caso de Piketty (2015) que localiza os extremos da distribuição de rendimento e riqueza para avaliar o grau de clivagens na sociedade. A cartografia obtida – os territórios mais polarizados no âmbito da tipologia de fenómenos analisados, constitui a base ('solução ideal'), a partir da qual, através da seleção de um conjunto de freguesias e da mobilização de métodos qualitativos, se aprofundará o conhecimento sobre os processos de periferização (socioeconómica, ambiental, institucional) e as vulnerabilidades que afetam o território metropolitano, em particular das causas, atores e instrumentos nestes implicados. Procede-se de seguida, à descrição detalhada dos métodos aplicados.

O subcapítulo **3.3** apresentou uma tipologia de fenómenos considerados representativos das dinâmicas de diferenciação socioeconómica e espacial, procedendo à sua contextualização na AML. Esta revisão teorica permitiu sistematizar um conjunto de critérios correspondentes a cada uma destas tipologias, cujas características se encontram sintetizadas na Tab. 2.

Gentrificação	Expansão metropo-litana intensiva	Desindustrialização ou declínio urbano	Declínio rural metropolitano	Privação ou urbanização da pobreza
Expulsão das populações dos seus espaços vivenciais Transformação gradual do tecido social – atracão de uma população vez mais privilegiada, qualificada e internacionalizada Desvalorização dos centros históricos urbanos precedida do aumento das operações de reabilitação, dos valores do imobiliário e do arrendamento Aumento das atividades ligadas ao setor da hospitalidade (alojamento, restauração e similares) Declínio das atividades industriais e do pequeno comércio tradicional de proximidade Investimento em grandes eventos e projetos de transformação urbana cujo objetivo prioritário é captar investimento estrangeiro e o incremento da visibilidade dos territórios a nível global Aumento do nível de empregos precários ou informais (ex. setores da construção, alojamento, restauração) frequentemente associados a fenómenos migratórios. Perceção de diminuição da qualidade de vida nos meios urbanos (redução do poder de compra da população local, aumento de poluição sonora e ambiental, sobrecarga de infraestruturas, serviços e recursos urbanos face a excesso de visitantes)	Aumento populacional Crescimento das atividades económicas Expansão da oferta turística Perfil económico e social diversificado Elevados níveis de alteração de usos de solo decorrentes do processo de urbanização Défices infraestruturais devido ao crescimento urbano súbito Dependência excessiva do automóvel com impacto nas alterações climáticas Elevados níveis de consumo de recursos (ex. solo e água) Perda de biodiversidade Fenómenos de poluição Desafios a nível da administração local e sistemas de planeamento	Perda de importância do setor secundário Aumento das taxas de desemprego Perda populacional e envelhecimento demográfico Degradação, abandono e desvalorização do parque imobiliário Desqualificação do espaço público Declínio do comércio e serviços locais Presença de zonas industriais arruinadas, e focos de contaminação Deslaçamento do capital social e das redes comunitárias Restrições nos níveis de provisão de serviços/manutenção de equipamentos e infraestruturas por quebra da base fiscal Baixa atratividade em termos de novos residentes ou intenções de investimento	Perda e envelhecimento populacional Densidade populacional reduzida Baixas taxas de escolarização e qualificação Carências na provisão de infraestruturas, serviços e equipamentos (ex. educação, saúde, cultura, transportes, tecnologias de comunicação) Défice de infraestruturas Constrangimentos de mobilidade Perda de capital social e institucional com redução dos níveis de participação democrática; Economia pouco diversificada centrada no setor primário e em remunerações baixas Dissolução dos mercados locais, serviços e funções comerciais Declínio das atividades produtivas tradicionais Baixos níveis de atratividade social e económica com reduzida capacidade de captação de investimento Abandono agroflorestal com redução dos níveis de biodiversidade (aumento das tendências de desertificação física e de risco de incêndio)	Lacunas educativas: abandono escolar e baixos níveis de qualificação Incerteza laboral traduzida em elevadas taxas de desemprego e em contratos a termo Dependência de subsídios públicos Elevados níveis de arrendamento Sobrelotação e precariedade de alojamentos Carência de infraestruturas básicas Riscos e desqualificação do ambiente habitado Perceções de insegurança mais elevadas Constrangimentos de mobilidade /dependência do transporte público; Problemas de saúde com reflexo nos indicadores de bem -estar infantil ou na doença de longo prazo Fatores demográficos: presença de núcleos idosos unifamiliares, famílias monoparentais, casais com mais de 3 filhos e de fluxos migratórios articulando questões étnicas e raciais Défices de participação e de autonomia na tomada de decisões por parte das populações Dificuldades no acesso das comunidades a bens materiais, simbólicos, equipamentos ou serviços

Tab. 2 – Caracterização-síntese das tipologias de fenómenos de polarização metropolitana em análise

Tomando como referência os critérios expostos na Tab. 2, procedeu-se à identificação da informação estatística disponível, capaz de caracterizar do ponto de vista demográfico, socioeconómico e da ocupação de solo, as cinco tipologias em estudo na AML. Com este propósito foram recolhidos e produzidos indicadores estáticos e dinâmicos (variáveis quantitativas), considerando um período temporal abrangente (1990-2011), bem como fontes diversas, incluindo os Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), Carta de Ocupação de Solo (COS) da Direção-Geral do Território (DGT), entre outras, que serão referenciadas, mais à frente, em tabelas de apoio. Relativamente a dados sobre o imobiliário, foi possível introduzir alguma informação estatística mais atualizada (até 2020). A escala considerada para a recolha de dados foi o nível da freguesia (n= 207) e, no caso dos fenómenos de privação e pobreza, considerou-se adicionalmente a escala da subsecção. Esta opção teve como objetivo captar com maior definição a expressão disseminada que este fenómeno assume a nível territorial. Pelo seu carácter diferenciado, optou-se também por uma análise estática, uma vez que nos pareceu mais relevante a identificação dos territórios críticos na AML, do que o estudo da evolução dos indicadores sociodemográficos, que poderia condicionar este mapeamento. Foram, assim eleitos, nesta fase de operacionalização, cinco blocos de variáveis quantitativas com potencial para identificar as tipologias em estudo[7]. A totalidade das variáveis quantitativas selecionadas, em função de cada tipologia, expõe-se na Tab. 3 e a sua discriminação pode ser consultada em anexo (Anexo A).

Tipologia	Total de variáveis (v)
Desindustrialização ou declínio urbano	20
Declínio rural metropolitano	26
Gentrificação	16
Expansão metropolitana	19
Privação ou urbanização da pobreza (freguesia)	18
Privação ou urbanização da pobreza (subsecção)	11

Tab. 3 Número total de variáveis por tipologia

Tendo em conta os blocos de variáveis definidos, e os valores obtidos para cada uma das freguesias que compõem a AML, aplicaram-se métodos de análise estatística explicativos e classificativos (localização e categorização) de forma a obter um indicador compósito, capaz

[7] No caso da tipologia '*Privação e Urbanização da Pobreza*' foi definido um bloco de variáveis adicionais, tendo em consideração a informação estatística disponível à escala da subsecção.

de sinalizar as freguesias[8] mais fortemente polarizadas, tendo em conta cada tipologia elegida. Este processo envolveu três etapas:

a) Numa primeira etapa, tendo como objetivo facilitar as operações de comparação, adição e classificação da informação, implicadas na construção de um indicador compósito, foram aplicados um conjunto de procedimentos estatísticos prévios a cada bloco de variáveis. Para este efeito foi utilizado o *software* SPSS Statistics ® (versão 23). Através do método *Zscore* (Eq. 1), procedeu-se à sua normalização. Este procedimento visou transformar as variáveis originais num novo conjunto de variáveis padronizadas, o que permitiu comparar variáveis com grandezas/ distribuições normais dissemelhantes e clarificar a posição de um determinado objeto (freguesia ou subsecção), face ao valor médio de referência das variáveis utilizadas, tendo em conta o contexto da AML (Mcloon, 2004; Nogueira & Lourenço, 2015; Patro & Sahu, 2015).

$$Zscore = \frac{(x-\mu)}{\sigma}$$

Eq.1 Fórmula Zscore

Sendo: μ média que a variável assume na amostra, σ desvio padrão da variável. A variável obtida caracteriza-se por ter média = 0 e desvio padrão =1.

De seguida, utilizando o mesmo *software,* aplicaram-se métodos de redução de variáveis por seleção, tendo sido eliminadas as variáveis em cada tipologia que apresentavam elevados níveis de correlação, denunciando situações de redundância na informação utilizada. Foram também identificadas e removidas situações de multicolinearidade. Estas correspondem a uma relação perfeitamente linear entre variáveis, evidenciando a não-independência de variáveis preditivas, com impacto na alteração dos valores de variância do modelo (Robinson & Schumacker, 2009). Para este efeito foram calculadas matrizes de correlação entre variáveis, através do coeficiente de correlação de Pearson (Eq. 2) bem como os níveis de VIF (Variance Inflation Factor) e Tolerância[9]. Removeram-se variáveis tendo como critérios: $>$ 0,85; Tolerância $<$ 0,20 e VIF $>$ 5; Tolerância $<$ 0,10 e VIF $>$10 (Dormann *et al*., 2013; Suleiman, 2015). Esta operação teve como objetivo restringir as possibilidades de sobreponderação de indicadores/critérios, e, por conseguinte, evitar distorções no âmbito da construção do índice compósito. Permitiu, adicionalmente, identificar relações significantes a nível espacial entre os indicadores demográficos, socioeconómicos e de ocupação de solo selecionados. Os testes de Tolerância e VIF, as variáveis removidas em cada tipologia e as matrizes de correlação e podem ser consultados em anexo (Anexo B).

[8] e subsecções no caso da tipologia privação e urbanização da pobreza
[9] Para mais informações sobre o cálculo do VIF e Tolerância ver Robinson & Schumacker (2009)

$$\rho = \frac{\Sigma_{i=1}^{n}(x_{i-}\ddot{x})(y_{i-}\ddot{y})}{\sqrt{\Sigma_{i=1}^{n}}(x_{i-}\ddot{x})^2\sqrt{\Sigma_{i=1}^{n}(y_{i-}\ddot{y})^2}}$$

Eq. 2 Fórmula do coeficiente de Pearson

sendo: x_i o valor assumido pela primeira variável; y_i o valor assumido pela segunda variável; $\ddot{x}$ a média da amostra para a primeira variável; $\ddot{y}$ a média da amostra para a segunda variável; n comprimento da coluna ou número de observações. À medida que o coeficiente de Pearson se aproxima dos valores 1 e -1 denuncia valores de correlação quase perfeitos entre variáveis, de tipo direto ou inverso respetivamente (SPSS, 2020)

b) Numa segunda etapa, após obtenção do bloco de variáveis finais, representativas de cada tipologia, socorremo-nos do *software* Microsoft Excel® (Versão 16.16.22) para pôr em prática medidas de localização e técnicas de classificação estatística capazes de identificar o nível de polarização de cada freguesia da AML, face a cada um dos cinco fenómenos em estudo. Para cada uma das variáveis (v), foram calculados os extremos superior (percentil 80) e inferior (percentil 20) da sua distribuição na AML, tendo como referência o comportamento esperado em função de cada um dos fenómenos analisados, e o objetivo de localizar os territórios onde as dinâmicas demográficas, socioeconómicas e de ocupação do solo correspondentes, se encontram mais extremadas, desviando-se da mediana de valores observados na metrópole. As tabelas seguintes (Tab. 4 a Tab. 9) apresentam o bloco de variáveis finais definidas para cada tipologia (respetivamente, desindustrialização ou declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, gentrificação, declínio rural metropolitano, privação ou urbanização da pobreza) incluindo as medidas de localização estatística adotadas (Percentil), os critérios que as justificam, bem como período temporal e origem da informação[10]

Desindustrialização ou declínio urbano				
Variável	**Percentil**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Taxa de variação da população residente (%)	20	Perda populacional	1991-2011	INE
Proporção de população economicamente ativa (%)	20	Envelhecimento populacional	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos Vagos (%)	80	*Proxy* da baixa atratividade populacional	2011	INE

[10] INE= Instituto Nacional de Estatística; QP/MTSSS = Quadros de Pessoal do Ministério do trabalho, solidariedade e segurança social; AirDNA/RNAL = AirDNA/Registo Nacional do Alojamento Local; CCDRLVT = Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; COS/DGT = Carta de Ocupação de Solo/Direção-Geral do Território; Lxhabidata =plataforma de dados de habitação com atualização permanente relativos aos municípios e freguesias da Área Metropolitana de Lisboa

Variação da taxa desemprego (%)	20	Dinâmicas regressivas do ponto de vista do emprego	1991-2011	INE
Taxa de desemprego (%)	80	Dinâmicas regressivas do ponto de vista do emprego	2011	INE
Proporção de população que trabalha ou estuda noutro concelho (%)	80	Reduzidas oportunidades de emprego e de qualificação	2011	INE
Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (min)	80	Pendularidade associada à ausência de emprego ou de oportunidades de qualificação	2011	INE
Variação simples das empresas no setor industrial (n)	20	Desmantelamento da capacidade produtiva	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor industrial (n)	20	Desmantelamento da capacidade produtiva	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples da população empregada no setor terciário	20	Destruição de emprego/ Baixa capacidade de reconversão do tecido socioeconómico	2001-2011	INE
Variação simples das empresas no setor do comércio a retalho, alojamento, restauração e similares (n)	20	*Proxy* da dissolução do tecido económico local	2003-2012	QP/MTSSS
Peso do setor do alojamento local tendo em conta o número de empresas (%)	20	Baixa atratividade turística	2003-2012	QP/MTSSS
Volume de alojamentos locais (n) (aproximado)	20	Baixa atratividade turística	2017	AirDNA/RNAL
Valor Médio do Imobiliário (€/m2)	20	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (%)	80	Desqualificação do parque edificado	2011	INE
Taxa de variação de edifícios (%)	20	Dinâmicas de (des) urbanização	2001-2011	INE
Receita fiscal por habitante (€)	20	*Proxy* de bases fiscais reduzidas e de possíveis impactos na provisão de serviços/manutenção de infraestruturas	2012	CCDRLVT
Proporção de áreas industriais (ha)	80	Presença de áreas industriais	2010	COS (DGT)
Zonas abandonadas em territórios artificializados (ha)	80	Ruína e desqualificação da paisagem	2010	COS (DGT)

Tab. 4 – Tabela de variáveis identificativas de contextos de desindustrialização ou declínio urbano

Expansão metropolitana intensiva				
Variável	**Perc.**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Taxa de variação da população residente	80	Crescimento populacional	1991-2011	INE
Proporção de novos residentes (%)	80	Atratividade social	2005-2011	INE
Índice de envelhecimento	20	Rejuvenescimento da população	2011	INE
Proporção de população natural da freguesia onde reside (%)	20	*Proxy* das dinâmicas de recomposição social	2011	INE
Índice de diversificação social com base nas classes profissionais (0-1: 0 mais diverso e 1 menos diverso)	20	*Proxy* de diversidade social	2011	INE
Variação simples das empresas (n)	80	*Proxy* de atratividade económica	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego (n)	80	*Proxy* de atratividade económica	2003-2012	QP/MTSSS

Variação do emprego da população residente no setor primário (n)	20	*Proxy* de abandono da atividade agrícola (Rurbanização)	2001-2011	INE
Variação do emprego da população residente no setor secundário e terciário (n)	80	*Proxy* de atratividade e recomposição económica (industrialização e terciarização)	2001-2011	INE
Índice de diversificação económica com base nos setores de atividade económica (0-1:,0 mais diverso e 1 menos diverso)	20	Níveis elevados de diversidade económica	2012	QP/MTSSS
Proporção de alojamentos de segunda habitação (%)	80	Elevada atratividade para "turismo habitacional"	2011	INE
Taxa de variação de alojamentos (%)	80	Relevância das dinâmicas de urbanização	2001-2011	INE
Variação das licenças de alojamento local (2013-2020)	80	Expansão da oferta turística	2013-2020	Lxhabidata
Proporção de transformação de todas as classes de uso do solo não urbanas para urbano (%)	80	Relevância das dinâmicas de urbanização	1995-2010	INE
Áreas em construção (2010) (ha)	80	Dinamismo do mercado imobiliário e da construção	2010	COS (DGT)
Zonas abandonadas em territórios artificializados (ha)	80	*Proxy* de empreendimentos suspensos devido à crise do subprime (2007)	2010	COS (DGT)
Alojamentos de residência habitual sem saneamento (n)	80	*Proxy* das insuficiências infraestruturais decorrentes de processos de urbanização intensiva	2011	INE

Tab. 5 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de expansão metropolitana intensiva

Gentrificação				
Variável	**Perc.**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Taxa de variação da população residente (%)	20	*Proxy* de declínio da população residente por pressão do mercado imobiliário	2011-2021	INE
Variação da proporção de profissionais socialmente valorizados (%)	80	*Proxy* de qualificação do tecido social	2001-2011	INE
Variação da proporção de população residente estrangeira (%)	80	*Proxy*: atratividade internacional relacionada com processos de marketing territorial/ reabilitação e regeneração urbana	2011-2021	INE
Proporção de edifícios anteriores a 1960 (%)	80	*Proxy*: atratividade ao investimento imobiliário (valor simbólico dos centros históricos)	2011	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (%)	80	Grau de desqualificação urbana tendente ao aumento do retorno do capital imobiliário investido	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)	80	Disponibilidade do parque habitacional tendente ao aumento do retorno do capital investido	2011	INE
Proporção de alojamentos arrendados ou subarrendados (%)	80	Maiores níveis de suscetibilidade habitacional	2011	INE

Variação do valor mediano das vendas de novos alojamentos (€/m2)	80	Inflação dos preços do mercado imobiliário	2016-2020	LXHabidata
Taxa de esforço do arrendamento	80	Compressão dos rendimentos por inflação de mercado de arrendamento	2019	LXHabidata
Proporção de alojamentos em regime de alojamento local face a totalidade de alojamentos existentes (%)	80	Dissolução das opções de alojamento para a população residente	2017	AirDNA
Peso do setor das atividades Imobiliárias no emprego relativamente à totalidade do emprego neste setor na AML (%)	80	Relevância do setor das atividades imobiliárias	2012	QP/MTSSS
Variação do peso do setor do alojamento, restauração e similares no emprego (%)	80	*Proxy* do aumento do emprego nos setores do turismo e restauração (mais precários do ponto de vista laboral e com menos capacidade de incremento da produtividade)	2003-2012	QP/MTSSS
Variação das empresas no setor do comércio a retalho (n)	80	*Proxy*: dinamismo económico local /gentrificação comercial	2003-2012	QP/MTSSS

Tab. 6 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de gentrificação

Declínio Rural Metropolitano				
Variável	**Perc.**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Densidade populacional por localização geográfica (n/km^2)	20	Densidades populacionais reduzidas	2011	INE
Taxa de variação da pop. residente (%)	20	Perda de população	1991-2011	INE
Índice de envelhecimento	80	Envelhecimento populacional	2011	INE
Índice de diversificação social com base nas classes profissionais (0-1: 0 mais diverso)	80	Diversidade social reduzida	2011	INE
Proporção de população natural da freguesia onde reside (%)	80	*Proxy*: trajetórias residenciais diminu-tas / Baixa atrativ. a novos residentes	2011	INE
Proporção da população que estuda ou trabalha noutro concelho (%)	20	*Proxy*: 'encrostamento' social'. Graus reduzidos de conetividade exterior	2011	INE
Proporção de população que não usa nem transporte público nem privado (%)	80	Constrangimentos de mobilidade	2011	INE
Proporção da população com ensino superior completo	20	Baixos níveis de qualificação	2011	INE
Taxa de analfabetismo (%)	80	Baixos níveis de qualificação	2011	INE
Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais	20	*Proxy* de comércio local com pouca expressão	2011	INE
Proporção de alojamentos clássicos do próprio (%)	80	Elevados níveis propriedade própria caract. de zonas de baixa densidade	2011	INE
Proporção de alojamentos de segunda habitação (%)	20	Baixa atratividade para permanência temporária	2011	INE
Variação das licenças de alojamento local	20	Baixa atratividade turística	2013-2020	Lxhabidata
Peso do setor do alojamento local com base nas atividades empresariais (%)	20	Baixa atratividade turística	2012	QP/MTSSS
Índice de diversificação económica com base nos setores de atividade (0-1: 0 mais diverso)	80	Tecido económico pouco diversificado	2012	QP/MTSSS
Proporção de pop. residente empregada no	80	Opções de empregabilidade reduzidas	2011	INE

setor secundário ou terciário (%)		/Centralidade do setor primário		
Dimensão média de explorações agrícolas (ha)	20	*Proxy* de baixa viabilidade das explorações agrícolas	2009	Rec, Agr, - INE
Variação simples das empresas no setor agrícola e florestal (n)	20	*Proxy* do abandono da atividade agrícola	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor agrícola e florestal (n)	20	*Proxy* do abandono da atividade agrícola	2003-2012	QP/MTSSS
Proporção de solo classificado como uso agrícola (%)	80	Matriz territorial agrícola	2011	INE
Proporção de transições de todas as classes de uso do solo para urbano (%)	20	Dinâmicas de urbanização pouco expressivas	1995-2010	COS (DGT)
Proporção de área ocupada por florestas e matos (%)	80	*Proxy* de desertificação e perda de biodiversidade	2010	COS (DGT)
Densidade da rede viária (km/km^2)	20	*Proxy* de cobertura esparsa de infraestruturas de comunicação	2011	INE
Atividades relacionadas com a administr. pública, educação, saúde e cultura (n)	20	*Proxy*: níveis reduzidos de provisão de equipamentos e serviços	2012	QP/MTSSS
Acesso à Internet por local fixo - cobertura de banda larga (%)	10	Exclusão digital	2014	ANACOM

Tab. 7 – Tabela de variáveis identificativas de contextos de declínio rural metropolitano

Privação ou urbanização da pobreza (Freguesia)				
Variável	**Perc.**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Proporção de famílias clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (%)	80	*Proxy* de qualificações e rendimento familiar reduzidos	2011	INE
Taxa de analfabetismo (%)	80	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE
Taxa de desemprego (%)	80	Dificuldades de acesso ao emprego	2011	INE
Taxa de abandono escolar (%)	80	*Proxy* insucesso escolar/disfuncionalidades familiares	2011	INE
Proporção de casais com 3 ou mais filhos (2011) %	80	Risco de pobreza	2011	INE
Proporção de famílias monoparentais	80	Risco de pobreza	2011	INE
Proporção de beneficiários do RSI (%)	80	Elevados níveis de provisão social	2011	INE
Proporção de população residente estrangeira (%)	80	*Proxy* de contextos de imigração (comunidades minoritárias étnico-raciais)	2011	INE
Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza transporte público (%)	80	*Proxy* de dependência de transporte público /ausência de viatura própria	2011	INE
Número de alojamentos não clássicos (n)	80	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio (%)	20	*Proxy* de vulnerabilidade habitacional	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada (%)	80	Apoios públicos para acesso à habitação elevados	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)	80	Condições precárias de coexistência	2011	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	80	*Proxy* de desqualificação da paisagem urbana	2011	INE

Proporção de edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos (%)	80	Défices de provisão de serviços públicos	2011	INE

Tab. 8 – Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza

Privação ou urbanização da pobreza (Subsecção)				
Variável	**Perc.**	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Proporção de população residente pertencente aos grupos socioeconómicos mais qualificados (14 a18) (%)	20	*Proxy* de baixas qualificações e rendimentos	2011	INE
Média das habilitações académicas da população residente (anos escolares)	20	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE
Taxa de analfabetismo (%)	80	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE
Taxa de desemprego (%)	80	Dificuldades de acesso ao emprego	2011	INE
Proporção de famílias clássicas com dois ou mais desempregados (%)	80	*Proxy* de risco de pobreza	2011	INE
Proporção de famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos de idade (%)	80	*Proxy* de isolamento/ vulnerabilidade social	2011	INE
Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%)	80	*Proxy* de contextos de imigração (comunidades minoritárias étnico-raciais)	2011	INE
Proporção de população residente empregada ou estudante cujo principal meio de transporte é coletivo (%)	80	*Proxy* de dependência de transporte público /ausência de viatura própria	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares não clássicos (%)	80	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)	80	Condições precárias de coexistência	2011	INE
Proporção de alojamentos arrendados familiares clássicos de residência habitual (%)	80	*Proxy* de vulnerabilidade habitacional	2011	INE

Tab. 9 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza (subsecção)

As medidas de localização selecionadas (percentil 20 ou percentil 80) relativamente a cada conjunto de variáveis originais (v) que compõem as tipologias em análise (Tab. 4 a Tab. 9) permitiram definir uma nova variável quantitativa binária (v') através da definição de categorias de interesse (Gori, 2017). A definição da nova variável teve como referência os valores assumidos pelas variáveis originais em cada freguesia da AML[11], relativamente aos critérios de localização definidos em função de cada um dos cinco fenómenos em análise. A lógica utilizada no cálculo desta nova variável foi a seguinte:

[11] No caso da privação e urbanização da pobreza adicionalmente todas as subsecções relevantes de acordo com o INE, ou seja as que detinham simultaneamente mais do que dois edifícios, alojamentos, famílias, núcleos familiares e indivíduos

Se V ≥ Percentil 80 ou V≤ Percentil 20 (conforme critérios de localização definidos para cada variável tendo em conta cada tipologia em estudo), então V denuncia a presença de uma categoria de interesse, e V' = 1

Se V ⊄ {Percentil 80} ou {Percentil 20} (conforme critérios de localização definidos para cada variável tendo em conta cada tipologia em estudo), então V denuncia a ausência de uma característica de interesse, e V' = 0.

c) Numa terceira fase, através da simples adição das novas colunas de variáveis binárias (0-1) geradas para cada uma das 207 freguesias da AML[12], tendo em conta cada uma das tipologias de fenómenos analisados e critérios de classificação correspondentes, foi possível obter o novo índice compósito de desindustrialização ou declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, declínio rural metropolitano, e de privação/urbanização da pobreza. A hierarquização do *score* total obtido para cada fenómeno, tendo em conta o conjunto de resultados localizados no Percentil 90, permitiu identificar as freguesias mais polarizadas no âmbito destas dinâmicas. A expressão lógica seguinte resume essa operação para uma determinada freguesia (i) e tipologia de fenómeno analisado (Tf) representado por um conjunto diverso de variáveis ($v'a_i, v'b_i, v'c_i \ldots v'z_i$):

$v'a_i + v'b_i + v'c_i + \ldots v'z_i = Tf_i$ (índice compósito do fenómeno)

Se $ZF_i \geq$ Percentil 90 então, freguesia de interesse (ou subsecção de interesse) tendo em conta o fenómeno (F) em estudo

As operações estatísticas efetuadas nas etapas b) e c) e os correspondentes resultados, pela sua extensão e complexidade, são apresentados em anexo (Anexo C). Sugere-se vivamente a sua leitura para uma maior compreensão de toda a abordagem metodológica adotada no plano estatístico.

d) Por fim, criou-se um projeto utilizando um sistema de informação geográfica (QGIS 2.18 Las Palmas), ao qual foram adicionados os conjuntos de dados da Carta Administrativa Oficial de Portugal, da Base Geográfica de Referenciação de Informação (CAOP 2011, DGT;

[12] No caso da privação e urbanização da pobreza adicionalmente todas as subsecções relevantes de acordo com o INE, ou seja, as que detinham simultaneamente mais do que dois edifícios, alojamentos, famílias, núcleos familiares e indivíduos.

BGRI 2011, INE) assim como os resultados obtidos em c). Deste modo foi possível obter os mapas da AML em que se destacam as freguesias mais polarizadas no âmbito das tipologias de diferenciação territorial elegidas. Estes serão apresentados no capítulo seguinte (III).

Considerações metodológicas sobre a abordagem quantitativa adotada

Importa, neste ponto, tecer algumas considerações sobre os desafios, limitações e benefícios da abordagem tipológica adotada e dos métodos de análise quantitativa utilizados. A tipificação de fenómenos de diferenciação territorial e a identificação da sua expressão geográfica, para além de contribuírem para um acréscimo de conhecimento sobre as assimetrias do processo de urbanização, tem o potencial de informar, articular, e dirigir com maior precisão, as políticas setoriais, assim como os instrumentos de planeamento e o investimento, no sentido da resolução dos problemas e vulnerabilidades observados nos territórios mais fortemente polarizados a nível metropolitano. Qualquer abordagem tipológica implica, contudo, algum cuidado nas generalizações e na leitura dos resultados obtidos, uma vez que estes se encontram condicionados *a priori* pelo modelo conceptual/teórico traçado e também porque raramente estes modelos (e as variáveis ou indicadores que os suportam) são alvo de consenso, quer no meio da produção estatística nacional/internacional, quer no meio académico (ISS, 2005).

É importante justificar a razão pela qual não se optou pela utilização de técnicas de análise de clusters, enquanto forma de identificar contrastes no território - já aplicadas noutras investigações sobre a AML (Carmo & Carvalho, 2013; Pereira *et al*., 2014; Ferreiro *et al*., 2016; Gonçalves *et al*., 2017; Louro *et al*., 2021). A análise de clusters consiste numa técnica de aquisição de conhecimento não supervisionada. Isto significa que a classificação de uma determinada base de dados é produzida através de um algoritmo informático que deteta, tendo em conta o conjunto de variáveis definidas, a amostra e a escala de desagregação da informação, objetos com características semelhantes, agrupando-os em conjuntos, o mais homogéneos possível a nível interno e o mais dissemelhantes possível entre si (Vandeginste *et al*., 2015). O facto de se pretender avaliar o nível de correspondência entre determinado território e um conjunto de critérios teóricos e estatísticos 'ideais', deduzidos *a priori,* tendo como referência cada tipologia em análise e o seu grau de polarização, determinou um outro caminho no âmbito desta investigação. A nossa base de dados foi classificada previamente, de acordo com as premissas por nós definidas e supervisionadas. De outra forma seria difícil aplicar uma teoria dos valores extremos[13] (percentis máximos e mínimos) e controlar o processo de construção de conhecimento, tendo em conta os objetivos definidos nesta

[13] Face ao valor mediano das variáveis apresentado para as freguesias da AML

investigação.

Este método, embora moroso, foi considerado mais intuitivo face à problemática em estudo e menos atreito à diluição dos extremos de distribuição da amostra por força do algoritmo e das representatividades numéricas. Por outro lado, permitiu captar a diversidade de dinâmicas que afetam o território, uma vez que ao contrário da análise de clusters, que obrigaria à inclusão de cada freguesia (ou subsecção) num determinado grupo (tipologia), o método adotado possibilita a sobreposição tipológica, captando de forma mais nítida a multiplicidade de processos que podem convergir num determinado lugar. Apesar da incidência deste estudo não recair sobre a análise destas sobreposições, destaca-se neste âmbito, o caso o da freguesia de Sesimbra-Castelo onde se verificam fenómenos simultâneos de declínio rural e expansão metropolitana intensiva ou o caso da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço (Lisboa), polarizada pelas dinâmicas da gentrificação, mas também pelas dinâmicas de privação/urbanização da pobreza. Estes resultados, que podem ser consultados no capítulo seguinte, comprovam que freguesias integrantes de uma zona central e polarizadora apresentam, por vezes, características regressivas do ponto de vista demográfico, socioeconómico e físico ou que uma freguesia periférica que apresenta dinâmicas de declínio rural pode, simultaneamente, estar a passar por processos de recomposição socioeconómica e funcional. Em suma, as técnicas adotadas permitem esbater a noção 'centro-periferia cartesiana, e ao mesmo tempo identificar a concomitância dos processos de centralização e periferização em curso no território.

Os exemplos anteriores permitem-nos realçar também as limitações dos métodos quantitativos aplicados, naquilo que é uma maior dificuldade de leitura dos resultados obtidos. Ao contrário da análise de clusters, estes métodos, baseados na construção de um índice compósito (multivariável) de similidade, relativamente a cada fenómeno de polarização urbana em estudo, resultam numa maior heterogeneidade de características entre objetos (freguesias) pertencentes à mesma tipologia de fenómenos. Simultaneamente, nenhum objeto (freguesia) traduz uma correspondência perfeita com cada tipologia, uma vez que estas foram definidas em torno de 'modelos teóricos ideais'. Dito de outra forma, a abordagem adotada implica uma reflexão iterativa constante, e o enquadramento da estatística enquanto instrumento de aproximação progressiva ao território – um meio (e não um fim) através do qual foi possível eliciar um conjunto de territórios (ou casos de estudo) – mais fortemente polarizados pelas dinâmicas de diferenciação socioeconómica e espacial em estudo, de forma a prosseguir análise através de uma abordagem qualitativa.

Ainda no âmbito das considerações metodológicas, importa referir outro aspeto frequentemente ignorado, relacionado com a recolha e georreferenciação de dados, denominado de 'problema da área mínima modificável' (MAUP). Identificado por Openshaw & Taylor (1979), é ainda hoje considerado um desafio científico de difícil resolução, remetendo

para a grande variabilidade dos resultados e propriedades estatísticas que se pode obter (por exemplo numa análise multivariável) conforme a unidade de área tida como referência (Fotheringham & Wong, 1991). Estas unidades de área, distintas em termos de forma, tamanho, ou orientação, são frequentemente definidas artificialmente e/ou de modo não relacionável com o fenómeno em estudo, podendo ser modificáveis ao longo do tempo para abranger mudanças de teor político, socioeconómico ou geográfico - é o caso das fronteiras administrativas que regem a recolha e disponibilização estatística das operações censitárias (ex. freguesia, município, distrito, etc.). De forma geral observam-se resultados dispares conforme o nível de agregação/desagregação considerado, tanto em estatísticas descritivas (ex. cálculo de médias, desvios padrões, correlações) como em procedimentos estatísticos mais sofisticados (ex. regressões múltiplas). O facto de a análise dos fenómenos espaciais depender de uma recolha estatística suportada em unidades de área com elevado nível de arbitrariedade, determina também um grau razoável de incerteza nos resultados obtidos e de precaução nas conclusões proferidas (Lee, 2018). Em suma, mais do que avaliar tecnicamente a variância dos resultados, utilizando para isso unidades de análise diferenciadas de forma a testar a robustez dos modelos (uma operação morosa e com baixo potencial de sucesso), importa ter consciência de que a escala de observação influencia o que é visto ou analisado, e que não é possível definir uma escala ótima nem um modelo de zonamento perfeito (apesar de este ser tanto melhor quanto mais se aproximar da realidade socioeconómica e geográfica existente). No caso em concreto desta investigação, assumiu-se o pressuposto de que quanto menor a unidade de análise, maior a variabilidade dos resultados e o grau de aproximação às diferenças que marcam a realidade intraurbana (Buzzelli, 2020). Adotou-se, deste modo, a escala da freguesia, por corresponder a um nível de desagregação para o qual ainda existe uma razoável quantidade de informação estatística. A escalas mais agregadas (ex. município), mais informativas do ponto de vista estatístico, determinariam uma atenuação da variabilidade que pretendemos estudar. Por outro lado, as escalas menos agregadas (ex. subsecção, secção estatística), pela reduzida informação a nível estatístico, limitariam a identificação dos fenómenos de polarização socioeconómica e espacial em estudo. Ainda assim, o caso da tipologia relativa à privação e urbanização da pobreza, pelo seu carácter diferenciado face aos restantes fenómenos e pelo facto de nos parecer relevante identificar, com maior grau de resolução geográfica, situações de pobreza no território da AML, foi alvo de uma análise ao nível da subsecção com um conjunto mais pequeno de indicadores.

Por fim, realçam-se precisamente os constrangimentos observados, tendo em conta a informação estatística disponível. Por um lado salienta-se a ausência de uma atualização permanente da informação, algo inevitável face à velocidade crescente das transformações contemporâneas: o levantamento censitário mais recente reporta a 2011 e só no final da

investigação começaram a ser disponibilizados dados provisórios relativos ao Censos 2021. Também ao nível dos dados económicos se verificaram dificuldades. Os Quadros de Pessoal, recolhidos anualmente pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS), apenas introduziram em 2003 a desagregação à escala da freguesia. Por este motivo verifica-se, em certas tipologias, uma dissonância entre a cobertura diacrónica dos dados sociodemográficos (1991-2011) e os dados relativos às empresas e trabalhadores (2003-2012). Por fim, é de realçar a dificuldade em cobrir, do ponto de vista estatístico todos os critérios descritos no quadro síntese (Q.1). Neste âmbito, destaca-se a ausência de parte da informação que seria necessária à escala da freguesia (ou subsecção), seja porque só se encontra disponível em níveis de agregação superiores (ex. performances de investimento público e privado, níveis de provisão de serviços e equipamentos públicos, indicadores de saúde, tipos de contratos laborais), seja porque não foi levantada ou sistematizada nas estatísticas oficiais (ex. indicadores ambientais, resolução de contratos de arrendamento etc.), seja, ainda, porque implica sigilo estatístico e/ou está protegida pela Constituição (ex. valores de rendimento apenas disponíveis em níveis de desagregação superior, dados étnicos e raciais etc.) ou, por fim, porque constitui informação de índole qualitativa (p. ex., o caso dos níveis de participação pública, perda de capital social e institucional, perceções sobre qualidade de vida, desqualificação do espaço público, segurança, etc.). As dificuldades de acesso a parte da informação e o facto de o aumento da desagregação implicar uma diminuição drástica da informação disponível, restringem uma análise mais granular e local das assimetrias territoriais. Se a opção fosse a escala municipal, mais robusta do ponto de vista informativo, estas acabariam por se esbater na análise, reduzindo a eficácia do estudo e também da importância que esta investigação pode ter ao nível dos instrumentos e políticas com incidência territorial. Procurou-se contornar este problema, através do recurso a *proxies*, e pelo cruzamento de métodos de análise quantitativa com métodos de análise qualitativa que serão descritos seguidamente. É importante, contudo, refletir sobre a produção estatística a nível nacional e a forma como estes constrangimentos poderão estar a contribuir para uma maior invisibilidade dos problemas no país.

3.5 Aplicação de métodos qualitativos na investigação sobre fenómenos de polarização urbana na AML

O território, em toda a sua espessura e complexidade, social, económica, política e geográfica, determina a impossibilidade do 'mapa' enquanto suporte único da sua representação e compreensão. Em conjunto com as limitações inerentes às abordagens estatísticas, este

contexto determina a necessidade de nos aproximarmos da *escala do lugar* e de convocar outros métodos de análise e investigação que permitam ampliar o espectro de conhecimento sobre as dinâmicas socioeconómicas e territoriais em estudo. Do mesmo modo, apenas a adoção de métodos mistos, confere a iteratividade (e até a circularidade) necessária à validação, clarificação e articulação dos resultados obtidos, colocando em evidência novas perspetivas de análise (Sandelowsky, 2000; Sandelowsky *et al*., 2012; Brown *et al*., 2017).

Os métodos qualitativos, em particular, adicionam informação sobre dimensões de análise iminentemente subjetivas, proporcionando uma imersão mais profunda e territorializada sobre as estruturas culturais, os atores, comportamentos, eventos, e processos que moldam os fenómenos urbanos – entendidos enquanto produto social. Neste âmbito, destaca-se o recurso a entrevistas. Enquanto modo de excelência da análise qualitativa, permitem obter informação contextualizada e detalhada sobre a temática em estudo, convocando a experiência, a memória, a opinião, os valores e as expectativas do entrevistado (Majinn, 2006). Constituem também um modo de coprodução de conhecimento, na medida em que colocam em diálogo as visões e perceções diversas que emergem no decorrer do processo comunicativo estabelecido entre entrevistador e entrevistado (Alsaawi, 2014). Por fim, contribuem para corroborar (ou invalidar) informação recolhida previamente através de literatura ou da análise quantitativa e/ou para acrescentar novas variáveis, perspetivas ou linhas de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2005).

A aproximação a um conjunto de casos de estudo na AML – locais que passaram a ser o centro nevrálgico, a partir do qual se procedeu ao aprofundamento e contextualização dos processos de diferenciação e polarização metropolitana -, teve em consideração os resultados obtidos na análise quantitativa (2.5). Para este efeito selecionaram-se por cada tipologia em análise, duas freguesias, com pontuações (*scores*) do índice compósito respetivo, diferenciadas entre si, mas equivalentes ao Percentil 90. O procedimento permitiu eleger um conjunto de dez estudos de caso que se encontram discriminados na Tab. 10. Os critérios subjacentes a esta escolha, prenderam-se com a necessidade de abranger contextos territoriais diversificados no âmbito dos fenómenos analisados, a disponibilidade da administração local para participar nesta investigação, e a tentativa de estabelecer uma distribuição geográfica equilibrada de estudos de caso entre as margens Norte e Sul da AML.

Tipologia	Freguesia	Score
Desindustrialização ou declínio urbano	Barreiro	13
	Venda Nova	10
Declínio rural metropolitano	Canha	18
	Cachoeiras	10

Expansão metropolitana intensiva	Quinta do Anjo	10
	Venda do Pinheiro	7
Gentrificação	São Cristóvão e São Lourenço	9
	Mercês	10
Privação ou Urbanização da Pobreza	Camarate	11
	Mina	7

Tab. 10 – Casos de estudo selecionados na AML

Em cada uma das freguesias procedeu-se à realização de entrevistas exploratórias, semiestruturadas, aos(às) respetivos(as) presidentes de Junta de Freguesia. A escolha desta categoria de entrevistados deveu-se ao facto de constituírem atores da administração local, cuja articulação com a estrutura do poder institucional, as atividades, responsabilidades, e grau de proximidade aos lugares/populações determinam um posicionamento privilegiado relativamente às temáticas que se pretendem investigar: consequências socioeconómicas, ambientais e políticas dos processos de polarização metropolitana; agentes e mecanismos que contribuem para o seu agravamento; impactos, vulnerabilidades, e desafios que afetam estes territórios (Quivy & Campenhoudt, 2005). Para este efeito foram definidos cinco guiões prévios, contendo perguntas abertas e fechadas, estruturados em torno de quatro dimensões principais:

I) População, qualidade de vida e bem-estar;
II) Setores de atividade económica e atratividade;
III) Território e ocupação do solo
IV) Planeamento, políticas públicas, expectativas

Os aspetos cobertos nas primeiras três dimensões diferem, nos vários guiões, uma vez que consideram informação proveniente da revisão bibliográfica e as variáveis consideradas no âmbito da análise quantitativa. Nesta medida, obtêm-se dados novos e mais detalhados sobre os fenómenos em estudo resultantes, por exemplo, da comparação do mapeamento da análise estatística com a realidade observada nos territórios. No que se refere à última dimensão, o grupo de questões é equivalente em todos os guiões, implicando a identificação de vulnerabilidades urbanas resultantes das dinâmicas de polarização urbana, das expetativas de desenvolvimento e a avaliação dos instrumentos de ordenamento territorial. Os guiões das entrevistas podem ser consultados em anexo (Anexo D).

As entrevistas foram realizadas presencialmente nos espaços das juntas de freguesia, entre junho e setembro de 2018, após concessão de autorização de gravação em áudio por parte dos entrevistados. Apesar da existência de um guião prévio, o modelo semiestruturado permitiu conceder flexibilidade, amplitude e tempo ao entrevistado para elaborar, explorar e

introduzir aspetos que lhe parecessem pertinentes. Pretendeu-se deste modo aumentar o detalhe da informação obtida, sem comprometer o foco ou a fluidez da entrevista. Foram salvaguardadas também as questões éticas ou de anonimato, e mantida uma posição neutra pelo entrevistador (Alsaawi, 2014). As entrevistas foram transcritas e interpretadas, tendo sido selecionadas as partes correspondentes a uma contribuição mais relevante no âmbito da compreensão dos fenómenos investigados.

Por fim, e tendo como referência a cartografia obtida, o conjunto de casos de estudo e as entrevistas realizadas, procedeu-se à mobilização de fontes primárias e secundárias de informação (documentos de política estratégica, instrumentos de planeamento, relatórios de diversos organismos, notícias da comunicação social etc.) visando os seguintes objetivos: (1) interpretação sintética dos resultados obtidos através do mapeamento; (2) aprofundamento, à escala local do conhecimento sobre as assimetrias territoriais, as vulnerabilidades e invisibilidades nestas implicadas, bem como a forma como as políticas e instrumentos de planeamento contribuem no sentido da coesão ou da periferização progressiva dos territórios e das populações. A discussão dos resultados – apresentada no capítulo seguinte, corresponde assim a uma síntese combinatória, sistemática e analítica, dos diferentes métodos, tipos e fontes de informação mobilizados na investigação.

3.6 Síntese

Neste capítulo procedeu-se à descrição detalhada de uma proposta metodológica que visou responder aos desafios de produção de conhecimento implicados no estudo de territórios cada vez mais contrastantes e vulneráveis. Embora a AML, constitua, o cerne desta investigação, pretendeu-se descrever um conjunto de métodos, capazes de serem facilmente ajustados ao estudo de outas realidade urbanas ou territoriais, bem como de fenómenos diversos daqueles que foram abordados. Numa primeira parte (3.2) procedeu-se à justificação da AML, enquanto território e escala adequados ao tema em estudo, bem como à descrição e contextualização de um conjunto de tipologias, consideradas representativas dos fenómenos de diferenciação socioeconómica e espacial que afetam o território metropolitano (desindustrialização e declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, gentrificação, declínio rural metropolitano, privação ou urbanização da pobreza) (3.3). Seguidamente descreveram-se as metodologias de análise estatística, as variáveis (socioeconómicas, demográficas, ocupação de solo) e o procedimento de georreferenciação mobilizados para identificar os territórios da AML mais fortemente polarizados no âmbito destas dinâmicas (3.4). Por fim, e tendo como referência um conjunto de casos de estudo, selecionados, a partir do mapeamento obtido, detalharam-se os métodos qualitativos que suportaram a investigação

sobre as vulnerabilidades (sociais, económicas, ambientais, institucionais) implicadas nas crescentes assimetrias observadas no território e na sociedade, bem como dos mecanismos, atores, instrumentos e políticas responsáveis pelos processos de periferização em curso a nível metropolitano (3.5). O cruzamento iterativo de métodos (quantitativos/qualitativos, dedutivos/indutivos; horizontais/verticais) possibilitou a caracterização das tipologias e o seu mapeamento na AML, bem como o aprofundamento e reformulação da análise inicial tendo em conta a informação obtida à escala local. Permitiu ainda relacionar a escala metropolitana com a escala do lugar, a macro-história dos acontecimentos globais com a micro-história dos acontecimentos quotidianos e de curto prazo – a ordem distante captada através da análise estatística/reflexão teórica e a ordem próxima e local captada através da realização de entrevistas, da recolha documental e do recurso a informação proveniente de fontes jornalísticas. No capítulo seguinte (IV) apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos através das metodologias aplicadas.

CAPÍTULO IV

‘Periferias’ do planeamento e das políticas no contexto da AML

4.1 Introdução

Neste capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos na sequência da aplicação da proposta metodológica descrita no capítulo anterior (III). Tendo em consideração as cinco tipologias de polarização urbana elegidas para análise no contexto da AML: *desindustrialização ou declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, gentrificação, declínio rural metropolitano, privação ou urbanização da pobreza*, procede-se:

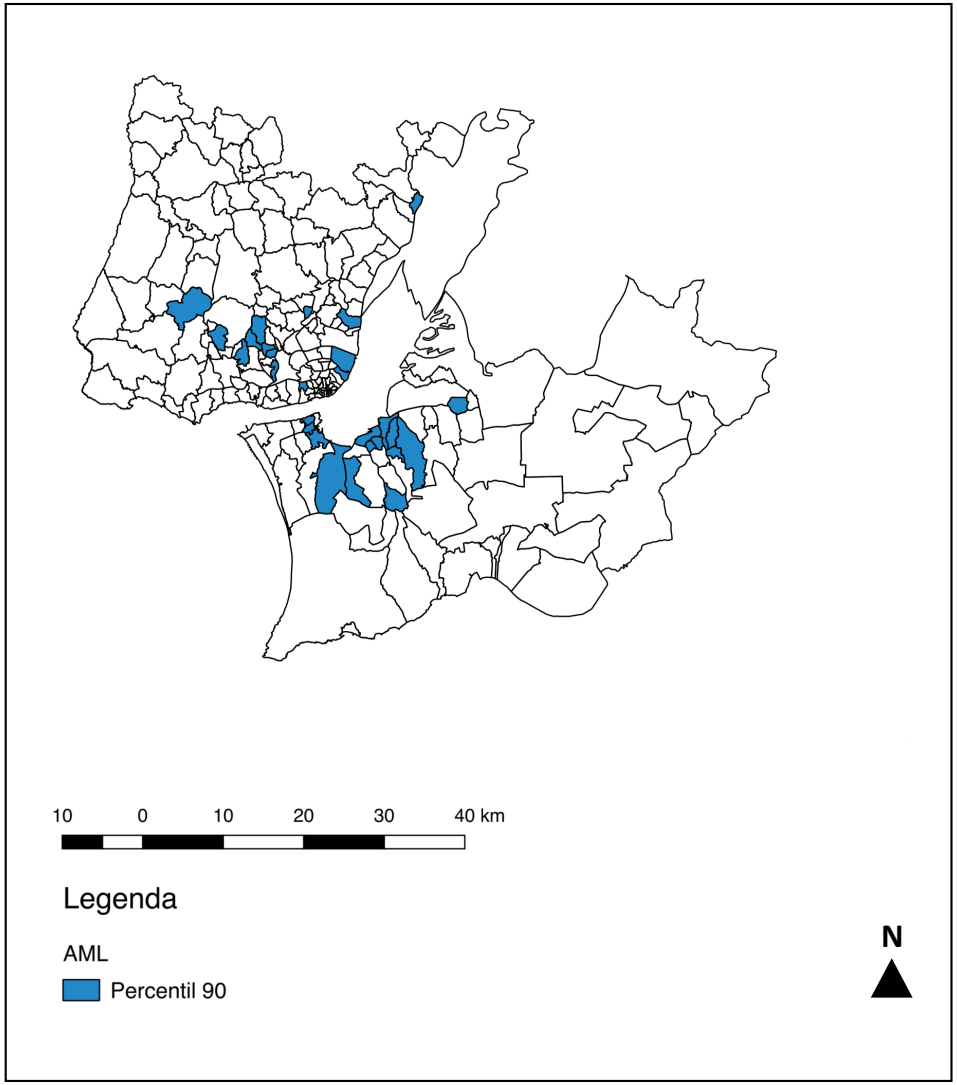
- à interpretação do mapeamento obtido, recorrendo para este efeito, aos diagnósticos territoriais elaborados no âmbito dos instrumentos de planeamento, bem como a outros estudos considerados pertinentes.

- à análise das dinâmicas de polarização metropolitana à escala local, tendo como referência um conjunto de dez freguesias (casos de estudo). Relativamente a cada freguesia será apresentada uma breve caracterização estatística. Seguidamente, tendo como referência os resultados das entrevistas semiestruturadas conduzidas a representantes da administração local, em conjunto com outras fontes de informação qualitativa (primárias e secundárias) - dos quais se destaca o jornalismo de investigação e os instrumentos de planeamento municipais -, procurar-se à identificar e ilustrar as invisibilidade(s), vulnerabilidades, periferizações observadas nestes territórios e clarificar o papel o papel das políticas e do planeamento no agravamento ou mitigação destas dinâmicas.

- finalmente, para cada uma das tipologias, de uma síntese conclusiva que engloba os tópicos anteriores.

4.2 Territórios em desindustrialização ou declínio urbano

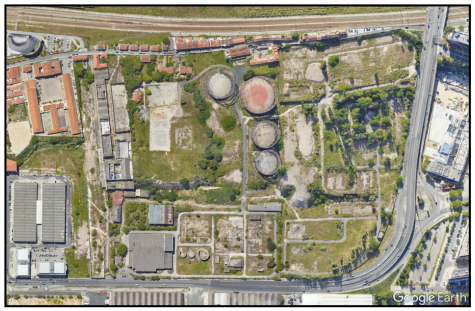
Com base nos métodos de análise estatísticos e das técnicas de georreferenciação anteriormente descritos, obteve-se o mapeamento de territórios em desindustrialização ou declínio urbano, ilustrado nos elementos gráficos seguintes (MAP1;MAP1A).



Freguesia *	Concelho	Percentil 90
Afonsoeiro	Montijo	8
Agualva	Sintra	7
Algueirão-Mem Martins	Sintra	7
Alhandra	Vila Franca de Xira	8
Alhos Vedros	Moita	8
Almada	Almada	7
Alto do Seixalinho	Barreiro	9
Amora	Seixal	7
Arrentela	Seixal	7
Baixa da Banheira	Moita	12
Barreiro	Barreiro	13
Beato	Lisboa	7
Buraca	Amadora	8
Castelo	Lisboa	7
Coina	Barreiro	7
Cova da Piedade	Almada	8
Falagueira	Amadora	9
Laranjeiro	Almada	8
Lavradio	Barreiro	7
Marvila	Lisboa	8
Mina	Amadora	7
Póvoa de Santo Adrião	Odivelas	7
Queluz	Sintra	7
Sacavém	Loures	7
Santo Condestável	Lisboa	9
São Brás	Amadora	8
Vale da Amoreira	Moita	10
Venda Nova	Amadora	10
Verderena	Barreiro	7

* Organização administrativa das freguesias prévia à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que introduziram uma reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

MAP1 Territórios em desindustrialização ou declínio urbano



Marvila



Arrentela



Barreiro



Falagueira



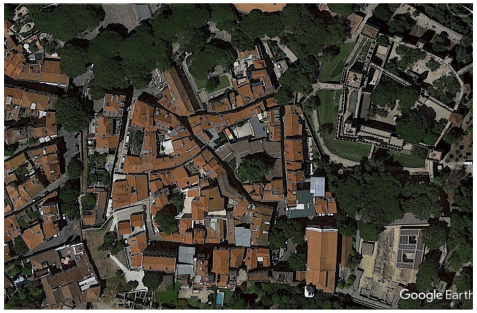
Cova da Piedade



Sacavém



Afonseiro



Castelo



Agualva

MAP1A Exemplos de territórios em desindustrialização ou declínio urbano (fonte: GoogleEarth, 2022)

4.2.1 Interpretação do mapeamento obtido

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), um primeiro grupo de freguesias identificadas na margem Norte, referentes à tipologia *territórios desindustrializados ou em declínio urbano* integra a categoria 'Espaço Metropolitano Poente', mais concretamente, o 'Eixo Amadora-Sintra' (ex. Algueirão-Mem Martins, Agualva-Cacém, Queluz, Buraca, Falagueira, Venda Nova), e a categoria Arco Urbano Envolvente Norte (ex. São Brás, Mina, Póvoa de Santo Adrião). O desenvolvimento destes territórios teve lugar durante uma primeira vaga de suburbanização, ocorrida a Norte do concelho de Lisboa, a partir da década de 1950. Tal impulso sobreveio da presença da via férrea (linha de Sintra), e, não menos relevante da procura de habitação por parte de camadas de população com menor capacidade aquisitiva (CCDR-LVT, 2002). No seu diagnóstico mais recente, diversos Instrumentos de Ordenamento Territorial[14] convergem com os resultados obtidos, sublinhando as seguintes dinâmicas regressivas em certas áreas destes territórios: desqualificação e degradação urbanística; declínio e envelhecimento populacional; desindustrialização, relacionada com a relocalização e internacionalização das cadeias de valor global; problemas sociais associados a elevados níveis de desemprego; pobreza e baixo perfil de qualificações a que frequentemente se sobrepõe a presença de bairros clandestinos – lugares de absorção de fluxos migratórios e de minorias étnicas (Câmara Municipal de Sintra, 2019; Câmara Municipal da Amadora, 2014a; Câmara Municipal de Odivelas, 2009).

Um segundo grupo de freguesias identificadas na margem Norte da AML (ex. Castelo, Marvila, Beato, Santo Condestável) integra a unidade territorial 'Lisboa – Centro Metropolitano'. O PROT-AML (2002) e o município de Lisboa, no âmbito do 'Relatório do Estado do Ordenamento do Território' destacam a existência de fenómenos de declínio urbano-industrial nestes territórios, semelhantes aos observados anteriormente, entre estes: degradação do parque habitacional; perdas populacionais, e colapso do comércio local (ex. Castelo). Realçam, simultaneamente, dinâmicas de desindustrialização nas zonas ribeirinhas, bem como na coroa norte de Lisboa, onde a presença do setor secundário se deveu, num primeiro momento, à proximidade do Rio Tejo (ex. Marvila, Beato) e, mais recentemente, aos incrementos de mobilidade decorrentes da construção da segunda circular e do Eixo Norte-Sul. Nestas zonas observam-se frequentemente problemas de desqualificação/fragmentação urbanística bem como vulnerabilidades socioeconómicas e ambientais (CCDR-LVT, 2002;

[14] Plano Diretor Municipal de Sintra. Tema 1 – Enquadramento. Volume VI – Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra (2019)
Relatório do estado do ordenamento do território do município da Amadora (2014)
Plano Diretor Municipal da Amadora. Volume 4.2 . Caracterização do Território – Estrutura e funções sociais (2009)

Câmara Municipal de Lisboa, 2009).

Ainda relativamente à margem Norte metropolitana, destacam-se no âmbito desta tipologia, as freguesias de Sacavém e Alhandra, que integram a unidade territorial 'Eixo Sacavém - Vila Franca de Xira' de acordo com o PROT-AML. A urbanização deste território, de cariz marcadamente industrial, tem origem nas acessibilidades potenciadas pelos caminhos de ferro (Linha do Norte que chega a Vila Franca de Xira em 1856) e, mais recentemente, pelo IP1 (A1). Ao longo da zona ribeirinha estabeleceram-se, especialmente no século XX, faixas de indústria pesada (p. ex. alimentar, metalúrgica, fibrocimento, química) com impactos ecológicos relevantes. No plano económico, este contexto sofreria alterações na sequência da crise do petróleo (1973), bem como na posterior aceleração dos processos de integração económica global. Apesar da continuidade de uma forte expressão urbano-industrial (especialmente no município de Vila Franca de Xira), observaram-se processos de desindustrialização e de recomposição económica – substituição por indústrias mais ligeiras e de atividade flexíveis –, a par do crescimento dos setores de armazenagem, logística e construção. Neste âmbito ganham relevo as dinâmicas de desordenamento do território resultante da alteração casuística de usos (por vezes conflituantes), em simultâneo com os processos de degradação e desqualificação da paisagem urbana associados à forte incidência de zonas industriais que permanecem obsoletas (CCDR-LVT, 2002; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2004). Trabalhos de caracterização como a 'Atualização do diagnóstico social do concelho de Loures' (2011) e o 'Estudo das atividades económicas' (2012), realizados no âmbito da revisão do PDM de Loures, corroboram o quadro de declínio urbano-industrial na freguesia de Sacavém estabelecendo uma relação entre o mesmo e incidência espacial dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Relativamente a este aspeto, são realçados os elevados índices de desemprego e precariedade laboral, bem como o baixo nível de instrução da população residente. Também o documento 'Análise e diagnóstico das condições económicas e sociais', realizado no âmbito da primeira revisão do PDM de Vila Franca de Xira, sublinha, tendências semelhantes às observadas na freguesia anterior, no que respeita aos processos de envelhecimento demográfico, níveis de qualificação da população residente e presença de zonas urbanas públicas ou habitacionais degradadas, desqualificadas ou críticas. Nestas incluem-se os loteamentos clandestinos, barracas e bairros sociais associados ao passado histórico-industrial do concelho (Rede Social do Concelho de Loures, 2011; Câmara Municipal de Loures, 2012)

Na margem sul, o conjunto identificado com correspondência nesta tipologia compreende diversas freguesias (p. ex. Almada, Cova da Piedade, Laranjeiro, Amora, Arrentela, Barreiro, Verderena, Alto do Seixalinho, Lavradio, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Vale da Amoreira, Afonsoeiro) pertencentes aos municípios de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo. Estes territórios sofreram várias fases de industrialização e investimento, determinadas pela sua

proximidade à capital e pela posição estratégica no contexto do estuário do Tejo. Identifica-se, num primeiro momento, uma industrialização 'arcaica' marcada pela instalação das indústrias do sal, das moagens, do vidro ou do têxtil, com aproveitamento das fontes de energia hídrica. Num segundo momento (século XIX), destaca-se um ciclo inicial de industrialização moderna, em sintonia com a revolução industrial e o desenvolvimento dos caminhos de ferro Sul-Sudeste. Nesta fase ganham relevo as indústrias corticeiras e os estaleiros navais. Já no século XX, a instalação de indústrias pesadas, de que são exemplo a Companhia União Fabril (Barreiro), a Lisnave, os terminais portuários (Almada), a Siderurgia Nacional (Seixal) ou, até, a construção da Ponte 25 de Abril (década de 1960), marca um segundo ciclo moderno de industrialização. Tal como na margem Norte, os crescimentos urbanos, habitacionais e industriais articulam-se, na segunda metade do século XX, com a proximidade à capital e com os fluxos migratórios das populações rurais que, escapando a difíceis condições de vida, ofereciam mão de obra a tais empreendimentos públicos e privados. Uma outra relação deve, também, ser estabelecida com a chegada da população das ex-colónias no pós-25 de Abril (Pereira, 2019).

Segundo o PROT-AML, os territórios mapeados integram a unidade territorial 'Arco Ribeirinho Sul', sendo marcados pelas dinâmicas da suburbanização já referidas e, mais recentemente, por processos de declínio demográfico, económico e urbano - um fenómeno surgido na década de 1980, na sequência dos processos de desindustrialização, relocalização e restruturação económica a nível internacional. Diferentes fatores, já referidos anteriormente, contribuíram para o reforço das dinâmicas referidas, tais como: i) a crise petrolífera; ii) o aprofundamento da globalização das cadeias de produção de valor, a par do processo de integração europeia (com o reforço de competitividades e investimento direto estrangeiro nos países da Europa de Leste e Ásia); iii) a crise financeira (2008); e iv) a alteração do modelo socioeconómico de desenvolvimento. O colapso parcial das indústrias de escala que, na segunda metade do século XX, definiram o perfil de especialização destes territórios (bem como da sua oferta de emprego e de mão de obra), não foi inteiramente compensado pelo reforço de outros setores económicos (CCDR-LVT, 2002).

Diversos estudos de diagnóstico[15] (correspondentes às freguesias e municípios

[15] Revisão do Plano Diretor Municipal do município de Almada. Estudo de caracterização do território municipal de Almada – Sistema Social e Económico (2011)
Revisão do Plano Diretor Municipal do município de Almada. Estudo de caracterização do território municipal de Almada – Sistema urbano (2011)
Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal. Estudo de caracterização e diagnóstico prospetivo (2003)
Relatório de estado do ordenamento do território do município da Moita (2013)
Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Estudos de caracterização. Volume III – Caracterização sociodemográfica (2011)
Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Estudos de caracterização. Volume IV Caracterização sócio-económica (2011)

identificados), compreendidos no processo de revisão dos planos diretores municipais de primeira geração, corroboram os resultados obtidos, no que se refere à Margem Sul de Lisboa, elegendo um conjunto de problemas que, tal como na Margem Norte, afetam estes territórios. No que respeita ao município de Almada (que integra as freguesias mapeadas de Almada, Cova da Piedade e Laranjeiro) realça-se, no plano social, o envelhecimento e a erosão demográfica (especialmente nas freguesias de Almada, Laranjeiro e Cova da Piedade), bem como a expressão do desemprego. No plano económico, é evidenciada a concentração de pequenas e médias empresas (serviços às empresas, serviços imobiliários, serviços de alojamento e restauração, comércio, etc.), cuja contribuição para a empregabilidade é, no entanto, reduzida. Em sentido inverso, observa-se a redução de empresas de grandes dimensões decorrente de processos de desindustrialização e relocalização para territórios mais dinâmicos a nível metropolitano (incluindo Setúbal e Palmela) (Câmara Municipal de Almada, 2011a). Este fator contribui para a presença de núcleos urbano-industriais que apesar do seu elevado valor patrimonial, se encontram abandonados e desqualificados. Constituem disso exemplos o Cais do Ginjal (Almada) ou o núcleo histórico da Cova da Piedade (Cova da Piedade) (Câmara Municipal de Almada, 2011b) Problemas demográficos, socioeconómicos e urbanos afetam também o município do Seixal (que inclui as freguesias da Amora e Arrentela). A desindustrialização progressiva, e o consequente emagrecimento da mão de obra e do mercado de consumo, é considerada, no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial, enquanto entrave ao desenvolvimento, arrastando todos os setores produtivos, e impedindo a melhoria das condições de vida das populações – situação considerada irresolúvel através dos mecanismos convencionais de intervenção municipal. Neste âmbito destaca-se o facto de os objetivos de expansão urbana e industrial, perspetivados pelo PDM de primeira geração, terem ficado aquém da sua concretização. Para além dos fenómenos de degradação urbana e de abandono de zonas industriais, sublinha-se a presença de várias Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), associadas a fenómenos de exclusão socioeconómica, bem como, carências graves em infraestruturas, equipamentos e serviços (Câmara Municipal do Seixal, 2003). Relativamente ao município da Moita (que inclui as freguesias mapeadas de Afonsoeiro e Vale da Amoreira), são identificadas vulnerabilidades semelhantes às observadas nos territórios anteriores no que concerne aos processos de desqualificação socio-urbanística e à débil atratividade económica. Tais fenómenos são particularmente visíveis nas freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, sendo a última fortemente marcada pela presença de habitação social. Neste âmbito destacam-se a progressiva dissolução do emprego e obsolescência das qualificações

da população, outrora determinadas pelas implantações industriais nos concelhos limítrofes (Barreiro e Seixal). A posição periférica do município relativamente a polos mais dinâmicos da península de Setúbal traduz-se em dinâmicas de repulsão e envelhecimento populacional, em elevados níveis de pendularidade, e em défices de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos. Em particular, são apontadas falhas nas estruturas educativas, com impacto no acentuar do desajustamento entre a mão de obra existente (pouco qualificada e de génese operária) e as novas necessidades determinadas pela transformação do mercado de trabalho (Câmara Municipal da Moita, 2013). Relativamente ao município de Montijo (que inclui a freguesia do Afonseiro), e apesar do seu cariz ainda industrial (ex. setores da alimentação, bebida e tabaco, metalurgia, madeira e cortiça, têxtil), são identificadas perdas relevantes em alguns setores produtivos (ex. têxtil, cortiça, madeira), a par do reforço da terciarização. O território é marcado ainda pelo decréscimo e envelhecimento da população residente, assim como, pela dificuldade de atrair empresas e novos residentes. Estes fatores explicarão os problemas no mercado habitacional, nomeadamente o elevado número de alojamentos vagos (Câmara Municipal de Montijo, 2011a; Câmara Municipal de Montijo, 2011b). No que concerne ao concelho do Barreiro (que inclui as freguesias mapeadas do Barreiro, Verderena, Alto do Seixalinho, Lavradio e Baixa da Banheira) cabe finalmente referir a escassez de informação disponibilizada pelo município relativa à revisão do PDM. Este instrumento de planeamento datado de 1993 mantém-se em vigor, apesar da sua evidente desatualização. Sendo certo que nem todos os municípios concluíram os PDM de segunda geração, não deixa de ser difícil de explicar que, no caso do Município do Barreiro, subsista a dificuldade de acesso aos estudos de diagnóstico que servem de base à revisão dos mesmos. Destaca-se, no entanto, a 'Estratégia de desenvolvimento empresarial e urbano do Barreiro: Diagnóstico de partida' (2007), elaborada na sequência de uma consultoria pedida pelo município e que está disponível na plataforma digital da Câmara Municipal do Barreiro. Neste estudo são referidos entraves ao desenvolvimento territorial, resultantes dos fenómenos de desindustrialização, cujo efeito se fez sentir com particular intensidade nos setores de especialização tradicional mais expostos ao efeito pressão competitiva global (ex. siderurgia, química pesada, construção naval). Este processo que conduziu à destruição do emprego e desvalorização das qualificações profissionais da população residente, confluiu na degradação da estrutura socioeconómica e urbana do Barreiro, apesar dos objetivos e investimentos inscritos no respetivo PDM (1993) no sentido de inverter as dinâmicas de declínio observadas no município. Entre 1998-2004 observou-se uma queda de 12% da indústria transformadora e de 3% no setor dos transportes, armazenagem e comunicação. Contrastando com esta queda, outros setores económicos terão tido, no mesmo período, um crescimento de 8% (atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, comércio e construção). Muitas destas empresas viriam a localizar-se nos terrenos da antiga CUF, hoje pertencentes

à Baia Tejo SA, Parque empresarial da Quimiparque. Mediante investimentos na requalificação de instalações industriais e na sua reconversão em parque empresarial, esta sociedade conseguiu atrair investimento privado e algum emprego, atenuando as dinâmicas de repulsão socioeconómica do Barreiro, todavia permanecem obsoletos e abandonados um grande conjunto de espaços, muitos deles contaminados e poluídos pela indústria pesada (Augusto Mateus & Associados, 2007).

4.2.2 Análise dos fenómenos de desindustrialização e declínio urbano à escala local

Casos de Estudo:

A interpretação do mapeamento dos fenómenos de desindustrialização e declínio urbano na AML, tendo em conta diversas fontes de informação, das quais se destacam, os diagnósticos realizados no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial, parece corroborar o quadro teórico definido previamente e confirmar os resultados obtidos. Aprofundaremos agora a análise destes processos a nível local, tendo como referência as freguesias do Barreiro (município do Barreiro) e de Venda Nova (Município da Amadora). Para este efeito mobilizar-se-á: a informação estatística recolhida e tratada previamente, os resultados das entrevistas realizadas à administração local, bem como outros dados qualitativos que sejam considerados pertinentes para o cumprimento deste objetivo.

4.2.2.1 Barreiro (Barreiro)

Caracterização estatística da freguesia

No âmbito do índice de Desindustrialização e Declínio urbano, a freguesia do Barreiro (atualmente União de Freguesias do Barreiro e Lavradio), obteve um dos scores de similaridade mais elevado (13). Isto significa que grande parte dos seus indicadores, bem como os comportamentos esperados em função do fenómeno analisado, se incluem nos extremos de distribuição de valores, tendo em conta os valores observados para a totalidade de freguesias que compõem a AML (percentil 80 e percentil 20). Deste modo, observam-se as seguintes dinâmicas neste território: as menores proporções de população economicamente ativa (42,02%, percentil 20, 2011); os valores mais elevados de envelhecimento populacional (42,02%, percentil 80, 2011), de perdas populacionais (-31,4%, percentil 20, 1991-2011) e de redução de parque edificado (-2,10%, percentil 20, 2001-2011). Destacam-se também as elevadas percentagens de alojamentos familiares clássicos vagos (24,77%, percentil 80, 2011), de edifícios com necessidade de reparação ou muito

degradados (18,57%, percentil 80, 2011), assim como os valores de imobiliário mais baixos (767€m2, percentil, 20, 2017) a nível metropolitano. No plano económico, realçam-se perdas substanciais de emprego no setor secundário (menos 319 postos de trabalho, percentil 20, 2003-2012) e terciário (menos 577 postos de trabalho, percentil 20, 2001-2011), assim como as taxas mais elevadas de destruição de empresas no setor do alojamento, restauração e similares (- 87%, percentil 20, 2003-2012). Destaca-se ainda a proeminência das dinâmicas pendulares (30,99 min, percentil 80, 2011), os diminutos rácios de receita da administração local por habitante (24,54€, percentil 20, 2012), assim como uma elevada presença de áreas industriais (22,19%, percentil 80, 2010) e áreas abandonadas em territórios artificializados (54,31 ha, percentil 80, 2010). Estes indicadores traduzem uma realidade territorial marcada pelas dinâmicas de obsolescência urbana e industrial, pela carência de investimento público (e pela débil atratividade), e por uma dependência crescente da freguesia, em termos de emprego, face aos municípios vizinhos.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Importa agora enunciar os aspetos mais relevantes, decorrentes das entrevistas realizadas à administração local (presidentes de Junta de Freguesia), cujo conteúdo adiciona informação complementar relevante à análise estatística. Deve sublinhar-se que as entrevistas foram realizadas durante 2018, num contexto de recuperação da crise económica, ampliando do ponto de vista qualitativo e temporal, o conhecimento sobre as dinâmicas e territórios em estudo. Considerando a freguesia do Barreiro (atualmente Barreiro e Lavradio), são realçadas, num primeiro plano, as assimetrias do seu território, dos quais se destaca a proeminência dos fenómenos de vulnerabilidade socioeconómica e habitacional:

"*É uma freguesia que tem realidades distintas umas das outras (...). Tem algumas zonas mais críticas em termos sociais: a zona do Barreiro antigo, o bairro das Palmeiras (...) nessas áreas existem vulnerabilidades muito especificas no plano da população e no plano habitacional. (...). Por exemplo, no Barreiro antigo os residentes que se mantiveram são pessoas muito idosas, entretanto, muitas casas foram sendo ocupadas indevidamente. Há ali alguns problemas de marginalidade (...) agora com a construção da quinta esquadra da PSP, pensamos que se vai atenuar a situação. Depois temos a zona do Lavradio que mudou muito ao longo dos anos – era uma zona sobretudo de cariz industrial, uma zona que tem vindo a envelhecer demograficamente e em que há uma grande percentagem da população desempregada e com grandes vulnerabilidades económicas e sociais. Mas evoluiu como? Evoluiu porque veio a nascer a nova urbanização dos Fidalguinhos em que temos uma população sobretudo jovem, com filhos, pertencente à classe média. Isto veio equilibrar um pouco a pirâmide demográfica*" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro

e Lavradio, 2018).

Os territórios de vulnerabilidade socioeconómica identificados, parecem congruentes com o passado industrial e operário da freguesia, entretanto dissolvido pelas dinâmicas de restruturação macroeconómica que vieram a marcar o fim do século XX, início do século XXI. Para além de acolherem uma população envelhecida, cujo emprego terá estado ligado ao passado fabril, estes lugares integraram zonas de convergência dos fluxos migratórios. As dinâmicas demográficas regressivas, os baixos perfis de qualificação da população – cada vez menos adaptados a uma economia marcada pela terciarização e pela intensidade em conhecimento – e, no limite, a invisibilidade institucional a que estão sujeitas as minorias étnicas em Portugal, concorrem, no seu todo, para a marginalização e periferização destes territórios e comunidades, no âmbito das políticas públicas e dos investimentos. O caso do bairro das palmeiras na freguesia do Barreiro é particularmente ilustrativo da situação a cima referida. A sua origem remonta a 1908, tendo servido para acomodar os trabalhadores da CUF e, mais tarde, a população proveniente das ex-colónias. No século XXI, persistem, neste lugar, os graves défices infraestruturais (água, energia e esgotos), o desemprego, o abandono escolar, a fome e as questões de insegurança (Elsa Resende & Lusa, 2003). Este bairro assim como o do Barreiro Velho, aparecem claramente identificado no mapeamento obtido à escala da subsecção, relativo à tipologia *Privação e Urbanização da Pobreza* (Fig. 28), demonstrando a importância de analisar os fenómenos territoriais de forma articulada. As restruturações económicas em curso, implicando a obsolescência funcional destes territórios, mas também do perfil de qualificações de parte das suas populações, determinam uma dupla marginalização económica e social. No terreno, as ruínas da paisagem industrial são acompanhadas pelo tecido urbano degradado, onde permanecem confinadas vidas cada vez mais ausentes de expetativas.



Fig. 28 – Mapeamento da Privação e Urbanização da Pobreza. Zonas identificadas na freguesia do Barreiro (do autor, 2022)

A premência do desemprego e as debilidades do tecido económico assumem, assim, um destaque importante na freguesia do Barreiro. Através dos dados estatísticos anteriormente apresentados, é possível inferir o reforço destas dinâmicas no período que, não apenas engloba como vai além da crise financeira de 2008. Um dos exemplos apresentados na entrevista permite comprovar fragilidades estruturais persistentes neste território. Trata-se do despedimento coletivo de 60 trabalhadores da Fisipe em 2018. Esta empresa, produtora de fibras têxteis e acrílicas especiais, beneficiária de fundos de apoio comunitário, justificaria a sua decisão no âmbito da perda de competitividade de uma das suas linhas de produção, face ao mercado asiático (Lusa, 2018a; Lusa, 2018b). A trajetória de declínio estende-se igualmente a outros setores de atividade económica, nomeadamente ao comércio, como comprova a falência de grande parte das lojas do Fórum Barreiro, um centro comercial inaugurado em 2008 e que, sendo propriedade do Millennium BCP, se encontrava à venda em 2021. Em suma, o envelhecimento e redução populacionais, a par da progressiva destruição do emprego e das empresas, foram reduzindo os volumes de consumo e a disponibilidade de mão de obra, reforçando a espiral de debilidades socioeconómicas da freguesia do Barreiro. Se, por uma lado, se verifica uma tentativa de diversificação do seu perfil económico, de que é exemplo a recomposição operada no parque industrial Baia do Tejo (antiga CUF), por outro, várias circunstâncias restringem a capacidade de transição e restruturação económica: as reduções drásticas de competitividade no panorama da globalização; o peso da sua herança e identidade industrial; a obsolescência do capital fixo (ex. zonas industriais abandonadas com elevados passivos ambientais); a desqualificação e

fuga de capital social.

“ A questão do desemprego é uma questão premente na freguesia do Barreiro, sobretudo pela mudança que houve em termos das várias indústrias que existiam aqui. Não tenho dados que nos possam dizer que a mão de obra que aqui trabalhava era mão de obra do Barreiro, mas acredito que fosse. Desde a cortiça, aos óleos, azeites, à exploração do sal e atividades agrícolas, até à CUF que foi sendo desmantelada (...) por exemplo, agora houve uma vaga de despedimentos na FISIP que é uma das grandes entidades empregadoras (...). Nós fomos a única cidade em que um fórum, um centro comercial, não fechou; mas se calhar 70% das lojas saíram... todo o parque industrial foi também transformado em serviços e comercio, as vezes até de produtos ligados à indústria que vieram para aqui. Temos mais de 200 empresas sediadas no parque industrial Baia Tejo. Eu penso que a balança se equilibrou. O Barreiro era claramente uma cidade industrial; já não é uma cidade industrial, mas ainda é uma cidade industrial” (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018).

A dificuldade em fixar e atrair novos residentes não se restringe, na perspetiva do poder local, à diminuição do número de empresas e emprego disponíveis no município. Abrange também aspetos relacionados com a deterioração da qualidade de vida das populações e com a reduzida atratividade da freguesia. Neste âmbito, são evidenciados os baixos níveis de investimento público e a sua incidência na desqualificação progressiva de equipamentos, infraestruturas ou espaços públicos, bem como numa imagem urbana pouco favorecida. Algo que implica, de acordo com o poder local, uma estratégia de marketing territorial, capaz de promover o Barreiro, inclusive do ponto de vista cultural e turístico. Percebe-se, deste modo, que os atores locais olham o futuro deste território a partir da margem Norte, equacionando o que consideram o sucesso de recuperação da capital; esta, outrora em declínio, está hoje na mira do turismo e do investimento internacional. Já os aspetos de qualidade de vida ligados à mobilidade, em particular a existência de uma boa rede concelhia de transportes rodoviários e a proximidade à capital por via fluvial, merecem uma avaliação positiva por parte da presidente de junta, sendo considerados um fator de atratividade. São contudo conhecidos os problemas de descapitalização das empresas públicas de transporte fluvial (Transtejo e Soflusa) e, por conseguinte, os constrangimentos existentes ao nível da regularidade do serviço público de transporte prestado. Este contexto parece relacionar-se com a diminuição progressiva do número de passageiros, que rondou os 46% entre 1998-2009 (- 23,8 milhões de passageiros) (Noronha, 2011; DN & LUSA, 2021).

“*A população está muito envelhecida, não fomos capazes de fixar os jovens que cá moravam. A cidade deixou de ser atrativa (...) não porque não houvesse trabalho, porque a maior parte destas cidades, tirando Setúbal, não são cidades empregadoras, são cidades residenciais(...) agora há todo*

um trabalho, ao nível da qualidade de vida, que se pode melhorar no plano cultural e do turismo (...) depois relativamente às infraestruturas, há um trabalho imenso para fazer, as escolas carecem de muitas intervenções, os equipamentos desportivos, carecem de muitas intervenções, as zonas verdes, espaços públicos...mas isso é um trabalho que não se faz em meses, é um trabalho que vai demorar algum tempo (...). Houve um desinvestimento em muitas áreas, a educação, as escolas é uma dessas áreas, não sei porquê, presumo porquê... não se aproveitou as várias linhas de financiamento que na altura permitiram reconverter a parque escolar em muitos municípios (...) as questões de saúde (...) faltam instalações e faltam médicos (...) mas a população também não tem crescido. Nós ao contrário do Montijo, de Alcochete, dos outros concelhos vizinhos, temos perdido população. Não temos sido capazes de atrair as pessoas ao nosso município, porque certamente Lisboa também tem listas de espera para médicos de família (...) mas foi capaz de ter outras áreas em que se tornou atrativa; e o Barreiro não foi capaz. Portanto há todo um trabalho de marketing territorial a fazer para tornar a freguesia interessante para quem quer vir morar para cá; e precisamos de população" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018)

Apesar do esforço de reconversão de antigas zonas industriais de que é exemplo a construção do 'Parque da Cidade do Barreiro' (2000), bem como da reabilitação de uma parte da frente ribeirinha no âmbito do programa Polis (2008), grande parte do território permanece pouco permeável às dinâmicas de transformação urbana, refletindo-se na degradação progressiva do tecido edificado. É o caso da Zona Histórica do Barreiro, onde as dificuldades de reabilitação se justificam, de acordo com a presidente de junta, com a ocupação ilegal das habitações, a perceção de insegurança e, não menos relevante, o fraco retorno do investimento. Contudo, esta situação poderá alterar-se com as linhas de crédito disponíveis para reabilitação e, também, com a instalação de uma nova esquadra da PSP.

"De modo geral o estado de conservação dos edifícios não é bom. Agora existe o IFRU – linha de financiamento bancário para quem queira reabilitar habitação ou qualquer estrutura – é um empréstimo, no fundo, mas com taxas de juro para obras, idênticas à aquisição de habitação. Pelo menos, aqui no barreiro, fizemos ações de informação e de sensibilização para este programa porque achamos que é uma boa oportunidade para a reconversão das habitações (...) a parte velha do Barreiro esta muito degradada, mas estamos em crer que a mudança vai notar-se. Porque também a degradação que houve em algumas habitações teve a ver com o nível de insegurança. As pessoas foram saindo, as casas foram sendo ocupadas (...) com a vinda da quinta esquadra da PSP, também pode haver aqui uma melhoria. Há situações de muitos herdeiros, uma habitação que pouco valor tem, às vezes não se consegue resolver" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018)

Relativamente aos instrumentos de planeamento territorial, às políticas e aos investimentos públicos estruturantes, a perspetiva da presidente de Junta de Freguesia é

claramente desfavorável. Os projetos-âncora previstos (ex. terminal de contentores, terceira travessia sobre o Tejo ou a ponte pedonal Barreiro-Seixal) não chegaram a concretizar-se. Quanto ao PDM do Barreiro, que os tinha como referência, é criticado pela sua obsolescência e pela incapacidade de concretizar as transformações urbanas exigidas, contribuindo para a reduzida atratividade da freguesia. À pergunta "Sente que estes territórios foram de alguma maneira marginalizados, em termos dos investimentos e das políticas de ordenamento territorial?", obteve-se a seguinte resposta:

"Sem dúvida nenhuma, o Barreiro era sempre a cidade dos projetos de amanhã, o amanhã foi passando, estamos em 2018. Nada aconteceu e o que havia de bom da identidade do Barreiro foi-se perdendo (...). A junta e a Câmara Municipal do Barreiro mudaram de executivo nas últimas eleições autárquicas, depois de 40 anos... obviamente nós somos muito críticos em relação à questão do planeamento. O PDM está para ser atualizado há não sei quantos anos (...) a versão que existe ainda é a versão anterior (...) eu tenho dificuldade em responder a essa pergunta porque a resposta é não houve planeamento, porque o Barreiro não evoluiu. O Barreiro é aquela cidade que aparece um projeto... vou dar vários exemplos, Ah o terminal de contentores!, o Barreiro agora vai crescer porque vai surgir o terminal de contentores, ainda não surgiu..., Ah o Barreiro vai ter a terceira travessia do Tejo!, agora é que é!, ainda não surgiu... Ah o Barreiro vai ter uma ponte pedonal Barreiro-Seixal, não surgiu... E nós fomos aquela cidade que se nos perguntar se houve erros de planeamento, pois se houve....não surge obra, não surge cidade, não evoluiu (...). Não houve um movimento significativo de planeamento, por isso é que o Barreiro deixou de ser atrativo também, porque quem cá mora não vê a transformação da cidade a ocorrer" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018)

Este cenário é corroborado pelos baixos níveis de execução do PDM. Muitos dos usos do solo propostos parecem não ter chegado a concretizar-se. Apesar do surgimento de novas urbanizações – o caso dos Fidalguinhos, referido na entrevista –, verifica-se que uma grande parte das áreas inseridas nas classes 'Habitação em áreas de expansão", ou "Espaços industriais em áreas de reconversão", permaneceram sensivelmente na mesma situação até à atualidade. Entre os exemplos, destacamos os territórios industriais correspondentes ao 'Parque Baía do Tejo' (Fig. 29) ou a zona ribeirinha atravessada pela Avenida Marginal/Rua de Maputo que é marcada pela suspensão de uma urbanização em curso (Fig. 30).



Fig. 29 – Parque Baía do Tejo (Google Earth, 2019)



Fig. 30 – Urbanização expectante na Avenida Marginal (Google Earth, 2022)

A propósito dos terrenos da Quimigal (antiga CUF), atualmente pertencentes ao 'Parque da Baia Tejo', importa referir o projeto 'Arco Ribeirinho Sul', aprovado por Resolução do Conselho de Ministros N.º 137/2008, de 12 de setembro. Consagrado no âmbito do PROTAML, envolve a reconversão de áreas industriais desativadas nos municípios de Almada (Margueira), Seixal (Siderurgia Nacional) e Barreiro (Quimiparque) com o objetivo de qualificar, desenvolver e promover o território da margem Sul do Tejo. Neste âmbito, incluía-se, em simultâneo, a construção de grandes infraestruturas (ex. novo aeroporto internacional,

nova travessia do Tejo, rede de alta velocidade, plataforma logística do Poceirão). Para este efeito foi elaborado o plano estratégico Arco Ribeirinho Sul, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n°66/2009, e criada a Sociedade Arco Ribeirinho Sul, SA, através do DL 2019/2009 (Câmara Municipal do Barreiro & Risco, 2010, p. 10). Esta sociedade anónima de capitais públicos, financiada por fundos comunitários e responsável pela coordenação do projeto e pelos investimentos a realizar, acabou por ser extinta, em 2012. A Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, responsável pela extinção, alegaria constrangimentos financeiros decorrentes do período de crise (Cavaleiro, 2012). A tutela do projeto transitaria para os municípios envolvidos, em conjunto com a empresa pública 'Baia do Tejo'. É no âmbito deste enquadramento que surge o *'Plano de Urbanização da Quimiparque e Zona envolvente'*, desenvolvido entre a Câmara Municipal do Barreiro e a 'Baia do Tejo', visando:

"criar as condições do regime de uso e transformação do solo que permitam favorecer essa dinâmica de regeneração, abrindo espaço para a instalação de novas atividades de maior valor acrescentado, com maior grau de utilização de tecnologia e menos agressivas para o ambiente (...). Dar corpo, em termos de planta de zonamento e regulamento do Plano de Urbanização (...) à regeneração equilibrada do território e à criação de postos de trabalho: atividades logísticas e industriais de médio porte, atividades económicas diversificadas e zona mista de habitação, comércio e serviços." (Câmara Municipal do Barreiro & Risco, 2010, p. 10)

O plano de urbanização envolveu a restruturação de orientações definidas pelo PDM do Barreiro, no que se refere à diversificação de usos do solo (no caso da Quimiparque, destinado maioritariamente a usos industriais), de forma a acomodar as novas atividades de indústria, logística, imobiliário, turismo, serviços e inovação. O reforço da competitividade do município a nível global, bem como a geração de riqueza, dependeria da capacidade de atrair investimento privado, assim possibilitando a concretização das orientações definidas neste plano (Fig.31)





Fig. 31 – Plano de Urbanização da Quimiparque (fonte: https://www.risco.org/)

De forma a atrair o investimento privado necessário à concretização do plano, foi criada a marca 'Lisbon South Bay'. A estratégia de *'branding'* territorial procurava capitalizar, por arrastamento, o sucesso observado na capital, visando a promoção dos territórios da margem sul (Barreiro, Almada e Seixal), a nível internacional (Gonçalves, 2015). Neste âmbito se insere a participação dos municípios e do parque 'Baía do Tejo' em diversas feiras mundiais, tendo por objetivo promover os novecentos hectares de terreno disponíveis. Em março de 2016 o Diário de Notícias noticiava:

"Câmaras de Lisboa, Almada, Barreiro e Seixal vendem Margem Sul (...). A Margem Sul vai ser 'Lisbon South Bay' para estrangeiro ver. Lisboa, Almada, Barreiro e Seixal juntaram-se para promover os seus concelhos a nível internacional e captar investimento para novos projetos imobiliários e industriais. Em abril começa o 'roadshow' em quatro cidades do Brasil " (Relvas, 2016, para. 1)

Este contexto demonstra o englobamento cada vez mais evidente das políticas estratégicas regionais, do ordenamento territorial e das operações de transformação urbana na esfera das dinâmicas de mercado e do investimento privado. A consideração do território enquanto mera superfície comercial (onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso), visando o retorno da atratividade a lugares assolados pela fuga de capitais e pessoas, perpetua a lógica de valorizações e desvalorizações cíclicas, implicadas no funcionamento do sistema capitalista, acentuando com isso a espiral de vulnerabilidades e assimetrias que afetam os territórios e a sociedade (p.e. socioeconómicas, ambientais e de governança). No caso em concreto, o lançamento de uma estratégia de marketing urbano, capaz de atrair investidores estrangeiros para o cabaz de solo obsolescente existente na margem sul da AML, é particularmente ilustrativa das limitações da capacidade das instituições do Estado no que respeita à promoção do desenvolvimento urbano. Neste quadro, os próprios instrumentos de planeamento tornam-se cativos das estratégias de competitividade e diferenciação, perdendo progressivamente a eficácia num mundo marcado pela imprevisibilidade de funcionamento do

sistema económico e dos agentes que o compõem. Assumindo que é financeiramente impossível, e até contraproducente, depositar todas as expetativas de desenvolvimento territorial na administração central e local, poder-se-á questionar se o outro extremo não conduzirá, no limite, à privatização do urbanismo, com reduzida eficácia na inversão do ciclo de declínio territorial. As grandes infraestruturas públicas, previstas no âmbito do Arco Ribeirinho Sul (ex. novo aeroporto internacional, terceira travessia do Tejo, plataforma logística do Poceirão), permanecem por concretizar, sendo que a incerteza quanto à sua localização produz efeitos especulativos e novos desafios territoriais a que faremos referência posteriormente. Em simultâneo, e apesar de ser noticiada a atração de novas empresas (sobretudo no Barreiro), bem como o interesse de fundos e grupos económicos internacionais, em particular na esfera do imobiliário, há que sublinhar que nenhum dos grandes projetos designados para o Barreiro, Seixal e Almada, no âmbito do 'Lisbon South Bay', foi ainda concretizado. Entretanto os custos inerentes à descontaminação e eliminação do passivo ambiental, resultante da laboração de indústrias pesadas, ascende já aos treze milhões de euros, pagos sobretudo através de fundos comunitários (Oliveira, 2017). A 10 de abril de 2022, o 'Diário de Notícias' referia:

"Almada, Seixal e Barreiro acolheram unidades fabris emblemáticas em zonas faladas de quando em vez com anúncios de grandiosos projetos urbanísticos. Ainda não saíram das intenções. A degradação é evidente, sobretudo em Almada, para tristeza dos moradores e dos antigos operários" (Neves, 2022, para. 1)

O recuo do investimento privado, e do próprio investimento público, traduzem-se num contexto cada vez menos atrativo e mais arriscado, no que respeita à ação dos agentes privados e do próprio Estado centralizado. No âmbito da entrevista ao poder local, a inversão da trajetória de declínio urbano e demográfico no Barreiro, a concretização das transformações territoriais, dependem essencialmente da reabilitação e da nobilitação da imagem urbana.

"Alguns espaços estamos a tentar reconverter para dignificar um bocadinho a imagem da cidade, porque o Barreiro é aquela cidade que é feia, suja, está lá naquele canto, ninguém para lá quer ir morar (...) temos que tentar inverter essa imagem e atrair pessoas para o Barreiro, porque depois as outras questões estruturais como as terceiras travessias, e outras, só fazem sentido se formos capazes de nos apresentarmos como uma cidade que cresce, porque se nos apresentarmos como uma cidade que está em declínio, qual é o governante que vai investir numa terceira travessia? (...) se não formos uma cidade dinâmica, naturalmente há um desinvestimento. Agora temos vendido um bocadinho o slogan, a ideia de que o "Barreiro está na moda". Temos investido na cultura, estamos a investir, como eu disse na requalificação de alguns espaços públicos emblemáticos...eu não lhe falei na 'Quinta

Braancamp'...foi adquirida pelo mandato anterior, mas neste momento estamos em discussão, com avanços sérios ao nível do investimento privado para aquele espaço (...). Eu penso que os grandes desafios são estes, a questão de mudarmos a imagem da cidade e conseguirmos comunicar isso às pessoas, a quem cá mora porque quem cá mora leva esta mensagem" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018)

A referência à Quinta Braamcamp merece uma breve nota: constituindo uma zona de elevado valor patrimonial e ecológico, situada junto às margens dos rios Tejo e Coina, terá sido adquirida pelo anterior executivo municipal ao banco Millennium BCP, por 2.900.000 € (2015). A requalificação desta faixa ribeirinha, do sistema de moinhos de maré e do edificado (que inclui diversos edifícios históricos), visava a abertura da quinta ao usufruto público por parte da população do Barreiro. Com a mudança de executivo, ocorreria uma mudança de estratégia. Esta passaria pela sua alienação em hasta pública (anunciada em 2019) e pela entrada de capital privado no âmbito da sua requalificação, como foi referido na entrevista. Apesar de o município garantir que grande parte desta área continuaria afeta ao uso público, o projeto previsto pelo principal promotor interessado incluía a construção de 125 alojamentos e de um hotel com 178 camas (Idealista, 2021)



Fig. 32 – Projeto proposto para a Quinta Braamcamp (fonte: Câmara Municipal do Barreiro)

A alienação do imóvel (21 hectares) acabaria suspensa em 2020, por declaração de ineficácia, na sequência de uma providência cautelar interposta pela 'Plataforma Cidadã Braamcamp é de Todos'. Este movimento de cidadania exigia que a Quinta Braamcamp se mantivesse em domínio público. Preconizava, também, que a intervenção a realizar no sentido de devolver o espaço ao usufruto da população, fosse concretizada no âmbito de um processo participado, sensível às características daquele ecossistema, em particular à sua vulnerabilidade a cheias. Este risco climático é claramente identificado no Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (2019). Tais determinações inviabilizariam qualquer

intenção de expansão imobiliária, caso o PDM tivesse sido atualizado, integrando as novas disposições ambientais e as condicionantes exigidas no âmbito da carta de riscos (Área Metropolitana de Lisboa, 2019; Lusa, 2020). Na sequência de um pedido de informação prévia – solicitado pela empresa Saint Germain, após vencer o concurso público, a APA acabaria por emitir, já em 2021, um parecer vinculativo desfavorável, dado que o projeto não apresentava informação e caracterização suficientes, relativamente à compatibilização dos usos propostos com as zonas Reserva Ecológica Nacional (REN) presentes neste território (Davim, 2021). É importante destacar, neste caso, a importância da participação e mobilização dos cidadãos no que respeita ao escrutínio do exercício político, aos processos de decisão relativos às operações de transformação urbana e à defesa do interesse público.

A propósito do envolvimento/participação da população nas questões ligadas à freguesia, referiu a presidente da Junta de Freguesia do Barreiro e Lavradio:

"Só há envolvimento se houver comunicação, se as pessoas não souberem o que se passa, se não houver abertura política também a este nível (...) também não há atração à participação. O anterior executivo dizia muito que o Barreiro era a cidade da participação, mas qual participação? Não havia opções participadas, as reuniões de câmara eram todas privadas. Neste momento é tudo público, vai tudo para as redes sociais, com todos os riscos que isto trás, porque depois há o efeito perverso. Temos que estar disponíveis para a crítica e para o diálogo; e para sermos capazes de encaixar as críticas que se fazem. Portanto a participação resulta muito desta capacidade de conseguirmos comunicar com as pessoas e de ouvir as pessoas" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018).

É interessante verificar que, no que concerne ao futuro da Quinta Braamcamp, as visões da administração local colidiam francamente com a perspetiva das populações e que, apesar da narrativa de diálogo, sobressaiu o confronto direto, obrigando inclusive à disputa das intenções do município por via jurídica, de forma a travar a alienação do património público. Por este exemplo, compreendemos a importância de afirmar o direito à cidade e a distância que falta percorrer para cumprir um planeamento verdadeiramente horizontal, capaz de acomodar – ao invés de marginalizar – os interesses, expetativas e desejos dos cidadãos. A incerteza no plano económico, não pode justificar um planeamento desenhado na esteira das intenções dos agentes privados, sob pena de contrariar os princípios institucionais e políticos que lhe estiveram na origem; nomeadamente a defesa e salvaguarda do interesse coletivo.

Por fim, quanto às expectativas futuras para a freguesia do Barreiro, a 'visão' da administração local, prende-se com a fixação das camadas mais jovens, mas também com o reforço da atratividade no plano cultural e turístico:

"O que havia de bom da identidade do Barreiro foi-se perdendo, e estamos a ir tentar buscar tudo

isso. Por exemplo as festas do Barreiro este ano, tinham um cartaz que eu sei que vieram pessoas de vários municípios e até de lisboa para assistir aos nossos concertos, isso é bom (...) o Barreiro e todos os municípios tem que ter marcas culturais que as diferenciem...temos a ginjinha do Barreiro – é uma coisa engraçada porque o Barreiro não produz ginja....mas isto é uma tradição que vem de há muitos anos, que eu lembro-me de ser miúda e já se fazia isto. Neste momento o movimento é de abertura e de visão estratégica para tornar o Barreiro, uma cidade aprazível, desejável aos jovens, sobretudo, porque o futuro esta na mão dos jovens, não há nenhuma cidade que sobreviva se não tiver gente, se não tiver crianças (...). Podemos ser uma cidade iminentemente dormitório, mas temos que ter vida, para quem cá dorme. Podemos não ser uma cidade com turismo de rio mas podemos ser uma cidade de turismo industrial ou gastronómico, porque há vários formas de nos tornarmos atrativos (...). Gostava de encontrar a minha cidade e a minha freguesia em particular, uma freguesia diferente, mudada, com alguns espaços que são estruturais para a identidade da freguesia requalificados, e a sua relação com o rio, quem nos vê do outro lado, percebesse que estamos diferentes, e que tivesse vontade de atravessar o rio e vir para cá morar" (Excerto de entrevista, Gabriela Soares, Presidente da União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, 2018)

Depreende-se, também, deste excerto a assunção da condição pós-industrial do território, talvez por não se terem ainda concretizado os investimentos previstos em grandes infraestruturas, ou na atração de empresas e empregos. Neste sentido, é realçada a necessidade de promover a vocação turística do Barreiro, com base no seu património cultural e identitário, nomeadamente o seu passado industrial. Um sinal desta orientação estratégica é a integração do Barreiro na 'European Route of Industrial Heritage'. Em simultâneo, é sublinhada a sua vocação habitacional. Apesar da degradação do parque edificado e das elevadas percentagens de alojamentos vagos, estão previstos novos empreendimentos imobiliários. É o caso do projeto 'NOOBA', da promotora suíça 'Solid Sentinel', que irá investir entre 110 a 180 milhões de euros na construção de 518 apartamentos na cidade do Barreiro, junto ao parque recreativo da cidade (POLIS). Segundo o presidente da Câmara Municipal do Barreiro "*estes grandes investimentos são sinónimo de crescimento, desenvolvimento, atratividade, criando sinergias e beneficiando o município do Barreiro*" (Reis, 2022). É de notar, como veremos mais à frente, que o incremento exponencial do investimento imobiliário e da visibilidade turística a nível internacional, constituíram dois dos fatores que tornaram Lisboa uma capital cada vez menos acessível; essa inacessibilidade atingiu em particular as camadas jovens, faixa etária que a administração local do Barreiro advoga querer atrair. Serão os objetivos conciliáveis?

4.2.2.2 Venda Nova (Amadora)

Caracterização estatística da freguesia:

No que concerne à Freguesia de Venda Nova (atualmente Junta de Freguesia Falagueira-Venda Nova) – Margem Norte –, o '*score'* total relativo ao índice de desindustrialização e declínio urbano é menor que o da freguesia do Barreiro (10). Apesar disso, a freguesia apresenta uma proporção de população ativa mais reduzida (42,77%, percentil 20, 2011), assim como maiores perdas populacionais (-40,12%, percentil 20, 1991-2011) e de parque edificado (-7,66%, percentil 20, 2001-2011). Também, no plano económico, as dinâmicas de desindustrialização são mais evidentes do que na freguesia anterior, revelando níveis de destruição de emprego (menos 995 postos de trabalho, percentil 20, 2003-2012), e de empresas superiores (menos 17, percentil 20, 2003-2012). Em particular, nas atividades de comércio a retalho, alojamento, restauração e similares registam-se perdas empresariais assinaláveis (-112 empresas, percentil, 20, 2003-2012), assim como no setor terciário, ao nível do emprego (-995 postos de trabalho, percentil 20, 2001-2011). O peso das empresas de Alojamento Local no tecido económico é nulo (0, percentil 20, 2012), evidenciando uma baixa atratividade turística. A pendularidade é elevada, como decorre da significativa proporção de população que trabalha ou estuda noutro concelho (65,33%, percentil 80, 2011). Por fim, detém uma elevada proporção de áreas industriais (31,63%, percentil 80, 2010). Os valores relativos à desvalorização imobiliária, à degradação e vacância do parque habitacional, à receita local disponível por habitante, ou à presença de áreas abandonadas revelam dinâmicas de periferização menos evidentes do que as observadas na freguesia do Barreiro. Os seus níveis estão fora dos extremos de distribuição calculados como referência à totalidade das freguesias pertencentes à AML. É por este motivo que a freguesia de Venda Nova apresenta um '*score'* mais baixo, relativamente ao índice de desindustrialização e declínio urbano, apesar de muitos indicadores, onde pontua, apresentarem um panorama mais grave do que o observado no caso se estudo anterior.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Tal como a freguesia do Barreiro, a freguesia de Venda Nova (atualmente Falagueira-Venda Nova) é marcada por assimetrias socioeconómicas e problemas de marginalização urbana. Entre estes destaca-se a presença de bairros de barracas clandestinos que têm vindo a ser demolidos no âmbito do PER (ex. bairros 6 de Maio e Estrela de Ouro) bem como de bairros de realojamento social, no território adjacente (Falagueira), onde prevalecem condições

críticas de desfavorecimento socioeconómico. Estas afetam sobretudo minorias étnicas e a população com ligações a países africanos. A este respeito refere a presidente de junta:

"O território da Venda Nova, ao longo destes últimos 10 anos, sofreu uma alteração ao nível daquilo que eram os bairros degradados (Bairro das Fontainhas, Bairro 6 de Maio e o Bairro Estrela de África). Destes três núcleos, apenas se mantêm alguns agregados no Bairro 6 de Maio. Tudo o resto já não existe (...) depois, em termos demográficos existem duas áreas distintas na Venda Nova, o casco antigo, com uma população bastante envelhecida - pessoas que precisam de algum apoio em deslocações, de acompanhamento, com um nível económico mais baixo; e a zona onde estamos (Bairro do Girassol), correspondente a uma população com um nível académico superior e, portanto, a um nível económico financeiro superior e com um nível de idade um bocadinho mais baixo (...). Estamos a falar só no território da Venda Nova; porque se falar no território da Falagueira, onde existe um bairro de realojamento...aí a população tem um nível baixo económico-financeiro (muita população africana e de etnia cigana), o que implica a existência de apoios. Grande parte dessas famílias são beneficiárias de RSI e dos nossos apoios ao nível do banco alimentar e do apoio à medicação que também concedemos à população mais carenciada." (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018).

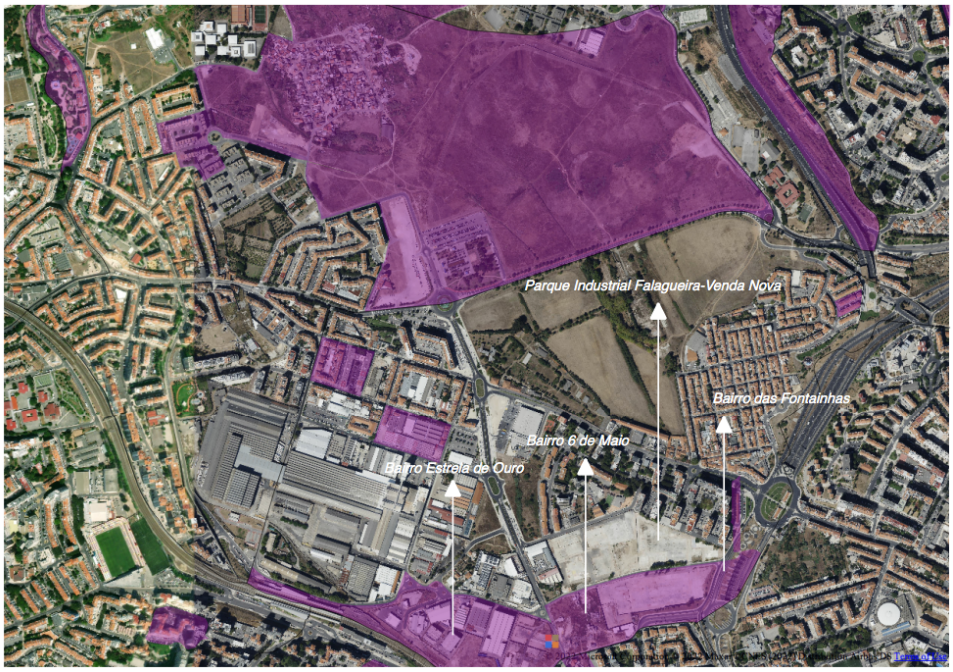


Fig. 33 – Mapeamento das zonas em Privação e Urbanização da Pobreza à escala da subsecção. Zonas identificadas na freguesia de Venda Nova (fonte: do autor, 2022)

A Fig. 33 ilustra o mapeamento das zonas de privação e urbanização da pobreza, à escala da subsecção, na freguesia de Venda Nova, aparecendo claramente identificadas os bairros clandestinos referidos anteriormente. A expansão dos mesmos, no concelho da Amadora,

ocorreu maioritariamente após 1974, com o regresso das populações das ex-colónias (nomeadamente Cabo Verde, Guiné, São Tomé). A situação de vulnerabilidade, o perfil de qualificações e nível socioeconómico destas comunidades, restringindo o seu acesso ao mercado de habitação convencional, traduzir-se-ia em dinâmicas de autoconstrução, em áreas precárias, nitidamente carenciadas das mínimas condições de conforto e salubridade (saneamento, energia, água). Tal como no Barreiro, as zonas de vulnerabilidade social ocorrem frequentemente na proximidade a zonas industriais que constituíam antigas fontes de emprego, mas cuja capacidade para absorver mão de obra foi sendo drasticamente reduzida. No caso de Venda Nova, poder-se-á, até, falar de uma crescente promiscuidade entre os bairros de barracas e os perímetros industriais, à medida que as dinâmicas de desindustrialização foram determinando a indefinição de usos do espaço. Não é surpreendente que muitas destas pessoas tenham servido de mão de obra barata (e precária) em setores económicos que viriam a ser privilegiados no âmbito do processo de restruturação económica. No caso dos homens destaca-se o setor da construção, beneficiado pelo crédito e pelas obras públicas a partir da década de 1990. No caso das mulheres, evidencia-se o trabalho doméstico. Em suma, esta população estaria 'condenada' a servir e expandir a metrópole que, no entanto, a marginalizava. Observa-se que os fenómenos de privação e urbanização da pobreza, para alem de se articularem com as dinâmicas de desindustrialização e declínio urbano em curso, coincidem, quase sempre, com movimentos migratórios massivos, decorrentes de grandes assimetrias territoriais (migrações rural-urbano ou países subdesenvolvidos-desenvolvidos) e processos de restruturação económica a estas associados. Tal ocorrência depende mais das dinâmicas repulsivas constituídas nos lugares de origem do que das capacidades atrativas do lugar de destino. Esta simples transferência dos contextos de vulnerabilidade e privação para as cidades, torna-se particularmente grave, sempre que o tecido económico não permite a sua absorção e/ou as políticas públicas não conseguem providenciar dinâmicas de inclusão mais abrangentes. Recorde-se, a este propósito, a obra *Planet of Slums* de Mike Davis (2006).



Fig. 34– Bairro 6 de Maio (fonte: Google Earth, 2014)



Fig. 35 – Demolição das duas últimas casas no Bairro 6 de Maio (fonte: https://observador.pt/2021/06/08/o-adeus-ao-bairro-6-de-maio-na-amadora-os-meus-filhos-cresceram-aqui-e-triste/)

Através do Programa Especial de Realojamento, lançado em 1993, foi possível resolver uma grande parte dos problemas habitacionais existentes na freguesia. Contudo, até ao momento não foi implementado na sua totalidade, surgindo, entretanto, novas necessidades. A morosidade do processo – determinando a desatualização do recenseamento que suporta o PER – acabou por tornar invisíveis, no âmbito do programa, algumas pessoas pertencentes a novas gerações – que entretanto constituíram família –, bem como moradores que se instalaram no bairro, em período posterior ao do recenseamento (Afonso *et al.*, 2018). Para além de serem excluídas do perímetro das políticas públicas e de ordenamento territorial, (esperando uma solução por parte da administração central e do IHRU), estas famílias, em situação de insegurança de posse, conviveram no dia a dia com um bairro marcado pelos escombros das demolições, por vezes realizadas num contexto algo opressivo. Nestas circunstâncias – ainda que não deliberadamente –, pode emergir alguma violência institucional contra as camadas mais vulneráveis da nossa sociedade. É o caso do Bairro 6 de Maio, o último a ser demolido na freguesia de Venda Nova.

"Polícias com proteções nas duas canelas, nos joelhos, no abdómen, nas costas, e na cabeça, com capacetes presos pelo queixo, e com máscaras que lhes deixavam apenas os olhos e a boca à mostra (...). Cercavam o bairro, não deixando ninguém entrar e ninguém sair (...) Esta 'zona de guerra' aconteceu a menos de 20 minutos do Rossio, na Amadora, no passado dia 3 de abril (...) Edmilson Pinto disse-nos: 'Estava dentro de casa praticamente a dormir (...) senti pessoas a bater à porta (...) abri a porta e encontrei as autoridades. Falaram comigo: 'São as autoridades, tens de arrumar as tuas cenas e sair porque… porque a casa vai ser demolida.' 'Não tenho aviso, não tive aviso, não me enviaram aviso.' (...) outra moradora, contou: 'Eu acho que se fosse num outro sítio, se fosse na Lapa, ou na Graça, ou em Lisboa, ou noutro sítio qualquer, eles não iam atuar desta forma, não é?, é discriminação social e racial'" (Afonso *et al*., 2018, para. 1)

De notar, que as operações de realojamento, não obstante a melhoria das condições de vida no plano habitacional, não deixam de interferir acentuadamente ao nível da dissolução das redes de vizinhança, das vivências, das memórias constituídas no bairro de origem. Por fim, a entrevista permite compreender que as condições de privação e pobreza, no plano social e económico, não se dissolvem nos bairros sociais de realojamento. Assim, o processo de inclusão social, por via das políticas e instrumentos de planeamento, não se deverá limitar à melhoria das condições físicas. A sua eficácia depende da inclusão de outros aspetos, igualmente determinantes, envolvendo as políticas de combate à pobreza relacionadas com o acesso ao ensino, ao emprego, à saúde, à cultura etc. Importa, ainda, relacionar as demolições dos bairros de barracas – bem como as áreas urbanas de génese clandestina (AUGI) – com desígnios mais amplos incluídos no PDM da Amadora (1994) e reiterados mais recentemente no Relatório de Estado do Ordenamento do Território (Câmara Municipal da Amadora, 2014a). Nestes se inclui a reconversão e comercialização dos terrenos integrantes do parque industrial Falagueira – Venda Nova, tendo em vista o reforço da competitividade, a atração de investimento, de empresas e de emprego.

"Esta zona industrial que fica aqui nas nossas traseiras, ate à zona da Damaia, que estava ocupada com estes bairros e que estava ocupada por uma indústria que, entretanto, desapareceu (..) era uma área muito critica e com graves problemas de segurança. Portanto reconverter e requalificar aquela zona é digamos assim, o 'OASIS' não só para a freguesia mas para o município, porque é a grande aposta do município no sentido de criar emprego, de ter aqui instaladas empresas de ponta e serviços; e isso coincide com a fase em que estamos agora de revisão do PDM (...) a grande preocupação da câmara neste momento é criar (...) limites à instalação (...) não queremos que seja ocupado por armazéns de 'cash and carry' ou grandes superfícies comerciais (...) mas sim que se torne um território apetecível para industrias na área da tecnologia, da farmacêutica, que possibilitem digamos um emprego de qualidade" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

O crescimento do parque industrial Falagueira – Venda Nova deu-se, sobretudo, a partir da década de 1940. A presença de grandes áreas disponíveis a custos reduzidos, bem como a proximidade à capital, determinaram, durante bastante tempo, a sua atratividade e desenvolvimento. Em 1994, o 'Relatório final do Plano Diretor Municipal da Amadora' evidenciava já a deterioração deste contexto industrial.



Fig. 36 – 1980. Antiga Fábrica da Sorefame (fonte: Soares & Correia, 2016)

A desativação de importantes unidades fabris devido aos processos de relocalização e restruturação económica, traduziam-se na necessidade de reforçar – através de uma política municipal – as condições de competitividade destes territórios. Estas passariam pela reconversão do parque industrial, no sentido de diversificar as bases produtivas do território, atrair novas empresas e serviços, equacionar novos usos e funções para os espaços abandonados e elevar a qualidade e imagem urbana através da demolição dos bairros clandestinos existentes. Todo este enquadramento tinha em consideração um conjunto de investimentos previstos ao nível do reforço das acessibilidades (ex. Execução da CRIL, Eixo Norte-Sul, Expansão metropolitana na Damaia e Reboleira, ampliação da linha férrea) visando incrementar o interesse dos agentes económicos (Câmara Municipal da Amadora, 1994). Contudo, em 2014, o 'Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Amadora' concluía: "*o poder público tem uma intervenção muito limitada no domínio económico e a lógica reguladora que o PDM assumiu revelou-se não ser a mais adequada para planear o desenvolvimento local*" (Câmara Municipal da Amadora, 2014a, p. 218). Apesar dos objetivos de reforço da atratividade inscritos no PDM da Amadora (1994), da concretização de muitas das infraestruturas previstas e, até, do início do processo de demolição e realojamento, desapareceram deste território mais 92 empresas industriais e 5500 postos de trabalho (1995-

2011). As dinâmicas de desindustrialização que afetaram este território, em conjunto com a crise económica e as consequências do programa de assistência financeira (2008-2013), provocaram, ainda, quebras acentuadas na generalidade do tecido económico (redução do número de empresas, número de empregados, volume de negócios), induzindo a subida da taxa de desemprego. Esta seria de 6,8% em 1991, atingindo 15% em 2011 (tendo o desemprego jovem alcançado os 32%) evidenciando a vulnerabilidade das populações menos qualificadas face às dinâmicas de incerteza decorrentes dos processos de restruturação e/ou recessão económica. (Câmara Municipal da Amadora, 2014a). Esta conjuntura é comprovada pela administração local:

"O desemprego foi elevado em 2011-2012-2013. Nós criámos na altura o gabinete de apoio à inserção na vida ativa, exatamente para dar um apoio suplementar às pessoas da nossa freguesia (...) deu para perceber que grande parte da nossa população tem um nível de habilitações baixo e mesmo de especialização profissional, indiferenciado, ou seja era mais difícil a determinada altura conseguirem um emprego (...) muito comércio foi encerrado (...) pequenas lojas a retalho, alguns cafés e restaurantes (...) lojas que serviam às vezes de armazém de produtos" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

A retoma pós-crise parece, contudo, ser mais acentuada do que na freguesia do Barreiro, tanto no que respeita à diminuição dos números do desemprego, ou à revitalização do pequeno comércio, como também à valorização do parque imobiliário, algo que poderá relacionar-se com a inacessibilidade crescente do mercado de habitação na capital.

"Nós temos duas assistentes sociais nos dois territórios que compõem esta freguesia e elas têm-nos transmitido que tem havido menos atendimentos sociais por força da diminuição dos números do desemprego (...). No período da 'troika', muito comércio encerrou (...) grande parte das lojas aqui ficaram vazias, e agora já há negócios que estão a despoletar, as lojas voltaram a estar arrendadas (...) há restaurantes que fizeram obras de remodelação, há uma perceção que estão a investir no negócio (...) algumas mediadoras de imobiliário instalaram-se aqui (...). O valor do imobiliário subiu drasticamente (...).Se não estou em erro, Amadora e Odivelas, foram as duas áreas em que o preço por m^2 mais subiu em termos de percentagem. Esta área ficou muito boa. Para quem trabalha em Lisboa a proximidade é fundamental e, de facto, em Lisboa, só adquire habitação uma percentagem muito diminuta de pessoas, porque os valores são exorbitantes... portanto as pessoas acabam por procurar um bocadinho nestas zonas limítrofes" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

Se, por um lado, parte das estratégias de intervenção municipal parecem estar em fase de concretização – nomeadamente os processos de realojamento, a melhoria das condições

de acessibilidade local ou a qualificação do espaço público e da imagem urbana –, por outro, observam-se poucos avanços quanto à reconversão industrial e organização de espaços para instalações de empresas/novas funções urbanas. Os investimentos públicos, realizados nos restantes domínios, não se terão ainda refletido reprodutivamente naquilo que é o reforço da atratividade do território (atração de pessoas, polos de investigação, serviços, novas indústrias de ponta ou urbanizações). Este panorama é comprovado no âmbito do 'Relatório da Avaliação da Execução do PDM, Planos e Loteamentos por Unidade Operativa de Planeamento', realizada em 2014. A unidade operativa 'UOP3', relativa à conversão da zona industrial Falagueira-Venda Nova, integra-se maioritariamente na categoria 'Planos de Urbanização e Planos de Pormenor previstos', ao invés de 'eficazes' (Fig. 37) (Câmara Municipal da Amadora, 2014b).

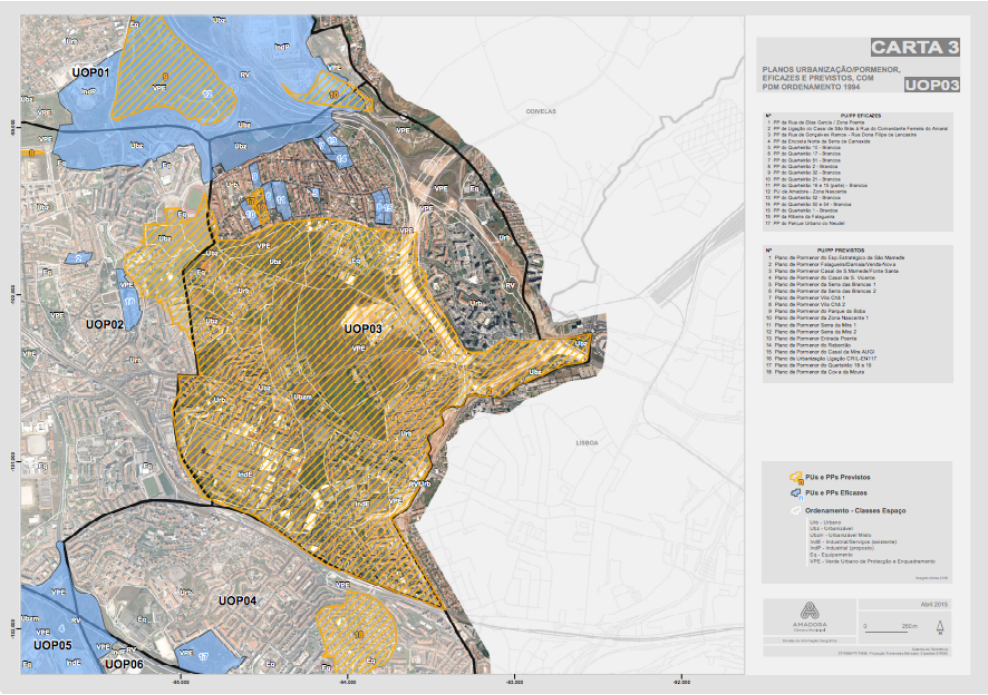


Fig. 37 – Carta 3, UOP3, Planos Urbanização/Pormenor, eficazes e previstos (Câmara Municipal da Amadora, 2014b)



Fig. 38 – Habitações restantes do Bairro 6 de Maio no concelho da Amadora junto a ruínas industriais (fonte: GoogleEarth, 2020)

Um outro exemplo que ilustra bem os constrangimentos, no que respeita ao reforço da competitividade intrametropolitana deste território, é o atraso na concretização do 'Plano de Urbanização do Centro de Serviços da Falagueira e Área Residencial' (Fig. 39). Este projeto, que inclui novas áreas para serviços, equipamentos, habitação e um parque urbano, implicou investimentos avultados nas acessibilidades (via distribuidora estruturante, expansão da rede de Metropolitano até à Falagueira). À compra do terreno de 60 ha (2003) por duas empresas públicas, 'Consest' e 'Sagestamo', no valor de 52,5 milhões de euros, seguir-se-ia a constituição de uma parceria publico-privada (PPP) com as empresas imobiliárias 'Cottees' e 'Temple'. As empresas públicas suportariam os custos (incluindo 20 milhões de euros em estudos) e as empresas privadas contribuiriam com o seu conhecimento do setor imobiliário. A parceria pública-privada foi entretanto dissolvida; durante quase 20 anos, não houve qualquer concretização do plano previsto. O processo seguiu a via jurídica, uma vez que as empresas privadas exigem agora ao Estado Português uma indeminização pela resolução unilateal da referida parceria (Soares & Correia, 2016; Jornal de Negócios, 2019).



Fig. 39 – Plano de Urbanização do Centro de Serviços da Falagueira e área residencial / Imagem aérea na atualidade (fonte: Soares e Correia, 2016; Google Earth, 2020)

A 'distância' entre a realidade das transformações urbanas e as propostas definidas a nível municipal evidenciam a obsolescência crescente do exercício de planeamento. Apesar das expetativas de 'desenvolvimento' na freguesia de Venda Nova, prevalecem as evidências de uma trajetória de desindustrialização e declínio urbano, denunciando o papel preponderante das dinâmicas de restruturação económica a nível global, bem como das instituições supranacionais na modelação das dinâmicas territoriais. Se no passado, a ausência dos instrumentos de ordenamento de território, se refletiu, no crescimento urbano-industrial, à margem da regulação urbanística, no presente, a sua dependência face à concretização das decisões de investimento privado (marcadas pela imprevisibilidade e incerteza) em conjunto com a progressiva retração do Estado Social e do planeamento centralizado, determina que estes instrumentos, se revelem cada vez menos eficazes, no que respeita à mobilização e efetivação de processos de transformação urbana. Neste contexto, onde prevalece ao nível das políticas territoriais, a disputa de capital entre territórios, agravam-se as assimetrias territoriais e socioeconómicas.

"Todo aquele Bairro do Casco Velho de Venda Nova e a zona industrial, constituíram-se numa altura em que não se falava de planeamento (...) estamos a falar nos anos 40-50. Depois, para além disso, toda a zona da Amadora era abraçada por uma faixa de bairros clandestinos, de bairros degradados, em particular este território. Vinha desde a zona do bairro da Azinhaga dos Besouros, continuava para o Bairro das Fontainhas, Bairro 6 de Maio, Bairro Estrela de África, Bairro da Estrada Militar, Damaia, por isso ordenamento territorial...Está-se a tentar corrigir alguma ausência de planeamento, principalmente naquela fase dos anos 60-70, em que afluiu muita gente vinda do interior e sul do país, aqui à amadora. As regras de planeamento foram postas de lado, áreas por exemplo que eram de leito de cheia foram ocupadas, coisas assim, ... agora, é claro que se vão tentando corrigir à medida que for possível, mas algumas são difíceis (...). A nível (...) do desenvolvimento, porque grande

parte também vai ser fruto do investimento privado, para além do investimento municipal que a câmara vai fazer... acho que o considero adequado. E houve investimento publico ... ao nível das infraestruturas (transportes - metro, ligação à ferrovia, CRIL), houve o investimento necessário" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

Se os níveis de investimento público são considerados adequados no que respeita à criação de condições mais permeáveis ao desenvolvimento económico na freguesia de Venda Nova, pelo contrário, são consideradas insuficientes relativamente à resolução dos problemas de exclusão social e urbana. Apesar de iniciativas municipais como o programa URBAN (1994-1999) – visando solucionar carências sociais, económicas, infraestruturais e problemas de desqualificação urbana nos bairros mais críticos –, bem como do termo próximo dos processos de realojamento, subsistem situações de vulnerabilidade socioeconómica na freguesia dificilmente resolúveis pela administração local.

"A nível social acho que as politicas vão saindo, mas falta depois o correspondente investimento público nessas áreas – aí, acho que é insuficiente, porque estão sempre a pedir aos parceiros que deem um bocadinho mais daquilo que já têm; mas também há certas coisas que já não se conseguem fazer mais, para alem daquilo que nos já desenvolvemos, com os mesmos recursos humanos e financeiros; portanto, precisávamos aqui de mais investimento público nessa área" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

Não deixa de ser relevante assinalar que a demolição dos bairros clandestinos não esteve somente relacionada com a melhoria das condições de vida das populações (outras opções poderiam ter passado pela (re)urbanização *in situ*, quem sabe, atenuando as graves consequências identitárias que envolvem um processo de realojamento), mas, também, com a libertação de terrenos, tendo em vista o investimento futuro. À semelhança do Barreiro, observa-se, contudo, o (ainda) baixo retorno das prioridades de investimento público, bem como dificuldades em inverter a trajetória de desfavorecimento da freguesia no plano económico, demográfico e social. Os desafios futuros, apontados pelo poder local, remetem contudo para a concretização das expetativas de reforço da competitividade e atratividade do território, mediante a reconversão das zonas industriais, e ainda para a resolução dos problemas de exclusão social, em particular os que incidem sobre as minorias:

" [Os principais desafios e vulnerabilidades] relacionam-se com essa questão ao nível do parque industrial, no sentido de o tornar atrativo em termos da AML, tentar que, por essa via, a freguesia se possa rejuvenescer, porque é uma preocupação clara perceber que cerca de 25 % da nossa população tem mais de 65 anos (...). Se pensarmos que esta zona industrial possa trazer para aqui (na procura de emprego) casais jovens, acho que será uma mais valia para a freguesia, a esse nível demográfico

(...) porque, depois, isto tudo é uma pescadinha de rabo na boca (...) vai transformando quer a parte comercial, quer a própria reabilitação de alguns edifícios para disponibilizar para a habitação. Portanto acho que será o grande desafio. Depois, a outra questão tem a ver com este fator mais social, temos de facto uma população ainda com um nível económico financeiro muito baixo, com habilitações muito baixas, pessoas que de alguma maneira, fruto também de alguma exclusão social que ainda existe, vão sempre carecer de apoio (...). A etnia cigana (...) é um desafio, colocar em pratica aquilo que é uma estratégia nacional dirigida aqui à comunidade cigana, mas é um trabalho que ponderamos como difícil, desafiante, e que vai implicar alguns dos nossos esforços e dedicação para o ultrapassar " (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018)

A forma como a freguesia é olhada do exterior – a nobilitação da imagem urbana, e por conseguinte as estratégias de marketing, que permitam realçar os aspetos diferenciadores do território assumem, à semelhança do Barreiro, uma preocupação da administração local; já o 'sucesso' da capital é igualmente considerado como um exemplo a seguir. No caso de Venda Nova, é mesmo referido o desígnio de um projeto de 'gentrificação', tendo como suporte o passado histórico da região 'saloia', com o objetivo de requalificar o espaço público, o comércio, servindo de agregador identitário entre as populações que habitam o território.

"Gostaria de encontrar a freguesia com a questão dos bairros degradados completamente resolvida, com uma zona industrial, de facto, atrativa e potenciadora de emprego para a população, com o tal parque urbano, passado do papel para a realidade, que transformasse a imagem desta zona, porque o estigma da Amadora é sempre de prédios onde o planeamento urbanístico não existiu (...). Há um projeto que nós temos (...) Junta de Freguesia, que é de 'gentrificação', e temos sido apenas influenciadores, porque não temos capacidade financeira para fazer a transformação, mas era que todo este eixo da Elias Garcia, que é no fundo a nossa via principal (...) antiga estrada real, que ligava Lisboa a Sintra (...) fosse de alguma maneira reconvertido em zona de muito pouca circulação automóvel (...). Com isto reabilitar um bocadinho uma coisa que se foi perdendo e que pouca gente conhece o verdadeiro significado, que é aquilo que era a porcalhota [A Porcalhota era a antiga designação da zona (...) mencionada n'Os Maias pelo Eça de Queiroz] e que desta forma se reabilitasse também um conceito de comércio tradicional, que servisse aqui essencialmente como (...) marca 'Porcalhota' – elo de ligação às diversas comunidades que aqui vivem porque são muito diferentes" (Excerto de entrevista, Ana Venâncio, Presidente da União de Freguesias da Falagueira-Venda Nova, 2018*)*

4.2.3 Síntese

Na AML, grande parte dos territórios que se industrializaram a partir da segunda metade do século XX encontram-se, atualmente, num ciclo de desindustrialização e subsequente declínio urbano, decorrente de transformações macroestruturais ulteriores à crise energética (1973). Entre estas destacam-se: transição para um modelo económico neoliberal; globalização e

relocalização das cadeias de produção de valor; aprofundamento do processo de integração Europeu (adesão à CEE e mais tarde à moeda única europeia), bem como de políticas estratégicas que acompanharam este processo. A crise de 2008 e o programa de ajustamento estrutural (2010-2014) acentuariam, como observado anteriormente, a fragilização do tecido económico destes territórios, criando uma nova vaga de destruição ao nível do emprego e das empresas.

O conjunto de freguesias mapeadas, no âmbito da tipologia correspondente aos processos de desindustrialização e declínio urbano, traduz, em grande medida, uma cartografia de 'expulsões' - tal como identificadas por Sassen (2014), quando alude: à marginalização de setores económicos menos competitivos e de postos de trabalho não qualificados nos países desenvolvidos; ao encolhimento forçado de economias nacionais por via das políticas de austeridade; ou, ainda, à eliminação ou contaminação de ecossistemas (solo e água) por via da exploração industrial. São também os territórios marcados pela obsolescência funcional resultante da desconexão entre o espaço dos fluxos (genéricos de capital) e o espaço dos lugares (com a sua identidade, cultura e características particulares). A *sociedade em rede,* aparentemente inclusiva, está a gerar desigualdades profundas*:* certos lugares, relevantes para o espaço dos fluxos, concentram investimentos, pessoas, empresas, informações, instituições, serviços. Outros, são desguarnecidos destes recursos, permanecendo bloqueados numa espiral de exclusão que desvitaliza e emagrece progressivamente o seu tecido social, económico, funcional e institucional (Castells, 2011). Constituem assim o elo vencido dos desenvolvimentos desiguais. À medida que a crescente fluidez dos mecanismos de acumulação espácio-temporal de capital, se reflete na crescente imprevisibilidade locativa das atividades produtivas, e dos fluxos financeiros, são penalizados os territórios menos atrativos no que respeita ao retorno económico, assim como as comunidades cujo perfil de qualificações se torna irrelevante para a rede de produção de valor global (Harvey, 2019). Tanto na freguesia do Barreiro como de Venda Nova foram identificadas situações de exclusão social e precariedade urbana, frequentemente situadas na proximidade de zonas industriais desativadas, evidenciando a articulação estreita entre os fenómenos de desindustrialização e declínio urbano e os fenómenos de privação e urbanização da pobreza, especialmente quando analisamos os últimos a uma escala mais desagregada (ex. subsecção).

Com maior ou menor prevalência, muitas das vulnerabilidades decorrentes das dinâmicas de desindustrialização e declínio urbano – foram identificadas, nos territórios em análise , através dos dados estatísticos, das perceções dos atores locais entrevistados, bem como do recurso a fontes de informação diversas. Destacam-se assim: perdas populacionais e envelhecimento demográfico; desqualificação e desvalorização do parque edificado e do espaço público; dissolução do comércio local; presença de zonas industriais abandonadas e

de passivos ambientais elevados; fraca atratividade turística; constrangimentos na provisão/manutenção de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas; existência de bolsas de pobreza e exclusão social a que se associam perceções de insegurança; por fim, défices orçamentais da administração local e níveis de captação de investimento reduzidos.

A inversão destas tendências por via das políticas, dos instrumentos de planeamento e dos investimentos (públicos e privados), revela-se, ao que parece, ineficaz. No plano político, a restruturação do Estado-Social, por via das pressões neoliberais, não apenas limita a sua autonomia no planeamento e regulação das atividades económicas, como restringe progressivamente a sua capacidade de intervenção por redução da base fiscal. Nesta conjuntura, o reforço da competitividade, assume uma preponderância exagerada no âmbito das políticas estratégicas. Algo que remete para o que Bauman (2007) definiu como o fenómeno da *serpente morde a própria cauda*, uma alusão aos países ocidentais que, vítimas da incerteza causada pela fluidez desregulada dos fluxos de capital, bens e pessoas – no âmbito da globalização do processo de desenvolvimento –, permanecem reféns do tímido crescimento económico. Reféns permanecem, também, da disputa de postos de trabalho e capital, a nível internacional.

Este contexto traduz-se, por um lado na degradação das condições socioeconómicas da população (em função da pressão concorrencial determinada por países ainda mais periféricos), e por outro, na concentração do investimento público nas áreas mais promissoras do país, agravando-se, deste modo, as polarizações socioespaciais intra-metropolitanas e nacionais. É interessante verificar que os atores locais entrevistados recorrem, frequentemente, a expressões como *pescadinha de rabo na boca*, expressando a complexa articulação entre atratividade, investimento, e melhoria das condições urbanas – como se nenhum destes componentes pudesse subtrair-se a essa circularidade . Os grandes projetos previstos, tanto para o Barreiro como para a Venda Nova, inserem-se neste panorama de alteração do foco das políticas estratégicas. A atração de investimento, a conjugação de capitais públicos, imobiliários e financeiros – no desenvolvimento de infraestruturas e grandes projetos de urbanização (zonas habitacionais, parques empresariais, etc.) – e, não menos importante, a congregação de uma identidade regional através de mecanismos de *branding territorial e de clusterização económica*, têm por fim induzir um ambiente favorável à permeabilidade dos lugares, face à circulação e acumulação de capital (Harvey, 2019). Todavia, não só o país compete pelo reforço da sua posição no plano global, como os seus territórios mais marginalizados e necessitados de investimento, competem, entre si, por uma fatia do orçamento de estado cada vez mais reduzida; ou, num outro nível, por frações de capital internacional que, frequentemente, elegem destinos mais vantajosos do ponto de vista das vantagens comparativas (mão de obra mais barata, condições fiscais mais atrativas, mercados mais amplos ou condições físicas mais apetecíveis). No caso do Barreiro,

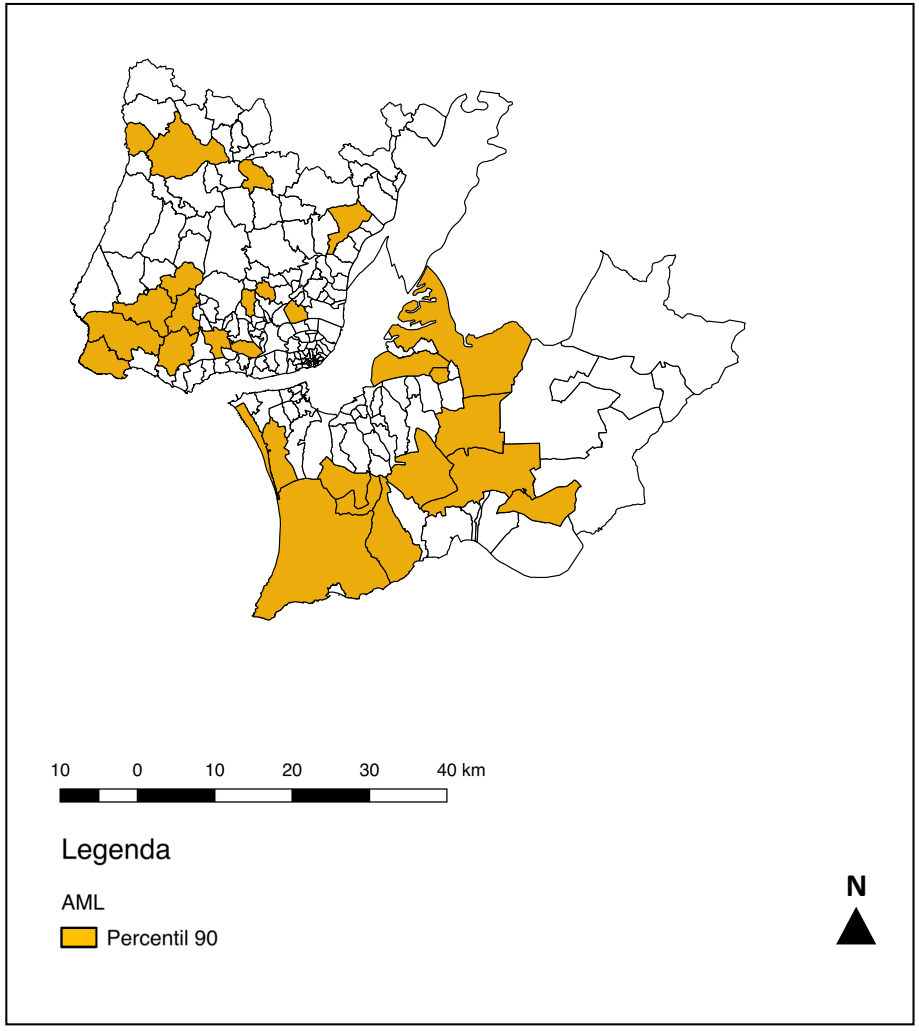
observámos que nenhuma das grandes infraestruturas previstas, financiadas pelo poder central, chegou a ser concretizada. Quanto às expetativas de regeneração urbana, implícitas no projeto 'Lisbon South Bay', não saíram do papel. Apesar dos esforços e investimentos públicos aplicados na descontaminação dos terrenos, das campanhas de marketing territorial e dos périplos internacionais com o objetivo de aumentar a sua visibilidade, o investimento estrangeiro continua a não chegar. O mesmo se poderá dizer relativamente à freguesia de Venda Nova, onde os avultados investimentos públicos – em acessibilidades, processos de realojamento, ou na formação de parcerias público-privadas, relativas a projetos de reconversão económica e urbana – não se refletiram, ainda, na transformação e inversão da sua trajetória de declínio urbano e desindustrialização.

Os instrumentos de ordenamento territorial, baseados no papel (outrora) estruturante do investimento público, na decisão centralizada e hierárquica suportada no conhecimento técnico, e no controlo da iniciativa privada, revelam-se hoje cada vez menos eficazes, face à incerteza crescente desenhada no plano económico. As dinâmicas e crises imprevisíveis – resultantes do funcionamento do mercado e das ações dos agentes económicos a nível global – frustraram previsões e cenários, definindo-se como principais fatores modeladores das transformações territoriais e, nesse sentido, dos processos de centralização e periferização urbana (Portas, 2012). Os mecanismos de acumulação de capital, congregando espaço, tempo e tecnologia, passam a constituir os principais 'planos diretores' dos ciclos de valorização e desvalorização territorial e, nesse sentido, a condicionar crescentemente os processos de transformação (ou cristalização) urbana. Esta situação é particularmente evidente no caso das freguesias do Barreiro e de Venda Nova. As expetativas de desenvolvimento socioeconómico, subjacentes aos Planos Diretores Municipais em vigor – que estando em revisão, datam ainda da década de 1990 –, foram amplamente ultrapassadas pela realidade dos acontecimentos. Tal realidade é particularmente visível nos seus baixos níveis de execução. Poder-se-á questionar se o modelo de urbanismo neomoderno – mais flexível, programático, participado e atento à viabilização de oportunidades económicas, suscetíveis de constituir âncoras de desenvolvimento – constitui uma solução para estes territórios. Os exemplos dos grandes projetos de urbanização no Barreiro e Venda Nova – implicando capitais públicos e privados, bem como o alinhamento dos instrumentos de planeamento para este objetivo (através da elaboração de planos de urbanização) – demonstraram enormes dificuldades de concretização. No plano da viabilização económica, foram, até à data, ineficazes, no que se refere à atração de investimento (e com isso de pessoas, empresas, emprego e instituições); já no plano da conciliação das expetativas múltiplas, nem sempre foram consensuais. Recorde-se, a esse propósito, o caso da alienação municipal da Quinta Braamcamp, no Barreiro, e da ação interposta em tribunal por um grupo de cidadãos, alegando que a proposta de urbanização em curso lesava o interesse público.

Por fim, uma última nota reporta-se à forma como os representantes da administração local da freguesia do Barreiro e Venda Nova olham para a revitalização de Lisboa, enquanto modelo de sucesso, eventualmente aplicável aos seus territórios. De facto é possível verificar, através do quadro de correlações entre os indicadores utilizados no âmbito desta tipologia, que os valores médios do imobiliário por m^2 apresentam uma correlação moderada direta com: o índice de envelhecimento da população (0,576); a proporção de edifícios vagos (0,573); a proporção de edifícios degradados (0,358). E, por outro lado, uma correlação moderada inversa com: a taxa de variação de residentes (-0,450) e o peso do setor industrial no emprego (-0,430) (Anexo 2) (Taylor, 1990). Estes resultados poderiam indiciar (com a devida precaução que deve acompanhar a análise estatística) as condições ideais para a ocorrência dos processos de reabilitação urbana - ou mesmo de gentrificação, tal como os observados no município de Lisboa. As dinâmicas de valorização, de reabilitação do imobiliário e de atração turística, tiveram, como base, processos desvalorização prévios ocorridos na capital. A fuga populacional, a existência de um parque edificado vago – degradado ou em ruína, assim como a dissolução das atividades industriais, constituíram as condições essenciais para a eficácia do retorno do capital investido. Pela mesma lógica, as freguesias em desindustrialização, ou declínio urbano, seriam as próximas beneficiárias deste processo; contudo, observa-se que as grandes operações, investimentos urbanos e dinâmicas turísticas se continuam a concentrar no município de Lisboa – por via da sua visibilidade global – com pesadas consequências, como veremos posteriormente, no que respeita ao acesso à habitação por parte das camadas mais jovens da população e da classe média. De resto, o retorno deste investimento não é utilizado para atenuar as profundas assimetrias existentes a nível metropolitano. Simultaneamente, torna-se evidente, que a persecução da mesma fórmula estratégica, no contexto dos territórios mais marginalizados, se tem revelado improdutiva e até mesmo contraproducente. A incerteza inerente aos grandes planos expectantes, inviabiliza, porventura, intervenções urbanas mais diferenciadas e contidas, com o objetivo de mitigar as vulnerabilidades identificadas, incrementar progressivamente a atratividade (empresas, novos residentes) e melhorar a qualidade de vida das populações. Um caminho alternativo para defletir a trajetória de periferização e marginalização a que estes territórios e comunidades têm estado sujeitos.

4.3 Territórios de expansão metropolitana intensiva

Com base nos métodos de análise estatísticos e das técnicas de georreferenciação anteriormente descritos, obteve-se o mapeamento dos territórios de expansão metropolitana intensiva, ilustrado nos elementos gráficos seguintes (MAP2;MAP2A).



Freguesia *	Concelho	Percentil 90
Afonsoeiro	Montijo	7
Alcabideche	Cascais	10
Alcochete	Alcochete	9
Algueirão-Mem Martins	Sintra	7
Barcarena	Oeiras	7
Carnaxide	Oeiras	7
Cascais	Cascais	8
Charneca de Caparica	Almada	9
Costa da Caparica	Almada	7
Ericeira	Mafra	10
Famões	Odivelas	7
Fernão Ferro	Seixal	7
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Setúbal	7
Lumiar	Lisboa	7
Mafra	Mafra	10
Montijo	Montijo	7
Palmela	Palmela	7
Pinhal Novo	Palmela	7
Quinta do Anjo	Palmela	10
Quinta do Conde	Sesimbra	9
Rio de Mouro	Sintra	7
São Brás	Amadora	7
São Domingos de Rana	Cascais	9
São Lourenço	Setúbal	8
Sesimbra (Castelo)	Sesimbra	9
Sintra (São Pedro de Penaferrim)	Sintra	7
Venda do Pinheiro	Mafra	7
Vialonga	Vila Franca de Xira	8

* Organização administrativa das freguesias prévia à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que introduziram uma reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

MAP2 Territórios de expansão metropolitana intensiva



Alcabideche



Carnaxide



Fernão Ferro



Quinta do Conde



Venda do Pinheiro



Costa da Caparica



Quinta do Anjo



Rio de Mouro



Famões

MAP2A Exemplos de territórios em expansão metropolitana intensiva(fonte: GoogleEarth, 2022)

4.3.1 Interpretação do mapeamento obtido

Uma grande parte das freguesias identificadas na Margem Norte da AML, referentes à tipologia *Territórios em processo de expansão metropolitana intensiva* (ex. Cascais, Alcabideche, São Domingues de Rana, Carnaxide, Barcarena, Algueirão-Mem Martins, São Pedro de Penaferrim), integram – no âmbito do PROT-AML (2002) – a unidade territorial 'Espaço Metropolitano Poente'. Esta unidade é caracterizada por realidades diversas. No eixo Algés-Cascais destaca-se o crescimento urbano, maioritariamente qualificado, em torno da linha ferroviária e da estrada marginal, assim como os elevados níveis de atratividade turística, determinada pela sua condição litoral atlântica (ex. Cascais). No limite Norte deste eixo, realça-se o reforço das acessibilidades (construção da autoestrada A5 e do IC15) e, com isso, das dinâmicas de terciarização (serviços de nível superior) e dos fenómenos de urbanização (ex. São Domingos de Rana, Alcabideche, Barcarena, Carnaxide). À semelhança do Eixo Algés-Cascais, também o desenvolvimento urbano no Eixo Amadora-Sintra (ex. Algueirão-Mem Martins, Rio de Mouro) depende, sobretudo, da expansão das infraestruturas de transporte. Num primeiro momento, esse desenvolvimento consolida-se em torno da linha ferroviária (Lisboa-Sintra), compreendendo uma oferta de habitação de elevada densidade, para uma população com menor poder de compra. Mais recentemente, surgiram as urbanizações associadas à construção do IC19. Entre estes dois eixos, localiza-se a unidade Interior do 'Espaço Metropolitano Poente' (ex. Alcabideche, São Domingos de Rana, Rio de Mouro, São Pedro de Penaferrim, Barcarena), onde são evidenciados os principais problemas de pressão urbana e desordenamento territorial – decorrentes dos fenómenos de urbanização clandestina, bem como da expansão, fragmentação e dispersão de atividades e usos do solo –, num quadro de fraca regulação urbanística. A elevada intensidade da urbanização dá origem à carência de infraestruturas, à destruição do património rural e, não menos importante, a impactos graves ao nível dos sistemas ecológicos. Em sentido oposto, verificam-se dinâmicas positivas no que respeita à vitalidade das atividades económicas (Indústria farmacêutica no concelho de Sintra, Informação e Tecnologia no concelho de Oeiras). Deve referir-se que duas das freguesias identificadas acima (Alcabideche, São Pedro de Penaferrim), marcadas pela elevada intensidade dos processos de expansão metropolitana, integram também a unidade 'Serra de Sintra' – correspondente ao Parque Natural –, património de elevado valor ecológico e cultural no contexto da AML (CCDR-LVT, 2002).

Os resultados obtidos parecem ser corroborados pelo PROT-AML (2002), mas também pelos diagnósticos territoriais produzidos pelos municípios respetivos, no âmbito dos processo de revisão dos planos diretores municipais[16]. Relativamente ao município de Cascais são

[16] Revisão Plano Diretor Municipal de Cascais. Relatório de estudos de caracterização (2014)

sublinhadas as dinâmicas conjugadas de crescimento demográfico, económico e urbano (ex. Cascais, Alcabideche, São Domingos de Rana). No plano urbano, destacam-se as boas acessibilidades e a existência de um parque edificado relativamente recente. Já no plano demográfico e social, torna-se evidente o rejuvenescimento e qualificação das populações, enquanto, no plano económico, sobressai a atratividade turística do território e o facto de este beneficiar dos processos de restruturação e relocalização produtiva, em curso na AML. À semelhança do que acontece no município de Oeiras, observa-se a especialização progressiva do tecido económico em funções de nível superior. Este território – tido como um potencial 'motor de desenvolvimento' – apresenta, segundo o mesmo estudo de caracterização municipal, problemas associados aos fenómenos de pressão urbana e ao reforço da atratividade económica (empresas e emprego), nomeadamente: existência de áreas urbanas de génese ilegal; desqualificação, fragmentação e desordenamento de espaços urbanos intersticiais (entre eixo Oeiras-Cascais /Amadora-Sintra); comprometimento da estrutura ecológica; assimetrias na provisão de infraestruturas e equipamentos entre a faixa litoral e interior do município; desigualdades socioeconómicas. Cabe salientar, a este propósito, que parte do crescimento urbano se deve a operações de realojamento realizadas ao abrigo do PER (1997), com particular expressão nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana (Câmara Municipal de Cascais, 2014). No que respeita ao concelho de Oeiras, é traçado um retrato territorial semelhante ao anterior, por parte do município. Neste, são destacadas as dinâmicas de crescimento demográfico e urbano – desde a década de 1970 até ao início do século XXI –, com relevo para as freguesias de Carnaxide e Barcarena, particularmente bem servidas a nível de acessibilidades (acesso à autoestrada, linha ferroviária). O concelho compreende também a população mais qualificada e bem remunerada do país. No plano económico, evidenciam-se dinâmicas de terciarização, acompanhadas pelo crescimento do número de empresas, emprego e volume de negócios. A forte internacionalização, definida pela elevada presença de sociedades multinacionais, só é superada a nível metropolitano pelo concelho de Palmela (influência da presença da fábrica AutoEuropa). As atividades de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), constituem, um setor relevante no município de Oeiras (representando 11,9% no contexto da AML e Grande Lisboa), traduzindo uma especialização assinalável deste território nas funções emergentes da nova economia cognitiva, em sintonia com a instalação de vários parques tecnológicos (ex. Quinta da Fonte, Tagus Park, Lagoas Park). Os efeitos polarizadores da elevada qualificação do tecido social e económico difundem-se, também, ao setor industrial

Revisão do Plano Diretor Municipal de Oeiras. Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Oeiras (2013)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra. Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra (2019)

(farmacêutica, fabricação de equipamentos informáticos, telecomunicação), diferenciado pela elevada intensidade de incorporação de conhecimento e tecnologia. Da pressão dos fenómenos conjugados de urbanização resultam, ainda assim, vulnerabilidades: a densificação e ocupação difusa do território, onde se destaca a desarticulação entre as áreas habitacionais e as áreas ocupadas por atividades económicas; o desajustamento entre a capacidade de resposta instalada (equipamentos e serviços) e as novas funções requeridas por uma população crescentemente diversificada – emergindo novas formas de exclusão social; a excessiva dependência exterior de recursos básicos (alimentos, água e energia); a elevada taxa de motorização; problemas na provisão de transporte coletivo (com impactos no âmbito do consumo energético e contribuição para as alterações climáticas); a saturação de rede rodoviária; os fenómenos de poluição (sonora e hídrica); e, por fim, um sistema de governança incompatível com os novos desafios decorrentes das dinâmicas de crescimento (Câmara Municipal de Oeiras, 2013). Os crescimentos urbanos, populacionais e económicos são também identificados, a nível municipal, no concelho de Sintra. Tais crescimentos foram, no início da segunda metade do século XX, impulsionados pela linha ferroviária (Lisboa-Sintra), a par das dinâmicas de industrialização; mas, mais recentemente, ter-se-ão devido ao reforço de acessibilidades rodoviárias e às dinâmicas de terciarização implicadas nos processos de restruturação económica (ex. Algueirão-Mem Martins, Rio de Mouro). Sintra é o segundo município mais populoso do país, ocupando também a segunda posição, no que se refere à concentração de empresas na área da Grande Lisboa. Tal situação deriva do reforço das acessibilidades e da disponibilidade de uma mão de obra rejuvenescida, diversificada e crescentemente qualificada. À semelhança de Cascais, o município é marcado pela atratividade turística, determinada pela presença de importantes núcleos históricos, recursos naturais de elevado valor patrimonial (ex. São Pedro de Penaferrim) e, naturalmente, pela proximidade oceânica. Relativamente a vulnerabilidades e riscos, são reportados diversos desafios resultantes da pressão urbana e populacional, em parte decorrentes da ausência de instrumentos de planeamento robustos, no momento em que ocorreu a maior vaga de edificação (década de 1970-1994). Em síntese: desqualificação da paisagem (edificada e natural); pressão turística em zonas de valor ecológico e patrimonial; elevado grau de impermeabilização determinando risco de cheias; problemas ambientais; possibilidade de esgotamento de recursos naturais; excessiva dependência de recursos externos; conflitualidade entre usos de solo; dispersão urbana em zonas rurais (traduzindo-se na perda de importância das atividades agrícolas e consumo de solo); elevada presença de áreas urbanas de génese ilegal sem processo de reconversão concluído (fenómenos de marginalização socio-urbanística); deficiências na provisão de equipamentos, serviços e infraestruturas (gás e saneamento); constrangimentos ao nível da conetividade intraurbana e no serviço de transportes coletivos; por fim, desafios ao nível da governança. No plano

económico, destaca-se, contrariamente ao município de Oeiras: falta de competitividade empresarial; défice de atividades ligados ao setor terciário qualificado; elevada dependência de emprego exterior, originando uma baixa resiliência face às dinâmicas de globalização em curso (Câmara Municipal de Sintra, 2019).

Outra zona metropolitana da Margem Norte – onde se incluem freguesias identificadas no âmbito do mapeamento dos territórios de expansão metropolitana intensiva – corresponde, no âmbito do PROT-AML (2002), à unidade Arco Urbano Envolvente Norte (ex. Famões, São Brás, Vialonga). Relativamente a esta, o PROT-AML (2002) refere a densidade elevada de urbanização, destacando na subunidade 'Área Urbana Sabugo-Caneças-Loures' – correspondente às freguesias mapeadas de Famões e São Brás, problemas graves de ordenamento territorial, decorrentes das pressões de urbanização. Tais problemas traduzem-se na fragmentação e destruturação da paisagem, na conflitualidade entre usos de solo e na construção em áreas de risco geológico (CCDR-LVT, 2002). Este contexto é validado no âmbito dos instrumentos de planeamento dos respetivos concelhos[17]. O município de Odivelas, sublinha o elevado crescimento populacional na freguesia de Famões (33,2% entre 2001-2011), bem como os fenómenos de expansão urbana não regulada no plano urbanístico. Constitui exemplo desta realidade, a presença de áreas urbanas de génese ilegal, tanto habitacionais como industriais. São ainda realçadas inúmeras vulnerabilidades e desafios: carências de equipamentos e serviços (nomeadamente na área da saúde, transportes coletivos e serviços da administração central); constrangimentos no plano das acessibilidades e mobilidade; sobrelotação do cemitério local assim como, desafios de governança, num contexto de crescente fragmentação urbana e social (Câmara Municipal de Odivelas, 2015). Relativamente à freguesia de São Brás é definido um quadro semelhante por parte do município da Amadora: crescimento urbano desenquadrado dos instrumentos de planeamento; conflitos entre usos de solo; carências na rede de equipamentos e serviços públicos. Simultaneamente, é mencionada uma taxa de evolução do parque edificado, superior à taxa de crescimento populacional (Câmara Municipal da Amadora, 2014a). Quanto à freguesia de Vialonga, é destacada no âmbito de relatórios municipais, uma dinâmica de crescimentos demográficos, económicos e urbanos, com particular destaque para a envolvente das vias de transporte que atravessam o concelho (A1/EN10/EM501). No que respeita às atividades económicas, evidencia-se o setor industrial, em particular da indústria extrativa (fabrico de cal, papel, vidro, cimento, tijolo e telha), em conjunto com o setor da construção. Mais recentemente, o processo de restruturação económica tem conduzido à

[17] Plano Diretor Municipal de Odivelas. Relatório de fundamentação das opções do Plano (2015)
Relatório de Estado de Ordenamento do Território da Amadora (2014)
Relatório de Estado de Ordenamento do Território de Vila Franca de Xira (2018)
Relatório de Análise e Diagnóstico das condições económicas e sociais de Vila Franca de Xira' (2004)

progressiva substituição dos setores industriais tradicionais pelas novas funções logísticas e imobiliárias. No plano social, são realçados os baixos níveis de envelhecimento populacional e a evolução demográfica positiva. Ao nível do desenvolvimento urbano, é referido o crescimento da oferta imobiliária, bem como das urbanizações concretizadas ao abrigo do PER (1990-2007). A concentração do crescimento populacional e económico, neste território, traduz-se, à semelhança de outras freguesias, em vulnerabilidades e desafios de planeamento: fenómenos de desordenamento territorial – sendo exemplo a ocupação indevida de áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional (ex. várzea de Vialonga); focos de poluição hídrica industrial, relacionados com carências ao nível da captura e tratamento de águas residuais; problemas de higiene urbana devido ao desajustamento do dispositivo de recolha de lixo face à crescente dimensão dos aglomerados urbanos; dificuldades em estruturar e qualificar espaços públicos, suscetíveis de servirem como elementos de referência no plano social; falta de integração de comunidades socioeconómicas diversas (em particular de grupos ou minorias frequentemente sujeitas a processos de marginalização); por fim, deficiências em equipamentos e espaços de lazer qualificados (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2004; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2018).

Já a finalizar o cruzamento dos resultados obtidos para a Margem Norte da AML e a caracterização feita, no âmbito dos instrumentos de planeamento territorial, resta-nos referir as freguesias que integram, no contexto do PROT-AML (2002), as unidades territoriais: 'Litoral Atlântico Norte' (Mafra, Ericeira) e 'Interior Norte Agrícola' (ex. Venda do Pinheiro), assim como a freguesia do Lumiar, pertencente ao município de Lisboa. Relativamente à primeira unidade de caracterização, é destacada a importância decrescente da atividade agrícola, como resultado da sua substituição por usos mais lucrativos no plano turístico e, também, industrial. Neste quadro, ganda dimensão a proliferação de construção dispersa em território rural e, por outro, uma incidência particularmente crítica das dinâmicas de urbanização no Eixo Ericeira-Mafra. Esta incidência resulta da atratividade, induzida pela proximidade à capital e a zonas litorais, bem como pelo contexto agroflorestal que ainda caracteriza este território. A unidade Interior Norte Agrícola, não obstante a importância do setor agrícola (integrando já a esfera de influência da zona Oeste), revela, segundo o PROT-AML (2002), processos semelhantes: dinâmicas de desordenamento derivadas da ocupação do espaço rural com unidades industriais ou de armazenamento; crescimento excessivo de zonas de povoamento tradicionais (ex. Venda do Pinheiro) (CCDR-LVT, 2002). O panorama de expansão urbana nas freguesias de Mafra, Venda do Pinheiro e Ericeira é também avalizado a nível municipal[18]. Os crescimentos populacionais e a concentração de atividades industriais,

[18] Revisão do Plano Diretor Municipal de Mafra. Volume IV. Relatório de fundamentação (2015)

de logística, e do turismo, são consideradas um resultado do reforço das acessibilidades (A8, A21) que, para além de articularem os três núcleos referidos, diminuíram a distância a Lisboa, Cascais e Sintra – importantes bacias de emprego. Do mesmo modo, é reportado o desordenamento resultante das operações de loteamento casuísticas (para funções habitacionais ou económicas), e da expansão em 'mancha de óleo' – algo a que não é alheia a falta de detalhe do PDM de primeira geração (1994). O défice de espaços públicos – decorrente da escassez de áreas cedidas, no âmbito das operações urbanísticas –, a pressão sentida na rede de infraestruturas, equipamentos e serviços, tal como a desqualificação de recursos patrimoniais e ecológicos, é considerada uma consequência do desfasamento entre as dinâmicas de transformação urbana e a capacidade dos instrumentos de planeamento para acomodarem essa transformação (Câmara Municipal de Mafra, 2015a). Por fim, relativamente aos processos de expansão metropolitana verificados na Margem Norte da AML, foi identificada a freguesia do Lumiar. Segundo o município[19], esta freguesia constitui um dos poucos exemplos em que se verificaram crescimentos demográficos positivos na capital. Nas últimas décadas, a atratividade do Lumiar tem sido resultante do crescimento da oferta de habitação privada e pública (construção de novos blocos habitacionais ao abrigo do PER e do PIMP). À semelhança de outras freguesias, em processo de expansão metropolitana intensiva, surgem disfunções ao nível das infraestruturas, equipamentos e espaços públicos (Câmara Municipal de Lisboa, 2009).

Na margem Sul, tal como na margem Norte da AML, verificaram-se dinâmicas intensivas de expansão metropolitana que implicam fenómenos e consequências semelhantes. Na unidade, que corresponde no PROT-AML (2002) ao 'Arco Ribeirinho Sul' - que engloba as freguesias mapeadas de Costa da Caparica e Charneca da Caparica, destaca-se o desenvolvimento urbano decorrente da construção da Ponte 25 de Abril, mas também da autoestrada A2 e da ligação entre Almada e Costa da Caparica (A38). Mais concretamente, na subunidade Costa da Caparica predominam os processos de urbanização relacionados com a atratividade turística de recreio e lazer associados às zonas balneares – dinâmicas conflituantes com a paisagem protegida da arriba fóssil e com as áreas litorais, de elevada sensibilidade no plano ecológico (ex. Costa da Caparica). No interior do município de Almada, a poente da A2, é mais relevante a urbanização de baixa densidade, assente na moradia unifamiliar de segunda residência (CCDR-LVR, 2002). Também os estudos de caracterização do território municipal de Almada[20] – relativos ao sistema urbano e ao sistema social e económico – realçam os crescimentos populacionais e urbanos (2001-2011), nas freguesias

[19] Relatório do Estado do Ordenamento do Território do município de Lisboa (2009)
[20] Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada. Estudos de caracterização do território municipal. Caderno 4 – Sistema social e económico (2011)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada. Estudos de caracterização do território municipal. Caderno 5 – Sistema urbano (2011)

da Costa da Caparica e Charneca da Caparica. O uso sazonal afeta cerca de 53% do parque edificado da Costa da Caparica, e cerca de 33% do parque edificado da Charneca da Caparica, comprovando a sua apetência turística e de lazer. Em ambas as freguesias, é sublinhada a ineficácia dos instrumentos de planeamento para conter um desenvolvimento urbano desordenado – e frequentemente ilegal –, quer através do loteamento ortogonal do solo (ex. Charneca da Caparica), quer através da ocupação informal e abarracada de áreas ecológicas sensíveis (ex. Caparica). Apesar de terem sido realojadas, até 2010, 68,8% das famílias, continuam por resolver situações críticas no plano habitacional no município de Almada. De facto, prefigura-se a expansão das zonas informais, face ao aumento exponencial dos preços da habitação na capital. Este contexto, de forte pressão urbana e turística, traduz-se, não só em significativas vulnerabilidades sociais e ambientais, mas, simultaneamente, na dificuldade de construir uma rede equilibrada e hierarquizada de equipamentos, infraestruturas e espaços públicos (Câmara Municipal de Almada, 2011a; Câmara Municipal de Almada, 2011b; Franco & Pereira, 2020a). As freguesias de São Lourenço e Sesimbra-Castelo, identificadas no âmbito deste mapeamento, correspondem à unidade de caracterização Arrábida / Espichel / Matas de Sesimbra, no âmbito do PROT-AML (2002). Nesta unidade é relevante o património natural e cultural, parcialmente protegido no quadro dos instrumentos de planeamento (Serra da Arrábida, Cabo Espichel, matas de Sesimbra, área agrícola de Azeitão). É também uma unidade marcada pelas dinâmicas de urbanização (em particular no eixo Sesimbra-Lagoa de Albufeira), cuja causa, tal como na faixa litoral da Costa da Caparica, se deve à sua atratividade turística e de recreio. No contexto destas pressões, identificam-se fenómenos de urbanização de génese ilegal, com o consequente desordenamento territorial e rarefação de infraestruturas (CCDR-LVT, 2022). Esta caracterização é corroborada por elementos de análise desenvolvidos a nível municipal e também regional[21]. Relativamente à freguesia de Sesimbra-Castelo, são destacados problemas decorrentes dos processos de crescimento urbano e demográfico. Nesse sentido, é referida uma deficiente provisão no plano das redes viárias, de saneamento e abastecimento de água, bem como o difícil equilíbrio entre a compatibilização das dinâmicas de pressão urbana/turística e a proteção dos recursos ambientais (Câmara Municipal de Sesimbra, 2006). Já no que concerne ao concelho de Setúbal, identificam-se, na zona poente do concelho (ex. São Lourenço), áreas dispersas de construção em solo rústico. Progressivamente densificadas, desde a década de 1990, tais zonas desenvolveram-se, frequentemente, sem qualquer licenciamento prévio – à margem da legislação e com impactos ao nível do

[21] Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. Relatório de Fundamentação (2006)
Plano operacional de respostas integradas da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Relatório do Diagnóstico do território do concelho de Setúbal (2017)

desordenamento territorial, bem como na capacidade de prover estes territórios com o número de serviços e equipamentos adequados aos crescimentos que experienciam (ARS-LVT,2017). As freguesias de Fernão Ferro, Quinta do Conde e Quinta do Anjo, identificadas no quadro do mapeamento dos territórios de expansão metropolitana intensiva, incluem-se na unidade de caracterização 'Planície Interior Sul'. Segundo o PROT-AML (2002), esta unidade define-se pelo elevado nível de crescimento urbano, na sequência da construção da ponte 25 de Abril. A pressão conjugada das necessidades habitacionais e económicas, espelhadas na transformação e emparcelamento especulativo do solo – alheio a qualquer iniciativa de planeamento –, determinou que grande parte desta unidade se tenha desenvolvido de forma informal. Atualmente, a melhoria das acessibilidades – construção do IC32 –, bem como a atratividade associada aos processos de relocalização económica em curso (polo de concentração da indústria, logística e armazenagem), têm contribuído para as novas dinâmicas de urbanização, neste território. A uma extensa presença de áreas urbanas de génese ilegal (habitacionais, industriais, de armazenagem) associam-se: problemas de compatibilidade entre usos de solo diferenciados; situações de fragmentação e desqualificação da paisagem; reduzidos níveis de infraestruturação; e, não menos importante, vulnerabilidades ambientais decorrentes do comprometimento do aquífero de Setúbal. Este aquífero constitui a maior reserva de água estratégica a nível Europeu, encontrando-se ameaçado pela instabilidade decorrente da impermeabilização/ocupação urbana, pela contaminação implicada na produção industrial e, ainda, pelo incremento das necessidades de consumo (CCDR-LVT, 2002).

O contexto de proliferação urbana de génese ilegal, por parcelamento do solo, é também referido no quadro dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais do Seixal, Sesimbra e Palmela[22]. O município de Sesimbra menciona, que a freguesia da Quinta do Conde integra as áreas informais que mais cresceram na década de 1990 – tendo por referência o panorama europeu –, não obstante o decreto de lei elaborado em 1984, com o objetivo de travar este fenómeno (DL 400/84/31). Para este efeito, contribuíram a melhoria das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e, também, a expansão da rede de transportes públicos. Apesar da sedimentação da freguesia – enquanto polo de habitação, comércio e serviços – e do esforço dedicado à provisão de equipamentos e infraestruturas por parte da administração pública, são reportadas inúmeras disfunções, com origem no desajustamento entre a procura e a oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. São ainda

[22] Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. Relatório de Fundamentação (2006)
Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal. Estudo de caracterização e diagnóstico prospetivo (2003)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela. Relatório de Estado do Ordenamento do Território do município de Palmela (2003)

identificadas deficiências graves ao nível da rede viária, do saneamento e abastecimento de água, bem como assimetrias nas redes de provisão de gás, energia e telecomunicações (Câmara Municipal de Sesimbra, 2006). Vulnerabilidades semelhantes são observadas pelo município do Seixal, relativamente à freguesia de Fernão Ferro. O crescimento urbano espontâneo – e à margem dos instrumentos de Ordenamento do Território –, induziu processos de marginalização das comunidades, no plano da difícil reconversão de espaços desqualificados, tal como da provisão de uma rede abrangente de equipamentos de apoio à população e da dotação de infraestruturas básicas (Câmara Municipal do Seixal, 2003). Relativamente à freguesia de Quinta do Anjo, destacam-se, no âmbito do relatório municipal, referente ao estado do ordenamento do território do concelho de palmela, elevados níveis de crescimento urbano. Numa primeira fase (década de 1960) estes processos de urbanização acompanharam o incremento das necessidades de alojamento (década de 1960) – e, mais recentemente, as dinâmicas de atratividade (económica e residencial) decorrentes do reforço das acessibilidades (ex. A2, A12, linha ferroviária entre Setúbal, Barreiro e Lisboa, Ponte Vasco da Gama). Para além das funções habitacionais, evidencia-se a vocação industrial deste território, por via do efeito polarizador da fábrica AutoEuropa, no plano da criação de emprego e de empresas ligadas ao setor automóvel. Tal como nas outras freguesias, são referidas vulnerabilidades – criadas pelas pressões de urbanização –, com tradução no consumo de solo e no declínio das atividades agrícolas, bem como na deficiente provisão de equipamentos sociais e redes de infraestruturas (Câmara Municipal de Palmela, 2003).

Por fim, relativamente à tipologia 'territórios de expansão metropolitana na Margem Sul', sobressaem freguesias que integram, segundo o PROT-AML (2002), as unidades territoriais 'Espaço Transição Nascente' (ex. Alcochete, Montijo, Afonseiro, Pinhal Novo, Palmela), 'Setúbal-Palmela' (ex. Palmela) e 'Estuário do Sado' (ex. Gâmbia–Pontes-Alto do Guerra). O 'Espaço Transição Nascente' corresponde a uma zona de planície iminentemente rural, pontuada pelos aglomerados urbanos de Palmela, Pinhal Novo e Alcochete. No âmbito desta unidade são destacadas pressões construtivas em espaços agrícolas, decorrentes de melhorias no plano da mobilidade (ex. construção da Ponte Vasco da Gama) – e de novas procuras urbanas. No que se refere aos núcleos urbanos, é realçado o crescimento da freguesia de Alcochete, bem como a sua apetência turística (posição no contexto do Estuário do Tejo). Releva-se, também, a atratividade económica da freguesia de Pinhal Novo, assente na proximidade a outros núcleos industriais, definidos pelo seu dinamismo e vocação exportadora (ex. Setúbal, Palmela, Montijo). Relativamente à unidade territorial 'Setúbal-Palmela', são evidenciadas complementaridades funcionais entre o polo industrial de Setúbal e Palmela – decorrentes dos processos de reestruturação e relocalização industrial na AML (CCDR-LVT, 2002). O crescimento combinado da área urbanizada, da população e das atividades económicas nestes territórios são corroborados por outros elementos de apoio ao

planeamento[23]. As dinâmicas de urbanização e transformação do solo em particular nas freguesias de Montijo e Afonseiro são identificadas pelo município de Montijo. Ocorridas a partir da década de 1990, surgem na sequência da construção da Ponte Vasco da Gama e do IC32. Para além das novas urbanizações, é evidenciada a dimensão das manchas industriais nestes territórios, indiciando a capacidade de atração e fixação de atividades (Câmara Municipal de Montijo, 2011a, Câmara Municipal de Montijo, 2011c). O crescimento demográfico, económico e urbano, observado na freguesia de Alcochete, acompanhou – à semelhança dos territórios anteriores – os dois ciclos correspondentes ao reforço das ligações com a margem Norte (Ponte 25 de Abril e Ponte Vasco da Gama). Neste contexto, são realçados incrementos no nível de qualificação/escolaridade da população, assim como a emergência de diversos setores económicos com impacto na criação de emprego (comércio por grosso e a retalho, indústria transformadora, construção, atividades ligadas ao transportes, armazenagem e comunicação). Os grandes desafios estratégicos identificados a nível concelhio, residem na necessidade de diferenciar a oferta, no plano residencial, e de ajustar a rede de amenidades públicas (serviços e equipamentos) às complexas dinâmicas, inerentes ao aumento do dinamismo territorial (Augusto & Mateus Associados, 2010). Relativamente às freguesias de Pinhal Novo e Palmela, o município de Palmela, corrobora os resultados obtidos no que respeita às dinâmicas de expansão metropolitana intensiva. É destacada a consolidação urbano-industrial destas áreas, por via da progressiva concentração de funções habitacionais e económicas. Para este 'feito', concorre a melhoria das condições de mobilidade regional, o rejuvenescimento/qualificação da população, assim como disponibilidade de mão de obra. À semelhança da freguesia da Quinta do Anjo, é referida a expressão dos fenómenos de urbanização de génese ilegal, bem como os impactos da pressão urbana e demográfica no consumo de recursos estratégicos (solo e água) (Câmara Municipal de Palmela, 2003). Por fim, no que se refere à Margem Sul, resta aludir à freguesia Pontes – Alto da Guerra. Integra a unidade de caracterização 'Estuário do Sado', uma zona de reserva com elevado valor ecológico a nível metropolitano (CCDR-LVT, 2002). Este território é marcado pelas ocupações mistas do solo (habitacionais e económicas) e pelos fenómenos de urbanização difusa. A resposta à carência em espaços públicos, equipamentos, serviços e infraestruturas, bem como a necessidade de proteger os valores naturais das tendências de urbanização, são dois dos desafios realçados a nível municipal

[23] Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Análise e diagnóstico – Estudos de Caracterização. Vol. X -Análise urbanística e sistema urbano (2011)
Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Análise e diagnóstico – Estudos de caracterização. Vol. IV – Caracterização socio-económica (2011)
Plano Estratégico de Alcochete 2025. Diagnóstico estratégico (anexo ao relatório intercalar) (2010)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal. A8 – Estudos de caracterização do território municipal. Relatório síntese (2021)

(Câmara Municipal de Setúbal, 2021)

4.3.2 Análise dos fenómenos de expansão metropolitana intensiva à escala local

Casos de Estudo:

O cruzamento dos mapeamentos, respeitantes a esta tipologia de diferenciação territorial, com os diagnósticos municipais e regionais, parecem corroborar os resultados obtidos. Certificam, igualmente, o conjunto de dinâmicas e vulnerabilidades associadas à desvinculação entre a velocidade das transformações urbanas e a capacidade dos instrumentos de planeamento para acomodarem o ritmo e as consequências destas transformações. A análise dos processos de *expansão metropolitana intensiva* será agora revisitada com mais detalhe, no quadro das freguesias de Quinta do Anjo e de Venda do Pinheiro. Contribuirão para este objetivo a informação estatística produzida, as entrevistas realizadas ao nível da administração local e outras fontes de informação qualitativa mobilizadas para este efeito.

4.3.2.1 Quinta do Anjo (Palmela)

Caracterização estatística da freguesia

No âmbito do índice de expansão metropolitana intensiva, a freguesia de Quinta do Anjo obteve um dos '*scores'* de similaridade mais elevado (10). Isto significa que grande parte dos indicadores e comportamentos esperados, tendo em conta esta tipologia de diferenciação, se incluem nos extremos de distribuição de valores, relativamente à totalidade da amostra de freguesias que compõem a AML (percentil 80 ou percentil 20). Deste modo, observam-se no plano demográfico elevadas taxas de variação da população residente (79,99%, percentil 80, 1991-2011) e do índice de diversificação social (0,05, percentil 20, 2011). No plano económico, realça-se o crescimento do número de empresas (+24, percentil 80, 2003-2012), bem como as dinâmicas de restruturação do tecido económico – marcadas pela queda do emprego da população residente no setor primário (-110, percentil 20, 2001-2011) e pelo crescimento do emprego da população residente no setor secundário e terciário (+1459, percentil 80, 2001-2011). As dinâmicas de expansão urbana intensiva evidenciam-se, adicionalmente: pela significativa proporção de alojamentos de segunda habitação (22,14%, percentil 80, 2011); pela elevada proporção de transformação de usos do solo para uso urbano (11,50%, percentil 80, 1995-2010); pela dimensão das áreas em construção (35,33ha, percentil 80, 2010); e, igualmente relevante, pelas consequências deste processo, sendo

exemplo o considerável número de residências habituais sem saneamento (51, percentil 80, 2011).

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Muitos dos aspetos que, a nível estatístico, caracterizam a freguesia de Quinta do Anjo, estiveram também em evidência no âmbito da entrevista realizada à administração local. Esta permitiu ampliar o conhecimento sobre este território, no que respeita às dinâmicas de expansão urbana intensiva, aos atores que as determinam e às consequências deste processo.

No plano demográfico foram destacados, no início da entrevista, os fenómenos de crescimento e rejuvenescimento populacional, assim como as condições que determinam a atratividade da freguesia no contexto metropolitano – boas acessibilidades, novas procuras urbanas e a disponibilidade de emprego na região. A freguesia é apresentada como um lugar para onde converge população proveniente da capital, bem como de territórios marcados pelos fenómenos de desindustrialização e declínio urbano. A este processo, correspondem, de acordo com a administração local, novos desafios de governança, nomeadamente a necessidade de aumentar o grau de diferenciação das suas respostas perante uma população crescentemente diversificada.

"A freguesia da Quinta do Anjo foi a freguesia que na última década cresceu mais [na AML] (...) era uma freguesia predominantemente agrícola e com alguns serviços (...) temos tido um acréscimo enorme de habitantes. Isto também nos transforma numa das freguesias com (...) menor envelhecimento, o que não trás só vantagens, trás também desafios completamente diferentes, porque passávamos a ter a convivência de núcleos antigos envelhecidos e núcleos modernos rejuvenescidos, com necessidades completamente distintas (...) estamos a ter uma pressão urbanística forte, por parte daqueles que estão a sair das zonas urbanas mais consolidadas e que vêm à procura de trabalho e de outro tipo de qualidade de vida (...). Estamos a falar de gente que tem filhos e diz que não quer continuar com os filhos em Lisboa (...) temos infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, que nos permitem aceder à capital rapidamente, e aqueles que estão na margem sul, nas urbes do Barreiro, Almada, Montijo, também, estão a tentar vir mais para estas zonas" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

A este propósito, questionou-se o Presidente da Junta de Freguesia sobre o impacto, na freguesia de Quinta do Anjo, dos processos de gentrificação na capital. Reconhecendo as consequências nefastas deste fenómeno, vê-o, simultaneamente, como uma oportunidade de aumentar o capital social da sua freguesia, por via do acréscimo de população qualificada

proveniente do centro urbano. As dinâmicas de diferenciação e competitividade territorial parecem, assim, estar articuladas no contexto metropolitano, determinando que a uma disfunção verificada num território, corresponda no outro, uma possibilidade de colmatar os seus défices.

A minha questão é: Isto é um problema ou uma oportunidade? (...). Não vejo ninguém no âmbito dos poderes públicos responder a isto (...) vejo duas barreiras, uma, isto é um problema, outros a dizer, isto é o que nos safa em termos financeiros, e não há ninguém a decidir, então, mas é esse o caminho? Eu, há tempos, estive com um colega meu das marchas que me dizia: '90% dos novos marchantes vieram da margem sul, eram todos do bairro, mas tiveram que sair'. Isso é um problema? Eles estão lá porque estão felizes? Chatearam-se de sair de Lisboa? Ou não? (...) se eu quiser ser mau posso dizer que o nosso sucesso populacional vai depender do insucesso de Lisboa, e eu passo a ter uma massa crítica que antes só Lisboa é que tinha. Aqui há tempos, fiz uma reunião na freguesia para discutir questões de estacionamento e eu tinha um jornalista da TSF, uma pessoa que trabalha no ministério publico, tinha uma data de juízes, tinha geógrafos, tinha um senhor responsável pelas infraestruturas de Portugal (...) vieram cá como munícipes e entretanto começaram a dar contributos das suas áreas (...) isto é um ganho de escala de massa crítica (...). Eu não quero que corra mal para Lisboa, apesar de ser alentejano gosto muito de Lisboa" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Esta reflexão merece uma pequena nota, uma vez que os impactos de deslocalização de uma população de classe média – com maior poder de compra e melhores condições de acessibilidade (mobilidade, habitação, saúde, educação etc.) – difere da periferização de uma população central mais vulnerável do ponto de vista socioeconómico e que se vê, assim, afastada das suas redes tradicionais de solidariedade e das próprias fontes de emprego, como será possível observar, mais à frente, neste capítulo.

A confluência de fluxos intra-metropolitanos para a Quinta do Anjo (por motivos de especulação imobiliária nos centros históricos, de declínio de outros territórios a nível metropolitano ou simplesmente por escolhas determinadas por opções de vida) é acompanhada pela confluência de fluxos migratórios – uma consequência das dinâmicas de periferização social em curso a nível internacional. Neste âmbito é interessante o apontamento do Presidente de junta, a propósito da origem histórica das *quintas* enquanto lugares de diversidade e imigração, bem como dos benefícios daí resultantes.

" Nós temos aqui comunidades migrantes de leste (...) do médio oriente, temos o maior colégio islâmico da margem sul (...) temos muita gente, alguns da zona do Magreb, da zona indo-paquistanesa que trabalham e estão verdadeiramente integrados aqui (...) temos também uma comunidade chinesa, ainda com pouca expressão, mas todos eles ligados à área comercial e que estão perfeitamente

integrados, os filhos estão nas escolas (...) Temos uma comunidade cigana também integrada (...). Temos uma boa convivência com os membros das diferentes comunidades, até capitalizando isso como um potencial e não ao contrário (...) aproveitamos essa diversidade, ou pelo menos, os habitantes tem aproveitado essa diversidade como mais valia (...) Quinta do Anjo diz tudo. Era uma Quinta e as quintas são feitas de imigrantes logo por natureza, sejam internos, sejam externos (...). Eu costumo dizer, como antropólogo, que a freguesia de Quinta do Anjo, caracteriza bem o verdadeiro termo das identidades sobrepostas. Cada um tem a sua origem de nascimento (...) mas assume rapidamente uma identidade de pertença à Quinta do Anjo, sendo montanhão" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

O aparente sucesso de integração das populações migrantes na freguesia de Quinta do Anjo, deve, no entanto, ser articulado de forma mais abrangente e cuidadosa. Tal articulação deve inserir-se no âmbito de um processo que relaciona os fenómenos de imigração e expansão metropolitana com as dinâmicas de relocalização industrial – em curso na península de Setúbal – e as condições macroestruturais da economia portuguesa. Por um lado, a falta de mão de obra, nos setores menos intensivos em conhecimento, foi determinada pelos fluxos emigratórios (especialmente relevantes após a crise de 2008), pelo progressivo envelhecimento demográfico, bem como pelo aumento da qualificação da população; por outro, continua a verificar-se a tendência dos agentes económicos para procurar ganhos de produtividade por via da contenção salarial. Neste âmbito noticiava o jornal Público, a propósito das comunidades de Leste e da sua integração no tecido socioeconómico do país:

"A PÚBLICA encontrou-os em todo o lado. São mais de cem mil. A trabalhar em tudo, muito e bem. A viver em situações indescritíveis e a morar em condições normais. A ganhar salários de escravatura e a sorrir com um ordenado de 200 contos. Têm muito medo mas despertam solidariedades que a imigração africana demorou a acender (...). Em Azeitão e arredores de Setúbal, Palmela, entram em carrinhas para ir para fábricas (...) eles não só estão a 'revitalizar a nossa indústria, porque trabalham mais horas, criam menos problemas, são mais educados' (...) como estão 'a animar as aldeias' e a levantar ondas de solidariedade nas pequenas vilas (...) Correu a notícia de que havia muito trabalho em Portugal devido ao Euro 2004, que não havia lei que os expulsasse (...) desde que não se envolvessem em desacatos (...). Asseguram os estudos que até 2020 precisamos de uns 750 mil a um milhão de emigrantes (...) e depois?, interrogam-se muitos dos homens e mulheres que se preocupam com estes imigrantes. Que integração lhes é oferecida? Nenhuma. Muitos responderam à promessa de trabalho, salário, comida e casa e receberam horas de trabalho e de engano. Tão só. Salvam-nos as ondas de solidariedade que têm despertado nos portugueses." (Neto, 2001, para. 2)

A nível económico, salienta-se o facto de estar sediada na freguesia a fábrica 'Autoeuropa', principal empresa exportadora a nível nacional. O seu volume de negócios representa 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 4,7% das exportações portuguesas

(Dinheiro Vivo & Lusa, 2021). Para além do seu efeito na polarização dos processos de expansão metropolitana, é preciso não descurar que o êxito destas estatísticas deve ser enquadrado no âmbito daquilo que foram os enormes incentivos e investimentos públicos, visando captar e fixar este investimento direto estrangeiro (IDE), ao longo do tempo. Os montantes envolvidos no apoio público à 'Autoeuropa' nunca foram claramente disponibilizados, tendo sido, inclusive, alvo de investigação pelas instâncias Europeias, como noticiado pela Rádio Renascença e pelo Jornal Expresso. Este contexto dificulta a avaliação das opções políticas e do seu retorno, bem como a pertinência do esforço exigido aos contribuintes, apesar dos benefícios evidentes observados no que concerne à criação de emprego e à contribuição para o Produto Interno Bruto do país.

"Em 30 anos no país, os números da Volkswagen Autoeuropa impressionam. No entanto, o desfile das estatísticas conhecidas nunca deixou cair uma pergunta: quantos apoios públicos já somou a construtora automóvel? (...) há números e dados que nunca foram revelados. Sucessivos governos têm sido questionados sobre os apoios concedidos ao longo do tempo e as contrapartidas negociadas, sobretudo quando estão em causa decisões da administração menos positivas para a produção nacional ou os trabalhadores" (Afonso, 2021, para. 1)

"A Comissão Europeia abriu uma investigação aprofundada para apurar se o financiamento público que Portugal quer conceder à Volkswagen Autoeuropa - de 36,15 milhões de euros - respeita as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais. Os auxílios aos grandes projetos de investimento que excedam certos montantes têm de ser notificados individualmente, porque acarretam um maior risco de distorção da concorrência do que os projetos mais pequenos (...) O facto de a intensidade de auxílio (isto é, a proporção do auxílio relativamente aos custos de investimento elegíveis) poder ser superior ao permitido pelas orientações da União Europeia também preocupa a Comissão" (Palma-Ferreira, 2014, para.1)

Ainda relativamente à presença da Autoeuropa na freguesia, foram identificadas vulnerabilidades no decorrer da entrevista à administração local, relacionadas com excessiva especialização das empresas e do emprego na fileira do setor automóvel. Perante uma eventual decisão de relocalizar a produção, por parte da sede da Volkswagen, o tecido socioeconómico enfrentaria uma inevitável crise, algo semelhante ao que se passou no Barreiro com o encerramento da CUF. A globalização e as facilidades de mobilidade dos fluxos de capital, parecem beneficiar preferencialmente os agentes económicos. No esforço de tornar mais competitivas as condições para a fixação de capital estrangeiro, os Estados procuram alavancar a sua atratividade, através de benefícios fiscais e apoios financeiros diretos. Porém, no final deste processo, nada garante que tais apoios e benefícios não sejam desperdiçados, face ao surgimento de condições mais aliciantes para as empresas, noutros

territórios. O custo das elevadas consequências sociais e económicas, nas geografias em que ocorrem estas deslocalizações, exige, por isso, a máxima transparência relativamente aos níveis de investimento público e às contrapartidas neste implicadas.

"Nós temos, em torno da Autoeuropa, a criação de um parque dependente da fileira automóvel muito grande. Eu não consigo dizer se temos um 'cluster', porque um 'cluster' agregado, sem independência, não é um 'cluster', é um sistema de interdependência com a fábrica mãe, que é uma coisa completamente diferente (...). Em termos de recursos humanos também há disponibilidade, porque por exemplo, todos aqueles que estão ligados à 'Autoeuropa', beneficiam do centro de formação da 'Autoeuropa' e do IFP. Essa talvez seja a única valência com características de 'cluster', a da formação. Porque a mão de obra especializada está ali à mão, agora é tão especializada, tão especializada, que se a 'Autoeuropa' fechar não tem emprego em lado nenhum (...) ou seja numa crise, numa decisão internacional podemos ter ali um problema, aliás essa é a única zona no fio da navalha que temos sempre e que nos escapa completamente. Nós temos famílias inteiras a trabalharem lá, portanto o encerramento daquela fileira de produção ou a sua redução pode provocar uma crise social"
(Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Apesar do nível de especialização económica da freguesia, depreende-se, uma progressiva diversificação das empresas sediadas neste território. Tal diversidade abrange, também, outras indústrias exportadoras, empresas prestadoras de serviços, bem como o setor agrícola e turístico, surgindo cada vez mais associados entre si. As boas acessibilidades (nacionais/internacionais), que têm vindo a ser reforçadas, explicam este crescimento e atratividade. É o caso da empreitada do HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial –, que visa valorizar as zonas de parque industrial e reforçar a mobilidade entre os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra. O investimento previsto é cofinanciado, a 50%, por fundos Europeus (FEDER), tendo um custo estimado de cerca de dois milhões e meio de euros.

"Neste momento estão a acontecer dois grandes investimentos na zona de Vila Amélia: O hub 10 que vai fazer aqui um interface, com nós rodoviários completamente tratados entre Barreiro, Sesimbra e Setúbal e Palmela (...) o que vai permitir às empresas, perceberem, até que ponto, estando aqui instaladas podem crescer realmente (...). Temos um potencial de instalação de empresas diversificadas (...) temos muitas empresas prestadoras de serviços (...). Ou seja, estamos numa zona central, quer para o acesso a portos, quer para o acesso a aeroportos, quer para o acesso à possível linha do transporte de carga por via ferroviária. Portanto, instalaram-se aqui empresas de diversos domínios, temos a 'Icopa' [indústria alimentar], temos a fronteira com a 'Coca-cola' (...) temos uma empresa ao nível da robótica que é das maiores empresas do país e que serve a industria militar ['Introsys'], temos a 'Imeguisa' [Indústria metálica], que no campo da computação de armazém, aquilo que se chama os 'robots' de abastecimento... abastece desde a Turquia (...) temos tido outra coisa que é uma apetência natural, em torno das fileiras de produção agrícola tradicional, de crescimento dos operadores ligados

à oferta turística e ao alojamento turístico (...). Quinta do Anjo está a ter um 'boom' de atividade turística grande, não temos a perigosidade obviamente de Lisboa, de gentrificação, até porque não temos espaço para isso" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

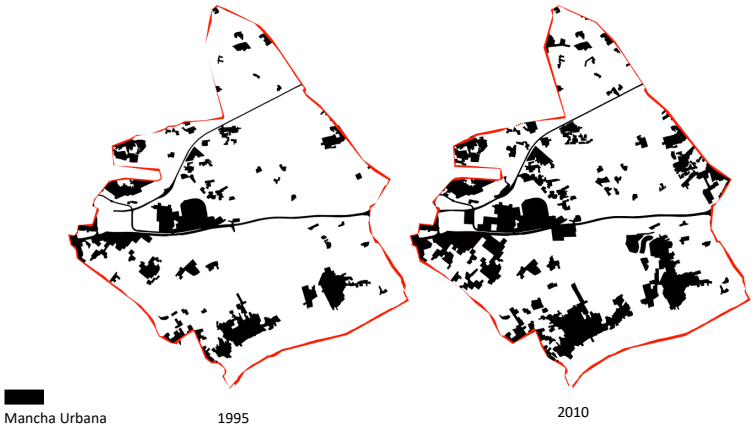


Fig. 40 – Representação da evolução da mancha urbana na Quinta do Anjo com base na Carta de Ocupação do Solo (fonte: Carta de Ocupação do Solo, 1995; Carta de Ocupação de Solo 2010, do autor 2022)

Ao conjunto de pressões demográficas e económicas, em suma, ao aumento da procura por este território, correspondem também pressões de urbanização. A Fig. 40 mostra uma evolução substancial da mancha urbana, entre 1995-2010, na freguesia Quinta do Anjo. Os empreendimentos imobiliários mais recentes, a presença expressiva de áreas urbanas de génese ilegal neste território, bem como as dificuldades e desafios envolvidos no seu processo de legalização, foram alvo de nota por parte do Presidente de junta:

"[mais recentemente] estamos a falar de urbanizações legais (...) uma urbanização turística com campo de golf, o 'Palmela Village'. Ao lado temos as 'Colinas da Arrábida', que são essencialmente blocos de apartamentos (...) são de quadros médios e quadros superiores que se vieram instalar ali (...) essa é a última vaga que temos de população que se instalou aqui (...). Sofremos de outra realidade, a freguesia de Quinta do Anjo é uma das freguesias que tem mais áreas urbanas de génese ilegal no concelho de Palmela. As AUGI não podem crescer por lei (...) o que não significa uma menor pressão sobre a câmara municipal, quando está a rever o PDM, para se permitir, em vez de dois pisos, três e quatro, mas até agora está-se a resistir a isso (...) tivemos uma situação, nos últimos três anos, muito curiosa, que foi a regularização de empresas ou anexos de empresas no âmbito da revisão do PDM. As pessoas supostamente tinham registada uma casa, mas depois já tinham um armazém, depois já tinham uma fábrica, e às tantas [a construção] já estava dentro da zona que é considerada Reserva Agrícola Nacional. Essa parte, acho que a câmara fez um bom trabalho, fez um trabalho participado,

com o gabinete de empresas, permitindo períodos de regularização extraordinária, antes de avançar com o PDM" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)



Fig. 41 – Representação dos principais usos do solo na freguesia de Quinta do Anjo (fonte: Câmara Municipal de Palmela, 2003; do autor, 2022)



Fig. 42– Palmela Village (fonte: Google Earth, 2020)

As tendências de crescimento traduzem-se numa ocupação do solo diversificada (Fig. 41), incluindo, mais recentemente (década de 2000), novos empreendimentos imobiliários e turísticos, mas também, como observado, áreas urbanas de génese ilegal (habitacionais e industriais), que remontam à segunda metade do século XX. Estas correspondem a 98,8% do total de AUGI existentes no município de Palmela. Fruto do loteamento de prédios rústicos por quotas ou avos, são identificáveis dois períodos, no âmbito deste fenómeno,

compreendendo: AUGI de primeira geração (1970-1980) e AUGI de segunda geração (a partir de 1991). Assinale-se que estas últimas decorrem da revogação do diploma DL 400/84 – que impedia o loteamento sem processo de licenciamento municipal – e da sucessiva criação do diploma DL 448/91, que voltaria a beneficiar a iniciativa avulsa para fins de construção. Apesar deste enquadramento, é interessante verificar o desfasamento entre as expetativas de urbanização previstas no PDM de Palmela (em vigor desde 1997) e a própria realidade. Segundo o PDM, a Quinta do Anjo alcançaria uma população de 40.591 pessoas em 2001; porém, de acordo com os Censos, este valor não superou as 20.993 pessoas. Também, as previsões relativas à definição dos perímetros urbanos foram demasiado otimistas, observando-se uma execução de perímetros da rede urbana primária de 59,1%. Ainda assim, este número corresponde ao valor mais elevado do município e, numa análise diacrónica mais ampla, observamos crescimentos populacionais significativos na Quinta do Anjo – como referido anteriormente – na ordem dos 79,9%, entre 1991-2011 (Câmara Municipal de Palmela, 2003; Antunes *et al*., 2010). O excesso de oferta de solo – resultante dos fracionamentos especulativos – e o facto de as áreas urbanas de génese ilegal não estarem totalmente consolidadas (muitos dos lotes aguardam permissão de construção), continuam a determinar uma expectativa de expansão metropolitana. Esta traduz-se em pressões para incrementar a intensidade da urbanização, no âmbito dos processos de reconversão e legalização em curso.

O procedimento de reconversão e legalização das AUGI na Quinta do Anjo (incluindo 30 áreas urbanas e 7415 fogos), iniciou-se com a concretização da respetiva carta de delimitação, aprovada pela Câmara Municipal de Palmela a 21/02/1996, na sequência da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro. Volvidas mais de duas décadas, muitos destes territórios continuam por reconverter e legalizar, tendo sido apenas emitidos nove títulos de reconversão, num total de trinta áreas urbanas de génese ilegal identificadas. A autarquia de Palmela justifica a lentidão do procedimento de regularização pela falta de iniciativa e capacidade financeira dos moradores (ou por dificuldades de infraestruturação); contudo, podemos acrescentar outros fatores responsáveis pela eternização destes contextos territoriais: a) os efeitos nefastos da crise de 2008 no setor do imobiliário e da construção; b) a lentidão implicada no próprio processo de revisão do PDM; e c) o modelo de financiamento adotado no procedimento de reconversão e legalização de áreas urbanas. Relativamente a este último fator, destaca-se o facto de os principais encargos económicos de infraestruturação (ex. construção de vias, estacionamento, infraestruturas de saneamento, água e energia), recaírem sobre os proprietários, sob a forma de quotas mensais pagas através de comissões de moradores. No que respeita à freguesia de Quinta do Anjo, apesar dos fenómenos urbanos de génese ilegal incluírem, sobretudo, vivendas e equipamentos culturais e desportivos – e não bairros de barracas (habitualmente relacionados com situações

extremas de vulnerabilidade social) – não nos deve demover de questionar a justiça social do enquadramento legal adotado, na reconversão destes territórios. Importa relembrar que o fenómeno clandestino é, em si mesmo, o espelho de uma marginalização. Esta emerge de políticas urbanas que, a seu tempo, não foram capazes de criar as condições de oferta (habitação, equipamentos, serviços, infraestruturas) exigidas pelos processos de reprodução social, decorrentes das dinâmicas de crescimento económico. O favorecimento do monopólio dos atores imobiliários 'legais', enquanto principais agentes de produção urbana – tanto ao nível das políticas de solo, como pela facilitação do seu financiamento por via do crédito à habitação –, conduziu um significativo número de famílias à exclusão do mercado legal de habitação. Esta marginalização é proporcional à extensão das áreas informais existentes na AML e inclui, por este motivo, contextos socioeconómicos e morfologias urbanas, diversificados. As mesmas famílias que outrora foram alvo de periferização – em consequência das assimetrias induzidas na esfera de funcionamento das instituições públicas e privadas – são, hoje, obrigadas a resolver o seu problema de insegurança de posse, através de capitais próprios, com um apoio muito limitado das autoridades públicas (Redação S+, 2020; Bica, 2017). Paradoxalmente, o nível de investimento público, dedicado aos estímulos à atividade económica, ascende, como vimos, a milhares de euros. Estas opções traduzem-se num território fortemente assimétrico. De um lado, multinacionais altamente beneficiadas (a nível fiscal, apoios diretos, formação, acessibilidades etc.); do outro, populações que ainda não têm acesso a vias, energia, redes de água ou, mesmo, saneamento.



Fig. 43 – AUGI Quinta da Marquesa (parte inf.) - Autoeuropa (parte sup.) (fonte: Google Earth, 2015)



Fig. 44 – AUGI Quinta da Marquesa (fonte: Google Earth, 2020)

A propósito da contestação do pagamento de obras de saneamento, por parte dos moradores da Quinta da Marquesa (AUGI da Quinta do Anjo), noticiou o ADN-Agência de Notícias:

"'Estamos a pagar esta obra há anos e não é justo virem agora fazer a obra a meio da rua para obrigar-nos a pagar mais cento e tal euros para ligar as nossas casas ao saneamento público'. Segundo este morador, 'a obra já devia contemplar esta ligação e essa despesa'. Agora, diz ainda o morador da Urbanização Quinta da Marquesa I, 'vou continuar a usar a fossa como sempre fiz até aqui, mesmo contra aquilo que a Câmara diz e informa. Não tenho dinheiro para conseguir fazer essa obra e não podem obrigar-me a ter'" (ADN-Agência de Notícias, 2016, para. 3)

São múltiplas as consequências de uma expansão metropolitana, sobretudo quando desenquadrada dos instrumentos de planeamento: problemas de desordenamento territorial e fragmentação urbana, carências de infraestruturação; conflitualidade entre usos de solo distintos; bem como impactos ambientais ao nível do consumo de recursos (ex. solo, água, energia), e da ocupação de áreas sensíveis do ponto de vista estratégico e ecológico (ex. Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional). Um exemplo particularmente gravoso, identificado na freguesia de Quinta do Anjo, permite ilustrar as inter-relações existentes entre as pressões urbanas e as vulnerabilidades a cima referidas. Para além do progressivo comprometimento do maior aquífero a nível Europeu, em função do grau de artificialização do solo, a sua possível contaminação (por via da atividade industrial e humana) em conjunto com os défices infraestruturais do território, poderá estar a afetar diretamente a saúde e a qualidade de vida das populações. Subsiste a expectativa de que este risco venha

a ser mitigado, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela.

"Nós estamos numa zona complicada, estamos por cima do maior aquífero da Europa, estamos em pleno parque natural, portanto esta qualidade de vida depende deste equilíbrio (...). Fruto das AUGI's, existem terrenos de propensão industrial que estão em zonas que não estão devidamente infraestruturadas para tal carga, e que convivem, muito próximo, com zonas habitacionais que, por não terem ainda alguns requisitos – por serem AUGI'S –, nomeadamente água canalizada, utilizam as fossas e utilizam os furos; e eu duvido que a qualidade da água seja a médio prazo, muito boa. Esse é um risco, daí que o novo PDM, preveja a consolidação de perímetros devidamente demarcados por atividade (habitacional, indústria, peri-indústria), regimes de transição entre uma zona e outra; e eu acho que tendo demorado a ser feito – e tem sido feito em diálogo com diversos agentes, quer com a industria, quer com os empreendedores urbanísticos, sobre os territórios que mudam ou não mudam de valência –, acho que isso vai resultar num PDM, se calhar não muito amigo dos políticos, mas se calhar muito amigo do território" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Os problemas, implicados nos crescimentos urbanos súbitos, não se esgotam nas vulnerabilidades ambientais e nos défices de infraestruturação territorial; abrangem, frequentemente, dificuldades da administração pública em aprovisionar, atempadamente, um nível adequado de equipamentos e serviços essenciais à manutenção do bem-estar das populações. Sendo certo que na Quinta do Anjo a oferta educativa merece avaliação positiva – assim como a rede associativa (que vai colmatando inclusivamente défices de provisão pública) –, noutras situações, respeitantes aos serviços de saúde, correios, transportes públicos e serviços descentralizados da administração central, subsistem carências que podem tornar-se ainda mais evidentes, caso as perspetivas de expansão demográfica e económica se concretizem.

"Temos muito associativismo de cultura, recreio e desporto (...) temos coletividades a assumir o papel que tradicionalmente seria assumido por particulares ou por IPSSs (...). A freguesia tem duas escolas do primeiro ciclo em obras de ampliação, ao mesmo tempo que estão a fechar escolas do primeiro ciclo por todo o país; e, mesmo assim, já não temos a certeza, se numa década darão resposta (...) a saúde tem uma carência maior, sobretudo em termos de permanência de médicos de família (...) as delegações com centro de saúde no Bairro Alentejano e Olhos de Água são miseravelmente servidas de médicos de família, abrindo, às vezes, pontualmente (...) serviços, como os correios, desapareceram por completo, neste momento estão entregues a uma loja privada, o que significa para a população idosa, que questões como as suas pensões, ficam muito complicadas e tornam-nos muito dependentes de terceiros ou familiares (...) nós temos delegações da própria junta para permitir uma maior proximidade aos cidadãos...serviços desconcentrados da administração central é que não temos (...) essa é a maior das dificuldades (...). Temos aqui questões de mobilidade ao nível dos transportes

públicos, também devido ao mesmo tipo de problema, relativo às concessões (...) temos uma carência e uma indisponibilidade manifesta dos operadores tutelados neste momento, que não cumprem o serviço público e que não deixam que outros operadores interfiram nas linhas que eles tem concessionadas. Temos este paradoxo que é ter uma estação ferroviária aqui e não termos transporte de nenhum ponto de aglomerado urbano para ela (...) ninguém tem acesso por transporte público àquela estação" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Outro tema abordado pela administração local, por estar na agenda política, abrange a descentralização de competências da administração central. No caso de Quinta do Anjo, são levantadas dúvidas quanto à necessária dotação, em recursos humanos e financeiros, que acompanhará esta delegação de competências. No centro das preocupações, está o seu desajustamento face ao crescimento populacional expectável, no âmbito do processo de conversão e regularização das AUGI.

"Quando as AUGI estiverem regularizadas, e de acordo com a lei, o aumento de receita que se prevê daí, não dá, por exemplo, para adquirir uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos. Haverá esse problema com o que está hoje, agora imagine que a ambição era crescer desmesuradamente. Aquilo que vai crescer nunca dá para o aumento da responsabilidade, que passamos a ter, de intervenção para manter a qualidade de vida das populações mais recentes (...) o vosso estudo vai apanhar a alteração da lei das autarquias, aí vai-se perceber claramente – até no período de adaptação – como é que as câmaras e as autarquias vão reagir a este aumento de competências, e ao dito aumento de recursos e meios. Porque uma coisa é dizer que se transfere a verba que se gastava, por exemplo na câmara, com a Quinta do Anjo: em varredura, em recursos humanos e em recursos financeiros; mas depois as perguntas são: E onde é que se vai alojar essas pessoas? As obras de criar infraestruturas, balneários, estão contabilizadas nessa transferência? Vamos ter um período de adaptação que vai provocar, estou convicto, impactos na qualidade da resposta dos serviços públicos, porque caminhamos a passos largos para ter um período muito grande de vazio de competências. (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Pela sua complexidade, a descentralização de competências da administração central tem sido um processo lento e não isento de críticas. Estas visam, precisamente, questionar a insuficiente transferência de verbas que se destinam a cobrir as novas responsabilidades delegadas na administração local. A aprovação da Lei Quadro referente à descentralização de 20 áreas distintas (2018), e o aprofundamento deste processo a nível setorial, tem sido prorrogado sucessivamente, sobretudo nos diplomas mais complexos, referentes à saúde, educação e ação social. Apesar da transferência de competências para os municípios terminar no final de 2022, apenas 28% aceitaram, voluntariamente, assumir competências relativamente à área da saúde; e 45%, relativamente à área da Educação (Lusa, 2022a).

"Os autarcas, que sempre reivindicaram mais tarefas próprias por serem quem melhor as pode desempenhar numa lógica de proximidade às populações, aprovaram genericamente as áreas propostas pelo Governo, mas avaliaram como insuficientes as verbas que as acompanhavam e exigiram "estudos que identificassem, em concreto e em termos globais, qual o património, os recursos humanos e financeiros" envolvidos. Além das vozes individualmente dissonantes, em meados de janeiro de 2020, um grupo de autarcas (...) publicou a 'declaração do Rivoli' e instou o Governo a suspender a obrigatoriedade prevista na lei para a transferência de competências, retomando o "processo negocial" com os municípios, por considerar que o "calendário é impossível" (Lusa, 2022, para. 13)

As críticas suscitadas, relativamente à adequação das políticas públicas e dos níveis de investimento à resolução das vulnerabilidades da freguesia, abrangeram, no âmbito da entrevista, diversos aspetos que transcendem o território da Quinta do Anjo. Em primeiro lugar, foram realçadas as perspetivas de curto prazo dos governos, as reformas avulsas, bem como a inconstância das medidas tomadas ao longo do mandato - cada vez mais determinadas na esteira dos ciclos eleitorais. Uma questão mais estruturante, remete para o facto de não serem consideradas a nível político, as características heterogéneas do território português, incluindo as suas diferentes apetências para o crescimento. As insuficiências do Estado de Bem Estar Social - cujas consequências, como observado, podem ocorrer nos territórios onde se concentra o investimento e crescimento, como naqueles que são progressivamente invisibilizados a nível económico e institucional, em conjunto com a incapacidade da administração central, em adaptar as políticas púbicas face a desafios e contextos territoriais diferenciados, constitui, de acordo com o presidente da Junta de Freguesia, um elemento propício à eclosão dos populismos e da extrema direita. Como observado anteriormente, os lugares e as camadas de população, onde os efeitos do processos de diferenciação em curso (socioeconómica e territorial) se tornam mais extremos – evidenciando a ineficácia das políticas públicas e dos instrumentos de intervenção territorial, constituem contextos propícios ao avolumar do descontentamento e do conflito social (Rodríguez-Posé, 2018).

"Nós temos um problema com as políticas públicas, as políticas públicas funcionam como arma de arremesso em quadriénios (...) ou seja, as coisas funcionam muito bem no ano pré-eleitoral e naquilo que se consegue aproveitar do ano a seguir, depois passam-se três anos a discutir quais são as medidas inovadoras, porque todo o dirigente nacional quer deixar a sua marca na governação. Nós vemos isso na educação, vemos isso em várias coisas, aliás devemos ser o único país que não tem reformas de Estado. Tem reformas com nomes de ministros. Enquanto nós continuamos com esta esquizofrenia governamental, e não assumirmos que embora sejamos um território pequeno, somos

dos mais heterogéneos da Europa, politicamente, culturalmente, socialmente, e em termos de apetência genética de crescimento, nós, provavelmente e muito rapidamente, começaremos a ter movimentos populistas mais perigosos que os observados em Itália" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

No caso de Quinta do Anjo, o esvaziamento de competências públicas e de verbas é mitigado pela administração local através do financiamento do tecido associativo. Este quadro obriga-nos a questionar a situação existente na generalidade do país, sobretudo nas freguesias em perda demográfica e, consequentemente, com menores recursos disponíveis para apoiar a população. Obriga, também, a um escrutínio exigente sobre o processo de descentralização de competências, referido anteriormente. A este respeito, o presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, refere o 'vazio' decorrente de uma política maioritariamente assente nos grandes investimentos e no debate em torno do modelo de Estado Social – um panorama que porventura inviabiliza estratégias políticas mais modestas, mas não menos importantes na resolução dos problemas dos territórios e das comunidades. Este apontamento reveste-se de uma importância muito relevante, na medida em que Quinta do Anjo foi uma das freguesias que mais 'beneficiou' do efeito de arrastamento e crescimento, determinados pelo investimento em grandes infraestruturas (A2, A12, Ponte Vasco da Gama, ligações ferroviárias). Talvez esta afirmação se justifique, na medida em que a expansão metropolitana (quando intensiva e não planeada) dá origem a um volume de problemas, em tudo idênticos aos que, simultaneamente, se observam em lugares que atravessam dinâmicas de desvalorização e declínio. E porque, no fundo, a política, os investimentos e a incerteza económica, não permitirão mais do que esta dicotomia territorial, mesmo que dela decorram riscos e vulnerabilidades socioeconómicas elevadas.

"Acho que da parte do governo central, falta olhar para a escala de poderes e das suas competências e de como melhor servir o Estado, porque, no fundo, o que nós estamos a fazer é aquilo que o Estado não faz. Eu dou dinheiro, entre aspas, tenho um regulamento para o fazer, às coletividades da minha freguesia, porque elas cumprem uma tarefa que eu não cumpro (...). É uma função social do Estado, que o Estado não cumpre, não me dá dinheiro para cumprir; e eu vejo que alguém está a cumprir e acho-me no direito de despender dinheiro público; porquê? Porque isso reverte para a qualidade de vida do cidadão. Enquanto o Estado, lá em cima, não conseguir olhar ao contrário, ou seja, vir cá a baixo e olhar um bocadinho para ver como está a funcionar... tenho algum receio que tenhamos algumas políticas avulsas neste país. Nós tivemos a política pública de fundos comunitários ligada às infraestruturas; quando deixou de haver dinheiro para isso, entrámos numa política publica que foi... 'eu não quero ser tanto Estado', portanto vamos dar tudo o que fizemos com dinheiro público às parcerias publico privadas, das estradas e tudo mais... e agora quando estas estão a 'dar barraca', dizemos: não, nós agora precisamos de um enorme investimento outra vez...ou seja, e no meio não há

nada?" (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

Finalmente, o crescimento sustentado é apontado como um dos principais desafios da freguesia. Tal desígnio implica maior responsabilidade ambiental, mais participação, e um equilíbrio que permita a necessária adaptação da resposta da administração pública às dinâmicas de expansão demográfica e económica. Estamos, pois, na esfera da reflexão sobre os modelos de desenvolvimento, e no âmbito de uma entrevista em que um observador privilegiado deixa uma crítica, implícita, às consequências de um crescimento descontrolado: a desqualificação da paisagem; o consumo de recursos e impactos ambientais (solo, água, energia); e a diminuição da qualidade de vida das populações. A expetativa é a de que a freguesia de Quinta do Anjo mantenha o seu caracter periurbano, evitando um crescimento desmesurado.

"O desafio é tornar esta freguesia num território verdadeiramente participativo (...) quando se diz participativo, tem que ter toda a carga anexa, tem que ser sustentável, tem que ser um território que potencie o crescimento, mas não descure o existente (...) às vezes é esta dicotomia entre o inovar e o manter, que descaracteriza os territórios (...) permitir que ele cresça, sem se descaracterizar, e isso implica mecanismos de integração dos novos moradores, de adaptação dos recentes, mas de adaptação de uma estrutura social funcional dentro da própria freguesia (...) crescimento é uma palavra que usamos abusivamente, porque o crescimento tem que ser consequente e, às vezes, as consequências do crescimento não são boas (...) fazer um bocadinho como se fez nas províncias da Argentina em que os eleitos, ao tomarem posse, tiveram que assinar um tratado de proteção ambiental, era a sua única obrigação e no momento em que fosse considerado que este não estava a ser cumprido demitiam-se (...)o crescimento económico é uma mais valia, não tenho nada contra os crescimentos económicos (...) mas acho que (...) depende do crescimento económico (...). A questão do crescimento económico para recriar replicas urbanas no mundo periurbano, como é a Quinta do Anjo (...) Para quê? Em 20 minutos estou em Setúbal, em 40 minutos estou em Lisboa, em 30 minutos, estou em Almada, porque é que eu preciso de transportar Almada, Lisboa e Setúbal aqui para dentro? Quem vem viver para aqui quer é uma vivenda, uma casa térrea, tranquila, com espaço, com cães, ver a serra de manhã (...) essa é a parte do manter." (Excerto de entrevista, António Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, 2018)

4.3.2.2 Venda do Pinheiro (Mafra)

Caracterização estatística da freguesia

A freguesia de Venda do Pinheiro (atualmente englobada na União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés), obteve um '*score'*, relativo ao fenómeno de expansão

metropolitana intensiva, mais reduzido (7) do que a freguesia anterior. Destacam-se, contudo, um conjunto de indicadores, cujos valores se situam nos extremos de distribuição face à totalidade de freguesias que compõem a amostra da AML (percentil 20, percentil 80). No plano demográfico, sobressaem as taxas elevadas de crescimento populacional (110,22%, percentil 80, 1991-2011) – superiores, inclusive, às observadas no território de Quinta do Anjo –, bem como os reduzidos índices de envelhecimento da população (1,15, percentil 20, 2011). No plano económico, a atratividade e os processos de restruturação económica, em curso, são identificados através de variações substanciais do volume de empresas (10, percentil 80, 2003-2012) e, também, do emprego da população residente no setor secundário e terciário (1600, percentil 80, 2001-2011). Outro conjunto de valores remete para a intensidade dos processos de urbanização, como comprova a elevada taxa de variação de alojamentos (76,06%, percentil 80, 2001-2011), a proporção de solo transformado em uso urbano (14,41%, percentil 80, 1995-2010), bem como a presença significativa de áreas abandonadas em territórios artificializados (11,27%, percentil 80, 2010). Este último indicador redireciona, frequentemente, para zonas alvo de processos de urbanização que, entretanto, ficaram suspensas devido à crise de 2008.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Um dos aspetos referidos na entrevista à administração local, abordou o expressivo crescimento demográfico da freguesia, o maior, a nível nacional, em termos percentuais. As razões subjacentes a este incremento demográfico são interpretadas no âmbito da sua localização (proximidade a Lisboa, Mafra, Ericeira, zona Oeste), da melhoria das acessibilidades (construção da autoestrada A8 e A21 em 1991 e 2005 respetivamente), bem como do valor ambiental, patrimonial e paisagístico do concelho, enquanto potenciador da qualidade de vida.

"A freguesia da Venda do Pinheiro, dos censos de 2001 para os censos de 2011, foi a freguesia que mais cresceu a nível nacional, em percentagem (...) com as infraestruturas a não acompanharem o crescimento que tivemos. A nossa freguesia, confina, neste momento com três concelhos, Sintra, Loures e Sobral de Monte Agraço (...). Com o aparecimento da A8, deu um salto enorme; depois foi acrescentada a A21, com o acesso para a Ericeira, ou seja estamos num eixo muito central, 20 min para Lisboa, 20 min para a Ericeira (...) estamos num centro de crescimento para a zona Oeste (...) estamos a 30 km de Torres Vedras. Talvez isso explique o boom de crescimento da freguesia (...) Dentro do concelho de Mafra, os nascimentos ultrapassam a média nacional (...). Temos aqui vários aspetos, temos a qualidade do ar, apesar do crescimento exponencial da população, ainda se respira ar puro..., as zonas envolventes são zonas agradáveis em termos de paisagem, a praia está perto,

temos Mafra, com um monumento simbólico que é o Convento, e que atrai muita gente, portanto, há um conjunto de fatores que, conjugados entre si, promovem essa qualidade de vida" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

Mais recentemente, novos dados vêm confirmar as dinâmicas de atratividade do município de Mafra – o terceiro que mais cresceu a nível nacional, entre 2011-2021, segundo dados dos Censos (Censos, 2021). Numa reportagem realizada pelo jornal Diário de Notícias, são enunciados inúmeros fatores que contribuem para este crescimento: proximidade a Lisboa e à Ericeira (mar); existência de espaços verdes; qualidade da oferta escolar; menores encargos no acesso à habitação; crescimento do número de empresas (22,5%, 2011-2021); e, ainda, baixa taxa de desemprego (3,3%). São também identificados problemas decorrentes dos processos de expansão urbana: défice na infraestrutura rodoviária (excesso de trânsito); défice nas infraestruturas de saneamento e distribuição de água (aumento do consumo de água e da carga populacional); carências nas infraestruturas de comunicações (novas exigências do trabalho à distância); insuficiências no dispositivo de recolha e tratamento de resíduos (aumento da produção de lixo); por fim, desajustamentos, entre o nível de procura e a oferta de serviços e equipamentos. (Neves, 2021)

"As infraestruturas estão construídas, mas precisam de ser melhoradas, é o reverso da medalha. Falamos do tratamento de afluentes, estamos em negociação para o reforço da capacidade do tratamento de águas e da capacidade de armazenagem e distribuição à população. Reforço da capacidade de recolha de lixo. A nível das telecomunicações, há uma urgência em levar as autoestradas da informação aos quatro cantos do concelho, com o investimento na fibra ótica. Tivemos de ampliar tudo o que é desgaste do espaço público, investir nos próprios funcionários da câmara. Vamos admitir 50 assistentes para as escolas (...) A área da educação é a única que tem acompanhado [o crescimento], uma vez que a lei é clara em relação ao rácio aluno/professores/assistentes técnicos e operacionais (...) A nível da das infraestruturas da saúde, o investimento está feito para os próximos 20 anos. As nossas lacunas são na fixação de médicos" (Neves, 2021, para. 22)

As carências em espaços públicos qualificados, a insuficiência em equipamentos (oferta educativa e de centros de saúde) e, num outro plano, a adaptação da infraestrutura rodoviária ao excesso de tráfego, são consideradas, em resolução, por via de investimentos públicos e projetos urbanos em curso.

"Na zona urbana, na Venda do Pinheiro, tínhamos realmente algum défice, em especial de equipamentos, de jardins, de espaços públicos. Estamos neste momento a construir um grande espaço em que a câmara investiu muito dinheiro, um parque intermodal (...). Com o aparecimento da autoestrada, os autocarros que vêm da zona de Ericeira, Mafra, Malveira, entram aqui na Venda do

Pinheiro (...) Isto fez com que as pessoas concentrassem os seus automóveis junto às paragens e começou a haver problemas de trânsito; portanto, agora estamos a criar este parque intermodal para haver mais oferta de estacionamento (...) é um espaço de lazer também, com biblioteca, com um centro de interpretação do rio Lizandro que nasce aqui, com uma série de outras valências. Para além deste equipamento, que nos fazia muito falta, a câmara investiu, há uns anos atrás, em escolas; portanto, temos uma oferta enorme neste momento (...). Muita gente veio à procura de viver aqui, exatamente porque temos uma boa oferta, e pelo que eu sei, oferta com qualidade (...). Antes, cada localidade tinha os seus centros de saúde que, no caso da Venda do Pinheiro, já tinha uma série de anos e estava a precisar de uma reforma. Então, fez-se um centro de saúde leste, que está a abranger três freguesias (Milharado, União das freguesias da Venda Nova/Santo Estêvão das Galés e Malveira) (...)um centro de saúde que tomara muitos hospitais terem o equipamento que eles têm. Isto é dito pelos médicos e pelas pessoas que trabalham lá" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)



Fig. 45 – Parque ecológico e intermodal de Venda do Pinheiro (fonte: Câmara Municipal de Mafra, 2021)

Se, no que respeita aos equipamentos, recursos humanos (excetuando a área da saúde) e espaços públicos, as necessidades parecem estar a ser resolvidas, no que concerne aos défices de saneamento, o problema persiste, determinando focos de poluição ambiental, agravados pelo efeito das alterações climáticas. De acordo com a entrevista realizada, a morosidade na sua resolução, deriva das características topográficas do território e de fenómenos de dispersão urbana que implicam custos e necessidades de articulação intermunicipal superiores, no âmbito da definição e construção desta rede de infraestruturas.

O saneamento...ainda não temos a freguesia toda coberta, ainda falta bastante (...) para criar uma

rede, custa muito dinheiro (...) as pessoas não fazem as coisas como deve ser, ou seja, têm as suas fossas sépticas e não as mandam limpar (...) como, cada vez mais, quando chove, chove torrencialmente, depois durante muito tempo não chove, as linhas de água, às vezes, têm alguns maus cheiros. A câmara municipal investiu, há alguns anos atrás, em corredores para se fazer o saneamento e ligação às respetivas ETAR's; só que nós estamos na zona Oeste em que não é só um concelho, mas sim um conjunto de concelhos. Tem que se juntar as estações de tratamento de Mafra com Loures; e os concelhos, às vezes, têm dificuldades de articulação, tornando o processo mais moroso. Ou seja, temos alguns pontos de poluição que, entretanto, gostaríamos de ver resolvidos, estamos a trabalhar nesse sentido (...) a nível geral temos bom ambiente e, em termos de limpeza, as pessoas não se queixam" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

Como se observou, a propósito de Quinta do Anjo, os problemas ambientais decorrentes da fraca consolidação das infraestruturas de saneamento, dificilmente podem ser confinados, acabando por determinar impactos inesperados na qualidade de vida das populações. Na freguesia de Venda do Pinheiro, tais impactos atingiram os próprios projetos e investimentos públicos em curso. Foi o caso da contaminação, a jusante, do Rio Lizando, que atravessa o Parque ecológico e intermodal da Venda do Pinheiro. Esta terá sido noticiada meses após a sua inauguração. Em setembro de 2019, seria criada uma petição pública dirigida à Câmara Municipal de Mafra, exigindo a resolução do problema.

"Os assinantes desta petição exigem às entidades competentes que promovam a investigação imediata de todas as descargas poluentes no Rio Lizandro e tomem medidas de requalificação do ecossistema (...). Encontra-se gravemente poluído desde a sua nascente, e recentemente foi visualizada uma descarga que se notou no cheiro e cor das suas águas no 'Parque Ecológico da Venda do Pinheiro' (...). O rio está neste momento a perder a vida que tem ganho nos últimos meses. Este problema ambiental é inadmissível num país dito civilizado. O assunto é sobejamente conhecido da opinião pública. Para além do evidente atentado ambiental, a poluição do rio constitui um grave problema de saúde pública cujas consequências não são completamente conhecidas" (Petição Pública, 2019, para. 1)

Como foi anteriormente referido, é relevante na freguesia, o crescimento do número de empresas, bem como do emprego, em particular, no setor industrial. Identifica-se, até, de acordo com a entrevista, alguma falta de mão de obra, face ao volume de emprego criado. Este défice poderá ser explicado pelo desfasamento existente entre o perfil de qualificações da população residente – uma população mais jovem e qualificada, que trabalha maioritariamente na região de Lisboa – e as necessidades mais indiferenciadas que caracterizam a oferta de emprego no setor industrial. O facto de não serem referidas dinâmicas de imigração relevantes, no âmbito da entrevista, pode também contribuir para este

enquadramento.

"Temos dois parques industriais, não poluentes, é a condição. Situam-se à saída da autoestrada A8 (...). Temos uma grande empresa de peças de automóvel, temos a maior fábrica de reciclagem e de fabrico de plástico, que vende tudo o que é saco de plástico a nível nacional (...) temos uma série de empresas grandes ao nível de escovaria, estou-me a lembrar da FAPIL(...) Aparecem agora também algumas empresas tecnológicas (...) a TESLA está aqui na zona industrial, ou seja, tem havido uma procura enorme (...). Neste momento não temos falta de emprego, aliás as empresas queixam-se que não têm mão de obra, a oferta é superior à procura" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

Outros setores económicos em franco crescimento, são o do imobiliário (após a recuperação da crise de 2008) e do alojamento local, algo que tem começado a estrangular a oferta existente e a dificultar o acesso à habitação por via da aquisição ou arrendamento. Neste âmbito, importa questionar se os efeitos de proximidade a uma capital crescentemente inacessível (Lisboa) – e a atratividade decorrente da sua condição litoral (ex. prática de surf) – não determinará, a prazo, dinâmicas de gentrificação, neste, bem como noutros territórios a nível metropolitano.

"Temos tido um desenvolvimento imobiliário grande (...) houve um pico de construção, depois houve a crise da construção e isto parou um pouco, e neste momento está em desenvolvimento outra vez. Ou seja, não há quase casas, nem para alugar, nem para vender, porque a procura é enorme (...). Depois, também, o concelho de Mafra e a zona da Ericeira, com o Surf, tem trazido muita gente (...). Há pessoas que inclusivamente ficam aqui na Venda do Pinheiro e depois se dedicam à atividade, ao surf. Temos até o caso de um 'hostel' que vai abrir, e se vai abrir é porque existe esse mercado; e tenho também conhecimento de alguns alojamentos locais em que a procura é superior à oferta" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

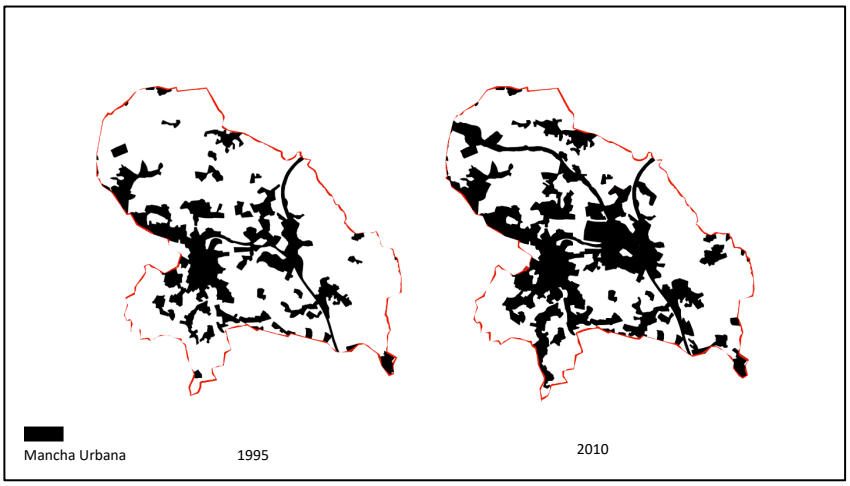


Fig. 46 – Representação da evolução dos processos de urbanização em Venda do Pinheiro tendo como referência a Carta de Ocupação do Solo (fonte: COS 1995, COS 2010;do autor, 2022)

À semelhança da freguesia de Quinta do Anjo, a significativa expansão da mancha urbana, que se observa na figura 46, acompanhou o incremento das acessibilidades (em grande parte da Autoestrada A21) bem como do crédito à habitação por via do financiamento bancário. Contudo, o surto construtivo em Venda do Pinheiro, deu-se mais tarde (maioritariamente a partir do início da década de 2000), traduzindo-se num melhor enquadramento dos processos de transformação urbana, no âmbito dos instrumentos de planeamento vigente (PDM de Mafra 1995 e PDM de Mafra 2015) e, por conseguinte, numa menor expressão das áreas urbanas de génese ilegal. Ainda assim, destacam-se, a exemplo da freguesia anterior, problemas de descaracterização da imagem territorial, decorrentes da convivência do antigo património rural com o novo edificado. Emerge, também, a necessidade de estabelecer um equilíbrio mais favorável entre as dinâmicas de crescimento na freguesia e o nível de provisão de equipamentos e serviços urbanos.



Fig. 47 – Rua do Painel – Venda do Pinheiro (fonte: Google StreetView, 2010)

"Neste momento, a nível de novas urbanizações, não estão a aparecer muitas; o grande salto foi há 10, 12 anos. Construiu-se imenso, houve um pico de construção. Neste momento a câmara está a tentar conter...a nível de prédios e tudo (...) porque precisamos depois de equipamentos que permitam acompanhar esse crescimento urbano. Está-se a tentar chegar a um equilíbrio. As urbanizações que estão a aparecer são para moradias com algum espaço, para dar alguma qualidade de vida. Os prédios, está a tentar-se conter ao máximo a construção (...) até porque descaracterizava a freguesia (...) as construções novas tem outro estilo, que acaba por colidir com a restante imagem da freguesia. A aposta é mais na reabilitação do que propriamente na construção, até porque havia aqui palacetes e casas muito bonitas que acabaram por desaparecer ou que estão muito degradadas" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

No PDM de Mafra 2015, são consagradas algumas orientações relevantes que evidenciam, no fundo, as disfunções decorrentes das dinâmicas de expansão urbana, observadas, nas últimas décadas, em Venda do Pinheiro. Entre essas orientações, deve referir-se: a consolidação dos aglomerados urbanos existentes, ao invés do crescimento dos perímetros urbanos; a estruturação das acessibilidades, dos usos e das ocupações de solo; o estímulo à reabilitação de edifícios históricos ou classificados por via da atratividade turística; ou mesmo estratégias de descompressão da malha urbana. A necessidade de fasear e estruturar o crescimento (da habitação, indústria, serviços, infraestruturas, equipamentos e espaços verdes) é um dos objetivos do Plano Diretor Municipal para a UOPG 2 (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão), referente às zonas urbanas do eixo 'Malveira/Venda do Pinheiro' (Câmara Municipal de Mafra, 2015a). Neste âmbito, importa realçar a avaliação da execução do Plano Diretor Municipal anterior (de 1995), incluída no estudo de caracterização que suportou a proposta do atual PDM. Segundo esta avaliação, e apesar das pressões demográficas/urbanas, os níveis de execução dos perímetros urbanos previstos (incluindo áreas urbanas e urbanizáveis, áreas de equipamentos, áreas industriais, áreas verdes de proteção e enquadramento) ficaram além do esperado. Ainda assim, de acordo com números apresentados para a freguesia de Venda do Pinheiro, observamos que o grau de execução dos mesmo foi de 88,9%, um valor muito superior a outras freguesias apresentadas anteriormente. Simultaneamente, são referidos outros aspetos com influência nas tendências de descaracterização e fragmentação urbana e no aumento das vulnerabilidades ambientais. A falta de detalhe do PDM-95 impediu um maior controlo sobre as operações urbanísticas; adicionalmente, a estrutura do cadastro territorial e a permissão de construção em terrenos com áreas superiores a 5000 m^2, traduziu-se na elevada dispersão urbana. Por fim, a análise pouco rigorosa das condicionantes naturais, determinou uma caracterização deficiente, no que respeita à delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN). Essa insuficiência conduziu, inclusive, à construção em zonas em risco de

erosão, zonas de escarpas e áreas de elevada suscetibilidade geológica (Câmara Municipal de Mafra, 2013 ; Câmara Municipal de Mafra, 2015 b).

As principais vulnerabilidades identificadas, no âmbito da entrevista, remetem, contudo, para a incompletude da rede de infraestruturas de saneamento e para a saturação da rede viária.

"A nível do saneamento público, completar a rede, acho que é importante, porque as fossas, por muito cuidado que se tenha, há infiltrações nos aquíferos, há esse tipo de coisas, e quando a população vai crescendo, logicamente existe uma sobrecarga dos solos. O saneamento é importante. Outra área em que temos estado a apostar bastante, é a nível de estacionamento e de alguns conflitos na rede viária. (...) a população cresceu muito, as autoestradas são um bocadinho caras, e as pessoas procuram, às vezes, vir pelas estradas nacionais (...) estão em construção(...) mais duas novas rotundas grandes para tentar resolver o problema do escoamento do trânsito aqui dentro da freguesia (...) até porque na zona entre Venda do Pinheiro e Malveira, há uma urbanização muito grande, relativamente recente, com uma série de acessos; e ali era muito difícil circular a determinadas horas" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

Ao contrário da freguesia de Quinta do Anjo, a perceção sobre o nível de investimento e as políticas públicas é mais positiva. Apesar de ser referida a incapacidade do Estado para resolver isoladamente as carências identificadas a nível territorial, é relevante um conjunto de parcerias, estabelecidas entre o município e o governo central, que permitiram colmatar alguns défices respeitantes a equipamentos e serviços públicos. Apesar disso, são reconhecidas limitações orçamentais ao nível da Junta de Freguesia, devido ao processo de reorganização administrativa de 2012/2013 (fusão das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés), assim como das regras que determinam os montantes disponíveis para a administração local.

"Como o Governo não conseguiu fazer determinadas obras, em parceria, a câmara prontificou-se em começar as obras (...),ou seja, se tivesse à espera que o governo viesse fazer...o Estado não consegue chegar a todo o lado, a câmara investiu grande parte do valor, em parceria, e conseguiu-se. Conseguiu-se construir a escola, o centro de saúde foi feito nos mesmos moldes, os novos postos da GNR foram feitos da mesma forma (...). É mérito do município, mas também ao nível do governo, conseguirem perceber que, desta forma, se consegue desenvolver e fazer (...) fizemos uma parceria para criar o espaço cidadão relativa aos serviços de proximidade. As pessoas para tratarem dos seus documentos não têm que ir ao Registo Civil, não têm que ir a Lisboa ou a Mafra. Há quatro anos, não tínhamos (...). É claro que nós lutamos sempre com dificuldades económicas. O dinheiro nunca chega como é obvio, e nós sentimos muito isso na freguesia da Venda do Pinheiro porque, tendo sido agregada a Santo Estêvão das Galés, uma freguesia em termos geográficos muito grande, com uma grande área e pouca população, o valor que se recebe 'per capita' é muito reduzido. Porque se recebe por habitante e não por quilómetro. Ou a parte significativa é por habitante, e isso traz-nos problemas

orçamentais" (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

Por fim, relativamente às expectativas futuras – e à semelhança de Quinta do Anjo – deve sublinhar-se a preocupação dos representantes locais, com o crescimento excessivo e a descaracterização do território. A esperança, no que se refere à freguesia de Venda do Pinheiro, reside na preservação da diversidade e no entrave à sua conversão numa zona exclusivamente urbana.

"Não temos pretensões que isto cresça muito mais, interessa é que tenha qualidade. Se criássemos aqui dormitórios de Lisboa, como acontece aqui em muitas freguesias vizinhas...não gostaria nada disso (...). Há 30 anos atrás o que era a freguesia e o que vejo agora...grande salto qualitativo, eu quando ia estudar para Lisboa, um autocarro, para chegar ao Martim Moniz; levava duas horas e meia. Agora são 20 minutos. É a grande diferença. Vamos ter, também, um reforço a nível ferroviário; a linha do Oeste está a avançar, passa também na nossa freguesia, junto à Malveira. Vão eletrificar a linha e duplicá-la; ou seja, vão criar mais oferta de transporte, com a condição do custo do transporte ferroviário (segundo as infraestruturas de Portugal) ser ligeiramente inferior ao custo do transporte rodoviário. Também é uma mais valia. Espero é que em 2040 a linha de metropolitano não chegue cá..." (Excerto de entrevista, Jorge Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Venda do Pinheiro, 2018)

4.3.3 Síntese

As dinâmicas de expansão metropolitana na AML, ocorreram ao longo de diversos ciclos. Um primeiro ciclo de urbanização (décadas de 1950 e de 1960), simultaneamente de génese legal e clandestina (ex. proliferação de bairros de barracas), acompanhou os processos de industrialização e os fluxos migratórios provenientes do interior do país. Hoje, muitos dos territórios onde se verificaram estes fenómenos correspondem, sensivelmente, às freguesias mapeadas no âmbito da tipologia *territórios desindustrializados ou em declínio urbano*. São caracterizados pela degradação urbana, desvalorização da capacidade produtiva, desqualificação do capital social, decrescimento demográfico e fuga de investimento. O mapeamento obtido, no âmbito da tipologia *territórios de expansão metropolitana intensiva*, integra as freguesias que sofreram a trajetória oposta. Engloba zonas de crescimento urbano de génese informal – por via da insuficiência das políticas de habitação face ao aumento das necessidades de alojamento (ex. fluxos migratórios provenientes das ex-colónias), da ausência de instrumentos de planeamento robustos e da instabilidade política e económica (década de 1970) –, bem como fenómenos de metropolização mais recentes (a partir da década de 1980) – decorrentes do reforço das acessibilidades (por via dos fundos de adesão Europeus, A8, CRIL, CREL, Ponte Vasco da Gama, etc.) e dos processos de restruturação

económica em curso. Neste quadro, torna-se relevante o encaminhamento do investimento público e privado para os setores económicos mais promissores, no plano da competitividade global. Tal movimento reflete-se: na terciarização progressiva; no crescimento do setor imobiliário e da construção; na restruturação do setor secundário (com deslocalização e criação de novos eixos de desenvolvimento industrial na AML); e, também, no incremento da oferta e visibilidade turística a nível internacional.

O efeito combinado destas dinâmicas – bem como das infraestruturas, atividades e ocupações nelas implicadas – traduziu-se em processos de expansão metropolitana altamente diferenciados, difusos e fragmentados, quer no plano socioeconómico, quer no plano tipológico. Incluem a expansão dos espaços que, em síntese, se dedicaram: aos novos circuitos globais de comércio (ex. centros comerciais); à economia da informação e conhecimento (núcleos de serviços, parques tecnológicos e de inovação); aos novos eixos de desenvolvimento industrial e logístico (frequentemente especializados e conectados a nível internacional); bem como os territórios consagrados ao turismo e lazer (ex. resorts). Integram também os desenvolvimentos informais (tanto habitacionais como industriais) – decorrentes da filtragem social no acesso ao mercado 'legal' de solo – e os novos empreendimentos imobiliários, fruto de uma política pública que estimulou a acesso à habitação por via do crédito. É neste último contexto que emerge a articulação do setor financeiro global com o setor da construção e do imobiliário. As 'paisagens de sobrevivência' e as 'paisagens do crédito' (muitas destas afetadas pela crise global de 2008), que compõem o mosaico metropolitano, são o resultado da ação de diferentes produtores urbanos (individuais, públicos, privados), mas também o reflexo territorial das debilidades do Estado Social (ex. acesso à habitação) e da economia Portuguesa (interrupção precoce do processo de industrialização). Enquadramento que determinou a persecução de uma política económica, excessivamente assente nas dinâmicas de urbanização.

As correlações observadas, entre os indicadores estatísticos utilizados na 'construção' desta tipologia, permitem comprovar a associação existente entre as dinâmicas de crescimento económico, demográfico, e urbano. Às variações do emprego, nos setores secundário e terciário, equivale uma correlação moderada direta com a taxa de variação da população residente (0,539), assim como com a taxa de variação de edifícios (0,502). Este contexto permite comprovar a dependência que ainda persiste entre a o crescimento da atividade económica, os fenómenos de urbanização e a reprodução social da força de trabalho. Aos processos de expansão urbana e diversificação económica correspondem, também, processos de diversificação social, algo que fica comprovado pela correlação moderada direta entre os dois últimos indicadores (0,390) (Anexo 2) (Taylor, 1990). Nestes territórios, ocorrem assim múltiplas faixas sociais: a população qualificada e sem dificuldades de mobilidade que procura outros modos de vida, bem como a população – alvo de

periferização – dos centros históricos em gentrificação, dos territórios nacionais, tornados obsolescentes no contexto da economia global (industriais ou rurais) e de países onde as condições de trabalho e sobrevivência escasseiam. A população menos qualificada e/ou e imigrante que se concentra nestes territórios, constitui frequentemente, uma importante bacia de mão de obra urbana, útil aos setores menos intensivos em conhecimento (ex. indústria, logística, construção, agricultura, etc.).

A análise do mapeamento obtido e das entrevistas realizadas à administração local, nas freguesias de Quinta do Anjo e Venda do Pinheiro, permite concluir o seguinte: não obstante compreenderem áreas de crescimento, os lugares em observação espelham vulnerabilidades socioeconómicas, ambientais e institucionais – não raro invisíveis no quadro das políticas públicas, dos instrumentos de planeamento territorial e dos investimentos; ou, mais grave, criados na sua esfera de influência. Entre estes, destacam-se: desafios de integração de uma população crescentemente diversificada, proliferação de áreas urbanas de génese ilegal; fragmentação e dispersão de atividades; conflitos entre usos do solo; carências em infraestruturas básicas, equipamentos e serviços; desqualificação do património cultural e natural; poluição (aumento da produção de resíduos e focos de contaminação); degradação de ecossistemas e esgotamento de recursos (energia, solo, água); agravamento da crise climática em função do incremento da taxa de motorização; e, por fim, constrangimentos de governança, face às necessidades crescentes e diferenciadas, implicadas nos processos de crescimento populacional. Apesar da sua diversidade, as freguesias de Quinta do Anjo e de Venda do Pinheiro constituem um bom exemplo das dinâmicas de expansão metropolitana intensiva e das disfunções nestas implicadas – ainda que, no caso de Venda do Pinheiro, tais dinâmicas e disfunções tenham sido maioritariamente abrangidas no quadro dos instrumentos de planeamento territorial.

As pressões urbanas constituem, também, ameaças cumulativas no plano ambiental, socioeconómico e institucional. Determinam o consumo excessivo de recursos (relembremos que Quinta do Anjo está sobre o maior aquífero a nível Europeu) e comprometem áreas de reserva agrícola e áreas ecologicamente sensíveis (o caso de Venda do Pinheiro). Para além de concorrerem para a expropriação ecológica e para a diminuição da qualidade de vida das populações, criam situações de dependência exterior, que reduzem a resiliência das comunidades e territórios, face a cenários de instabilidade futuros (a nível económico, climático, energético, geopolítico). Esta opção parece conduzir à *sociedade de risco*, prevista por Ulrich Beck, e por conseguinte à emergência de *novas posições sociais de risco* (Beck, 1992). Posições essas que não gozam da mesma visibilidade que os agentes económicos, face às políticas e investimentos públicos. Recordemos o caso de Quinta do Anjo, território onde se situa a Autoeuropa – uma empresa intensamente beneficiada pelo Estado –, mas onde vivem, também, populações em áreas urbanas de génese ilegal. Note-se que, nestes

lugares, a ausência de infraestruturas básicas, impõe às populações um consumo inseguro da água, cuja qualidade está comprometida pela proximidade e eventual contaminação associada às atividades industriais. Paradoxalmente, nada garante que a decisão de deslocalização de uma empresa, perante condições mais atrativas noutros territórios, não culmine numa crise social de dimensões imprevisíveis. Se a Volkswagen decidisse interromper a produção em Portugal, a Quinta do Anjo poderia tornar-se, muito rapidamente, num novo Barreiro. Os problemas ampliam-se também ao desajustamento entre a oferta de serviços e amenidades urbanas e a procura, marcada pelas necessidades crescentes e diversificadas da população. Este desajustamento constitui uma das preocupações da administração local, em especial no que respeita aos efeitos de restruturação do Estado Social, no aumento da instabilidade social, e por conseguinte na qualidade da democracia. Em particular, esta situação, obriga a olhar o processo de descentralização com cautela e exigência, naquilo que respeita ao equilíbrio entre as delegações de competências e os respetivos envelopes financeiros.

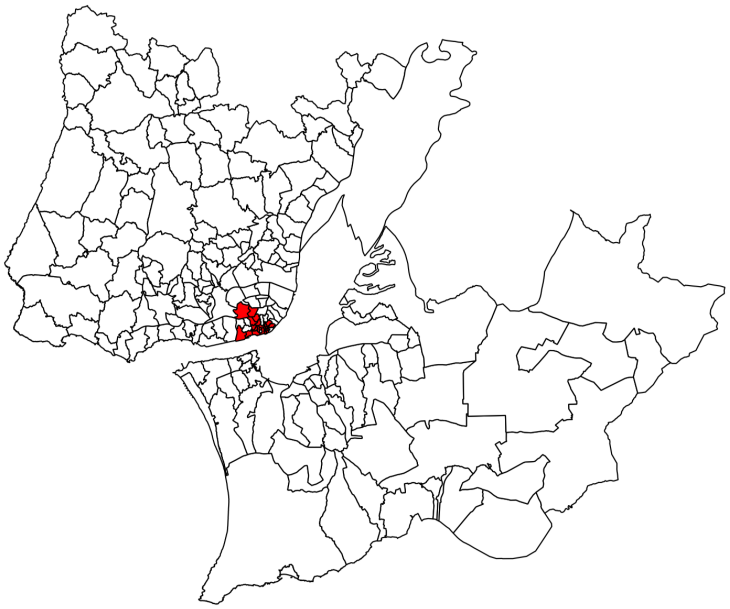
Não obstante a enorme reflexão sobre os modelos de desenvolvimento e sobre a importância de compatibilizar as dinâmicas económicas com bem-estar social, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, observa-se a insistência num modelo quase exclusivamente assente no crescimento económico. Tal modelo é contrário às preocupações expressas no relatório Brundtland, aos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos para 2030 pela ONU e, naturalmente, ainda mais distante das propostas revolucionárias de eco-desenvolvimento, ou de decrescimento, desenvolvidas por Maurice Srong e Serge Latouche (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987; Strong, 1972, Latouche, 2002). As novas dinâmicas de *urbanização global ou a política económica de urbanização* emergente, assentes no crescimento económico por via da financeirização, especialização e competitividade territorial, determinam a canalização dos investimentos públicos para o reforço das acessibilidades e fixação de capital estrangeiro, assim reduzindo a capacidade pública para responder às disfunções e necessidades criadas nos territórios que beneficiam desse crescimento (Brenner & Shmid, 2012). O facto de nos *territórios em desindustrialização e declínio urbano*, os atores locais ansiarem por investimento e novas acessibilidades, e inversamente, nos 'territórios em expansão metropolitana intensiva', os atores locais batem-se pela contenção das dinâmicas de crescimento urbano, é ilustrativo dos desafios causados por um modelo económico, que reproduz assimetrias e processos de diferenciação territorial.

A expansão das fronteiras de acumulação de capital depende dos processos de valorização/desvalorização territorial, ainda que o seu reverso inclua pesadas consequências socioeconómicas, ambientais e institucionais para as geografias e comunidades implicadas nestes processos. Na persecução de tal caminho, as previsões de ocupação urbana e a

regulação da ocupação do solo, inerentes aos instrumentos de planeamento territorial, serão sempre ultrapassadas pela realidade dos acontecimentos. A indústria ou o investimento imobiliário não preencherão, de imediato, a mancha de uso de solo definida para este efeito, nos territórios desindustrializados ou em declínio. E não existirá garantia de que, nos territórios em expansão metropolitana, não ocorra o aumento da mancha urbana informal (caso o acesso à habitação seja restringido), a intensificação das pressões de urbanização, ou a ocupação e exploração indevida de áreas ecologicamente sensíveis. Fará sentido persistir num modelo económico dependente da expansão urbana, numa metrópole em que muitos dos seus territórios passam por processos de declínio? E em que o número de alojamentos (1.499.047) ultrapassa já o da população (1.350.790), segundo os últimos dados censitários (INE, 2021)? As transformações metropolitanas, definidas em função do aproveitamento fortuito das oportunidades económicas, tornam inviável uma política pública de ordenamento do território, visando o desenvolvimento equilibrado (socioeconómico, ambiental) e a correção das desigualdades sedimentadas nos lugares e na sociedade. Desta forma, abrir-se-á caminho à obsolescência dos instrumentos de planeamento e, com isso, à desvitalização de um dos pilares mais importantes no regular funcionamento do Estado Social e na proteção do bem comum.

4.4 Territórios em gentrificação

Com base nos métodos de análise estatísticos e das técnicas de georreferenciação anteriormente descritos, obteve-se o mapeamento dos territórios em gentrificação, ilustrado nos elementos gráficos seguintes (MAP3;MAP3A).



10 0 10 20 30 40 km

Legenda

AML

Percentil 90

N

Freguesia *	Concelho	Percentil 90
Campolide	Lisboa	9
Castelo	Lisboa	9
Coração de Jesus	Lisboa	11
Encarnação (Lisboa)	Lisboa	10
Graça	Lisboa	10
Madalena	Lisboa	10
Mercês	Lisboa	10
Prazeres	Lisboa	9
Sacramento	Lisboa	9
Santa Catarina	Lisboa	9
Santa Justa	Lisboa	10
Santiago	Lisboa	9
Santos-o-Velho	Lisboa	9
São Cristóvão e São Lourenço	Lisboa	9
São José	Lisboa	13
São Mamede	Lisboa	10
São Miguel	Lisboa	9
São Nicolau	Lisboa	10
São Paulo	Lisboa	11
São Sebastião da Pedreira	Lisboa	9
São Vicente de Fora	Lisboa	9
Sé	Lisboa	10
Socorro	Lisboa	10

* Organização administrativa das freguesias prévia à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que introduziram uma reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

MAP 3 Territórios em gentrificação



Castelo



Graça



Mercês



Santa Catarina



Santa Justa



São Nicolau



São Cristovão e São Lourenço



São Paulo



Coração de jesus

MAP3A Exemplos de territórios em gentrificação (fonte: GoogleStreetView, 2022)

4.4.1 Interpretação do mapeamento obtido

Os resultados do mapeamento referente à tipologia *Territórios em Gentrificação* correspondem, sensivelmente, às freguesias do centro histórico do município de Lisboa. Destacam-se, neste âmbito as novas freguesias de Santa Maria Maior (englobando as antigas freguesias do Castelo, Madalena, Sacramento, Santa Justa, Santiago, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé, Socorro), Misericórdia (Encarnação, Mercês, Santa Catarina), São Vivente (Graça, São Vicente de Fora) e Santo António (Coração de Jesus, São José, São Mamede), decorrentes da reorganização administrativa de 2012. O cruzamento entre os resultados obtidos e os diagnósticos realizados ao abrigo dos Instrumentos de Planeamento territorial, implica que se tenha em conta, a relativa novidade deste processo, despoletado maioritariamente, após 2012. A compreensão das dinâmicas de gentrificação, obriga assim, a uma revisão mais aprofundada dos elementos que foram sendo produzidos, no sentido de compreender as condições e diretivas políticas conducentes à rentabilização internacional do centro histórico de Lisboa bem como das consequências resultantes da sedimentação deste fenómeno na capital.

Segundo o PROT-AML (2002), as freguesias identificadas integram-se na unidade de caracterização 'Centro Metropolitano', mais concretamente na 'Área Central de Lisboa'. Esta destaca-se, de acordo o mesmo instrumento, pela presença de serviços, equipamentos e funções qualificadas, bem como de zonas habitacionais ou bairro históricos, em processo de degradação, declínio populacional e obsolescência comercial – uma condição de desvalorização propícia à rentabilização de investimentos futuros. É ainda realçada a existência de fenómenos de pobreza e exclusão social, com uma magnitude assinalável, abrangendo 30% da população. O mesmo instrumento estratégico definiu um conjunto de prioridades para este território: i) reforço do centro tradicional enquanto motor de desenvolvimento da AML, através da sua promoção a nível nacional/internacional; ii) diversificação do perfil de investidores e utilizadores urbanos; iii) inversão do ciclo de degradação urbana e funcional, através da reabilitação dos bairros históricos, bem como, iiii) desenvolvimento de projectos visando uma abordagem integrada aos problemas de habitação, formação, emprego, dirigidos às camadas da população mais vulneráveis (CCDR-LVT, 2002).

O 'Relatório de caracterização síntese do PDM de Lisboa', lançado posteriormente (2012), identifica já sinais indiciadores do despoletar de dinâmicas de gentrificação na capital, nomeadamente: processos de recomposição social (apesar da persistência do envelhecimento e do declínio demográfico), constrangimentos no acesso à habitação, bem como o aumento da incidência das dinâmicas migratórias. Neste âmbito destaca-se o crescimento dos níveis de população qualificada, em paralelo com a dificuldade crescente de

fixar contingentes populacionais com níveis de qualificação intermédios, por via de uma tipologia de preços de habitação incompatíveis com os seus rendimentos e necessidades. São ainda identificadas vulnerabilidades, decorrentes da concentração da população idosa de baixos recursos bem como da população imigrante, nas zonas degradadas do centro histórico. Relativamente ao parque edificado - as condições já anteriormente observadas no âmbito PROT-AML (2002) -, parecem perpetuar-se, sendo realçado o seu envelhecimento e degradação, a percentagem elevada de alojamentos vagos, o peso significativo do arrendamento face à realidade nacional, bem como, a baixa densidade populacional do centro histórico (67 habitantes por hectare, 2001). O 'vazio' urbano, numa metrópole com 2,5 milhões de habitantes e o desinteresse pela reabilitação, deveu-se, de acordo com o mesmo diagnóstico, à concentração dos investimentos imobiliários no âmbito dos processos de suburbanização (construção de habitação nova), em parte explicado pelo congelamento de rendas (algo que perdurou ao longo do século XX até ao início da liberalização do mercado de arrendamento em 1990) e pelos fracos retornos do mercado de arrendamento. Tendo em conta a resolução destes problemas, são destacados ao abrigo da revisão do PDM, uma série de programas e políticas municipais visando a inclusão e coesão territorial (ex. BIP-ZIP) bem como regimes de comparticipação à reabilitação urbana (ex. RECRIA, REHABITA, RECRIPH, SOLARH). De acordo com as estatísticas apresentadas foram investidos 55 milhões de euros (72% em áreas históricas), verificando-se que as tendências de regresso ao centro histórico e requalificação urbana (décadas de 1990-2000), acabariam por sofrer uma desaceleração na sequência da crise de 2008. Finalmente, no que respeita às dimensões económicas o relatório enuncia a propensão competitiva a nível nacional do município de Lisboa, bem como as apetências para as atividades turísticas, culturais e de lazer, ainda que não evidenciadas, à data do mesmo, numa diferenciação efetiva do tecido produtivo urbano (Câmara Municipal de Lisboa, 2012).

O 'Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020' (2014), que teve como referência a 'Estratégia Regional de Lisboa 2020' bem como as orientações de desenvolvimento 'inteligente', 'sustentável' e 'inclusivo', definidas no âmbito das políticas comunitárias para 2020, destaca a necessidade de reforçar a internacionalização da capital como resposta à crise económica. Segundo o mesmo documento de política estratégica, é elegido o turismo como atividade por excelência capaz de promover o 'crescimento inteligente'. Este argumento é suportado pelo posicionamento da AML no ranking do turismo mundial (9ª posição), bem como nas tendências de aumento do número de dormidas (+30%, entre 2000-2011; 9 milhões em 2011) e da capacidade de alojamento (correspondendo a 20% da oferta hoteleira do país). Com este propósito são apresentadas algumas linhas diretivas visando o reforço desta atratividade, nomeadamente: a requalificação e regeneração urbana como suporte económico da região, a promoção internacional da capital, bem como a hierarquização da oferta turística

(cultural, city-break, negócios, desportos náuticos, experiências etc.) visando a diversificação e ampliação deste mercado de consumo. Neste âmbito é dado particular destaque à atração de eventos internacionais como reuniões, congressos e conferências (CCDR-LVT, 2014).

Por fim, relativamente aos instrumentos de planeamento territorial, importa referir o Relatório de estado do ordenamento do território do município de Lisboa (REOT), lançado mais recentemente, em 2015. Neste, são tornadas mais evidentes as dinâmicas anteriormente referidas: o esvaziamento populacional da capital nos últimos 30 anos (apesar do seu abrandamento entre 2001-2011), os processos de duplo envelhecimento (menor proporção de jovens e maior proporção de idosos, 12,9% e 23,9% respetivamente, 2011), bem como o crescimento dos níveis de qualificação da população residente (+17,2%, 2001-2011). É feita ainda referência ao crescimento da população residente estrangeira (proveniente maioritariamente de países PALOP, Índia, China), e à sua quase duplicação, entre 1991-2011, em particular nas freguesias do centro histórico. Assume também especial realce, os défices de reabilitação da cidade e as dificuldades crescentes no acesso à habitação, enquadrados enquanto problemas definidos na esfera do mercado. A predominância de escalões de rendas inferiores a 100 € (19,3% correspondente a contratos até 1975), traduzem-se, segundo o relatório, num desincentivo à reabilitação, e o peso crescente dos escalões de renda superiores a 600€ (10,3%) são responsáveis pelo estrangulamento da oferta acessível, dificultando a fixação de agregados familiares nas freguesias do centro histórico. Neste âmbito são referidos subprogramas municipais, enquadrados no Programa de Valorização do Património Habitacional Municipal (PVP), destinados a estimular os processos de reabilitação e a facilitar o acesso à habitação. Entre estes, assume especial importância o subprograma 'Reabilita Primeiro, Paga Depois' que consiste na alienação de património municipal a privados, permitindo o desfasamento do pagamento do imóvel num prazo dilatado (aquando da conclusão das obras e venda do imóvel) bem como o subprograma, 'Renda Condicionada'. Este último compreende a atribuição, por sorteio, de fogos municipais, com rendas controladas (Câmara Municipal de Lisboa, 2015).

Como observado, o património municipal é mobilizado para a responder a dois problemas potencialmente conflituantes. A progressiva alienação do património municipal para efeitos de reabilitação, diminuindo o stock público de habitação, determinará uma capacidade cada vez mais reduzida de atender aos pedidos crescentes por habitação municipal a preços acessíveis. Essa dificuldade é aliás identificada no âmbito do mesmo documento, que refere o desfasamento entre o número de pedidos de apoio municipal referente a habitação e o número de fogos efetivamente atribuídos. Se o número de candidaturas ao programa de renda condicionada, totalizou 1400, entre 2013-2014, já o número de frações atribuídas, limitou-se a 68, tendo decrescido de um ano para o outro (Câmara Municipal de Lisboa, 2015). No sétimo concurso de Renda Acessível da Câmara Municipal de Lisboa (2021), foram atribuídas 116

casas num universo de cerca de 5000 candidaturas (idealista, 2021a). Paralelamente, entre 2008-2021, o município alienou 1630 habitações públicas, arrecadando 46,8 milhões de euros (Lusa, 2022b).

Outras duas tendências mencionadas no REOT Lisboa, reportam ao aumento da visibilidade e expansão do turismo na capital. Neste âmbito, são destacados os 3,3 milhões de turistas que visitaram Lisboa em 2014 (um número superior ao total de habitantes da AML) bem como os sucessivos galardões internacionais de turismo ganhos pela cidade: 2º melhor destino turístico Europeu (European Best Destination, 2013), melhor destino Europeu de cruzeiros (Travell Awards, 2014), 9ª cidade mundial em eventos empresariais (ICCA 2010). A acompanhar este dinamismo está o crescimento explosivo da capacidade de alojamento turístico (23%, 2009-2014), tanto a nível hoteleiro (71%, 2009-2014) como de crescimento do alojamento local (600%, 2014-2015) (Fig. 48). Segundo os dados apresentados este aumento incidiu especialmente no centro histórico (Fig. 49).

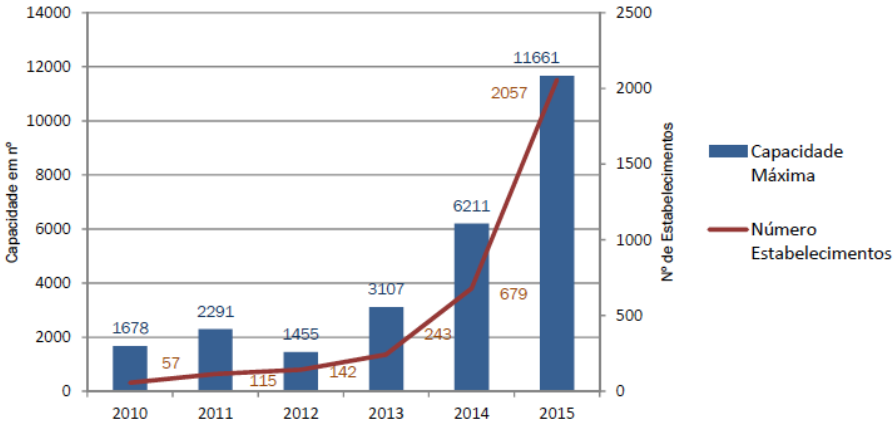


Fig. 48 – Registos de Alojamento Local na CML entre 2010-2015 (fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2015)

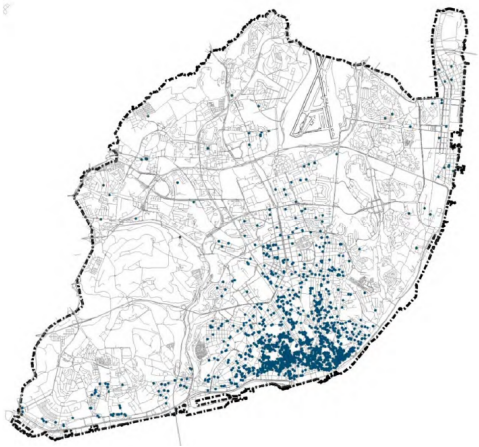


Fig. 49 - Distribuição geográfica dos registos de Alojamento local em Lisboa (fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2015)

Em sentido inverso, é identificada uma queda abrupta no número de fogos disponíveis para venda (-64,1%, 2010-2014) e arrendamento de longa duração (-73%, 2010-2014). Segundo o REOT Lisboa (2015), a contração da oferta é uma das principais razões que explicam a valorização do mercado imobiliário no centro histórico (ex. Mártires, Sé, Encarnação, Santa Engrácia, Castelo, Madalena, São José, Sacramento, São Nicolau, Coração de Jesus). No que respeita aos níveis de investimento Municipal, destaca-se a aplicação de 90% da verba disponível anualmente (36,2 milhões de euros) em obras de conservação/reabilitação, o que indicia o foco da estratégia municipal nas ações de regeneração urbana. A aposta nos grandes projetos urbanos capaz de aumentar a visibilidade internacional da capital é também evidenciada. Merece particular destaque o processo de regeneração urbana da zona ribeirinha de Lisboa - projeto 'Ribeira das Naus' - financiado pelo QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), cujo investimento total previsto ascendeu a quase 14 milhões de euros (Câmara Municipal de Lisboa, 2015).

Se os instrumentos de planeamento, corroboram os resultados obtidos, evidenciando dinâmicas de gentrificação em curso, é de realçar que raramente explicitam claramente as consequências decorrentes das políticas elegidas, nomeadamente o impacto do aumento da pressão turística, dos fluxos de investimento e dos processos de reabilitação, no mercado de habitação, e por conseguinte no tecido social da cidade. É também revelador que o REOT Lisboa (2015) defina como causa provável do aumento dos preços do imobiliário a contração da oferta (venda e arrendamento), mas não explique as razões dessa contração. Entre estas, o crescimento explosivo do Alojamento Local. O facto de esta atividade económica não se enquadrar no regime jurídico das instalações, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (DL/2008) mas sim num uso equiparado ao habitacional no âmbito do PDM, de beneficiar de condições fiscais mais atrativas e portanto de maiores retornos face ao arrendamento de longa duração, determinou a monopolização da oferta existente em torno da procura turística, mais atrativa do ponto de vista financeiro.

Nesta conjuntura, a crise de habitação agravou-se, como comprovado pelo aumento do número de processos de despejo. De acordo com dados do Balcão Nacional de Arrendamento, entre 2013 – 2017, foram emitidos por dia, 138 títulos de desocupação do locado, sendo que em cinco anos deram entrada 20.806 requerimentos de despejo a nível nacional. Relativamente a lisboa, totalizaram-se 2968 ações de despejo (2013 - julho de 2018), fora as que seguiram o seu curso por via judicial (Sanlez, 2017; Dinheiro Vivo, 2018). Em simultâneo, os instrumentos de politica, visando a facilitação do acesso à habitação, revelaram-se claramente insuficientes e até contraproducentes. Um grupo de investigadores, fez uma pequena análise geográfica ao programa 'Reabilita primeiro, Paga depois', tendo como referência a informação disponível sobre o conjunto de alienações municipais identificadas em hasta pública. Neste âmbito realçaram o facto de a maioria dos imóveis

adquiridos por pessoas singulares e empresas se destinar ao alojamento local, bem como ao imobiliário de luxo, algo incompatível com o objetivo de incrementar a oferta de habitação, se considerada em termos das condições de acessibilidade de grande parte da população portuguesa (Bivar *et al*., 2017). Esta programa viria a ser extinto posteriormente. Em simultâneo, as iniciativas da administração central de apoio ao arrendamento, sobre a alçada do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), revelam à semelhança do programa municipal ('Renda Acessível'), baixas taxas de execução, por culpa do seu desajustamento, face à realidade de transformação do mercado imobiliário. É o caso do programa 'Porta 65', criado em 2007, e que visa apoiar os jovens a aceder a habitação, através da comparticipação de uma percentagem da renda. O facto de os valores a comparticipar dependerem de tetos máximos de renda por tipologia, calculados em função do coeficiente de atualização de rendas e não dos valores reais praticados no mercado (entre 2017-2021 aumentaram 38%), determinou que a maioria das candidaturas fossem excluídas (Jornal de Negócios, 2022).

Face aos problemas socioeconómicos, ambientais e institucionais emergentes nos bairros históricos e à aparente 'indiferença' do poder central e municipal no que respeita à resolução dos mesmos, três juntas de freguesia do município de Lisboa (Santa Maria Maior, Misericórdia, São Vicente) solicitaram à consultora 'Quaternaire Portugal', o diagnóstico - 'Estudo sobre novas dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas no centro histórico de Lisboa', Neste âmbito foram identificados um conjunto de fatores externos e internos, subsequentes à crise de 2008, que explicam o aumento exponencial dos fluxos de turismo e investimento no centro histórico. No plano externo é destacada a relação entre a incerteza nos mercados financeiros e as baixas de taxas de juro resultantes da política monetária Quantitative easing (QE), e o crescimento do setor imobiliário, enquadrado enquanto oportunidade mais segura e de maior retorno no que respeita ao investimento aplicado. Em suma a habitação a nível global, tornou-se uma mercadoria altamente rentável, substituindo-se a um depósito bancário ou à imprevisibilidade do mercado bolsista. Em paralelo, a instabilidade no Médio Oriente/Norte de África, a expansão das companhias aéreas *low cost e* o surgimento de novas plataformas digitais (ex. AirBnB, Booking.com) são considerados enquanto vetores aceleradores das dinâmicas de crescimento turístico a nível Europeu. No plano nacional, o estudo realça a articulação entre a necessidade de reforçar a liquidez, equilibrar balanços, aumentar a exportações, decorrente do contexto de assistência financeira (FMI, BCE, EU), e a elaboração de instrumentos de política com o objetivo de aumentar a atratividade do país no plano turístico e de investimento. Neste contexto, a capital, constitui um dos pontos nevrálgicos de contacto global, através do qual o Estado respondeu à crise económica, tendo como eixos desta estratégia: 1) o aumento das exportações e do emprego por via do crescimento do setor do turismo e atividades associadas (alojamento, restauração, comércio, serviços), 2) captação de investimento estrangeiro e de pessoas com elevada

capacidade de compra, 3) incentivo aos processos de reabilitação urbana. O mercado imobiliário constituiria o epicentro desta estratégia tripartida, como comprova a progressiva liberalização do mercado de arrendamento (Quaternaire Portugal, 2017).

Relativamente ao crescimento turístico destacam-se inúmeras campanhas publicitárias com o objetivo de aumentar a projeção internacional da cidade a nível global. Neste âmbito, são levantadas, inclusivamente, suspeitas que alguns dos prémios internacionais de turismo ganhos pelo país, tenham afinal sido negociados (Rainho, 2021). São também conhecidos os apoios públicos a entidades privadas que realizam eventos globais. É o caso da maior conferência na área tecnológica e digital (Web Summit), que em troca da sua presença em Lisboa, receberá do Estado, 110 milhões de euros (10 milhões durante 10 anos) (Machado, 2018). A Autorização de Residência para Investimento (ARI ou Visto Gold) e o Estatuto de Residente Não Habitual (RNH) são exemplos de instrumentos de política pública que visaram atração de capitais e de residentes estrangeiros com elevado poder de compra. O primeiro, concedendo cidadania em troca de investimento, o segundo, facultando regimes fiscais favoráveis (ex. trabalho, pensões, mais valias), em troca da fixação de profissionais altamente qualificados ou de pensionistas estrangeiros. Ao longo de 8 anos de existência (2012-2020), foram emitidos 8207 Vistos Gold, a maioria atribuída através de compra de imóveis nos centros urbanos (94%), totalizando uma atração de investimento de quase cinco mil milhões de euros. A maioria dos investidores foram Chineses (54,4%), seguidos de Brasileiros (10,5%), Turcos (4,63%), Sul-africanos (3,9%) e Russos (3,6%) (Neto, 2020). Entre 2009 e agosto de 2018, o RNH foi concedido a 23.767 pessoas, maioritariamente de França (6448), Reino Unido (2718), Itália (2513) e Brasil (2005), tendo resultado em 2020, num benefício de 893 milhões de euros para a globalidade destes contribuintes, segundo dados da Conta Geral do Estado 2020 (Lusa, 2019; Pinto, 2021).

A mobilização e rentabilização do mercado imobiliário nos centros urbanos bem como os processos de regeneração urbana, constituíram, como referido, uma peça-chave da política de reforço da atratividade turística, residencial e de investimento, num momento marcado por processos de desvalorização imobiliária nas zonas suburbanas, devido à contração do crédito e das disponibilidades financeiras a nível interno. Neste âmbito destaca-se o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU, Lei nº6/2006, 27 de fevereiro) atualizado em 2012 (Lei nº31/2012, 14 de agosto) que permitiu abrir caminho ao descongelamento e atualização de rendas, à agilização das ações de despejo, ao mesmo tempo que desprotegeu as camadas mais idosas e/ou vulneráveis a nível social. Por fim, em relação aos incentivos políticos dirigidos aos projetos de reabilitação urbana, destacam-se um conjunto de instrumentos que determinaram enquadramentos fiscais, regulamentares e administrativos mais atrativos, proporcionando também modalidades de comparticipação financeira do Estado no âmbito destes processos. A génese dos benefícios fiscais pode ser rastreada à reforma de tributação

de património (DL, 287/2003) e a alterações no âmbito do Estatuto de Benefícios fiscais (EBF) que permitiram aligeirar as contribuições de IMI (Imposto Municipal sobre Imoveis) e isentar de IMT (Imposto Municipal sobre Transações) operações urbanas em áreas designadas à reabilitação e combate à desertificação no âmbito dos Planos Diretores Municipais. O artigo 61, Lei 53-A/2006, permitiu adicionar ainda um regime de IVA a 6% (Imposto sobre Valor Acrescentado) para empreitadas de construção no âmbito de programas de reabilitação urbana (ex. RECRIA, REHABITA, RECCRIPH, SOLRH) e outros financiados pelo Instituto Nacional de Habitação. Já o artigo 82, Lei 67 – A/ 2007 de 31 de dezembro, relativo ao regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana, adicionou mais benefícios no âmbito das operação de reconversão urbana: isenção de IMI, isenção do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) e sobre retornos de fundos de investimento imobiliários com ativos localizados em zonas de reabilitação urbana. Estas condições haveriam de se tornar permanentes no âmbito do artigo 71 do Estatuto de Benefícios Fiscais (EBF) (Romao & Everaert, 2016). Para aproveitar estas disposições legais a Câmara de Lisboa haveria de identificar através do PDM, a sua Área de Reabilitação Urbana (ARU), alargando-a mais tarde (à quase totalidade do município) de forma a beneficiar do Regime Jurídico para a reabilitação urbana (RJRU, DL, 307/2009), bem como do Regime excecional e temporário para a reabilitação urbana (RERU, DL53/2014, 8 de abril). Estes conjuntos legislativos visaram a simplificação, dinamização e flexibilização de procedimentos e licenciamentos, no âmbito das operações de reabilitação, permitindo o afrouxamento das normas e regulamentações aplicadas. Através do RERU, as operações de licenciamento, ficariam dispensadas de cumprir o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (abrindo a porta à alteração de usos de frações), o Regime Geral de Acessibilidades, requisitos acústicos e de eficiência energética etc. bem como outras exigências de infraestruturação ao nível das redes de gás e telecomunicações. No âmbito das salvaguardas estruturais, a ausência de detalhe na redação do artigo 9.º, é particularmente preocupante no contexto de uma cidade sujeita a elevado risco sísmico. No que respeita aos incentivos à reabilitação, destaca-se ainda a criação de motores de financiamento vantajosos. É o caso do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização urbana (IFRRU), que disponibiliza empréstimos em condições mais favoráveis às praticadas no mercado ou o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (regulado pela lei 16/2015, de 24 de fevereiro), que consiste num fundo de investimento imobiliário que visa o apoio às operações de reabilitação, destinadas maioritariamente ao arrendamento de longo prazo (60%). Relativamente aos programas de incentivo à reabilitação a nível municipal, destacam-se em Lisboa, os já referidos anteriormente (ex. BIB-ZIP, Reabilita Primeiro, Paga Depois, Renda Condicionada) mas também novas modalidades assentes em parcerias público-privadas (PPP). É o caso do Programa Lisboa Renda Acessível, lançado em 2016. Através deste instrumento, o município de Lisboa cede edifícios devolutos ou terrenos a

privados, durante 35 anos para que procedam a obras de construção e reabilitação. Uma fração dos apartamentos são vendidos a preço de mercado e a outra é colocada em regime de arrendamento de longa duração a custos acessíveis (250€-450€). A câmara fica responsável (entre outras obrigações) por financiar as operações de urbanização geral e equipamentos de apoio. No âmbito deste programa que inclui 15 bairros, prevê-se que sejam criados 6000 fogos, e que sejam mobilizados 708 milhões de euros de Investimento privado.

A cidade-centro enquadrada enquanto produto dirigido ao reforço da atratividade turística e financeira, traduziu-se em inúmeras consequências, das quais se destaca, em primeiro plano, o agravamento das dificuldades de acesso à habitação e a periferização progressiva dos seus residentes, por via das pressões especulativas colocadas sobre o mercado imobiliário. A taxa de esforço em Lisboa (relação entre o preço da habitação e o rendimento das famílias) atingiu em 2019, os 86% - a sexta maior do Mundo e a primeira da Europa (Fernandes, 2019; Amaral de Carvalho, 2019). De acordo com estatísticas apresentadas no âmbito do relatório produzido pela Quaternaire, a propósito das novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa, a escalada de preços do imobiliário atingiu uma média de 46%, entre 2015-2017, acompanhando a forte procura de investimento, e a expansão da oferta turística e comercial. Só no primeiro semestre de 2016 foram transacionados 2267 imóveis. O volume de negócios e de investimento estrangeiro correspondeu a 18,3%, num total de 314 milhões de euros. O número de Alojamentos Locais, cresceu de forma exponencial entre 2015-2017 (+86%) totalizando, 8645 registos e 31 mil camas, concentrados maioritariamente nas freguesias de Santa Maria Maior, Misericórdia, e São Vicente. Com consequência da pressão turística e do investimento sobre o mercado de habitação, bem como do NRAU, aumentaram os pedidos de apoio jurídico nas juntas de freguesia relativos a processos de despejo em curso (habitação mas também, comércio, restauração e serviços). Na freguesia da Misericórdia registou-se uma média de onze pedidos semanais, durante o ano de 2013 e na freguesia de Santa Maria Maior, uma média de um pedido por dia (Quaternaire Portugal, 2017).

Como se aborda no tópico seguinte, dificilmente os aspetos positivos decorrentes da política estratégica seguida (ex. crescimento turístico, aumento do emprego e das exportações, incremento do PIB, nível de qualificação urbana) compensarão as consequências graves dos processos de transformação urbana em curso e que não se cingem aos graves impactos na estrutura social da cidade, abrangem também disfunções no seu tecido económico, ambiental e institucional.

4.4.2 Análise dos fenómenos de gentrificação à escala local

Casos de Estudo:

A triangulação dos mapeamentos respeitantes a esta tipologia de diferenciação territorial, com os instrumentos de planeamento e os diagnósticos realizados no âmbito das transformações urbanas mais recentes, parecem corroborar o quadro de gentrificação urbana transnacional, que afeta com particular incidência, as freguesias do centro histórico de Lisboa. As consequências e vulnerabilidades geradas por estes processos serão agora analisadas com maior detalhe, no que respeita às freguesias de São Cristóvão e São Lourenço e Mercês, contribuindo para este objetivo a informação estatística produzida, as entrevistas realizadas e outras fontes de informação qualitativa diversificadas.

4.4.2.1 São Cristóvão e São Lourenço (Lisboa)

Caracterização estatística

No âmbito do índice de gentrificação, a freguesia de São Cristóvão e São Lourenço (hoje englobada na freguesia de Santa Maria Maior), obteve um '*score*' de similaridade elevado (9). Isto significa que grande parte dos indicadores e comportamentos esperados, tendo em conta a tipologia em estudo, se incluem nos extremos de distribuição de valores, relativamente à totalidade da amostra de freguesias que compõem a AML (percentil 80 ou percentil 20). Este território, apresenta assim, uma elevada proporção de edifícios com necessidades de reparação ou muito degradados (15,67%, percentil 80, 2011) e de alojamentos familiares clássicos vagos (19,78%, percentil 80, 2011) denunciando um grau de desvalorização, propício a rentabilizações imobiliárias futuras. Quanto à permeabilidade ao aumento da procura turística e à transformação do regime de utilização da habitação, destacam-se a elevada proporção de alojamentos arrendados ou subarrendados (69,23%, percentil 80, 2011), de alojamentos locais face à totalidade de alojamentos familiares clássicos existentes (27,10%, percentil 80, 2017) bem como elevadas variações do número de licenças concedidas para alojamento local (+4876, percentil 80, 2013-2020). Em termos de inflação dos valores do imobiliário destacam-se elevadas variações do valor mediano das vendas de habitação (+2440,25 €m2, percentil 80, 2016-2020) e os maiores valores medianos das rendas por novos contratos de arrendamento (13,33€m2, percentil 80, 2020). Verificam-se também taxas de esforço muito elevadas no que se refere ao arrendamento (113,62%, percentil 80, 2019). Por fim, observam-se tendências acentuadas de declínio populacional (-21,60, percentil 20,

2011-2021) e inversamente, variações acentuadas da proporção de profissionais socialmente valorizados (14,78%, percentil 80, 2001-2011), e da população residente estrangeira (+16,70%, percentil 80, 2011-2021) evidenciando dinâmicas de recomposição do tecido socioeconómico da freguesia.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Através da entrevista realizada à administração local em São Cristóvão e São Lourenço, foi possível aprofundar os efeitos substanciais (socioeconómicos, ambientais, institucionais), decorrentes do aumento dos fluxos de turismo e de investimento na capital. Começaram por ser elencadas, dinâmicas de envelhecimento demográfico e vulnerabilidade social. Importa referir que os contextos de pobreza e exclusão, afetam particularmente o bairro da mouraria que é também um dos mais multiculturais da cidade, constituindo uma zona de convergência de fluxos imigratórios (ex. China, Índia, Bangladesh, Paquistão e Moçambique). A relação desproporcional entre o preço da habitação e um contexto onde predominam as reformas e rendimentos baixos, traduz-se na necessidade de diversos apoios que são prestados a nível da Junta de Freguesia através de um fundo de socorro.

"A zona de São Cristóvão e São Lourenço (...) é uma zona envelhecida (...) temos duas realidades, temos uma realidade que é minoritária, de pessoas que tem rendimentos...não quero dizer elevados, mas mais confortáveis (...) depois temos uma parcela da população que é a mais significativa, que tem rendimentos médios, baixos ou inexistentes. A mouraria tem um peso muito grande no nosso apoio social, e a zona de S. Cristóvão e S. Lourenço também, sobretudo a população mais idosa: Reformas baixas, rendas de casas que tocam no valor da reforma, portanto precisam de apoio ao nível da alimentação, da medicação, dos médicos, que a junta presta (...). Temos um fundo de socorro social que colmata situações de emergência ao nível de rendas em atraso, contas da luz ou da água que estão prestes a fazer o corte (...) Depois ao nível da alimentação, temos um projeto que é a mesa dos afetos, que funciona em duas vertentes: entrega de refeições ao domicílio, duas refeições por dia, todos os dias da semana ou o cabaz alimentar 'Pingo Doce' que é uma parceria que a junta tem e que engloba os bens alimentares não perecíveis (...) depois médico de clínica geral, psicólogo, enfermeiro, massagista (que é muito procurado pelas pessoas de maior idade), são serviços que a junta presta (...). Ao nível da medicação (...) a freguesia estabeleceu uma parceria com as farmácias que estão sediadas na junta, as pessoas vão levantar os medicamentos e a junta faz o pagamento. Portanto nós temos um apoio social, realmente muito alargado e se for falar em todas as vertentes do apoio social que nós temos, não saímos daqui " (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

O 'Barómetro' do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, corrobora

o retrato traçado a cima, destacando a persistência das dinâmicas de vulnerabilidade social em Lisboa, apesar do aumento do PIB, das exportações e do emprego no período pós crise. Das 47 pessoas seguidas no âmbito deste estudo, apenas quatro, deixaram ter necessidade de apoios sociais no período decorrente entre 2014-2017. A falta de investimento em dois eixos das políticas públicas, tais como habitação e educação, num contexto de aumento dos custos de estruturais (alojamento, transportes, alimentação), teve um impacto particular a nível dos percursos escolares e profissionais (especialmente em famílias com menores a cargo), bem como na saúde e bem-estar familiar. Em simultâneo, a condição de empregabilidade, perante a manutenção de um perfil de salários baixo e de aumento do custo de vida, deixou de ser um fator essencial no combate às situações de pobreza (Costa *et al.*, 2017). A Fig. 50 ilustra o mapeamento dos contextos de privação, à escala da subsecção, no município de Lisboa.

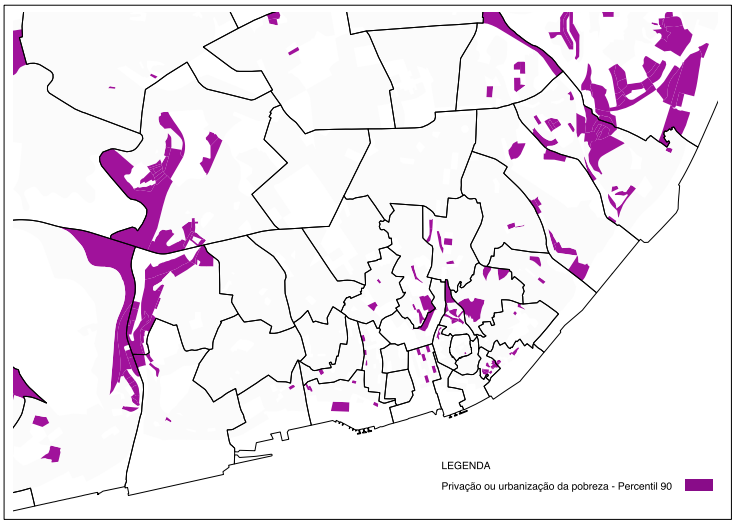


Fig. 50 – Lisboa - Mapeamento dos contextos de privação/urbanização da pobreza, à escala da subsecção (fonte: do autor, 2022)

A perda substancial de residentes bem como a dificuldade em atrair e fixar famílias, são apresentados no âmbito da entrevista, enquanto produto do aumento dos fluxos de turismo e investimento, e dos consequentes impactos no mercado imobiliário. São realçados adicionalmente outros riscos, de índole institucional, nomeadamente o emagrecimento orçamental da Junta de Freguesia por via da redução do número de eleitores, num momento em que os utilizadores e as necessidades urbanas se expandem devido ao crescimento do turismo. A capacidade de responder aos desafios sociais e à crescente carga sobre infraestruturas e dispositivos de higiene urbana, vê-se assim progressivamente limitada. Se as políticas estratégicas que visaram o crescimento súbito do turismo e investimento parecem ter tido sucesso, as respostas políticas necessárias para acomodar este crescimento e

responder as disfunções/carências daí decorrentes parece ser manifestamente insuficientes.

"Há perda de população e não conseguimos atrair população para habitação permanente (...). Pelos dados conseguimos perceber que a zona de São Cristóvão e São Lourenço tem pouca atratividade; neste momento no que respeita à fixação de famílias, por via dos preços das habitações, pela tipologia urbana, porque não tem garagens e estacionamento, porque não tem infraestruturas para crianças (...). Quando a freguesia foi agregada [2013], tínhamos 12.516 eleitores (...) a margem é sempre mais 2000 pessoas, portanto, a nível de moradores estimamos 14.000. Se avançarmos agora para 30 de agosto de 2018, temos 10.232 eleitores, o que significa que perdemos 2284 eleitores (...)Se a Junta de Freguesia baixar dos 10.000 moradores perde eleitos no executivo (...). Esse é um mal menor, o mal maior é o orçamento, e porquê? (...) Nós trabalhamos para os 10.000 eleitores, 12.000 residentes, mas segundo a média que a câmara estimou, passam por dia na freguesia 250.000 pessoas (...). Não há um turista em Lisboa que não venha aqui (...). Portanto nós temos uma sobre, sobre, sobrecarga, por exemplo na higiene urbana e no espaço público (...). A junta tem um orçamento anual, independentemente de serem 10.000 pessoas ou de serem 250.000. Isto coloca aqui um problema muito grande que prejudica os nossos moradores. Porque para gastarmos na higiene urbana, o dinheiro não estica, não podemos gastar em atividades culturais, em ação social, em apoio à população. Portanto não conseguimos alargar o tipo de apoios que as pessoas mais precisam" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

Em 7 de setembro de 2018, o Diário de Noticias, noticiava a falta de meios para limpeza urbana em diversas freguesias de Lisboa, identificando défices em varredura, lavagem de ruas, bem como recolha de resíduos urbanos.

"'Temos uma carga diária de visitantes estimada em mais de 250 mil pessoas [...] e, portanto, fomos dimensionados, temos um orçamento e meios para servir uma carga de população muito inferior do que aquela que está agora no terreno', explicou Miguel Coelho (PS). 'Basta haver aqui três grandes eventos, mais os barcos dos cruzeiros atracados, mais o turismo normal tradicional para entrarmos em rutura ou entrarmos em situação de grande dificuldade na resposta', acrescentou." (Lusa, 2018 c, para. 6)

À medida que o volume de eleitores encolhe e o número de visitantes aumenta, torna-se mais explícita a ambiguidade no que respeita ao destinatário preferencial da ação pública do Estado. O crescente número de reclamações feitas na junta por parte de turistas que passam pela capital parece ser uma prova disso mesmo. Estas abrangem, desde questões relacionadas com a higiene urbana e manutenção de espaço público, mas também as relativas aos problemas causados pelo excesso de turismo. O visitante exige respostas às autoridades públicas, tal como se fosse um cidadão ou contribuinte do país.

"Temos realmente poucos residentes mas trabalhamos para muitas pessoas. Porque os

estrangeiros também estragam, também sujam, como nós, noutros países. E reclamam! Vem reclamar à junta, pessoas que estão cá de férias. Às vezes enviam email para a junta a dizer, 'estive em Portugal, voltei no domingo e tenho a dizer que não gostei de ver o lixo nas ruas da Mouraria, não gostei que o parque infantil tivesse folhas no chão' (...) sobretudo Europeus (...). Falam muito sobre higiene urbana (recolha de lixo e lavagem das ruas) e sobre a manutenção do espaço público, os bancos, o corrimão, o degrau que está escorregadio. Depois fazem reclamações que já não tem nada a ver com a junta, por exemplo: 'era insuportável uma fila de três horas para entrar no Castelo de S.Jorge ou no elétrico 28' (...) 'estávamos num hotel e quando saíamos tínhamos vários tuktuks estacionados e não conseguíamos movimentar-nos', por exemplo. As reclamações abrangem tudo" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

Apesar de Lisboa ter ganho o prémio de Capital Verde Europeia em 2021, pelas boas práticas de sustentabilidade seguidas pelo município, avolumam-se os problemas ambientais decorrentes do aumento dos fluxos turísticos. Para além da higiene urbana destacam-se outros riscos com efeitos potenciais para a saúde. O novo terminal de cruzeiros (2017), um investimento de 50 milhões de euros, recebe por ano, 300 navios de cruzeiro e 600.000 pessoas, sendo o sexto terminal mais poluente da Europa. O volume de emissões de dióxido de enxofre (SO_2) produzido pelo seu funcionamento é 86 vezes superior à emissão da totalidade dos automóveis que circulam no país. No que respeita à poluição sonora, destaca-se as zonas envolventes ao aeroporto de Lisboa, onde se verificam valores acima do limite, situação agravada pelo aumento do número de voos noturnos autorizados (Faget, 2019). O problema do ruído, generaliza-se contudo, a todo o município, como prova a criação de um grupo de denúncia de excesso de ruído na rede social Facebook – 'Menos Barulho em Lisboa. Plataforma para a qualidade sonora em Lisboa' – que conta com mais de 3000 seguidores. Embora advogue o caminho da sustentabilidade, o Estado parece negligenciar os efeitos nefastos da sobrecarga de visitantes na cidade.

Relativamente ao aumento das atividades turísticas, são realçados, em simultâneo, alguns aspetos positivos, no que respeita à criação de emprego (ainda que pouco qualificado) bem como à inversão do ciclo de abandono e degradação da capital, através da reabilitação do espaço público e do edificado. A mercantilização da habitação através da exploração intensiva do alojamento local, e a sua tradução na crescente inacessibilidade da população ao mercado de arrendamento, assume, contudo, especial preponderância no que respeita às preocupações do executivo local.

"Importa esclarecer, o turismo teve um impacto muito positivo na freguesia a vários níveis. Mas depois também teve um impacto igualmente negativo (...). A nível de impactos positivos, um estímulo enorme à economia, à criação de emprego, aumento dos rendimentos das famílias, algumas residentes na freguesia, outras não (...) depois ao nível do espaço urbano, da arquitetura e da reabilitação do

edificado. Olhar para a freguesia hoje e olhar para a freguesia antes deste grande fluxo turístico, não tem nada a ver (...) os prédios foram recuperados ou renovados e deu-se uso, ocupação, comércio... Há uma nova vida inclusivamente na cidade (...). Trouxe pontos negativos que se calhar na balança pesam mais (...). O nosso maior problema tem a ver com a sobre-exploração de uma atividade económica que advém do turismo que é o alojamento local. Somos conhecidos pela junta que está contra o alojamento local, isso não é verdade. O alojamento local é necessário, dentro do setor do turismo, se calhar é das atividades económicas que emprega mais gente da freguesia, porque são pessoas com poucas qualificações, e que acabam por fazer as limpezas, os check in's e check out's, os transfers, (...) mas o alojamento local, não são tendas que surgem na rua, são casas que são convertidas em alojamento local (...). Um número que pode ser interessante é, as casas que estavam disponíveis em Lisboa (...) para arrendamento de longa duração diminuiu de 2012 para 2017, 75%. Portanto em cinco anos há menos 75% de casas disponíveis para arrendar (...). Na freguesia no mesmo período, o preço do arrendamento médio de uma casa, aumentou em média, 36%, isto em toda a freguesia. Se pensarmos em Alfama e Mouraria, este número não é real. Em alfama aumentou entre 60-70% (...). Em alfama é praticamente impossível alugar casa por parte de uma família com o rendimento médio. Isto é a realidade." (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

A conjuntura formada pela perda populacional e dificuldade de atrair novos moradores à freguesia, é enquadrada no âmbito deste incremento exponencial das frações destinadas a alojamento local e consequente redução do stock de habitação disponível para compra ou arrendamento de longo prazo, a preços acessíveis (ver Fig.51) São também referidas, a este propósito as alterações ao Novo Regime de Arrendamento Urbano (Lei nº6/2006, 27 de Fevereiro) realizadas em 2012 (Lei nº31/2012, 14 de agosto), pela então ministra Assunção Cristas. Tendo como objetivo a liberalização das rendas, acordada no âmbito da Troika, esta lei permitiu aumentar as rendas e agilizar o processo de despejo, diminuindo os prazos de comunicação e resposta no âmbito de atualizações/denúncias de contratos, e eliminando o papel da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto árbitro de avaliação da necessidade de abandono do locado por motivos de obras profundas. A aquisição de edifícios inteiros por fundos imobiliários, bem como esta última disposição legal, facilitou a saída de moradores com mais de 65 anos – uma parte substancial dos residentes no centro histórico, que no âmbito da mesma lei, estariam protegidos legalmente da quebra de contrato ou do aumento exponencial dos valores de arrendamento (Santos, 2021).

"A exploração excessiva e desadequada do alojamento local, trouxe-nos o problema mais grave da freguesia neste momento, que é o problema da habitação. Não conseguimos meter novas pessoas a morar na freguesia, porque as pessoas não conseguem suportar os custos da renda da casa ou de adquirir uma casa na freguesia (...) Depois estamos a perder população que é forçada a sair. Alguns por despejo direto, outros porque termina o contrato e não é renovado, outros porque se alega que a

casa precisa de obras...(...). Havia uma figura que era muito importante e tinha um papel decisivo que era a câmara municipal. Ou seja, o proprietário e o empreiteiro ou arquiteto, faziam um plano que entregavam à câmara, e tinham que justificar que as pessoas que viviam naquele prédio tinham que sair. A câmara dava ou não dava o aval, consoante a avaliação que fazia. A câmara saiu do circuito, e portanto passou a ser uma coisa decidida entre o proprietário e o técnico responsável pela obra. O técnico responsável pela obra é pago pelo proprietário....e portanto o técnico que vai ganhar dinheiro não vai dizer que aquela obra não é preciso ser feita. Isto é real, a figura da câmara, saiu do circuito e foi recuperada recentemente (...) Entre 2016 – 2017, há uma percentagem muito grande, de pessoas que saíram das suas casas, sob este pretexto, sobretudo pessoas com qualificações menos elevadas. O senhorio diz que tem que sair, a pessoa chora muito mas acata a decisão" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

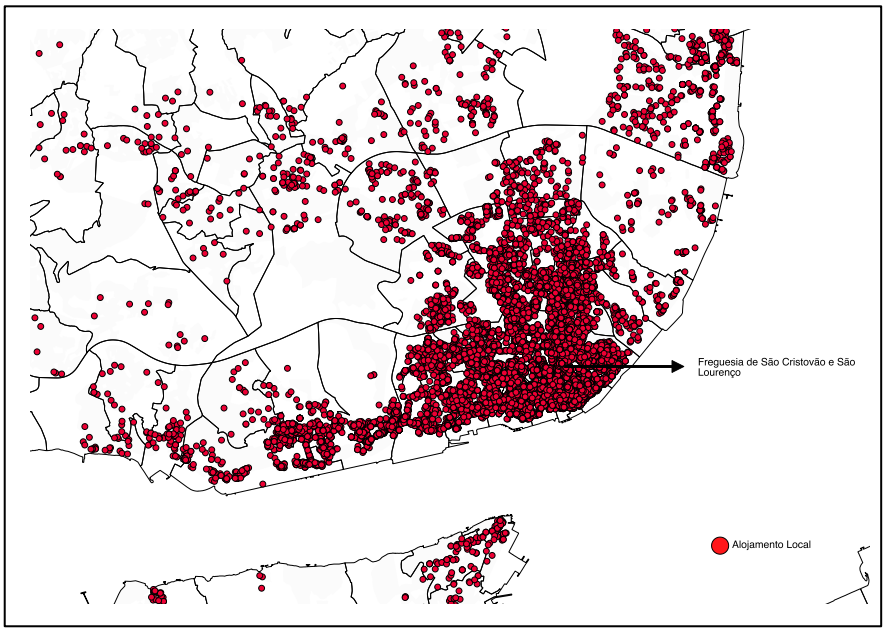


Fig. 51 – Lisboa. Georreferenciação de Alojamentos Locais em 2021 com base na informação disponibilizada pelo turismo de Portugal
(fonte: https://dadosabertos.turismodeportugal.pt/)

A pressão imobiliária e turística sobre as camadas mais idosas e/ou vulneráveis da população residente em Lisboa, parece não se ter esgotado no âmbito das batalhas judiciais, abrangendo, inclusivamente técnicas de Bullying por parte dos proprietários e investidores, com o objetivo de vencer pelo cansaço os moradores que resistiam a sair. Em 15 de agosto de 2018, noticiava o jornal Expresso no âmbito do artigo 'Estas casas não são para velhos':

"Há senhorios que usam todo o tipo de golpes baixos para expulsar os inquilinos. De cortes de água, luz e gás a corrimãos arrancados. Os esquemas multiplicaram-se com a pressão turística. Moradores falam em bullying e em filmes de terror (...). De uma noite para a outra, vários metros de

corrimão foram arrancados à força de um prédio da Baixa lisboeta. Uns quilómetros mais acima, no Bairro Alto, desapareceram misteriosamente as escadas da entrada de um edifício a cair aos bocados, que veio a ser transformado em alojamento local. Perto do Rato, janelas e telhados foram partidos, e nunca mais arranjados, deixando a chuva entrar por todas as divisões. Lâmpadas, fios e casquilhos também se evaporaram dos espaços comuns. Na zona do Castelo, sempre que o único inquilino de um prédio degradado sai à rua encontra mais um bilhete ameaçador de despejo. Em alguns casos, a luz, a água e o gás são cortados sem aviso, deixando inquilinos às escuras e sem as condições mínimas de sobrevivência (...) Na freguesia de Santa Maria Maior, que reúne as zonas do centro histórico de Lisboa, há uma dezena de casos documentados do chamado bullying imobiliário em que as vítimas são sobretudo idosos de poucas posses " (Franco & Baião, 2018, para. 1)

Perante a inacessibilidade dos preços da habitação e o crescimento abrupto do número de processos de despejo, aumentou também a mobilização social em torno do tema da habitação e do direito à cidade. Associações como a 'Habita – Associação pelo direito à Habitação e à Cidade', ou coletivos como: 'Morar em Lisboa' - Por uma nova política de habitação'*;* 'Stop Despejos', 'Rock in Riot' entre outros, acompanharam casos, divulgaram testemunhos e promoveram protestos de forma a exigir soluções políticas face às novas dinâmicas urbanas de gentrificação.



Fig. 52 – Manifestação Rock in Riot – Ocupar as Ruas, Reclamar a cidade (do autor, 2017)

É também exemplo desta mobilização social, a luta de moradores, alvos de processo de despejo, no sentido de superarem a invisibilidades a que foram sujeitos por parte dos poderes públicos, tornarem visíveis os seus problemas às autoridades públicas, como noticiado pelo Diário de Notícias, relativamente aos habitantes do n.º 25 da Rua dos Lagares na Mouraria:

"Dezasseis famílias de um prédio da Mouraria, em Lisboa, organizaram hoje uma sardinhada

solidária para alertar para o processo de despejo que enfrentam, garantindo que vão 'continuar a lutar até ao fim' para ficar no bairro (...). Em causa estão '16 famílias, 40 pessoas, onde se incluem crianças e pessoas idosas que vivem neste prédio da Mouraria e que estão todas em processo de despejo, depois do imóvel ter sido vendido a um investidor que pretende abrir um espaço de alojamento local(...). Aproveitando a noite de Santo António, os moradores fizeram quadras populares para sensibilizar a comunidade para a situação: 'Temos o destino marcado / Temos ordem de despejo / Queremos ficar no bairro / É esse o nosso desejo', 'Gostava de dizer ao senhor Medina / Que tanto gosta de passear / Faça mas é um esforço / E arranje-nos um sítio para morar', 'Santo António milagreiro / Santo António do meu bairro / Faça com que a Câmara / Nos dê uma casinha no bairro', 'Santo António meu santinho / Que estás no teu altar / Sabes bem que nós vizinhos / Não vamos parar de lutar' " (Lusa, 2017 a, para. 1)



Fig. 53 – Sardinhada Solidária – Rua dos Lagares, Mouraria (do autor, 2017)

As exigências da população, relativamente ao problema da habitação, tiveram como consequência a criação de um gabinete de apoio jurídico na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Estes revelou-se, contudo, insuficiente para proteger e estancar a saída de moradores, em função da celeridade dos processos de transformação turísticos e imobiliários, e de um quadro legislativo, facilitador das ações de despejo, particularmente penalizador da população mais idosa e mais vulnerável.

"De 2014, até março de 2018, tivemos 874 pedidos relacionados com habitação (...). Destas 874 famílias, pelo menos, 700 agregados familiares saíram (...) o que dá no mínimo 1400 pessoas, porque a maior parte são...ou é um idoso que vive sozinho, ou um casal ou uma pessoa com um ou dois filhos (...). Foi um processo muito rápido - rápido em dois sentidos, no sentido de cada caso e na forma como o processo afetou a globalidade da freguesia (...). De 2016-2018, tivemos esta perda massiva de

pessoas e o processo legislativo, e das entidades que podem atuar neste processo, que não é a junta...é o governo e a câmara municipal (...) demoraram muito tempo a agir (...). Desde 2016 começamos a fazer um trabalho junto da comunicação social, do Governo, da câmara municipal, nesta matéria. Alertar para: 'isto é preciso, é positivo mas está a trazer-nos problemas muito graves a todos'. E hoje já não é uma coisa exclusiva de Santa Maria Maior, já se estendeu a outras freguesias, e temos no Porto e no Algarve, problemas muito semelhantes (...) O problema cresceu muito mais depressa do que a resposta que se conseguiu dar e depois, é rápido caso a caso, cada pessoa. Porque uma senhora de 80 anos, receber uma carta a dizer: que não vão renovar o contrato ou que vão aumentar a renda, de 100 euros para 650 (...) e a senhora tem 30 dias para responder, se não, aceitou...isto é uma sentença de morte. Uma senhora de 80 anos não vai responder em 30 dias (...) O tempo passa muito depressa e a pessoa quando dá por isso já tem à porta a polícia para despejar. Portanto é um processo muito rápido nos dois sentidos, ou seja, tudo na lei permite que seja muito rápido tirar uma pessoa da sua casa" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

Para além da criação de um gabinete de apoio jurídico, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior foi particularmente ativa na mobilização mediática e política em torno da crise habitacional sentida nos bairros históricos. De destacar o estudo solicitado à 'Quaternaire' (em parceria com outras duas freguesias), referido anteriormente, bem como a organização da iniciativa pública 'Os rostos do despejo' onde foram apresentados um conjunto de testemunhos socialmente diversificados relativos a processos de expulsão de moradores. A invisibilidade destas populações, face a níveis superiores de governação (município e governo), 'obrigou' assim o primeiro ponto de contacto dos cidadãos com o Estado (Junta de freguesia), a agir na defesa dos seus interesses.

"O maior problema de longe na freguesia é a habitação (...) Todos os outros problemas nós conseguimos ir lidando e gerindo. (...). Com a habitação não conseguimos. O que nós conseguimos é fazer pressão através de um conjunto de iniciativas que estimulem as entidades competentes a agir. Fizemos um estudo sobre o fenómeno em conjunto com a freguesia da Misericórdia, mas (...) o mais importante foi a iniciativa 'O rosto dos despejos'. Foi feita no palácio da independência. Convidámos membros do governo, membros da câmara municipal de lisboa e a população em geral. Tivemos o testemunho de cerca de vinte pessoas que foram em representação das suas famílias. No mesmo dia tivemos resposta do governo (...) Conseguimos 20 pessoas para falar porque umas não tinham disponibilidade e outras não queriam dar a cara, porque, eu expliquei logo, isto vai ter repercussões mediáticas (...) este era o grande objetivo, porque nós já não conseguíamos fazer mais por aquelas pessoas. Então tínhamos que fazer com que alguém as visse. Portanto, o presidente da Junta, não quis saber que o governo era do PS [Partido Socialista], não quis saber que a câmara municipal era do PS. Quis saber que já não podia fazer mais por aquelas pessoas. E avançámos. E acho que nem ele próprio, acreditava que a iniciativa ia ter o impacto que teve, porque no mesmo dia, o presidente da

junta recebeu uma mensagem do líder de bancada do partido socialista a dizer, vamos agir " (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

A resposta, contudo, seria tardia, face aos efeitos da marginalização das populações no plano das políticas públicas e da legislação em vigor, e consequente despoletar de dinâmicas de periferização física, cujo raio foi sendo alargado, à medida que as pressões turísticas e imobiliárias se acentuaram e se foram difundido ao resto da AML. Neste âmbito é realçado na entrevista, o facto desta periferização, ser simultaneamente uma periferização social e económica, devido aos constrangimentos familiares decorrentes do colapso das redes de vizinhança, do aumento insustentável dos custos de deslocação casa-trabalho, bem como da incerteza implicada na alterações das rotinas escolares.

"Em 2016, as pessoas saiam das suas casas mas ainda conseguiam permanecer na sua freguesia (...) porque ainda havia algum equilíbrio (...). Em 2017, à exceção do último trimestre, as pessoas saíam do bairro, saíam da freguesia, algumas conseguiam ficar em Lisboa. Mas Lisboa, estamos a falar de Marvila, Lumiar, porque são zonas que ainda estão dentro da cidade e os preços são um bocadinho mais baixos (...) Em 2018 é praticamente impossível ficar em Lisboa. Inclusivamente é muito difícil na margem sul, porque os preços na margem sul (...) dispararam também (...). Nós temos pessoas que vão viver para Alverca, para Odivelas, para Loures, para a Amadora, mas mesmo aí os preços já não são a mesma coisa. Depois não conseguem ir para muito mais longe, porque por exemplo, eu não vejo uma família de Alfama que recebe o ordenado mínimo, e que o marido faz uns biscates... e vão morar para Mafra onde eu vivo. Porque não conseguem suportar 160 euros de passe, mais a renda, é impossível, Portanto estas pessoas ficam sem alternativa. E acontecem casos, como o que passou ontem nas notícias, de uma pessoa com duas filhas que ocupou um apartamento em Telheiras. Acontecem muitos casos desses. O caso já é muito repetido, porque, as pessoas veem-se sem alternativa (...) Antes as pessoas diziam, tenho que sair da minha casa, tenho que procurar outra em Alfama, menos mal...tenho que sair da minha casa tenho que procurar outra em lisboa, mal já, porque perdem as redes de vizinhança, o apoio familiar de quem vive ao pé, tem que mudar os miúdos de escola, às vezes, para o trabalho não dá porque aumenta os custos em transporte, portanto é uma teia, que quem está de fora, às vezes, não consegue fazer a avaliação, de o quanto isto afeta a vida das pessoas. Às vezes não é a casa em si, o problema não é a casa, podia ser a casa ao lado. O problema é a vida da pessoa que muda completamente." (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior,2018)

Como observado, a expulsão de uma casa é também a expulsão da vida quotidiana, das redes de sociabilidade e dos dispositivos de sobrevivência económica que se organizam em torno dela. A violência destes processos de marginalização, tem-se refletido no crescente número de ocupações de casas vazias, muitas delas correspondentes à habitação municipal. Estima-se que existam 800 fogos da Câmara Municipal de Lisboa, ocupados ilegalmente.

Alega-se que a resposta do Estado, tem sido o despejo destas famílias, por parte da GEBALIS, sem que seja providenciado o acompanhamento adequado – e previsto a nível legal, das carências sociais verificadas (Moreira, 2022).

"A Habita alega que, 'nos dias 19 e 20 de abril, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Gebalis [empresa que gere os bairros municipais] promoveu o despejo ilegal de cinco famílias residentes no bairro Carlos Botelho (Olaias), sem qualquer diálogo, alternativas ou acompanhamento social, e sem dar o tempo previsto por lei às famílias para se defenderem devidamente de forma legal ou para informarem sobre a situação económica e social em que se encontram'. Segundo a Habita, a notificação do despejo 'foi afixada nas portas das casas camarárias no dia 18 de abril' e 'menos de 24 horas depois' as famílias foram 'despejadas através de força policial' e sem 'acompanhamento social'. De acordo com a associação, a autarquia 'convidou as famílias a ligar para a linha de emergência social 144, que não oferece quaisquer alternativas de habitação adequada, e, assim, as famílias estão sem abrigo e em situação de extrema precariedade'(Lusa, 2022 c, para. 4)

Ainda no âmbito da entrevista, foram confirmados casos de agregados familiares obrigados a procurar soluções de habitação precárias, em bairros de barracas existentes na AML. Este dado permite deduzir que estes contextos urbanos se poderão estar a expandir, evidenciando uma crise da Habitação de magnitude assinalável. O modelo de políticas urbanas seguido, tendente à gentrificação da capital, e subsequente inflação dos preços imobiliários a nível metropolitano, traduz-se na reversão de direitos humanos básicos – como o direito a uma habitação condigna - algo contrário ao que está previsto a nível constitucional ou aos princípios de inclusão, que deveriam nortear um país democrático, no século XXI.

"É o que as pessoas conseguem... E sabe o que é preocupante nisso, é que são famílias, não é um jovem ou um casal. São pessoas com crianças, isso é que é grave. E é real. Não lhe sei dizer as percentagens, se foram três casos ou foram vinte, mas sabemos que é real, até porque temos crianças que continuam nas nossas escolas ou que estão nos nossos CAF (Centros de Apoio à família) e sabemos que isso acontece. Não sei qual é a dimensão. Acredito que isso não acontecesse à dois anos, e acredito que neste momento aconteça mais do que acontecia no início deste ano. É triste e é real" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)



Fig. 54 – Sem abrigo a dormir junto a um banco no Rossio (fonte: do autor, 2018)

Face ao questionamento sobre a capacidade de resolução dos problemas de habitação através de instrumentos de apoio público ao arrendamento, em concreto do Programa 'Porta 65' e 'Renda Convencionada', anteriormente referidos, foi realçada a sua falta de abrangência face ao perfil de necessidades sociais existentes, bem como, a reduzida disponibilidade de habitação pública mobilizada para este tipo de programas. A ausência de soluções robustas por parte do Estado é apresentada como um problema social, económico, mas também político. Esta opinião, semelhante à manifestada por outros atores locais, no âmbito dos diversos fenómenos de diferenciação territorial analisados nesta tese, remete para as consequências institucionais dos processos de marginalização por parte do Estado. Face inércia da ação pública no sentido da resolução dos problemas emergentes, decorre o descontentamento, o risco de conflito social e a penalização por via eleitoral.

"O problema é que a população mais afetada não é aquela que é abrangida pelo 'Porta 65'. Já são famílias em que os pais tem trinta e muitos anos, quarenta anos, e a população idosa. Por isso é que foi necessário criar os incentivos à habitação acessível, porque as pessoas não conseguem alugar casa em lado nenhum (...). A oferta ainda é suficiente e mais uma vez tardia. (...) Agora foram anunciados investimentos em São Lázaro, em Arroios, em Entrecampos... já teriam que estar prontos! Aqui em São Lazaro que é centro histórico já tinham que estar prontos. Em 2016 quando o problema surgiu começavam a construir, em 2017 as pessoas estavam ali. Portanto é o que eu digo, o problema avançou muito rapidamente, a resposta foi muito lenta (...). A câmara abriu agora novamente o programa de renda convencionada. Como é que explicamos às pessoas de Santa Maria Maior que há três casas na freguesia para onde estas pessoas todas se podem candidatar? Eu falei com uma

senhora que está desalojada, foi para uma casa de emergência da proteção civil. Eu disse-lhe, 'Olhe agora a câmara voltou a abrir concursos da renda convencionada... 'Ah é?'. Eu respondi: 'Há três casas em Santa Maria Maior'... ela desatou-se a rir à minha frente e disse: 'Eu acho que estão a gozar connosco'. A habitação é também um problema político, sobretudo em Lisboa, e os problemas políticos pagam-se muito caros. É mais caro o preço de um problema político do que uma manobra bem feita. Muito mais. Claro que aqui o problema maior não é o problema político, de todo, o problema maior é o problema social. A seguir vem o problema económico" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

A possibilidade de conter a nível municipal, a expansão do alojamento local, prevista na Lei n.º 62, de 22 de agosto de 2018 (alteração do regime de autorização de exploração de alojamento local), bem como o investimento previsto no âmbito da criação de habitação acessível no âmbito do programa 'Primeiro Direito' ou do programa 'Renda Acessível Lisboa' (PRA Lisboa*)*, são enquadradas enquanto soluções necessárias, mas que chegam com um enorme atraso. Os fenómenos especulativos do mercado imobiliário e o agravar do desfasamento entre o poder de compra da população portuguesa e a oferta de habitação existente – direcionada a uma procura crescentemente internacionalizada, demonstra também uma inércia política no que concerne à resolução estrutural dos problemas de acesso à habitação. A opção tomada, tanto em Portugal, como noutros países, parece ser a da mitigação das disfunções geradas no âmbito do mercado imobiliário, através de programas apoio público, ao invés de mecanismos de controlo e políticas de habitação, mais diversificadas, que efetivamente permitam regular o seu funcionamento. Deste modo, se protegem os lucros imobiliários dos atores privados e os fenómenos de financeirização urbana a nível internacional, prejudicando o interesse coletivo de parte substancial dos cidadãos e contribuintes. Casos como o da Suécia ou da Alemanha, onde existem efetivamente instrumentos de controlo do mercado da habitação, bem como sistemas robustos de provisão da habitação por parte do setor público e cooperativo, ou mesmo do Canada, em que foi proposto o impedimento de aquisição de imobiliário por parte de cidadãos estrangeiros, durante dois anos, deviam constituir exemplos de soluções a serem estudadas, no âmbito da emergente crise da habitação a nível global, que assume especial gravidade em Portugal (Crawford, 2021).

"Entretanto, em julho foi criada uma lei que regula, que trás mais vantagens ou proteção ao nível da habitação acessível, e agora recentemente, as leis que regulam o alojamento local e as restrições ao alojamento local (...). Vêm tarde...as medidas que foram agora aplicadas não tem efeitos retroativos (...). Dentro do âmbito da habitação, vamos estancar o problema e vamos apoiar as famílias que necessitam de uma casa e não conseguem fazer face aos preços de mercado atualmente. E vamos criar mais habitação acessível. Isso vai ser feito pelo Governo através de um programa 'Primeiro Direito'

que está no orçamento do Estado deste ano e que vai ter uma verba de muitos milhões de euros (...). Perceberam que o problema tem uma dimensão mesmo grande, mas quer dizer, os problemas de raiz mantem-se (...). O alojamento local vai continuar a ser uma atividade de habitação e não uma atividade comercial, isto faz toda a diferença, porque um apartamento é convertido em alojamento local porque é habitação, se fosse comércio, tinha outro tipo de fiscalização, outro tipo de regulamentação, outro tipo de impostos (...). Vai continuar a haver especulação do mercado, vai continuar a haver uma desadequação enorme, entre os rendimentos das famílias nestes locais e a oferta. Portanto, tudo isto é útil, é necessário mas claramente insuficiente e tardio (...). O que é que vai acontecer? Se calhar, em 2019 já não vamos ter tantos atendimentos do apoio jurídico para habitação como tivemos em 2018. Porquê? Porque as pessoas já saíram, e porque o problema foi estancado " (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

A transformação de uma cidade em produto turístico-imobiliário, para além dos efeitos irremediáveis sobre o tecido social (redes de vizinhança e sociabilidades de bairro) determina também a obsolescência e desaparecimento do comércio tradicional, sendo que a sua estrutura económica se reorganiza em função das novas procuras urbanas. A rarefação dos serviços e equipamentos de suporte à população residente é também uma consequência deste processo.

"Uma coisa que podemos apontar já, de caras e que tem acontecido em toda a freguesia é a queda do comércio tradicional. O talho, a peixaria, a mercearia, a costureira, todos estes serviços necessários e prestados pelo comércio tradicional, tem caído de forma abrupta (...) e na zona da mouraria, nota-se uma diferença muito grande...precisa de um talho, de uma peixaria, de comprar uma fruta e não existe. Em São Cristóvão e São Lourenço há uma senhora que resiste ao pé da igreja mas deve ter um lucro mínimo, pelo trabalho que faz, mas está na freguesia à décadas (...). São Cristóvão e São Lourenço não era uma zona que tivesse muita oferta ao nível da restauração, e essa oferta tem aumentado ao longo do tempo, fruto da procura na zona. É uma zona que agora é mais procurada pelos turistas, mas também pelos jovens para diversão noturna (...). Lojas relacionadas com cultura, artesanato, galerias, é uma coisa que também se vê e que não se via. É uma novidade ali, também porque as pessoas que transitam naquelas ruas, não são as mesmas. Porque... abrir uma galeria para a senhora que trabalha na mercearia da igreja se calhar não faz muito sentido, mas para as pessoas que vão para ali passear já faz sentido não é? (...) A nível de serviços, quase não há, não há um banco, correios (...) o mais próximo que tem do correio é a caixa do correio à porta de casa, não tem uma farmácia, não há um centro de saúde... tem que descer, portanto a nível de equipamento e de serviços, a freguesia de São Cristóvão e São Lourenço é muito deficitária. Isto para a população idosa é um problema muito grande" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)



Fig. 55 – Mercearia Adriano Duque Lda., junto à Igreja de São Cristóvão e São Lourenço (fonte: do autor, 2018)

Por fim, a redução das necessidades sociais da população, o aumento da autonomia da Junta de Freguesia (em termos orçamentais e de gestão do espaço público), bem como um modelo urbano mais equilibrado no que respeita à conciliação entre as dinâmicas turísticas e residenciais estão entre as expetativas futuras identificadas pela administração local. Em suma, parece haver a recusa de um regresso a uma 'cidade fechada' sobre si própria, mas também uma recusa do modelo atual - uma cidade que se esvazia de habitantes, que perde a sua autenticidade e se torna, cada vez mais, num mero cenário desenhado para agradar os seus utilizadores preferenciais - os viajantes.

"Gostava de ver o orçamento dedicado à ação social, muito reduzido, porque isso significaria a resolução dos problemas a esse nível. Gostava de ver uma maior delegação de competências da Câmara Municipal, na Junta de Freguesia, acompanhada do respetivo montante (...) portanto que a junta não tivesse só funções limitadas, mas que pudesse decidir efetivamente sobre o espaço público (...). Gostava de ver uma junta mais autónoma, com um orçamento mais alargado, e há varias maneiras de o financiar, através, por exemplo, da taxa turística. Gostava de ver uma freguesia habitada, o turismo podia perfeitamente manter-se, porque traz vida à freguesia, mas que fosse uma freguesia vivida, por todas as pessoas que aqui passam, que visitam, que trabalham, que moram. Vivida, habitada, segura e que continue a ser o cartão de visita do país, porque ia entristecer muito, a mim particularmente, mas também ao executivo desta junta, que daqui a 10 ou 20 anos, isto já não fosse a Lisboa, que hoje se vende, que é uma cidade dinâmica, cosmopolita, inovadora...mas que fosse dinâmica, cosmopolita, inovadora mas autêntica. Com o fado, com as tascas, com a vida de bairro. Que não se criem vidas

novas mas que se juntem as novas dinâmicas com aquilo que é a tradição" (Excerto de entrevista, Leila Alexandre, Responsável de comunicação da freguesia de Santa Maria Maior, 2018)

4.4.2.2 Mercês (Lisboa)

Caracterização Estatística

O segundo caso de estudo analisado no âmbito dos processos de gentrificação – freguesia da Mercês (hoje englobada na freguesia da Misericórdia), obteve um *score* de similaridade superior à freguesia anterior (10). Uma parte substancial das variáveis utilizadas para identificar este fenómeno, assumem valores extremos neste território, tendo em conta os valores observados para a totalidade de freguesias que compõem a AML (Percentil 80 ou Percentil 20).Relativamente às dinâmicas demográficas e de recomposição social destacam-se perdas significativas de residentes (-28,05%, percentil 20, 2011-2021) e, em simultâneo, as maiores variações de população com ensino superior completo (+24,18%, percentil 80, 2001-2011) e de profissionais socialmente valorizados (+13,85%, percentil 80, 2001-2011). Destaca-se ainda, no que respeita à atratividade da freguesia, a elevada variação de população residente estrangeira (+8,37%, percentil 80, 2011-2021). A freguesia apresenta uma elevada proporção de edifícios históricos (90,44%, percentil 80, 2011), de edifícios a necessitar de reparações ou muito degradados por localização geográfica (9,29%, percentil 80, 2011), de alojamentos vagos (25,92%, percentil 80, 2011) bem como, de alojamentos arrendados ou subarrendados (61,36%, percentil 80, 2011). O interesse patrimonial do edificado, o seu grau de degradação e vacância, o regime de ocupação transitória dos locados constituiu a condição ideal para a mobilização do património imobiliário e consequente incremento dos retornos de investimento neste setor. Verificam-se assim as maiores variações do número de licenças de alojamento local concedidas (+3768, percentil 80, 2013-2020), assim como um proporção substancial de frações habitacionais em regime de alojamento local face à totalidade de alojamentos familiares clássicos existentes (16,48%, percentil 80, 2017). No que respeita ao valores imobiliários observam-se valores medianos elevados no que concerne a novos contratos de arrendamento (13,91€/m^2, percentil 80, 2020), taxas de esforço de arrendamento que superam os 100% (119,75%, percentil 80, 2019) bem como variações significativas no valor mediano de venda de novos alojamentos (+2456€/m^2, percentil 80, 2016-2020).

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

A entrevista realizada no contexto da freguesia da Misericórdia (que engloba a antiga freguesia da mercês), permitiu constatar dinâmicas semelhantes às observadas na freguesia de Santa Maria Maior (que engloba a antiga freguesia de São Cristóvão e São Lourenço). A perda e envelhecimento da população, assumem uma preponderância evidente, no que respeita às preocupações da administração local. Começam por ser descritos diferentes ciclos de repulsão e atratividade da freguesia ao longo do tempo. Um primeiro momento de declínio populacional corresponde às dinâmicas de expansão metropolitana, determinada pelo boom de crescimento urbano, suportado no crédito à habitação e nas novas procuras urbanas (década de 1990). Já na década de 2000, destacam-se tendências (embora ligeiras) de regresso ao centro histórico, determinadas por estudantes e jovens adultos em início de carreira, bem como por fluxos imigratórios associados à oferta de emprego na freguesia (ex. restauração e negócios noturnos). Por fim na sequência da crise de 2008, o aumento dos fluxos emigratórios traduziram-se de novo numa quebra da população residente. Apesar das fases de declínio populacional, esta descrição parece refutar o argumento de perda contínua de população no centro histórico, muitas vezes apresentado enquanto justificativa para as novas dinâmicas urbanas de gentrificação.

"Nós temos vindo a perder muita população, por várias razões (...) Nos anos 90, com o boom do crescimento da construção civil, do crédito bonificado, as famílias abandonaram o centro da cidade de Lisboa, para procurar outras zonas da AML, o que fez explodir novos centros urbanos (...). Essas populações que (...) deram origem a novos municípios, poderiam estar a viver aqui. Mas porque não tinham habitação própria ou porque não quiseram estar a investir na cidade velha ('pôdre') , foram procurar fora. Isto envelheceu parte da freguesia no seu todo (...). No príncipe real, na praça das flores, na bica...havia ainda um viver habitacional (...). O que aconteceu tanto com o Bairro Alto como na Bica foi: as pessoas mesmo saindo à procura de novas habitações e de melhores condições de vida, traziam sempre os filhos e tinham sempre esta relação com o bairro. Depois o que foi acontecendo ao longo dos anos, foi uma nova geração (...) que procurou Lisboa, para se fixar, para dividir casa entre amigos, para terminar os estudos académicos, para o início de carreira. Isso aconteceu ai no início do ano 2000 – 2005 (...). Nós começamos a sentir esta procura e o aumento das rendas da habitação a partir de 2010. Mas ainda só para comércio interno, para procura interna. Tivemos também a chegada de muitos imigrantes, principalmente do Brasil, depois dos imigrantes de leste (...). Porque é que se fixam aqui? Porque estão muito perto da oferta de trabalho, essencialmente da restauração (...). Viviam aqui com as famílias, até tivemos uma fase que era um pouco o 'regime de cama quente'. Isto é acordavam uns e dormiam outros (...). Mas depois a crise leva a que as pessoas imigrem, leva-as a ir embora, o que se traduziu outra vez numa quebra enorme da população jovem que poderia eventualmente fixar-se aqui, casar-se aqui, ter filhos aqui. Depois veio a nova lei das rendas " (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

Mais recentemente, a confluência de medidas políticas tomadas na sequência da crise

financeira, nomeadamente: alteração ao novo regime de arrendamento urbano (NRAU, Lei nº31/2012, 14 de Agosto), os incentivos à reabilitação, os elevados retornos proporcionados pela atividade de alojamento local ou os Vistos Gold estão entre os fatores apresentados para o declínio demográfico da freguesia, a expulsão da classe média, bem como o extremar das assimetrias neste território.

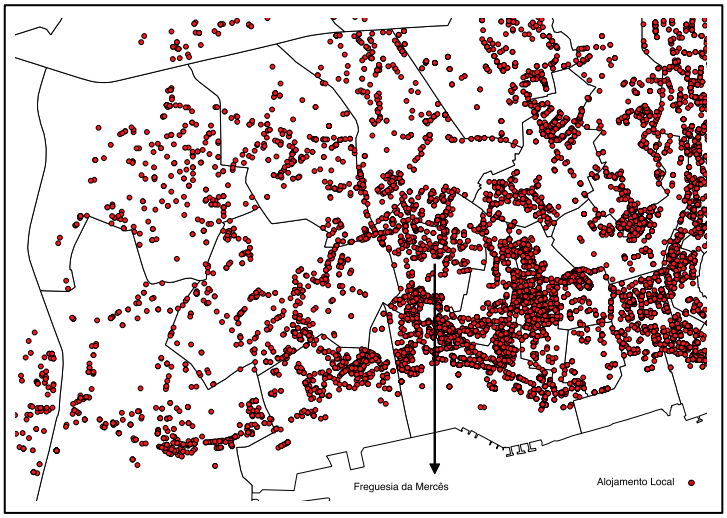


Fig. 56 - Freguesia de Mercês. Mapeamento dos Alojamentos Locais registados **em** 2021 com base na informação disponibilizada pelo Turismo de Portugal (fonte: https://dadosabertos.turismodeportugal.pt/)

À semelhança da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, a junta viu-se na necessidade de criar um gabinete de apoio jurídico, para responder ao aumento dos processos de despejo da população residente. Algo enquadrado pelo poder local, à semelhança da freguesia anterior, como uma consequência das alterações ao Novo Regime de Arrendamento Urbano (Lei nº6/2006, de 27 de fevereiro) realizadas em 2012 (Lei nº31/2012, de 14 de agosto). Os impactos observaram-se nas camadas de população mais idosas, mas sobretudo na população mais nova - obrigada a abandonar a freguesia ou incapaz de lhe aceder em função dos preços praticados no mercado imobiliário. A sua desregulação e polarização em função dos elevados retornos da atividade turística e de uma procura cada vez mais globalizada, caracterizada por um poder de compra significativamente superior, teve como principal consequência a erosão do tecido habitacional da freguesia.

"A nova lei das rendas prejudicou toda a gente. Pior no caso dos mais velhos, porque os mais velhos não conseguiram perceber, porque os ajustes nas rendas transformaram-se em novos contratos (...). Eles que tinham contratos a longo prazo, que diziam que eles estavam naquela habitação desde 1940 passaram a dizer que estavam naquela habitação a partir de 2011-2012-2013 e que tinham dois anos para sair (...). Na Junta de Freguesia temos juristas, advogados para acompanhar, para apoiar,

naquilo que o executivo pode ajudar, mas não chegou...Isto fez com que muitas das pessoas tivessem que sair. Não os idosos, que até conseguimos travar (foram prejudicados mas não da mesma maneira), mas os mais novos (...) porque estavam em casas que eram dos avós e foram despejados, sem dó, nem piedade. E era aquilo que poderia ter mantido o tecido habitacional da freguesia (...). De repente tiramos as pessoas, deixámos de ter classe média (...). Esta não contenção do alojamento local...as pessoas viram no alojamento local, a galinha dos ovos de ouro, e portanto foi de loucos (...) foi uma conjuntura, o problema é que foi tudo ao mesmo tempo. Foi a lei que permite despejar, o retorno rápido do investimento, porque as pessoas perceberam que com o boom do turismo havia um retorno financeiro rápido aplicado na reabilitação urbana (...) Outra coisa que leva a isto é a venda, muitas pessoas aproveitaram e venderam a casa muito mais caras do que o preço pelo qual tinham adquirido e foram viver para a periferia (...) Há vários fatores. Depois esta questão de não haver taxas para o alojamento local, os vistos Gold e o facto de os estrangeiros poderem comprar (...) Isto leva-nos cada vez mais a esta diferença...continuamos com as diferenças económicas na freguesia. A freguesia é desigual, tem pessoas que podem pagar 12.000 euros por m^2 para viver e tem pessoas a viver com 200 euros por mês. Sempre houve bolsas de desigualdade na freguesia, no entanto, não eram tão extremadas. Aumentaram por via da crise e destas alterações todas que lhe seguiram" (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

Como observado, as disfunções sociais resultantes dos processos de gentrificação do centro histórico, são considerados, um resultado das opções políticas tomadas, no âmbito da estratégia de recuperação económica do país. Entre estas a liberalização do mercado de arrendamento, a promoção da atratividade (turística e de investimento) bem como o estímulo à reabilitação urbana. A conjugação entre as perdas salariais decorrentes da crise económica e as pressões imobiliárias subsequentes à reabilitação e rentabilização do edificado urbano – através do alojamento local, parecem ter-se traduzido, para além do extremar das assimetrias sociais na freguesia, numa diminuição da qualidade de vida da classe média, com impacto direto na saúde mental, no aumento dos comportamentos aditivos (consumo de droga e álcool) bem como das situações de pobreza e de dependência.

"Aumentámos a população com demência, com problemas psicológicos e os consumos também aumentaram muito (...) Tem a ver com o facto de as pessoas (...) encontrarem refúgios. De repente as pessoas tinham a sua qualidade de vida, porque é assim: se eu tenho uma casa de 1000 euros é porque posso pagar uma casa de 1000 euros, mas se de repente me tiram metade daquilo que eu ganho, ou se duplicam a renda da minha casa, eu não consigo (...). Nós tivemos aumentos de 300% nas rendas (...). Vemos o aumento dos consumos e com isso o aumento da pobreza, o aumento da necessidade dos subsídios, das dependências de ajuda alimentar. Este enrolar-se numa despesa, tentar manter a qualidade de vida, rebentou nos últimos anos, por vias que não eram as melhores. Isso nota-se aqui na junta, nos atendimentos de ajuda psicológica (...). Neste quadrado da freguesia notava-se que viviam pessoas com algum dinheiro. De repente deixam de poder pagar (...). Deveriam ter havido medidas e são medidas que têm que vir da parte de quem governa (...) a medida mais fácil de

fazer esta lei (nova lei do arrendamento), sem pensar, porque foi sem pensar, foi a de matar verdadeiramente as cidades (...) foi a medida de: é preciso renovar, é preciso que as pessoas tenham rentabilização, é preciso haver incentivos à reabilitação... era preciso cotização e vantagens até para quem queria manter família. Assim nós mantínhamos as cidades. Lisboa neste momento perdeu muita gente (...) nós temos a mania de nos compararmos com outras cidades, e bem, é bom que se compare, mas já que se compara, então porque é que cometemos o mesmo erro? " (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

Recordemos a expressão utilizada pela presidente da junta relativamente à nova lei da rendas, considerando-a responsável pela 'morte das cidades'. Uma referência que nos remete para a obra "Vida e morte das grandes cidade americanas" em que Jane Jacobs defende a diversidade social e a complexidade urbana como o espelho de uma cidade democrática, acessível a todos, por oposição à cidade homogeneizada, especializada e elitista (Jacobs, 1961).Tal como no caso anterior, o primeiro suporte às vulnerabilidades socioeconómicas emergentes, decorrentes do aumento súbito do custo de vida, tanto no que respeita às despesas de habitação, como de serviços e comércio é dado pela Junta de Freguesia através do seu fundo de emergência. Este revela-se, contudo, limitado face à gravidade dos problemas que afetam a população residente.

"Nós temos fundos de emergência, estes fundos de emergência, ajudam a pagar umas rendas, água e luz. Quando dizemos que a ação social está focada neste lado, está mesmo neste lado. A questão é que não há fundo que permita combater...pagar contas não é? Isso não há, não há como. Uma coisa é eu não conseguir pagar um mês de renda, se eu não poder, o fundo de emergência ajuda a pagar, mas se tiver um problema grave? Alguém que fique doente...é horrível (...) Temos o desperdício zero que é da distribuição de alimentação, temos uma loja social, onde o dinheiro reverte todo para este fundo. Temos apoios aos bebés, temos apoio aos alunos, depois vamos procurando mais, há umas candidaturas 2020 também para a intervenção social " (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

Se relativamente aos processos de crescimento turístico e de requalificação da capital, a avaliação é considerada positiva, pelo contrário, destacam-se negativamente, as dinâmicas de exclusão social decorrentes do aumento das dificuldades de acesso à habitação. À semelhança da entrevista anterior, as medidas anunciadas em 2018-2019 (ex. contenção do alojamento local através de moratória municipal (2018), incentivos em sede de IRS para contratos de arrendamento de longa duração) são consideradas maioritariamente como um elemento mitigador, e não como uma solução estrutural, capaz de inverter a perda irremediável de população ocorrida nos últimos anos. É referido adicionalmente o facto de instituições como o próprio município, companhias de seguros ou a 'Santa Casa da

Misericórdia' terem alinhado no jogo de mercado e alienado parte do seu património imobiliário a investidores estrangeiros – algo que poderia ter sido útil para fazer face às carências verificadas.

"O turismo é uma ajuda enorme para o país, eu acho que Lisboa, não caiu numa pobreza profunda porque teve este boom, mas neste momento é tudo muito caro (...). Agora que já fizemos um estrago grande, vamos ter que inventar leis para condicionar isto. Relativamente ao tecido habitacional não houve campanhas, não houve propostas, não houve um estudo a dizer, é preciso que os senhorios e os proprietários tenham vantagens, mas as vantagens não podem ser, façam o que quiserem com os vossos prédios (...). Temos uma reabilitação urbana fantástica (...) e nós tínhamos zonas muito degradadas (...) haviam prédios em frente à Assembleia da Republica que não tinham casa de banho (...) estamos a falar de uma realidade de 2012 (...) mas, tinha que haver outro lado... agora vamos tentar remediar, mas perdemos muita população (...). E o que é que nós vamos fazer quando não tivemos população? Este é o grande problema que nós temos na freguesia. As medidas que vem agora...quer dizer, mais vale fazer do que não fazer, mas a fatura é muito cara (...). É tentar que haja uma taxa limite para aquilo que pode ser alojamento local, tentar que haja incentivos ao proprietário, também para poder alugar em regime de longa duração, é tentar baixar as rendas, porque nós não temos ordenados para pagar as rendas que se querem praticar neste sítio (...). Eu acho que a câmara municipal de Lisboa em parceria com a 'fidelidade' ou companhias de seguros que tinham imóveis, que começaram a vender a grandes grupos de chineses, travaram...e estão agora a deixar ficar para arrendamento e a 'santa casa' também, que é uma entidade que tem muito património" (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

O facto é que estes processos acabariam por não ser travados. O caso da alienação de património por parte da seguradora 'Fidelidade' é particularmente emblemático das consequências da persecução de políticas neoliberais, durante o período de assistência financeira e do seu impacto negativo na proteção do *bem comum* - onde se inclui o direito à habitação e o direito à cidade. No âmbito do processo de privatização de empresas públicas, o grupo chinês 'Fosun', adquiriu em 2014, 80% do capital da 'Fidelidade Seguros' que pertencia a uma empresa do Estado – Caixa Geral de Depósitos, demonstrando desde logo a intenção de alienar uma parte dos imóveis que esta dispunha em carteira. Pare esse efeito e socorrendo-se das alterações feitas ao NRAU (2012) pelo mesmo governo, iniciou em 2015, a renegociação dos contratos de arrendamento (incluindo aumento de valores e encurtamento de prazos), visando a aceleração deste processo (Rato, 2018). A magnitude dos procedimentos de despejo iniciados pela companhia 'Fidelidade', podendo afetar 1500 famílias no concelho de Lisboa, levou ao pedido de uma audição urgente por parte do município aos membros do conselho de administração da empresa, com o objetivo de esclarecer os processos de renovação dos contratos de arrendamento em curso e equacionar

a possibilidade da câmara municipal exercer direito de preferência no âmbito da venda dos imóveis. Em suma, o mesmo Estado que alienou os imóveis e criou as condições especulativas para a obtenção de maiores retornos por parte dos investidores privados, voltaria adquirir os mesmos, em condições muito mais desfavoráveis. Em Abril de 2018, a deputada independente Helena Roseta, declarava ao Diário de Notícias:

"De acordo com a deputada independente do PS Helena Roseta, 'um dos objetivos da audição da Fidelidade é saber o que é que se passa, o que é que estão a vender' (...) 'A Fidelidade é uma companhia de seguros pública que pertencia à Caixa Geral de Depósitos, foi privatizada em 2014. Já fiz diligências para tentar apurar as condições de privatização e não foi acautelada nenhuma espécie de proteção aos inquilinos da Fidelidade', adiantou Helena Roseta, indicando que a empresa já arrancou com 'a primeira ronda de negociações e já tem compradores interessados em todos' os imóveis, que exigem que não esteja ninguém a ocupá-los. Neste sentido, a Câmara de Lisboa já fez diligências para exercer o direito de preferência na compra dos imóveis da Fidelidade, avançou a deputada, que é também presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. "Admito que algumas das pessoas desta lista enorme nem sonham que este problema lhes pode bater à porta" (DN & Lusa, 2018, para. 6)

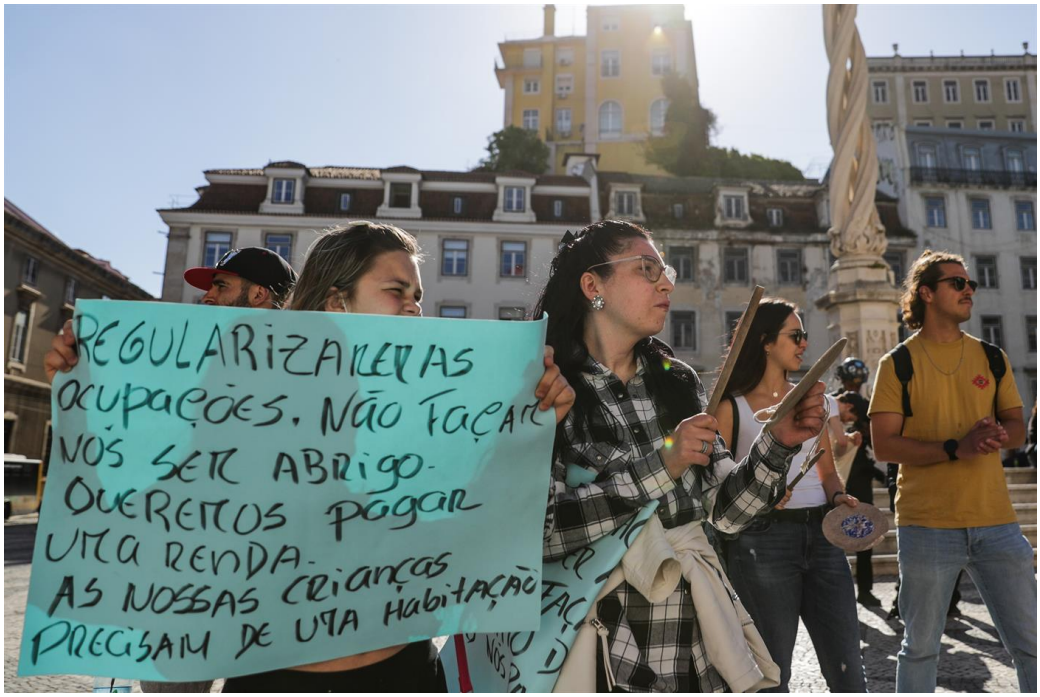


Fig. 57 – Protestos contra despejos em Lisboa (fonte: https://www.dn.pt/local/duas-dezenas-protestaram-junto-a-camara-de-lisboa-por-despejo-de-cinco-familias--14805287.html)

Em resposta, a companhia 'Fidelidade' determinaria que o direito de preferência por parte de inquilinos ou do município, teria que ser exercido sobre a totalidade do seu portfolio imobiliário, no valor de 425 milhões de euros, e não sobre cada fração habitacional

isoladamente, inviabilizando assim do ponto de vista económico, a possibilidade de exigência de direito de preferência quer pelos arrendatários, quer pela Câmara Municipal de Lisboa, cujo orçamento anual ronda os 900 milhões de euros. No final, todo o processo seria concretizado com a venda de 2000 imóveis da 'Fidelidade' em todo o país ao fundo de investimento 'Apollo' (Ferreira, 2018; Francisco, 2018).

Os processos de recomposição social que acompanham os fenómenos de gentrificação, traduziram-se, como referido anteriormente, no declínio demográfico, no agravamento das assimetrias sociais e na progressiva elitização da freguesia. No que respeita às dinâmicas de recomposição económica, é realçado o declínio do comércio e indústrias tradicionais, em prol do crescimento dos serviços criativos, bem como das atividades de comércio, lazer, restauração e alojamento orientados em função do crescimento exponencial da procura turística. Procura essa, que para além de provocar o encarecimento dos serviços, determina uma uniformização dos espaços comerciais e, por conseguinte, a desqualificação do património existente. Em suma, os fenómenos de diferenciação social ocorrem em paralelo com os processos de homogeneização urbana, que definidos, em função de consumidores internacionalizados e transitórios (viajantes), restringem, por via da polarização de rendimentos, o acesso da população residente a um conjunto de bens e serviços urbanos essenciais.

"As nossas atividades económicas são serviços. De indústrias, só temos indústrias criativas e são as 'startups', os 'co-workings'. (...). Serviços de artes e ofícios temos pouco. Temos poucos estofadores, tínhamos muitas tipografias no Bairro Alto, já não temos. Serviços de comércio e lazer, temos muito e muito caros. Temos comércio a retalho e temos um excesso gigante de restauração. Aumentou tudo, o comércio a retalho e a restauração. Infelizmente verifica-se uma não consciência patrimonial (...). E isto tem muito a ver com o facto de a nível do comércio e restauração ser tudo igual. As lojas com história perdem-se, o comércio tradicional começa a deixar de existir (...). As nossas atividades antigas já desapareceram (...) pior (...) foi que se destruiu o património, os balcões, a decoração, para por tudo igual (...). Nós entramos seja onde for, o toldo é preto com as letras brancas, é igual aqui ou noutro país qualquer (...). Isto descaracterizou a cidade. É tudo 'plástico' (...). Também temos os serviços ligados ao alojamento local. Isso aumentou e deve ter aumentado numa escala...temos muito mais camas (...) há prédios inteiros que são de 'Airbnb', há ruas em que 30% serão de habitação, o resto é tudo 'Airbnb'. Nós quase que não tínhamos hotéis, nem pensões, agora com esta nova realidade temos muitos hotéis, muitas pensões, muitas 'guest house', hostels. Temos um dos maiores hostels de Lisboa, com 150 camas, na rua do século. O hotel do bairro alto (...) está todo em obras (...). Era um prédio passou a um quarteirão" (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

No que concerne às dinâmicas de 'gentrificação comercial' na freguesia em análise, em

particular no Príncipe Real, importa referir o caso da promotora imobiliária 'EastBank'. Esta empresa, de origem Norte-Americana, foi responsável, na década de 1990, pelo ressurgimento imobiliário do bairro Georgetown – uma zona de Washington que estaria em declínio, socorrendo-se para isso da aquisição de imóveis com vista à sua revitalização comercial. O mesmo objetivo acabaria por se estender à cidade de Lisboa, em particular ao Príncipe Real, onde a empresa detém um portfolio imobiliário no valor de 100 milhões de euros e gere 50% da área bruta locável do bairro. Na sua carteira de imóveis incluem-se espaços de comércio, restauração e escritórios mas também projetos de reabilitação no setor residencial e hoteleiro (Pereira, 2021). A atuação desta empresa passa também por estratégias de marketing urbano, com o objetivo de colocar os seus investimentos imobiliários no radar da procura internacional, em especial do segmento de luxo. Neste sentido, ao mesmo tempo que 'vende' um 'produto de valor acrescentado' suportado nas identidade, vivência e experiência única do bairro onde intervêm, é simultaneamente um dos atores potenciais na dissolução dessa autenticidade. Como observado, ao aumento das pressões imobiliárias e turísticas, sucede normalmente a dissolução do comércio tradicional. A propósito da 'East Bank' noticiou o jornal 'Mensagem de Lisboa':

"O modelo americano é um dos motivos pelos quais o bairro tem atraído tanto turismo e expatriados em busca de um bairro com estilo e modernidade e conforto. Basta avançar pela rua da Escola Politécnica para se ter uma ideia desta 'revitalização urbana': a cada passo, lojas de luxo, brunchs, cafés americanizados… Mas o que agrada aos turistas e estrangeiros levanta dúvidas aos moradores que parecem preferir o tradicional, embora menos moderno, comércio de bairro antigo. 'A zona perdeu as suas características', acusa Manuela Soares Correia (...). Recentemente (...) foi lançada (...) a Príncipe + Real, uma associação que diz querer reunir moradores e comerciantes com a ideia de trabalhar a coesão do bairro de forma a recuperar a sua identidade. Mas o facto de uma das sócias da associação ser a EastBanc, imobiliária que nos últimos anos tem investido na zona, contribuindo para a mudança para bairro de luxo, e o Presidente ser Tiago Eiró, ele mesmo o CEO desta empresa, levantou celeuma (...). No evento de lançamento da Príncipe + Real , do dia 9 de outubro, havia muitos estrangeiros. 'Não vi o senhor José da tasca, nem a Dona Quina da mercearia, nem a dona Olívia da florista', diz Manuela Soares Correia, sócia fundadora dos "Amigos do Príncipe Real". 'Se for para coabitar com equilíbrio, ótimo, se for para manter como está, péssimo, se for para continuar o que se está a passar, não vai haver paz, vai haver guerra no bairro', ameaça." (Cunha, 2021, para. 22)

O facto de um processo ser designado de participativo, não significa que seja inclusivo e que todos os atores locais tenham, efetivamente, o mesmo poder de negociação e os mesmos interesses no que respeita à coesão do bairro e à recuperação da sua identidade. No limite, pode mesmo constituir uma tentativa de instrumentalização e neutralização de um conflito latente entre a comunidade. O facto de uma única empresa deter o monopólio de

transformação urbana na zona do Príncipe Real, naquilo que se assemelha a uma forma de urbanismo privado que se substitui ao Estado e aos convencionais instrumentos de planeamento territorial, levanta também dúvidas sobre a legitimidade das intervenções urbanas e o acautelamento da defesa do interesse público. Incluindo neste âmbito, a proteção das camadas de população e dos negócios mais vulneráveis aos efeitos decorrentes do incremento dos fluxos turísticos e de investimento. A este propósito, importa revisitar as afirmações de Anthony Lanier, fundador da East Bank, à revista 'Visão' no âmbito da reportagem, 'O homem que fez do Príncipe Real um bairro *cool*':

"O austríaco já decidira fazer no bairro alguma coisa parecida com o que fizera em Georgetown quando avançou para a aquisição do Palácio Castilho. 'Queria – e ainda quero – ter tudo. O nosso objetivo é cada dia sermos donos de mais património, porque o todo vale mais do que a soma das partes. Se queremos fazer reabilitação, temos de ser donos de uma quantidade grande de edifícios. Aprendi isso nos Estados Unidos' (...).'Não queremos destruir Lisboa, queremos celebrar a cidade. Os primeiros a perceberem o que ela tem para oferecer foram os estrangeiros, mas com o tempo vai acontecer uma revolução e os portugueses vão recuperar o seu espaço. É um processo, talvez nem sempre agradável, mas será sempre para melhor" (Ruela, 2017, para. 21)

Neste excerto é explicitada a estratégia de acumulação de património imobiliário pela empresa, visando o controlo sobre as dinâmicas de reabilitação e transformação urbana no Príncipe Real. Apesar da importância das operações de regeneração urbana, importa questionar, a que *segmento do mercado* se destina este modelo de *celebração da cidade*. Observamos que a crescente especialização urbana em torno de novos utilizadores (ex. turistas, investidores, residentes estrangeiros) bem como a tendência inflacionaria que a acompanha, tem-se refletido, na ampliação das dificuldades de acesso à cidade (habitação, comércio, serviços) e no surgimento de problemas derivados do excesso de carga turística: aumento da poluição sonora e constrangimentos ao nível da higiene urbana. Problemas com impacto direto na qualidade de vida dos moradores. Segundo a administração local, estes desafios são mais graves que os observados na freguesia analisada anteriormente, pelo facto de a freguesia da Misericórdia concentrar grande parte dos espaços de animação noturna, tendo por este motivo, uma atividade contínua ao longo de 24 horas. Se por um lado é referido um descontentamento crescente entre os moradores (frequentemente direcionado para os turistas), por outro, a presidente de junta considera que o problema se deve a uma atuação tardia no que respeita a políticas e ao cumprimento do edifício legislativo, tanto ao nível do governo como das competências municipais.

"Isto acompanha a nova realidade que nós temos que é... Lisboa é um destino turístico. Nós temos a vantagem e noutras áreas desvantagem, de viver 24 horas por dia (...). Isso é o que nos diferencia

da carga que tem Santa Maria Maior. Eles até podem ter mais cruzeiros, mas nós temos a noite e não podemos dormir (...). Esta carga é o que leva a termos cada vez menos pessoas (...). Temos um conflito gigante com a noite. Entre a população e o comércio da noite. Porque é impossível viver-se no Bairro Alto. É impossível viver-se na bica, é impossível viver-se no Cais do Sodré. É impossível viver-se no miradouro de Santa Catarina (...). Nós já não temos a saída à quinta-feira, é todos os dias (...). Estabelecemos horários só que os horários não servem. Enquanto não houver outras medidas, e não é a proibição de consumo de álcool na rua, mas a proibição de vender álcool para a rua e o cumprimento dessa proibição... (...). Nós aumentamos a carga turística e não melhorámos as respostas de higiene urbana. Não há recursos humanos e técnicos para limpar as áreas visitáveis (...) e isso nota-se. Se nós somos 11.000 habitantes e recebemos 250.000 visitantes diários... não é possível (...). Nós nunca resolvemos o problema a jusante mas sim a montante. As pessoas canalizam para o turismo uma reação negativa, quando a culpa não é do turista. Eu nunca vi ninguém em férias ser contido nas emoções, estou de férias estou eufórico, estou em festa! (...). O problema é que nós temos lei de ruído que não aplicamos, temos leis de higiene que não aplicamos. A lei existe mas ninguém aplica. A questão é: a solução passa por acabar com a noite que todos gostamos? Tem que haver medidas por parte da câmara e do Estado. As questões da habitação é Estado, não consumo de plástico é Estado, recolha de lixo, lavagem do espaço público é município (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

A pressão da atividade noturna desregulada sobre as zonas residenciais, já teria determinado, dois anos antes da realização da entrevista, o envio de uma carta aberta a Fernando Medina, então presidente do município. Nesta, um conjunto de moradores dos bairros mais afetados (Bairro Alto, Príncipe Real, Bica, Santos, Cais do Sodré) alegaram que o excesso de ruído, bem como a insegurança vivida no período noturno, estaria a afetar negativamente a qualidade de vida e a saúde dos habitantes, contribuindo inclusivamente para a desertificação do centro histórico por exaustão das famílias, que sem soluções, estariam a abandonar estes bairros.

"Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sabe qual é a diferença entre um festival de música e a "noite" lisboeta? (...). A diferença é esta: o primeiro decorre durante 3 dias por ano num descampado; o segundo durante pelo menos 3 dias por semana, 52 semanas por ano, em zonas residenciais (...). São noites a fio sem conseguir dormir; a tentar adormecer crianças que acordam assustadas com a gritaria na rua; a ligar para a polícia que não atende ou invoca a ausência de meios para intervir. Mais a criminalidade, os desacatos permanentes, os assaltos e o tráfico de droga; e o dia seguinte, que é de calamidade pública (...). Não nos opomos ao divertimento nem à exploração lucrativa do comércio noturno; opomo-nos sim a que o preço seja a nossa saúde. São inúmeras as famílias que já abandonaram os nossos bairros, desesperadas com o barulho. É essencial estancar a hemorragia, sob pena de vermos o centro histórico desertificado. É por isso, Sr. Presidente da CML, que vimos formalmente convidá-lo a fazer connosco uma visita guiada à publicitada e aplaudida noite de Lisboa

(...). Compreenderia então a urgência de tomar medidas muito mais ambiciosas para repor o equilíbrio entre os direitos dos moradores, o comportamento dos utentes da noite, e a atividade lúdica e económica noturna" (Pincha, 2015, para. 3).



Fig. 58 – Multidão dificultando passagem de ambulância no Bairro Alto (fonte: Do autor, 2021)

O miradouro de Santa Catarina, espaço público emblemático da cidade, é outro exemplo dos conflitos gerados no âmbito do aumento da carga urbana e dos processos de gentrificação. Aquando da sua requalificação, iniciada em julho de 2018, o município propôs uma vedação que permitisse estabelecer um horário de funcionamento. Esta medida foi acolhida com agrado por parte dos moradores, que se queixavam do ruído, da insegurança e da higiene urbana, sobretudo no período noturno. Em sentido inverso, outro grupo de munícipes, e residentes da AML, contestaram esta decisão, alegando tratar-se de uma manobra de privatização do espaço público com objetivo de beneficiar o Hotel 'Verride Palácio Santa Catarina', situado junto ao miradouro e inaugurado pouco antes do início deste processo. Neste âmbito foi lançada a petição pública 'Por um Adamastor de todos e para todos' exigindo a devolução imediata do espaço (entretanto vedado) ao usufruto dos cidadãos e o esclarecimento das intenções municipais no que respeita ao seu futuro. São também pedidos esclarecimentos relativos à alteração da concessão do quiosque existente, por suspeitas que esse pudesse ser atribuído ao mesmo estabelecimento hoteleiro (Naves, 2019; Jornal i, 2019). Relativamente a este tópico obtivemos a seguinte resposta, no decurso da entrevista realizada à Junta de Freguesia:

"A questão do miradouro é grave...há um problema jurídico com o quiosque. É uma concessão

camarária que tem um problema de incumprimento ao longo dos anos (...). As intimações que a responsável pelo quiosque tem sofrido, não têm nada a ver com o investimento hoteleiro previsto para aquela zona (...) o miradouro é uma das zonas da cidade que eu mais gosto, mas deixou de ser um espaço para se poder contemplar e passou a ser um espaço onde vamos todos, porque vamos todos. E deixou de ser um sítio em que se respeite quem lá vive. Temos as questões de segurança que não vão acabar porque se fecha, não é essa a questão, as pessoas que vivem naquelas casas por ali abaixo têm problemas sérios. O lixo vai todo para ali. O facto de se comprar nas lojas, ou no quiosque... as garrafas... anda tudo a voar para as casas das pessoas. Há pessoas dentro da própria casa a ficarem com a cabeça rachada por uma garrafa que vem de cima. Agora diz-me: Isso pode acontecer durante o dia. Pode, o problema é que está a acontecer muito durante a noite. As pessoas estão completamente alcoolizadas. É muita gente, muito álcool, muito disparate. Aquilo é um pedido dos moradores de há muitos anos. Não é uma vontade da câmara, do hotel ou seja do que for. Nem pensar, não tem nada a ver" (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)



Fig. 59 – Miradouro após reabertura, reabilitado e com sistema de videovigilância (Fonte: https://lisboasecreta.co/miradouro-adamastor-recebe-sistema-videovigilancia/)

Finalmente, no que respeita aos desafios futuros, é realçada a necessidade de travar os processos de despejo e de formular políticas que estimulem a fixação de famílias, de forma a rejuvenescer a freguesia. Para além da afirmação do direito à habitação, é referida a

necessidade de continuar a promover a igualdade, incluindo as questão de género e de diversidade social – uma das 'bandeiras' deste território. No que respeita às atividades turísticas, é assumida a preferência por um modelo de sustentabilidade, capaz de articular as dimensões económicas, ambientais e as relacionadas com o espaço público. Observamos que à semelhança da freguesia anterior, o objetivo principal é o estabelecimento de um maior equilíbrio entre as funções turísticas e residenciais na cidade.

"Para nós, os grandes desafios são minimizar os impactos relacionados com as questões sociais, nomeadamente a questão dos despejos e já lhe disse ao bocado, não é dos idosos (...). A nossa grande luta é com as mães, os pais, as famílias, que são obrigadas a sair e que seriam o garante da continuidade da freguesia. Esta é a nossa maior preocupação e é onde não conseguimos fazer nada. Ajudar um idoso é mais fácil do que ajudar uma família, para eles existem muitas respostas (...). Há aqui dois marcos que é, nas questões sociais, relacionadas com a habitação, pelo direito à habitação, minimizar os défices e colocar em ação as respostas necessárias para as pessoas se estabilizarem e não entrarem em roturas e em colapsos. Por outro lado a igualdade, as questões de género, diversidade, igualdade de orientação sexual (...) o outro maior desafio é tornar o turismo sustentável (...). Não desenquadramos as coisas e não vejamos de forma separada todas as questões relacionadas com economia, empreendedorismo, higiene urbana e o espaço público. São três áreas, que independentemente de estarem atribuídas a vogais diferentes, com chefes de divisão diferentes, com coordenadores diferentes não podem ser trabalhadas em separado" (Excerto de entrevista, Eunice Gonçalves, Técnica da Junta de Freguesia da Misericórdia, 2018)

4.4.3 Síntese

Entre a década de 1980-1990, observou-se uma rápida expansão do setor financeiro no país. Uma parte substancial deste processo, envolveu o progressivo englobamento da habitação, enquanto bem afeto ao mercado financeiro. Juntamente com o aumento e diversificação da procura interna, esta conjuntura, traduziu-se em dinâmicas de expansão metropolitana intensiva na AML, que foram alvo de análise no âmbito da tipologia anterior. A crise do 'subprime' (2008), colocaria constrangimentos à persecução deste modelo, por via do endividamento familiar, do aumento das hipotecas, da contração do investimento interno e do colapso das empresas de construção. Evidenciou também as dependências estabelecidas entre a economia Portuguesa, o setor financeiro e as dinâmicas de urbanização. Cerca de ¾ da dívida privada, estariam associados a hipotecas, à construção ou à indústria imobiliária (Tulumello, 2021).

A estratégia de recuperação económica, passaria por mudanças nos mecanismos de rentabilização espacial do capital, que, paradoxalmente, conduziriam ao aprofundamento do processo de financeirização urbana. A política de acesso à habitação assente no crédito e na

procura interna dariam lugar à rentabilização global deste bem, assente numa procura crescentemente internacionalizada A eleição do imobiliário, em particular nos territórios turísticos mais atrativos, como o investimento mais rentável e seguro a nível internacional, pode ser explicado por uma conjuntura de políticas externas, de fatores conjunturais e de inovações no âmbito da economia digital, dos quais se destacam: i) a incerteza na bolsa de valores, ii) uma política monetária de manutenção dos juros baixos (Quantitative Easing), iii) o crescimento do setor turístico (em particular na Europa) e as iiii) oportunidades de rentabilização decorrentes do surgimento de plataformas online de alojamento local (ex. Airbnb, Booking, etc.). Neste contexto, as zonas urbanas das grandes capitais, e mais concretamente, o seu parque edificado, tornaram-se ativos de investimento mais valiosos do que os obtidos através do entesouramento bancário e do mercado de ações. Os processos de reabilitação e rentabilização urbana, acompanharam, deste modo, o reforço de dinamismo do mercado imobiliário.

As fragilidades estruturais da economia portuguesa, já referidas anteriormente, bem como o programa de assistência financeira (2011-2014) ditariam a convergência das políticas estratégicas nacionais com o panorama de transformações em curso. A promoção da atratividade turística e a captação de investimento estrangeiro por via do reforço dos retornos imobiliários e dos processos de reabilitação, passou a constituir o cerne dos instrumentos de política pública, visando desta forma, alavancar vantagens competitivas face aos outros parceiros comerciais. Neste enquadramento, o centro histórico de Lisboa, que durante as décadas anteriores sofreu um ciclo de desvalorização (simultâneo às dinâmicas de expansão metropolitana), tornou-se, uma das novas fronteiras de financeirização urbana, integrando o radar de investimento e da expansão de capital a nível internacional. Relativamente aos mecanismos públicos que visaram a rentabilização do património imobiliário, o aumento da sua permeabilidade ao investimento estrangeiro e a atração de profissionais altamente qualificados a nível internacional, destacam-se: a liberalização do mercado de arrendamento (Novo Regime de Arrendamento Urbano), o favorecimento das modalidades de arrendamento de curta duração face ao arrendamento de longa duração (equiparação do alojamento local a uso habitacional e não a atividade turística), os diversos programas de incentivo à reabilitação urbana (referidas anteriormente), bem como as benesses fiscais e de cidadania concedidas em troca de investimentos realizados por cidadãos estrangeiros com elevado poder de compra (Estatuto de Residente não Habitual ou os Vistos Gold). A persecução destas políticas, foi acompanhada, pelo crescimento das tendências neoliberais no âmbito do urbanismo: os rankings, os investimentos públicos em eventos internacionais (ex. Web Summit) e grandes projetos urbanos (ex. reabilitação da frente ribeirinha), tornaram-se âncoras de projeção da cidade a nível mundial. Uma forma de atuação distante da proposta de urbanismo neomoderno, referida no primeiro capítulo (baseada numa visão colaborativa-

processual e numa flexibilidade inclusiva), que coloca em evidência as interdependências existentes, entre as transformações territoriais, as opções de política económica tomadas e os modelos de urbanismo adotados (Ferrão, 2011; Bourdin, 2011).

Se este contexto induziu, a nível nacional, o crescimento do PIB, as dinâmicas de requalificação urbana e o aumento do emprego, podemos questionar se de facto constituiu uma estratégia de crescimento 'sustentável, inclusiva e inteligente' como proclamada no Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (CCDR, 2014). As pesadas consequências sociais, económicas, ambientais e institucionais de uma cidade exposta às dinâmicas desreguladas do mercado imobiliário e ao incremento súbito da atividade turística, parecem demonstrar precisamente o contrário. Os resultados obtidos permitiram identificar vulnerabilidades semelhantes nas freguesias de São Cristóvão e São Lourenço (atual freguesia de Santa Maria Maior) e Mercês (atual freguesia da Misericórdia) das quais se destaca: 1) crise na habitação - despejo da população residente, dificuldades em fixar contingentes familiares nas freguesias devido à inflação dos preços do imobiliário, redução do *stock* de habitação disponível devido à sobre-exploração do alojamento local; 2) reforço da trajetória de declínio e envelhecimento populacional, acompanhando o aumento exponencial dos visitantes e utilizadores urbanos; 3) extremar das desigualdades socioeconómicas - agravamento de contextos de pobreza em paralelo com a crescente elitização urbana (presença de camadas de população mais qualificadas e com um poder de compra superior); 4) declínio do comércio tradicional e dos serviços de apoio à população em prol das atividades e serviços dedicados ao turismo, estruturados em torno das novas procuras urbanas e de preços mais elevados; 5) aumento dos custos estruturais (ex. habitação) e de contexto (ex. comércio e serviços) face a assimetrias no poder de compra (cada vez mais internacionalizado) e ao panorama de desvalorização salarial motivado pela crise económica, determinando impactos diretos na sua saúde física e mental da população residente; 6) excesso de carga turística com consequências ao nível do aumento da poluição ambiental e sonora, sobrelotação de transportes públicos, desgaste do espaço e infraestruturas urbanas, traduzindo-se na redução da qualidade de vida dos moradores e num sentimento de descontentamento e desenraizamento crescente; 7) perda de autenticidade decorrente dos fenómenos de recomposição social e económica da cidade; 8) diminuição da capacidade de resposta por parte da administração local (juntas de freguesia) aos problemas emergentes, por via da perda de eleitores e consecutivo emagrecimento dos seus 'envelopes' orçamentais. Às vulnerabilidades identificadas, decorrentes da persecução de uma política e de um urbanismo neoliberal, acrescem-se riscos macroestruturais, decorrentes da sobre especialização do tecido urbano em função das atividades turísticas. Para além deste setor comportar margens limitadas de crescimento da produtividade e uma maior suscetibilidade face a alterações no panorama internacional, traduz-se num perfil de empregabilidade precário, pouco qualificado

e mal remunerado, o que, em conjunto com os preços crescentes da habitação, poderá determinar a escassez de mão de obra e/ou a difusão das tendências inflacionárias ao conjunto da economia nacional, por via da necessidade de aumentar salários.

O resultado das políticas, do modelo de urbanismo e da legislação que visou o reforço da atratividade turística e de investimento parecem traduzir-se numa cidade menos inclusiva, menos sustentável e mais disfuncional. O contexto de inacessibilidade urbana crescente e a sua articulação com os processos de transformação socioeconómica em curso parece comprovar-se no plano estatístico onde se verificam correlações diretas elevadas entre a variação do valor mediano das vendas de novos alojamentos, a variação do número de alojamentos locais (0,733), e da população residente estrangeira (0,705); correlações moderadas diretas entre o mesmo indicador e a variação da população com ensino superior completo (0,561), bem como correlações moderadas inversas com a taxa de variação da população residente (-0,599) (Anexo 2) (Taylor, 1990). A ausência de respostas eficazes por parte da administração central e do município, face aos processos de expulsão da população residente, obrigou inclusivamente à mobilização das juntas de freguesia, no sentido de tornar visíveis as comunidades expostas aos constrangimentos criados no acesso à habitação. Os instrumentos de política pública, foram apontados no âmbito das entrevistas como a principal causa justificativa dos processos de marginalização física e socioeconómica dos residentes, com particular impacto na classe média e nas camadas mais vulneráveis da sociedade, traduzindo-se, no limite, em fenómenos de ocupação clandestina e na expansão dos bairros de barracas a nível metropolitano. Os diversos programas subsequentes de apoio ao acesso à habitação (ex. Renda Acessível, Porta 65) merecem também uma avaliação pouco positiva por parte da administração local. Para além de constituírem uma resposta insuficiente face às carências sociais verificadas, demonstraram problemas na sua formulação que inviabilizaram uma grande parte das candidaturas apresentadas. Em simultâneo, parte do património público que poderia ser mobilizado para responder à crise da habitação, foi alienado, no âmbito de programas como o 'Reabilita Primeiro Paga Depois', reentrando no mercado enquanto imobiliário de luxo ou alojamento local. Em suma o Estado comportou-se como um *player* privado, desresponsabilizando-se do cumprimento das suas funções regulatórias na esfera económica e das suas funções provisionais na esfera social, contribuindo para manter o hiato entre os preços praticados no mercado imobiliário e o poder de compra efetivo dos seus cidadãos.

Medidas mais recentes, como a alteração ao regime jurídico de exploração dos estabelecimentos de alojamento local (artigo 12.º n.º 5 da Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto), os Programas Arrendamento Acessível e Primeiro Direito, destinados a limitar o alojamento local, a promover o arrendamento de longa duração e o acesso à habitação condigna, foram considerados pelos atores locais entrevistados, como decisões políticas importantes, mas

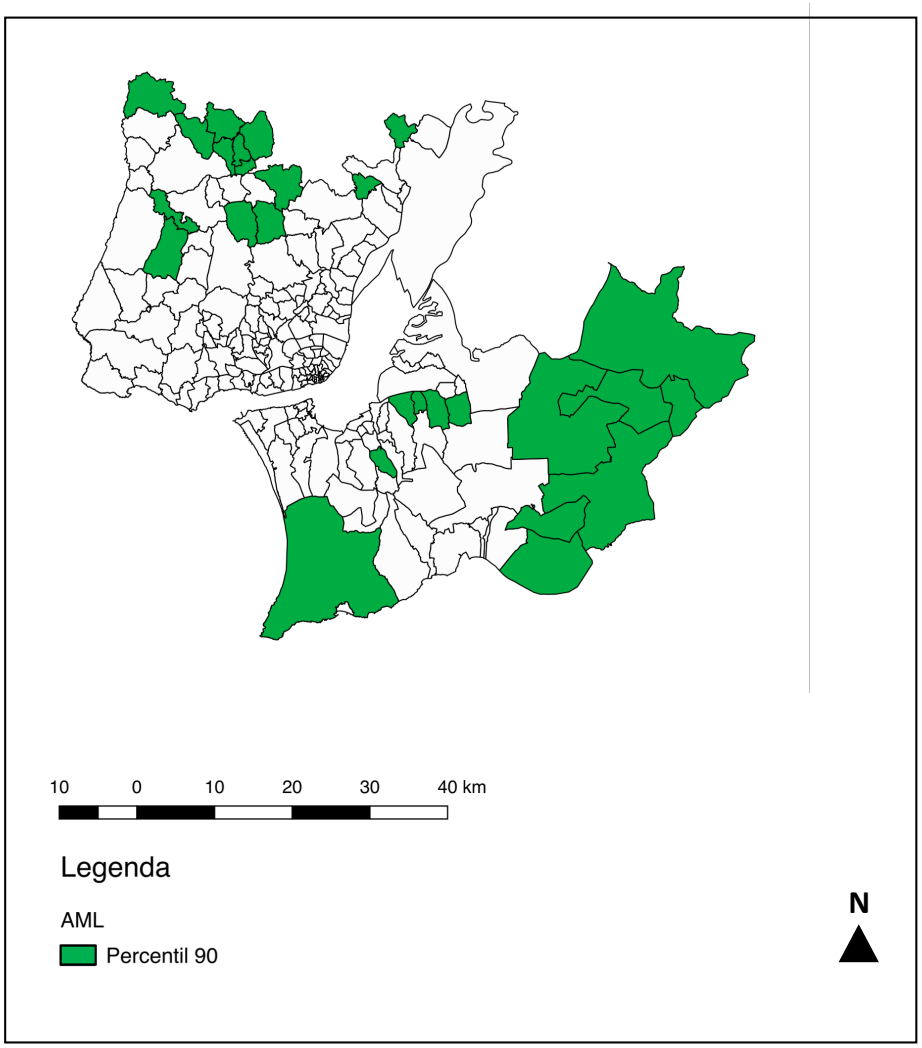
tardias face aos problemas causados. A perceção é a de constituem elementos compensadores das falhas de mercado mas não uma tentativa de alterar as condições estruturais que determinam a crescente inacessibilidade do mercado imobiliário a uma parte substancial da população portuguesa, contexto esse que já não se limita ao centro histórico mas que parece difundir-se a toda a AML. Recentemente Lisboa foi mesmo considerada a terceira cidade mais cara do mundo e a menos viável do ponto de vista financeiro, tendo em conta a relação entre salários nacionais e preços do imobiliário (Landlord News, 2022). A disparidade entre taxas de esforço é também o que torna a cidade mais atrativa para residentes estrangeiros qualificados e com elevada mobilidade. Usufruindo de maiores salários, têm menor dificuldade em cobrir os custos de vida, incluindo aqueles destinados à habitação, com a benesse adicional de pagarem menos impostos, apesar de usufruírem dos mesmos serviços e infraestruturas públicas que os contribuintes Portugueses. Este contexto configura uma situação de dupla injustiça institucional relativamente aos residentes nacionais, pela via da fiscalidade, e pelo efeito determinante do fosso salarial na espiral inflacionária dos preços do imobiliário e dos serviços urbanos em geral.

Como vimos, as dinâmicas de gentrificação no século XXI, diferem, pela sua escala e amplitude, dos processos identificados na década de 1960, onde os fenómenos de polarização social e de recomposição urbana eram determinados pela procura interna. A emergência de uma economia política, cuja principal fonte de expansão de capital é a extração de renda por via da propriedade da terra e da habitação, exclui as necessidades de reprodução social da força de trabalho (características das economias industriais do pós-guerra), induzindo o agravamento das assimetrias sociais e uma crise generalizada de insegurança de posse a nível internacional (Rolnik, 2015; Drago, 2020). A cidade transformada em mero cenário e objeto de consumo - onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, o cidadão é considerado enquanto mero consumidor de espaço, e o urbanismo tornado veículo das vantagens de mercado enuncia, aquilo que Lefebvre (2012) nomeou como a *crise do urbano* ou da *sociedade urbana*, colocando de novo em realce a necessidade de equacionar um direito à cidade mais abrangente. A cidade (*Polis*) enquanto centro de uma política (*Politiká*) de exclusão e diferenciação, não pode ser considerada uma cidade verdadeiramente democrática, assim como um Estado que constitui um papel ativo no âmbito destes processos, não pode ser considerado um agente promotor de bem-estar coletivo, digno de merecer a representatividade atribuída pelos seus cidadãos. É imperioso, por este motivo, inverter no âmbito das políticas públicas e do planeamento, as tendências de sobre especialização, polarização e disfunção urbana no centro histórico de Lisboa, privilegiando as condições e a qualidade de vida dos residentes, face aos mecanismos de reprodução do capital. A regulação do mercado imobiliário, o reforço do stock habitacional (público, cooperativo, privado), a diversificação económica da cidade, o seu equilíbrio funcional

(residencial, turístico, laboral), bem como a persecução de uma política e de um urbanismo visando a sustentabilidade, a inclusão e a coesão social é o único caminho capaz de evitar o aprofundamento dos riscos e vulnerabilidades identificados (ex. expansão da periferia metropolitana, extremar dos contextos de pobreza e das desigualdades, agravamento dos problemas ambientais, acumular de descontentamento face ao exercício governativo).

4.5 Territórios rurais metropolitanos em declínio

Com base nos métodos de análise estatísticos e das técnicas de georreferenciação anteriormente descritos, obteve-se o mapeamento dos territórios rurais metropolitanos em declínio, ilustrado nos elementos gráficos seguintes (MAP4;MAP4A).



Freguesia *	Concelho	Percentil 90
Alto-Estanqueiro-Jardia	Montijo	14
Azueira	Mafra	14
Cachoeiras	Vila Franca de Xira	10
Calhandriz	Vila Franca de Xira	11
Canha	Montijo	18
Cheleiros	Mafra	11
Encarnação (Mafra)	Mafra	12
Enxara do Bispo	Mafra	15
Gaio-Rosário	Moita	11
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Setúbal	12
Gradil	Mafra	12
Lousa	Loures	13
Marateca	Palmela	16
Milharado	Mafra	10
Palhais	Barreiro	10
Pegões	Montijo	13
Poceirão	Palmela	15
Sado	Setúbal	11
Santo Estêvão das Galés	Mafra	11
Santo Isidro de Pegões	Montijo	13
Sarilhos Grandes	Montijo	10
Sarilhos Pequenos	Moita	11
Sesimbra (Castelo)	Sesimbra	10
Sobral da Abelheira	Mafra	15
Terrugem	Sintra	10
Vila Franca do Rosário	Mafra	12

* Organização administrativa das freguesias prévia à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que introduziram uma reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

MAP 4 Territórios rurais metropolitanos em declínio



Cheleiros



Canha



Cachoeiras



Sarilhos pequenos



Terrugem



Marateca



Santo Estevão das Galés



Alto - Estanqueiro – Jardia



Lousa

MAP4A Exemplos de territórios rurais metropolitanos em declínio (fonte: GoogleEarth, 2022)

4.5.1 Interpretação do mapeamento obtido

Os territórios rurais metropolitanos constituem uma parte substancial da superfície agrícola do país e da população rural, contribuindo de forma relevante para a criação de riqueza no setor primário, a nível nacional. Apesar das suas características rurais, apresentam, de forma geral, uma maior densidade populacional, dinâmicas de integração urbana mais intensas, e uma capacidade de atrair pessoas e capital social, superior às restantes tipologias de territórios rurais, pelo que os fenómenos regressivos tendem a ser menos acentuados nos territórios em estudo (Rolo & Cordovil, 2014; 2018). Importa também realçar, que a análise desta tipologia de diferenciação metropolitana, se realizou (à semelhança das outras tipologias), tendo por referência os contrastes internos existentes a nível metropolitano e não os estabelecidos a nível nacional. Implicou assim a consideração de tendências (no plano socioeconómico, das atividades agrícolas ou da ocupação de solo), que devido aos processos de polarização e diversificação urbana, em curso na AML, podem apresentar sinais opostos. Isto significa que numa freguesia, considerada em declínio, se pode verificar o reforço da atividade agrícola, em simultâneo com evoluções negativas no plano sociodemográfico, sendo o oposto também possível, por via das pressões de urbanização e das dinâmicas de diferenciação económica (Pinto Correia *et al.,* 2006). As operações censitárias no âmbito do recenseamento agrícola, demonstram, contudo, uma tendência genérica para o declínio das funções agrícolas na AML, observando-se entre 1999-2019, a redução do número de explorações (-53,5%), da mão de obra agrícola (-50,45%), e da superfície agrícola utilizada (SAU) (-2%). O facto de a diminuição da mão de obra agrícola ser particularmente relevante a nível familiar e da SAU ter tido uma redução pouco significativa, indicia dinâmicas de restruturação do setor visando o aumento da sua competitividade (INE, 1999; 2019).

De acordo com o mapeamento obtido referente à tipologia *territórios rurais metropolitanos em declínio*, identificam-se, na margem norte da AML, um conjunto de freguesias, que integram maioritariamente a unidade territorial 'Interior Norte Agrícola' (ex. Cachoeiras, Calhandriz, Milharado, Santo Estêvão das Galês, Lousa, Enxara do Bispo, Vila Franca do Rosário, Milharado, Gradil, Azueira, Sobral da Abelheira, Terrugem) e a unidade territorial 'Litoral Atlântico Norte' (ex. Encarnação, Mafra), no âmbito do PROT AML (2002). A primeira unidade é caracterizada enquanto território agrícola e florestal contíguo à região Oeste. Engloba a paisagem 'saloia', marcada pela produção agrícola e pecuária, onde se destaca uma relativa competitividade económica das explorações, ligadas à oferta de produtos de qualidade (ex. vinho, hortícolas, queijo). De destacar os indícios progressivos de ocupação do solo por indústrias e armazéns, bem como a expansão dos núcleos urbanos tradicionais que podem colocar em risco esta paisagem de elevado interesse patrimonial. A unidade 'Litoral Atlântico Norte', é caracterizada pelo declínio progressivo das funções agrícolas, assentes

sobretudo na agricultura de subsistência e na pequena exploração, em prol de atividades de maior retorno (mais competitivas). Identifica-se, à semelhança da unidade anterior, uma especial incidência dos fenómenos de urbanização (indústrias, armazéns e segunda habitação) traduzindo-se na necessidade crescente de preservar a paisagem produtiva e garantir a sua compatibilização com os objetivos de atratividade turística (CCDR-LVT, 2002). Os diagnósticos municipais realizados ao abrigo do processo de revisão dos planos diretores municipais[24], parecem comprovar o quadro de declínio rural nos territórios identificados na margem Norte metropolitana.

O município de Mafra inclui grande parte das freguesias mapeadas (ex. Milharado, Santo Estêvão das Galés, Lousa, Enxara do Bispo, Vila Franca do Rosário, Gradil, Azueira, Sobral da Abelheira, Encarnação, Cheleiros). Um primeiro estudo de caracterização, realizado, no âmbito da proposta de revisão do PDM (2013) destacou a posição periférica e marcadamente rural do município face à Grande Lisboa. No plano social enumerou um conjunto de tendências negativas, nomeadamente: perda populacional (ex. Enxara do Bispo, Sobral da Abelheira), elevados índices de envelhecimento (ex. Azueira, Sobral da Abelheira, Santo Estêvão das Galés) e fenómenos de desqualificação da população. Neste âmbito é realçada a incidência das taxas de analfabetismo a nível municipal, em particular nas freguesias de Sobral da Abelheira e Enxara do Bispo. É referida ainda a importância do setor primário no emprego da população residente em particular nas freguesias de Azueira, Encarnação, Enxara do Bispo, e Sobral da Abelheira, apesar de se verificar uma tendência acentuada de diminuição deste indicador em todas as freguesias do município, em especial nas mais urbanas (-65%, 2001-2011, de acordo com dados censitários). No momento da realização deste diagnóstico, observava-se no plano económico, o reforço das atividades agrícolas, apresentando o setor indícios de competitividade - contribuindo com 25,5 milhões de euros anuais para a criação de riqueza do município (16% do total da contribuição económica do setor agrícola no contexto da AML). A ocupação agroflorestal correspondia a 92% do território, destacando-se no âmbito das atividades produtivas, os prados para pastagem, culturas anuais de sequeiro, pomares de fruta fresca, vinhas, bem como agroindústria, incluindo, produtos de padaria e processamento de cereais (caso, por exemplo de Cheleiros e Encarnação), transformação de carnes (ex. Milharado), indústrias do leite e derivados (ex. Santo Estêvão das Galés). (Câmara

[24] Plano Diretor Municipal de Mafra. Proposta de revisão. Volume VI. Estudos de caracterização – Relatório (2013)
Plano Diretor Municipal de Mafra. Revisão. Volume IV. Relatório de fundamentação (2015)
Mafra. Relatório de estado do ordenamento do território. Estratégia para um desenvolvimento sustentável (2020)
Relatório de estado do ordenamento do território. Município de Vila Franca de Xira (2018)
Atualização do diagnóstico social do concelho de Loures (2011)
Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra. Tema 5 – Sócio - Demografia
Plano Diretor Municipal de Sintra. Tema 1 – Enquadramento. Volume VI – Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra (2019)

Municipal de Mafra, 2013). Caracterizações mais recentes (2015-2020), realizadas no âmbito da revisão do PDM de Mafra e do relatório de estado do ordenamento do território (REOT), destacam a convergência das dinâmicas de declínio no planos, demográfico, socioeconómico e das atividades produtivas, em especial nos territórios mais agrícolas do município. Neste âmbito salienta-se a persistência da redução do emprego no setor primário, diminuição dos níveis de atratividade populacional, bem como perdas demográficas. A nível das dinâmicas de ocupação do solo observa-se também a redução das áreas florestais (-2%, 2015-2018) em função dos incêndios e o incremento dos matos (+27%, 2015-2018) decorrentes do despovoamento territorial, assim como a redução da área de pastagens (-16%, 2015-2018). Neste contexto são apresentados desafios relativos à manutenção e proteção da paisagem (ex. biodiversidade, cultura, património), à garantia do aprovisionamento alimentar a nível metropolitano (em especial face a cenários de imprevisibilidade), bem como a problemas de coesão social. O setor agrícola continua a ser retratado, contudo, enquanto atividade relevante no município, e importante fonte de criação de riqueza e bem-estar. Correspondendo a cerca de 2,4% da superfície agrícola utilizada (SAU) em Portugal Continental (10% no caso da AML), contribui para cerca de 1% da riqueza criada a nível nacional, registando-se aspetos positivos quanto à modernização das atividades primárias (Câmara Municipal de Mafra, 2015a; Câmara Municipal de Mafra, 2020).

No município de Vila Franca de Xira identificaram-se duas freguesias no âmbito desta tipologia: Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo. O diagnóstico municipal relativo ao estado do ordenamento do território (2018) destaca a tendência divergente deste território, face a outros territórios metropolitanos, no que respeita à recuperação da crise económica. Neste âmbito é realçada a baixa atratividade territorial, o envelhecimento demográfico, os crescimentos migratórios nulos, bem como os reduzidos níveis de instrução da população residente. Apesar da redução da taxa de analfabetismo entre 2001-2011, cerca de 50,4% da população possui apenas o ensino básico e apenas 15,6% o ensino secundário (INE, 2011). A importância dos recursos naturais do concelho é evidenciada pela presença generosa de áreas protegidas (Reserva Natural do Estuário do Sado, Zona de Proteção do Estuário do Tejo, Sítio do Estuário do Tejo, RAN, REN), sendo que 70% do território está classificado como solo rural. Destes, 59,10% correspondem a espaços agrícolas (com representatividade elevada na zona da Lezíria, nos espaços ribeirinhos de Castanheira do Ribatejo e várzeas de Vialonga e Rio Grande da Pipa). A produção de vegetais e a produção animal assumem uma expressão significativa, sendo que 6% do leite produzido na AML provém deste município. Neste âmbito, é salientada, no mesmo relatório, a importância do setor primário, observando-se o crescimento do seu tecido empresarial, apesar das transformações de ocupação do solo indiciarem fenómenos de abandono agrícola, determinados por processos de artificialização urbana. Entre 2007-2015, as áreas agroflorestais reduziram-se em 228 ha, em especial no

que respeita a culturas e pastagens permanentes. Os fenómenos de recomposição do setor agrícola merecem também um destaque substancial, traduzindo-se na diminuição do número de explorações em paralelo com o aumento da SAU. Neste contexto as explorações de grande dimensão (superior a 50 ha) ganham relevo sobre as pequenas explorações (inferiores a 5 ha), indiciando a substituição de uma agricultura de cariz familiar e de subsistência por uma empresarial. Para o enquadramento contribui o envelhecimento e desqualificação dos produtores singulares, mas também o subaproveitamento dos financiamentos públicos à atividade agrícola, por parte destes atores locais. À data da realização deste diagnóstico, somente 24,5% dos produtores singulares (em especial na faixa etária entre os 35-65 anos), usufruía de subsídios. Importa por este motivo questionar, se o desenho das políticas públicas e a burocracia envolvida nas candidaturas de apoio ao desenvolvimento rural, não constituem fatores de marginalização dos pequenos agricultores e de favorecimento das economias agrícolas de escala (consideradas mais competitivas no que respeita ao mercado global). Mais concretamente, em relação a Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, o mesmo relatório destaca indícios de declínio que se refletem no envelhecimento populacional, no volume elevado de fogos vagos e degradados – evidenciando fraca atratividade habitacional, na expressiva mancha florestal - indiciando fenómenos de abandono agrícola, bem como em carências ao nível de serviços e equipamentos (ex. transportes e saúde), próprias dos territórios mais periféricos (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2018).

Relativamente à freguesia de Lousa, a 'Atualização do diagnóstico social concelhio' do município de Loures, destaca o seu carácter predominantemente rural, bem como a prevalência do setor agrícola, apesar de ser residual a proporção de população residente dedicada à atividade primária. A esta desvinculação progressiva entre o tecido social e as atividades produtivas, acrescem-se vulnerabilidades: declínio populacional e envelhecimento demográfico, desemprego, elevadas taxas de abandono escolar, níveis de recursos escassos para o bom funcionamento das instituições municipais, precariedade económica das famílias e do emprego criado, isolamento socio-espacial da população (em particular dos idosos) assim como fenómenos de rarefação de equipamentos, serviços e instituições de apoio social (Santos & Passinhas, 2011).

Por fim, relativamente à margem norte da AML, identifica-se a freguesia de Terrugem, pertencente ao concelho de Sintra. Os estudos de caracterização e diagnósticos municipais, destacam, neste território, a dupla convergência das dinâmicas de declínio, a nível socioeconómico (baixa densidade populacional, envelhecimento demográfico), e no plano das atividades agrícolas. Apesar do elevado nível de especialização da freguesia no setor primário, este não foi reforçado, como observado noutras freguesias da AML – uma consequência da reduzida dimensão média das explorações agrícolas (6,7 ha) e do seu efeito na redução da competitividade das explorações. Este contexto determina que as estratégias

no âmbito do Plano Diretor Municipal incidam sobretudo no reforço do setor secundário, principalmente da indústria extrativa e de atividades de transformação a esta associadas. (Câmara Municipal de Sintra, 2014 ; Câmara Municipal de Sintra, 2019).

No que respeita à margem sul da AML foi identificado um conjunto de freguesias que, segundo o PROT-AML (2002), se integram maioritariamente em cinco unidades de caracterização: 'Nascente Agroflorestal' (freguesias mapeadas de Canha, Pegões, Santo Isidro de Pegões, Poceirão, Marateca), 'Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra' (Sesimbra-Castelo), 'Estuário do Sado' (Sado, Pontes – Alto da Guerra), 'Espaço Transição Nascente' (Alto Estanqueiro-Jardia, Sarilhos Grandes), 'Estuário do Tejo' (Sarilhos Pequenos, Gaio-Rosário) e o núcleo ribeirinho da freguesia de Palhais no Barreiro, pertencente à unidade 'Arco Ribeirinho Sul' já descrita anteriormente. No que respeita à unidade 'Nascente Agroflorestal' é realçada a presença de áreas de elevado valor ecológico (Reserva Natural do Estuário do Tejo) bem como a importância das atividades agroflorestais, destacando-se a exploração do montado, bem como as culturas intensivas de regadio, que pelo seu crescimento ameaçam colocar em causa o equilíbrio da paisagem e as reservas de água disponíveis. A unidade 'Arrábida/Espichel/ Matas de Sesimbra', é caracterizada, no âmbito do PROT-AML, enquanto território de elevado valor natural e patrimonial (incluindo a zona serrana e costeira da Serra da Arrábida e Cabo Espichel, bem como as Matas de Sesimbra) marcado pela diversidade de contextos ecológicos, a elevada compartimentação da paisagem agrícola, e a expressão das suas áreas florestais. Em relação à unidade 'Estuário do Sado' destacam-se as zonas de reserva natural bem como os territórios agrícolas em Palmela e a norte de Setúbal – importantes fatores de preservação da biodiversidade e de manutenção da qualidade dos solos. No que concerne à unidade Espaço de Transição Nascente, tal como o nome indica, constitui um território em recomposição, incluindo atividade agrícola (pequenas explorações e grandes herdades) a par com os fenómenos de urbanização dispersa, determinados pelas novas procuras urbanas, subsequentes ao incremento das acessibilidades (ex. Ponte Vasco da Gama). Por fim, a unidade 'Estuário do Tejo' é referida enquanto espaço de elevado interesse natural, decorrente da diversidade de ecossistemas, bem como do valor florístico e faunístico a estes associados (CCDR-LVT, 2002). À semelhança da margem norte, o cruzamento do mapeamento obtido para a margem sul, com os diversos diagnósticos[25],

[25] Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Estudos de caracterização. Volume III – Caracterização sócio-demográfica (2011)
Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Estudos de caracterização. Volume IV – Caracterização sócio-económica (2011)
Primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Montijo. Estudos de caracterização. Volume II – Caracterização biofísica e estado do ambiente (2011)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela. Relatório de Estado do Ordenamento do Território do município de Palmela
Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal. A8 – Estudos de caracterização do território municipal. Relatório síntese (2021)

realizados a nível municipal, parece corroborar o quadro de declínio rural metropolitano alvo de análise.

O município de Montijo (que integra as freguesias identificadas de Canha, Pegões, Santo Isidro de Pegões, Sarilhos Grandes, Alto Estanqueiro-Járdia) salienta a importância da articulação entre o setor primário e secundário neste território – um reflexo das boas condições para a prática agrícola e do desenvolvimento da indústria transformadora ligada ao setor das carnes, do vinho e da cortiça. São realçados, contudo, e a par da reduzida diversificação económica, fenómenos de declínio em ambos os setores referidos, sobretudo na zona ocidental do município. No setor secundário tem-se registado o encerramento de algumas unidades industriais mais tradicionais, e no setor agroflorestal uma tendência para a redução do número de explorações .À semelhança de outras freguesias analisadas anteriormente, é apresentado um conjunto de desvantagens competitivas que parecem justificar este contexto de declínio, nomeadamente: reduzida dimensão das explorações (média inferior a 5 ha), predomínio de produtores agrícolas singulares, envelhecidos e pouco qualificados e de uma agricultura de cariz familiar (sobretudo na zona ocidental do município). Na zona nascente do município (ex. Canha) é evidenciada, pelo contrário, o crescente dinamismo, empresarialização e mecanização do setor primário por via da presença de explorações com mais de 500 ha e da progressiva qualificação dos agricultores. A vinicultura, as culturas de sequeiro e culturas hortofrutícolas bem como floricultura são identificadas como as mais representativas da produção agrícola do município (Câmara Municipal de Montijo, 2011b). Se relativamente às atividades agrícolas são observadas realidades distintas a nível territorial – certas zonas apresentam tendências positivas e outras regressivas –, no plano socioeconómico as dinâmicas de declínio evidenciam-se, destacando-se: perdas populacionais e envelhecimento demográfico, fenómenos de isolamento da população, constrangimentos no acesso a serviços e equipamentos (na área da saúde, educação, transporte e cultura), poder de compra e taxas de atividade reduzidas bem como o aumento do desemprego (Câmara Municipal de Montijo, 2011a; 2011b; 2011c).

Um retrato semelhante, é traçado pelo município de Palmela, no âmbito do 'Relatório do estado do ordenamento do Território', a propósito das freguesias de Poceirão e Marateca. No plano económico é realçada a importância das atividades de produção agrícola, florestal e pecuária bem como as dinâmicas de recomposição em curso no setor. Tal como nas freguesias anteriores, o relatório destaca a redução da expressão da produção agrícola familiar, nomeadamente na área da viticultura, em prol de uma agricultura orientada para o mercado onde ganham relevo os latifúndios, as culturas de frutos frescos e as pastagens

Relatório de estado do ordenamento do território do município da Moita (2013)
Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. Relatório de Fundamentação (2006)
Diagnóstico social do concelho de Sesimbra (2015)

permanente e temporárias. Este contexto é evidenciado pela redução do número de explorações em paralelo com o incremento da superfície agrícola utilizada. Relativamente à componente socioeconómica, salientam-se dificuldades de dinamização urbana, constrangimentos no acesso da população a equipamentos e serviços (ex. saúde, escolares, recolha de resíduos urbanos) bem como índices de provisão infraestrutural ,inferiores à média concelhia (ex. água, esgotos) coincidentes com um quadro de declínio rural metropolitano (Câmara Municipal de Palmela, 2003).

O município de Setúbal, onde se localizam as freguesias Sado e Gâmbia-Pontes–Alto da Guerra, destaca também o grau elevado de especialização económica do município no setor primário e a crescente relevância da produção de frutos frescos, olival, e vinha. Apesar da relevância das atividades agrícolas (representam 6% da totalidade desta atividade na AML), observa-se a progressiva tendência para a terciarização económica, com respetiva redução do emprego da população ativa no setor primário (e também secundário) bem como do número de explorações. O índice de empresarialização das atividades agrícolas é, contudo, um dos mais elevados da AML (9,15% correspondem a explorações empresariais) verificando-se o aumento da dimensão média das explorações. O relatório destaca ainda, no plano social, dinâmicas de envelhecimento demográfico, bem como os níveis reduzidos de instrução da população. A nível da provisão pública são identificadas carências no que respeita a equipamentos de saúde/apoio a idosos, cobertura de rede escolar (ensino básico e secundário), infraestruturas de abastecimento de água e recolha/drenagem de águas residuais, bem como de transportes coletivos capazes de reduzir o isolamento intra-concelhio nas freguesias mais rurais (Câmara Municipal de Setúbal, 2021).

Relativamente ao município da Moita (que integra as freguesias mapeadas de Sarilhos Pequenos e Gaio Rosário), é destacada a sua função de periferia residencial e rural, contrastando com outros territórios mais dinâmicos da península de Setúbal. Destacam-se, a nível socioeconómico, os indicadores mais desfavoráveis da AML, no que respeita ao poder de compra, nível de instrução e grau de dependência de subsídios públicos (ex. RSI) da população residente. Uma consequência da forte ligação da população ativa ao setor primário/secundário e a um setor terciário estruturado em função das baixas qualificações (ex. comércio e distribuição alimentar). No que respeita às atividades económicas, são realçadas debilidades na estrutura produtiva decorrentes da reduzida dimensão das empresas, do seu perfil de especialização, da baixa incorporação de inovação e tecnologia, e da diminuta capacidade de criação de emprego. O envelhecimento populacional, os baixos recursos económicos da população, a fraca atratividade/competitividade do território, o crescente distanciamento entre as necessidades de formação e a oferta educativa, constituem, de acordo com o município, uma conjuntura de marginalização, agravada pelo débil investimento público e privado. A este contexto acrescem carências identificadas relativamente a

infraestruturas e equipamentos coletivos bem como fragilidades no comércio local (Câmara Municipal da Moita, 2013).

Por fim, o município de Sesimbra (que integra a freguesia de Sesimbra-Castelo), salienta a perda de importância dos setores primário e secundário no concelho. Outrora estruturantes do tecido produtivo, as atividades agroflorestais e industriais têm vindo a ser suplantadas pelo crescimento do setor do turismo e das atividades associadas (comércio, serviços, restauração, etc.) que absorveram parte do emprego criado. Este enquadramento evidencia dinâmicas de declínio no que respeita às atividades agrícolas, mas, simultaneamente, fenómenos de recomposição económica e social. Neste âmbito é destacado o aumento da atratividade do território, refletindo-se no crescimento populacional, bem como no incremento dos preços do imobiliário e dos alojamentos de uso sazonal. São apontados ainda diversos desafios, nomeadamente a necessidade de reforçar as infraestruturas (rede viária, saneamento, abastecimento de água), corrigir assimetrias na distribuição de energia (gás e eletricidade) e telecomunicações, e continuar o esforço de provisão de equipamentos e serviços, especialmente na área da saúde (Câmara Municipal de Sesimbra, 2006; Câmara Municipal de Sesimbra & Conselho Local de Ação Social de Sesimbra, 2015).

4.5.2 Análise dos fenómenos de declínio rural metropolitano à escala local

Casos de Estudo:

O cruzamento dos diagnósticos e estudos de caracterização territorial com o mapeamento obtido, permitiu aprofundar o conhecimento sobre a complexidade das dinâmicas de declínio rural em curso na Área Metropolitana de Lisboa. Importa, no entanto, evitar a equação simples que associa o declínio rural aos fenómenos de abandono agrícola e despovoamento. Como referido anteriormente 'o rural' é hoje cada vez mais multifuncional (inclui produção agrícola, funções residenciais, serviços, indústria, comércio, atividades turísticas), especialmente nas áreas metropolitanas, obrigando antes a equacionar o seu declínio em função das crescentes divergências estabelecidas entre as dinâmicas agrícolas, socioeconómicas e de ocupação de solo. Por exemplo, observámos uma tendência para a concentração, empresarialização e especialização do setor primário em certas freguesias – indiciando uma agricultura competitiva orientada para o mercado - ao mesmo tempo que na esfera social se observaram dinâmicas regressivas (baixo nível de qualificações, envelhecimento e perda populacional, etc.). Em simultâneo, certas freguesias demonstraram potencial de atratividade (de novos residentes e outras atividades como o turismo, recreio e lazer) ao mesmo tempo que registaram elevadas perdas no setor primário. Foi também possível identificar um conjunto de vulnerabilidades sociais, económicas, ambientais e institucionais associadas aos fenómenos

de declínio rural. Estes processos serão agora analisados com maior detalhe, no que respeita às freguesias de Canha (Montijo) e Cachoeiras (Vila Franca de Xira), contribuindo para este objetivo a informação estatística produzida, as entrevistas realizadas a atores locais, e outras fontes de informação, que se consideraram uteis mobilizar para este efeito.

4.5.2.1 Canha (Montijo)

Caracterização estatística

A freguesia de Canha obteve um *score* de 18 pontos, no âmbito do índice de declínio rural metropolitano, sendo que grande parte dos valores assumidos pelos indicadores utilizados, se inclui nos extremos de distribuição, tendo em consideração a totalidade de freguesias que compõem a AML (percentil 80 ou percentil 20). A nível socioeconómico destacam-se níveis elevados de envelhecimento populacional (259,40, percentil 80, 2011), assim como da taxa de analfabetismo (13,58%, percentil 80, 2011) e da proporção de população que não usa viatura própria nem transporte público (49,11%, percentil 80, 2011). Em sentido inverso, a freguesia apresenta os menores níveis de população com ensino superior completo (6,3%, percentil 20, 2011), assim como de diversificação social (0,19, percentil 80, 2011). A conjugação de dinâmicas demográficas regressivas, situações de isolamento populacional, baixos níveis de instrução e ténue diversidade social é compatível com um panorama de declínio, ausência de expetativas e fraca atratividade territorial do ponto de vista socioeconómico. No que respeita ao setor primário, as perdas elevadas de emprego (-61, percentil 20, 2003-2012) e empresas (-8, percentil 20, 2003-2012) denunciam tendências de abandono da atividade agrícola. Ainda assim constitui um dos principais motores económicos da freguesia, algo que explica o seu baixo nível de diversificação económica (0,57, percentil 80, 2011). Neste âmbito identifica-se uma fraca implantação de atividades comerciais, traduzida por proporções diminutas de edifícios não exclusivamente residenciais (3,6%, percentil 20, 2011). Também os setores imobiliário e turístico apresentam pouco dinamismo, como atestado pelos valores reduzidos dos preços da habitação face à AML (909 €/m^2, percentil 20, 2017) bem como pela quase inexistente variação das licenças de alojamento local (4, percentil 20, 2013-2021). No que respeita à ocupação de solo, evidenciam-se as baixas densidades populacionais (8 hab/km^2, percentil 20, 2011) e da rede viária (0,17 km/km^2, percentil 20, 2011), bem como a expressão limitada das dinâmicas de urbanização, sendo quase inexistente a proporção de solo a transitar para uso urbano (0,64%, percentil 20, 1995-2010). Em sentido inverso observam-se os valores mais elevados de proporção de solo classificado como uso agrícola (53,03%, percentil 80, 2011), em particular por florestas e matos (70,42%, percentil 80, 2010). A nível de infraestruturas, observam-se

défices nas comunicações digitais, traduzidos por uma reduzida cobertura de banda larga (50-100%, percentil 20, 2014). No que concerne a equipamentos e serviços, destaca-se a presença limitada de atividades relacionadas com a administração pública, educação, saúde e cultura (3, percentil 20, 2012). A reduzida diversificação social e económica, a débil integração urbana e atratividade (de pessoas e atividades diferenciadas), bem como os défices na provisão de equipamentos, serviços e infraestruturas, indiciam a condição periférica desta freguesia.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

A freguesia de Canha apresenta, no que concerne, às dinâmicas socioeconómicas, agrícolas e de ocupação do solo, muitos dos atributos observados nos territórios rurais do interior do país, apesar de estar incluída dentro da Área Metropolitana de Lisboa. Neste âmbito, destaca-se, a referência feita no decorrer da entrevista, a propósito da perda de estatuto de Canha, enquanto 'zona rural e desfavorecida'. Situação que se traduziu em constrangimentos no acesso a programas e fundos comunitários de apoio ao desenvolvimento local. Segundo o presidente da junta, esta decisão governamental, assente numa visão iminentemente urbana da metrópole e pouco sensível à diversidade de contextos que a caracterizam, constitui um entrave ao desenvolvimento deste território, e uma descriminação negativa face a outras freguesias com características semelhantes que continuaram a beneficiar destas linhas de financiamento e de apoio público.

"Canha, talvez há 4 anos, deixou de ser freguesia rural. Na AML só restaram freguesias consideradas rurais em Mafra, foi muito estranho....foi uma coisa que nos deixou muito admirados. Isto foi sempre zona rural, continua a ser zona rural, não tem nada a ver com as zonas urbanas (...). Canha perdeu essa classificação desde que passou a ser considerada zona urbana integrante da AML (...). Perdeu a parte de % a fundo perdido que receberia caso fosse considerada zona desfavorecida e isto teve um impacto muito grande. Por exemplo, a freguesia de Vendas Novas que já pertence ao Alentejo, é considerada zona desfavorecida, tal como Canha era considerada zona desfavorecida há uns anos atrás, porque era pobre. (...). O principal objetivo de se considerarem zonas desfavorecidas, nos anos 80 era fazer com que essas zonas que eram essencialmente rurais se pudessem desenvolver através da revitalização da atividade agrícola (...). Enquanto as zonas não desfavorecidas tinham um subsidio de 40%, as zonas desfavorecidas tinham um subsídio de 70%, logo, a parte de Vendas Novas evoluiu muito mais do que a parte de Canha (...)" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018).

Relativamente a este tema, destaca-se um projeto de resolução, que recomenda a revisão

do regulamento do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020) e da portaria 22/2015 de 5 de Fevereiro, no sentido de reintegrar um conjunto de freguesias da Península de Setúbal (incluindo Canha) na lista de zonas rurais e zonas desfavorecidas. A sua exclusão, determinando restrições no acesso a fundos comunitários do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), mais concretamente no que concerne à medida 9 (manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas) e medida 10 (abordagem Leader) previstas no PDR 2020, é considerada um entrave à necessária estratégia de inclusão social, redução da pobreza e estímulo ao desenvolvimento económico que deveria pautar a intervenção pública nestes territórios.

"A Península de Setúbal é um território com importante produção agrícola e com produtos de elevada qualidade (...). Ora, face a esta realidade, sucedeu que numa decisão sem qualquer fundamento e totalmente incompreensível, o Governo excluiu a Península de Setúbal na delimitação dos territórios rurais abrangidos pelo Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (...). Subsiste a perplexidade: se estas zonas não são rurais, o que é uma zona rural?! (...). Esta opção do Governo vem prejudicar ainda mais, não só os agricultores e as populações rurais ao nível local, mas também a própria economia da região, uma vez que o corte do acesso a apoios relevantes repercute-se no tecido económico em que a agricultura está integrada (...). O Governo, com esta decisão, penaliza ainda mais as populações rurais e os agricultores destas freguesias, que são verdadeiramente rurais e desfavorecidas, com particular relevo para os pequenos e médios agricultores e para a agricultura familiar" (Projeto de Resolução n.º 1576/XII-4.ª).

É de salientar, ainda a este propósito, as assimetrias no que respeita ao investimento público na AML. Se, como visto, nas áreas urbanas, os perímetros de reabilitação foram expandidos através dos respetivos PDM'S, de forma a poderem beneficiar de um financiamento e apoio mais alargado à sua reabilitação (o caso da ARU em Lisboa), pelo contrário, grande parte das áreas rurais da AML, foram desclassificadas, restringindo de forma acentuada, o acesso a fundos necessários ao seu desenvolvimento. Algo particularmente crítico, quando a nível socioeconómico se destacam o envelhecimento demográfico e a dificuldade de fixar população jovem por ausência de serviços e empregos qualificado. Um panorama, apenas contrariado durante o contexto recessivo de crise económica, mas que continua a afetar o preenchimento de vagas de emprego, inclusivamente na administração pública, tal como referido na entrevista.

"A freguesia de Canha em termos demográficos e sociais não tem evoluído, a população é envelhecida (...) dentro da AML tenho impressão que é a única freguesia que nos últimos anos perdeu população. Os mais jovens, quase todos estudaram, quase todos têm qualificações, não vão querer trabalhar a fazer mão de obra de campo (...). Por isso é que a população jovem depois abala daqui,

porque aqui oportunidades para pessoas qualificadas não há (...) alguns regressam, depois de darem uma volta ao mercado de trabalho, também já viram que não é fácil arranjar emprego fora, depois aqui distribuem-se, em quê? Uma empresa de produção de leite, por exemplo, emprega ali, trinta e tal pessoas, a maioria deles jovens, depois as estufas de flores empregam mais outros tantos, depois temos a 'Santa Casa da Misericórdia' que emprega mais alguns. Temos a casa do povo que também emprega mais alguns, depois vão se fixando aqui (...). Eu costumo dizer, em Canha não há falta de trabalho, há falta de emprego... já é a segunda vez que abro um concurso aqui na Junta de Freguesia, para meter duas pessoas, o ultimo acabou anteontem, e não teve concorrentes, e é para a Junta de Freguesia" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)

De acordo com a entrevista, para além do reduzido número de empregos qualificados, persistem os baixos níveis salariais e de pensões de reforma da população residente. Algo explicado pelo predomínio do setor primário e pelos reduzidos descontos feitos para a segurança social. A crise financeira de 2008, veio agravar esta situação, afetando sobretudo as camadas da população mais vulneráveis, que subitamente tiveram que prestar assistência às gerações mais novas. Os laços de solidariedade que persistem nos meios rurais, a prática de uma agricultura de subsistência (permitindo reduzir os encargos a nível alimentar) bem como a titularidade da propriedade, são identificados como elementos que permitiram dissimular os efeitos gravosos da crise a nível estatístico e evitar a fome nos meios rurais.

"Devido a ser uma freguesia rural, acaba por ser menor a rentabilidade per capita de cada um, do que numa zona que seja urbana (...) o modo de vida é outro e os rendimentos per capita são outros. O que é que há a encobrir e a poder enganar, entre aspas, certos censos? Como é uma zona rural, quase todas as famílias têm um bocadinho de terra em que criam animais, fazem a sua hortinha, e parecendo que não poupam muito dinheiro, é um apoio, e depois se o vizinho está a passar mal, lá vai um franganito, ou um coelho, ou uma couve, uma batata. O que não quer dizer que a pessoa tenha rendimentos, a pessoa pode não ter rendimentos, no entanto o nível de vida também não passa daquilo (...). Onde é que se nota mais isso, pessoas por exemplo, que trabalharam toda a vida no campo, já se sabe que muitas delas não descontaram para a segurança social, portanto têm um rendimento reduzido, um rendimento que até me admira como é que elas sobrevivem. Porque com duzentos e tal euros, trezentos e tal euros, é impossível, nós sabemos (...). Depois já há uns anos que há uma crise grande (...) quem sofre mais com a crise é quem tem menos, na freguesia tem-se notado isso. Há muitos jovens que se não fossem os avós e se não fossem os pais... a vida não está boa mas estaria muito pior, felizmente todos têm uma casinha" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)



Fig. 60– Freguesia de Canha. 'Foros', incluindo habitações e agricultura de subsistência (fonte: do autor, 2018)

Apesar dos constrangimentos económicos, do envelhecimento da população e do modelo de povoamento disperso, a administração local considera não haver situações de isolamento grave, sendo o acompanhamento e apoio às necessidades da população prestado maioritariamente por instituições de cariz social.

"Numa freguesia que tem 211 km^2, se não houvesse pessoas isoladas, tinha que estar tudo no mesmo aglomerado, mas como não está tudo no mesmo aglomerado, porque há herdades, há montes....alguns estão mais isolados do que outros, mas aquele isolamento de não ver ninguém durante o dia, de não estar referenciado [que há ali um casal de mais idade, ou que há ali um velhote], não, isso está tudo referenciado (...). Neste momento temos o centro de saúde, que infelizmente não funciona a 100% mas ainda está aberto, depois a misericórdia dá apoio com mais dois dias por semana de médico, temos dois centros de dia que fazem o acompanhamento dessas mesmas pessoas, temos também a Igreja que comparticipa em termos de cabazes de alimentos, se houver alguma necessidade mais urgente... e depois temos a cruz vermelha portuguesa que também todos os meses manda um cabaz (...). Mas é como lhe digo, está tudo referenciado." (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2019)

No que respeita à provisão de equipamentos, serviços e infraestruturas, o presidente de junta considerar existir alguma diversidade de cobertura. Identifica, contudo, um conjunto de problemas, que têm manifestações semelhantes noutras freguesias já analisadas. Entre estas destacam-se: carências de pessoal e material médico, fracos níveis de serviço dos transportes públicos, encerramento de agências bancárias. Um enquadramento particularmente desvantajoso no âmbito de um território periférico, marcado pelo envelhecimento demográfico e por constrangimentos de mobilidade. Para além destas vulnerabilidades é ainda mencionada a falta de fibra ótica - algo que determina processos de exclusão digital, principalmente nas camadas mais jovens, a incompletude da rede de saneamento, o mau estado de conservação de certas vias rodoviárias, assim como o abandono de certos equipamentos desportivos e culturais.

"Costumo dizer que a freguesia de Canha tem de tudo um pouco, tem GNR, tem correios, tem 'Santa Casa da Misericórdia', tem casa do povo, tem escola, tinha Caixa Geral de Depósitos (...). Para ter noção, a partir do momento em que a CGD saiu daqui, a Junta de Freguesia disponibiliza transportes para os mais necessitados, para irem tratar de assuntos com mais urgência (...) é o único apoio que eu consegui dar. Não consegui que eles ficassem cá (...). A saúde é como eu lhe digo, não está a 100%, está aí a 40%, por só haver um médico, uma vez por semana (...). Temos um centro de saúde muito bom, tem umas instalações muito boas, tem funcionado bem, só começou a funcionar mal de há três anos para cá. Há falta de médicos, há falta de coisas – isto é uma zona envelhecida (...) está na zona metropolitana de Lisboa, mas está longe de tudo, especialmente para quem não tem transporte, que é o caso dos idosos. Transporte público não há, há um autocarro de manhãzinha, depois há outro à tarde, mas só em tempo de escola (...). Transporte próprio alguns não têm (...). Há uma escola primária, e depois temos a secundária em Pegões. O desporto foi pena, tínhamos uma equipa de futebol (...) de há 6 anos para cá acabou (...) o campo da bola está desprezado (...).Também existe uma praça de touros. Houve boas touradas e depois acabou (...) Quanto ao saneamento e às águas, está tudo mais ou menos...porque falta saneamento nos foros [pequenos aglomerados de casas servidos por estradas de terra batida] (...). Só agora é que se está a construir uma ETAR que satisfaz o núcleo da freguesia (...). O estado das vias, principalmente das estradas principais não é o melhor...estão a precisar de uma requalificação muito grande (...). Tivemos agora a requalificação da nacional 4 (...) andámos a lutar para que fosse reparado porque quase que não podíamos ir daqui ao Montijo pela estrada nacional, era só buracos. Os bombeiros, por exemplo, faziam 3-4 vezes aquele caminho, as ambulâncias, quase todas as semanas iam para a oficina com amortecedores e molas partidas (...) agora repararam, estão na fase de acabamento (...). Neste momento, anda ai nas redes sociais, a falta de fibra ótica em Canha (...) o que eu tenho dito às pessoas principalmente os mais jovens é (...) 'façam um abaixo assinado com um texto, entreguem na junta que é para eu fazer um e passar para a PT, para justificar que há uma necessidade'" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)

Relativamente às atividades económicas, destaca-se a preponderância do setor primário. Ao contrário das dinâmicas de declínio observadas no plano demográfico e social, regista-se, de acordo com a administração local, uma evolução positiva na atividade agrícola que contraria, de certo modo, os dados obtidos através da análise estatística. Entre os sinais desta evolução, são destacados: o aumento dos níveis de mecanização e diversificação do setor, o incremento da capacidade exportadora e da produção em larga escala. Este reforço de competitividade, refletiu-se na redução das necessidades de mão de obra e do volume de emprego disponível. Processo que a par da progressiva qualificação das camadas mais jovens da população e da diminuição expressiva das atividades agrícolas familiares e de subsistência, contribui, para os valores apresentados anteriormente, relativos à redução substancial da população empregada no setor primário na AML.

"A freguesia não é das mais pobres. Há aí umas certas empresas, há herdades a produzir determinado tipo de produto, que também faz enriquecer a economia da freguesia. Os mirtilos, as framboesas... temos uma das maiores vacarias do país em produção de leite (se não da península ibérica), que por sua vez produz queijos, queijos esses que já estão à venda no mercado nacional e internacional (...) produção de flores, também temos duas empresas grandes, temos a produção de cortiça, a produção de madeira de eucalipto, temos o milho, o tomate e o arroz. Tudo em larga escala. E a vinha, porque quando ouvimos falar da 'Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões', é pelo local onde esta inserida, mas a produção da uva, a maioria é daqui da freguesia de Canha. As herdades são grandes, depois ao nível da produção de mirtilos e framboesa, não são produzidas nas herdades mas nas quintas, que têm dimensões mais pequenas (...). A agricultura não tem perdido importância, tem evoluído, só que em termos de mão de obra é como lhe disse. Por exemplo o milho, hoje, um homem e um trator com as devidas alfaias, faz uma seara de milho. A mesma coisa acontece com o tomate (...) na vindima a mesma coisa, vinham pessoas de todo o lado para vindimar, hoje em dia mete-se uma máquina no meio da vinha e a maquina faz. Esta situação na evolução da economia teve um impacto positivo, na evolução do emprego teve um impacto negativo (...)" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)

Apesar dos progressos tecnológicos e da sua tradução na diminuição do volume de empregos, persiste a falta de mão de obra, sendo destacada como um dos maiores entraves ao desenvolvimento do setor. A progressiva divergência entre as dinâmicas de declínio observadas a nível socioeconómico e as dinâmicas de crescimento identificadas no setor primário - que por vezes envolve prejuízos nas explorações -, é compensada por via do recurso a trabalhadores imigrantes provenientes de países periféricos, que frequentemente vivem e trabalham em contextos de precariedade, ilegalidade e coação.

"Nós sabemos que neste momento se não fosse a imigração do povo nepalês, principalmente nos

últimos 2 anos, antes foi os brasileiros, os ucranianos, os moldavos, guineenses, cabo verdianos... se não fosse esse pessoal, não havia mão de obra para a agricultura, principalmente aquela que necessita de muita mão de obra, porque apesar de haver máquinas para muita coisa, ainda faltam máquinas para muitas outras coisas, e essas outras coisas, se não for a mão de obra não se consegue produzir (...). No ano passado estragou-se muita fruta, houve um prejuízo grande pela falta de mão de obra (...). Depois há sempre aquelas empresas... (...) isto ao fim ao cabo há quase uma escravatura humana nos dias de hoje, quer queiramos quer não. Muito desse pessoal está sujeito a um determinado ser humano, que é o chefe de grupo e ele é que os manobra e os instala ai em barracões, a maior parte não tem condições nenhumas (..) a maior parte não terá contratos (...). Não estão recenseados e se calhar legalizados muitos deles também provavelmente não estão. Por isso é que eu digo que os Censos às vezes são coisas que podem não demonstrar a realidade exata. Os Censos dizem que a população da freguesia são mil e trezentas pessoas, mas no fim estão cá duas mil e tal pessoas. E depois há estes fenómenos, eles estão instalados em casas que não são casas... de vez em quando aparecem as autoridades, para controlar mais ou menos, porque é difícil controlar, porque isso levantaria outras questões a nível do tecido económico (...) vão fazendo o trabalhinho, vão ganhando, vão comendo, vão gastando no supermercado, no café..." (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)

A vulnerabilidade a que as comunidades de imigrantes estão sujeitas é agravada, como vimos, pela passividade das autoridades públicas, quer no que respeita aos recenseamentos da população, quer no que constitui a sua obrigação de fiscalização e exigência de cumprimento das condições laborais relativamente às explorações agrícolas em causa. Recordemos a invisibilização dos escravos romanos no âmbito dos primeiros processos censitários. A defesa dos interesses económicos parece assim prevalecer face à defesa dos direitos humanos, no século XXI. A relevância dos fluxos emigratórios e imigratórios em Portugal, traduz uma situação de grave disfuncionalidade no plano laboral e no funcionamento da sua estrutura produtiva. Uma política focada no incremento da competitividade por via da precarização das condições de empregabilidade, traduz-se no limite, em contextos laborais marcados pela exploração das camadas mais frágeis da população. Nestas se incluem os imigrantes que trabalham nos setores mais intensivos em mão de obra e menos intensivos em qualificações. Apesar de contribuírem para o crescimento económico e rejuvenescimento demográfico do país, veem-se excluídos nos seus direitos, nomeadamente no acesso a um emprego e habitação dignos, à saúde, educação entre outros. A este respeito noticiou o jornal 'Dinheiro Vivo', em agosto de 2017:

"Portugal está entre os 20 países europeus onde aumentou o risco de escravatura moderna em 2017, de acordo com o relatório da consultora Verisk Maplecroft (...). No caso de Portugal, o motivo do agravamento encontra-se nos 'indicadores que avaliam a severidade e frequência de ocorrências', reportando-se a 'relatos de formas severas de escravatura moderna, incluindo trabalhos forçados,

servidão e tráfico' (...). Além disso, a classificação do país reflete 'o aumento da pressão na capacidade de as autoridades fiscalizadoras da lei fazerem-na cumprir efetivamente' e neste parâmetro o país viu agravar o risco entre 2016 e 2017.(...). 'Há relatos de vítimas de trabalhos forçados, incluindo migrantes da Europa de Leste e de África, explorados na agricultura, na construção e no turismo - todos setores de trabalho intensivo e de baixos salários" (Nunes, 2017, par.1)

Também o jornal alemão 'Deutsche Welle', denunciou, em 2018, as condições ilegais e precárias dos imigrantes que constituem a mão de obra agrícola, em particular na região do Alentejo. Este contexto daria origem a uma campanha de boicote na Alemanha aos produtos portugueses provenientes da agricultura intensiva (Faget, 2018; Notícias ao Minuto, 2021). O século XXI, obriga-nos assim a recuar ao século XIX, em particular à crítica de Jon Ruskin (enunciada no primeiro capítulo), relativa a uma economia estruturada em torno da competitividade e do crescimento da riqueza por via da pobreza, da exploração humana e da destruição dos recursos naturais (Ruskin, 1872). Se a precarização das populações e o seu encobrimento por via de uma economia crescentemente globalizada, continua a ser uma realidade nos dias de hoje, também a evolução das redes de comunicação e da consciência dos consumidores, permite uma maior exigência, quanto às componentes de justiça social e ética ambiental que devem envolver uma transação comercial.

"Como mão de obra barata, os trabalhadores em situação ilegal no país ganham menos do que um salário mínimo, vivem em condições precárias e não recebem benefícios sociais. Autoridades de Portugal negligenciam problema (...). Na região rural do Alentejo, no sul de Portugal, nada funcionaria sem o trabalho dos migrantes em situação ilegal (...). A viver em condições sub-humanas e a ganhar menos do que um salário mínimo de 580 euros – valor determinado por lei –, os migrantes trabalham em campos de oliveiras, morangos, laranjas, melões e uvas (...) são contratados por meio de agências de empregos temporários, que ainda descontam gastos com refeição, acomodação e viagem. Em meses em que há pouco trabalho, não sobra quase nenhum dinheiro aos trabalhadores (...). O país precisa de mão de obra barata para oferecer produtos, como morangos e amoras, a preços mais baixos e competitivos e, assim, aumentar as exportações, especialmente, para o mercado alemão. Por isso, em alguns contextos, as autoridades de fiscalização fazem vista grossa diante das irregularidades" (Faget, 2018, para. 1).

Para além de contextos críticos de vulnerabilidade social, observam-se entraves ao desenvolvimento da freguesia de Canha que contribuem para acentuar a sua condição periférica a nível metropolitano. Neste âmbito é destacada a lentidão dos processos de revisão do PDM de Montijo, bem como a desadequação do plano em vigor, considerado demasiado inflexível e desajustado às características rurais da freguesia. As restrições existentes à construção de habitação e o desconhecimento das necessidades envolvidas no âmbito do

setor primário (ex. instalação de estruturas de apoio à produção), limitam, de acordo com a administração local a fixação de população residente, bem como o reforço da própria atividade agrícola, exigindo, no âmbito destes instrumentos, um maior esforço de pormenorização e um acompanhamento de cada situação no terreno.

"O PDM de Montijo é um PDM muito complicado. Eu estou quase há 20 anos cá e desde que entrei o PDM de Montijo está para ser alterado e sair novo PDM (...). O PDM (…) tinha várias lacunas, por exemplo, não tinha uma legislação própria para estufas, não tinha uma legislação própria para pecuárias, quando isso era necessário porque havia estufas e havia pecuária. Portanto acabava por estar tudo ilegal, porque não havia um regulamento (...). Em relação à freguesia de canha, eu acho que, às vezes, dificulta-se demasiado a construção numa fazenda, numa quintinha, quando na minha opinião, não devia ser assim. Ou seja, o meu avô deixou-me um terreno, que não tem casa nenhuma mas são dois hectares de terreno, ele fazia lá uma seara de batatas, mas eu quero ir para lá viver, fazer um furo, ter uma casinha (...). Eu vou à Câmara, peço para fazer uma casa e a Câmara não me deixa, porque aquilo está numa zona rural, ou está numa zona REN ou RAN (...). Eu acho que o PDM por muito que seja alterado vai deixar sempre algumas lacunas, porque cada caso é um caso (...). Há dois anos também aconteceu ai uma situação...uma pessoa que faz searas de milho. O milho, como sabe, quando é apanhado, tem humidade, precisa de ir para um secador para poder ser conservado (...). Por meio hectare não deixarem fazer uma coisa que serve a atividade principal da pessoa, que é para o desenvolvimento dessa atividade, num sitio onde não estão casas, as únicas casas que há mais ao pé são umas estufas, só porque o PDM dizia 'tem que ter 4 hectares'. Não pode ser assim. Tem que haver sempre alíneas, porque cada situação que aparece, é uma situação, e tem que se ir ao terreno ver. Se não, estamos a cair no mesmo erro de há anos e anos - as leis são feitas no gabinete, ninguém vai aos terrenos e depois surgem problemas." (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018)

É interessante verificar que em freguesias onde se verificaram processos de expansão metropolitana (ex. Quinta do Anjo), o sentido de revisão do PDM, terá sido, corretamente, o da contenção da construção. Seria de esperar, por este motivo, uma perspetiva menos conservadora no que respeita às freguesias rurais onde se observam processos de declínio. Longe de se fazer aqui uma apologia ao crescimento desregulado da urbanização, ou à persecução de um modelo de agricultura intensiva que comprometa os recursos naturais existentes, realça-se a importância de capitalizar as pequenas iniciativas privadas que tenham o potencial de contribuir para a fixação e rejuvenescimento da população bem como para o desenvolvimento sustentável. A figura 61 demonstra a expressão residual dos perímetros urbanos e das áreas urbanizáveis na freguesia de Canha, face às zonas de reserva agrícola nacional (RAN) e reserva ecológica nacional (REN), iminentemente associadas à rede hidrográfica. De destacar ainda a relevância do setor primário no que respeita à áreas de produção florestal (sobretudo montado de sobro) e áreas de produção agrícola.

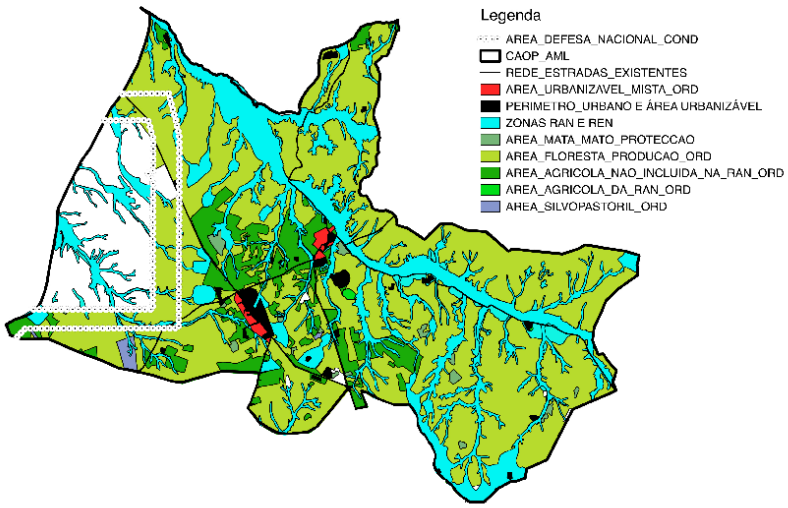


Fig. 61 – Mapa síntese das condicionantes do PDM do Montijo
(fonte: Câmara Municipal de Montijo, 2021;do autor, 2021)

Se por um lado, o PDM de Montijo em vigor foi considerado demasiadamente restritivo quando às dinâmicas de construção em solo rural e pouco detalhado no que respeita a atividade agrícola, por outro, a incerteza e a flutuação da administração central, quanto à localização de grandes investimentos públicos, determinaram constrangimentos acrescidos ao desenvolvimento da freguesia. É o caso do novo aeroporto de Lisboa, que esteve para ser construído no Campo de Tiro de Alcochete (identificado na figura 62, como área de defesa nacional). As dinâmicas especulativas despoletadas pela expetativa desta decisão, inviabilizam atualmente novos investimentos, dada a inflação dos preços dos terrenos. O colapso do sistema bancário e financeiro na sequência da bolha imobiliária de 2008 não foi alheio a este tipo de fenómenos, estruturados em torno de esperanças frustradas de rentabilização do solo, muitas vezes associadas a grandes projetos de urbanização territorial.

"Quando o aeroporto estava para vir para aqui, o José Manuel Mestre da SIC, veio cá entrevistar-me. No fim da entrevista disse: 'Sr. Presidente, você parece que não está satisfeito'. Eu disse: 'Nem satisfeito, nem insatisfeito, eu só acredito quando começar a ver os aviões a passarem baixinho e ouvir barulho. Eu sou do tempo em que o aeroporto era para ir para Rio Frio, já havia projetos, já havia maquete, já havia tudo e o aeroporto nunca veio para Rio Frio (...). Quando o aeroporto era para ir para a Ota, deram cabo da Ota, porque começaram a desprezar tudo e a comprar as propriedades ali à volta (...). Temos terrenos e quintinhas que se podiam vender aí, como se vendiam nos anos 90, antes da ideia do aeroporto vir para cá, hoje em dia é muito complicado.... ainda ontem veio uma imobiliária falar comigo, eu disse: 'você faça uma prospeção mas os valores que se praticam aí estão fora do mercado nesta zona' (...). Houve aquelas pessoas que compraram, a pensar que estavam a fazer um bom negócio, porque o aeroporto vinha para cá, e depois como o aeroporto não veio para cá, tentaram

vender, só que entretanto alguns tinham ido pedir dinheiro ao banco, e depois não venderam, nem pagaram ao banco, e o banco ficou com a propriedade (...). Depois acontece o que aconteceu agora, ainda há dois ou três anos, os bancos faliram. Faliram porque fizeram empréstimos à maluca. Se calhar aqui em Canha emprestaram 10 milhões de euros para comprar 10 hectares, quando esse hectares valiam 300.000 euros (...) agora se venderem por 100.000 já ficam satisfeitos (...). Temos uma urbanização ali que ficou parada, porque os bancos tomaram conta daquilo, mas os bancos têm ali os lotes de terreno, já é a terceira vez que vai a licitação e não vende porque eles mantêm valores que não são suportáveis para a época, nem para a zona" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018).

A decisão de construção do novo aeroporto de Lisboa tem durado décadas, envolvendo múltiplas localizações ao longo do tempo (ex. Base Aérea da Ota, Campo de Tiro de Alcochete, Base Aérea de Montijo). Os efeitos especulativos a nível territorial decorrentes do arrastamento desta decisão, as consequências diretas da instalação deste equipamento no território que vier a ser eleito para o efeito (ambientais, socioeconómicas, institucionais etc.) bem como os problemas observados no centro da capital, devido ao excesso de turismo, obrigam a equacionar todos os aspetos e ramificações implicadas neste processo (Ferreira & Pinto, 2022 a). Resolver o problema da saturação da infraestrutura aeroportuária de Lisboa, sem acautelar a necessária capacidade de carga urbana e as respostas necessárias face à crescente saturação dos sistemas urbanos (sociais, económico, ambientais), constitui um erro de política estratégica. Em simultâneo, a concentração e estruturação dos grandes investimentos em prol das zonas do país mais competitivas a nível global (ex. Lisboa) e o desguarnecimento progressivo dos territórios em declínio (rurais ou industriais) refletem-se no aumento das suas vulnerabilidades, agravando o seu contexto de isolamento, invisibilidade e marginalização progressiva, tal como referido pelo presidente da Junta de Freguesia de Canha:

"A falta de investimento é a principal vulnerabilidade da freguesia, principalmente a falta de investimento público. No setor primário, era importante incentivar a que houvesse aqui duas fábricas de produção animal, ou produção de qualquer coisa vegetal, uma fábrica qualquer para atrair pessoas (...) não estou a falar da vinda de indústria poluente. A freguesia continua a ser vulnerável, está perto de Lisboa, mas continua a ser esquecida, continua a estar num extremo. Talvez por isso, isto seja quase uma ilha (...) estamos um bocadinho esquecidos e desvalorizados lá em Lisboa (...). Há aí uns projetos para avançar mas não sei se avançam, o aeroporto não tenho esperança, o aeroporto em principio vai para o Montijo (...). Ainda estamos à espera de dois projetos que é um estabelecimento prisional e outro que não sei bem o que é. Este do estabelecimento prisional se avançar é para avançar este ano. É para acabar com a prisão no centro de Lisboa. Agora como o mercado imobiliário está na capital, o que eles ganham em tirar aquilo dali... dá para fazer esta aqui à borla, mais a mais que o terreno é deles – é do Estado" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018).

Tanto a prisão no centro de Lisboa, como o terreno onde se pretende concretizar este investimento, pertencem ao Estado. Corresponde à herdade Gil Vaz, situada na freguesia de Canha. Compreendendo 330 hectares, foi um dos mais importantes centros de formação agrícola na dependência do Ministério da Agricultura, tendo sido encerrado em 2007. A construção de uma prisão no seu lugar é um exemplo paradigmático da redução da importância do setor agrícola no país, mas também das dependências criadas entre o investimento público e o setor imobiliário. O novo estabelecimento prisional que se estima custar 55 milhões de euros, implicará o encerramento e alienação de estabelecimentos prisionais em Lisboa, mas também Setúbal e Montijo, sendo que para alguns destes edifícios já existem compradores interessados no âmbito dos setores imobiliário e turístico (Diário do Distrito, 2019). A construção de um bairro residencial conexo, capaz de fixar novos moradores e reverter o declínio demográfico, está contudo, suspensa, tendo ficado fora da proposta de Orçamento do Estado para 2021 (Sobral, 2020).

No que concerne ao futuro da freguesia, são destacados, no âmbito da entrevista, diversos aspetos. Em primeiro lugar é referida, a necessidade de rejuvenescimento da população e de fortalecimento do capital social da freguesia. Em segundo lugar é realçada a importância dos territórios rurais e da atividade agrícola, no plano da sua rentabilidade económica, das suas funções de proteção de recursos naturais e da promoção de modos de vida mais saudáveis – algo que poderia ser comprometido pela vinda do aeroporto, ou por processos de construção especulativa. Finalmente é feita uma crítica à administração do território e às políticas públicas: a desadequação destes instrumentos face à diversidade de contextos territoriais (urbanos, rurais, industriais, turísticos) que compõem o país é considerada enquanto 'mecanismo de exclusão ao invés de inclusão'; em suma, um entrave ao desenvolvimento dos territórios. Afirmação que coincide com a perceção de outros atores locais - recordemos a entrevista realizada ao presidente de Junta de Freguesia de Quinta do Anjo (Palmela) no âmbito da tipologia *expansão metropolitana intensiva*. O conhecimento aprofundado sobre as dinâmicas e características diferenciadas dos territórios, é um fator, visto pela administração local, como de extrema importância, no âmbito do desenho de políticas que visem corrigir as assimetrias, fortalecer a coesão social e promover o desenvolvimento do país.

"Gostaria de encontrar a freguesia com mais juventude, com uma mentalidade mais rica. Pelo facto de a freguesia ser envelhecida, a mentalidade é pobre, não há projetos de futuro. As coisas devem evoluir. Eu sou contra a evolução desenfreada, a evolução deve ser controlada por alguém que saiba o que é que está a fazer (...) por exemplo a construção: o objetivo é sempre o lucro rápido e as vezes fazem-se asneiras grandes. Considero que tudo faz falta no nosso país, principalmente sendo um país

pequeno – deve ter zonas rurais, deve ter zonas industriais e deve ter zonas urbanas, dá para termos isso tudo, desde que quem esteja a governar ou nos setores de topo, saiba o que está a fazer. O meu medo, caso o aeroporto viesse para cá, era que daqui a dez anos, Canha deixasse de ser uma zona rural. Esta produção agrícola seria substituída. Este espaço rural faz falta ao país porque temos que respirar oxigénio todos os dias. Não se pode acabar com estes espaços rurais, porque estes espaços rurais também são rentáveis. Têm demonstrado isso, quer nos vinhos, quer medalhas de ouro, quer nas representações em praticamente todo o mundo. Os mirtilos agora estão a ser exportados para Inglaterra, para o Chile, para a Alemanha... vai o nome de Portugal e vai o nome de Canha nos rótulos (...).Isto são tudo perspetivas boas, mas as políticas às vezes não deixam desenvolver estes territórios. O facto de ser uma freguesia rural não quer dizer que as pessoas tenham que ter menos condições que as freguesias urbanas, para mim uma freguesia rural é mais saudável do que uma freguesia urbana. Uma pessoa que vive numa zona rural respira mais à vontade, pode andar mais livre e o stress não é tão grande. Temos condições para ter zonas rurais, zonas urbanas, zonas de poluição, zonas de não poluição, zonas turísticas ou não turísticas, se o território for administrado por quem sabe" (Excerto de entrevista, Armando Piteira, Presidente da Junta de Freguesia de Canha, 2018).



Fig. 62 – População envelhecida no café 'Castelo', Canha (fonte: do autor, 2018)

4.5.2.2 Cachoeiras (Vila Franca de Xira)

Caracterização Estatística

No âmbito do índice de declínio rural metropolitano, a freguesia de Cachoeiras obteve um *score* de 10 pontos. Apesar deste resultado ser inferior ao da freguesia anterior (18), parte relevante dos indicadores estatísticos utilizados para identificar esta tipologia assumem valores que se incluem nos extremos de distribuição, tendo em conta a totalidade de freguesias que compõem a AML (Percentil 80 ou Percentil 20). A elevada proporção de população natural da freguesia onde reside (38,25%, percentil 80, 2011), assim como a relevância da proporção de alojamentos clássicos do próprio (78,82%, Percentil 80, 2011) indiciam uma mobilidade reduzida da população no contexto da AML. Simultaneamente, a taxa de analfabetismo elevada (6,71%, percentil 80, 2011) e a baixa densidade populacional (77,6 pessoas/km^2, percentil 20, 2011) espelham constrangimentos ao nível das qualificações e do capital social da freguesia. A representação inexistente de atividades relacionadas com administração pública, defesa, segurança social, apoio social, saúde, educação e cultura (0, percentil 20, 2012), a variação pouco expressiva das licenças de Alojamento Local (5, percentil 20, 2013-2020) bem como o baixo índice de diversificação económica (0,75, percentil 80, 2012) são sintomáticos da reduzida atratividade económica da freguesia, bem como de vulnerabilidades no plano da provisão de equipamentos e serviços essenciais. Relativamente à ocupação do solo, a elevada proporção de áreas classificadas como uso agrícola (33,55, percentil 80, 2011), o predomínio das explorações agrícolas de pequena dimensão (4,8 ha, percentil 20, 2011) e a reduzida densidade da rede viária (0,74 km/km^2, percentil 20, 2011) evidenciam o predomínio de uma matriz rural, marcada pela agricultura de subsistência.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

Tal como nos casos anteriores, socorremo-nos da entrevista realizada ao presidente da Junta de Freguesia de Cachoeiras (atualmente União de freguesias de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo), bem como de outros elementos informativos, de forma a aprofundar a análise/discussão dos resultados no que respeita às dinâmicas de declínio rural metropolitano e das vulnerabilidades a estas associadas.

À semelhança da freguesia de Canha, é realçado na entrevista o facto de estarmos na presença de um território eminentemente rural. Nesse contexto destacam-se como fenómenos preponderantes a perda e o envelhecimento populacional. A maior proximidade a

meios urbanos (Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira), a concentração da propriedade num número reduzido de famílias e a sua menor dependência (em termos de trabalho, rendimentos e reformas) relativamente ao setor primário, determina, contudo, um nível socioeconómico da população menos desfavorecido do que o verificado em Canha. Observa-se ainda um grau de atratividade maior (ainda que residual) no que respeita à fixação de novos residentes, evidenciando o carácter essencialmente residencial deste território.

"As Cachoeiras têm estagnado muito (...) tem a sua urbanidade mas é muito rural (...) a população é maioritariamente idosa (...) embora tenha gente...30% entre os 30-50 ou 30-60 (...). Existem muitas pessoas reformadas, depois pessoas que trabalham fora, portanto não acho que haja dificuldades económicas, as pessoas têm algum sustento (...) aliás as Cachoeiras, se formos a dividir aquilo por fatias, são duas ou três famílias só, e que ainda hoje habitam lá (...). Tem perdido alguma população, mas é lógico que as pessoas têm que ir para fora, não podem ficar na freguesia, porque na freguesia não têm sustento. Ali será um dormitório com muita qualidade de vida (...). As Cachoeiras têm a beleza de ser uma zona rural, muito sossegada. Passa o avião, não passa mais nada...carros é raro, pessoas também são raras (...). Aqui [Castanheira do Ribatejo] é chegar às sete da noite, fazer o jantar, estar um bocado com os filhos e deitar, lá não, pode passear-se um bocado, estar, tem-se um sossego diferente. Aqui não há sossego, é uma vida demasiado agitada, lá em cima é outra coisa, é quase como o Alentejo, não se passa nada (...). Um dia destes levei às Cachoeiras uma rapariga, estávamos em campanha eleitoral, cheguei lá acima e perguntei: 'Diz-me lá uma coisa, o que é que tu achas das Cachoeiras?' Resposta: 'Está tudo limpo, está tudo arrumado'. Eu disse: 'Mas ainda não me respondeste, o que é que tu achas de estranho aqui? De repente caiu em si e disse: 'Pois é, faltam as pessoas!'. Nas Cachoeiras faltam pessoas (...) ultimamente, pela minha perceção, as pessoas têm descoberto as Cachoeiras (...) estão a ir a casas velhas, estão a adquirir, estão a fazer obras e a começar a mudar-se para lá. Mas também é muito pontual...nota-se algumas mexidas, mas não mais do que isso". (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018).

No que respeita à esfera económica, o cenário diverge da freguesia de Canha. A atividade agrícola existente é maioritariamente de subsistência, não correspondendo, com exceções (o caso da Quinta da Granja), a um setor competitivo assente na escala, mecanização e internacionalização da produção. Destaca-se também a reduzida oferta turística (apesar de as intenções neste setor estarem a aumentar), bem como a rarefação de serviços e do comércio local.

"Não há muitas empresas, o que existe mais é agricultura de subsistência e recreio (...) mas não é a atividade principal. É mais num contexto de brincadeira, porque depois para o Natal têm, para uma festa de anos têm, para uma atividade fora do normal têm e com melhor qualidade obviamente. A não ser a Quinta da Granja (...) aí sim, já se faz agricultura industrial (...). Turismo rural não há nas

Cachoeiras, embora, em conversas particulares, há pessoas que estão com ideia de abrir os seus espaços ao turismo rural, vamos lá ver se conseguem... Tem tudo para dar certo. Porque também, entenda-se, as Cachoeiras não está longe de nada. Está a 7 km de Vila Franca e se calhar a mais 7 km de Arruda dos Vinhos (...). Temos uma oficina de mecânica automóvel, temos dois cafés, dois snack-bares e não mais do que isso. Temos a Junta de Freguesia, temos uma caixa multibanco e basicamente não tem mais nada". (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018)

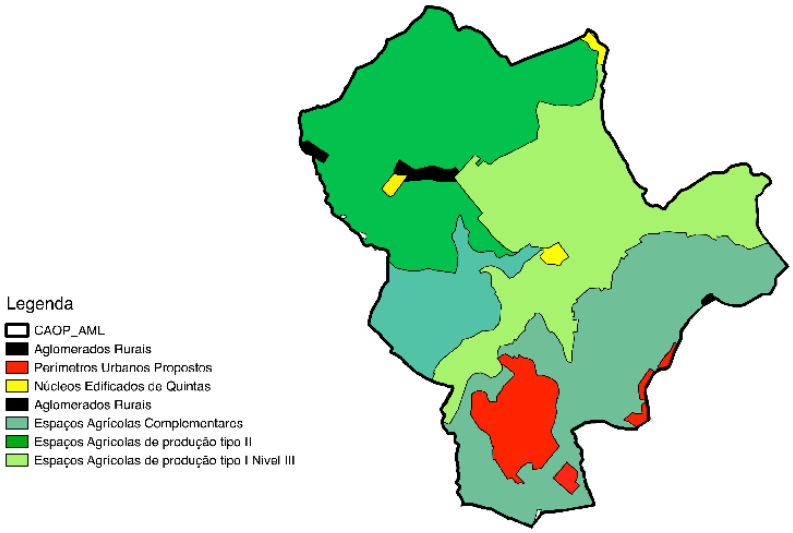


Fig. 63 – Mapa síntese das condicionantes do PDM de Vila Franca de Xira (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2021; do autor, 2021)

Na Fig.63 é possível confirmar o carácter rural da freguesia de Cachoeiras, tanto no que concerne ao tipo de povoamento, como no que respeita à sua aptidão produtiva e recursos naturais. Neste âmbito, destaca-se a relevância dos espaços classificados pelo PDM enquanto espaços agrícolas, em particular dos 'Espaços Agrícolas de Produção tipo I, nível III'. Estes correspondem aos melhores solos do município, articulando-se com as zonas de RAN e REN. Englobam a Quinta da Granja (identificada a amarelo, na figura 65), onde se observa uma produção vitivinícola industrializada, já referida no âmbito da entrevista. A dimensão dos perímetros urbanos propostos evidencia também uma expetativa de crescimento populacional e urbano. A este propósito, verificam-se, à semelhança da freguesia de Canha (e de outras zonas da AML), efeitos especulativos de decisões públicas e privadas de investimento que não se chegaram ainda a concretizar-se. No caso em concreto, é feita referência à construção do 'Aeroporto na Ota' (município de Alenquer) e à 'Plataforma Logística de Lisboa Norte', ainda em processo de conclusão (Castanheira do Ribatejo). A sua tradução num conjunto de urbanizações suspensas – 'elefantes brancos' (antecipadores de

uma procura que não se chegou a concretizar), teve um impacto particular ao nível dos ecossistemas, nomeadamente de redução do coberto florestal. É interessante verificar que as dinâmicas de urbanização não se cingem assim aos territórios onde se verificam processos de expansão metropolitana, difundem-se também aos territórios rurais, quando no horizonte se 'desenham' potenciais rentabilizações futuras.

"Temos aqui duas urbanizações, que com a grande fome da expansão, porque estávamos para ter o aeroporto na Ota (e não tivemos), temos ali a Plataforma Logística de Lisboa Norte parada (vamos lá a ver se é agora que vai avançar), mas essas urbanizações pararam e rebentaram com uma grande parte da floresta que tínhamos para a construção. Temos aqui a Quinta dos Anjos... na parte Norte desta urbanização, iria nascer uma outra, mesmo paredes meias com a ribeira da castanheira. Está tudo parado, mas saíram dali carvalhos...era onde a juventude da minha idade brincava". (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018)

A localização do novo aeroporto de Lisboa continua incerta, sendo que os estudos realizados no âmbito deste processo, ascendem já a mais de 70 milhões de euros. Envolvem atualmente seis localizações possíveis – Ota, Alcochete, Montijo, Alverca, Vila Franca de Xira e Santarém (Guedes, 2022; Teixeira, 2022). No que respeita à 'Plataforma logística Lisboa Norte', terá sido adquirida, em 2016 por uma empresa imobiliária espanhola – 'Merlin Properties', que tem como objetivo torná-lo o principal polo logístico do país.

"A espanhola Merlin Properties comprou há cinco anos a Plataforma Logística de Lisboa Norte, em Castanheira do Ribatejo, parada há um par de anos e inaugurou-a este mês. Desembolsou cerca de 125 milhões de euros na altura e prevê investir mais 150 milhões de euros na preparação, adiantou ao ECO Ismael Clemente, CEO da empresa. Será o 'maior parque logístico de Portugal', diz o responsável, revelando mesmo que está a ser estudada a construção de um centro de dados naquela plataforma (...) Com o primeiro armazém logístico terminado temos ainda perto de 200 mil metros quadrados de área bruta edificável, que nos propomos desenvolver, com o propósito de criar um parque logístico de referência que sirva os cerca de três milhões de pessoas da Área Metropolitana de Lisboa." (Neto, 2021, para. 1)

Ao mesmo tempo que a concretização de grandes investimentos públicos e privados se prolonga no tempo, verificam-se carências no que respeita a serviços e equipamentos públicos (ex. transportes, saúde e serviços descentralizados da administração pública), já identificados a propósito de outras freguesias e tipologias de diferenciação. Este contexto, que denuncia problemas estruturais, no que respeita à correta territorialização das funções de provisão do Estado Social, é particularmente gravoso no caso das populações mais

envelhecidas, menos qualificadas, com menores graus de mobilidade e de literacia digital que caracterizam os meios rurais. Para compensar estes défices, as juntas de freguesia têm vindo a reforçar e a diversificar o tipo de serviços prestados às populações. No caso em concreto, a manutenção de uma delegação da junta em Cachoeiras, apesar de a sede se localizar em Castanheira do Ribatejo (após processo de revisão administrativa em 2012) é considerada vital, pela ausência de outra instituição pública no território, pelo papel que desempenha no reforço das sociabilidades e pelo apoio facultado à população, tanto no respeita a assuntos administrativos como na resolução de problemas do quotidiano.

"Há uma igreja, há uma capela mortuária, há dois sanitários públicos (...). Têm a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia, para mim, é um dos elementos mais importantes em termos de proximidade com qualquer população, porque é o elo de ligação com tudo. Conseguimos dialogar com a população e meter a população a dialogar com quem for necessário (...) trabalhamos em rede e os serviços que poderiam fazer aqui na sede da freguesia, fazem lá, porque isso foi a nossa tradição, não fechar, porque para além da Junta de Freguesia ser uma zona de convívio dos idosos, há sempre alguém com mais instrução que os ajuda a fazer determinadas coisas (...) e até... fica com o pão ou com a couve para a vizinha, porque teve que sair de manhã cedo para ir ao médico, e então o padeiro passa às 10 horas, e deixa ali o pão. Para você perceber...é mesmo uma freguesia rural! Em termos de transportes públicos, Cachoeiras está bem servida na época escolar, quando acaba a escola está muito mal servida (...). Acho que é um problema das freguesias rurais (...). Centro de Saúde não tem, nunca teve (...). Com a nova organização administrativa, esqueceram-se de que quando as pessoas são das Cachoeiras, pertencem ao centro de saúde da Castanheira, e autocarro das Cachoeiras para a Castanheira não existe (...). Eu já cheguei a sair daqui e ir buscar uma senhora às Cachoeiras, que tinha 80 anos (...) Tinha a tensão muito alta e precisava de vir ao médico. Não podia andar, os bombeiros não estavam disponíveis, e eu disse: 'Deixe estar que eu vou aí buscá-la' (...). Como é lógico não posso fazer isso sempre e não posso abrir grandes exceções" (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018)

Os principais desafios/vulnerabilidades identificados no âmbito da entrevista remetem para a necessidade de atrair população jovem, de estimular as dinâmicas de reabilitação do edificado e de reforçar o tecido económico da freguesia. É destacada a importância da persuasão política (mais do que as políticas públicas) na concretização destes objetivos, sendo referido, neste âmbito, a realização de um passeio pedonal entre Castanheira do Ribatejo e as Cachoeiras. Esta excursão, realizada com crianças, tem como objetivo despertar o interesse por este território rural desde a infância.

"Os desafios são a fixação de casais e população, casais mais novos, com outro estilo de vida, e que viessem engrandecer a freguesia das Cachoeiras, porque eu acho que os seus 9 km^2 têm muito para oferecer. Aqui na Castanheira fazemos um passeio pedestre (...) vamos pelo mato, levamos cerca

de quatrocentos miúdos (...) e quem sabe, não estamos neste momento, com esta brincadeira, no futuro a criar o desejo das pessoas irem para lá. Embora seja difícil, porque ali não há nada. É como lhe digo tem dois cafés, a Junta de Freguesia, a caixa multibanco, e meia dúzia de pessoas com quem falarem, mais nada, é só isso. Desafios são também a construção, a reabilitação de casas devolutas que lá estão e são muitas...Vamos o que é que o futuro nos reserva... Hoje, o que se está a assistir mais é casais com alguma formação académica, que procuram um estilo de vida diferente, sossego (...). Somos nós [governantes] que temos que persuadir as pessoas para que se mudem para estes lugares. Se lançarmos a nossa opinião, se a nossa opinião for colorida, as pessoas têm tendência a experimentar, deixa cá ver, se é verdade o que eles estão a dizer ou não" (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018).



Fig. 64 – Freguesia de Cachoeiras. Quinta da Granja (fonte: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2022)

Finalmente, aspetos estruturais, como a melhoria das condições financeiras das famílias e o incremento da acessibilidade em termos de serviços públicos (transportes e Sistema Nacional de Saúde), são considerados fundamentais, no que respeita à inversão do ciclo de periferização da freguesia. À semelhança de outras entrevistas (ex. Barreiro) é destacado o efeito 'pescadinha de rabo na boca' - o reforço da oferta em serviços determina uma maior procura por novos residentes e esta maior procura reflete-se, também, na melhoria da oferta de serviços. Tratando-se de uma zona rural onde a agricultura de subsistência tem ainda alguma relevância, é realçada a importância de perpetuar a cadeia de conhecimento sobre a produção agrícola – um recurso considerado vital, face a um futuro imprevisível.

"[No futuro gostaria de encontrar a freguesia] com transportes como deve ser, com horários a

condizer, se calhar com um sistema de saúde em que pudessem, deslocar uma ou duas vezes por semana, equipas aos locais, como faziam no passado (...) com melhores condições de vida no sentido financeiro...no fundo isto é um bocadinho uma pescadinha de rabo na boca, quanto melhor for a oferta, melhor a procura... e as pessoas instalam-se seguramente (...). Não sei como é que será daqui a vinte anos, a realidade agrícola da terra (...). Eu gostava de ver daqui a 20 anos, alguém a continuar esse trabalho, porque se ninguém continuar esse trabalho, a história morre ali...e qualquer dia não sabemos semear batatas (...) o meu avô era feitor agrícola de uma quinta (...) eu sempre fui habituado a semear batatas, a semear feijão, a meter pés de tomate, de cebolo, eu sei fazer isso (...). É bom que as pessoas não percam a história de como se fazem as coisas" (Excerto de entrevista, Luís Miguel Silva, Presidente da União de Freguesia de Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo, 2018).

4.5.3 Síntese

As assimetrias socioespaciais, traduzidas pela concentração da população nas zonas urbanas e em sentido inverso pelo esvaziamento e desvitalização socioeconómica dos territórios rurais, podem ser identificadas desde a década de 1960. Além da atratividade crescente das cidades, o declínio das zonas rurais é também o resultado do estrangulamento das condições de vida nestes territórios, na sequência de uma política de fomento industrial, que durante o período ditatorial, privilegiou os baixos salários e o controlo de preço dos produtos alimentares. Nas cidades, apesar da ausência de oferta de habitação adequada e das precárias condições laborais, foi possível a estas populações vencerem a fome e iniciarem uma trajetória de mobilidade social ascendente, ainda que de forma progressiva. Mais recentemente, a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986), bem como as tendências de globalização e terciarização económica em curso, determinaram transformações substanciais no tecido produtivo do país, em especial no setor primário. A abertura aos mercados, traduzindo-se numa maior exposição deste setor às assimetrias de produtividade mundial, bem como os instrumentos de estímulo à competitividade por via política agrícola comunitária (PAC), determinaram o agravamento das dinâmicas de declínio nos territórios rurais menos favorecidos por este enquadramento (ex. menor dimensão das explorações, níveis de qualificação dos produtores agrícolas e de incorporação tecnológica inferiores). A obsolescência funcional e os fenómenos de envelhecimento e despovoamento que afetam estes lugares, explicam, em grande medida, a severidade dos incêndios florestais no país (um fenómeno com tendência a extremar-se devido às alterações climáticas) e o agravamento da polarização entre as suas zonas interiores e litorais. Em sentido inverso, observou-se nos territórios mais aptos a articular-se com as cadeias de produção de valor global, a substituição da agricultura de subsistência de cariz familiar, por agricultura intensiva de grande escala, onde se destacam maiores níveis de empresarialização, especialização e mecanização da atividade. São também as explorações aí existentes que concentram uma

parte substancial do investimento público e privado penalizando-se, desta forma, através das políticas e das decisões de agentes económicos, os territórios rurais menos dinâmicos (e com isso a agricultura de pequena escala, familiar e/ou de subsistência), que se veem bloqueados numa trajetória de periferização progressiva a nível social, económico, ambiental e institucional.

A análise dos fenómenos de declínio rural na AML, implicam a consideração do efeito polarizador da capital, no quadro das dinâmicas de transformação metropolitanas. Regra geral, os territórios rurais metropolitanos, apresentam um maior nível de integração urbana, de diversificação económica e social, bem como valores de produtividade e rendimento do setor primário, superiores aos restantes territórios rurais, quando considerados a nível nacional. Este contexto traduz, entre outros fatores, a disponibilidade de recursos humanos e naturais, bem como, facilidades de acesso a um grande número de consumidores a nível nacional e global. A triangulação entre os mapeamentos obtidos, os diagnósticos territoriais realizados ao abrigo dos instrumentos de planeamento, e a informação recolhida no âmbito da análise dos casos de estudos (freguesias de Canha e Cachoeiras), permitiram identificar, um conjunto de vulnerabilidades, que, embora com menor intensidade do que as verificadas nos territórios deprimidos do interior, permitem comprovar a existência de fenómenos de declínio rural na AML. Destacam-se, neste âmbito, os seguintes fenómenos: 1) perda de relevância do setor primário (em termos de empresas e emprego); 2) níveis reduzidos de diversificação económica e social; 3) carências de investimento público e privado, acompanhadas de subfinanciamento das estruturas locais; 4) baixa atratividade turística; 5) rarefação do comércio local; 6) isolamento, envelhecimento e declínio populacional; 7) desqualificação da população residente; 8) precariedade socioeconómica das famílias e do emprego criado; 9) falhas de provisão de serviços e equipamentos públicos (ex. saúde, transportes, educação, cultura, tecnologias de comunicação e informação) bem como 10) défices infraestruturais (ex. saneamento, vias, redes de comunicação etc.). O conjunto de correlações (moderadas), estabelecidas entre os indicadores utilizados na construção desta tipologia, comprovam também, no plano estatístico, tendências semelhantes às verificadas nos territórios rurais mais periféricos, no que respeita à densidade populacional, capital social, trajetórias residenciais, atratividade económica e grau de provisão de infraestruturas e serviços. A uma maior proporção de solo classificado como uso agrícola, correspondem valores menores de densidade populacional (-0,476), de preços médios de imobiliário por metro quadrado (-0,371), de cobertura de banda larga (-0,444) de população com ensino superior completo (-0,387) e de edifícios não exclusivamente residenciais (-0,375). Inversamente correspondem valores superiores de taxa de analfabetismo (0,537) e de proporção natural da freguesia onde reside (0,600) (Anexo 2) (Taylor, 1990).

As tendências de declínio a nível sociodemográfico, agrícola e de ocupação do solo, nem

sempre ocorrem em simultâneo, acompanhando a progressiva diversificação funcional dos espaços rurais (ex. residencial, indústria, serviços, turismo, recreio e lazer). Os casos de estudo são particularmente ilustrativos desta situação. Na freguesia de Canha, destacam-se tendências negativas do ponto de vista socioeconómico e demográfico bem como limitações na provisão pública de serviços, equipamentos e infraestruturas. Em sentido inverso, o setor agroflorestal tem ainda uma importância relevante, tendo demonstrado capacidade competitiva e estando relativamente integrado no mercado nacional e internacional. Esta divergência entre as dinâmicas da atividade económica e as dinâmicas sociais determina riscos acrescidos. O envelhecimento e perda populacional, a saída das camadas mais jovens da população por ausência de empregos qualificados, os salários reduzidos pagos pelo setor primário, determinam o recurso a mão de obra imigrante, frequentemente explorada a nível laboral e cujas condições precárias de sobrevivência não são objeto da devida atenção por parte das autoridades públicas. Invisibilizadas pelos Censos, e pelas instituições responsáveis pela fiscalização das condições laborais, estas comunidades integram grande parte da força de trabalho do país nos setores mais intensivos em mão de obra e menos intensivos em conhecimento. Já no que respeita à freguesia de Cachoeiras, a agricultura praticada é sobretudo de subsistência, e apesar de se observarem fenómenos de abandono e envelhecimento demográfico, rarefação económica (comércio, serviços, etc.), dificuldades de mobilidade, limitações ao nível da provisão pública no que respeita aos serviços de saúde e transportes, observa-se uma crescente atratividade em termos de fixação de novos residentes. Em muitas das freguesias identificadas no âmbito desta tipologia, observaram-se tendências semelhantes às observadas na freguesia de Cachoeiras. A dissolução progressiva das atividades de produção agroflorestal e a expansão das funções residenciais, turísticas e industriais nestes territórios, implicam que se tomem as precauções necessárias, relativamente ao comprometimento dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade etc.) e às limitações que este comprometimento determina, na capacidade de resposta do país, face a condições menos previsíveis no plano internacional.

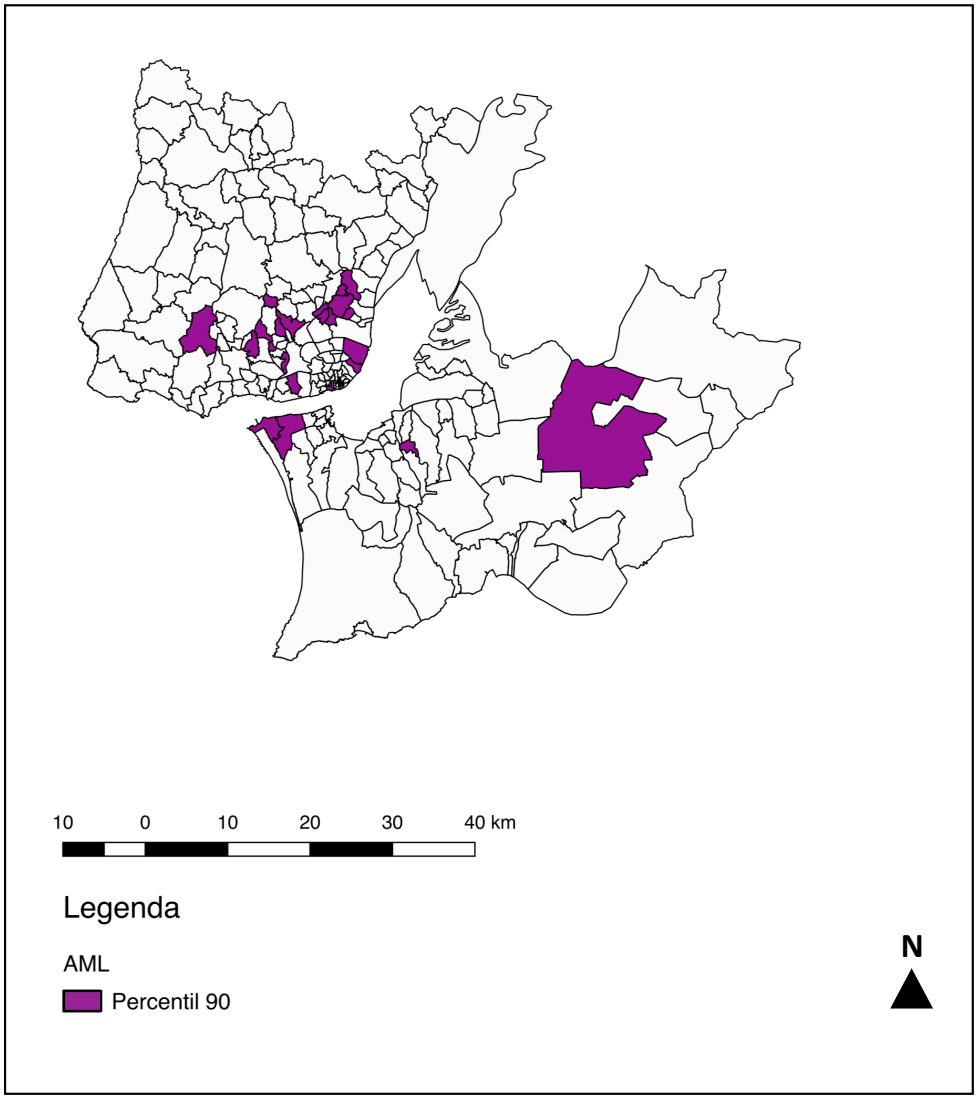
As entrevistas realizadas à administração local, permitiram salientar ainda, lacunas e fenómenos de periferização por via das políticas e instrumentos de planeamento territorial. Em ambas as freguesias, a expetativa de grandes investimentos públicos (ex. o novo aeroporto de Lisboa) traduziu-se em processos inflacionários que constrangem atualmente dinâmicas de urbanização discretas, que poderiam potenciar a fixação de nova população. Relativamente à freguesia de Canha é realçada a exclusão da sua classificação enquanto 'zona rural e deprimida' pelo facto de estar integrada na AML, com respetiva perda de parte do financiamento a fundo perdido, no âmbito dos programas comunitários de apoio ao desenvolvimento rural. É salientada também a rigidez e desadequação do PDM de Montijo em vigor, face às particularidades agrícolas deste território. No caso da freguesia de

Cachoeiras, foram relevados os défices de investimento público (saúde, transportes etc.) – algo considerado prejudicial, no que respeita ao reforço da atratividade da freguesia. Como observado, o facto destes territórios rurais estarem integrados na AML, não garante que sejam beneficiados por parte do poder público. Pelo contrário, a sua inserção no âmbito das dinâmicas metropolitanas, dos seus limites administrativos e dos enquadramentos institucionais respetivos, pode revelar-se até, em certos casos, contraproducente.

Os problemas que afetam os territórios rurais em declínio, assemelham-se aos verificados nos territórios desindustrializados ou em declínio urbano, na medida em que ambos traduzem alterações funcionais (perda de relevância do setor primário e secundário) no âmbito dos processos de terciarização e globalização económica, bem como das políticas estratégicas que os acompanharam. As assimetrias decorrentes destas transformações macroestruturais e que se refletem em défices de investimento, serviços, equipamentos públicos, mas também na progressiva erosão e desvalorização do tecido produtivo dos territórios, constituem uma fragilidade assinalável face a potenciais constrangimentos nas cadeias de produção de valor a nível global. A capacidade de resiliência do país em função de um cenário futuro de instabilidade, nomeadamente no que respeita ao aprovisionamento alimentar, dependerá, por isso, da capacidade de inverter o ciclo regressivo observado nestes territórios. Neste âmbito a ação do Estado deve ser mais sensível a uma redistribuição equilibrada e democrática dos recursos públicos, contrariando as tendências de especialização e diferenciação resultantes de uma política económica excessivamente orientada em função dos ganhos de competitividade. A inversão das dinâmicas de declínio, no plano da coesão e inclusão social, do robustecimento/diversificação das funções produtivas do território e da manutenção da paisagem e dos valores naturais que a integram, deveria traduzir-se num imperativo estratégico do país no plano político – um antídoto face às vulnerabilidades identificadas e às incertezas que se desenham no horizonte, a nível geopolítico, energético e climático.

4.6 Territórios em privação ou urbanização da pobreza

Com base nos métodos de análise estatísticos e das técnicas de georreferenciação anteriormente descritos, obteve-se o mapeamento dos territórios em privação ou urbanização da pobreza (freguesia e subsecção), ilustrado nos elementos gráficos seguintes (MAP5;MAP5A;MP6;MAP6A).



Freguesia	Concelho	Percentil 90
Ajuda	Lisboa	7
Ameixoeira	Lisboa	9
Apelação	Loures	11
Beato	Lisboa	9
Brandoa	Amadora	12
Buraca	Amadora	10
Camarate	Loures	11
Caparica	Almada	9
Casal de Cambra	Sintra	7
Castelo	Lisboa	8
Charneca	Lisboa	14
Marvila	Lisboa	10
Mina	Sintra	7
Olival Basto	Amadora	7
Poceirão	Palmela	7
Pontinha	Odivelas	7
Prior Velho	Loures	7
Queluz	Sintra	7
Reboleira	Amadora	7
Rio de Mouro	Sintra	7
Santa Catarina	Lisboa	7
Santa Justa	Lisboa	9
São Cristóvão e São Lourenço	Lisboa	8
São Miguel	Lisboa	7
São Paulo	Lisboa	7
Socorro	Lisboa	9
Trafaria	Almada	9
Unhos	Loures	10
Vale da Amoreira	Moita	10

* Organização administrativa das freguesias prévia à Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que introduziram uma reorganização administrativa do território das freguesias (RATF).

MAP5 Territórios em privação ou urbanização da pobreza (freguesia)



Camarate



Trafaria



Vale da Amoreira



Buraca



Reboleira



Beato



Ameixoeira

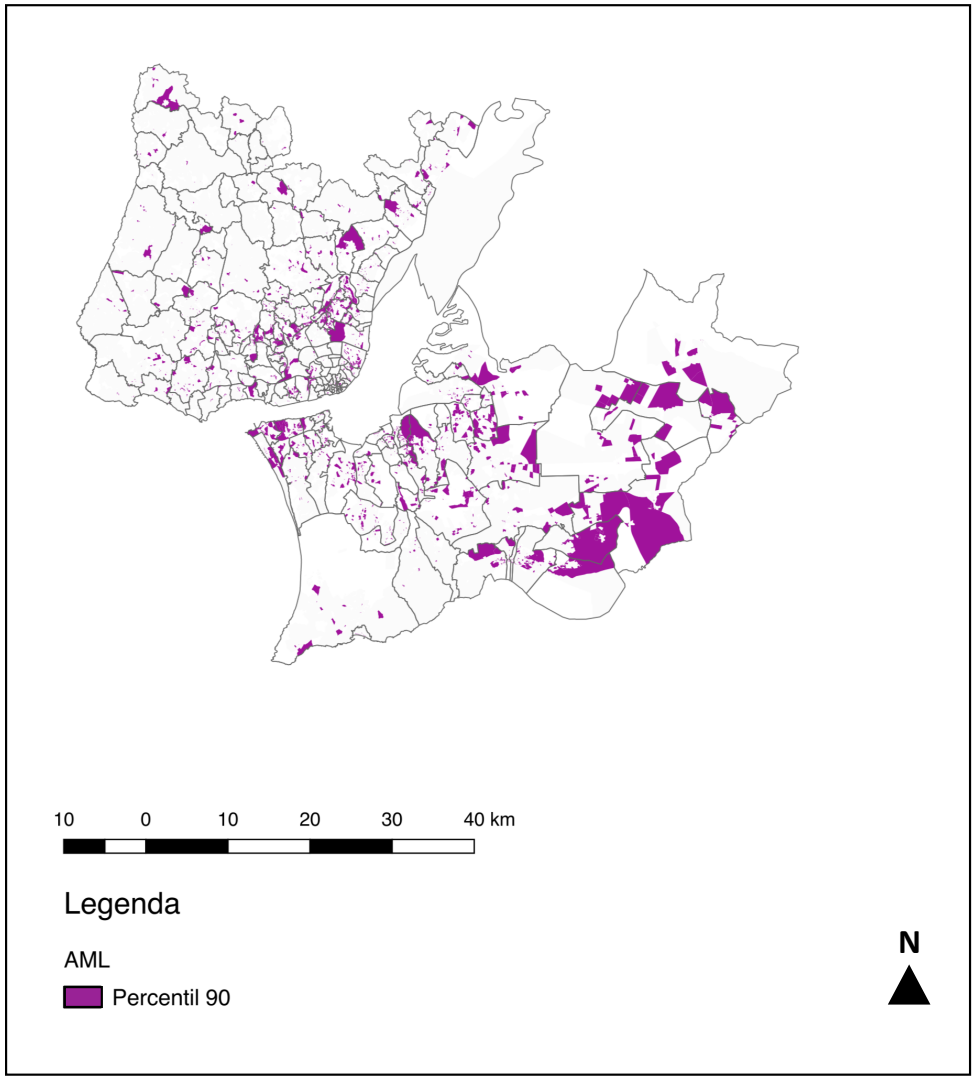


Poceirão



Pontinha

MAP5A Exemplos de territórios em privação ou urbanização da pobreza (freguesia) (fonte: GoogleEarth, 2022)



Dado o elevado número de subsecções que compõem a Área Metropolitana de Lisboa não foi possível a introdução de tabela com a correspondente identificação das subsecções com maior nível de privação ou urbanização da pobreza.

MAP6 Territórios em privação ou urbanização da pobreza (subsecção)



Lavradio (Barreiro)



Bairro da Jamaica (Seixal)



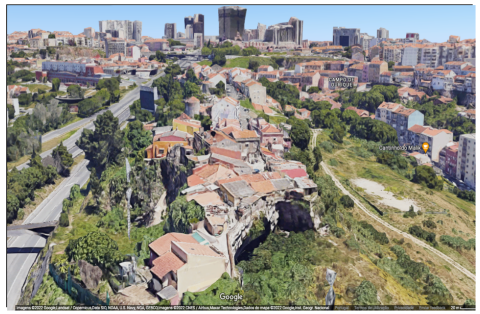
Corroios (Seixal)



Bairro da Bela Vista (Setúbal)



Bairro do Catujal (Loures)



Campo de Ourique (Lisboa)



Brandoa (Amadora)



Bairro Padre Cruz (Lisboa)



Bairro das Terras da Costa (Almada)

MAP6A Exemplos de territórios em privação ou urbanização da pobreza (subsecção) (fonte: GoogleEarth, 2022)

4.6.1 Interpretação do mapeamento obtido

A tipologia *territórios em privação ou urbanização da pobreza*, apresenta um caracter distinto das outras tipologias de polarização urbana analisadas, uma vez que incide sobre as desigualdades socioeconómicas e urbanas existentes a nível metropolitano. A expressão deste fenómeno na AML, apresentando um padrão disperso, evidencia, contudo, relações estreitas com as restantes dinâmicas de diferenciação analisadas (desindustrialização e declínio urbano, gentrificação, expansão metropolitana intensiva, declínio rural metropolitano) e, por conseguinte, com as alterações funcionais que estas implicam no território e na sociedade. O facto de a região de Lisboa ser aquela onde ser observam maiores níveis de rendimento *per capita* determina, frequentemente, o escamoteamento das graves assimetrias socioespaciais que a assolam. Neste sentido procedeu-se ao mapeamento desta tipologia a duas escalas de desagregação - freguesia e subsecção, utilizando o método dos percentis máximos, já descrito anteriormente. Socorremo-nos de indicadores estáticos, uma vez que nos interessava sobretudo uma 'imagem' dos contextos de privação e precariedade urbana e não a análise evolutiva dos indicadores socioeconómicos a nível metropolitano. As diferenças observadas nos resultados obtidos, obrigam ao questionamento dos níveis de desagregação comumente utilizados no âmbito dos processos de investigação, bem como da importância concedida aos valores médios estatísticos, uma vez que implicam alterações substanciais no que respeita à leitura da realidade existente. Exigem também que a informação pública produzida, seja facultada com o maior grau de desagregação possível, permitindo desta forma adquirir um conhecimento mais minucioso sobre os contextos e dinâmicas que caracterizam o território metropolitano. A cartografia realizada ao nível da subsecção permitiu obter informação detalhada dos fenómenos de *privação e urbanização da pobreza* à escala local, sendo de extrema importância no que respeita à definição de políticas territoriais melhor dirigidas aos lugares e comunidades que delas necessitam. Apesar da sua relevância, e tendo como expetativa oportunidades futuras de investigação que permitam aprofundar a análise do mapeamento obtido a este nível de desagregação (sem paralelo noutras investigações e relatórios), optou-se por apresentar e discutir os resultados obtidos à escala da freguesia, contribuindo deste modo para uma melhor coerência e comparabilidade no que respeita às restantes tipologias e uma melhor gestão do tempo disponível para a realização desta dissertação. Foi possível, contudo, mobilizar a cartografia realizada à escala da subsecção para aprofundar a discussão e análise dos resultados obtidos no que respeita aos casos de estudo (freguesias de Camarate e Mina).

De acordo com o PROT-AML (2002), as freguesias identificadas no âmbito desta tipologia, referentes à margem norte da AML, integram as unidades territoriais 'Espaço Metropolitano Poente' (incluindo Rio de Mouro, Queluz, Mina, Reboleira, Buraca, Brandoa), 'Arco Urbano

Envolvente Norte' (Mina, Brandoa, Pontinha, Casal de Cambra, Olival Basto, Camarate, Apelação, Unhos) e 'Lisboa Centro Metropolitano' (Ajuda, São Paulo, Santa Catarina, Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço, Socorro, Castelo, São Miguel, Beato, Marvila, Charneca, Ameixoeira, Olival Basto). Relativamente à unidade de caracterização 'Espaço Metropolitano Poente', destacam-se os territórios situados no eixo 'Amadora-Sintra' e na área intersticial entre esta zona e o eixo 'Algés-Cascais'. O crescimento urbano, decorrente da melhoria das acessibilidades e da procura de habitação por parte de uma população com níveis de rendimento inferiores, traduziu-se neste lugares, em problemas de desordenamento territorial e na saliência dos fenómenos de construção clandestina. Os défices na qualidade do tecido edificado e dos espaços públicos disponíveis bem como a obsolescência de zonas industriais – dissolução das fontes de emprego tradicional, configuram uma conjuntura de precariedade e declínio urbano, que se articula com fenómenos de exclusão e vulnerabilidade social. A unidade territorial 'Arco Urbano Envolvente Norte', apresenta disfunções semelhantes às verificadas na unidade anterior, destacando-se, em particular nas zonas a norte do aeroporto e nas costeiras de Loures, fenómenos de construção clandestina em situações de risco geotécnico. Por fim, no que concerne à a unidade de caracterização 'Lisboa Centro Metropolitano' e que corresponde sensivelmente ao município de Lisboa, são salientados problemas críticos de pobreza e exclusão social. A amplitude dos mesmos abrange cerca de 30% da população residente (em particular as minoria étnicas), incidindo sobre zonas do centro histórico, bairros de realojamento social e bairros de barracas. Nas imediações dos grandes eixos de desenvolvimento urbano de Lisboa, observam-se ainda carências e desarticulações infraestruturais, processos de desqualificação urbana e uma proximidade pouco recomendável entre estas bolsas habitacionais e zonas económicas obsolescentes (industriais e de armazenagem) (PROT-AML, 2002).

Diversos diagnósticos e estudos realizados a nível municipal[26] (Amadora, Sintra, Loures, Odivelas e Lisboa), parecem coincidir também com o retrato de privação e urbanização da pobreza identificado. O município da Amadora (que inclui as freguesias mapeadas da Buraca, Brandoa, Reboleira, Mina) destaca a prevalência destes fenómenos no seu território. Estes

[26] Plano Diretor Municipal da Amadora. Caracterização de nível municipal. B4 - Perfil socioeconómico (2018)
Plano Diretor Municipal da Amadora. Caracterização de nível municipal. B6 – Habitação (2018)
Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Amadora (2014)
Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sinta (2015)
Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra. Tema 5 – Socio-Demografia (2014)
Diagnóstico social do concelho de Sintra (2014)
Plano Diretor Municipal de Odivelas. Volume 4.2. Caracterização do território – Estrutura e funções sociais. V – Estrutura Sociodemográfica (2009)
Plano Diretor Municipal de Odivelas. Volume 4.2. Caracterização do território – Estrutura e funções sociais. VI – Habitação (2009)
Atualização do diagnóstico social do concelho de Loures (2011)
Plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas de Lisboa (2016)

afetam particularmente as camadas mais jovens e as mais idosas (que auferem pensões reduzidas), a população migrante e as mulheres. São realçados, neste âmbito, indicadores pouco favoráveis no que respeita ao desemprego, níveis de qualificação, rendimento, e grau de dependência de prestações sociais por parte da população residente, bem como o seu agravamento, na sequência da crise de 2008. Os fenómenos de privação social, articulam-se com fenómenos de precariedade urbana. (Câmara Municipal da Amadora, 2018a). De acordo com o município da Amadora, as necessidades de realojamento, envolvem problemas como défices de habitabilidade, sobrelotação de alojamentos, envelhecimento do parque habitacional, desadequação tipológica das habitações à estrutura familiar, bem como a inacessibilidade crescente do mercado de habitação (ex. Brandoa, Buraca, Reboleira e Mina) (Câmara Municipal da Amadora, 2014a). São igualmente salientadas carências persistentes a nível habitacional, que se têm acentuado nas últimas décadas. Apesar da concretização do PER em cerca de 90%, subsistem bairros de barracas e áreas urbanas de génese ilegal precárias (ex. Cova da Moura). Cerca de 3000 famílias encontram-se em situação de carência habitacional considerada grave. Simultaneamente, a concentração das populações realojadas nos grandes bairros de realojamento social (ex. Casal da Boba, Casal da Mira, Casal do Silva), nem sempre permitiu interromper as dinâmicas de segregação socioeconómica, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza entre gerações. O surgimento de novas carências habitacionais, não identificadas no âmbito dos processos de realojamento, exige, segundo a administração local, um avultado investimento e uma mudança de estratégia no âmbito das nova geração de políticas da habitação – NGPH (Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio) e do programa 'Primeiro Direito' (Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio). É destacada, contudo, a possibilidade destes instrumentos de política se revelarem insuficientes face às recentes dinâmicas de inflação do mercado imobiliário na capital. A difusão destas tendências a nível metropolitano, em particular à Amadora, traduzindo-se em níveis de encargos superiores para as famílias, e, por conseguinte, no previsível aumento do volume de carências habitacionais, poderá comprometer uma política que privilegia a subsidiarização do acesso à habitação por via do apoio público e não a implementação de mecanismos de regulação e estabilização dos preços de mercado imobiliário (Câmara Municipal da Amadora, 2018 b).

O município de Sintra (que inclui as freguesias identificadas de Rio de Mouro, Queluz, Casal de Cambra) realça também um conjunto de vulnerabilidades sociourbanísticas existentes no seu território. A nível urbano é destacada a expressão significativa das áreas urbanas de génese clandestina (ocupando 3% do território), cuja ocorrência é acompanhada de carências de infraestruturas básicas (gás e saneamento), processos de desqualificação urbana e défices na provisão de serviços e equipamentos públicos (ex. saúde, educação, apoio à juventude e à população idosa). A nível socioeconómico evidenciam-se problemas de

coesão e exclusão social que resultam dos reduzidos níveis de instrução da população, da condição de pobreza das famílias e das debilidades económicas do concelho. A elevada taxa de desemprego (superior à registada a nível nacional e metropolitano) e o número crescente de zonas industriais em processo de abandono, implica que se enquadrem os processos de privação/ pobreza urbana, no âmbito das dinâmicas de restruturação económica em curso. Estas incluem a desvalorização das atividades (ex. declínio industrial) e profissões tradicionais em torno de uma crescente terciarização da economia a nível metropolitano. Neste âmbito são destacadas as dificuldades sentidas pelas pequenas empresas - grande parte delas de origem clandestina, ao nível da gestão e de adaptação a estes processos. Os fenómenos de marginalização atingem assim as comunidades mais desfavorecidas, bem como as suas fontes de emprego mais evidentes, tendo sido agravados na sequência da crise de 2008. Neste âmbito destaca-se a relevância das pensões atribuídas por velhice (71,6%, abrangendo 78560 residentes, 2012) bem como dos subsídios de desemprego (24,6%, abrangendo 23737 pessoas, 2012), cuja expressão aumentou entre 2007 e 2014, em especial na faixa etária 35-54 anos, e nas camadas de população com níveis de qualificação mais reduzidos (Câmara Municipal de Sintra, 2015; Câmara Municipal de Sintra, 2014). À semelhança do município anterior, apesar da implementação do PER, a necessidade em alojamento tem vindo a aumentar, totalizando 3664 pedidos em 2011, sendo que 76,56% correspondem a famílias com origens nos países da CPLP. Sintra é mesmo o município que concentra o maior número de residentes estrangeiros na AML. Em suma, os contextos de precariedade habitacional no concelho de Sintra traduzem frequentemente fenómenos de pobreza, que afetam com particular intensidade as minorias étnicas e as populações com níveis de qualificação inferiores, sujeitas a um processo perlongado de periferização socioeconómica e espacial. Este contexto de invisibilidade obriga-nos a questionar a qualidade das políticas públicas, em especial, no que respeita à inclusão digna das comunidades migrantes (Câmara Municipal de Sintra, 2014a).

O município de Odivelas (que inclui as freguesias mapeadas de Pontinha e Olival Basto), salienta fragilidades semelhantes às retratadas nos municípios anteriores, incluindo problemas críticos de coesão urbana, socioeconómica e institucional. Destacam-se neste âmbito: clivagens socioespaciais, elevados níveis de desemprego e pobreza, processos de desvalorização das qualificações da população residente, insuficiências nas estruturas educativas e carências na provisão de equipamentos e serviços públicos básicos. Os baixos níveis de instrução da população residente (mais de metade não possui ensino escolar obrigatório) traduzem-se, na sua maior dependência dos setores laborais mais intensivos em mão de obra e menos intensivos em conhecimento (ex. construção, indústria, limpezas e trabalho doméstico), numa conjuntura onde se agravam os fenómenos de exclusão social, por via da obsolescência progressiva dos empregos e funções económicas tradicionais. As

dinâmicas de urbanização da pobreza acompanham as dinâmicas de privação socioeconómica, sendo destacadas elevadas necessidades de realojamento por via dos fenómenos de construção clandestina de habitação (com particular expressão nas freguesias da Pontinha e Olival Basto), incluindo bairros de barracas e zonas de habitação precária (ex. Bairro da Casa Pia, Vale do Ferro, Serra da Luz). A intensidade dos fluxos populacionais neste lugares, determina, segundo município, dificuldades nas operações censitárias, que pelo seu espaçamento (10 em 10 anos) raramente produzem um diagnóstico atualizado dos processos sociodemográficos e urbanos em curso nestes territórios. A administração local realça ainda a necessidade de uma política de habitação que não se cinja aos processos de realojamento mais urgentes, implicando mecanismos de convergência entre os preços praticados no mercado da habitação e as condições reais de vida da populações, de forma a não se repetirem e agravarem os processos de desordenamento e desenvolvimento informal, observados na AML, a partir da década de 1950 (Câmara Municipal de Odivelas, 2009; Câmara Municipal de Odivelas, 2009 a)

No concelho de Loures, destacam-se, no âmbito dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza as freguesias de Apelação, Camarate e Unhos. Relativamente à freguesia de Apelação, a 'Atualização do diagnóstico social do concelho de Loures', destaca os níveis reduzidos de instrução da população, fenómenos de abandono escolar, desemprego e precarização do trabalho, que se traduzem frequentemente em situações de pobreza ou processos de marginalização social por via da escassez de competências. Realça ainda a elevada proporção de residentes imigrantes em situação ilegal (por via de uma política de imigração considerada demasiado restritiva), a existência de bairros de barracas e de áreas clandestinas com reduzidas condições de habitabilidade, bem como défices em equipamentos e serviços públicos. São ainda identificadas dificuldades na resolução das carências habitacionais observadas, assim como a ausência de uma estratégia concertada de desenvolvimento a nível interinstitucional (ex. Segurança Social, IEFP, PSP, Centro de Saúde, etc.) visando a resolução dos problemas observados a nível local. A falta de investimento público nos bairros de realojamento social é considerada uma das causas de degradação progressiva destes conjuntos urbanos. Relativamente à freguesia de Camarate, o retrato socio-espacial traçado é também desfavorável, evidenciando-se contextos de pobreza nas famílias e nas faixas etárias mais envelhecidas, problemas de violência doméstica, prostituição e consumo (álcool e drogas) bem como a existência jovens em situação de risco por via da desestruturação familiar (ex. monoparentalidade) e dos elevados níveis de abandono e retenção escolares. O desemprego e a precariedade laboral (remunerações reduzidas e insegurança contratual) incide com particular enfase nos setores preferenciais de empregabilidade da população residente: construção, no caso dos homens, e trabalho doméstico, no caso das mulheres. As debilidades da freguesia de Camarate incluem também

problemas de desordenamento territorial e de precariedade habitacional. São realçadas neste âmbito, a proporção elevada de áreas urbanas de génese ilegal (70% da freguesia), as reduzidas condições habitacionais, bem como, carências substanciais no que respeita à provisão de infraestruturas básicas (água, esgotos, retrete e banho). Mencionam-se também défices de articulação institucional entre a administração central e as estruturas locais, crescentemente subfinanciadas e depauperadas de recursos humanos. Por fim, no que respeita à freguesia de Unhos, o diagnóstico socioeconómico e urbano assemelha-se ao identificado nas freguesias anteriores, sendo reportada a dificuldade de resposta por parte da rede social, às necessidades de apoio alimentar emergentes, assim como os mesmos défices em financiamento, serviços, equipamentos e respostas sociais, já referidos anteriormente. Em suma as freguesias mais desfavorecidas em termos socioeconómicos são também aquelas em que os processos de isolamento institucional das populações são mais salientes, agravando a sua trajetória de periferização e invisibilidade. Prova disso é a assunção no âmbito do mesmo diagnóstico, de que o bom funcionamento das estruturas locais e a resolução dos problemas críticos identificados no município de Loures, está comprometido pelo nível de recursos e de investimento disponível. À semelhança do município anterior, verificou-se também que os processos de realojamento, não resolveram *per si* os contextos de pobreza e exclusão social. A solução para estes problemas depende simultaneamente da eficácia das políticas económicas e sociais, e da sua influência nos níveis de instrução da população, na qualidade do emprego criado, nas condições de estabilidade laboral, nos níveis remuneratórios, entre outros fatores. Apesar disso, a dificuldade de resposta às necessidades habitacionais, continua a determinar a articulação entre os fenómenos de privação e urbanização da pobreza no concelho de Loures. O município identifica 877 alojamentos abarracados, sendo que 7,6% das habitações não possuem infraestruturas básicas e 20,8% encontram-se sobrelotadas (Rede Social do Concelho de Loures, 2011).

Finalmente, relativamente aos fenómenos de privação e urbanização da pobreza identificados na margem Norte da AML, destacam-se freguesias englobadas no município de Lisboa (Ajuda, São Paulo, Santa Catarina, Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço, Socorro, Castelo, São Miguel, Beato, Marvila, Charneca, Ameixoeira, Olival Basto). A capital do país é o território onde se verificam as desigualdades sociais mais vincadas a nível nacional, apresentando um índice de Gini de 36,4. Este valor traduz a uma clivagem acentuada entre os agregados familiares da cidade, estimando-se que o rendimento mínimo dos 10% de população mais rica, corresponde a cerca de 13,7 vezes o rendimento máximo dos 10% de população mais pobre. Esta camada de população tem ainda menor poder de compra do que a população considerada pobre na maioria dos municípios do país. A espiral inflacionaria dos valores do imobiliário tem agravado este enquadramento de privação, sendo que em muitas das freguesias de Lisboa, os custos da habitação alcançaram ¾ do orçamento

disponível das famílias (tendo como referência o rendimento médio). As dinâmicas de gentrificação despoletam volumes assinaláveis de circulação de capital a nível internacional e, por conseguinte, a elevação dos custos urbanos, contribuindo para penalizar as condições de vida da população menos favorecida, e, crescentemente, da classe média que habita na capital (Paes Mamede, 2019).

A prevalência dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza no município de Lisboa, tal como identificado através dos resultados obtidos, é corroborada no âmbito do relatório que acompanha o 'Plano de ação integrado para comunidades desfavorecidas do município de Lisboa' (PAICDlx). Este teve por base a identificação dos bairros de intervenção prioritária (BIP) e zonas de intervenção prioritária (ZIP) exigidos na sequência do Plano Local de Habitação (PLH). O mapeamento resultante, corresponde, segundo o município, às zonas mais carenciadas da cidade, onde se salientam, contextos de pobreza, exclusão socioeconómica e desqualificação urbana. Inclui bairros do centro histórico onde habitam camadas envelhecidas da população que auferem pensões reduzidas, mas também áreas urbanas dispersas e territórios onde se verificaram processos de realojamento social. Nestes, os problemas de segregação e vulnerabilidade social, são considerados um resultado da política de habitação seguida na década de 1990 (concentração de populações desfavorecidas em zonas periféricas da cidade), mas simultaneamente, da ausência de respostas robustas a nível das políticas sociais e da invisibilidade a que são votadas a nível institucional, certas comunidades migrantes e minorias étnicas. Relativamente aos bairros e zonas de intervenção prioritária, o PAICDlx destaca os elevados valores de desemprego (relativamente à média da capital) relacionando-os com os défices existentes em termos de qualificação da população residente (baixos níveis de instrução, situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce). Em simultâneo são realçadas as baixas remunerações (menor PIB per capita), a elevada dependência da população residente em termos de apoios sociais (ex. subsídio de desemprego, RSI, complemento solidário para Idosos etc.), os processos de degradação/desqualificação urbanística, bem como carências em termos de transportes e equipamentos de proximidade. Em particular, é destacado o facto de 50% do total de desemprego na cidade corresponder a territórios 'BIP/ZIP', ao mesmo tempo que somente 35% da população residente de Lisboa, habita nestas áreas. Esta conjuntura, terá sido agravada, segundo o mesmo diagnóstico, entre 2008-2014. Neste âmbito são destacados um conjunto de programas públicos que visam a inversão destes contextos (ex. programa BIP/ZIP, contrato programa CML-GEBALIS, Plano Comunitário Social de Lisboa, Desenvolvimento Comunitário de Base Local, programa 'Escolhas', projeto europeu 'User') (Câmara Municipal de Lisboa, 2016).

Tendo em consideração, os territórios BIP/ZIP identificados a nível municipal (Fig. 65) e o mapeamento dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza obtido à escala da

freguesia (Fig. 66), constatam-se semelhanças relevantes no que respeita à coincidência deste fenómeno nas atuais freguesias de Santa Maria Maior (incluindo as antigas freguesias identificadas de Santa Justa, São Cristóvão e São Lourenço, Castelo, Socorro, São Miguel), Misericórdia (ex. São Paulo), Santa Clara (ex. Charneca e Ameixoeira) bem como da Ajuda, Beato e Marvila. Uma correspondência total seria impossível de obter, uma vez que os dados, a informação, os métodos, as escalas e os períodos temporais que suportaram o processo de localização geográfica destas zonas não terão sido os mesmos. Apesar disso seria interessante, em futuras investigações, fazer a comparação entre a Carta Bip/Zip e o mapeamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza alcançado à escala da subsecção (Fig.67),procurando identificar os territórios ausentes ou presentes em cada um deles e os motivos desta divergência.

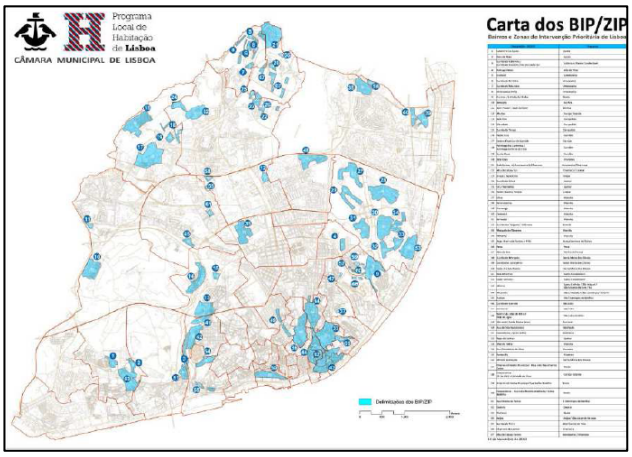


Fig. 65 – Carta dos BIP/ZIP, município de Lisboa (fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2014)

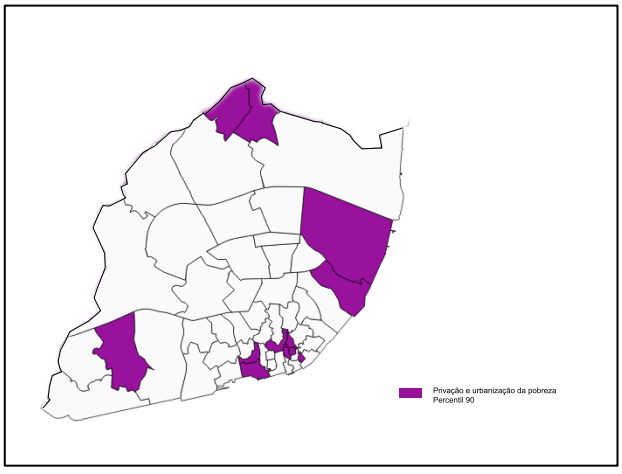


Fig. 66 – Município de Lisboa: Mapeamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza à escala da freguesia (fonte: do autor, 2020)

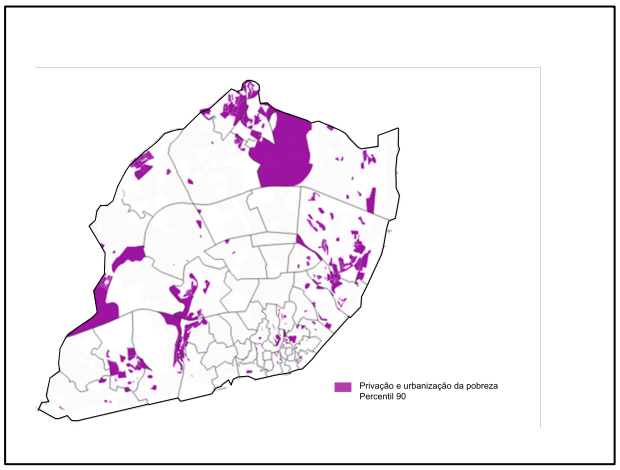


Fig. 67 – Município de Lisboa: Mapeamento dos contextos de privação e urbanização da pobreza à escala da subsecção (fonte: do autor, 2020)

No que respeita aos fenómenos de privação e urbanização da pobreza na margem sul da AML, identificaram-se, um conjunto de freguesias que se incluem, de acordo com o PROT-AML (2002) nas unidades territoriais 'Arco Ribeirinho Sul' (Trafaria, Caparica, Vale da Amoreira) e 'Nascente Agroflorestal' (Poceirão). Relativamente à primeira unidade, para além das dinâmicas de obsolescência industrial/declínio urbano já referidas, identificam-se também, segundo este instrumento de planeamento, vulnerabilidades críticas. Especialmente nos territórios a poente é salientada a existência de zonas marcadas pela exclusão social, sobrelotação das habitações, défices em equipamentos e infraestruturas bem como falta de qualidade do parque edificado (CCDR-LVT, 2002) Neste âmbito, destaca-se a seleção dos territórios correspondentes à atual união das freguesias da Caparica e Trafaria enquanto zonas de intervenção no âmbito do projeto 'Envol 20 Almada'. Este instrumento de abordagem territorial, financiado por fundos Europeus estruturais e de investimento (Quadro Comunitário Portugal 2020), tem subjacente uma estratégia de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) que visa responder às situações críticas de pobreza, exclusão social e desqualificação urbanística. No âmbito do diagnóstico da situação territorial realizado para este efeito, foram identificadas diversas vulnerabilidades socioeconómicas nestas freguesias, nomeadamente: situações de pobreza e precariedade familiar (número elevado de processos de proteção de crianças e jovens em risco), baixos níveis de qualificação da população residente (analfabetismo superior a 5%, 2011), elevada retenção escolar (ex. na Caparica a taxa de retenção no segundo e terceiro ciclos corresponde a 45,8% e a 36,2% respetivamente, 2011), níveis críticos de desemprego (ex. superior a 18% na Caparica, sendo que na Trafaria o emprego abrange apenas 27% da população, 2011), fraca qualificação do tecido económico (remunerações inferiores à média dos concelhos vizinhos) bem como redução do setor industrial e por conseguinte das oportunidades de emprego a nível concelhio. No plano urbano

são destacados problemas decorrentes da concentração de bairros sociais (especialmente na freguesia da Caparica), a permanência de populações a viver sem as mínimas condições de habitabilidade e salubridade (ex. bairros de barracas dos Torrões ou das Terras da Costa), bem como carências em serviços essenciais (ex. transportes, apoio social e saúde) (Santa Casa da Misericórdia de Almada, 2017). Relativamente à freguesia de Vale da Amoreira, importa fazer referência ao diagnóstico realizado no âmbito da operação 'Bairros Críticos'. Este destaca a transformação das características rurais deste território, na sequência da construção do bairro de fomento de habitação na década de 1970. Tendo sido planeado de raiz pelo município da Moita com o objetivo de realojar famílias carenciadas (a partir de 1974), constituiu também lugar de convergência da população das ex-colónias (que acabou mesmo por ocupar alojamentos inacabados), dando lugar a um forte incremento demográfico e à alteração do tecido social da freguesia. O mesmo documento sublinha o seu caracter de 'dormitório suburbano' marcado atualmente pelos baixos níveis de instrução e elevado desemprego, situação que se traduz em contextos críticos de pobreza e exclusão social. A escassez de oportunidades económicas (tecido empresarial diminuto), equipamentos comunitários, ou infraestruturas de transportes, restringindo as perspetivas, a sociabilização pública e a mobilidade da população, contribuem, segundo o mesmo diagnóstico, para agravar a trajetória de marginalização destas comunidades (Grupo de Apoio Técnico Iniciativa Bairros Críticos, 2006).

Por fim, relativamente à freguesia do Poceirão, que integra no âmbito do PROT-AML (2002), a unidade de caracterização 'Nascente Agroflorestal', destacam-se um conjunto de características socioeconómicas que indiciam condições de privação em meio rural (CCDR-LVT, 2002). De acordo com o diagnóstico social do concelho de Palmela, a freguesia apresenta as taxas mais reduzidas de atividade da população residente, bem como um índice elevado de dependência de idosos, considerando os valores concelhios. O setor agrícola apresenta uma relevância significativa em termos laborais, sendo que a população empregada apresenta níveis de instrução reduzidos (62,1% dos trabalhadores da freguesia detém apenas o ensino básico). É também significativa a presença de imigrantes de países como a Roménia, Cabo Verde e Brasil. São relatados ainda casos de sobrelotação de alojamentos e de desadequação das habitações no que respeita à população mais idosa e carenciada (incapaz de fazer face ao valor das rendas e às necessidades de reparação do edificado) (Rede Social Palmela, 2014). Este contexto de pobreza em meio rural, parece ser determinado, por um lado pelo envelhecimento da população e pelo valor reduzido das suas pensões (um resultado de contribuições diminutas ao longo da vida), e por outro, por um setor primário que continua a assentar a sua competitividade nos baixos níveis de instrução, na pressão salarial e cada vez mais na mão de obra imigrante. O facto de a freguesia do Poceirão ter sido incluída no 'Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas', na

sequência do levantamento de situações de exclusão socio-territorial existentes na AML, comprova a sua inclusão na tipologia de privação e urbanização da *pobreza* (AML, 2021). Seria interessante futuramente, comparar os mapeamentos obtidos, à escala da freguesia e da subsecção com o referido levantamento (Fig.68).

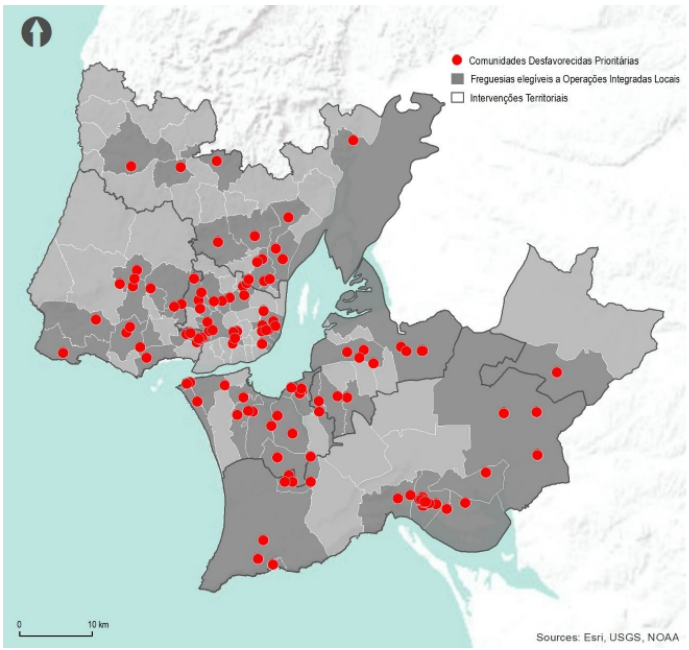


Fig. 68 – Freguesias elegíveis a Operações Integradas Locais e Comunidades Desfavorecidas Prioritárias (fonte: AML, 2021)

4.6.2 Análise dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza à escala local

Casos de Estudo:

O cruzamento dos mapeamentos referentes à tipologia *Privação e Urbanização da Pobreza* com os diagnósticos territoriais realizados pelos municípios (e outras entidades), permitiu corroborar os resultados obtidos, e comprovar as vulnerabilidades implicadas nas graves assimetrias socioeconómicas que afetam o território da Área Metropolitana de Lisboa. Estas incluem o centro histórico da capital, mas também zonas de expansão urbana clandestina, bairros de realojamento social, e territórios onde se observam dinâmicas de obsolescência funcional ou demográfica (ex. territórios em desindustrialização ou declínio urbano, territórios rurais metropolitanos em declínio). Implicam deste modo, o enquadramento dos fenómenos de exclusão socio-urbana, no âmbito dos processos de restruturação económica em curso (e consequentes dinâmicas de polarização territorial), dos atrasos estruturais do país, e da

qualidade das políticas públicas. O facto de subsistirem bairros de barracas na AML e das extensas operações de realojamento, não terem permitido melhorar a autonomia e a condições de vida destas comunidades (em particular dos imigrantes, das minorias e da população menos instruída) revela o caracter estrutural dos fenómenos analisados, indiciando a falência da política estratégica seguida, nas últimas décadas, a nível territorial, habitacional, social e económico. As dificuldades de inclusão destas populações agravaram-se perante os seus níveis de qualificação reduzidos, a dissolução das antigas fontes de emprego tradicionais (no plano industrial e agrícola) e por um tecido económico metropolitano que faz depender a sua competitividade dos baixos salários e de uma maior insegurança a nível laboral (ex. turismo, construção, logística, serviços, agricultura). A difusão dos processos de inflação do imobiliário a nível metropolitano (por via das dinâmicas de gentrificação urbana observadas em Lisboa), tenderá a agravar os contextos de exclusão social por via da desvalorização salarial implicada no aumento dos custos da habitação, alargando-os progressivamente a uma camada mais vasta da sociedade. Recordemos a expansão recente dos alojamentos não convencionais e das carências alimentares na AML, indiciando uma nova vaga de periferização urbana e o avolumar de população que se vê excluída da participação no sistema socioeconómico – ou cuja condição de empregabilidade, não lhe permite superar a condição de pobreza (Franco & Pereira, 2020). Os fenómenos de privação e urbanização da pobreza serão agora analisados com maior detalhe no que respeita à freguesia de Camarate (Loures) e Mina (Amadora), contribuindo para este objetivo a informação estatística produzida, a entrevista realizada à administração local e outras fontes de informação (quantitativa e qualitativa) que se consideraram úteis mobilizar para este efeito.

4.6.2.1 Camarate (Loures)

Caracterização Estatística:

A freguesia de Camarate obteve uma das pontuações mais elevadas no âmbito do índice de *Privação e Urbanização da Pobreza* (11 pontos). Isto significa que parte substancial dos indicadores utilizados para identificar este fenómeno, assumem, nesta freguesia, valores extremos (percentil 20 ou percentil 80), tendo como referência a totalidade de freguesias que compõem a AML. No plano habitacional destacam-se valores elevados de alojamentos não clássicos (67, percentil 80, 2011), sobrelotados (22,91%, percentil 80, 2011), bem como de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada (2,64%, percentil 80, 2011). De referir ainda a baixa proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio (40,90%, percentil 20). Este contexto indicia situações críticas de desordenamento urbano, precariedade habitacional, carências nas condições e qualidade

de vida das populações, dependência de apoios sociais, bem como uma maior suscetibilidade/exposição às dinâmicas inflacionárias do mercado imobiliário. Os fenómenos de pobreza e exclusão social são também evidenciados pelo perfil reduzido de qualificações e de empregabilidade da população. Observam-se elevadas taxas de analfabetismo (5,44%, percentil 80, 2011), abandono escolar (2,96%, percentil 80, 2011) e uma significativa proporção de famílias clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (2,64%, percentil 80, 2011) indiciando constrangimentos nos níveis remuneratórios da população. São também registados elevados níveis de desemprego (8,46%, percentil 80, 2011) quando comparados com os observados na área metropolitana. Outros indicadores de desfavorecimento social compreendem a dependência da população empregada ou estudante de transporte público[27] (46,40%, percentil 80, 2011) bem como a relevância dos fenómenos migratórios, traduzindo-se numa proporção elevada de população residente estrangeira (17,86%, percentil 80, 2011).

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

À semelhança dos casos de estudo anteriores, socorremo-nos da entrevista realizada ao presidente da Junta de Freguesia de Camarate, bem como de outras fontes de informação (dos quais se destaca o jornalismo de investigação), de forma a aprofundar a análise/discussão dos resultados, a nível local, no que respeita às dinâmicas de privação e urbanização da pobreza bem como das vulnerabilidades que estas implicam.

A condição de desfavorecimento socioeconómico e urbano da freguesia de Camarate (atualmente união das freguesias de Camarate, Unhos e Apelação), foi realçada, ao longo da entrevista realizada, sendo referida, desde logo, a prevalência de fenómenos de precariedade habitacional bem como do desemprego, das pensões insatisfatórias, e dos elevados níveis de dependência de apoios sociais por parte da população residente.

"Há pessoas com rendimentos médios, não são médios altos... são médios, e depois há aquela classe pobre que ainda vive em barracas, que vive em casas enfim...precárias, sem condições de salubridade. É uma freguesia de pessoas com rendimentos muito baixos, pessoas idosas com pensões muito baixas (...). O grosso das pessoas depende do apoio social da parte das instituições (...). Existe

[27] Relativamente a este indicador, destaca-se, que apesar da utilização de transporte público, ser crescentemente resultado de uma opção pessoal, bem como, de políticas de mobilidade, visando o aumento da sustentabilidade urbana, continua a constituir, para largas camadas da população, uma inevitabilidade decorrente da incapacidade de adquirir viatura própria, e por conseguinte um proxy do rendimento disponível das famílias.

muito desemprego" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)

De acordo com a administração local, os processos de marginalização socio-espacial na freguesia, afetam com particular intensidade as minorias étnicas e os imigrantes. Estes grupos sociais habitam em contextos urbanos marcados pela ausência de condições mínimas de habitabilidade, dos quais se destacam os bairros de barracas. Neste âmbito foram feitas referências relativas à falta de inclusão destas comunidades, às condições insalubres a que estão sujeitas e aos riscos de saúde que correm, apesar de constituírem uma parte substancial da mão de obra urbana, em especial nos setores da construção e das limpezas. À semelhança do que se observa nos países em desenvolvimento, as camadas de população menos qualificadas, que contribuem para erguer e fazer funcionar as cidades, são também as mais marginalizadas a nível socioeconómico e urbano, sendo que a sua condição de empregabilidade não é suficiente para as retirar da pobreza ou lhes garantir um lugar digno para habitar. A crescente atratividade de Lisboa a nível global (no plano turístico, imobiliário, residencial), e que se traduz nas dinâmicas de gentrificação urbana já analisadas, ocorre assim em paralelo, com a condição crítica de invisibilidade e exclusão a que estão votadas muitas das famílias que contribuem para este mesmo sucesso. Paradoxalmente, alguns dos bairros de barracas referidos, situam-se nas zonas adjacentes a uma das mais importantes infraestruturas de contacto de Portugal com o mundo – o aeroporto Humberto Delgado.

"[Temos bairros de barracas], temos o bairro da torre, que é um bairro que ainda tem algumas famílias do PER, depois temos o bairro do Olival que é de etnia cigana, junto ao bairro da torre. Estão em barracas realmente (...). Isto é perto do aeroporto (...). Camarate, Unhos e Apelação tem muitos bairros assim. Se fomos para o talude militar do Catujal, aí vivem pessoas africanas, que vivem em situações degradantes. Muita gente. Ali está um bocado escondido (...). Eu ando lá, não digo todos os dias, mas uma vez por semana ou duas vezes por mês. Passo naquele bairro e vejo as condições desumanas em que aquela gente vive. É mesmo o termo. A paredes meias com Lisboa, aquele talude, mais o bairro da Torre e do Olival são a vergonha do concelho de loures, neste caso, encostado a Lisboa. No século XXI, isto já não é aceitável (...) vamos para o talude e vemos lá as crianças no meio do esgoto, com as moscas nos olhos, na boca, e por aí fora (...) As pessoas vivem lá numas casas que parecem, enfim... Isto é indigno, eu revolto-me, às vezes até me emociono a falar deste assunto porque é realmente impensável no nosso país ainda existir isto. É impensável (...) a eletricidade é pública mas aqueles bairros não têm condições, nem para ter água, nem luz. Não têm casas de banho, não têm nada. Eles vão defecar, vão urinar à rua, atrás dos matos. Aquilo é cobras, é lagartos, é ratos, é ratazanas, há de tudo (...). É uma vergonha a forma como recebemos os imigrantes, como os tratamos. Eles são a força do trabalho de Lisboa, diurno e noturno. Nas obras são eles a força de trabalho, nas limpezas são eles a força de trabalho, e em troca zero, zero! Indigno, indigno!" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)



Fig. 69 - Bairro da Torre (fonte: confidencial, 2016)



Fig. 70 - Bairro da Torre (fonte: confidencial, 2016)



Fig. 71 - Bairro da Torre (fonte: confidencial, 2016)

As condições degradantes e os riscos a que estão sujeitas as populações nos bairros de barracas, situados junto ao aeroporto de Lisboa, foram denunciadas numa reportagem do jornal Diário de Notícias, intitulada "*Bairro da Torre, a caverna do século XXI. Sem luz e sem água*" (2018). Para além da pobreza estrutural dos residentes destes bairros, que se perlonga desde a década de 1970, são referidas a precariedade e sobrelotação das habitações, bem como as carências em infraestruturas básicas (água, saneamento, energia). Os sucessivos incêndios, consequência das puxadas ilegais de eletricidade, para além de colocarem em risco vidas humanas, tiveram como consequência o incremento das necessidades de realojamento das famílias. Situação considerada de difícil resolução a nível municipal, implicando a atuação da administração central. A longa espera pela resolução destes problemas é apenas compensada pela forte presença de laços de solidariedade entre a população residente.

"*É uma barraca, num dos últimos bairros de barracas que existem à porta de Lisboa (...). Não tem eletricidade. Não tem água (...). Maria tem roupas oferecidas e um telemóvel, que usa para ver a comida que está a preparar com a luz que o ecrã emite (...). As condições em que vive são as mesmas há 22 anos, altura em que se mudou para o bairro da Torre. À porta de casa tem um depósito de lixo. Colchões estragados, roupa rasgada, restos de comida e dois cães com os esqueletos salientes, que procuram a próxima refeição (...). Partilha este terreno ocupado ilegalmente desde a década de 1970 com 200 a 250 pessoas (...). Desde que ali vive lembra-se de ter assistido a seis ou sete fogos, mas este foi o pior (...) o suficiente para ficarem desalojadas cerca de 35 pessoas, 13 famílias. Que viviam todas em quatro casas (...). A câmara municipal diz que não tem meios para resolver este flagelo humano sozinha (...) precisa de ajuda da administração central, que aliás é a proprietária do terreno, refere o presidente [do município de Loures] (...). Também o Ministério do Ambiente (...) se mostrava ainda disponível para 'conceder apoio adicional, caso seja necessário, às famílias afetadas pelo incêndio por via do Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente' e implementar 'uma solução habitacional global para o Bairro da Torre, por via do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.' Mas é pouco provável que estas famílias tenham meios para concorrer a estes programas de arrendamento*" (Nunes, 2018, para. 2)



Fig. 72 – Manifestação de moradores do Bairro da Torre e do Bairro da Jamaika (fonte: confidencial, 2017)



Fig. 73 – Moradores procuram os seus bens no rescaldo de incêndio no Bairro da Torre (fonte: confidencial, 2018)

A precariedade urbana na freguesia de Camarate inclui, na sua expressão mais extrema, bairros de barracas, mas abrange também diversos bairros clandestinos, muitos deles contruídos sobre encostas geomorfologicamente instáveis. Os processos de marginalização socioeconómica e física na cidade articulam-se, deste modo, com riscos urbanos acrescidos, num contexto em que predominou o desordenamento do território e a construção informal, devido à ausência de soluções habitacionais. A figura 74 ilustra, relativamente à freguesia de camarate, a sobreposição das zonas mais ameaçadas do ponto de vista da suscetibilidade sísmica e geotécnica (identificadas pelo município de Loures) com os territórios mapeados, à escala da subsecção, no âmbito da tipologia *privação ou urbanização da pobreza*. Para uma comparação mais aprofundada entre o mapeamento obtido a esta escala e o levantamento

das áreas urbanas mais críticas, realizado pelo município, sugere-se a consulta do 'Relatório de Diagnóstico e Caracterização das Áreas Deprimidas do Concelho de Loures' (Câmara Municipal de Loures, 2009).

"*Isto é um território que tem muitos bairros de génese ilegal (...). Tem mais bairros clandestinos do que tem legalizados. A ocupação do território foi um bocado à vontade, foi livre, foi um bocado selvagem no fundo, anárquica. Nos anos em que foram feitas as coisas, as câmaras não tinham condições de disciplinar, nem técnicos e as pessoas tinham necessidade de se fixar, e construíram. Agora é necessário muito investimento para requalificar isto. Vai ser difícil... (...). É o caso do bairro de São João ou São Benedito. Praticamente todos os bairros que estão junto aos taludes são insuscetíveis de serem recuperados e para já não há solução à vista para aquilo. Foram construções clandestinas construídas em cima de zonas de risco, taludes que podem escorregar quando houver um terramoto. A câmara como é obvio, não pode legalizar situações dessas, por muitas obras que lá se façam (...) As pessoas investiram os seus dinheiritos e agora não tem condições (...) Aqui a construção é um bocado difícil e até os bairros que foram melhorados, construídos de novo, também apresentam ainda muitas lacunas, por construção insuficiente ou com pouca qualidade*" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)

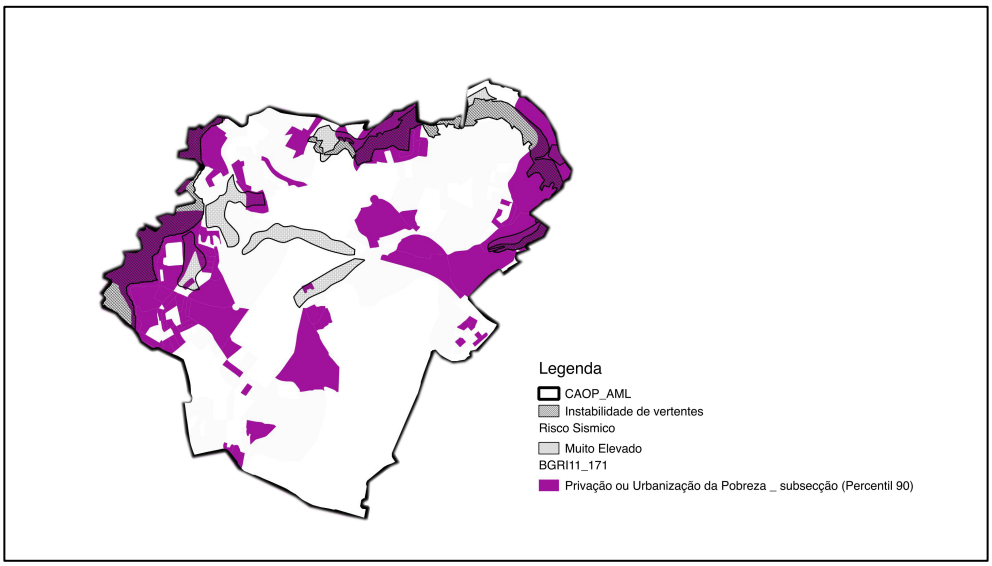


Fig. 74 – Camarate. Sobreposição do mapeamento correspondente aos fenómenos privação e urbanização da pobreza com às áreas em risco identificadas no âmbito do PDM de Loures (fonte: Câmara Municipal de Loures, 2018; do autor, 2022)



Fig. 75 – Bairro de São Benedito – área urbana de génese ilegal construída sobre vertentes instáveis (fonte: Google Earth, 2022)

Apesar da legalidade de muitos dos bairros na freguesia de Camarate ser contestada, importa referir o período subsequente ao 25 de Abril de 1974, em que a administração local (município e freguesia) apoiou o esforço coletivo dos moradores no sentido da sua construção e infraestruturação (água, eletricidade, saneamento, vias). Este contexto político particular permitiu, segundo opinião do presidente da junta, elevar a qualidade de vida e o conforto da população residente.

"Isto foi depois do 25 de Abril, foi o povo, malta que pôs mão a obra, construiu a casa e queria ter água canalizada, eletricidade, ruas alcatroadas (muitos viram-se aflitos para ter eletricidade e água, tiveram que pagar do seu bolso) e ocorreu uma parceria entre a Câmara de Loures, a Junta de Freguesia e as pessoas. Lembro-me disso, moro em Camarate desde 1970, conheço bem esses períodos todos. Foi o que deu um bocado de qualidade de vida às pessoas. Para as pessoas que se fixaram cá e investiram as suas economias" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)

Atualmente observa-se a situação oposta, o município de Loures não só tem dificuldades em dar resposta às necessidades de realojamento das populações, como impede que estas, através de meios próprios, possam melhorar as condições de habitabilidade do seu bairro. É o caso do bairro da Torre, referido anteriormente. Sob o pretexto da não perpetuação de contextos urbanos considerados ilegais, estas comunidades são obrigadas a aguardar soluções, sem as mínimas condições de existência. O direito à habitação, consagrado na Constituição Portuguesa, é assim colocado em causa pelo próprio Estado, que para além de não cumprir as suas funções provisionais, restringe a ação coletiva dos residentes no sentido de melhorarem as suas condições de vida, ainda que de forma transitória. Podemos desta forma questionar, a legalidade/ilegalidade de uma forma mais abrangente, implicando neste âmbito a responsabilidade das autoridades públicas na perpetuação dos contextos de

precariedade urbana.

"Ricardina Cuthbert manifestou mágoa pela "passividade" das entidades em resolver os problemas do bairro e em dar dignidade às 34 famílias que ainda ali residem. 'Basicamente aqui vive-se como nos anos 60. Lavamos as roupas nos tanques e comemos à luz de velas', lembrou (...). A presidente da Torre Amiga acusa ainda a Câmara Municipal de Loures de impedir os moradores de melhorar as condições das suas habitações: 'Há uns tempos uma empresa ofereceu-nos material de construção, para que pudéssemos remodelar as nossas casas. A Câmara quando soube enviou cá a polícia e levaram-nos o tijolo'" (Lusa, 2018 d, para. 7)

Outro fenómeno com impacto direto na diminuição do bem-estar das populações é a existência de diversas fontes de poluição na freguesia, para alem das decorrentes do fraco nível de infraestruturação do território. Neste âmbito, destacam-se de acordo com a administração local: o aeroporto de Lisboa, certas empresas sediadas na freguesia, bem como entulhos ilegais provenientes de obras em curso na AML, em particular na capital. Constata-se deste modo, que as 'traseiras' urbanas e socioeconómicas, constituem também os lugares onde se acumulam as externalidades negativas do excesso de turismo e do 'boom' de construção (associado aos processos de reabilitação e valorização do imobiliário) num contexto marcado por défices de regulação e fiscalização por parte do Estado. Os problemas ambientais, apesar da diversidade com que se manifestam, parecem constituir um problema generalizado na AML. Diversas juntas de freguesias deparam-se com a incapacidade de fazer face ao aumento da produção de lixo, queixando-se da ausência de meios e de competências para lidar com este desafio (ex. Quinta do Anjo, São Cristóvão e São Lourenço, Mercês). Também os municípios, sobre os quais recai a responsabilidade da resolução deste problema, debatem-se com dificuldades na sua capacidade de ação, sendo realçado pelo presidente da união de freguesias Camarate, Unhos e Apelação, a falta de coordenação entre os responsáveis pela limpeza pública e os agentes responsáveis pela poluição.

"*A qualidade de vida aqui é sempre condicionada pelo aeroporto, pelas poluições (...). A poluição do aeroporto que já cá esta há muitos anos. A poluição de algumas empresas poluidoras que criam instabilidade nos bairros adjacentes, existe também. Ocorre também a descoordenação entre quem presta o serviço público e quem faz a poluição. Não há um equilíbrio entre quem limpa e quem suja. Por exemplo, neste momento há muitas obras em Lisboa (...) e onde é despejam os entulhos, os cartões, os móveis, os restos das demolições? É em Camarate. As freguesias de Camarate e Pontinha são fustigadas por este tipo de despejo ilegal que acontece muito (...). Nós temos muitos pequenos empreiteiros... andam nas obras em Lisboa, trazem entulhos nas camionetas ou nas carrinhas, depois andam aí e vão despejando, para sair mais barato o despejo. A câmara está a fazer um esforço, no sentido da resolução deste problema que é um problema gravíssimo. As juntas de freguesia não têm*

competências. Nem sequer tem a fiscalização, não tem nada. A responsabilidade é da câmara. Mas realmente a câmara está muito aflita para debelar este problema que é um problema de todos nós." (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)



Fig. 76– Deposição de lixo na freguesia de Camarate (fonte: confidencial, 2016)

Os processos de marginalização socioeconómica, urbana e ambiental, observados neste território, ocorrem em paralelo com situações de periferização institucional no que respeita à provisão de serviços e equipamentos públicos de apoio à população. Neste âmbito, destaca-se na entrevista a referência ao encerramento do posto de correios (entretanto assumido pela Junta de Freguesia) bem como de diversas agências bancárias. Na área da saúde, é realçada a necessidade de construção de novos centros de saúde, perante o défice de qualidade dos equipamentos existentes, cujas condições são consideradas prejudiciais tanto para os utentes como para os médicos (que também escasseiam). Por fim, é apontada a necessidade de renovação da frota de transportes - demasiada envelhecida e precária. Carências na área da saúde, dos transportes ou dos serviços foram observadas noutras freguesias analisadas, não nos permitindo inferir que se trata de um problema exclusivo dos territórios onde se observam fenómenos de privação ou urbanização da pobreza. As assimetrias no acesso a serviços e equipamentos básicos são, contudo, mais graves, quando incidem sobre residentes que se debatem com constrangimentos de ordem socioeconómica e que, por conseguinte, tem uma menor capacidade de encontrar soluções alternativas para as suas necessidades. No caso da freguesia de Camarate, os défices observados (ex. transportes) foram considerados, pelo presidente da junta como um exemplo da invisibilidade institucional a que estas populações estão votadas. Ao invés do investimento público ser canalizado para as populações e territórios que mais dele necessitam, contribuindo para aumentar a coesão e inclusão social, parece, pelo contrário, favorecer outros territórios (e objetivos), provocando neste movimento, o agravamento da espiral de exclusão a que estas comunidades estão sujeitas.

"*Nós tivemos um problema aqui, logo no princípio do ano, com a tentativa de encerramento da estação dos correios. Para manter o serviço de proximidade com o cidadão, a Junta de Freguesia assumiu o controlo dos correios (...) precisamente porque a nossa política é de proximidade (...). Também estamos a ver se conseguimos trazer para aqui, porque saíram da freguesia à uns anos a trás, a Caixa Geral de Depósitos, o BPI e o Banco Espírito Santo (...). Na saúde falta a construção, que é uma coisa premente, do centro de saúde do Catujal, que vai colmatar a freguesia toda de Unhos e da Apelação. Falta também a construção do centro de saúde de Camarate (...). O primeiro e mais premente é o do Catujal, porque o posto de saúde está la em Unhos, num sítio, enfim... o da Apelação é igual, sem condições, com poucos médicos... sem condição para os médicos, para os funcionários, nem para os utentes se quer, não tem condições mínimas. Nem mínimas nem nenhumas! Depois há a questão dos transportes públicos, caos... o que anda aí é velho, sem condições (...) é péssimo (...). Para quem trabalha em Lisboa o problema não é a quantidade é a qualidade, não tem qualidade nenhuma, especialmente aqueles do Catujal, Unhos, aqui o centro de Camarate ainda escapa, os que passam por lá é para esquecer. Existe aquela mentalidade que o que se passa ali é para destruir"* (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)

Apesar de não ter sido referido no âmbito da entrevista, observam-se também processos de desqualificação dos equipamentos escolares. Este aspeto é particularmente importante, uma vez que a degradação das condições de aprendizagem no contexto de populações com maiores défices educativos, afeta diretamente os processos de mobilidade social, refletindo-se na persistência de situações de pobreza e exclusão social. Em maio de 2021, o jornal 'Notícias ao Minuto' destacou um protesto realizado por professores, funcionários, alunos e encarregados de educação, motivado pelas más condições de uma escola na freguesia de Camarate:

"*Dezenas de alunos, pais e encarregados de educação estão desde as 07h30 de hoje junto à EB 2,3 Mário Sá Carneiro, em Camarate, Loures, que está fechada a cadeado, em protesto contra o elevado estado de degradação dos equipamentos (...). 'Esta escola tem pavilhões de madeira provisórios há mais de 40 anos, apresentam enormes deficiências devido à degradação dos materiais ao longo destes anos. Desde logo, metem água, não têm casa de banho e têm materiais potencialmente perigosos, como o linóleo, que pode conter amianto', adiantou (...). De acordo com André Julião, os pavilhões não oferecem as mínimas condições para a prática escolar: têm os tetos a cair e com infiltrações, aberturas nas paredes que expõem os isolamentos prejudiciais à saúde e muitas janelas já não estão operacionais, pelo que ali não se conseguem suportar as temperaturas extremas de frio ou calor. Há ainda, referiu, sério risco de incêndio*" (Lusa, 2021 a, para. 1)

Os territórios mais deprimidos do ponto de vista social e urbanístico, são frequentemente associados a maiores níveis de criminalidade e insegurança. Importa neste âmbito referir a

opinião do presidente da União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, que considera tratar-se apenas de uma perceção que não corresponde à realidade observada.

"Como presidente da freguesia sinto-me seguro, sinto-me seguro porquê? Ando no Bairro do Olival e no Bairro da Torre à vontade, falo com as pessoas. Vou à Quinta da Fonte, converso com as pessoas, ouço as pessoas sem problema (...). Há exceções em todo o lado, não vejo o aparato, até porque existe um estudo da PSP, que aponta para a redução da criminalidade (...). Mesmo naquela zona dos taludes militares, não há problemas, porque são pessoas boas que lá residem. Enfim, residem em barracas que nem nome de barracas têm, é pior que barracas! Não há assim tanta insegurança como isso. Há é um sentimento, às vezes das próprias pessoas de insegurança, mas que não corresponde exatamente à realidade" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018)

De acordo com a administração local, os principais entraves ao desenvolvimento da freguesia incluem a elevada expressão dos bairros de barracas bem como de áreas urbanas de génese ilegal em risco, mas também a presença de um parque empresarial, cuja origem maioritariamente clandestina, se traduz numa imagem degradada do tecido económico existente. Apesar deste contexto, é referida a relevância estratégica de Camarate em termos económicos, em função do número de empresas em laboração, das boas acessibilidades e da proximidade à capital. Neste âmbito é destacada a necessidade imperativa de regenerar o parque habitacional e de requalificar os parques empresariais sediados na freguesia – algo que apenas poderá concretizar-se através de uma conjugação de investimento público e de investimento privado.

"O que impede o desenvolvimento da freguesia são os bairros de génese ilegal. São aqueles que mais contribuem, digamos assim, para a má qualidade de imagem da freguesia. Depois são os clandestinos que não tem hipótese de recuperação, que é o bairro da Torre e aqueles que eu lhe falei, portanto o parque habitacional devia ser regenerado. Depois temos também uma outra coisa importante que é o apoio à regeneração das empresas, as fachadas, a forma como se trabalha, o espaço de lazer dos próprios trabalhadores, portanto tudo isso, para criar uma imagem nova e moderna da freguesia. E aí é importante cada um investir naquilo que é seu. O privado naquilo que é privado e o público naquilo que é público (...). O grosso dos parques industriais da freguesia são clandestinos (...). Quando um empresário vem ter comigo e diz: 'tenho muitos buracos na estrada de acesso à minha empresa', eu respondo: 'então e você já viu o buraco que é a sua empresa, o estado em que você tem a sua fachada?' Eu digo-lhes isto, sem problemas nenhuns, 'você requalifica aquilo que é seu, que nós requalificamos aquilo que é nosso' (...). Isto está cheio de empresas, tem vias de acessibilidade para todo o país, para o porto, para os caminhos de ferro, aeroporto, do melhor que há. Está dentro de Lisboa, às portas de Lisboa, só precisa é de ser requalificado. Sendo requalificado, é do melhor que há e as empresas pagam e pagam bem para vir para cá" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente

da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018).

Relativamente à resolução dos problemas observados neste território e às expetativas futuras de desenvolvimento da freguesia, foram realçados no âmbito da entrevista, diversos aspetos. A nível das competências da junta foi referido o esforço na manutenção dos serviços de proximidade e na requalificação do espaço público (em termos de acessibilidades, jardins, estacionamento) de forma a proporcionar uma maior qualidade de vida às populações, num contexto em que é expetável a diminuição futura do tempo de trabalho e o aumento do tempo livre disponível. A regeneração dos bairros clandestinos, de acordo com o presidente da Junta de Freguesia, constitui um desafio mais complexo, exigindo a necessidade de intervenção do Estado central, uma vez que o investimento necessário, ultrapassa as capacidades da administração local (incluindo as do município de Loures). Finalmente, a expetativa é a de que seja possível criar uma melhor oferta educativa, capaz de qualificar o capital social da freguesia. É também realizada uma crítica à estrutura de combate à pobreza. O foco na assistência às necessidades da população e não nas condições estruturais que determinam as situações de marginalização socioeconómica é considerado um fator que determina a persistência destas situações e a sua reprodução ao longo de diversas gerações.

"Nós trabalhamos para a população. O esforço para manter os correios foi precisamente para isso (...) temos estado a apostar, na criação de novos jardins, de novos parques de estacionamento, dentro das possibilidades da Junta de Freguesia. Temos estado a reconverter muita coisa para benefício da população residente. Criar as melhores condições possíveis para que as pessoas se possam movimentar em segurança (...). Temos consciência que as pessoas cada vez mais vão trabalhar menos, a expetativa é essa, vão ter mais tempo de lazer e é importante que essa ocupação seja feita em espaços agradáveis (...). Relativamente aos bairros, como o bairro da Torre, tenho a impressão que nem a câmara consegue resolver o problema, tem que haver intervenção do governo (...). Penso que vamos a tempo de criar escolas com maior qualidade, porque nós precisamos de escolas com maior qualidade, e de ensinar as nossas crianças a ter uma vida saudável em todos os aspetos. E daqui a 20 anos já são homens e mulheres com outra mentalidade (...). Nós sabemos que a parte social é difícil, o sistema como está feito é para manter os pobres 'pobres', não é para tirar os pobres da pobreza (...). Eu sou presidente de uma IPSS e vejo que não se consegue tirar as pessoas da necessidade, vamos mantendo as pessoas naquele estado. Não passam fome, porque têm comida, não passam frio porque têm um teto (os que não passam), mas sair dali não saem (...). Temos que ter 100 anos para tirar uma pessoa da pobreza, porque o sistema está feito para manter as pessoas na pobreza. Porque ao haver pessoas na pobreza mantém-se uma série de estruturas, de pessoas, de necessidades onde se gasta o dinheiro que não vai diretamente para a função, que é tirar as pessoas da pobreza. Eu penso que este paradigma tem que mudar. Se isso acontecesse minimizava-se muito esse tipo de problema" (Excerto de entrevista, Renato Alves, Presidente da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, 2018).

4.6.2.2 Mina (Amadora)

Caracterização Estatística:

A freguesia de Mina (atualmente designada de freguesia de Mina de Água) integra o conjunto de freguesias com maior índice de privação e urbanização da pobreza, obtendo uma pontuação de 7. Ainda que este resultado seja inferior ao verificado na freguesia de Camarate, observa-se que vários dos indicadores analisados, apresentam valores que se situam nos extremos de distribuição de valores (percentil 20 ou percentil 80), tendo em conta a totalidade da amostra formada pelas freguesias que compõem a AML. A nível habitacional destacam-se constrangimentos no acesso a uma habitação adequada às dimensões das famílias, verificando-se uma elevada proporção de casais com três ou mais filhos (44,25%, percentil 80, 2011) em conjunto com uma significativa proporção de alojamentos sobrelotados (17,15%, percentil 80, 20122). A proeminência dos níveis de desemprego (8,21%, percentil 80, 2011), da proporção de beneficiários de RSI (6,85%, percentil 80, 2011) e de famílias clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (20,29%, percentil 80, 2011) evidenciam vulnerabilidades socioeconómicas, incluindo: nível remuneratórios reduzidos, situações de incerteza laboral, dependência de apoios sociais e baixos níveis de instrução da população residente. Em simultâneo, a expressão da população residente estrangeira (20,98%, percentil 80, 2011) corrobora também a existência de contextos privação e urbanização da pobreza na freguesia de Mina, dado que as dinâmicas de imigração se encontram frequentemente associadas a situações de maior escassez no plano socioeconómico e uma maior precariedade a nível urbano.

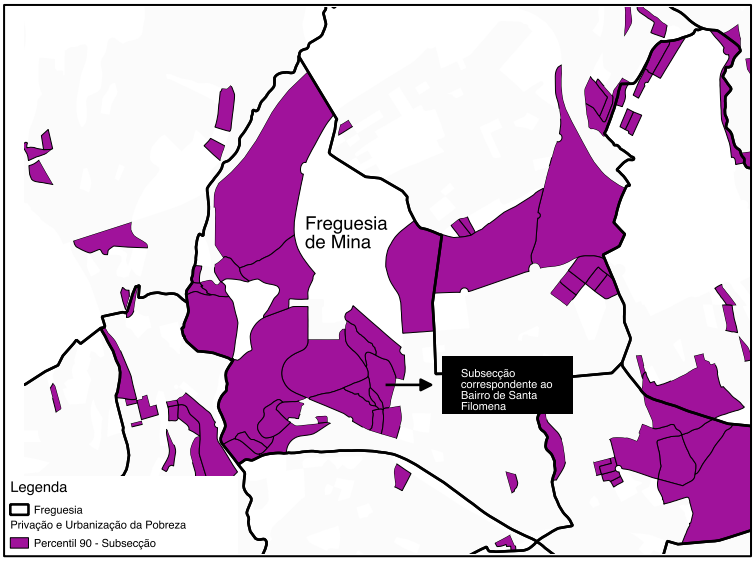


Fig. 77 – Mapeamento dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza à escala da subsecção. Bairro de Santa Filomena, freguesia de Mina (fonte: do autor, 2022)

Dado a freguesia de Mina ser o último caso de estudo analisado no âmbito desta investigação, pareceu-nos conveniente, aprofundar a caracterização estatística, apresentando os resultados obtidos à escala da subsecção, no âmbito dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza. Estes permitem ilustrar os efeitos de distorção da realidade, implicados na escolha das unidades de análise territorial. A figura 77 apresenta ao mapeamento dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza realizado à escala da subsecção (2011). Neste identifica-se claramente o bairro de Santa Filomena – um assentamento informal, situado na freguesia de Mina, alvo de processo de realojamento. A recolha de dados estatísticos a este nível de desagregação, permitiu comprovar o contexto de desfavorecimento crítico dos seus moradores. A nível de qualificações destacavam-se, em 2011, elevadas taxas de analfabetismo (12,5%, percentil 80), um número médio de anos de frequência escolar extremamente reduzido (4,43 anos, percentil 20) bem como a quase inexistência de população pertencente a classes profissionais qualificadas (1,16%, percentil 20). Em termos de condição perante o emprego, a taxa desemprego atingia quase metade da população (46,15%, percentil 80), existindo ainda uma elevada proporção de famílias com dois ou mais desempregados (22,22%, percentil 80). Outras características incluíam uma elevada expressão de alojamentos sobrelotados (44,63%, percentil 80), a elevada dependência de transporte público por parte da população residente estudante ou trabalhadora (45,45%, percentil 80) e uma presença substancial de população residente estrangeira (28,90%, percentil 80). A comparação destes resultados com os obtidos ao nível da freguesia, permite demonstrar o efeito de escamoteamento estatístico que implicam as diversas escalas a que são recolhidos os dados. Neste caso, uma análise mais desagregada dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza permitiu revelar um cenário bastante mais dramático do ponto de vista socioeconómico. Observe-se, como exemplo, a taxa de desemprego que na freguesia de Mina, em 2011 corresponderia a 8,1% e na subsecção correspondente ao bairro de Santa Filomena, esta ascendia a 46,15%. Esta constatação remete para a necessidade de uma recolha de dados mais frequente, abrangente e granular a nível territorial, que permita identificar as camadas mais vulneráveis e invisibilizadas da sociedade.

Triangulação dos resultados obtidos através de entrevista realizada à administração local com dados provenientes de outras fontes de informação

A triangulação dos resultados estatísticos com outras fontes de informação, da qual se

destaca a entrevista realizada ao presidente da Junta de Freguesia de Mina, pretendeu aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de privação/urbanização da pobreza e suas consequências à escala local. Importa referir que a base estatística utilizada no âmbito do mapeamento desta tipologia (Censos 2011) abrange um período onde ainda existiam bairros de barracas neste território (o caso do Bairro de Santa Filomena, referido anteriormente), situação que se alterou na sequência do processo de realojamento, realizado entre 2012-2016, ao abrigo do PER. Isto implica que exista uma certa dissonância entre os resultados obtidos a nível estatístico e a informação qualitativa obtida através da entrevista à administração local (realizada em 2018). No âmbito da mesma, são realçadas precisamente, as transformações socioeconómicas ocorridas neste território, por via dos investimentos públicos aplicados na erradicação dos bairros de barracas e na renovação progressiva do parque escolar.

"Quando vim para a freguesia da Mina, não havia uma escola em betão. Era tudo pré-fabricado. Chovia. As pessoas por vezes tinham que ir e abrir o chapéu. A escola de Mina de Água (onde andavam os meus filhos), a escola Cidade Maputo, mais uma creche, acabaram há uns anos. Foi feita a escola Aprígio Gomes na nova urbanização de Vila Chã, fiquei aliviado... A escola que havia aqui na Miguel Bombarda, ao pé dos bombeiros...nessa chovia por todo o lado, vários pré-fabricados. Foram tirados de lá, colocaram contentores, num espaço, durante um tempo e reconstruiram no mesmo sítio. Com pavilhão, com tudo...e eu disse assim (ainda não tinha havido a junção das freguesias): 'Eu já me posso ir embora que está o serviço feito. Não tenho escolas em pré-fabricados, nem bairros de barracas neste momento' (...). Tínhamos um que me deu muitas preocupações que era o bairro de Santa Filomena. Era caracterizado como o bairro da Cova da Moura (...). Felizmente foi tudo realojado o ano passado (...) não quer dizer que não haja uma barraca ou outra ainda no meio. Quer isto dizer que todas as pessoas que viviam ali no bairro de Santa Filomena, aquelas que estavam no PER Famílias, tiveram direito a casa, outras que não estavam não tiveram (...). Não é como dizem as pessoas aí 'vão para baixo da ponte', não vão. Ninguém foi para baixo da ponte, a câmara, a ação social, o governo, conseguiram providenciar com certeza uma solução..." (Excerto de entrevista, Joaquim Rocha, Presidente da freguesia de Mina de Água, 2018).



Fig. 78 – Área ocupada por barracas no Bairro de Santa Filomena (fonte: Google Earth, 2012)



Fig. 79 – Bairro de Santa Filomena após processo de demolição de barracas (fonte: Google Earth, 2021)

O facto de o processo de realojamento dos bairros de barracas na freguesia estar praticamente concluído e que, por conseguinte, se verifique o desaparecimento 'físico' e 'estatístico' dos contextos socioeconómicos mais críticos, não significa que estes não tenham ressurgido nos bairros de realojamento social (ex. Bairro Casal da Boba) ou noutros territórios da AML – situação identificada anteriormente, no âmbito de diagnóstico realizado pelo

município da Amadora. Esta constatação é ainda mais evidente quando sabemos que parte dos habitantes dos bairros de barracas ficou excluída do acesso ao PER. O Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, que estabeleceu o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, determinou que apenas os residentes estabelecidos nestes bairros até à data de publicação do mesmo, poderiam aceder a habitação social providenciada pelo Estado. Relativamente ao bairro de Santa Filomena, à semelhança de outros casos na AML, o PER perlongou-se no tempo. Em duas décadas (1995–2015), o município da Amadora conseguiu apenas concretizar 2098 processos de demolição e realojamento de um total de 5419 agregados familiares identificados (uma parcela inferior a metade). Entretanto, não só as necessidades das famílias presentes aumentaram, como muitos dos habitantes vieram a instalar-se no bairro em momentos posteriores, chegando de países Africanos, em busca de trabalho na construção, restauração e serviços de limpeza (Dias, 2015). Este contexto determinou - como comprova a reportagem do jornal Observador- ,que no momento da demolição das barracas, muitas das famílias não tivessem qualquer solução de habitação social, acabando por ficar em condições ainda mais precárias do que aquelas em que se encontravam:

"Sobram, então, duas soluções. Que são apresentadas às famílias cujas barracas vão ser demolidas, em reuniões de atendimento com assistentes sociais da câmara e da Segurança Social. Nestes encontros, são oferecidas duas hipóteses àqueles que lá chegaram, depois de 1993, vindos do estrangeiro: uma viagem só de ida para os seus países de origem ou a oferta do valor da renda numa nova habitação durante um período que não costuma exceder os três meses (...). Existe, porém, o caso de Teresa e Feliciano, que ao ficarem sem a casa no bairro de Santa Filomena passaram a ter de pagar renda noutro sítio, deixando assim de sobrar dinheiro para despesas básicas. Ou o caso de famílias inteiras de desempregados cuja solução é mudarem-se para um quarto alugado a dividir por avós, pais e netos. Ou dependerem da boa vontade de familiares que os acolhem e podem deixar de fazê-lo a qualquer momento. Ou até o caso de um homem que, depois de lhe terem demolido a casa, só conseguiu arranjar sítio para dormir no albergue para sem-abrigo de Xabregas, em Lisboa. 'É uma alternativa', responde a vereadora quando confrontada com estes casos" (Dias, 2015, para. 59)

As soluções que o Estado destina às populações excluídas pelo PER, parecem ser manifestamente insuficientes, desadequadas e até discriminatórias, tendo em conta a presença substancial de imigrantes, com salários baixos (reduzidas qualificações) ou mesmo desempregados, frequentemente com filhos menores a cargo. A demolição do bairro significou, para estas populações, o colapsar de um lugar, que apesar de insatisfatório do ponto de vista físico, constituía o seu 'porto seguro', por via da importância da rede de sociabilidades, entretanto dissolvida (Manso, 2012). O atraso no processo de realojamento, em conjunto com a falta de atualização das necessidades de alojamento social ao longo do

tempo, traduziu-se na marginalização de parte substancial da população no que respeita ao acesso a uma habitação digna. Mais crítico é o facto de as demolições, no caso das famílias não abrangidas pelo PER, significarem o agravamento das condições de vida de famílias que já se encontram em situação de enorme vulnerabilidade. Podemos neste âmbito questionar a responsabilidade social do Estado naquilo que pode ser considerado um atropelo constitucional:

"Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar, cabendo ao Governo promover e estatuir todas as medidas políticas que permitam que o imperativo constitucional se torne realidade" (Constituição da República Portuguesa, Art. 65.º)

Em simultâneo, a incidência espacial dos contextos de privação e vulnerabilidade urbana e a sua articulação com os fenómenos migratórios obriga a uma análise crítica mais abrangente sobre as políticas de integração e a necessidade de uma resposta articulada para estas comunidades no plano da habitação, das qualificações, do emprego e da sua efetiva inclusão na sociedade civil Portuguesa. Recordemos a este propósito as condições extremas a que estão sujeitas as comunidades imigrantes que constituem a mão de obra agrícola na freguesia de Canha – algo que denuncia a transversalidade deste problema a nível territorial.

Ainda sobre o bairro de Santa Filomena, foram cedidas pelo Antropólogo e investigador Pedro Varela, um conjunto de imagens que ilustram a importância das identidades de bairro e dos laços afetivos que os residentes estabeleceram com este lugar - algo que nos obriga a refletir sobre a violência 'emocional' implicada nos processos de realojamento social. A verdade é que muitos dos antigos moradores, após o derrube das suas casas, regressaram para plantar hortas de subsistência em seu lugar – uma forma de manterem a ligação ao bairro e às suas vivências, tal como ilustrado na Fig. 80. A Fig. 81 traduz a relevância das 'identidades cruzadas', apesar das condições de desfavorecimento crítico a que estão sujeitas muitas das comunidades imigrantes ou dos portugueses de ascendência africana na AML. Na parede do clube de futebol Sucupira BSF, encontra-se representado o futebolista Nani, nascido no bairro de Santa Filomena, ao serviço da seleção Portuguesa. Ao fundo, sentado, está o seu primeiro treinador. Por fim a Figura 82, mostra as ruínas sobrantes das demolições. A este propósito aconselha-se também a visualização da reportagem da Associação Habita sobre o Bairro de Santa Filomena (Habita, 2014). Estes dados, tornam evidente a necessidade de equacionar modelos alternativos de acesso a uma habitação digna, que passem, quando possível, pelo melhoramento e qualificação dos assentamentos informais 'in situ', evitando desta forma consequências mais dramáticas quer do ponto de vista da saúde mental das populações, quer naquilo que é a desorganização da sua vida no plano socioeconómico

(acesso a emprego, educação, redes sociais de apoio, etc.).



Fig. 80 – Moradora olha o antigo lugar do Bairro de Santa Filomena onde no lugar das casas surgiram hortas (fonte: Varela, 2021)



Fig. 81 – Sucupira BSF. Clube de Futebol do Bairro de Santa Filomena(fonte: Varela, 2021)



Fig. 82 – Ruínas de demolição no Bairro de Santa Filomena (fonte: Varela, 2021)

O incremento das rentabilidades do imobiliário a nível metropolitano, bem como o facto de muitos dos terrenos onde se situam estes bairros serem privados, condiciona

frequentemente esta opção. É o caso de Santa Filomena. Por um lado, existe a expetativa do surgimento de uma nova urbanização, por outro lado, a morosidade deste processo e a incerteza associada às decisões de investimento, determina situações de abandono na ocupação de solo, que segundo a administração local, são mais nefastas do que a anterior presença das populações.

"Nestes últimos dois anos houve uma grande alteração nos valores do imobiliário, tanto na venda como na compra (...). Atualmente a freguesia não tem nenhuma zona que esteja abandonada, a não ser a tal área de Santa Filomena, de onde saíram as pessoas. Mas toda a gente sabe que aquilo é de dois ou três (...) o grande empreiteiro José Guilherme, a Isabel dos Santos... O pessoal agora saiu, vamos ver o que vão fazer ali... Já ouvi dizer que iam fazer um condomínio fechado (...) a verdade é que já lá vão uns anos bons e ainda não fizeram nada (...) não é bom porque as coisas abandonadas...enquanto são casas ou barracas as pessoas sempre vão mantendo aquilo, depois disso crescem as ervas, depois lá tem que ir a Câmara cortar, tirar os monos que mandam para lá..." (Excerto de entrevista, Joaquim Rocha, Presidente da freguesia de Mina de Água, 2018)

Ainda que o processo de realojamento dos moradores do Bairro de Santa Filomena se tenha traduzido na resolução dos contextos mais críticos de privação urbana, subsistem assimetrias na freguesia entre zonas mais envelhecidas (onde se observam valores de pensões mais reduzidos e algum desemprego) e outras áreas do território onde surgiram urbanizações mais recentes (ex. condomínios) habitadas por uma população mais favorecida do ponto de vista socioeconómico. Tal como referido a propósito de outras freguesias (ex. Canha, Venda Nova, Mercês, São Cristóvão e São Lourenço), a crise económica (2008) teve um impacto particular na capacidade de certas camadas da população, fazerem face às despesas correntes, situação que obrigou a um reforço do apoio social por parte da Junta de Freguesia.

"De facto, o centro, na Mina, sem dúvida que são pessoas mais idosas, com reformas baixas, não quer dizer que haja uma reforma ou outra de um bancário, de um gerente, de um administrador, mas a maioria são reformas pequenas. Portanto tem mais dificuldades no seu dia a dia. Nas novas urbanizações estão pessoas que tem felizmente outro modo de vida, casais mais jovens (...) vivem melhor e isso vê-se. Por isso há duas vertentes, há uma mais, não gosto de dizer pobre, mas se calhar com menos recursos e depois há outras pessoas com mais recursos (...). Há desemprego sem dúvida, nós não temos dados concretos porque o centro de emprego não nos fornece (...). Houve períodos como nós sabemos, menos bons. Sentia-se que as pessoas tinham mesmo que apertar. Uma pessoa com uma reforma de 300 euros, que paga 100 de renda, fica com 200, não sei...tem que se comer uma maçã e uma sopa, porque o mês tem trinta dias (...). Quanto aos apoios sociais. A freguesia dá apoio em três vertentes. Há pedidos de apoio que são direcionados para a segurança social, há outros que são para a câmara municipal, os nossos são aqueles pedidos mais pequenos mas que são mais

rápidos. Por exemplo, uma pessoa faz um pedido à nossa assistente social, porque estão para lhe cortar a água, porque não pagou, nem tem dinheiro naquele momento para pagar...as contas correntes chegam, e mediante o parecer da técnica assistente social, eu autorizo automaticamente. Estes apoios, felizmente temos dado e a nossa ideia é reforçar ainda mais" (Excerto de entrevista, Joaquim Rocha, Presidente da freguesia de Mina de Água, 2018)

No que concerne ao grau de cobertura de equipamentos e serviços é feita uma avaliação positiva por parte do executivo da Junta. Os principais problemas identificados remetem, a nível da saúde, para a sobrelotação do Hospital Amadora-Sintra e a nível de transportes rodoviários, para disfunções na cobertura de apoio à população, especialmente a mais idosa. Outro aspeto crítico referido no âmbito da entrevista prende-se com as deficiências na higiene urbana, algo considerado prejudicial à imagem do município. Para além de se verificarem carências ao nível da capacidade de lavagem (arruamentos e contentores) e processamento de monos, observam-se, à semelhança da freguesia anterior (Camarate), fenómenos de deposição ilegal de entulhos.

"Nós temos muitos equipamentos aqui, para além das muitas coletividades (...). Não nos podemos queixar (...). Temos que dizer a realidade, estamos bem servidos. Estamos bem servidos ao nível da educação e na saúde também. A curto prazo vamos ter, se formos a ver, quase um centro de saúde em cada freguesia. As reclamações incidem mais sobre o Hospital Amadora-Sintra, porque aquilo está a atender o dobro das pessoas do que aquilo que foi delineado (...). Relativamente às zonas verdes, espaços públicos, arruamentos há problemas para resolver mas posso lhe dizer que há concelhos bem piores (...). Os transportes aqui na Amadora, a concessão atualmente está com a Vimeca, existem muitas queixas porque não estão a satisfazer a população e principalmente a população idosa (...). Por exemplo, a freguesia aqui na parte velha, deviam ter uns carros pequenos para a servir. Podiam sair aqui da estação, passar ali pelo supermercado, servir o comércio local (...). [também] existem muitas queixas relativamente à higiene urbana. Em duas vertentes principalmente: no que respeita à lavagem de contentores, lavagem das ruas, e depois à acumulação dos monos, aquele lixo especial (...). Depois temos os problemas dos entulhos de obras que são deixados na freguesia, até por pessoas que não moram cá (...) param ali e deixam os sacos, a banheira velha (...) são falhas que a câmara está a pensar resolver (...). O que está a denegrir um bocado a imagem da câmara da Amadora é a higiene urbana. E às vezes as zonas verdes, mas as zonas verdes estão mais entregues às juntas e as juntas têm isso mais ou menos controlado" (Excerto de entrevista, Joaquim Rocha, Presidente da freguesia de Mina de Água, 2018).

Já foi feita referência à transversalidade dos problemas ambientais identificados na AML. Nas freguesias em gentrificação (ex. São Cristóvão e São Lourenço, Mercês) foram destacadas carências ao nível da recolha de lixo, decorrentes do aumento da pressão turística. Nas freguesias em expansão metropolitana intensiva (ex. Quinta do Anjo), os

resíduos industriais, em conjunto com os défices de infraestruturação territorial (traduzindo-se na contaminação dos aquíferos), implicam riscos diretos para a saúde humana. Nas freguesias desindustrializadas ou em declínio urbano (Ex. Barreiro), a contaminação do solo e da água decorrentes de décadas de produção industrial pesada, constitui hoje um entrave ao seu desenvolvimento, atratividade e qualidade de vida das populações. Relativamente às freguesias em privação ou urbanização da pobreza (ex. Mina, Camarate), as condições insalubres a que estão sujeitas as comunidades menos favorecidas (em termos de acesso a uma habitação condigna e a infraestruturas básicas) são agravadas pela deposição de entulhos de obras (decorrentes dos processos de reabilitação da capital) – refletindo processos de periferização múltipla (socioeconómica, urbana, ambiental, institucional) destes territórios/comunidades a nível metropolitano. Este panorama obriga a equacionar os fenómenos de subdesenvolvimento e as carências estruturais que ainda afetam algumas camadas da população metropolitana, bem como os desequilíbrios ambientais insustentáveis implicados em certos modelos intensivos de exploração territorial - a nível turístico, industrial e imobiliário.

Finalmente, no que respeita à freguesia de Mina, são destacados três desafios para o futuro que envolvem o reforço do apoio social, a melhoria da higiene urbana e a qualificação dos espaços verdes. De realçar a importância conferida à dimensão social, algo que corrobora a inclusão desta freguesia no âmbito da tipologia dos territórios em *privação ou urbanização da pobreza*. Este contexto, como referido na entrevista, poderá agravar-se em face de uma população envelhecida, dependente de pensões reduzidas, que enfrentará o aumento progressivo dos custos de vida. A atualização do valor das pensões bem como, uma maior função regulatória do Estado no que respeita ao mercado imobiliário e aos processos inflacionários que afetem bens essenciais (água, energia, alimentação) tornar-se-á indispensável para evitar o aumento/agravamento das situações de pobreza.

"*Para mim, os desafios que mais me preocupam e que eu gostaria de ver resolvidos a curto prazo, são três áreas. O apoio social ás pessoas, reforçar estas ajudas dentro do possível, alterar para muito melhor a parte da higiene urbana e cuidar melhor dos espaços verdes. São três áreas que eu sempre defendi desde o início e que acho que são um desafio (...) a área social porque enfim, as pessoas continuam a precisar, as pessoas estão mais velhas, as pensões são baixas, as rendas continuam a aumentar, a água e luz como a gente sabe também não para de aumentar (...).Todo o apoio social que pode ser aumentado, tem toda a razão de ser, porque há muito pobre ainda, muitas pessoas com dificuldades*" (Excerto de entrevista, Joaquim Rocha, Presidente da freguesia de Mina de Água).

4.6.3 Síntese

Os resultados obtidos no âmbito tipologia *privação e urbanização da pobreza* (à escala da freguesia e da subsecção) permitiram revelar a incidência espacial das assimetrias socioeconómicas na AML e identificar as vulnerabilidades a que estão sujeitas as comunidades e os territórios mais marginalizados e invisibilizados a nível metropolitano. A relevância destes fenómenos e a sua articulação com as dinâmicas de polarização territorial anteriormente analisadas (desindustrialização, declínio rural, expansão metropolitana, gentrificação), implicam o enquadramento da sua génese no tempo, bem como das condições macroestruturais que mais recentemente potenciam os contextos de pobreza e exclusão urbana.

Como referido anteriormente, as políticas de fomento à modernização industrial em conjunto com a progressiva abertura da economia portuguesa ao mundo (ex. integração na Associação Europeia de Comércio Livre) traduziram-se, a partir da década de 1950, no agravamento das condições de vida nos territórios rurais, e, por conseguinte, na transferência massiva de populações para os territórios urbanos (a nível nacional e internacional). A ditadura, acabaria, no entanto, por dissociar a conjuntura de crescimento económico da melhoria das condições de vida da população urbana. Os bairros de barracas e áreas urbanas de génese ilegal proliferaram, constituindo parte relevante dos processos de expansão metropolitana (1950-1974). Uma forma de 'urbanização da pobreza' (que subsistiu até aos dias de hoje), decorrente da magnitude dos fluxos migratórios (internos e posteriormente das ex. colónias), da debilidade das políticas sociais (em especial no domínio da habitação e no domínio laboral), e da permissividade legislativa no que respeita ao processos de especulação urbana.

O desfasamento temporal dos processos de metropolização da capital, as dificuldades de absorção das populações a nível socioeconómico e a elevada expressão de áreas informais na AML, traduzem dinâmicas de desenvolvimento urbano, próprias de países mais periféricos e não necessariamente ocidentais (ex. Ásia, América do Sul, África). Recordemos que em 1974, mais de metade da população do país não tinha ainda acesso a rede de abastecimento de água, energia elétrica ou saneamento (Centro de Documentação 25 de Abril, 2021). A democracia e o acesso aos fundos estruturais e de coesão implicados no processo de adesão à Comunidade Económica Europeia (1986), acabariam por traduzir-se em melhorias nas condições de vida das populações (ex. direitos laborais, acesso a educação, saúde e habitação), bem como dos seus espaços habitados. Destaca-se neste âmbito o esforço empreendido na provisão de infraestruturas (ex. água, energia, saneamento, redes viárias, telecomunicações), equipamentos e serviços, bem como os processos de realojamento social. O Plano Especial de Realojamento (PER), lançado na década de 1990, constituiu o programa

mais ambicioso de habitação pública nacional desde o 25 de Abril. Apesar destes esforços, os atrasos estruturais do país (em termos dos níveis de instrução da população, incorporação tecnológica/capacidade organizacional das empresas, maturidade do aparelho administrativo do Estado) - e o seu confronto com a abertura ao mercado Europeu e Global -, determinou a persistência dos contextos de pobreza e exclusão urbana na AML. Em particular, a deslocalização de postos de trabalho no âmbito da crescente globalização e pressão competitiva internacional, traduziram-se no acelerar das dinâmicas de desindustrialização e declínio rural, determinando o alargamento das dinâmicas de marginalização às camadas da sociedade menos instruídas, e por isso mais expostas à obsolescência progressiva das suas qualificações profissionais.

O agravamento dos problemas de coesão territorial e socioeconómica observados a nível nacional, corroboram a tese de List (2006) [1841], segunda qual, a entrada de um país no mercado livre autorregulado, deve ser precedida do correto desenvolvimento do seu capital natural, produtivo e humano, sob pena do aumento das suas assimetrias internas. Apesar da progressiva diversificação da economia portuguesa (e do esforço no incremento das qualificações da população), a dependência excessiva do país, face aos setores da construção e do imobiliário (obras públicas e privadas) em associação com o setor financeiro, acabaria por culminar no desequilíbrio da balança comercial do país e subsequente crise da dívida soberana (2010). As consequências desta crise e das políticas económicas neoliberais conexas ao programa de assistência económica e financeira (2011-2014), traduzir-se-iam no acentuar das desigualdades, em especial nas camadas mais pobres e mais jovens (assoladas pelo desemprego e pela precarização dos seus vínculos laborais), bem como na falência de parte substancial do tecido económico nacional (Rodrigues *et al*., 2016; Agência Lusa, 2016; Diogo *et al.,* 2021; Frazão, 2021).

Os diagnósticos realizados ao abrigo dos processos de revisão dos planos diretores municipais, assim como os dados obtidos através das entrevistas, corroboram este enquadramento, referindo uma especial incidência dos impactos da crise económica nas zonas urbanas mais deprimidas do ponto de vista social. A recuperação da crise, determinou a redução do desemprego e a melhoria dos indicadores de crescimento económico. Evidenciam-se, contudo, incertezas decorrentes das opções de política estratégica tomadas. A especialização da economia nacional em setores particularmente expostos à imprevisibilidade dos fluxos de pessoas e capitais - turismo e imobiliário -, determina vulnerabilidades relevantes em face de um súbito abrandamento da mobilidade internacional ou de uma nova crise de crédito provocada por uma bolha imobiliária. Em simultâneo, os efeitos inflacionários decorrentes dos processos de financeirização urbana em conjunto com os salários reduzidos/vínculos laborais precários próprios de setores com reduzida margem para o aumento da produtividade (ex. turismo), evidenciam dificuldades acrescidas no que

respeita à reprodução social da força de trabalho a nível urbano. A este propósito destacam-se carências crescentes ao nível da mão de obra, bem como o surgimento, de mais 11.000 alojamentos clandestinos no país entre 2012 e 2021. Realça-se ainda o incremento em 47,5% das necessidades de realojamento habitacional identificadas em 2018, pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (Lusa, 2021; Ferreira & Pinto, 2022). O 'Planet of Slums' descrito por Mike Davis (2006), parece concretizar-se, à medida que um contingente crescente de pessoas, se vê excluído de participação no sistema económico e urbano, avolumando-se nas periferias precárias das grandes cidades, sem qualquer expetativa de mobilidade social.

O mapeamento dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza na AML, permitiu identificar desfavorecimentos críticos nestes territórios. A nível socioeconómico, observam-se: maiores níveis de desemprego e precariedade laboral (em termos quantitativos e qualitativos), elevada dependência de prestações sociais, níveis de qualificação reduzidos (acompanhados de elevadas taxas de abandono escolar), bem como constrangimentos das populações no acesso a bens essenciais (ex. alimentação, habitação, água, energia). Estes contextos de exclusão social, são acompanhados, frequentemente de fenómenos de precariedade habitacional, dos quais se destacam os bairros de barracas ainda existentes, onde a ausência de infraestruturas básicas (saneamento, água, energia) não permitem condições mínimas de salubridade e sobrevivência da população. O facto de parte substancial destas populações estar empregada e de os fenómenos de privação urbana ressurgirem também nos bairros de realojamento social, indiciam que o acesso à habitação mas também ao emprego, deixaram de ser pilares estruturantes de combate à pobreza. De acordo com Sen (2000), as dinâmicas de subdesenvolvimento, afetam cada vez mais os países ocidentais, não se esgotando nas desigualdades de rendimento e incluindo outros aspetos essenciais à melhoria da condição de vida das populações. Também neste âmbito se observam carências graves nas zonas mais deprimidas identificadas a nível metropolitano, nomeadamente constrangimentos no acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais (ex. saúde, educação, transportes, bancos, correios etc.) bem como défices na administração e estruturas locais (em termos de recursos humanos e financeiros). As assimetrias de investimento público, parecem assim penalizar os lugares e comunidades mais marginalizados, dificultando a resolução dos problemas de coesão territorial, socioeconómica e institucional aí observados. Por fim, a incidência de riscos diversos (ex. saúde, habitacionais, ambientais, geotécnicos) nestes territórios, corrobora a tese de Beck (1992), segundo a qual as classes sociais menos favorecidas, são também as mais expostas às dinâmicas de vulnerabilidade e incerteza. Contexto indissociável dos problemas de desordenamento do território observados na AML e das condições precárias que estes determinaram.

Através do cálculo de correlações entre os indicadores utilizados para o mapeamento das

freguesias em situação de privação ou urbanização da pobreza na AML foi possível identificar correlações moderadas entre a proporção de famílias clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas e a taxa de desemprego (0,655). O mesmo indicador apresenta correlações fortes com a proporção de alojamento sobrelotados (0,684) e a proporção de residentes com idades entre os 18-34 anos com o terceiro ciclo do ensino básico completo que não estão a frequentar o sistema de ensino (0,739). Já a proporção de população residente estrangeira, correlaciona-se moderadamente com a taxa de desemprego (0,499), com a proporção de alojamentos sobrelotados (0,518) e com a proporção de população residente estudante ou trabalhadora que utiliza transportes públicos (0,545) (Anexo 2) (Taylor, 1990). Os dados obtidos permitem concluir que os fenómenos de privação e urbanização da pobreza incidem sobretudo em camadas de população menos instruídas e/ou os imigrantes, particularmente afetados pela desvalorização das suas qualificações profissionais, pelas deficientes condições habitacionais e pelo insucesso escolar, evidenciando trajetórias de periferização progressiva e inter-geracional, de difícil reversibilidade.

Relativamente aos estudos de caso, evidenciaram-se, diferenças substanciais entre a freguesia de Camarate (atualmente união de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação) e a freguesia de Mina (atualmente freguesia de Mina de Água). Na primeira observam-se fenómenos de desfavorecimento socioeconómico e urbano mais críticos, dos quais se destaca a presença de bairros de barracas – o caso do bairro da Torre, bem como de áreas urbanas de génese ilegal cuja reconversão não é possível dada a sua construção em zonas vulneráveis do ponto de vista sísmico e geomorfológico. Para além dos problemas habitacionais e dos riscos associados aos processos de desordenamento territorial, identificam-se também carências em equipamentos e serviços (ex. saúde, educação, transportes), que denunciam o desinvestimento e a condição de invisibilidade a que estão votadas estas populações por parte do Estado. A associação entre os fenómenos de marginalização socioespacial e as dinâmicas migratórias é particularmente visível neste território, sendo que as comunidades imigrantes e as minorias étnicas, apesar de constituírem uma parte importante da mão de obra urbana, habitam os contextos mais desfavorecidos da freguesia em termos habitacionais e infraestruturais. Estes aspetos levam-nos a refletir sobre as políticas de integração de imigrantes no país, num momento em que estes são particularmente solicitados a suprir os défices de mão de obra existentes (Cruz, 2022). De referir ainda a proeminência dos fenómenos de poluição (detetados em ambas as freguesias), evidenciando a articulação entre os processos de exclusão social e as dinâmicas de desqualificação ambiental.

A freguesia de Mina, pelo facto de ter sido alvo de investimentos públicos no que respeita à erradicação dos bairros de barracas, bem como ao nível da provisão de equipamentos

públicos (educação e saúde), apresenta atualmente um panorama menos crítico no que respeita às dinâmicas de privação e urbanização da pobreza do que o observado na freguesia de Camarate. Realça-se, contudo, a exclusão de parte substancial da população no âmbito dos processos de realojamento ocorridos na freguesia, em particular no Bairro de Santa Filomena. O facto de serem apenas contabilizadas as necessidades habitacionais das populações presentes no bairro até à data de publicação do Decreto-Lei n.º 163/93 (que estabeleceu o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto) em conjunto com a duração da operação de realojamento, determinou a desatualização deste levantamento, por via do crescimento demográfico e da chegada de mais população migrante ao bairro. Em resultado, muitas das famílias viram-se em situação de desespero face à ausência de acesso a habitação social e à destruição dos seus alojamentos, que apesar de precários, constituíam um dos pilares mais importantes da sua sobrevivência. Outros aspetos importantes dizem respeito aos efeitos emocionais implicados na demolição do bairro de Santa Filomena, dos quais se destaca, a dissolução das redes de sociabilização existentes. Este enquadramento obriga a uma reflexão aprofundada sobre os impactos da políticas de habitação, no que respeita à capacidade de resolver efetivamente as necessidades habitacionais existentes, ou, pelo contrário, contribuir para o agravamento das trajetórias de periferização socioeconómica e urbana, em espacial das camadas mais vulneráveis da sociedade. Implica também equacionar outras modalidades de realojamento, que possibilitem em determinadas situações, a reconversão/qualificação dos assentamentos informais existentes, minimizando assim as consequências sociais, económicas e psicológicas envolvidas neste processo.

Os constrangimentos no acesso a uma habitação digna na AML, foi revelada no âmbito de um estudo recente desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa - "*Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas na Área Metropolitana de Lisboa*". cujos resultados são similares aos obtidos no âmbito da tipologia privação e urbanização da pobreza. De acordo com o mesmo diagnóstico, cerca de 50.000 famílias vivem em condições habitacionais indignas, metade destas sujeitas a situações de insalubridade e insegurança, e cerca de 20% a condições de precariedade. Simultaneamente, estima-se que 1/5 das famílias na AML tenha encargos superiores a 400€ com a habitação (renda ou prestações associadas) e que 2/3 das famílias veja o acesso à habitação severamente restringido por via das dinâmicas de mercado. Seria interessante, futuramente, proceder a uma comparação mais aprofundada dos resultados obtidos no âmbito deste diagnóstico, e os resultados obtidos no âmbito da presente investigação, dado à escassez de investigação nesta área (Lusa, 2022).

A Nova Geração de Políticas de Habitação (2017), em cujo âmbito se destaca o programa 'Primeiro Direito', propõe-se a resolver as necessidades habitacionais da população Portuguesa até 2024. Prevê-se um investimento de dois mil milhões de euros, concretizado

através de parcerias entre os municípios e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, com o objetivo de suprir as necessidades habitacionais identificadas em 2018 e aumentar para 6% o parque público de habitação. Atualmente este corresponde apenas a 2% da totalidade de alojamentos existentes (um dos menores da Europa) por via de décadas de uma política de habitação estruturada em função da banca e do acesso a crédito financeiro. (IHRU, 2018). Apesar de este programa integrar opções de construção de habitação pública, destaca-se a centralidade conferida aos processos de reabilitação do parque edificado e a modalidades de arrendamento/aquisição de alojamentos a custos acessíveis, destinadas a frações da população que não consigam acesso à habitação por via do mercado. Esta opção estará certamente relacionada com o controlo das dinâmicas de suburbanização, mas também com a tentativa de evitar a formação de enclaves de marginalização socioespacial, como os observados nos bairros de realojamento social, construídos ao abrigo do PER. A ausência de instrumentos de regulação do mercado de habitação, a complexidade do programa e a sua dependência face a agentes privados, bem como a crescente inflação dos custos do imobiliário e da construção (materiais e mão de obra), poderão determinar constrangimentos substanciais à concretização dos objetivos propostos, que, entretanto, já se encontram desatualizados, por via do aumento das necessidades de habitação. Em suma, a tentativa de resolução da crise habitacional, enquadrada no âmbito das dinâmicas de mercado e de financeirização urbana, cria riscos acrescidos na execução do programa e na eficácia do investimento público aplicado (Mendes, 2020; Francisco, 2022).

Diversos autores, já amplamente analisados no primeiro capítulo, destacam o extremar das assimetrias socioeconómicas e territoriais: A progressiva financeirização económica, provocando o desvinculamento progressivo entre as condições de reprodução do capital e as condições de reprodução social do trabalho, tenderá a expandir o perímetro das dinâmicas de exclusão a camadas mais vasta da sociedade. Em especial, a centralidade financeira conferida aos ativos imobiliários, transformados em mero veículo de rentabilidade e acumulação de capital, constitui atualmente um dos sintomas mais alarmantes das dinâmicas de expulsão social em curso, afetando um dos componentes mais determinantes no combate à pobreza e exclusão social – o acesso à habitação. Em simultâneo, o continuo descarte de territórios e setores económicos e a progressiva precarização das populações menos instruídas (e das populações imigrantes) por via da retração do Estado Social e da dualização do mercado de trabalho, determinará o aprofundamento das desigualdades no plano socioeconómico e geográfico (Wacquant, 1999; Baumen, 2007; Castells, 2011; Sassen, 2014; Piketty, 2015; Rolnik, 2015M; Harvey, 2019) Neste âmbito destaca-se a conjuntura particularmente desfavorável do contexto português. O envelhecimento demográfico (desvitalizando as bases fiscais do Estado), as debilidades macroestruturais do país a nível económico (refletindo-se em níveis salariais, de produtividade e de competitividade

reduzidos), em conjunto com a difusão dos efeitos das dinâmicas de financeirização urbana à sociedade, poderão determinar a expansão súbita dos fenómenos de privação e urbanização da pobreza.

A resolução dos contextos mais críticos identificados a nível metropolitano terá assim de ser acompanhada da definição de um conjunto de políticas sociais e de investimentos públicos de base territorial que passem pela melhoria do acesso das populações a bens e serviços essenciais (habitação, saúde, educação, e a condições laborais dignas). Em simultâneo, implica a definição de uma estratégia de desenvolvimento socioeconómico que vise a qualificação, modernização e diversificação do perfil produtivo do país, incluindo neste âmbito as zonas do país que sofreram processos de desindustrialização/declínio rural e as camadas da população mais afetadas pela globalização e pela desvalorização do emprego e das suas qualificações.

O combate aos fenómenos de privação e urbanização da pobreza implica desta forma a redução conjugada das assimetrias territoriais e socioeconómicas, criando condições para o robustecimento económico do país e para uma melhoria generalizada das condições de vida das populações. O contrário será permitir a ampliação das dinâmicas de periferização a nível geográfico e social, colocando em causa o sistema democrático, por via do avolumar do descontentamento, do conflito e dos populismos a estes associados, tal como já foi referido, múltiplas vezes ao longo desta investigação (Rodríguez-Pose, 2017).

Capítulo 5

Conclusão

As dinâmicas de incerteza que caracterizam as sociedades atuais justificam a urgência em investigar as assimetrias territoriais, bem como as fragilidades socioeconómicas, institucionais e ambientais que estas implicam. Este exercício constitui pela sua natureza, abrangência e diversidade, um desafio de enorme complexidade, particularmente sensível à passagem do tempo. Esta tese teve como principal propósito contribuir para o conhecimento das assimetrias metropolitanas na atualidade. Neste sentido, consideraram-se as dinâmicas de polarização urbana e as vulnerabilidades associadas enquanto fenómenos cuja delimitação implica uma leitura diacrónica que deve envolver várias disciplinas, além da arquitetura e do urbanismo.

No capítulo II mobilizaram-se contributos de diferentes áreas científicas (p.e a sociologia, economia política, filosofia) de modo a captar a multiplicidade de aspetos que moldam as dinâmicas de diferenciação socioespacial. Esta opção interdisciplinar permitiu evidenciar a importância das teorias de desenvolvimento e das ideias económicas na compreensão dos modos de organização das sociedades e dos territórios, e, por conseguinte, das próprias políticas urbanas, modelos e sistemas de planeamento vigentes. A este propósito salientou-se o debate em curso relativo à preponderância de uma agenda de política económica neoliberal e do seu impacto na 'desvalorização' das funções do Estado e na 'valorização' do mercado. Observa-se que as tendências de desregulação que acompanham a globalização e liberalização económica conflui no extremar dos fenómenos de polarização socioeconómica e territorial, e, nessa medida, na emergência de vulnerabilidades e processos de periferização múltiplos. A especialização económica dos territórios, em nome da competitividade e da atração de investimento bem como a deslocalização das funções produtivas (emprego e empresas) afeta com particular intensidade as camadas mais vulneráveis e menos instruídas da população. Ao mesmo tempo provoca desequilíbrios territoriais profundos entre os lugares para onde são canalizados os fluxos (ex. investimento público, pessoas, capitais, informações) e aqueles que são progressivamente 'desconetados' das cadeias de valor.

Sendo que *o 'modo de olhar – constrói o que é visto'*, procedeu-se ainda no capítulo II a uma apresentação de conceitos, modelos e propostas de desenvolvimento. Procurou-se, deste modo, proceder a uma análise crítica dos alicerces teóricos que fundamentam a produção de conhecimento e a tomada de decisão, nomeadamente do seu grau de exposição

face à influência dos diferentes domínios científicos. Mais do que um conjunto de respostas, esta revisão, permitiu enunciar um conjunto de questões, que pelas suas implicações, devem ser atendidas no âmbito de um exercício abrangente e coletivo: será possível compatibilizar uma economia de mercado – assente na competitividade e no crescimento linear – com os objetivos mais vastos da coesão socioterritorial e do equilíbrio ambiental, implícitos no conceito de desenvolvimento sustentável? De que forma as estratégias de resiliência, justificadas pelos riscos, incertezas e instabilidade da realidade contemporânea, nos levam a aceitar o *'status-quo'* sem questionar as razões que induzem essas dinâmicas? Como se articula a resiliência dos sistemas económicos com a resiliência dos sistemas sociais e ambientais? Como conciliar a defesa de recursos e interesses públicos com a defesa da iniciativa privada? Será que a profunda complexidade inerente a esta conciliação, não se converte na cedência à simples lógica economicista em prejuízo do bem comum? Será que a cidade constitui apenas o resultado estrito do exercício do planeamento, ou antes um espelho de processos sociais, políticos e económicos definidos a jusante? É possível, ou mesmo recomendável, um urbanismo (a)político; ou a política e a ética são parte indissociável de um urbanismo que se pretende mais democrático, inclusivo e equilibrado?

A complexidade e as contradições subjacentes a este conjunto de formulações, em simultâneo com o horizonte de possíveis crises sistémicas, apresenta uma dificuldade acrescida quando se trata de analisar, diagnosticar e 'planificar' o território. Mas esta dificuldade não advém somente dos factos em si, das dinâmicas de desenvolvimento físico e económico ou do seu enquadramento político e social. Resulta, também, do 'pensamento' e do grau de subjetividade que preexiste nos processos de decisão e ação, apesar da evidência e do conhecimento científico. Se o tempo de planear e o 'planeado' do próprio 'Plano' se encontram 'devorados' pela corrente da velocidade e da incerteza, alcançaremos, quem sabe, um caminho, no entendimento das dinâmicas de diferenciação e polarização do território, na compreensão dos fenómenos que conduzem às suas profundas assimetrias e à vulnerabilidade que lhes está associada.

Tendo como objeto de estudo a AML, apresentou-se no Capítulo III, uma proposta metodológica que visa o mapeamento das suas dinâmicas de diferenciação interna, bem como a identificação dos atores, mecanismos (públicos, privados, coletivos) e consequências nestes implicados. Tendo presentes estes objetivos, desenharam-se os métodos (quantitativos e qualitativos) utilizados. A dedução e caracterização *a priori* de um conjunto de tipologias de polarização urbana (*desindustrialização e declínio urbano, expansão metropolitana intensiva, gentrificação, declínio rural metropolitano, privação ou urbanização da pobreza*) precedeu a recolha exaustiva e construção de uma matriz de indicadores multidimensionais (sociodemográficos, económicos, ocupação de solo), que, após a aplicação de um conjunto de técnicas de análise (estatística e espacial), permitiu georreferenciar os

territórios mais fortemente polarizados a nível metropolitano. Considerou-se neste âmbito o potencial de replicabilidade desta metodologia a outras escalas, realidades territoriais e temáticas.

A opção pelo recurso a tipologias fundamentou-se nos benefícios que estas apresentam no quadro do 'desenho' e da 'territorialização' de políticas públicas e intervenções de planeamento diferenciadas. Importa, contudo, referir alguns riscos inerentes a esta abordagem. Estes decorrem da elevada complexidade e diversidade que caracteriza os territórios metropolitanos contemporâneos, ou da incontornável subjetividade que decorre da seleção de indicadores estatísticos, mesmo que esta seja suportada numa exaustiva e precisa fundamentação teórica[28].

Tendo em consideração as limitações enunciadas, elegeu-se a freguesia como unidade de estudo adequada. Optou-se simultaneamente pela mobilização de um método uniformizado de análise estatística que possibilitou a identificação de relações de similaridade entre critérios de classificação previamente definidos (supervisionados), sinalizadores de fenómenos de polarização urbana e as freguesias (territórios) que compõem a AML. Esta opção evidenciou duas vantagens face à convencional análise de clusters. Por um lado, permitiu identificar sobreposições tipológicas no mesmo território (ex. um lugar em desindustrialização ou declínio urbano poderá estar a sofrer simultaneamente novas dinâmicas de gentrificação); por outro lado, viabilizou de forma relativamente simples e intuitiva o mapeamento dos territórios mais contrastantes a nível metropolitano, algo dificilmente controlável através de um processo de construção de tipologias por via de algoritmos computacionais.

Procurando contornar os riscos de simplificação da realidade implicados numa abordagem tipológica aos fenómenos de polarização territorial, procurou-se enquadrar os mapeamentos obtidos, não como um resultado final, mas enquanto subproduto de um processo de produção de conhecimento, que não dispensa, antes contribui, para uma aproximação à escala do lugar, em particular aos intervenientes que nele atuam e residem. Neste âmbito salienta-se a realização de um conjunto de entrevistas exploratórias a atores da administração pública (membros de juntas de freguesia), que pela responsabilidade do cargo que exercem e o conhecimento que detêm sobre as realidades territoriais, permitiram aprofundar o conhecimento das dinâmicas de polarização a nível local. As limitações de tempo

[28] A este propósito importa sublinhar as limitações observadas no que respeita à atualização e disponibilidade da informação estatística. A periocidade dos levantamentos censitários (decenais) torna-se crescentemente incompatível com o ritmo de eventos e transformações que operam sobre a sociedade, exigindo porventura um levantamento mais sistemático no tempo. Simultaneamente, a redução do volume de informação estatística disponível, à medida que aumenta a escala de desagregação a que são solicitados os dados, coloca sérias limitações a uma análise mais precisa e detalhada das dinâmicas que afetam os territórios a nível metropolitano.

inviabilizaram o alargamento das entrevistas a outros intervenientes (ex. moradores, agentes económicos, associações, instituições sociais etc.), cujo contributo poderia ser relevante, bem como a aplicação de técnicas de análise audiovisual e narrativa que poderiam enriquecer os resultados desta investigação. Procurou-se, contudo, compensar estas falhas com o recurso sistemático a outras fontes, nomeadamente a imprensa, que permitiram conferir detalhe e perspetivas adicionais ao âmbito da análise realizada.

Na sequência desse processo, o Capítulo IV integra a interpretação ordenada do mapeamento obtido no âmbito das cinco tipologias elegidas, cujas ilações são, aliás, confirmadas pelos instrumentos de ordenamento territorial e pelos estudos de diagnóstico existentes. Compreende, também, o cruzamento desta 'leitura vertical' do território da AML, com a observação dos fenómenos de polarização – e dos seus impactos à escala do lugar, o 'inventário dito' dos que nele têm agido ou, até, dos que sobre ele escreveram, habitando as suas coordenadas e conhecendo as suas circunstâncias.

Os resultados obtidos permitiram colocar em evidência as fortes assimetrias que caracterizam a AML. Foi possível identificar os territórios mais fortemente polarizados no âmbito dos fenómenos em análise, bem como as vulnerabilidades que lhes estão subjacentes. Nos *territórios em gentrificação* os processos de especulação imobiliária e pressão turística, determinam a inacessibilidade crescente ao mercado da habitação, impactos nos níveis de poluição ambiental e sonora (excesso de carga urbana), bem como desafios institucionais relevantes decorrentes da diminuição do número de eleitores (residentes). Os *territórios de expansão metropolitana intensiva* que beneficiam do crescimento demográfico e económico bem como do reforço das acessibilidades, evidenciam, por outro lado, problemas relacionados com o ritmo de urbanização. Neste âmbito inclui-se o elevado consumo de recursos (solo, água, energia) bem como fenómenos de desordenamento territorial e défices infraestruturais a que se associam focos de poluição e riscos para a saúde pública. Simultaneamente, a crescente diversificação social e o desajustamento entre o nível de procura e de oferta de serviços/equipamentos urbanos, geram desafios provisionais ao nível da administração local. Já os *territórios em declínio urbano ou industrial* ou os *territórios rurais metropolitanos em declínio* marcados pelo envelhecimento e perda populacional, carências e/ou degradação de equipamentos e/ou serviços públicos, refletem, de modo geral a baixa atratividade (fluxos de investimentos, pessoas, informação etc.) bem como dinâmicas de obsolescência funcional no plano produtivo. No que respeita aos territórios rurais, observaram-se frequentemente dissonâncias entre as dinâmicas do tecido social e económico. Certas freguesias apesar do declínio demográfico, apresentam um quadro de competitividade crescente do seu setor primário – algo que não pode ser desligado do recurso crescente a mão de obra imigrante. Noutras freguesias, o declínio neste setor ocorre em simultâneo com o incremento da procura residencial. Por fim, os *territórios de privação ou urbanização da pobreza*, correspondem aos

lugares mais invisibilizados e marginalizados a nível metropolitano sendo caracterizados pela pobreza, exclusão social, e baixos níveis de qualificação da população. Incorporam também problemas de precariedade habitacional e défices infraestruturais críticos a que se acrescentam constrangimentos no acesso a serviços e equipamentos públicos. O facto desta tipologia incluir bairros sociais, áreas urbanas (génese legal ou ilegal) ou bairros de barracas, demonstra que o acesso à habitação já não constitui *per si* um pilar essencial no combate à pobreza; o mesmo se pode concluir, relativamente ao emprego, se tivermos em consideração os resultados obtidos através das entrevistas realizadas. Importa ainda salientar a expressão da população migrante e das minorias étnicas nestes territórios.

No âmbito da investigação realizada foi possível associar a forte polarização do território metropolitano a um conjunto diverso de vulnerabilidades. Nos territórios e comunidades que mais beneficiam dos fluxos e investimentos (ex. *territórios em gentrificação ou expansão metropolitana intensiva*) como naqueles que são excluídos no âmbito deste circuito (ex. *territórios desindustrializados ou em declínio urbano*, *territórios rurais metropolitanos em declínio, territórios de privação ou urbanização da pobreza*), observam-se processos de marginalização múltiplos (sociais, económicos, ambientais, institucionais). Esta constatação justifica a nomeação destes fenómenos de periferização, bem como da fragilidade e invisibilidade que os acompanha, enquanto *periferias do planeamento e das políticas públicas*.

Os atrasos estruturais da economia em conjunto com as pressões decorrente da globalização económica explicarão, em grande medida, os processos de obsolescência funcional e económica observados nos territórios em *desindustrialização ou declínio rural*. Apesar das dinâmicas de terciarização, este processo de desvaliação interna, determinou dependências excessivas entre o crescimento da economia portuguesa, em particular do seu setor financeiro, e os setores da construção, do imobiliário e do turismo. Os *territórios em expansão metropolitana intensiva e os territórios em gentrificação* traduzem assim défices nos mecanismos de provisão e regulação pública (habitação), mas, simultaneamente, opções de política estratégica e de investimento que visaram a superação das debilidades produtivas do país e a correção dos consequentes desequilíbrios da balança comercial, por via da especialização em setores considerados mais promissores e/ou competitivos a nível internacional. Fora deste circuito económico, mas em profunda articulação com este, estão os problemas persistentes de privação e urbanização da pobreza – contexto que subiste, apesar dos evidentes progressos socioeconómicos feitos em democracia. Nestes lugares, marcados pela pobreza, iliteracia e desemprego, vivem as camadas de população mais invisibilizadas da sociedade, crescentemente afetadas por via dos processos de deslocalização económica, desvalorização das suas qualificações, e flexibilização dos seus vínculos laborais no âmbito da crescente dualização do mercado de trabalho.

Mais recentemente, as políticas que visaram o reforço da visibilidade turística e a

mobilização e rentabilização do património imobiliário, traduzem-se em dificuldades acrescidas no acesso à habitação. Determinaram também a periferização progressiva dos territórios em declínio (industriais, rurais ou urbanos), uma vez que o investimento (público e privado) se parece concentrar nos territórios mais aptos à concorrência internacional. Apesar do emprego criado, a sua fragilidade (em termos de vínculos laborais e condições salariais), em conjunto com os elevados custos de contexto nas zonas históricas, poderão explicar o recente aumento de áreas urbanas clandestinas a nível metropolitano (possível expansão dos *territórios em privação ou urbanização da pobreza*), bem como os défices emergentes de mão de obra.

Portugal lida diariamente com as circunstâncias da sua inserção no mercado global. Debate-se entre as presumíveis vantagens da sua geografia e a posição que ocupa no quadro da economia europeia e mundial; divaga entre a urgência na produção de valor e um horizonte de equilíbrio que subtraia cada lugar à sua periferia, no interior de uma periferia mais vasta e complexa. Reavaliar em permanência o *'espaço dos fluxos'* (de investimento, de pessoas, de bens) e o *'espaço dos lugares'* (da tradição, da identidade, da cultura) constitui, algo de inadiável, num cenário de crescente fluidez dos mecanismos de acumulação espaciotemporal de capital. No decurso destes movimentos – em que algumas comunidades e territórios perdem a sua relevância –, devem ser ponderadas as decisões que apenas observam a aplicação do investimento (público/privado) em setores mais promissores, no quadro da competitividade global. Neste âmbito inclui-se também a necessária reflexão sobre a fragilização dos instrumentos de ordenamento territorial em função das opções políticas e económicas tomadas ao longo do tempo. Os seus prossupostos norteadores – decisão hierárquica e centralizada baseada na previsão e no zonamento - revelaram-se demasiado rígidos, face a imprevisibilidade desenhada no plano económico, ou à (des)coordenação dos processos de decisão pública a nível intersectorial e territorial.

Durante a realização desta investigação vários acontecimentos mudaram o mundo. Cenários que dificilmente poderiam ser previstos concretizaram-se. A pandemia global, despoletada em 2019, evidenciou de forma clara o nexo existente entre as dinâmicas de vulnerabilidade e as desigualdades observadas na sociedade e no território. A perturbação ou interrupção súbita das cadeias de produção, logística e distribuição globais demonstraram os riscos latentes implicados nos processos de deslocalização económica e desindustrialização. A carência em equipamentos médicos e de proteção no início da pandemia constitui um dos exemplos reveladores dos défices de autonomia estratégica de Portugal e da Europa face ao exterior, colocando em evidencia as consequências que decorrem da proliferação de *territórios em desindustrialização ou declínio urbano*. Do mesmo modo, os constrangimentos observados no âmbito dos fluxos de pessoas a nível internacional, por via das medidas de contenção do vírus - em particular nos setores ligados à hospitalidade (ex. turismo,

restauração e similares) - manifestaram as vulnerabilidades implicadas num modelo de desenvolvimento que privilegia os processos de diferenciação no plano económico e social. O colapso do setor turístico, num dos países em que a sua contribuição para a criação de riqueza é maior (cerca de 19 %), teve sérias implicações. No primeiro ano da pandemia de covid-19 a economia portuguesa sofreu uma queda histórica, observando-se uma contração do PIB em 7,6%. Em Abril de 2020, o desemprego aumentou 24%, face a Abril de 2019, afetando sobretudo os setores do imobiliário, serviços administrativos e de suporte (46%), bem como os serviços do alojamento e restauração (20%). Apenas metade dos trabalhadores despedidos tinham direito a subsídio de desemprego. O impacto assimétrico da pandemia sobre os grupos em maior privação evidenciou também as desigualdades na sociedade portuguesa. As quedas salariais afetaram ¼ das pessoas com rendimentos inferiores a 650€, e apenas 6% das pessoas que auferem rendimentos superiores a 2500€ (Mamede, *et al.*, 2020).

Nos *territórios em gentrificação,* o súbito abrandamento da atividade turística expôs as ameaças decorrentes das lógicas de mercantilização e especialização urbana, em suma de uma política estratégica e de um modelo de urbanismo que enquadra a cidade enquanto produto de consumo. A ausência de turistas face ao reduzido número de habitantes refletiu-se no aumento do desemprego e em sérios entraves à atividade económica, dimensionada em função de uma procura externa, entretanto interrompida (Raposo, 2021). Em simultâneo, os vários focos de infeção noticiados pela comunicação social, colocaram em destaque as condições precárias das comunidades que habitam os territórios em *privação ou urbanização da pobreza* – caracterizados por défices críticos a nível social, económico e infraestrutural –, bem como dos imigrantes que vivem na capital, em alojamentos sobrelotados ou *hostels* (Nunes, 2020; Santiago, 2020).

A crise no acesso à habitação, a forte incidência da privação e dos fenómenos de precariedade urbana, as vulnerabilidades decorrentes de uma economia urbana cada vez menos diversificada e assente na fragilização dos vínculos laborais, as difíceis condições de acolhimento/inclusão das comunidades imigrantes, bem como as ameaças decorrentes da dissolução das capacidades produtivas do país, constituem algum dos desafios evidenciados pela crise de saúde pública provocada pelo vírus da covid-19. A guerra na Ucrânia veio adensar o cenário de constrangimentos colocados ao bem-estar da população. As perturbações nas cadeias de produção de valor global bem como as tendências inflacionárias tendem a agravar-se face à instabilidade político-económica internacional e ao aumento dos custos energéticos, determinando um horizonte recessivo de proporção semelhante ou superior à grande depressão do início do século XX.

A conjugação de crises geopolítica, energética, alimentar, migratória, climática[29] bem como a 'restruturação' do modelo de globalização, determinam a necessidade de repensar as dinâmicas insustentáveis resultantes dos processos de polarização territorial. Facilitar o acesso à habitação e a diversificação económica nos *territórios em gentrificação*, melhorar aas condições de inclusão e a qualidade de vida das populações nos *territórios em privação ou urbanização da pobreza,* conter as dinâmicas de urbanização, preservar e melhorar a eficiência na utilização de recursos (ex. solo, água, energia) nos *territórios em expansão metropolitana intensiva*, e promover a *revitalização social e produtiva dos territórios em desindustrialização ou declínio urbano e rural*, constituem desafios estratégicos face aos riscos detetados.

O sucesso dos mecanismos de recuperação a nível nacional e Europeu, bem como a construção de um futuro mais justo dependerá assim da identificação prévia das assimetrias que se sedimentaram na sociedade e no território, sucedida de uma estratégia que mobilize os investimentos, as políticas, os instrumentos de ordenamento, a sociedade e os agentes económicos, no sentido da inclusão social, da coesão territorial e da sustentabilidade ambiental. Neste âmbito, poder-se-ia equacionar uma abordagem planeada e multidisciplinar que se subtraísse a leituras excessivamente binárias, conservando, consoante as circunstâncias, a possibilidade de uma intervenção mais cirúrgica e flexível a nível socioespacial. A identificação tipológica no território – e, segundo cremos, não exclusivamente ao nível das Áreas Metropolitanas – poderia fundamentar um instrumento referenciador de políticas, intervenções de Planeamento, já que, à partida, referencia, também, dinâmicas e especificidades próprias de cada caracterização.

O estudo da diferenciação, dos movimentos por vezes contrários observados em diferentes tipologias, indicia ainda que o leque de soluções, o perfil da sua aplicação, se devem ajustar à transfiguração dessa realidade, à lentidão ou à velocidade da sua variação, reescrevendo continuamente a resposta adequada ao seu *devir*. A esse contexto não será indiferente o ambiente económico em geral ou, até, o enquadramento político que lhe serve de suporte. Admite-se, porém, que a objetividade na análise permitirá destrinçar o risco da oportunidade, avaliar as dinâmicas existentes e, até, converter favoravelmente inércias à partida negativas.

Numa reflexão necessariamente incipiente relativa às polarizações urbanas observadas na AML, poderia equacionar-se: (1) a requalificação do parque habitacional, em simultâneo com a qualificação e proteção social das populações nos *territórios em privação ou urbanização da pobreza*, (2) o estímulo a novas dinâmicas de (re) industrialização 'limpas', nos *territórios desindustrializados*, aproveitando infraestruturas pré-existentes (parques

[29] Recorde-se a crescente incidência de fenómenos extremos, tais como incêndios ou cheias, no país

industriais abandonados, caminhos de ferro, portos, etc.), atraindo emprego e população de forma a travar o declínio urbano; (3) a (re)valorização da função ambiental, residencial e produtiva nos *territórios rurais metropolitanos*, reforçando as redes curtas de distribuição alimentar e promovendo novos modos de vida facilitados pelo recurso ao teletrabalho; (4) a diversificação funcional, social e económica nos *territórios em gentrificação*, tendo como eixo estruturante o acesso à habitação, considerando-a enquanto ativo crítico que deve ser protegido das dinâmicas de mercado, de forma a inverter o ciclo de declínio populacional, evitar estrangulamentos de mão de obra, e restringir a difusão de dinâmicas inflacionarias ao resto do território metropolitano. Por fim, (5) nos *territórios em expansão metropolitana intensiva*, a aposta deverá passar pela regulação de fenómenos de urbanização que possam comprometer recursos estratégicos (solo, água, energia), o reordenamento e infraestruturação territorial bem como iniciativas que visem o restabelecimento do equilíbrio entre áreas naturais e artificiais (ex. incremento da biodiversidade, criação/requalificação de espaços públicos).

Os instrumentos e políticas territoriais constituem componentes essenciais do Estado de Bem-Estar, naquilo que é a espacialização das suas funções (redistributivas, provisionais, administrativas e organizacionais) e dos seus processos de decisão. O recurso a um modelo de urbanismo mais flexível, pragmático e participado não garantiu, como observado, a eficácia desejada em situações cuja dinâmica excede as expectativas de desenvolvimento económico dos próprios Planos Diretores. Do mesmo modo, a distribuição mecânica e numérica de recursos deixou de garantir soluções adequadas, devendo, hoje, ser mediada por um conjunto de novas exigências e desafios. Importa, assim, recuperar a iniciativa estratégica, reavendo uma leitura da realidade que associe a perceção e o conhecimento locais com uma visão mais abrangente e articulada, não apenas no plano regional, mas, até, nacional e europeu. Tal iniciativa, visando reduzir as desigualdades e evitar os efeitos nocivos das dinâmicas de polarização, dependerá da distribuição e amplitude dos meios destinados aos lugares e regiões. Mas dependerá, também, de uma nova coerência no processo de decisão que privilegie o bem-estar das populações e a palavra dos agentes e representantes locais, excluindo ações que contrariem o equilíbrio dos territórios e das comunidades. A importância de nortear a decisão pública em torno de um desenvolvimento mais harmonioso do território, que tenha em consideração a sua diversidade, especificidade e potencialidades, bem como as expectativas dos intervenientes que nele residem e atuam, decorre das múltiplas vulnerabilidades identificadas no âmbito desta dissertação e dos riscos evidenciados pelos eventos recentes. Neste âmbito, a correção das fragilidades e dos problemas observados a nível metropolitano, edifica também uma resposta face à possível ocorrência de cenários indesejados.

Numa perspetiva de investigação futura seria interessante atualizar e aprofundar a

análise realizada, tendo como referência, o período intercensitário 2011-2021 e a mobilização de técnicas de análise visual e narrativa (*storytelling*) que permitam enriquecer o mapeamento obtido com os contributos e expetativas dos residentes e atores locais. Através da replicação da metodologia utilizada, poder-se ia também avaliar o grau de descontentamento político, por via dos exercícios eleitorais, procurando identificar correlações com os processos de polarização e periferização socioespacial em curso. A extensão deste estudo a todo o território Português, revelar-se ia também de extrema importância. O diagnóstico resultante poderia contribuir com melhorias significativas na qualidade das políticas públicas, na renovação dos instrumentos de planeamento territorial e na eficácia dos investimentos realizados, fundamentando a definição de estratégias diversificadas de desenvolvimento territorial com o objetivo de mitigar as assimetrias e vulnerabilidades observadas a nível nacional.

Referências Bibliográficas

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) (2016). Plano operacional de respostas integradas. Diagnósticos do território. Relatório do Diagnóstico do território do concelho de Setúbal

ADN-Agência de Notícias (2016, 3 de Outubro). Moradores contestam obras de saneamento nas Marquesas. *ADN-Agência de Notícias*. https://www.adn-agenciadenoticias.com/2016/10/moradores-contestam-obras-de-saneamento.html

Afonso, B., Santos, P.M., Ribeiro, R.E. (2018, 20 de Abril). Bairro 6 de Maio: Ordem para limpar. *Fumaça*. https://fumaca.pt/reportagem-bairro-6-de-maio-ordem-para-limpar/

Afonso, S. (2021, 25 de Novembro). Maior exportador nacional faz 30 anos. Investimento público na Autoeuropa até 'foi baixo'. *Renascença*. https://rr.sapo.pt/especial/economia/2021/11/26/maior-exportador-nacional-faz-30-anos-investimento-publico-na-autoeuropa-ate-foi-baixo/262173/

Agência Lusa (2016, 17 de Setembro). Quem perdeu mais durante a crise? Os mais pobres e os jovens qualificados. *Observador*. https://observador.pt/2016/09/17/quem-perdeu-mais-durante-a-crise-os-mais-pobres-e-os-jovens-qualificados/

Ahern, J. (2011). From fail-safe to safe-to-fail: Sustainability and resilience in the new urban world. *Landscape and urban Planning*, *100*(4), 341-343.DOI: https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.02.021

Alcantara, C., Kuemmerle, T., Prishchepov, A. V., & Radeloff, V. C. (2012). Mapping abandoned agriculture with multi-temporal MODIS satellite data. *Remote Sensing of Environment*, *124*, 334-347. https://doi.org/10.1016/j.rse.2012.05.019

Allard, S. W., & Paisner, S. C. (2016). *The rise of suburban poverty*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199935307.013.96

Allegra, M., Casaglia, A., & Rokem, J. (2012). The political geographies of urban polarization: A critical review of research on divided cities. *Geography Compass*, *6*(9), 560-574. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1749-8198.2012.00506.x

Almeida-García, F., Cortés-Macías, R., & Parzych, K. (2021). Tourism impacts, tourism-phobia and gentrification in historic centers: The cases of Málaga (Spain) and Gdansk (Poland). *Sustainability*, *13*(1), 408. https://doi.org/10.3390/su13010408

Almeida-García, F., Cortés-Macías, R., & Parzych, K. (2021). Tourism impacts, tourism-phobia and gentrification in historic centers: The cases of Málaga (Spain) and Gdansk (Poland). *Sustainability*, *13*(1), 408.https://doi.org/10.3390/su13010408

Almeida, M. A. (2018). Políticas públicas em territórios desiguais. *Mátria Digital*, (6), 905-937.

Almeida, M. A. (2018). Políticas públicas em territórios desiguais. *Políticas públicas em territórios desiguais*, (6), 905-937. http://hdl.handle.net/10071/16815

Almeida, R., M. (2017). Uma Cidade Industrial' de Tony Garnier: repensando a gênese do urbanismo progressista, no centenário de sua publicação. *Revista de Morfologia Urbana*, *5*(1), 15-26. DOI: 10.47235/rmu.v5i1.6

Alsaawi, A. (2014). A critical review of qualitative interviews. *European Journal of Business and Social Sciences*, *3*(4). https://ssrn.com/abstract=2819536

Alvaredo, F. (2018). *The World Inequality Report*. Harvard University Press.

Amaral de Carvalho, B. (2019, 29 de Setembro). Lisboa é a cidade europeia onde é mais difícil pagar a renda da casa. *Contacto*. https://www.wort.lu/pt/portugal/lisboa-e-a-cidade-europeia-onde-e-mais-dif-cil-pagar-a-renda-da-casa-5d910b33da2cc1784e34c788

Amin, A. (2005). Local community on trial. *Economy and Society*, 34:4, 612-633. DOI: 10.1080/03085140500277211

AML (2021). Plano de apoio às comunidades desfavorecidas. https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componentNews/SUS628684D355948/PLANO_METROPOLITANO_COM-DESFAVORECIDAS_AML_30DEZ2021_VF.PDF

Amunátegui Perelló, C. F. (2014). The Decline of the Middle Class and the Fall of the Roman Republic. *Revue international des droits de l'antiquité,*(61), 97-109. https://repositorio.uc.cl/handle/11534/45410

Amunátegui Perelló, Carlos Felipe. (2015). The Decline of the Middle Class and the Institutional Crisis of the Late Republic. *Revista de estudios histórico-jurídicos*, (37), 77-92. https://dx.doi.org/10.4067/S0716-54552015000100002

Anderson, E. (2017). Thomas paine's "agrarian justice" and the origins of social insurance. In Schliesser, E. (Eds.), *Ten neglected classics of philosophy* (1rd ed., pp. 55-84). Oxford University Press

Antunes, J.C.; Ruas, A.P.; Ramos, S.; Sequeira, A.A.; Marques, B.P. (2010) Monitorização e avaliação de políticas de ordenamento do território: o caso do concelho de Palmela. In Cabral, J. (Eds.), *Avaliação das políticas de ordenamento do território e de urbanismo no espaço europeu e nos âmbitos nacional, regional e municipal* (pp. 159-168). Ad Urbem

Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization* (Vol. 1). U of Minnesota Press.

Araújo, A. (2021, 20 de Novembro). Nasceram' mais de 11 mil casas clandestinas nos últimos três anos. *Expresso*. https://expresso.pt/economia/2021-11-20-Nasceram-mais-de-11-mil-casas-clandestinas-nos-ultimos-tres-anos-f488b529

Área Metropolitana de Lisboa (2019). Plano metropolitano de adaptação às alterações climáticas.

Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Forense universitária.

Aristotle, ., Jowett, B., & Davis, H. W. C. (1920). *Aristotle's Politics*. Oxford: At the Clarendon Press.

Ascher, F. (2012). *Novos Princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos.* Livros Horizonte

Ascher, F. (2012). *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos*. Livros Horizonte

Asher, F. (1995). *Metapolis ou l'avenir des villes*. Èditions Odile Jacobs

Atkinson, J., Salmond, C., & Crampton, P. (2014). *NZDep2013 index of deprivation*. Department of Public Health - University of Otago. https://www.otago.ac.nz/wellington/otago069936.pdf

Augé, M. (2012). *Não-Lugares*. Letra livre

Augusto & Mateus Associados (2010). Plano Estratégico de Alcochete 2025. Diagnóstico estratégico (anexo ao relatório intercalar)

Augusto Mateus & Associados (2007). Estratégia de desenvolvimento empresarial e urbano do Barreiro. Diagnóstico de partida https://www.cmbarreiro.pt/cmbarreiro/uploads/writer_file/document/6551/pudiagnostico1.pdf

Avilez, F. (2009). *Diagnóstico Sectorial - Agricultura e Florestas. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: CCRDLVT.

Ayik, U., & Avcı, S. (2021). Deindustrialization and functional change. *The Evaluations and Researches in Social Sciences and Humanities*, 88.

Baigent, E. (2004). Patrick Geddes, Lewis Mumford and Jean Gottmann: Divisions over 'megalopol is'. *Progress in Human Geography*, *28*(6), 687-700.

Balter, M. (2010). *The Goddess and the Bull. Catalhoyuk: An Archaeological Journey to the Dawn of Civilization*. Simon and Schuster

Banco Mundial (2019). *Percentagem da agricultura no PIB - Classificações de países*. The Global Economy. https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/share_of_agriculture/

Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra—do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, 907-921. https://www.jstor.org/stable/41011193

Barros, J. D. A. (2011). Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, *16*(1), 239-255. http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2011v16n1p239

Batista, P. N. (1994). *O consenso de Washington*. *A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*.http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf

Bauman, Z. (2004). *Wasted lives: Modernity and its Outcasts*. Polity

Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna.* Relógio d' Água

Baumeister, R. (1876). *Stadt-Erweiterungen in technischer, baupolizeilicher und wirthschaftlicher Beziehung*. Ernst & Korn.

Beck, U. (1992*). Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage

Bell, D. (1989). The end of ideology (1960). *On the exhaustion of political ideas in the fiftie's*. Harvard University Press

Béné, C., Newsham, A., Davies, M., Ulrichs, M., & Godfrey-Wood, R. (2014). Resilience, poverty and development. *Journal of international development*, *26*(5), 598-623. https://doi.org/10.1002/jid.2992

Benis, K., & Ferrão, P. (2017). Potential mitigation of the environmental impacts of food systems through urban and periurban agriculture (UPA) e a life cycle assessment approach. Journal of Cleaner Production, 140 (2), 784-795. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.05.176

Benjamin, W. (2004). Naples. In Bullock, M. & Jennings. M. W. (Eds., pp. 414-421), *Selected Writings*, Volume 1, 1913-1916. Harvard University Press

Bertin, M., Chevrier, C., Pelé, F., Serrano-Chavez, T., Cordier, S., & Viel, J. F. (2014). Can a deprivation index be used legitimately over both urban and rural areas?. *International journal of health geographics*, *13*(1), 1-9. https://ij-healthgeographics.biomedcentral.com/articles/10.1186/1476-072X-13-22

Bica, D.B.V. (2010). A eternização das áreas urbanas de génese ilegal. Aprender com o insucesso: o caso da AUGI 14-I Penalva Norte [Master's thesis, Instituto Superior Técnico. Lisboa. https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/muot/dissertacao/1972678479054003

Biggs, M. (1999). Putting the State on the Map: Cartography, Territory, and European State Formation. *Comparative Studies in Society and History, 41*(2), 374-405. doi:10.1017/S0010417599002121

Billson, J. M. (2005) No owners of soil. Redefining the concept of marginality, In Dennis R. M. (Eds.), *Marginality, Power and Social Structure: Issues in Race, Class and Gender Analysis* (pp. 29–47). Oxford: Routledge

Billson, J. M. (2005). No owner of soil: Redefining the concept of marginality. In Dennis, R.M. (Eds, pp. 29-47), *Marginality, Power and Social Structure: Issues in Race, Class and Gender Analysis*. Elsevier

Bivar, M.; Saldanha, M., Lopes, R., Santos, S. (2017, 29 de Setembro). Reabilita primeiro. Ganha depois. *Esquerda.Net.* https://www.esquerda.net/artigo/reabilita-primeiro-ganha-depois/51169

Blanchard, O. (2007). Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal. *Portuguese Economic Journal*, *6*(1), 1-21.

Booth, C. (Ed.). (1889). *Labour and Life of the People.* (Vol. 1). Williams and Norgate.

Borts, G. H., & Stein, J. L. (1964). *Economic growth in a free market*. Columbia University Press

Boschma, R. (2015). Towards an evolutionary perspective on regional resilience. *Regional Studies*, *49*(5), 733-751. DOI: 10.1080/00343404.2014.959481

Bourdin, A. (2011). *O urbanismo depois da crise*. Livros Horizonte

Brenner, N. (1999). Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban studies*, *36*(3), 431-451. https://doi.org/10.1080/0042098993466

Brenner, N. (2018). Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, *36*(3), 570-590.

Brenner, N.& Schmid, C. (2012). Planetary urbanization. In Matthew Gandy (Eds.), *Urban Constellations*., (pp. 10-13). Jovis.

Brian J. L. Berry, & Harris, C. D. (1970). Walter Christaller: An Appreciation. *Geographical Review*, *60*(1), 116–119. http://www.jstor.org/stable/213347

Brott, S. (2017). The Le Corbusier Scandal, or, was Le Corbusier a Fascist?. *Fascism*, *6*(2), 196-227.DOI : https://doi.org/10.1163/22116257-00602003

Brown-Saracino, J. (2017). Explicating divided approaches to gentrification and growing income inequality. *Annual review of sociology*, *43*, 515-539. https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-060116-053427

Brown, G., Strickland-Munro, J., Kobryn, H., & Moore, S. A. (2017). Mixed methods participatory GIS: An evaluation of the validity of qualitative and quantitative mapping methods. *Applied geography*, *79*, 153-166. https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2016.12.015

Brown, P. (1967). The Later Roman Empire. *The Economic History Review*, *20*(2), 327–343. https://doi.org/10.2307/2592161

Brueckner, J. K. (2000). Urban sprawl: diagnosis and remedies. *International regional science review*, *23*(2), 160-171. https://doi.org/10.1177/016001700761012710

Burak, S., Dogan, E., & Gazioglu, C. (2004). Impact of urbanization and tourism on coastal environment. *Ocean & Coastal Management*, *47*(9-10), 515-527. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0964569104000894

Buzzelli M. (2020). Modifiable Areal Unit Problem. *International Encyclopedia of Human Geography*, 169–173. https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102295-5.10406-8

Caldas, J. C., Ferreiro, M., F. (2018 a). *Economia, Moral e Política: da Grécia antiga à construção do Estado moderno*. Licenciatura em Economia, Introdução ao pensamento económico, Notas pedagógicas ISCTE-IUL.

Caldas, J. C., Ferreiro, M., F. (2018 b). *A Economia Política Clássica*, Introdução ao pensamento económico, Notas pedagógicas ISCTE-IUL.

Caldas, J. C., Ferreiro, M., F. (2018 c). *A ruptura de Keynes*. Licenciatura em Economia, Introdução ao pensamento económico, Notas pedagógicas ISCTE-IUL.

Caldas, J. C., Ferreiro, M., F. (2018 c). *As Críticas à Economia Política Clássica I*. Licenciatura em Economia, Introdução ao pensamento económico, Notas pedagógicas ISCTE-IUL.

Câmara Municipal da Amadora (1994). Relatório Final do Plano Diretor Municipal

Câmara Municipal da Amadora (2014 a). Relatório do estado do ordenamento do município da Amadora

Câmara Municipal da Amadora (2014 b). Relatório da Avaliação da Execução do PDM, Planos e Loteamentos por Unidade Operativa de Planeamento

Câmara Municipal da Amadora (2018 a). Plano Diretor Municipal da Amadora. Caracterização de nível municipal. B4 - Perfil socioeconómico

Câmara Municipal da Amadora (2018 a). Plano Diretor Municipal da Amadora. Caracterização de nível municipal. B6 – Habitação (2018)

Câmara Municipal da Moita (2013). Relatório de estado do ordenamento do território do município da Moita

Câmara Municipal de Almada (2011a). Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada. Estudos de caracterização do território municipal. Caderno 4 – Sistema social e económico.

Câmara Municipal de Almada (2011b). Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada. Estudos de caracterização do território municipal. Caderno 5 – Sistema urbano.

Câmara Municipal de Cascais (2014). Revisão Plano Diretor Municipal de Cascais. Relatório de estudos de caracterização

Câmara Municipal de Lisboa (2009). Relatório do estado do ordenamento do território do município de Lisboa

Câmara Municipal de Lisboa (2012). Plano Diretor Municipal de Lisboa. Relatório de caracterização síntese

Câmara Municipal de Lisboa (2015). Relatório de estado do ordenamento do território. Volume I

Câmara Municipal de Lisboa (2016). Plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas de Lisboa

Câmara Municipal de Loures (2009). Relatório de Diagnóstico e Caracterização das Áreas Deprimidas do Concelho de Loures. https://www.cm-loures.pt/media/provisorio/pdf/Estudo_AD_Vol1.pdf

Câmara Municipal de Loures (2012). Revisão do Plano Diretor Municipal de Loures. Estudo das atividades económicas

Câmara Municipal de Mafra (2013). Plano diretor Municipal de Mafra. Proposta de revisão. Volume VI. Estudos de caracterização – Relatório

Câmara Municipal de Mafra (2015 b). Delimitação da REN no concelho de Mafra. Memória justificativa das exclusões da REN. Áreas efetivamente já comprometidas por tipologia de REN. Áreas para a satisfação de carências existentes por tipologia de REN.

Câmara Municipal de Mafra (2015a). Plano Diretor Municipal de Mafra. Revisão. Volume IV. Relatório de fundamentação

Câmara Municipal de Mafra (2020). Mafra. Relatório sobre o estado do ordenamento do território. Estratégia para um desenvolvimento sustentável.

Câmara Municipal de Odivelas (2009 a). Plano Diretor Municipal. Volume 4.2 . Caracterização do Território – Estrutura e funções sociais. VI – Habitação

Câmara Municipal de Odivelas (2009). Plano Diretor Municipal. Volume 4.2 . Caracterização do Território – Estrutura e funções sociais. V – Estrutura Sociodemográfica

Câmara Municipal de Odivelas (2015). Plano Diretor Municipal de Odivelas. Relatório de fundamentação das opções do Plano

Câmara Municipal de Oeiras (2013). Revisão do Plano diretor Municipal de Oeiras. Relatório de caracterização e diagnóstico. Volume I

Câmara Municipal de Palmela (2003). Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela. Relatório de Estado do Ordenamento do Território do município de Palmela

Câmara Municipal de Sesimbra (2006). Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. Relatório de Fundamentação.

Câmara Municipal de Sesimbra & Conselho Local de Ação Social de Sesimbra (2015). Diagnóstico social do concelho de Sesimbra.

Câmara Municipal de Setúbal (2021). Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal. A8 – Estudos de caracterização do território municipal. Relatório síntese

Câmara Municipal de Sintra (2014 a). Diagnóstico social do concelho de Sintra.

Câmara Municipal de Sintra (2014). Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra. Tema 5 – Sócio - Demografia

Câmara Municipal de Sintra (2015). Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra. Relatório.

Câmara Municipal de Sintra (2019). Plano Diretor Municipal de Sintra. Tema 1 – Enquadramento. Volume VI – Relatório de caracterização e diagnóstico do concelho de Sintra.

Câmara Municipal de Via Franca de Xira (2004). Primeira revisão do Plano Diretor Municipal. Análise e diagnóstico. Caderno II – Condições económicas e sociais. Volume I

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (2018). Relatório de estado do ordenamento do território. Município de Vila Franca de Xira

Câmara Municipal do Barreiro & Risco (2010). Plano estratégico para o 'Arco Ribeirinho Sul'.

Câmara Municipal do Montijo (2011a). Primeira revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo. Estudos de caracterização. Volume III – Caracterização sócio-demográfica

Câmara Municipal do Montijo (2011b). Primeira revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo. Estudos de caracterização. Volume IV – Caracterização sócio-económica

Câmara Municipal do Montijo (2011c). Primeira revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo. Estudos de caracterização. Volume II – Caracterização biofísica e estado do ambiente

Câmara Municipal do Montijo (2011c). Primeira revisão do Plano Diretor Municipal do Montijo. Análise e diagnóstico – Estudos de Caracterização. Vol. X -Análise urbanística e sistema urbano

Câmara Municipal do Seixal (2003). Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal. Fase 1. Vol. II – Caracterização e diagnóstico prospetivo

Campos Lima, M. D. P., Martins, D., Costa, A. C., & Velez, A. (2021). Internal devaluation and economic inequality in Portugal: challenges to industrial relations in times of crisis and recovery. *Transfer: European Review of Labour and Research*, *27*(1), 47-73. https://doi.org/10.1177/1024258921995006

Cantillon, R., & Murphy, A. E. (2015). *Essay on the Nature of Trade in General* (1775). Liberty Fund.

Carmo, I.; Mendes, J. P.; Carvalho, J.D. ; Guerreiro, M. (2020, 27 de Março). O vírus, o Estado social e o nosso modo de vida. *Público*. https://www.publico.pt/2020/03/27/sociedade/opiniao/virus-estado-social-modo-vida-1909170

Carmo, R. (2016). Introduction: Spaces of inequality. *Portuguese Journal of Social Science*, *15* (3)

Carmo, R. M. D., & Carvalho, M. (2013). Multiple disparities: Earning inequalities in Lisbon. *Landscape and Geodiversity*, (1), 36-45. http://hdl.handle.net/10071/14708

Carreiras, M. G. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na Área Metropolitana de Lisboa: Evidências de micro segregação. *Finisterra*, *53*(107). https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/11969

Carson, R. (2002). *Silent spring*. Houghton Mifflin Harcourt.

Carvalho (2015, 28 de Março). Governo aprova a lista dos 164 municípios com direito a cuidados especiais. *Público*. https://www.publico.pt/2015/03/28/economia/noticia/governo-define-a-lista-dos-164-municipios-com-direito-a-cuidados-especiais-1690606

Carvalho, A.S.R (2016, 15 de Agosto). Le Corbusier e a direita radical e revolucionária. *Público*. https://www.publico.pt/2016/08/15/opiniao/opiniao/le-corbusier-e-a-direita-radical-e-revolucionaria-1741227

Castells, M. (1977). *The urban question. A marxist approach*. MIT press

Castells, M. (2011). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Volume I – A sociedade em rede*. Paz e terra

Castro Caldas, J. (2020). A industrialização prematura e as possibilidades de reindustrialização em Portugal. In Reis, J. (Eds.), *Como reorganizar um país vulnerável* (1ed, pp. 227-263). Actual

Catells, M. (2011). *A sociedade em rede* (Vol.1) (1942). Paz e Terra

Cavaleiro, D. (2012, 12 de Janeiro). Arco Ribeirinho Sul foi extinta mas projecto de requalificação é para continuar, diz Governo. *Jornal de*

Negócios.https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/arco_ribeirinho_sul_foi_extinta_mas_projecto_de_requalificaccedilatildeo_eacute_para_continuar_diz_governo

Cavell, S. (1964). Existentialism and Analytical Philosophy. *Daedalus*, *93*(3), 946–974. http://www.jstor.org/stable/20026868

Caveri, C. (2002). *Una frontera caliente. La arquitectura americana entre sistema y el entorno*. Syntaxis

CCDR-LVT (2002). Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

CCDR-LVT (2010). *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*. *Proposta técnica final*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDR-LVT (2014). *Plano de Ação Regional Lisboa 2014-2020.* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. https://lisboa.portugal2020.pt/np4/20.html

CCDR-LVT & AML (2020). *Estratégia Regional de Lisboa 2030.* Área Metropolitana de Lisboa &

Centro de Documentação 25 de Abril (2021, Outubro). *Processo SAAL.* Universidade de Coimbra. http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1439

Charles W. J. Withers. (1995). Geography, Natural History and the Eighteenth-Century Enlightenment: Putting the World in Place. *History Workshop Journal*, *39*, 136–163. http://www.jstor.org/stable/4289359

Chen, G., Hadjikakou, M., Wiedmann, T., & Shi, L. (2018). Global warming impact of suburbanization: the case of Sydney. *Journal of cleaner production*, *172*, 287-301. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095965261732468X

Chen, H., Ng, M. K., Es, M., Lee, J., Mak, W. W., Tong, Y., ... & Zhou, H. (2018). Socio-spatial polarization and the (re-) distribution of deprived groups in world cities: A case study of Hong Kong. *Urban Geography, 39(7*), 969-987. https://doi.org/10.1080/02723638.2017.1421392

Christaller, W. (1966). *Central places in southern Germany* (Vol. 10). Prentice-Hall.

Chum, A. (2015). The impact of gentrification on residential evictions. *Urban Geography*, *36*(7), 1083-1098. https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1049480

CIAM (1933). Carta de Atenas. IV *Congresso Internacional de Arquitectura Moderna*. https://www.apha.pt/wp-content/uploads/boletim1/CartadeAtenas1933.pdf

Coelho, A., P. (2020 a, 10 de Abril). Lições da peste negra: " O tempo que se segue à calamidade é também perigoso". *Público.* https://www.publico.pt/2020/04/10/culturaipsilon/noticia/licoes-peste-negra-tempo-segue-calamidade-tambem-perigoso-1911292

Coelho, L. (2020). Desigualdades na distribuição do rendimento, no trabalho e nas famílias. In Reis, J. (Eds.), *Como reorganizar um país vulnerável* (1ed, pp. 487-509). Actual

Colbert, J.B. (1664). Memorandum on trade.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). *Our common future*. Oxford University Press.

Costa e Silva, A. (2020). Visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030

Costa, F. D. S., Cardina, M., & Vieira, A. (2014, Dezembro). *Inundações na região de Lisboa (1967): Um olhar sobre o impacto político e social.* Artigo apresentado no IV Simposio Iberoamericano de geografia física, Santiago, Chile. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34268/1/1263.pdf

Costa, S., Santos, M., Guerra, I. (2017). *Trânsito Condicionado. Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável – Fase III*. EAPN Portugal, Rede Europeia Anti Pobreza, Observatório da luta contra a pobreza na cidade de Lisboa

Crawford, A. (2021, 19 de setembro). The Global Housing Market Is Broken, and It's Dividing Entire Countries. *Bloomberg*.https://www.bloomberg.com/news/features/2021-09-19/global-housing-markets-are-hurting-and-it-s-getting-political

Credit Suisse Global Wealth Databook (2020). *Credit Suisse Global Wealth Report*. https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html

Critelli, G., & Musella, M. (2016). Social Segregation in Urban Area: the results of a project in the metropolitan city of Reggio Calabria. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, *223*, 89-94. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.311

Crutzen, P. (2002). Geology of mankind. *Nature* 415, 23. https://doi.org/10.1038/415023a

Crutzen, P. & Stoermer, E. (2000). The Anthropocene. *Global change newsletter,* 41:2000:17-18

Cruz, N.P (2022, 16 de Julho). Visto para procura de trabalho. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/opiniao/visto-para-procura-de-trabalho-15022451.html

Cunha, A. (2021, 22 de Novembro). No Príncipe Real, há uma guerra de vizinhos entre a memória e a moda. *Mensagem de Lisboa*. https://amensagem.pt/2021/11/22/principe-real-lisboa-guerra-vizinhos-associacao-memoria-moda-turismo-gentrificacao/

Curry, A. (2008, 1 de Novembro). Gobekli Tepe: The World's First Temple? Predating Stonehenge by 6,000 years, Turkey's stunning Gobekli Tepe upends the conventional view of the rise of civilization. *Smithsonian Magazine.* https://www.smithsonianmag.com/history/gobekli-tepe-the-worlds-first-temple-83613665/

Cutter, S. L., Mitchell, J. T., & Scott, M. S. (2012). Revealing the vulnerability of people and places: A case study of Georgetown County, South Carolina. In *Hazards Vulnerability and Environmental Justice* (pp. 111-142). Routledge.

Cutter, S. L., Mitchell, J. T., & Scott, M. S. (2012). Revealing the vulnerability of people and places: A case study of Georgetown County, South Carolina. In Cutter, S.L. (Eds.), *Hazards Vulnerability and Environmental Justice* (pp. 111-142). Routledge.

da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais. Universidade de Évora. https://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/148218

David Levi-Faur (1997). Friedrich List and the political economy of the nation-state. *Review of International Political Economy*, 4:1, 154-178, Doi: 10.1080/096922997347887

Davim, M. (2021, 20 de Maio). Barreiro: Agência do Ambiente chumba projeto para a Quinta Braamcamp. *Sábado*. https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/barreiro-agencia-do-ambiente-chumba-projeto-para-a-quinta-braamcamp

Davis, M. (2006). *Planet of slums*. Verso

Defoe, D. (1738). *The Complete English Tradesman...: In Two Volumes*.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2016). *Rizoma*. Documenta

Delmelle, E., Nilsson, I., & Adu, P. (2021). Poverty suburbanization, job accessibility, and employment outcomes. *Social Inclusion*, *9*(2), 166. https://scholar.google.com/scholar?start=10&q=+suburbanization+of+poverty&hl=pt-PT&as_sdt=0,5#:~:text=P.%20(2021).%20Poverty-,suburbanization,-%2C%20job%20accessibility%2C%20and

Deyon, P., Sérvulo. C., M. (1969). *O Mercantilismo*. Gradiva.

Diário do Distrito (2019, 17 de Dezembro). 55 milhões de Euros para a nova prisão em Canha. *Diário do Distrito.* https://diariodistrito.pt/55-milhoes-de-euros-para-a-nova-prisao-em-canha/

Dias, J.A. (2015, 14 de Agosto). Santa Filomena. Os dramas por detrás das demolições. *Observador*. https://observador.pt/especiais/santa-filomena-os-dramas-detras-das-demolicoes/

Dinheiro Vivo (2018, 27 de Julho). Desde 2013 houve mais de 4300 ações de despejo em Lisboa e no Porto. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/economia/desde-2013-houve-mais-de-4300-acoes-de-despejo-em-lisboa-e-no-porto-12795301.html

Dinheiro Vivo & Lusa (2021, 1 de Março). Autoeuropa diz que produção de 2020 representa 1,4% do PIB nacional. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/empresas/autoeuropa-diz-que-producao-de-2020-representa-14-do-pib-nacional-13404240.html

Diogo, F., Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., ... & Amaro, I. (2021). *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

DN & Lusa (2018, 3 de Abril). Despejos da Fidelidade afetam quase 1.500 habitações. Câmara estuda compra. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/portugal/despejos-da-fidelidade-podem-afetar-quase-1500-fracoes-no-concelho-de-lisboa----deputada-9231677.html

DN & Lusa (2021, 14 de Julho). Greve na Transtejo/Soflusa. Sindicatos falam em adesão de 100% e empresa de 72%. https://www.dn.pt/sociedade/greve-dos-trabalhadores-da-transtejosoflusa-com-adesao-de-100-dizem-sindicatos-13936788.html

Dollinger, P. (1999). *The German Hansa* . Routledge/Thoemmes Press

Domingues, A. ; Fernandes, A.S. (2016). A urbanização da pobreza – formação académica e consciência social. *Estudo Prévio – Revista do Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa*, PO2/EP9, pp. 1-23

Domingues, Á. (2003). A cidade-providência. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, 13, 2003, p. 171*.

Dormann, C. F., Elith, J., Bacher, S., Buchmann, C., Carl, G., Carré, G., ... & Lautenbach, S. (2013). Collinearity: a review of methods to deal with it and a simulation study evaluating their performance. *Ecography*, *36*(1), 27-46. https://doi.org/10.1111/j.1600-0587.2012.07348.x

Drago, A. (2020). Depois da financeirização da cidade: a crise urbana na AML e os meios de a esconjurar. In Reis, J. (Eds.), *Como reorganizar um país vulnerável* (1ed, pp. 377-419). Actual

Dreier, P. (1995). Putting cities on the national agenda. *Urban Affairs Quarterly*, *30*(5), 645-656. https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/107808749503000505

Durán, R. J., & Condorí, M. Á. (2019). Deprivation index for small areas based on census data in Argentina. *Social Indicators Research*, *141*(1), 331-363. https://doi.org/10.1007/s11205-017-1827-6

E.U (2008). *Regions 2020: An assessment of future challenges for EU Regions*. EU Commission staff working document

E.U (2008). Regions 2020. An Assessment of Future Challenges for EU Regions - Commission Staff Working Document. Acessível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/regions2020/pdf/regions2020_en.pdf

E.U (2017). Final Report. Economic Challenges of Lagging Regions. Acessível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/reports/2017/economic-challenges-of-lagging-regions

Ekers M, Hamel P and Keil R (2015) Governing suburbia: Modalities and mechanisms of suburban

Encarnação, R. A. C. D. (2010). *O sistema de planeamento territorial português: reflexão crítica e contributos para a superação das suas disfunções* (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia). Lisboa

Engels, F. (1976). *A origem da família, da propriedade e do Estado* (H. Chaves, Trans). Colecção Síntese – Editorial Presença. (Original work published 1884)

Engels, F. (1993). *The condition of the working class in England*. Oxford University Press.

Eraydin, A. & Tasan-Kok, T. (2013). Introduction: Resilience Thinking in Urban Planning. In Eraydin, A. & Tasan-Kok, T. (Eds.), *Resilience thinking in urban planning* (pp. 1-16). Springer

Esping-Andersen, G. (Ed.) (1993) *Changing Classes: Stratification and Mobility in Postindustrial Societies*. Sage

Europeias.CVCE

Evans, B. & Reid, J. (2014). *Resilient life. The art of living dangerously*. Polity

Fadigas, L. (2017). *Território e Poder: O uso, as políticas e o ordenamento*. Edições Sílabo.

Fadigas, L. (2017). *Território e Poder: O uso, as políticas e o ordenamento*. Edições Sílabo.

Fadigas, L. (2017). *Território e Poder: O uso, as políticas e o ordenamento*. Edições Sílabo

Faget, J. (2018, 31 de Março). Africanos são explorados em plantações portuguesas. *Deutsche Welle*. https://www.dw.com/pt-002/africanos-s%C3%A3o-explorados-em-planta%C3%A7%C3%B5es-portuguesas/a-43210876

Faget, J. (2019, 2 de Agosto). Lisboa sufoca com boom do turismo de cruzeiro. *Deutshe Welle*. https://www.dw.com/pt-br/lisboa-sufoca-com-boom-do-turismo-de-cruzeiro/a-49869743

Fangueiro, C. (2005). *Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Fanon, F. (2008). *Black skin, white masks* (1952). Grove press.

Fernandes, F.S. (2019, 25 de Setembro). Taxa de esforço média em Lisboa é de 86%. *Jornal de Negócios. https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/detalhe/taxa-de-esforco-media-em-lisboa-e-de-86*

Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Fundação Calouste Gulbenkian

Ferreira, C. (2018, 29 de Junho). Fidelidade vende 2000 fracções à Apollo sem dar direito de preferência aos inquilinos. *Público*. https://www.publico.pt/2018/06/29/economia/noticia/fidelidade-vende-2000-fraccoes-a-apollo-sem-dar-direito-de-preferencia-aos-inquilinos--1836274

Ferreira, D.S., Pinto, S.P. (2022 a, 19 de Junho). Cada vez maior pressão para novo aeroporto. *Nascer do Sol*. https://sol.sapo.pt/artigo/774034/cada-vez-maior-pressao-para-novo-aeroporto-

Ferreira, D.S., Pinto, S.P. (2022, 1 de Maio). O problema transversal da falta de mão-de-obra. *Jornal i*. https://ionline.sapo.pt/artigo/769948/o-problema-transversal-da-falta-de-mao-de-obra?seccao=Portugal_i

Ferreiro, M. F. D., Santos, S., Costa, P., Pinto, T. C., & Colaço, C. (2016). Socio-Economy of Peri-Urban Areas: The Case of Lisbon Metropolitan Area. In Maheshwari,B., Vijay, B.T, Singh, P., *Balanced Urban Development: Options and Strategies for Liveable Cities* (pp. 111-121). Springer, Cham.

Ferreiro, M.F., Loupa Ramos, I., Colaço, M.C., Condessa, B., Silva, J.B., Ferreira, J.A (2019 a). *Territórios Periurbanos*. Lisboa: DGT – Direcção Geral do Território

Ferreiro, M.F., Salavisa, I., Bizarro, S. (2019 a). Transições na Geografia Alimentar: Circuitos de abastecimento alternativos na Área Metropolitana de Lisboa (AML). In Remoaldo, P.C., Caldeira, M.J., Teles, V., Scalabrini, E., Rio Fernandes, J.A. (Eds), *Geografias de Transição para a Sustentabilidade* (pp. 15-20). Livro de Atas do XII Congresso da Geografia Portuguesa.

Fischer, A. M. (2015). The end of peripheries? On the enduring relevance of structuralism for understanding contemporary global development. *Development and Change*, *46*(4), 700-732. https://doi.org/10.1111/dech.12180

Florida, R. (2002). *The rise of the creative class* (Vol. 9). Basic books.

Florida, R. (2005). The World is spiky. Globalization has changed the economic playing field, but hasn't leveled it. *Atlantic monthly*, *296*(3), 48.

Fol, S., & Cunningham-Sabot, E. (2010). Urban decline and shrinking cities: a critical assessment of approaches to urban shrinkage. In *Annales de géographie* (No. 4, pp. 359-383). https://www.cairn-int.info/article-E_AG_674_0359--urban-decline-and-shrinking-cities.htm

Ford, H. (1929). *My philosophy of Industry. An authorized interview by Fay Leone Faurote.* Coward Maccann, Inc

Foster, R. (1999). Strategies of justice: The project of philosophy in Lyotard and Habermas. *Philosophy & social criticism*, *25*(2), 87-113.DOI: https://doi.org/10.1177/019145379902500205

Fotheringham, A. S., & Wong, D. W. (1991). The modifiable areal unit problem in multivariate statistical analysis. *Environment and planning A, 23*(7), 1025-1044. https://doi.org/10.1068/a231025

Francisco, S. (2018, 9 de Outubro). Prédios da Fidelidade custariam mais de 300 milhões à câmara de Lisboa. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/poder/predios-da-fidelidade-custariam-mais-de-300-milhoes-a-camara-de-lisboa-9974188.html

Francisco, S. (2022, 11 de Abril). Habitação. Governo já não promete resolver "todas" as carências até 2024, só as "principais". *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/dinheiro/habitacao-governo-ja-nao-promete-resolver-todas-as-carencias-ate-2024-so-as-principais-14758852.html

Franco & Pereira (2020, 4 de Junho). Isabel Jonet: “Voltou a haver barracas em Lisboa”. *Renascença*. https://rr.sapo.pt/artigo/hora-da-verdade/2020/06/04/isabel-jonet-voltou-a-haver-barracas-em-lisboa/195419/

Franco, H., Baião, A. (2018, 15 de Agosto). Estas casas não são para velhos. *Expresso*. https://expresso.pt/sociedade/2018-08-15-Estas-casas-nao-sao-para-velhos

Frantál, B., Greer-Wootten, B., Klusáček, P., Krejčí, T., Kunc, J., & Martinát, S. (2015). Exploring spatial patterns of urban brownfields regeneration: The case of Brno, Czech Republic. *Cities*, *44*, 9-18. https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.12.007

Frazão, J.P. (2021, 12 de Abril). Pobreza em Portugal. "Não basta ter um emprego seguro”. *Renascença*. https://rr.sapo.pt/noticia/economia/2021/04/12/pobreza-em-portugal-nao-basta-ter-um-emprego-seguro/234196/

Freitag, M. (2004). *Arquitectura e Sociedade*. Publicações Dom Quixote

Friedman, J. (1995). The world city hypothesis. In Knox, P.L. & Taylor, P.J. (Eds, pp. 317-331), *World cities in a World-System*. Cambridge University Press

Friedman, M. (2014). *Capitalismo e Liberdade*. LTC-gen

Friedman, T. L. (2007). *The World Is Flat 3.0: A Brief History of the Twenty-first Century*. Picador / Farrar, Strauss and Giroux

Frye, D. (2018). Walls don't just keep people out. History shows they also change the people inside.*Time. https://time.com/5371686/walls-civilization-history/*

Fukuyama, F. (1989). The End of History? *The National Interest*, *16*, 3–18. http://www.jstor.org/stable/24027184

Galbraith, J., K. (1954). *The Great Crash: 1929*. Houghton Mifflin Company

Gallino, L. (2015, 27 de Julho). A longa Marcha dos neoliberais para governar o mundo. *La Reppublica*. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/545210-a-longa-marcha-dos-neoliberais-para-governar-o-mundo

Geddes, P. (1915). *Cities in evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of civics*. Williams.

Georgescu-Roegen, N. (1970). The entropy law and the economic problem. *Energy and Economic Myth. Institutional and Analytical Economic Essays*, 53-60.

Georgescu-Roegen, N. (1977). Inequality, limits and growth from a bioeconomic viewpoint. *Review of Social Economy*, *35*(3), 361-375. DOI: https://doi.org/10.1080/00346767700000041

Gerkan, A. (1924). *Griechische Stadteanlagen: Untersuchungen zur Entwicklung des Stadtebaues im Altertum.*Walter de Gruyter.

Getis, A., & Getis, J. (1966). Christaller's central place theory. *Journal of Geography*, *65*(5), 220-226. https://doi.org/10.1080/00221346608982415

Ghiraldelli Jr, P. (2012). John Rawls: Liberalismo igualitário sem metafísica. *Revista Redescrições–Revista on line do GT de Pragmatismo* Ano, 3 (4).

Ghosh, S., & Dubey, S. K. (2013). Comparative analysis of k-means and fuzzy c-means algorithms. *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*, *4*(4). http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.683.5131&rep=rep1&type=pdf#page=46

Glass, R. (1964). *London: aspects of change* (No. 3). MacGibbon & Kee.

Goist, P.D. (1974) Patrick Geddes and the City. *Journal of the American Institute of Planners*, 40:1, 31-37. DOI: 10.1080/01944367408977444

Gonçalves, F. (2015, 26 de Junho). Nasce o Lisbon South Bay para atrair investidores estrangeiros para Almada, Barreiro e Seixal. *Idealista*. https://www.idealista.pt/news/imobiliario/empresas/2015/06/25/28055-almada-barreiro-e-seixal-passam-a-lisbon-south-bay-para-atrair-investidores

Gori, M.A. (2017). *Econometria: conceitos e aplicações. Cap. 11.* Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, Brasil. https://www4.eco.unicamp.br/docentes/gori/images/arquivos/EconometriaI/Econometria_Cap11_VariaveisBinarias.pdf

Gottdiener, M., Hutchison, R. (2011). *The New Urban Sociology*. The 4th edition. Westview Press.

Gourzis, K., Herod, A., & Gialis, S. (2019). Linking gentrification and labour market precarity in the contemporary city: A framework for analysis. *Antipode*, *51*(5), 1436-1455. https://doi.org/10.1111/anti.12544

governance. In: P Hamel and K Roger (eds) 2015 Suburban Governance: A Global View. Toronto:

GPP (2021). Emprego – Agricultura, Silvicultura e Pesca. 4º Trimestre de 2021. Gabinete do Planeamento, Políticas e Administração geral.

Grant, J. (2001). The dark side of the grid: power and urban design. *Planning Perspectives*, 16(3), 219-241.

Green, M. A. (2012). Mapping inequality in London: a different approach. *The Cartographic Journal*, *49*(3), 247-255.

Gropius, W. A. G. (1965). *The new architecture and the Bauhaus* (Vol. 21). MIT press.

Grupo de Apoio Técnico Iniciativa Bairros Críticos (2006). Operação Vale da Amoreira. Diagnóstico.

Guedes, N. (2022, 11 de Setembro). Contribuintes gastaram pelo menos 70 milhões em estudos para o novo aeroporto de Lisboa. *CNN Portugal*. https://cnnportugal.iol.pt/videos/contribuintes-gastaram-pelo-menos-70-milhoes-em-estudos-para-o-novo-aeroporto-de-lisboa/631e18660cf2ea4f0a5bc270

Guiddens, A. (1991). *Consequências da Modernidade*. Editora UNESP-FUNDAÇÃO

Haase, T., Walsh, K. (2007). *Measuring Rural Deprivation. Literature review and issues arising. A report to the Rural Development Advisory Committee*. Leader +/ Nacional Development Plan/ European Union Structural Funds / The Ireland Funds. http://trutzhaase.eu/wp/wp-content/uploads/R-2007-Measuring-Rural-Deprivation.pdf

Habermas, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns* (Vol. 2, pp. 1049-1054). Suhrkamp

Habermas, J. (1991). *The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society* (Vol1). Polity press

Habita (2014). Bairro de Santa Filomena. https://www.youtube.com/watch?v=IZjDfPTAA44&t=29s

Hall, P., & Jones, T. M. (2019). *Urban and regional planning*. Routledge.

Hall, T. (2005). *Planning Europe's capital cities: aspects of nineteenth-century urban development*. Taylor & Francis

Halleröd, B. (1995). The truly poor: direct and indirect consensual measurement of poverty in Sweden. *Journal of European Social Policy*, *5*(2), 111-129. https://doi.org/10.1177/095892879500500203

Hanson, V. D. (1999). *The other Greeks: the family farm and the agrarian roots of western civilization*. University of California Press.

Harding, A., & Blokland, T. (2014). *Urban theory: a critical introduction to power, cities and urbanism in the 21st century*. Sage.

Harper, K. (2017). *The fate of Rome*. Princeton University Press.

Harris, R. L., Seid, M. J. (2000). *Critical perspectives on globalization and neoliberalism in the developing countries*. Brill.

Hartley, D. (2013). Urban decline in rust-belt cities. *Economic Commentary*, 2013-06. https://www.clevelandfed.org/newsroom-and-events/publications/economic-commentary/2013-economic-commentaries/ec-201306-urban-decline-in-rust-belt-cities.aspx

Hartley, D. A. (2013). Urban decline in rust-belt cities. Federal Reserve Bank of Cleveland, *Economic Commentary*, (2013-06). https://doi.org/10.26509/frbc-ec-201306

Harvey, D. (1982). *The Limits to Capital*. Blackwell

Harvey, D. (2012). *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Verso books.

Harvey, D. (2019). *Spaces of global capitalism. A theory of uneven geographical development*. Verso

Hayek, F. A. (2007). The road to serfdom (1943). In Caldwell, B. (Eds). The University of Chicago Press

Hébert, R. F. (1981). Richard Cantillon's early contributions to spatial economics. *Economica*, *48*(189), 71-77. https://doi.org/10.2307/2552944

Hedin, K., Clark, E., Lundholm, E., & Malmberg, G. (2012). Neoliberalization of housing in Sweden: Gentrification, filtering, and social polarization. *Annals of the association of American geographers*, *102*(2), 443-463.

Hedlund, M. (2016). Mapping the socioeconomic landscape of rural Sweden: Towards a typology of rural areas. *Regional Studies*, *50*(3), 460-474. https://doi.org/10.1080/00343404.2014.924618
Hedlund, M. (2016). Mapping the socioeconomic landscape of rural Sweden: Towards a typology of rural areas. *Regional Studies*, *50*(3), 460-474. https://doi.org/10.1080/00343404.2014.924618
Hennebry, B., & Stryjakiewicz, T. (2020). Classification of structurally weak rural regions: Application of a rural development index for Austria and Portugal. *Quaestiones Geographicae*, *39*(2), 5-14. https://sciendo.com/pdf/10.2478/quageo-2020-0014

Hennebry, B., & Stryjakiewicz, T. (2020). Classification of structurally weak rural regions: Application of a rural development index for Austria and Portugal. Quaestiones Geographicae, 39(2), 5-14. https://doi.org/10.2478/quageo-2020-0014

Hennig, B. D. (2019). The growth and decline of urban agglomerations in Germany. *Environment and Planning A: Economy and Space*, *51*(6), 1209-1212. https://doi.org/10.1177/0308518X18798

Henriques, R., Bacao, F., & Lobo, V. (2010, Fevereiro). *Spatial Clustering with SOM and GeoSOM: Case Study of Lisbon's Metropolitan Area*. Paper presented in Second International

Conference on Advanced Geographic Information Systems, Applications, and Services (pp. 148-152). IEEE. https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=5437658

Herrschel, T. (2012). Regionalisation and marginalisation: bridging old and new divisions in regional governance. In Danson, P. & Souza, P. (Eds, pp. 48-66), *Regional development in Northern Europe*. Routledge.

Hill, T. D., & Polsky, C. (2007). Suburbanization and drought: A mixed methods vulnerability assessment in rainy Massachusetts. *Environmental Hazards*, *7*(4), 291-30. https://doi.org/10.1016/j.envhaz.2007.08.003

Hirschman, A. (1958). *The Strategy of Economic Development*. Yale University

Hobbes, T. (2020). *Leviatã*. Clube de Autores.

Hobsbawm, E. (2010). *Age of revolution: 1789-1848*. Hachette UK.

Hodkinson, S. (2012) The new urban enclosures, *City*, 16:5, 500-518. https://rsa.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/13604813.2012.709403?scroll=top&needAccess=true#.YXBBNNnMLGJ

Hoekveld, J. J. (2014). Understanding spatial differentiation in urban decline levels. *European Planning Studies*, *22*(2), 362-382.

Hölkeskamp, K. J. (2004). The Polis and its spaces – The politics of spatiality. Tendencies in recent research, *Ordia Prima*, 3.

Holling, C. S. (1973). Resilience and stability of ecological systems. *Annual review of ecology and systematics*, *4*(1), 1-23. DOI: https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.es.04.110173.000245?journalCode=ecolsys.1

Holm, A., & Schulz, G. (2018). GentriMap: A model for measuring gentrification and displacement. In Helbrecht, I. (Eds), *Gentrification and resistance* (pp. 251-277). Springer

Holm, A., & Schulz, G. (2018). GentriMap: A model for measuring gentrification and displacement. In Helbrecht, I. (Eds), *Gentrification and resistance: researching displacement processes and adaption strategies* (pp. 251-277). Springer VS, Wiesbaden. https://doi.org/10.1007/978-3-658-20388-7_10

Howard, E. (2014). *Garden Cities of To-Morrow. Project Gutenberg Ebook. https://www.gutenberg.org/ebooks/46134*

Howell, A. J., & Timberlake, J. M. (2014). Racial and ethnic trends in the suburbanization of poverty in US metropolitan areas, 1980–2010. *Journal of Urban Affairs*, *36*(1), 79-98. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/juaf.12030

Hudson, R. (2015). Uneven development, socio-spatial polarization and political responses. In Lang, T.; Henn, S.; Sggibnev, W.; Ehrlich, K. (Eds. Pp. 1-25), *Understanding geographies of polarization and peripheralization. Perspectives from Central and Eastern Europe and Beyond*. Palgrave Macmillan

Hughes, P. (1999). *The crash and early depression*. http://www.austincc.edu/lpatrick/his1302/crash.html. Acedido a 26 Outubro 2021

Hwang C., Yoon k., (1981). *Multiple attribute decision making: Methods and applications: A state of the art survey*. Springer

Idealista (2021, 25 de Maio). Projeto da Quinta do Braamcamp envolto em polémica: Câmara do Barreiro rejeita chumbo da APA. *Idealista*. https://www.idealista.pt/news/financas/investimentos/2021/05/25/47492-projeto-da-quinta-do-braamcamp-envolto-em-polemica-camara-do-barreiro-rejeita-chumbo

Idealista (2021a, 2 de Setembro). Rendas acessíveis em Lisboa: 116 casas para 5.012 candidaturas. *Idealista*. https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2021/09/02/48744-rendas-acessiveis-em-lisboa-autarquia-atribui-mais-116-casas

IHRU. (2018). Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional. https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf

INE (2014). *Tipologia socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto - 2011*. Instituto Nacional de Estatística Portugal. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=219306706&PUBLICACOESmodo=2

INE (2019). *Recenseamento Agrícola - Análise dos principais resultados – 2019*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=467628567&DESTAQUESmodo=2

INE (2020). *A Área Metropolitana de Lisboa em números 2018*. Instituto Nacional de Estatística, I.P. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=418948837&PUBLICACOESmodo=2

Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Random House

Jacobs, J. (1964). *The Death and Life of Great American Cities*. Pelican

Jain, M., Siedentop, S., Taubenböck, H., & Namperumal, S. (2013). From suburbanization to counterurbanization? Investigating urban dynamics in the national capital region Delhi, India. *Environment and Urbanization Asia*, *4*(2), 247-266. https://doi.org/10.1177/0975425313510765

James, H. (2009). *The end of globalization: lessons from the Great Depression*. Harvard University Press

Jarman, B., Townsend, P., & Carstairs, V. (1991). Deprivation indices. *BMJ: British Medical Journal*, *303*(6801), 523. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1670803/

Jedwab, R., Johnson, N. D., & Koyama, M. (2019). Pandemics, places, and populations: Evidence from the Black Death. *CESifo Working Paper*, No. 7524. https://ssrn.com/abstract=3343855

Jonas, H. (1973). Technology and responsibility: Reflections on the new tasks of ethics. *Social Research*, 31-54. http://www.jstor.org/stable/40970125

Jones, J. P. (2008). *Keynes's vision: why the Great Depression did not return*. Routledge.

Jongman, W. M. (2019). The economic archaeology of Roman economic performance. In *Finding the Limits of the Limes* (pp. 95-107). Springer, Cham.

Jornal de Negócios (2019, 10 de Abril). PPP da Falagueira: Supremo condena Estado a indemnizar empresa de Vasco Pereira Coutinho. *Jornal de Negócios*. https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/ppp-da-falagueira-supremo-condena-estado-a-indemnizar-empresa-de-vasco-pereira-coutinho

Jornal de Negócios (2022, 28 de Abril). Regras e limites de rendas no Porta 65 vão ser alterados. *Jornal de Negócios*. https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/regras-e-limites-de-rendas-no-porta-65-vao-ser-alterados

Jornal I (2019, 22 de Agosto). Miradouro. O Adamastor fechou há mais de um ano. O que se passa? *Jornal i*. https://ionline.sapo.pt/artigo/668794/miradouro-o-adamastor-fechou-ha-mais-de-um-ano-o-que-se-passa-?seccao=Portugal_i

Jowett, M.A. (1885). *The politics of Aristotle*. Oxford University Press

Junior, J., G., S. A (2008). *urbanística germânica (1870-1914). Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro*. https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/09.097/134. Acedido a 26 Outubro 2021

Kedmey, D. (2016, 17 de Março). Skyscrapers — but no sewage system. Meet a city run by private industry. https://ideas.ted.com/skyscrapers-but-no-sewage-system-meet-a-city-run-by-private-industry/

Keil, R. (2018). Extended urbanization,"disjunct fragments" and global suburbanisms. *Environment and Planning D: Society and Space*, *36*(3), 494-511. https://doi.org/10.1177/0263775817749594

Keynes, J. M. (2017). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Saraiva Educação SA.

Kohler, T., Smith, M., Bogaard, A. *et al.* (2017). Greater post-Neolithic wealth disparities in Eurasia than in North America and Mesoamerica. *Nature*, 551**,** 619–622. https://doi.org/10.1038/nature24646

Kovács, Z., Harangozó, G., Szigeti, C., Koppány, K., Kondor, A. C., & Szabó, B. (2020). Measuring the impacts of suburbanization with ecological footprint calculations. *Cities*, *101*, 102715. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275119307590

Kreckel, R. (2017). "New" Social Inequalities and the Renewal of the Theory of Social Inequalities. In Clegg, S. R. (Eds., pp. 137-156). (2017), *Organization theory and class analysis: New approaches and new issues* (Vol. 17). De Gruyter.

Kropotkin, P. (2021). *Fields, factories, and workshops* (1898). Routledge

Kruks, S. (1996). Fanon, Sartre, and identity politics. In Gordon, L.R.; Sharpley-Whiting, T.D.; White, R.T. (Eds.), *Fanon a critical reader* (1st ed, pp.122-134). Blackwell publishers

Kucsma, L. (1990). *The Residential Patterns of Chicago in 1940: A Study of the Burgess Zonal Hypothesis* [Research Paper, McMaster University]. Hamilton. https://macsphere.mcmaster.ca/bitstream/11375/18882/1/Kucsma_Lillian_H_1990_Ba.pdf

Kühn, M. (2015). Peripheralization: Theoretical Concepts Explaining Socio-Spatial Inequalities. *European Planning Studies 23* (2): 367–378. doi:10.1080/09654313.2013.862518.

Kühn, M. (2015). Peripheralization: Theoretical concepts explaining socio-spatial inequalities. *European Planning Studies*, 23(2), 367-378. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2013.862518

Kühn, M. (2015). Peripheralization: Theoretical concepts explaining socio-spatial inequalities. *European Planning Studies*, *23*(2), 367-378. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2013.862518

Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American economic review*, *45*(1), 1-28. http://courses.nus.edu.sg/course/ecshua/eca5374/Economics%20growth%20and%20income%20inequality_Kuznets_AER55.pdf

Landlord News (2022, 28 de Março).The Cost of Living Crisis: How big is the gap between outgoings and incomings around the world? *CIA Landlord Insurance.* https://www.cia-landlords.co.uk/news/the-cost-of-living-crisis/

Lang, T.; Henn, S.; Sggibnev, W.; Ehrlich, K. (2015). Understanding new geographies of Central and Easterj Europe. In Lang, T.; Henn, S.; Sggibnev, W.; Ehrlich, K. (Eds. Pp. 1-25), *Understanding geographies of polarization and peripheralization. Perspectives from Central and Eastern Europe and Beyond*. Palgrave Macmillan

Lasuén, J. R. (1969). On growth poles. *Urban Studies 6* (2): 137–61. https://doi.org/10.1080/00420986920080231

Latouche, S. (2003). Por uma sociedade de decrescimento*. Le Monde Diplomatique*. https://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651

Layargues, P. P. (1997). *Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?.* Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Proposta-Revista-Trimestral-deDebate-da-Fase-n%C2%BA-71-1997-02.pdf. Acesso a 04 de fevereiro 2019

Layrargues, P. P. (1997). Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Revista Proposta*, *25*(71), 5-10. http://files.zeartur.webnode.com.br/200000038-e0ad2e2a19/LAYRARGUES%20Do%20ecodesenvolvimento%20ao%20desenv%20sustentavel.pdf

Leach, N. (1999). *Architecture or revolution?*. Routledge

Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade* (1968). Letra Livre.

Leite Ferreira, M. (2017, 24 de Novembro). Cheias de 1967. 21 fotos do rasto de morte que Salazar quis ocultar. *Observador. https://observador.pt/2017/11/24/cheias-de-1967-21-fotos-do-rasto-de-morte-que-salazar-quis-ocultar/*

Lelo, K., Monni, S., & Tomassi, F. (2019). Socio-spatial inequalities and urban transformation. The case of Rome districts. *Socio-Economic Planning Sciences, 68*, 100696.

Leopold, D. (2011). Education and utopia: Robert Owen and Charles Fourier. *Oxford Review of Education*, *37*(5), 619-635. https://doi.org/10.1080/03054985.2011.621679

Lestegás, I. (2019). Lisbon after the crisis: from credit-fuelled suburbanization to tourist-driven gentrification. *International journal of urban and regional research*, *43*(4), 705-723. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.12826

Lester, T. W., & Hartley, D. A. (2014). The long term employment impacts of gentrification in the 1990s. *Regional Science and Urban Economics*, *45*, 80-89. https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2014.01.003

Lima, J. J. (2001). Socio-spatial segregation and urban form: Belém at the end of the 1990s. *Geoforum*, *32*(4), 493-507. https://doi.org/10.1016/S0016-7185(01)00019-7

Lipovetsky, G. (2005). *Hypermodern times*. Polity

List, F. (2006). *Sistema Nacional de Economia Política* (1841). Fundação Calouste Gulbenkian

Liu, C., Deng, Y., Song, W., Wu, Q., & Gong, J. (2019). A comparison of the approaches for gentrification identification. *Cities*, *95*, 102482. https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102482

Liu, J., Fang, Y., Wang, R., & Zou, C. (2022). Rural typology dynamics and drivers in peripheral areas: A case of Northeast China. *Land Use Policy*, *120*, 106260. https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106260

Llic, L., Sawada, M., & Zarzelli, A. (2019). Deep mapping gentrification in a large Canadian city using deep learning and Google Street View. *PloS one*, *14*(3), e0212814. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0212814

Lo Cascio, E. (2016). The population of Roman Italy in town and country. In Bintliff, J., & Sbonias, K. (Eds.). *Reconstructing past population trends in Mediterranean Europe (3000 BC-AD 1800)* (Vol. 1, pp. 161-173). Oxbow Books.

López-Morales, E. (2019). Gentrification. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*, 1-11. https://doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0118

Lordon, F. (2020). *'Why are you acting the Marxist?'* Frédéric Lordon on Thomas Piketty's 'Capital and Ideology'. Frédéric Lordon's opening speech in les amis de l'humanité debate. https://www.versobooks.com/blogs/4683-why-are-you-acting-the-marxist-frederic-lordon-on-thomas-piketty-s-capital-and-ideology

Losch, A. (1978). *The economics of location* (1954). Yale University Press

Loupa-Ramos, I. (2017). Sol na eira e chuva no nabal: perceções locais sobre o futuro da produção agrícola na AML. In R. Oliveira, R., Amâncio, S., Fadigas, L. (Eds.), Alfaces na avenida para (bem) alimentar a cidade (pp 128-132). Universidade de Lisboa / Colégio F3 – Food, Farming & Forestry.

Lourenço, N. (2014). Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. *Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais*, (4 (8)), 17-31. DOI: https://doi.org/10.4000/mulemba.203

Louro A., Marques da Costa N., Marques da Costa E. (2021). From Livable Communities to Livable Metropolis: Challenges for Urban Mobility in Lisbon Metropolitan Area (Portugal). *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(7):3525. https://doi.org/10.3390/ijerph18073525

Lukermann, F. (1961). The role of theory in geographical inquiry. *The Professional Geographer*, *13*(2), 1-6. https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1961.132_1.x

Lusa (2017 a, 12 de Junho). Moradores da Mouraria, em Lisboa, alertam para despejos com sardinhada em noite de Santo António. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/lusa/moradores-da-mouraria-em-lisboa-alertam-para-despejos-com-sardinhada-em-noite-de-santo-antonio-8558981.html

Lusa (2017, 7 de setembro). Freguesias de Lisboa com falta de meios para limpeza urbana. *Diário de Notícias*.https://www.dn.pt/cidades/freguesias-lisboetas-com-falta-de-meios-para-limpeza-urbana--9813231.html

Lusa (2018 c, 7 de Setembro). Freguesias lisboetas com falta de meios para limpeza urbana. *Expresso*. https://expresso.pt/sociedade/2018-09-07-Freguesias-lisboetas-com-falta-de-meios-para-limpeza-urbana

Lusa (2018 d, 16 de Dezembro). Moradores de bairro precário de Loures voltam a passar Natal às escuras. *Sábado*. https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/moradores-de-bairro-precario-de-loures-voltam-a-passar-natal-as-escuras

Lusa (2018a, 13 de Abril). Fisipe vai encerrar produção de fio contínuo e reduzir até 60 trabalhadores. *Jornal de Negócios*. https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/industria/detalhe/fisipe-vai-encerrar-producao-de-fio-continuo-e-reduzir-ate-60-trabalhadores

Lusa (2018b, 24 de Abril). Fisipe quer avançar para despedimento colectivo de 60 trabalhadores. *Jornal de Negócios*.https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/industria/detalhe/fisipe-quer-avancar-para-despedimento-colectivo-de-60-trabalhadores

Lusa (2019, 22 de Janeiro). Regime fiscal para estrangeiros pode ser suspenso e retomado mais tarde. *Jornal de Negócios*. https://www.jornaldenegocios.pt/economia/impostos/detalhe/regime-fiscal-para-estrangeiros-pode-ser-suspenso-e-retomado-mais-tarde

Lusa (2020, 23 de Junho). Venda da Quinta do Braamcamp no Barreiro suspensa por declaração de ineficácia. *Público.* https://www.publico.pt/2020/06/23/local/noticia/venda-quinta-braamcamp-barreiro-suspensa-declaracao-ineficacia-1921570

Lusa (2021 a, 25 de Maio). Escola em Camarate fechada em protesto contra degradação dos equipamentos. *Notícias ao Minuto*. https://www.noticiasaominuto.com/pais/1761407/escola-em-camarate-fechada-em-protesto-contra-degradacao-dos-equipamentos

Lusa (2021, 17 de Dezembro). Em três anos, as famílias que vivem em casas sem condições subiu de 25 mil para 38 mil. *Público*. https://www.publico.pt/2021/12/17/local/noticia/tres-anos-familias-vivem-casas-condicoes-subiu-25-mil-38-mil-1988992

Lusa (2022 a, 30 de Março). Competências transferidas para os municípios no âmbito da descentralização. *Health News*. https://healthnews.pt/2022/03/30/educacao-e-saude-serao-novas-competencias-dos-municipios-apesar-de-pouca-adesao/

Lusa (2022 c, 25 de Abril). Associação Habita promove protestos contra "despejos violentos" em Lisboa. *Observador*.https://observador.pt/2022/04/25/associacao-habita-promove-protestos-contra-despejos-violentos-em-lisboa/

Lusa (2022, 15 de novembro). Mais de 50 mil famílias da Área Metropolitana de Lisboa vivem em condições indignas. *Jornal Eco*. https://eco.sapo.pt/2022/11/15/mais-de-50-mil-familias-da-area-metropolitana-de-lisboa-vivem-em-condicoes-indignas/

Lusa (2022b, 24 de Março). Câmara de Lisboa suspende alienação de casas municipais.*Idealista* https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2022/03/24/51534-camara-de-lisboa-suspende-alienacao-de-casas-municipais

Lyotard, J. F. (1984). *The postmodern condition: A report on knowledge* (Vol. 10). University of Minnesota Press.

Lyttkens, C. H. (2006). Reflections on the origins of the polis. *Constitutional Political Economy*, 17(1), 31-48. https://doi.org/10.1007/s10602-006-6792-z

Maantay, J. A. (2017). The collapse of place: derelict land, deprivation, and health inequality in Glasgow, Scotland. In Etingoff, K. (Eds.), *Urban Land Use. Community-Based Planning* (pp. 23-70). Apple Academic Press. https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.1201/9781315365794-9/collapse-place-derelict-land-deprivation-health-inequality-glasgow-scotland-juliana-maantay

Machado, A. (2018, 3 de Outubro). Web Summit recebe 11 milhões por ano de apoio público mas tem cláusula de indemnização se quiser sair. *Jornal de Negócios.* https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/web-summit-recebe-11-milhoes-por-ano-de-apoio-publico-mas-tem-clausula-de-indemnizacao-se-quiser-sair

Mack, J., & Lansley, S. (1985). *Poor britain*. London: G. Allen & Unwin.

MacMullen, R. (2020). The Unromanizecl in Rome. In S. J. D. Cohen & E. S. Frerichs (Eds.), *Diasporas in Antiquity* (pp. 47–64). Brown Judaic Studies. https://doi.org/10.2307/j.ctvzpv5cc.6

Maginn, P. J. (2006). Urban policy analysis through a qualitative lens: overview to special issue. *Urban Policy and Research*, *24*(1), 1-15. https://doi.org/10.1080/08111140600590650

Magone, J.M. (2004). The Developing Place of Portugal European Union (1st ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315131702

Mahbubani, K. (2008). *The New Asian Hemisphere. The irresistible shift of global power to the east*. Public Affairs New York

Maia, R. (2001, Abril). *Descontinuidades e permanências nas estruturas da economia e da sociedade portuguesas nos últimos sessenta anos*. Artigo apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, Portugal. Disponível em *https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df4bca6053_1.pdf*

Maia, R. (2001, April). Descontinuidades e permanências nas estruturas da economia e da sociedade portuguesas nos últimos sessenta anos. In *Associaçao Portuguesa de Sociologia (Eds), Actas do IV Congresso Português de Sociologia* (Vol 1). *http://www. aps. pt/ivcong-actas/Acta136. PDF. Accessed on June* (Vol. 1, p. 2005).

Malinowski, M. (2019). Institutional infrastructure and sustainable development: Analysis of eastern Poland districts. *Studia Ekonomiczne*, *384*, 51-69. http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.cejsh-c72076b0-2c54-4058-ac5a-e47ce67cfdcc

Malthus, T. R. (1998). *An essay on the principle of population*. Electronic Scholarly Publishing Project. http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf

Mamede, R. P., & Godinho, M. M. (2014). Assessment and challenges of industrial policies in Portugal: Is there a way out of the ‘‘stuck in the middle’’trap?. In Aurora, A.C. Teixeira; Ester, G.Silva; Mamede, R.P. (Eds), *Structural Change, Competitiveness and Industrial Policy* (pp. 274-293). Routledge

Mamede, R.P., Pereira, M., Simões, A. (2020). *Portugal: Rapid assessment of the impact of COVID-19 on the economy and labour market*. International Labour Organization

Manso, M. (2012, 7 de Setembro). Aqui vivem pessoas, gritam os cartazes no Bairro de Santa Filomena. *Público*.https://www.publico.pt/2012/09/07/p3/fotogaleria/aqui-vivem-pessoas-gritam-os-cartazes-no-bairro-de-santa-filomena-382399

Marchand, B. (2016). La Ville Radieuse de Le Corbusier: les paradoxes d'une utopie de la société machiniste. *Les Cahiers du Développement Urbain Durable*, pp. 63-78. https://www.unil.ch/files/live/sites/ouvdd/files/shared/URBIA/urbia_19/partie_4.pdf

Marques da Costa, Eduarda (2016). Socio-Economia. In Jorge Rocha (Eds), *Atlas Digital da AML*. AML-IGOT. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/42417

Marx, K. (1909). *Contribution à la critique de l'économie politique*. V. Giard & Brière

Marx, K. (2017). O capital. *Edições 70*

Marx, K. (2019). *Capital: volume one*. Courier Dover Publications.

Marx, K. & Engels, F. (1955). *The Communist Manifesto*. In Beer, S. H. (eds.). Harvard University. https://www.bard.edu/library/arendt/pdfs/Marx-CommunistManifesto.pdf

Massey, D. (1995). *Spatial divisions of labour. Social structures and the geography of production*. Palgrave macmillan

Mauritti, R., Craveiro, D., Cabrita, L., & do Carmo, M. (2022). Territórios de Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. In:

https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/territorios-de-bem-estar-assimetrias-nos-municipios-portugueses.

Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia Online*, *19*, 102-126.

May, C. (2010). John Ruskin's Political Economy: 'There is No Wealth but Life.' *The British Journal of Politics and International Relations*, *12*(2), 189–204. https://doi.org/10.1111/j.1467-856X.2010.00406.x

Mayhew, H. (1985). *London labour and the London poor*. Penguin UK.

Mazza, L. (2009). Plan and Constitution: Aristotle's Hippodamus: Towards an 'Ostensive' Definition of Spatial Planning. *The Town Planning Review*, 80(2), 113-141.http://www.jstor.org/stable/27715094

McLoone P (2004). *Carstairs Scores for Scottish Postcode Sectors from the 2001 Census*. MRC Social & Public Health Sciences Unit - University of Glasgow. http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.711.5049

McNeill W.H. (1976) *Plagues and Peoples*. Anchor Books

Meadows, D. H., Randers, J., & Meadows, D. L. (2013). *The Limits to Growth (1972)*. Yale University Press.

Meier, J. M. & Baldwin, R. E. (1957). *Economic Development: Theory, History, Policy*. Wiley

Mendes, L. (2020). Nova geração de políticas de habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, *55*(114), 77-104. https://doi.org/10.18055/Finis19635

Mermet, A. C. (2017). Global retail capital and the city: towards an intensification of gentrification. *Urban Geography*, *38*(8), 1158-1181. https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1200328

Meyer, R. M. P. (2000). Atributos da metrópole moderna. *São Paulo em perspectiva*, *14*, 3-9. https://www.scielo.br/j/spp/a/nwmgsjTmPYwzGLcRKCCQKJy/?format=pdf&lang=pt

Milano, C., Novelli, M., & Cheer, J. M. (2019). Overtourism and degrowth: a social movements perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, *27*(12), 1857-1875. https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1650054

Montaner, J.P. & Muxí, Z. (2017). *Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos*. Gustavo Gili

More, T. (1997). *Utopia*. Wordsworth

Moreira, C.F. (2022, 27 de Abril). Há 800 casas da Câmara de Lisboa ocupadas ilegalmente. Oposição questiona presença policial nos despejos. *Público. https://www.publico.pt/2022/04/27/local/noticia/ha-800-casas-camara-ocupadas-ilegalmente-oposicao-questiona-presenca-policial-despejos-2004065*

Morgan, O., & Baker, A. (2006). Measuring deprivation in England and Wales using 2001 Carstairs scores. *Health Stat Q*, *31*(2). https://www.researchgate.net/profile/Allan-

Baker/publication/6817786_Measuring_deprivation_in_England_and_Wales_using_2001_Carstairs_scores/links/00b4953a313cb68766000000/Measuring-deprivation-in-England-and-Wales-using-2001-Carstairs-scores.pdf

Morris, R., & Carstairs, V. (1991). Which deprivation? A comparison of selected deprivation indexes. *Journal of Public Health*, *13*(4), 318-326. https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.pubmed.a042650

Mota, B. M. (2019). *A problemática dos territórios de baixa densidade: Quatro estudos de caso* [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10071/19336

Motesharrei, S., Rivas, J., & Kalnay, E. (2014). Human and nature dynamics (HANDY): Modeling inequality and use of resources in the collapse or sustainability of societies. *Ecological Economics*, *101*, 90-102. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.02.014

Mozzicafreddo, J. (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia – Problemas e Práticas, 12*, 57-89. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1078

Mozzicafreddo, J.P. (1994). O Estado-Providência em transição. *Sociologia – Problemas e Práticas, 16*, 11-40. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/912

Mumford, L. (1925, May). The fourth migration. *Survey Graphic*, *7*, 130-133

Mumford, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. Martins Fontes

Mumford, L. (1991). *A cidade na história* (Neil R.da Silva, trans). Martins Fontes. (Original work published 1961)

Mun, T. (1755). *England's Treasure by Foreign Trade: Or, the Balance of Our Foreign Trade is the Rule of Our Treasure.* R. and A. Foulis. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=qstLAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=mun+english+treasure+by+foreign+trade&ots=1y_3XZKxJt&sig=ZOEaxJtYj3ybTwgiKCm7VTMhfQo&redir_esc=y#v=onepage&q=mun%20english%20treasure%20by%20foreign%20trade&f=false

Munshi, I. (2000). Patrick Geddes: Sociologist, environmentalist and town planner. *Economic and political weekly*, 485-491. http://www.jstor.org/stable/4408911

Myint, H. (1958). The" classical theory" of international trade and the underdeveloped countries. *The Economic Journal*, *68*(270), 317-337.

Myrdal, G. (1957). *Economic Theory and Underdevelopment*. Duckworth

Nascimento, M (Eds.), *Futuros de Lisboa* - Catálogo Exposição (pp. 150-163). Câmara Municipal de Lisboa.

Naves, P. (2019, 22 de Março). Miradouro do Adamastor fica com ou sem grade? Esta sexta-feira é o dia da decisão. *NIT*. https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/miradouro-do-adamastor-fica-com-ou-sem-grade-esta-sexta-feira-e-o-dia-da-decisao

Neto, D. (2001, 5 de Março). Províncias de Leste. *Público.* https://www.publico.pt/2001/03/05/jornal/provincias-de-leste-155329

Neto, R. (2020, 29 de Janeiro). Oito anos, 8.207 vistos e cinco mil milhões de euros. Os cinco grandes números dos vistos gold. *Eco*. https://eco.sapo.pt/2020/01/29/oito-anos-8-207-vistos-e-cinco-mil-milhoes-de-euros-os-cinco-grandes-numeros-dos-vistos-gold/

Neto, R. (2021, 27 de Maio). Merlin Properties estuda criar "centro de dados na Plataforma Logística Lisboa Norte". *ECO.* https://eco.sapo.pt/entrevista/merlin-properties-estuda-criar-centro-de-dados-na-plataforma-logistica-lisboa-norte/

Neves, C. (2021, 7 de Agosto). Mafra cresce em população. O trunfo? Lisboa a 40 minutos. *Diário de Notícias*.https://www.dn.pt/sociedade/mafra-cresce-em-populacao-o-trunfo-lisboa-a-40-minutos-14011954.html

Neves, C. (2022, 10 de Abril). 'É uma pena, está tudo abandonado, destruíram tudo'. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/sociedade/e-uma-pena-esta-tudo-abandonado-destruiram-tudo-14757987.html

Neves, C. (2022, 10 de Abril). "É uma pena, está tudo abandonado, destruíram tudo". Diário de Notícias. https://www.dn.pt/sociedade/e-uma-pena-esta-tudo-abandonado-destruiram-tudo-14757987.html

Newman, P. (2000). Changing patterns of regional governance in the EU. *Urban Studies*, *37*(5-6), 895-908.

Nightingale, C. H. (2012). *Segregation: A global history of divided cities*. University of Chicago Press.

Nijman, J., & Wei, Y. D. (2020). Urban inequalities in the 21st century economy. *Applied Geography*, *117*, 102188.

Nogueira, H., & Lourenço, A. (2015). Privação Socioeconómica na Área Metropolitana de Lisboa. Análise evolutiva da década 2001-2011. *Revista de Estudos Demográficos*, *55*, 31-40. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=284005652&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt

Noronha, A. (2011, 27 de Janeiro, 2011). Transtejo e Soflusa "totalmente descapitalizadas". *Jornal de Negócios*.https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/transtejo_e_soflusa_quottotalmente_descapitalizadasquot

Notícias ao minuto (2021, 13 de Setembro). Protesto na Alemanha contra agricultura intensiva no Alentejo e Algarve. *Notícias ao minuto*. https://www.noticiasaominuto.com/pais/1830970/protesto-na-alemanha-contra-agricultura-intensiva-no-alentejo-e-algarve

Nunes, E. (2017). Risco de escravatura moderna está a aumentar em Portugal. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/economia/risco-de-escravatura-moderna-esta-a-aumentar-em-portugal-12824152.html

Nunes, R.R. (2018). Bairro da Torre, a caverna do século XXI. Sem luz e sem água. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/pais/bairro-da-torre-a-caverna-do-seculo-xxi-9660358.html

Nunes, R.R. (2020, 26 de Maio). Sobrelotados e sem condições. Bairros sociais podem propiciar o contágio da covid. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/pais/sobrelotados-e-sem-condicoes-bairros-sociais-podem-propiciar-o-contagio-da-covid-12241845.html

Ocampo, J. A. (2005). *Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability*. Stanford University Press.

OECD (2015). *Inequality and Inclusive Growth: Policy tools to achieve balanced growth in G20 economies.* OECD Publishing. https://www.oecd.org/g20/topics/framework-strong-sustainable-balanced-growth/Inequality-and-Inclusive-Growth-Policy-Tools-to-Achieve-Balanced-Growth-in-g20-Economies.pdf

OECD (2018). *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*. OECD Publishing . https://doi.org/10.1787/9789264301085-en.

OECD (2021). OECD reports to G7 on need to strengthen economic resilience against crises. Disponível em: https://www.oecd.org/newsroom/oecd-reports-to-g7-on-need-to-strengthen-economic-resilience-against-crises.htm

OECD. (2018). Rural 3.0: *A framework for rural development, policy note*. Paris: OECD.

Oliveira Baptista, F (2006). O rural depois da agricultura. In Fonseca, M.L. (Eds), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e de Lazer*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.466.1972&rep=rep1&type=pdf#page=84

Oliveira, J. (2017, 3 de Abril). As zonas ribeirinhas de Almada, Seixal e Barreiro vão ficar diferentes. *NIT*. https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/as-zonas-ribeirinhas-de-almada-seixal-e-barreiro-vao-ficar-diferentes

Openshaw, S. and Taylor, P.J. (1979). A million or so correlation coefficients: three experiments on the modifiable areal unit problem. In Wrigley, N (Eds), *Statistical applications in spatial sciences* (pp. 127-44). London: Pion

OXFAM (2016). An economy for the 1%. https://www.oxfam.org/en/research/economy-1

OXFAM (2018). Recompensem o trabalho não a riqueza. https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/?_ga=2.28666171.606729762.1635613476-1597661329.1635613476

Pacione, M. (2004). Environments of disadvantage: Geographies of persistent poverty in Glasgow. *Scottish Geographical Journal*, *120*(1-2), 117-132.

Pacione, M. (2004). Environments of disadvantage: Geographies of persistent poverty in Glasgow. *Scottish Geographical Journal*, *120*(1-2), 117-132. https://doi.org/10.1080/00369220418737196

Paes Mamede (2019, 26 de Novembro). Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/ricardo-paes-mamede/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html

Palma Ferreira, J.F. (2014, 1 de outubro) Comissão Europeia investiga apoios estatais à Autoeuropa. *Expresso*. https://expresso.pt/economia/comissao-europeia-investiga-apoios-estatais-a-autoeuropa=f891795

Panayotou, T. (2003). Economic Growth and the Environment. In Economic Survey of Europe 2003 No. 2 (pp. 45–72). UNECE. Retrieved from http://www.unece.org/ead/pub/surv_032.html

Park, R. E., & Burgess, E. W. (2019). *The city* (1925). University of Chicago Press.

Parr, J. B. (1973). Structure and size in the urban system of Lösch. *Economic Geography*, 49(3), 185-212. DOI: 10.2307/143126

Patnaik, U. (2004). The republic of hunger. *Social Scientist*, 32 (9), pp. 9-35.

Patro, S., & Sahu, K. K. (2015). *Normalization: A preprocessing stage. Cornell University*. https://arxiv.org/abs/1503.06462

Pawlewicz, K., Senetra, A., Gwiaździńska-Goraj, M., & Krupickaitė, D. (2020). Differences in the environmental, social and economic development of Polish–Lithuanian trans-border regions. *Social Indicators Research*, *147*(3), 1015-1038.

Pawson, H., Hulse, K., & Cheshire, L. (2015). *Addressing concentrations of disadvantage in urban Australia*. Australian Housing and Urban Research Institute. https://apo.org.au/organisation/73545

Peixoto, P. (1998). Resenha; Metapolis: Acerca do futuro da cidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (51), 183-185.

Pensky, M. (2011). Three Kinds of Ruin: Heidegger, Benjamin, Sebald. *Poligrafi*, *16*(61/62), 65-89.

Pereira, A.C. (2017). Portugal atinge o nível de desigualdade mais baixo de sempre. *Público. https://www.publico.pt/2017/12/01/sociedade/noticia/desigualdade-de-rendimentos-atinge-valor-mais-baixo-de-sempre-1794558*

Pereira, C. R. D. S. (2019). *Frente ribeirinha da margem sul do Tejo: origem, evolução e continuidade* [Tese de Mestrado, Universidade de Évora]. http://hdl.handle.net/10174/26244

Pereira, M. (2004). As metamorfoses da cidade dispersa. *Revista GeoInova*, (10). http://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n10-7.pdf

Pereira, S. M. (2018). Lisboa, cidade lazer-investimento: reconfigurações do habitar. In Monteiro, J.S.,

Pereira, S.S. (2021, 26 de Maio). EastBanc investe 11 milhões em projeto premium para escritórios em Lisboa. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/empresas/imobiliario/eastbanc-investe-11-milhoes-em-projeto-premium-para-escritorios-em-lisboa-13767381.html

Petição Pública (2019). Em defesa do Rio Lizandro. https://peticaopublica.com/?pi=PT94309

Peyroux, E. (2015). Discourse of urban resilience and 'inclusive development'in the Johannesburg Growth and Development Strategy 2040. *The European Journal of Development Research*, *27*(4), 560-573. https://doi.org/10.1057/ejdr.2015.52

Pike, A. (2020). Coping with deindustrialization in the global North and South. *International Journal of Urban Sciences*, 1-22.

Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: The Belknap Press

Piketty, T. (2015). *O capital no século XXI*. Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Pincha, J. P. (2015, 21 de Setembro). Moradores das zonas noturnas de Lisboa convidam Medina a dormir com eles. *Observador*.https://observador.pt/2015/09/21/moradores-das-zonas-noturnas-lisboa-convidam-medina-dormir/

Pinto Correia, T. (2006). *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas*

Pinto, P.R. (2021, 6 de Julho). Benefício que isenta de IRS residentes estrangeiros dispara 44% em ano de pandemia. *Dinheiro Vivo*. https://www.dinheirovivo.pt/economia/beneficio-que-isenta-de-irs-residentes-estrangeiros-dispara-44-em-ano-de-pandemia-13907935.html

Pirenne, H. (2014). *Medieval cities* (D. Halsey, trans). Princeton University Press. (Original work published 1925)

Pirenne, H. (2014). *Medieval cities*. Princeton University Press.

Pizzo, B. (2015). Problematizing resilience: Implications for planning theory and practice. *Cities*, *43*, 133-140. https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.11.015

Polanyi, K. (2016). *A grande transformação.* Edições 70

Polinger, E. H. (1943). Saint-Simon, the utopian precursor of the League of Nations. *Journal of the History of Ideas*, 475-483.

Popper, K. R. (1975) *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Itatiaia: EDUSP

Portas, N. (2012). *Os tempos das formas (vol. II). A cidade imperfeita e a fazer*. Universidade do Minho – Escola de Arquitectura

Preis, B., Janakiraman, A., Bob, A., & Steil, J. (2021). Mapping gentrification and displacement pressure: An exploration of four distinct methodologies. *Urban Studies*, *58*(2), 405-424. https://doi.org/10.1177/0042098020903011

Press).

Pressman, S. (2006). *Fifty major economists* (2nd ed). Routledge.

Proudhon, P. J. (1849). *Qu'est-ce que la propriété? Recherches sur le principe du droit et du gouvernement. premier mémoire*. Garnier.

Puscaciu, R. M. (2014). An Incursion in the Economic Theory of Location. *EIRP Proceedings*, 9. http://www.proceedings.univ-danubius.ro/index.php/eirp/article/view/1553

Quaternaire Portugal (2017). Estudo sobre novas dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas no centro histórico de Lisboa. https://www.am-lisboa.pt/documentos/1532871210M3kNV7ed9Mn88GP6.pdf

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 2005: Gradiva.

Rainho, V. (2021, 29 de Março). Turismo. A "fraude" dos prémios que abanou o setor. *Jornal i* https://ionline.sapo.pt/artigo/729634/turismo-a-fraude-dos-premios-que-abanou-o-setor?seccao=Portugal_i

Raposo, F. (2021, 21 de Fevereiro). Alvalade: o bairro que não é para turistas tem resistido melhor à crise da pandemia. *Mensagem de Lisboa*. https://amensagem.pt/2021/02/21/lisboa-alvalade-bairro-que-nao-e-para-turistas-resiste-a-crise/

Rato, R. (2018, 13 de Abril). De Cristas para a Fidelidade, despejos “à la carte”. *Visão*. https://visao.sapo.pt/opiniao/ponto-de-vista/2018-04-13-de-cristas-para-a-fidelidade-despejos-a-la-carte/

Redação S+ (2020, 21 de Junho). Reconversão de fogos ilegais pode duplicar população da Quinta do Anjo. *S+.https://semmais.pt/2020/06/21/reconversao-de-fogos-ilegais-pode-duplicar-populacao-da-quinta-do-anjo/*

Rede Social do Concelho de Loures (2011). Atualização do diagnóstico social do concelho de Loures.

Rede Social Palmela (2014). Diagnóstico social do concelho de Palmela.

Regional Science Association 45 (1): 67–85. https://doi.org/10.1007/BF01934655

Reis, J. (2020). Como reorganizar um país vulnerável? Ensaios para interpretar problemas e sugerir alternativas. In Reis, J. (Eds.), *Como reorganizar um país vulnerável* (1ed, pp. 13-24). Actual

Reis, J. (2020).O território: reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e do deslaçamento territorial. In Reis, J. (Eds.), *Como reorganizar um país vulnerável* (1ed, pp. 295-345). Actual

Reis, R. A. (2022, 8 de Março). Promotora imobiliária suíça investe até 180 milhões de euros em projeto no Barreiro. *O Jornal Económico*. https://jornaleconomico.pt/noticias/promotora-imobiliaria-suica-investe-ate-180-milhoes-de-euros-em-projeto-no-barreiro-858899

Relvas, R.B. (2016, 28 de Março). Câmaras de Lisboa, Almada, Barreiro e Seixal vendem Margem Sul. *Diário de Notícias.* https://www.dn.pt/dinheiro/margem-sul-vai-ser-lisbon-south-bay-para-atrair-investidores-estrangeiros-5096901.html

Resende, E. & Lusa (2003, 26 de janeiro). Um gueto chamado Bairro das Palmeiras. *Público*. https://www.publico.pt/2003/01/26/jornal/um-gueto-chamado-bairro-das-palmeiras-197576

Reynolds, D. W. (1996). *Forma urbis Romae: the Severan marble plan and the urban form of ancient Rome* (Doctoral dissertation, University of Michigan).

Ribeiro, R., Santos, A. C. (2019). Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Análise Social*, *54*(233 (4)), 726–758. https://www.jstor.org/stable/26868616

Ricardo, D. (2018). *Princípios de economia política e tributação*. LeBooks Editora.

Richardson, H. W. (1980). Polarization reversal in developing countries. *Papers of the*

Riis, J. A. (1957). *How the other half lives*. Sagamore Press.

Robert Fishman (2005) Longer View: The Fifth Migration. *Journal of the American Planning Association*, 71:4, 357-366. DOI: 10.1080/01944360508976706

Robertson R. (1992). *Globalisation. Social theory and global culture*. Londres, Sage.

Robertson. R. (1994). Globalisation or Glocalisation?. *Journal of International Communication*, vol. 1, n.º 1, pp. 33-52. DOI : 10.1080/13216597.1994.9751780

Robin, C. (2019, 9 de Maio). "Eric Hobsbawm, the communist who explained History". The New Yorker. https://www.newyorker.com/books/under-review/eric-hobsbawm-the-communist-who-explained-history

Robinson, C., & Schumacker, R. E. (2009). Interaction effects: centering, variance inflation factor, and interpretation issues. *Multiple linear regression viewpoints*, *35*(1), 6-11. http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.620.5853&rep=rep1&type=pdf

Robinson, J. (1979). *Aspects of Development and Underdevelopment*. Cambridge University Press.

Rodrigues, C.F., Figueiras, R., Junqueira, V. (2016). *Desigualdade de rendimento e pobreza em Portugal*. FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge journal of regions, economy and society*, *11*(1), 189-209. https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024

Rojas, J. (2007). El Mercantilismo. Teoría, política e historia. *Economía*, *30*(59-60), 76-96. https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/economia/article/view/1822

Rolink, R. (2015). Guerra dos Lugares. *A colonização da terra e a moradia na era das finanças.* Boitempo Editorial

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares. A Colonização da terra e da moradia na era das finanças*. BoiTempo

Rolo, J.C., Cordovil, F. (2014). *Rural, agricultura e políticas*. Animar

Rolo, J.C., Cordovil, F. (2018). *Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000*. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP

Rolo, M.F. (2016). *1960-1974 A EFTA e os primeiros passos em direcção às Comunidades*

Romao, F., & Everaert, G. (2016). Os benefícios fiscais à reabilitação urbana. *Actualidad Juridica (1578-956X)*,(42). https://www.uria.com/documentos/publicaciones/4980/documento/por04.pdf?id=6230

Ropio, N.M. (2008, 29 de Agosto). Pacote de leite é um luxo junto ao futuro aeroporto. *Jornal de Notícias*. https://www.jn.pt/local/noticias/setubal/palmela/pacote-de-leite-e-um-luxo-junto-ao-futuro-aeroporto-1006157.html

Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, *29*(128), 871–887. http://www.jstor.org/stable/41011191

Rubin, M. (2020). *Cities of Strangers: Making Lives in Medieval Europe*. Cambridge University Press.

Rubin, N. H. (2009) The changing appreciation of Patrick Geddes: a case study in planning history. *Planning Perspectives*, 24:3, 349-366. DOI: 10.1080/02665430902933986

Rudofsky, B. (1964). Architecture without architects. An Introduction to Non-Pedigreed Architecture. The Museum of Modern Art, New York

Ruela, R. (2017, 30 de Setembro). O homem que fez do Príncipe Real um bairro cool. *Visão*. https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2017-09-30-o-homem-que-fez-do-principe-real-um-bairro-cool/

Ruskin, J. (1872*). "Unto this Last": Four Essays on the First Principles of Political Economy.* Jonh Wiley & Son

Russo, J., & Linkon, S. L. (2009). The social costs of deindustrialization. *Manufacturing a better future for America*, 183-216.

Sachs, I. (1977). Eco-Development: Meeting Human Needs. *India International Centre Quarterly*, *4*(4), 337-350. https://www.jstor.org/stable/23001266

Saint-Simon, C., H. (1976). Letters of an inhabitant of Geneva to his contemporaries. In *The Political Thought of Saint-Simon*. Oxford University Press

Sánchez-Zamora, P., Gallardo-Cobos, R., & Ceña-Delgado, F. (2014). Rural areas face the economic crisis: Analyzing the determinants of successful territorial dynamics. *Journal of Rural Studies*, *35*, 11-25. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016714000424

Sandelowski, M. (2000). Focus on research methods combining qualitative and quantitative sampling, data collection, and analysis techniques. *Research in nursing & health*, *23*(3), 246-255. http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.472.7825&rep=rep1&type=pdf

Sandelowski, M., Voils, C. I., Leeman, J., & Crandell, J. L. (2012). Mapping the mixed methods–mixed research synthesis terrain. *Journal of mixed methods research*, *6*(4), 317-331. https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1558689811427913

Sandercoch, L. (1998). *Making the invisible visible*. University of California Press

Sanlez, A. (2017, 8 de Outubro). Aumento das rendas deixa milhares sem apoio jovem. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/dinheiro/aumento-das-rendas-deixa-milhares-sem-apoio-jovem-8826843.html

Santa Casa da Misericórdia de Almada (2017). Anexo A. Estratégia de desenvolvimento local (EDL) – GAL 'Envol20Almada'.https://www.scma.pt/documents/10184/5448197/Anexo+A_+Estrat%C3%A9gia+De+Desenvolvimento+Local.pdf/bcfcfcdc-faa3-475c-91b6-35aca150d143?version=1.0

Santiago, D. (2020, 21 de Abril). Mapa: Hostel faz de Lisboa outra vez o concelho com mais infetados. *Jornal de Negócios.* https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/mapa-hostel-faz-de-lisboa-outra-vez-o-concelho-com-mais-infetados

Santos, J.N. (2021, 22 de Março). Moedas diz que lei das rendas "permitia aos mais velhos ficarem até ao fim da vida nas casas". Confirma-se?. *Polígrafo*. https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/moedas-diz-que-lei-das-rendas-permitia-aos-mais-velhos-ficarem-ate-ao-fim-da-vida-nas-casas-confirma-se

Santos, L. A. D. C. (1994). Um século de cólera: itinerário do medo. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, *4*, 79-110.

Santos, L., Passinhas, R. (2011). *Atualização do diagnóstico social concelhio*. Rede Social Loures.

Santos, S. (2014). Desigualdades socioterritoriais e mobilidade geográfica: um retrato da Área Metropolitana de Lisboa. *CIES-WP - Working papers,* nº 195/2014. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9882

Santos, S. F. A. (2010). *Sinais de Consciência. Os desafios da realidade contemporânea na construção de paisagem* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa). Lisboa

Santos, S., & Ferreiro, M. D. F. (2018). Os riscos de uma distância irreversível. A obsolescência do planeamento urbano no contexto da Área Metropolitana de Delhi. *Cidades. Comunidades e Territórios,* (37).

Santos, S., Ferreiro, M. De F. & Sousa, C. (2017). Critical distance in urban planning: will smart, sustainable and resilient narratives save our cities? insights from Delhi metropolitan area. In AESOP (Ed.), AESOP 2017 Congress eBook of proceedings. (pp. 155-166). Lisboa: AESOP.

Sassen, S. (2014). *Expulsions. Brutality and complexity in the Global economy.* The Belknap press of Harvard University Press

Sassen, S. (2018). *Cities in a world economy*. Sage Publications.

Schaeper, T. J. (1983). *The French Council of Commerce, 1700-1715: a study of mercantilism after Colbert*. The Ohio State University Press.

Schnell, I., Diab, A. A. B., & Benenson, I. (2015). A global index for measuring socio-spatial segregation versus integration. *Applied Geography*, *58*, 179-188.

Schumacher, E. F. (1985). *Small is beautiful*. Rowohlt Taschenbuch Verlag.

Scobie, A. (1982). Rich and poor in the roman world (B.C. 50-A.D. 150). *The Classical Outlook*, *60*(2), 44–46. http://www.jstor.org/stable/43935587

Scott, J. C. (2006). The mission of the university: Medieval to postmodern transformations. *The journal of higher education*, *77*(1), 1-39.

Seixas Lopes, D. (2019). *Melancolia e arquitectura em Aldo Rossi*. Orfeu Negro

Selman, P. (2012). Landscapes as integrating frameworks for human, environmental and policy processes. In Plieninger, T. & Bieling, C. (Eds, pp.27-49), *Resilience and the cultural landscape. Understanding and managing change in human-shape environments.* Cambridge

Sen, A. (2000). *Development as freedom*. Anchor Books

Sequera, J., & Nofre, J. (2020). Touristification, transnational gentrification and urban change in Lisbon: The neighbourhood of Alfama. *Urban Studies*, 57(15), 3169–3189. https://doi.org/10.1177/0042098019883734

Short, J. R. (2014). *Urban theory: A critical assessment*. Macmillan International Higher Education.

Short, J. R. (2014). *Urban theory: A critical assessment*. Palgrave Macmillan.

Sigler, T., & Wachsmuth, D. (2020). New directions in transnational gentrification: Tourism-led, state-led and lifestyle-led urban transformations. *Urban Studies*, *57*(15), 3190-3201. https://doi.org/10.1177/0042098020944041

Silva, L. (2008). Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória*, (4), 6-25. http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02_Luis_Silva.pdf

Silva, M. (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74). *Análise Social*, *18*(72/74), 1077-1086. https://www.jstor.org/stable/41010372

Simmel, G. (2012). *The metropolis and mental life* (1903). Routledge.

Siracusa, G. P. (2020). 1968 E NÓS: crise de representação e movimentos sociais1968 ET NOUS: la crise de représentation et les mouvements sociaux. *Caderno CRH*, *33*. https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.30495

Sjoberg, G. (1955). The preindustrial city. *American Journal of Sociology*, 60(5), 438-445. https://doi.org/10.1086/221603

Skinner, Q. (1999). Hobbes and the purely artificial person of the state. *Journal of Political Philosophy*, *7*(1), 1-29.

Sloterdijk, P. (2002). *A mobilização infinita*. Relógio d'Água

Smith, A. (2005). The wealth of nations. *University of Chicago Bookstore*.

Smith, N. (1984). *Uneven Development*. Blackwell

Smith, N. (2002). New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, *34*(3), 427-450. https://doi.org/10.1111/1467-8330.00249

Smith, T., Noble, M., Noble, S., Wright, G., McLennan, D., & Plunkett, E. (2015). *The English indices of deprivation 2015*. *London:* Department for Communities and Local Government.

https://www.warrington.gov.uk/sites/default/files/2019-09/english-indices-of-deprivation-2015-research-report.pdf

Soares, L.J.B. & Correia, T. (2016). Regeneração urbana. O caso da Venda Nova / Falagueira. *CCDRC. http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3916-6-regeneracao-urbana-bruno-soares-e-telmas-correia&category_slug=2016&Itemid=739*

Sobral, M.R. (2020, 16 de Outubro). Cadeia 'à norueguesa' avança em Canha e permite fechar estabelecimentos de Setúbal. *O Setubalense*. https://osetubalense.com/ultimas/2020/10/16/cadeia-a-norueguesa-avanca-em-canha-e-permite-fechar-estabelecimento-de-setubal/

Solà-Morales, I. (2002). *Territorios*. Gustavo Gili

Solow, R. M. (1956), A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics, 70*: 65–94. https://doi.org/10.2307/1884513

Sommers, L. M., & Mehretu, A. (2019). International perspectives on socio-spatial marginality. In Jussila, H.; Leimgruber, W.; Majoral, R. (Eds.), *Perceptions of Marginality* (ebook ed., pp. 135-145). Routledge.

Sousa Santos, B. & Ferreira, S. (2001). A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes. In Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (Eds, pp. 77-225), *Risco Social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?*. Afrontamento

Spósito, M. E. B. (2000). Resenha : Metapolis ou l'avenir des villes. Caderno Prudentino de Geografia, 1(22), 241-244.

Storey, G. (1997). The population of ancient Rome. *Antiquity,* 71(274), 966-978. doi:10.1017/S0003598X00085859

Strong, M. F. (1972). The United Nations and the environment. *International Organization*, *26*(2), 169-172. DOI: https://doi.org/10.1017/S0020818300003283

Suleiman, A. A. (2015). Analysis of multicollinearity in multiple regressions. *Int. J. Adv. Technol. Eng. Sci*, *3*, 571-578. https://www.researchgate.net/profile/Ahmad-Abubakar-Suleiman-2/publication/344322041_ANALYSIS_OF_MULTICOLLINEARITY_IN_MULTIPLE_REGRESSIONS/links/5f6783f092851c14bc8a01c2/ANALYSIS-OF-MULTICOLLINEARITY-IN-MULTIPLE-REGRESSIONS.pdf

Susan L. Cutter , Jerry T. Mitchell & Michael S. Scott (2000) Revealing the Vulnerability of People and Places: A Case Study of Georgetown County, South Carolina. *Annals of the Association of American Geographers*, *90*:4, 713-737. DOI: 10.1111/0004-5608.00219

Suzman, J.(2017). How Neolithic farming sowed the seeds of modern inequality 10,000 years ago.*The Guardian. https://www.theguardian.com/inequality/2017/dec/05/how-neolithic-farming-sowed-the-seeds-of-modern-inequality-10000-years-ago*

Swyngedouw, E.; Mouluert, F.; Roudriguez, A. (2005). Introduction. In Mouluert, F.; Roudriguez, A.; Swyngedouw, E (Eds, pp. 1-7), *The global city. Economic restructuring and social polarization in European cities*. Oxfor geographic and environmental studies

Talabis, M.R., McPherson, R., Miyamoto, I., Martin, J.L., Kaye, D. (2015) In Talabis, M., McPherson, R., Miyamoto, I., & Martin, J., *Information security analytics: finding security insights, patterns, and anomalies in big data* (pp.1-12). Syngress.

Tavares, G. M. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação: teorias, fragmentos e imagens*. Leya

Taylor, F. W. (2004). *Scientific management*. Routledge.

Taylor, R. (1990). Interpretation of the correlation coefficient: a basic review. *Journal of diagnostic medical sonography*, *6*(1), 35-39.

Teixeira, F. (2022, 22 de Setembro). Ota, Alcochete, Montijo, Alverca, Vila Franca de Xira e agora Santarém. Conheça a nova proposta para o aeroporto de Lisboa. *CNN Portugal*. https://cnnportugal.iol.pt/videos/ota-alcochete-montijo-alverca-vila-franca-de-xira-e-agora-santarem-conheca-a-nova-proposta-para-o-aeroporto-de-lisboa/632cc6ac0cf26256cd370634

Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89. http://www.jstor.org/stable/41010899

Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, 65-89. https://www.jstor.org/stable/41010899

Teotónio Pereira, N. (1993, 23 de Setembro). Chegarão 100 anos para acabar com as barracas?. *Público*. https://www.snpcultura.org/nuno_teotonio_pereira_chegarao_100_anos_para_acabar_com_barracas.html

Terhorst, L. L. (2021). *Degrowth and the meaning of freedom* (Phd Dissertation, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa). Lisboa

Thomas, P. (1797). *Agrarian justice*. *http://www. piketty. pse. ens. fr/files/Paine1795. Pdf.*

Timberlake, M., Sanderson, M. R., Ma, X., Derudder, B., Winitzky, J., & Witlox, F. (2012). Testing a Global City Hypothesis: An Assessment of Polarization across US Cities. *City & Community*, 11(1), 74–93. https://doi.org/10.1111/j.1540-6040.2011.01394.x

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Univ of California Press.

Trindade, L. (2016). Uma outra representação da Rua Nova dos Mercadores, em Lisboa: a tábua do "martírio de S. Sebastião", de Gregório Lopes. *Medievalista. Online*, (20).

Tulumello, S. (2021). Financeirização da habitação no sul da Europa: Análise de políticas e recomendações. Relatório Final.

Turismo de Portugal (2021). Dados Abertos. https://dadosabertos.turismodeportugal.pt/

Twomey, M., J. (1983). Employment in Nineteenth Century Indian Textiles. *Explorations in economic History,* 20, 37-57. https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/25347/0000794.pdf?sequence=1

U. N. (2016). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf

University of Toronto Press, pp.19–48. https://doi.org/10.1080/00343404.2012.658036

Valente, R. (2018). Measuring Deprivation in the City of Barcelona. In Ferro L., Smagacz-Poziemska M., Gómez M.V., Kurtenbach S., Pereira P., Villalón J.J. (Eds), *Moving Cities–Contested Views on Urban Life* (pp. 115-131). Springer

Van Den Bergh, R. (2004). Poor tenants in Rome: losers all the way?(part 1). *Journal of South African Law/Tydskrif vir die Suid-Afrikaanse Reg*, *2004*(3), 544-557. https://hdl.handle.net/10520/EJC54913

Van Parijs, P. (2004). Basic income: a simple and powerful idea for the twenty-first century. *Politics & Society*, *32*(1), 7-39.

Vandeginste, B.G.M, Massart, D.L., L.M.C., Jong, S. De., Lewi, P.J.,Smeyers-Verbeke, J. Chapter 30 - Cluster analysis. In B.G.M. Vandeginste, D.L. Massart, L.M.C. Buydens, S. De Jong, P.J. Lewi, J. Smeyers-Verbeke (Eds), *Handbook of Chemometrics and Qualimetrics, part B* (pp.57-86). Elsevier

Vasconcelos, A. G., & Lipovetsky, N. (2021) O Consenso de Washington e o Estado Democrático de Direito – O insuperável paradoxo entre premissas dicotómicas. RJLB, 7, 4, 131-153. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/4/2021_04_0131_0153.pdf

Vásquez, C., G. (2014). *Teorías e historia de la ciudad contemporânea*. Gustavo Gili

Von Thünen, J. H. (2018). The Isolated State. In Simons, J.L. (Eds, pp. 211-216), *The Economics of Population*. Routledge.

Wacquant, L. (1999). Urban marginality in the coming millennium. *Urban studies*, 36(10), 1639-1647. https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/0042098992746

Wacquant, L. (1999). Urban marginality in the coming millennium. *Urban studies*, *36*(10), 1639-1647. https://doi.org/10.1080/0042098992746

Wagner, O. (1988). *Modern architecture: a guidebook for his students to this field of art*. Getty Publications.

Walker, J., & Cooper, M. (2011). Genealogies of resilience: From systems ecology to the political economy of crisis adaptation. *Security Dialogue*, *42*(2), 143–160. https://doi.org/10.1177/0967010611399616

Wallerstein, I. (2011). *The modern world-system I*. University of California Press.

Wallerstein, I. (2012). A crise estrutural no sistema-mundo: para onde vamos a partir daqui?. *Via Atlântica*, (21), 15-26. https://doi.org/10.11606/va.v0i21.51014

Wallerstein, I., & Zukin, S. (1989). 1968, revolution in the world-system: theses and queries. *Theory and Society*, 431-449. https://www.jstor.org/stable/657747

Walsh, Adrian (2004), *The morality of the market and the medieval schoolman*, Politics, Philosophy & Economics, N. 3, pp. 241 – 259.

Weber, M. (2022). *Economia e Sociedade*. Edições 70

Whited, T. L. (2005). *Northern Europe: an environmental history*. Abc-clio.

Whitman, W. (2019). *Leaves of Grass*. Collector´s Library

Wiechmann, T., & Wolff, M. (2013, July). Urban shrinkage in a spatial perspective–operationalization of shrinking cities in Europe 1990–2010. In *AESOP-ACSP Joint Congress* (Vol. 1519). Dublin, Ireland.

Wiechmann, T., & Wolff, M. (2013, July). *Urban shrinkage in a spatial perspective–operationalization of shrinking cities in Europe 1990–2010*. Paper presented at *AESOP-ACSP Joint Congress* (Vol. 1519), Dublin, Ireland.

Wittgenstein, L. (1987). *Tratado lógico-filosófico; Investigações filosóficas* (1921). Fundação Calouste Gulbenkian.

Wright, F. L. (2015). Broadacre City: a New Community Plan. In LeGates, R. T.& Stout, F (Eds.), *The City Reader* (6th ed., pp 388-394). Routledge

Zuk, M., Bierbaum, A. H., Chapple, K., Gorska, K., & Loukaitou-Sideris, A. (2018). Gentrification, displacement, and the role of public investment. *Journal of Planning Literature*, *33*(1), 31-44. https://doi.org/10.1177/0885412217716439

Zuk, M., Bierbaum, A. H., Chapple, K., Gorska, K., Loukaitou-Sideris, A., Ong, P., & Thomas, T. (2015). Gentrification, displacement and the role of public investment: a literature review. In *Federal Reserve Bank of San Francisco* (Vol. 79). https://www.researchgate.net/profile/Karen-Chapple/publication/334638363_Gentrification_Displacement_and_the_Role_of_Public_Investment_A_Literature_Review/links/5d37697f4585153e591c453f/Gentrification-Displacement-and-the-Role-of-Public-Investment-A-Literature-Review.pdf

Zwiers, M., Kleinhans, R., & Van Ham, M. (2015). Divided cities: increasing socio-spatial polarization within large cities in the Netherlands. *IZA Discussion Papers*, No. 8882. Institute for the Study of Labor (IZA). https://www.econstor.eu/bitstream/10419/110099/1/dp8882.pdf

ANEXOS

ANEXO A – Total de variáveis iniciais por tipologia de polarização urbana

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Taxa de variação da população residente (%)	Perda populacional	1991-2011	INE
Proporção de população economicamente ativa (%)	Envelhecimento populacional	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos Vagos (%)	*Proxy* da baixa atratividade populacional	2011	INE
Variação da taxa desemprego (%)	Dinâmicas regressivas do ponto de vista do emprego	1991-2011	INE
Taxa de desemprego (%)	Dinâmicas regressivas do ponto de vista do emprego	2011	INE
Proporção de população que trabalha ou estuda noutro concelho (%)	Reduzidas oportunidades de emprego e de qualificação	2011	INE
Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência (min)	Pendularidade associada à ausência de emprego ou de oportunidades de qualificação	2011	INE
Variação simples das empresas no setor industrial (n)	Desmantelamento da capacidade produtiva	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor industrial (n)	Desmantelamento da capacidade produtiva	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples da população empregada no setor terciário	Destruição de emprego/ Baixa capacidade de reconversão do tecido socioeconómico	2001-2011	INE
Variação simples das empresas no setor do comércio a retalho, alojamento, restauração e similares (n)	*Proxy* da dissolução do tecido económico local	2003-2012	QP/MTSSS
Peso do setor do alojamento local tendo em conta o número de empresas (%)	Baixa atratividade turística	2003-2012	QP/MTSSS
Volume de alojamentos locais (n) (aproximado)	Baixa atratividade turística	2017	AirDNA/RNAL
Valor Médio do Imobiliário (€/m2)	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE
Valor médio dos contratos de arrendamento (€/m2)	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (%)	Desqualificação do parque edificado	2011	INE
Taxa de variação de edifícios (%)	Dinâmicas de (des) urbanização	2001-2011	INE
Receita fiscal por habitante (€)	*Proxy* de bases fiscais reduzidas e de possíveis impactos na provisão de serviços/manutenção de infraestruturas	2012	CCDR LVT
Proporção de áreas industriais (ha)	Presença de áreas industriais	2010	COS (DGT)

Zonas abandonadas em territórios artificializados (ha)	Ruína e desqualificação da paisagem	2010	COS (DGT)

A1 – Tabela de variáveis identificativas de contextos de desindustrialização ou declínio urbano

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Taxa de variação da população residente	Crescimento populacional	1991-2011	INE
Taxa de variação da densidade populacional (%)	Crescimento populacional	1991-2011	INE
Proporção de novos residentes (%)	Atratividade social	2005-2011	INE
Índice de envelhecimento	Rejuvenescimento da população	2011	INE
Proporção de população natural da freguesia onde reside (%)	*Proxy* das dinâmicas de recomposição social	2011	INE
Índice de diversificação social com base nas classes profissionais (0-1: 0 mais diverso e 1 menos diverso)	*Proxy* de diversidade social	2011	INE
Variação simples das empresas (n)	*Proxy* de atratividade económica	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego (n)	*Proxy* de atratividade económica	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor primário (n)	*Proxy* de abandono da atividade agrícola (Rurbanização)	2001-2011	INE
Variação simples do emprego no setor secundário e terciário (n)	*Proxy* de atratividade e recomposição económica (industrialização e terciarização)	2001-2011	INE
Índice de diversificação económica com base nos setores de atividade económica (0-1:,0 mais diverso e 1 menos diverso)	Níveis elevados de diversidade económica	2012	QP/MTSSS
Proporção de alojamentos de segunda habitação (%)	Elevada atratividade para "turismo habitacional"	2011	INE
Taxa de variação de alojamentos (%)	Relevância das dinâmicas de urbanização	2001-2011	INE
Variação das licenças de alojamento local (2013-2020)	Expansão da oferta turística	2013-2020	Lxhabi data
Proporção de transformação de todas as classes de uso do solo não urbanas para urbano (%)	Relevância das dinâmicas de urbanização	1995-2010	INE
Áreas em construção (2010) (ha)	Dinamismo do mercado imobiliário e da construção	2010	COS (DGT)
Zonas abandonadas em territórios artificializados (ha)	*Proxy* de empreendimentos suspensos devido à crise do subprime (2007)	2010	COS (DGT)
Alojamentos de residência habitual sem saneamento (n)	*Proxy* das insuficiências infraestruturais decorrentes de processos de urbanização intensiva	2011	INE
Alojamentos de residência habitual sem água canalizada (n)	*Proxy* das insuficiências infraestruturais decorrentes de processos de urbanização intensiva	2011	INE

A2 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de expansão metropolitana intensiva

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Taxa de variação da população residente (%)	*Proxy* de declínio da população residente por pressão do mercado imobiliário	2011-2021	INE
Variação da proporção de profissionais socialmente valorizados (%)	*Proxy* de elitização do tecido social	2001-2011	INE
Variação da proporção da população com ensino superior completo (%)	*Proxy* de qualificação do tecido social	2001-2011	INE
Variação da proporção de população residente estrangeira (%)	*Proxy*: atratividade internacional relacionada com processos de marketing territorial/ reabilitação e regeneração urbana	2011-2021	INE
Proporção de edifícios anteriores a 1960 (%)	*Proxy*: atratividade ao investimento imobiliário (valor simbólico dos centros históricos)	2011	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (%)	Grau de desqualificação urbana tendente ao aumento do retorno do capital imobiliário investido	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)	Disponibilidade do parque habitacional tendente ao aumento do retorno do capital investido	2011	INE
Proporção de alojamentos arrendados ou subarrendados (%)	Maiores níveis de suscetibilidade habitacional	2011	INE
Valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento alojamentos familiares (€/m2)	Inflação dos preços do mercado imobiliário	2020	LXHabdata
Variação do valor mediano das vendas de novos alojamentos (€/m2)	Inflação dos preços do mercado imobiliário	2016-2020	LXHabidata
Taxa de esforço do arrendamento (%)	Compressão dos rendimentos por inflação de mercado de arrendamento	2019	LXHabidata
Proporção de alojamentos em regime de alojamento local face a totalidade de alojamentos existentes (%)	Dissolução das opções de alojamento para a população residente	2017	AirDNA
Variação do número de licenças de alojamento local (n)	Dissolução das opções de alojamento para a população residente	2013-2020	Turismo de Portugal
Peso do setor das atividades Imobiliárias no emprego relativamente à totalidade do emprego neste setor na AML (%)	Relevância do setor das atividades imobiliárias	2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor do alojamento, restauração e similares (n)	*Proxy* do aumento do emprego nos setores do turismo e restauração (mais precários do ponto de vista laboral e com menos capacidade de incremento da produtividade)	2003-2012	QP/MTSSS
Variação das empresas no setor do comércio a retalho (n)	*Proxy*: dinamismo económico local /gentrificação comercial	2003-2012	QP/MTSSS

A3 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de gentrificação

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Densidade populacional por localização geográfica (n/km^2)	Densidades populacionais reduzidas	2011	INE
Taxa de variação da pop. residente (%)	Perda de população	1991-2011	INE
Índice de envelhecimento	Envelhecimento populacional	2011	INE

Índice de diversificação social com base nas classes profissionais (0-1: 0 mais diverso)	Diversidade social reduzida	2011	INE
Proporção de população natural da freguesia onde reside (%)	*Proxy*: trajetórias residenciais diminu-tas / Baixa atrativ. a novos residentes	2011	INE
Proporção da população que estuda ou trabalha noutro concelho (%)	*Proxy*: 'encrostamento' social'. Graus reduzidos de conetividade exterior	2011	INE
Proporção de população que não usa nem transporte público nem privado (%)	Constrangimentos de mobilidade	2011	INE
Proporção da população com ensino superior completo	Baixos níveis de qualificação	2011	INE
Taxa de analfabetismo (%)	Baixos níveis de qualificação	2011	INE
Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais	*Proxy* de comércio local com pouca expressão	2011	INE
Proporção de alojamentos clássicos do próprio (%)	Elevados níveis propriedade que caracterizam as zonas de baixa densidade	2011	INE
Proporção de alojamentos de segunda habitação (%)	Baixa atratividade para permanência temporária	2011	INE
Variação das licenças de alojamento local	Baixa atratividade turística	2013-2020	Lxhabidata
Valor Médio do Imobiliário (€/m2)	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE
Índice de diversificação económica com base nos setores de atividade (0-1: 0 mais diverso)	Tecido económico pouco diversificado	2012	QP/MTSSS
Proporção de pop. residente empregada no setor primário (%)	Opções de empregabilidade reduzidas /Centralidade do setor primário	2011	INE
Dimensão média de explorações agrícolas (ha)	*Proxy* de baixa viabilidade das explorações agrícolas	2009	Rec, Agr, - INE
Variação simples das empresas no setor agrícola e florestal (n)	*Proxy* do abandono da atividade agrícola	2003-2012	QP/MTSSS
Variação simples do emprego no setor agrícola e florestal (n)	*Proxy* do abandono da atividade agrícola	2003-2012	QP/MTSSS
Proporção de solo classificado como uso agrícola (%)	Matriz territorial agrícola	2011	INE
Proporção de transições de todas as classes de uso do solo para urbano (%)	Dinâmicas de urbanização pouco expressivas	1995-2010	COS (DGT)
Proporção de área ocupada por florestas e matos (%)	*Proxy* de desertificação e perda de biodiversidade	2010	COS (DGT)
Densidade da rede viária (km/km^2)	*Proxy* de cobertura esparsa de infraestruturas de comunicação	2011	INE
Atividades relacionadas com a administr. pública, educação, saúde e cultura (n)	*Proxy*: níveis reduzidos de provisão de equipamentos e serviços	2012	QP/MTSSS
Acesso à Internet por local fixo - cobertura de banda larga (%)	Exclusão digital	2014	ANACOM

A4 – Tabela de variáveis identificativas de contextos de declínio rural metropolitano

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Proporção de famílias clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (%)	*Proxy* de qualificações e rendimento familiar reduzidos	2011	INE
Proporção da população com ensino superior completo	*Proxy* de qualificações e rendimento familiar reduzidos	2011	INE
Taxa de analfabetismo (%)	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE
Taxa de desemprego (%)	Dificuldades de acesso ao emprego	2011	INE
Taxa de abandono escolar (%)	*Proxy* insucesso escolar/disfuncionalidades familiares	2011	INE
Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%)	*Proxy* insucesso escolar/disfuncionalidades familiares	2011	INE
Proporção de casais com 3 ou mais filhos (2011) %	Risco de pobreza	2011	INE
Proporção de famílias monoparentais	Risco de pobreza	2011	INE
Proporção de beneficiários do RSI (%)	Elevados níveis de provisão social	2011	INE
Proporção de população residente estrangeira (%)	*Proxy* de contextos de imigração (comunidades minoritárias étnico-raciais)	2011	INE
Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza transporte público (%)	*Proxy* de dependência de transporte público /ausência de viatura própria	2011	INE
Número de alojamentos não clássicos (n)	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Número de alojamentos de residência habitual sem saneamento (n)	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio (%)	*Proxy* de vulnerabilidade habitacional	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada (%)	Apoios públicos para acesso à habitação elevados	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)	Condições precárias de coexistência	2011	INE
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	*Proxy* de desqualificação da paisagem urbana	2011	INE
Proporção de edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos (%)	Défices de provisão de serviços públicos	2011	INE

A5– Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza (freguesia)

Variável	Critério de justificação	Período	Fonte
Proporção de população residente pertencente aos grupos socioeconómicos mais qualificados (14 a18) (%)	*Proxy* de baixas qualificações e rendimentos	2011	INE
Média das habilitações académicas da população residente (anos escolares)	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE

Taxa de analfabetismo (%)	Dificuldades de acesso ao ensino	2011	INE
Taxa de desemprego (%)	Dificuldades de acesso ao emprego	2011	INE
Proporção de famílias clássicas com dois ou mais desempregados (%)	*Proxy* de risco de pobreza	2011	INE
Proporção de famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos de idade (%)	*Proxy* de isolamento/ vulnerabilidade social	2011	INE
Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (%)	*Proxy* de contextos de imigração (comunidades minoritárias étnico-raciais)	2011	INE
Proporção de população residente empregada ou estudante cujo principal meio de transporte é coletivo (%)	*Proxy* de dependência de transporte público /ausência de viatura própria	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares não clássicos (%)	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)	Condições precárias de coexistência	2011	INE
Proporção de alojamentos arrendados familiares clássicos de residência habitual (%)	*Proxy* de vulnerabilidade habitacional	2011	INE

A6 - Tabela de variáveis identificativas de contextos de privação e urbanização da pobreza (subsecção)

ANEXO B – Métodos de redução de variáveis por tipologia[30]

B1 - Desindustrialização ou declínio urbano

Coefficients[a]

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	121846,062	865,716		140,746	,000		
	Taxa de variação da População Residente	2155,926	1483,042	,121	1,454	,148	,342	2,921

[30] Em certas tabelas, cuja extensão dificulta a leitura no formato A4, disponibilizam-se hiperligações.

	Variação da Taxa de Desemprego	-6532,966	941,504	-,367	-6,939	,000	,850	1,177
	Taxa de desemprego	5232,623	1099,455	,294	4,759	,000	,623	1,605
	Proporção de População que Trabalha ou Estuda noutro Concelho	-1538,538	1476,711	-,086	-1,042	,299	,345	2,896
	Valor Médio do Imobiliário	-518,409	2866,307	-,029	-,181	,857	,092	10,910
	Taxa de Variação de Edifícios	2410,199	1211,441	,135	1,990	,048	,513	1,949
	Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica	-616,711	1095,369	-,035	-,563	,574	,628	1,593
	Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos	1869,418	1388,929	,105	1,346	,180	,390	2,562
	Variação simples das empresas no Sector Industrial	2483,906	1154,500	,140	2,151	,033	,565	1,770
	Variação do simples do emprego no Sector Industrial	286,458	924,295	,016	,310	,757	,881	1,135
	Taxa de Variação das empresas no Sector do Alojamento, Restauração e Similares	-2418,085	1169,506	-,136	-2,068	,040	,551	1,816
	Número de registos de alojamento local	735,038	1581,819	,041	,465	,643	,301	3,323
	Zonas Abandonadas em Territórios Artificializados	1183,282	971,193	,066	1,218	,225	,798	1,253
	Proporção de Áreas Industriais	-1859,946	971,546	-,105	-1,914	,057	,798	1,253

	Receita fiscal por Habitante	-1551,317	1035,551	-,087	-1,498	,136	,702	1,424
	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência	-34,999	1300,124	-,002	-,027	,979	,445	2,245
	Peso do setor do Alojamento Local (Empresas)	-1806,925	1116,089	-,102	-1,619	,107	,605	1,654
	Variação da população empregada no sector terciário	438,123	1318,224	,025	,332	,740	,433	2,308
	Proporção da População Economicamente Ativa	-3843,559	1071,841	-,216	-3,586	,000	,655	1,526
	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica	-7120,913	2430,404	-,400	-2,930	,004	,127	7,844

B1.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS

Correlations

		Taxa de variação da População Residente (1991-2011)	Índice de envelhecimento (2011)	Variação da Taxa de Desemprego (1991-2011)	Proporção de População que Trabalha ou Estuda noutro Concelho(2011)	Valor Médio do Imobiliário €/m2 (2017)	Taxa de Variação de Edifícios (2011-2011)	Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos (2011)	Variação simples do emprego no sector industrial (2003-2012)	Variação simples das Empresas no Sector Industrial (2003-2012)(%)	Peso do Sector Industrial emprego (2012)(%)	Taxa de Variação das empresas no Sector do Alojamento, Restauração e Similares	Número de registos de alojamento local	Zonas Abandonadas em Territórios Artificializados (Há)	Proporção de Áreas Industriais (Ha)	Proporção de novos Residentes (2005-2011)	Receita fiscal (frequesias) por Habitante	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (2018)
Taxa de variação da População Residente (1991-2011)	Pearson Correlation	1	-,639**	,096	,329**	-,450**	,591**	-,316**	-,386**	-,118	,071	,202**	,240**	-,313**	,078	,218**	-,329**	-,272**	-,491**
	Sig. (2-tailed)		,000	,165	,000	,000	,000	,000	,000	,087	,306	,003	,000	,000	,260	,001	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de envelhecimento (2011)	Pearson Correlation	-,639**	1	-,067	-,604**	,576**	-,418**	,322**	,493**	,113	,027	-,279**	-,259**	,503**	-,156*	-,312**	,321**	,297**	,558**
	Sig. (2-tailed)	,000		,335	,000	,000	,000	,000	,000	,102	,699	,000	,000	,000	,024	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação da Taxa de Desemprego (1991-2011)	Pearson Correlation	,096	-,067	1	,046	-,029	,034	-,104	-,097	-,009	-,055	-,004	,120	-,030	-,170*	-,047	,090	,004	-,060
	Sig. (2-tailed)	,165	,335		,511	,673	,622	,133	,161	,902	,430	,958	,081	,668	,013	,497	,195	,951	,385
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de População que Trabalha ou Estuda noutro Concelho(2011)	Pearson Correlation	,329**	-,504**	,046	1	-,606**	,156*	-,293**	-,518**	-,062	-,038	,108	,075	-,604**	-,004	,049	-,290**	-,346**	-,513**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,511		,000	,024	,000	,000	,368	,584	,119	,277	,000	,948	,476	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Valor Médio do Imobiliário €/m2 (2017)	Pearson Correlation	-,450**	,576**	-,029	-,606**	1	-,380**	,358**	,573**	,044	,056	-,430**	-,196**	,780**	-,211**	-,334**	,560**	,399**	,911**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,673	,000		,000	,000	,000	,524	,421	,000	,004	,000	,002	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Variação de Edifícios (2011-2011)	Pearson Correlation	,591**	-,418**	,034	,156*	-,380**	1	-,215**	-,145*	-,082	,108	,239**	,222**	-,226**	,007	,183**	-,262**	-,135*	-,446**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,622	,024	,000		,002	,035	,237	,118	,000	,001	,001	,914	,008	,000	,050	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Porporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Pearson Correlation	-,316**	,322**	-,104	-,293**	,358**	-,215**	1	,526**	,020	,056	-,157*	-,186**	,308**	-,042	-,153*	,528**	,297**	,323**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,133	,000	,000	,002		,000	,767	,422	,023	,007	,000	,548	,026	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos (2011)	Pearson Correlation	-,386**	,493**	-,097	-,518**	,573**	-,145*	,526**	1	-,017	,036	-,144*	-,135*	,508**	-,144*	-,165*	,544**	,435**	,434**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,161	,000	,000	,035	,000		,811	,598	,037	,050	,000	,037	,024	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação simples do emprego no sector industrial (2003-2012)	Pearson Correlation	-,118	,113	-,009	-,062	,044	-,082	,020	-,017	1	,216**	,001	,071	-,018	,016	-,385**	-,003	,028	,073
	Sig. (2-tailed)	,087	,102	,902	,368	,524	,237	,767	,811		,002	,987	,302	,791	,814	,000	,966	,685	,291
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação simples das Empresas no Sector Industrial (2003-2012) (%)	Pearson Correlation	,071	,027	-,055	-,038	,056	,108	,056	,036	,216**	1	-,065	,487**	,040	-,007	-,182**	-,022	,150*	-,003
	Sig. (2-tailed)	,306	,699	,430	,584	,421	,118	,422	,598	,002		,351	,000	,563	,918	,008	,747	,028	,968
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Peso do Sector Industrial emprego (2012) (%)	Pearson Correlation	,202**	-,279**	-,004	,108	-,430**	,239**	-,157*	-,144*	,001	-,065	1	,198**	-,327**	,219**	,453**	-,316**	-,076	-,500**
	Sig. (2-tailed)	,003	,000	,958	,119	,000	,000	,023	,037	,987	,351		,004	,000	,001	,000	,000	,270	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Variação das empresas no Sector do Alojamento, Restauração e Similares	Pearson Correlation	,240**	-,259**	,120	,075	-,196**	,222**	-,186**	-,135*	,071	,487**	,198**	1	-,229**	,039	,149*	-,252**	,063	-,273**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,081	,277	,004	,001	,007	,050	,302	,000	,004		,001	,574	,031	,000	,364	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Número de registos de alojamento local	Pearson Correlation	-,313**	,503**	-,030	-,604**	,780**	-,226**	,308**	,508**	-,018	,040	-,327**	-,229**	1	-,136*	-,248**	,520**	,231**	,699**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,668	,000	,000	,001	,000	,000	,791	,563	,000	,001		,048	,000	,000	,001	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Zonas Abandonadas em Territórios Artificializados (Há)	Pearson Correlation	,078	-,156*	-,170*	-,004	-,211**	,007	-,042	-,144*	-,016	-,007	,219**	,039	-,136*	1	,433**	-,165*	-,141*	-,179**
	Sig. (2-tailed)	,260	,024	,013	,948	,002	,914	,548	,037	,814	,918	,001	,574	,048		,000	,016	,040	,009
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de áreas Industriais (Ha)	Pearson Correlation	,218**	-,312**	-,047	,049	-,334**	,183**	-,153*	-,165*	-,385**	-,182**	,453**	,149*	-,248**	,433**	1	-,250**	-,154*	-,360**
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,497	,476	,000	,008	,026	,024	,000	,008	,000	,031	,000	,000		,000	,025	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de novos Residentes (2005-2011)	Pearson Correlation	,329**	,321**	,090	-,290**	,560**	-,262**	,528**	,544**	-,003	,022	-,316**	-,252**	,520**	-,165*	-,250**	1	,197**	,503**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,195	,000	,000	,000	,000	,000	,966	,747	,000	,000	,000	,016	,000		,004	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Receita fiscal por Habitante	Pearson Correlation	-,272**	,297**	,004	-,346**	,359**	-,135*	,297**	,435**	,028	,150*	-,076	,063	,231**	-,141*	-,154*	,197**	1	,314**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,951	,000	,000	,050	,000	,000	,685	,029	,270	,364	,001	,040	,025	,004		,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (2018)	Pearson Correlation	,491**	,558**	-,060	-,513**	,911**	-,446**	,323**	,434**	,073	-,003	-,500**	-,273**	,699**	-,179**	-,360**	,503**	,314**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,386	,000	,000	,000	,000	,000	,291	,968	,000	,000	,000	,009	,000	,000	,000	
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

B1.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSS

Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ERgqkVZsi5pKmdG_Yg67TuoBtLnznjlj-jNQGjpqVNHsZw

Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Valor médio dos contratos de arrendamento (€/m2)	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE

B1.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios em desindustrialização ou declínio urbano

B2 - Expansão metropolitana intensiva

Coefficients[a]

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	121846,062	1049,651		116,082	,000		
	Taxa de variação da População Residente	12347,418	4923,539	,694	2,508	,013	,046	21,898
	Proporção de População natural da Freguesia onde Reside	-2894,921	1842,339	-,163	-1,571	,118	,326	3,066
	Taxa de Variação de Alojamentos	1990,235	1813,407	,112	1,098	,274	,337	2,971
	Taxa de Variação de Edifícios	2249,709	1717,767	,126	1,310	,192	,375	2,665
	Zonas abandonadas em Territórios Artificializados	3529,627	1174,829	,198	3,004	,003	,802	1,247

	Proporção de transformação de todas as classes de uso de solo não urbanas para urbano	-415,823	1366,644	-,023	-,304	,761	,593	1,687
	Áreas em Construção	-491,727	1302,103	-,028	-,378	,706	,653	1,532
	Proporção de novos residentes	-1521,845	1628,530	-,086	-,934	,351	,417	2,396
	Índice de envelhecimento	2176,161	1766,694	,122	1,232	,220	,355	2,819
	Taxa de Variação Densidade Populacional	-11164,842	4427,617	-,627	-2,522	,013	,056	17,709
	Índice de diversificação social	-1975,740	1261,500	-,111	-1,566	,119	,696	1,438
	Variação Simples das Empresas	-1650,554	1417,213	-,093	-1,165	,246	,551	1,814
	Variação Simples das Emprego	-397,426	1214,271	-,022	-,327	,744	,751	1,332
	Índice de diversificação económica	4609,891	1738,062	,259	2,652	,009	,366	2,729
	Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento	11422,799	6691,323	,642	1,707	,089	,025	40,446

	Número de Alojamentos de residência habitual sem água canalizada	-8900,824	6746,515	-,500	-1,319	,189	,024	41,116
	Variação do Emprego no Sector primário	-4511,452	1405,520	-,253	-3,210	,002	,560	1,785
	Variação do Emprego no Sector Secundário e Terciário	-2025,046	1563,060	-,114	-1,296	,197	,453	2,207
	Proporção de Alojamentos de segunda habitação	2139,431	1339,292	,120	1,597	,112	,617	1,620
	Variação das Licenças de Alojamento Local	-2083,052	1781,701	-,117	-1,169	,244	,349	2,868

a. Dependent Variable: Código da Freguesia

B2.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS

Correlations

		Taxa de variação da População Residente (1991-2011)	Proporção de População natural da Freguesia onde Reside (2011)	Taxa de Variação de Alojamentos (2001-2011)(%)	Taxa de Variação de Edifícios (2011-2011)	Zonas abandonadas em Territórios Artificializados ha(2010)	Proporção de transformação de todas as classes de uso do solo não urbanas para urbano (1995-2010)(%)	Áreas em Construção ha (2010)	Proporção de novos Residentes (2005-2011)	Índice de envelhecimento (2011)	Taxa de Variação Densidade Populacional 1991-2010	Índice de diversificação social	Variação Simples das Empresas (2003-2012)	Variação Simples das Emprego (2003-2012)	índice de diversificação económica (2012)	Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento_2011	Número de Alojamentos de residência habitual sem água canalizada_2011	Variação do Emprego no Sector primário (2001-2011)	Variação do Emprego no Sector Secundário e Terciário(2001-2011)	Proporção de Alojamentos de segunda habitação (2011)	Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)
Taxa de variação da População Residente (1991-2011)	Pearson Correlation	1	,004	,628**	,590**	,079	,303**	,345**	-,331**	-,641**	,966**	-,256**	,202**	,100	-,075	,205**	,210**	-,124	,539**	,238**	-,365**
	Sig. (2-tailed)		,956	,000	,000	,255	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,003	,149	,281	,003	,002	,071	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de População natural da Freguesia onde Reside (2011)	Pearson Correlation	,004	1	,088	,211**	,113	-,260**	,060	-,349**	-,008	-,004	,121	,114	,039	,472**	,137*	,152*	-,438**	,123	,262**	-,189**
	Sig. (2-tailed)	,956		,201	,002	,101	,000	,390	,000	,905	,960	,080	,099	,575	,000	,048	,028	,000	,075	,000	,006
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Variação de Alojamentos (2001-2011)(%)	Pearson Correlation	,628**	,088	1	,723**	,067	,231**	,160*	-,197**	-,464**	,579**	-,108	,247**	,114	,029	,063	,067	-,072	,605**	,066	-,248**
	Sig. (2-tailed)	,000	,201		,000	,335	,001	,020	,004	,000	,000	,124	,000	,099	,674	,365	,334	,300	,000	,342	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Variação de Edifícios (2011-2011)	Pearson Correlation	,590**	,211**	,723**	1	,008	,051	,173*	-,263**	-,420**	,531**	-,176**	,195**	,118	,106	,129	,132	-,141*	,502**	,122	-,278**
	Sig. (2-tailed)	,000	,002	,000		,905	,462	,012	,000	,000	,000	,010	,004	,086	,127	,062	,056	,041	,000	,076	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Zonas abandonadas em Territórios Artificializados ha(2010)	Pearson Correlation	,079	,113	,067	,008	1	,105	,254**	-,165*	-,156*	,027	-,060	,061	-,008	-,109	,183**	,185**	-,168*	,108	-,089	-,161*
	Sig. (2-tailed)	,255	,101	,335	,905		,128	,000	,016	,024	,694	,388	,377	,914	,114	,008	,007	,015	,119	,197	,020
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de transformação de todas as classes de uso do solo não urbanas para urbano (1995-2010)(%)	Pearson Correlation	,303**	-,260**	,231**	,051	,105	1	,277**	-,212**	-,437**	,325**	-,233**	,155*	,082	-,290**	,074	,071	,059	,090	-,187**	-,337**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,001	,462	,128		,000	,002	,000	,000	,001	,024	,234	,000	,286	,307	,392	,192	,006	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Áreas em Construção ha(2010)	Pearson Correlation	,345**	,060	,160*	,173*	,254**	,277**	1	-,184**	-,295**	,325**	-,210**	,056	,074	-,217**	,304**	,278**	-,323**	,152*	,025	-,199**
	Sig. (2-tailed)	,000	,390	,020	,012	,000	,000		,007	,000	,000	,002	,421	,283	,002	,000	,000	,000	,028	,716	,004
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Porporção de novos Residentes (2005-2011)	Pearson Correlation	-,331**	-,349**	-,197**	-,263**	-,165*	-,212**	-,184**	1	,321**	-,300**	,212**	-,172*	-,177*	,002	-,098	-,108	,222**	-,089	,034	,664**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,004	,000	,016	,002	,007		,000	,000	,002	,012	,010	,980	,155	,116	,001	,198	,624	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de envelhecimento (2011)	Pearson Correlation	-,641**	-,008	-,464**	-,420**	-,156*	-,437**	-,295**	,321**	1	-,636**	,171*	-,193**	-,117	,146*	-,267**	-,279**	,135	-,264**	,120	,563**
	Sig. (2-tailed)	,000	,905	,000	,000	,024	,000	,000	,000		,000	,013	,005	,090	,034	,000	,000	,050	,000	,083	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Variação Densidade Populacional 1991-2010	Pearson Correlation	,966**	-,004	,579**	,531**	,027	,325**	,325**	-,300**	-,636**	1	-,234**	,206**	,097	-,102	,196**	,202**	-,139*	,500**	,242**	-,347**
	Sig. (2-tailed)	,000	,960	,000	,000	,694	,000	,000	,000	,000		,001	,003	,159	,141	,004	,003	,044	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de diversificação social	Pearson Correlation	-,256**	,121	-,106	-,176*	-,060	-,233**	-,210**	,212**	,171*	-,234**	1	,068	-,056	,390**	-,182**	-,202**	,080	-,043	,027	,154*
	Sig. (2-tailed)	,000	,080	,124	,010	,388	,001	,002	,002	,013	,001		,327	,420	,000	,008	,003	,246	,537	,695	,025
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação Simples das Empresas (2003-2012)	Pearson Correlation	,202**	,114	,247**	,195**	,061	,155*	,056	-,172*	-,193**	,206**	,068	1	,447**	,320**	-,089	-,088	,079	,362**	,037	-,052
	Sig. (2-tailed)	,003	,099	,000	,004	,377	,024	,421	,012	,005	,003	,327		,000	,000	,200	,203	,252	,000	,595	,450
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação Simples das Emprego (2003-2012)	Pearson Correlation	,100	,039	,114	,118	-,008	,082	,074	-,177*	-,117	,097	-,056	,447**	1	,040	-,014	-,020	,038	,133	-,060	-,130
	Sig. (2-tailed)	,149	,575	,099	,086	,914	,234	,283	,010	,090	,159	,420	,000		,563	,843	,769	,577	,054	,384	,059
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de diversificação económica (2012)	Pearson Correlation	-,075	,472**	,029	,106	-,109	-,290**	-,217**	,002	,146*	-,102	,390**	,320**	,040	1	-,205**	-,220**	,162*	,120	,018	,183**
	Sig. (2-tailed)	,281	,000	,674	,127	,114	,000	,002	,980	,034	,141	,000	,000	,563		,003	,001	,018	,082	,797	,008
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento_2011	Pearson Correlation	,205**	,137*	,063	,129	,183**	,074	,304**	-,098	-,267**	,196**	-,182**	-,089	-,014	-,205**	1	,986**	-,333**	,012	,134	-,232**
	Sig. (2-tailed)	,003	,048	,365	,062	,008	,286	,000	,155	,000	,004	,008	,200	,843	,003		,000	,000	,864	,052	,001
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Número de Alojamentos de residência habitual sem água canalizada_2011	Pearson Correlation	,210**	,152*	,067	,132	,185**	,071	,278**	-,108	-,275**	,202**	-,202**	-,088	-,020	-,220**	,986**	1	-,340**	,006	,136*	-,247**
	Sig. (2-tailed)	,002	,028	,334	,056	,007	,307	,000	,116	,000	,003	,003	,203	,769	,001	,000		,000	,926	,048	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação do Emprego no Sector primário (2001-2011)	Pearson Correlation	-,124	-,438**	-,072	-,141*	-,168*	,059	-,323**	,222**	,135	-,139*	,080	,079	,039	,162*	-,333**	-,340**	1	-,003	-,223**	,222**
	Sig. (2-tailed)	,071	,000	,300	,041	,015	,392	,000	,001	,050	,044	,246	,252	,577	,018	,000	,000		,966	,001	,001
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação do Emprego no Sector Secundário e Terciário(2001-2011)	Pearson Correlation	,539**	,123	,605**	,502**	,108	,090	,152*	-,089	-,264**	,500**	-,043	,362**	,133	,120	,012	,006	-,003	1	,178**	,026
	Sig. (2-tailed)	,000	,075	,000	,000	,119	,192	,028	,198	,000	,000	,537	,000	,054	,082	,864	,926	,966		,009	,705
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos de segunda habitação (2011)	Pearson Correlation	,238**	,262**	,066	,122	-,089	-,187**	,025	,034	,120	,242**	,027	,037	-,060	,018	,134	,136*	-,223**	,178**	1	,083
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,342	,076	,197	,006	,716	,624	,083	,000	,695	,595	,384	,797	,052	,048	,001	,009		,230
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)	Pearson Correlation	-,365**	-,189**	-,248**	-,278**	-,161*	-,337**	-,199**	,664**	,563**	-,347**	,154*	-,052	-,130	,183**	-,232**	-,247**	,222**	,026	,083	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,006	,000	,000	,020	,000	,004	,000	,000	,000	,025	,450	,059	,008	,001	,000	,001	,705	,230	
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

B2.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSSHiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/Ed5N02GLNXhKsT-wRH5a-ZABkaiBaUAxZRS2jpXIuWAxaQ

Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Taxa de variação da densidade populacional (%)	Crescimento populacional	1991-2011	INE
Alojamentos de residência habitual sem água canalizada (n)	*Proxy* das insuficiências infraestruturais decorrentes de processos de urbanização intensiva	2011	INE

B2.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios de expansão metropolitana intensiva

B3 - Gentrificação

Coefficients[a]

Model		**Unstandardized Coefficients**		**Standardized Coefficients**	**t**	**Sig.**	**Collinearity Statistics**	
		B	**Std. Error**	**Beta**			**Tolerance**	**VIF**
1	(Constant)	122231,290	1274,685		95,891	,000		
	Variação da proporção de população com Ensino Superior Completo	-515,285	2580,866	-,029	-,200	,842	,171	5,848
	Proporção de Edifícios anteriores a 1960	-299,979	1389,469	-,017	-,216	,829	,590	1,695
	Proporção de Alojamentos Arrendados ou Subarrendados	-2886,716	2128,391	-,162	-1,356	,177	,251	3,977
	Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica	-627,219	1366,665	-,035	-,459	,647	,610	1,640
	Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos	-734,421	1863,309	-,041	-,394	,694	,328	3,048

	Peso do Setor das atividades imobiliárias no emprego relativamente à totalidade do emprego neste setor na AML	-541,153	1358,028	-,030	-,398	,691	,618	1,619
	Variação das Empresas no Setor do Comércio a retalho	-2533,682	1265,762	-,142	-2,002	,047	,711	1,407
	Variação do emprego no sector do Alojamento Restauração e Similares	196,944	1190,428	,011	,165	,869	,804	1,244
	Proporção de Alojamentos em regime de curta duração face a totalidade de Alojamentos existentes % 2	-105,433	191,816	-,061	-,550	,583	,288	3,476
	Variação da Proporção de Profissionais Socialmente Valorizados	2463,745	2180,706	,138	1,130	,260	,240	4,175
	Valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento alojamentos familiares	-13562,054	4419,378	-,762	-3,069	,002	,058	17,147
	Variação do Valor mediano das vendas de novos alojamentos	-3139,727	2586,674	-,176	-1,214	,226	,170	5,874
	Variação das Licenças de Alojamento Local	-4409,718	3030,875	-,248	-1,455	,147	,124	8,065
	Taxa de esforço do arrendamento	6768,446	4292,419	,380	1,577	,116	,062	16,176

	Taxa de variação da população residente)	-2247,703	1708,940	-,126	-1,315	,190	,390	2,564
	Variação da proporção de população residente estrangeira	9313,039	2227,758	,523	4,180	,000	,230	4,357

a. Dependent Variable: Código da Freguesia

B3.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS

Correlations

		Variação da população com ensino Superior Completo 1991-2011 (%)	Proporção de Edifícios anteriores a 1960	Proporção de Alojamentos Arrendados ou Subarrendados (2011) (%)	Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos (2011)	Peso do Sector das Actividades imobiliárias no emprego relativamente à totalidade do emprego neste setor na AML (2012)	Variação das Empresas no Sector do Comércio a retalho (2003-2012)	Variação do emprego no sector do Alojamento, Restauração e Similares (2003-2012)	Proporção de Alojamentos em regime de curta duração face à totalidade de Alojamentos existentes % 2017	Variação da Proporção de Profissionais Socialmente Valorizados (2001-2011)	Valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento alojamentos familiares (€M2) (2020)	Variação do Valor mediano das vendas de novos alojamentos (2016-2020) (€m2)	Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)	Taxa de esforço do arrendamento (2019)	Taxa de variação da população residente (2011-2021)	Variação da proporção de população residente estrangeira (2011-2021) (%)
Variação da população com ensino Superior Completo 1991-2011 (%)	Pearson Correlation	1	,290**	,270**	,082	,317**	,437**	-,149*	-,084	,363**	,786**	,552**	,561**	,349**	,521**	-,086	,306**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,230	,000	,000	,029	,218	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,211	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Proporção de Edifícios anteriores 1960	Pearson Correlation	,290**	1	,556**	,359**	,497**	,193**	-,210**	,056	,327**	,296**	,422**	,604**	,490**	,394**	-,395**	,468**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	,000	,025	,002	,417	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Proporção de Alojamentos Arrendados ou Subarrendados (2011) (%)	Pearson Correlation	,270**	,556**	1	,493**	,652**	,118	-,199**	,030	,633**	,323**	,666**	,747**	,734**	,653**	-,600**	,672**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000	,000	,090	,003	,665	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Pearson Correlation	,082	,359**	,493**	1	,531**	-,003	-,209**	-,033	,491**	,155*	,303**	,381**	,492**	,300**	-,452**	,468**
	Sig. (2-tailed)	,230	,000	,000		,000	,969	,002	,635	,000	,023	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Proporção de Alojamentos Familiares Clássicos Vagos (2011)	Pearson Correlation	,317**	,497**	,652**	,531**	1	,073	-,132*	,011	,691**	,416**	,377**	,597**	,747**	,376**	-,512**	,688**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000		,288	,053	,869	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Peso do Sector das Actividades imobiliárias no emprego relativamente à totalidade do emprego neste setor na AML (2012)	Pearson Correlation	,437**	-,153*	,116	-,003	,073	1	-,333**	-,265**	,039	,171*	,367**	,307**	,079	,354**	,016	,102
	Sig. (2-tailed)	,000	,025	,090	,969	,288		,000	,000	,572	,012	,000	,000	,251	,000	,814	,137
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação das Empresas no Sector do Comércio a retalho (2003-2012)	Pearson Correlation	-,149*	-,210**	-,199**	-,209**	-,132*	-,333**	1	,190**	-,035	,071	-,322**	-,190**	-,123	-,313**	,140*	-,146*
	Sig. (2-tailed)	,029	,002	,003	,002	,053	,000		,005	,606	,300	,000	,005	,071	,000	,041	,032
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação do emprego no sector do Alojamento, Restauração e Similares (2003-2012)	Pearson Correlation	-,084	,056	,030	-,033	,011	-,265**	,190**	1	-,006	,075	-,013	,025	-,013	-,045	,036	,013
	Sig. (2-tailed)	,218	,417	,665	,635	,869	,000	,005		,929	,275	,852	,711	,851	,508	,601	,853
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Proporção de Alojamentos em regime de curta duração face à totalidade de Alojamentos existentes % 2017	Pearson Correlation	,363**	,327**	,633**	,491**	,691**	,039	-,035	-,006	1	,483**	,449**	,657**	,803**	,444**	-,593**	,688**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,572	,606	,929		,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação da Proporção de Profissionais Socialmente Valorizados (2001-2011)	Pearson Correlation	,786**	,296**	,323**	,155*	,416**	,171*	,071	,075	,483**	1	,329**	,515**	,443**	,301**	-,181**	,383**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,023	,000	,012	,300	,275	,000		,000	,000	,000	,000	,008	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento alojamentos familiares (€M2) (2020)	Pearson Correlation	,552**	,422**	,666**	,303**	,377**	,367**	-,322**	-,013	,449**	,329**	1	,737**	,559**	,963**	-,451**	,484**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,852	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação do Valor mediano das vendas de novos alojamentos (2016-2020) (€m2)	Pearson Correlation	,561**	,604**	,747**	,381**	,597**	,307**	-,190**	,025	,657**	,515**	,737**	1	,793**	,739**	-,599**	,705**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,005	,711	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)	Pearson Correlation	,349**	,490**	,734**	,492**	,747**	,079	-,123	-,013	,803**	,443**	,559**	,793**	1	,556**	-,681**	,850**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,251	,071	,851	,000	,000	,000	,000		,000	,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Taxa de esforço do arrendamento (2019)	Pearson Correlation	,521**	,394**	,653**	,300**	,376**	,354**	-,313**	-,045	,444**	,301**	,963**	,739**	,556**	1	-,466**	,436**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,508	,000	,000	,000	,000	,000		,000	,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	Pearson Correlation	-,086	-,395**	-,600**	-,452**	-,512**	,016	,140*	,036	-,593**	-,181**	-,451**	-,599**	-,681**	-,466**	1	-,538**
	Sig. (2-tailed)	,211	,000	,000	,000	,000	,814	,041	,601	,000	,008	,000	,000	,000	,000		,000
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215
Variação da proporção de população residente estrangeira (2011-2021) (%)	Pearson Correlation	,306**	,468**	,672**	,468**	,688**	,102	-,146*	,013	,688**	,383**	,484**	,705**	,850**	,436**	-,538**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,137	,032	,853	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	
	N	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215	215

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

B3.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSS. Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/EVNB8eKULgVJrdY0YTsGhqsBqHr0VQs7uwMrbYVXaLBajw

Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Valor mediano das rendas de novos contratos de arrendamento alojamentos familiares (€/m2)	Inflação dos preços do mercado imobiliário	2020	LXHabdata
Variação da proporção da população com ensino superior completo (%)	*Proxy* de qualificação do tecido social	2001-2011	INE
Variação do número de licenças de alojamento local (n)	Dissolução das opções de alojamento para a população residente	2013-2020	Turismo de Portugal

B3.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios em gentrificação

B4 - Declínio rural metropolitano

Coefficients[a]

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	121846,713	805,113		151,341	,000		
	Taxa de variação da população residente por localização geográfica	2268,308	1412,920	,127	1,605	,110	,326	3,065
	Índice de envelhecimento	3784,241	1380,496	,213	2,741	,007	,342	2,926
	Proporção de População Natural da Freguesia Onde Reside	-3958,235	1488,729	-,222	-2,659	,009	,294	3,403
	Proporção da população que estuda ou trabalha noutro concelho	2534,114	1387,490	,142	1,826	,069	,338	2,956

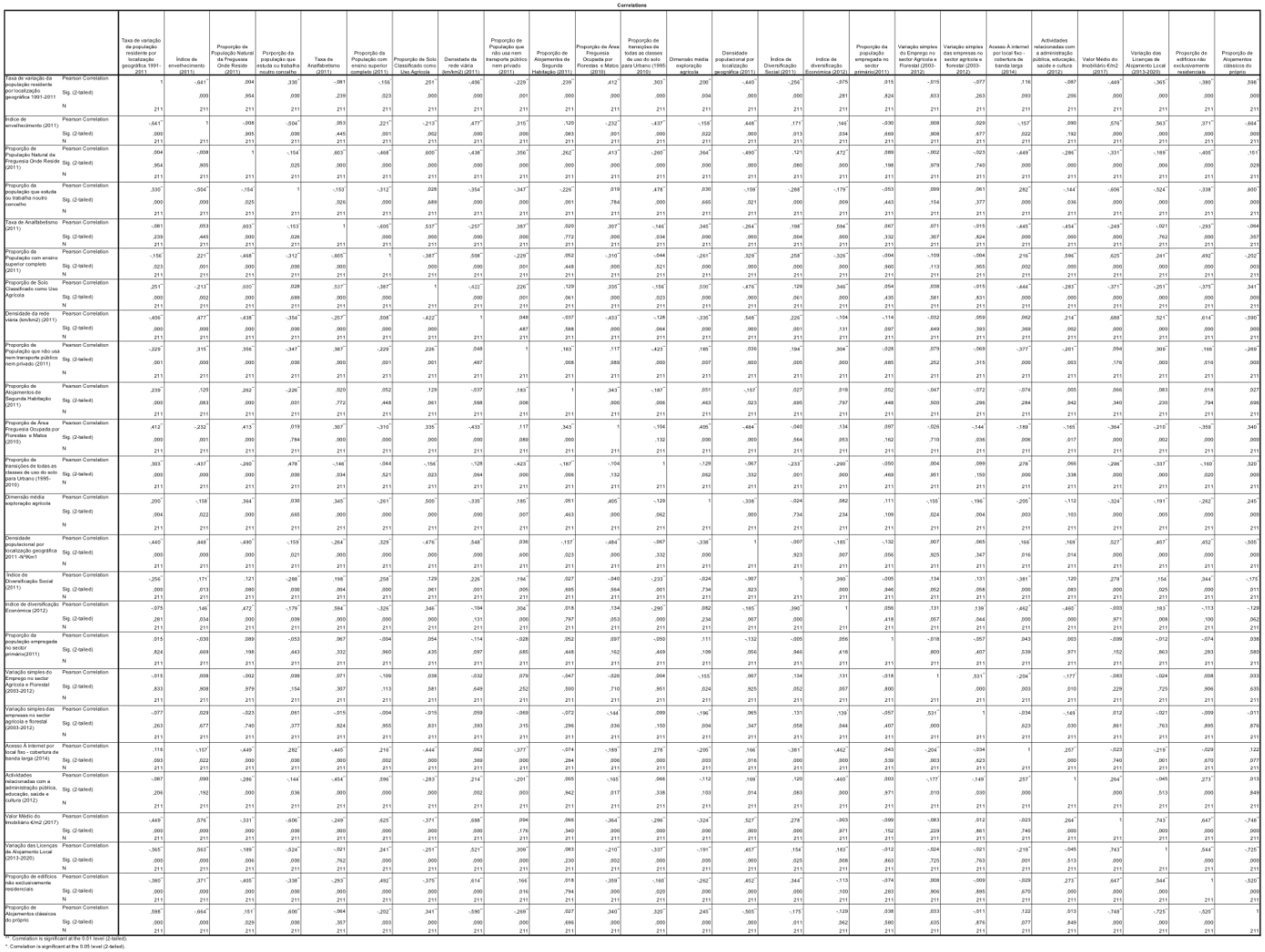
	Taxa de Analfabetismo	9107,210	1561,561	,512	5,832	,000	,267	3,744
	Proporção da População com ensino superior completo	7166,394	1746,353	,403	4,104	,000	,214	4,683
	Proporção de Solo Classificado como Uso Agrícola	-2992,501	1329,482	-,168	-2,251	,026	,368	2,714
	Densidade da rede viária	-1810,729	1291,902	-,102	-1,402	,163	,390	2,563
	Proporção de População que não usa nem transporte público nem privado	9386,038	1089,400	,527	8,616	,000	,549	1,822
	Proporção de Alojamentos de Segunda Habitação	1378,730	1036,476	,077	1,330	,185	,606	1,649
	Proporção de Área Ocupada por Florestas e Matos	-1096,129	1133,424	-,062	-,967	,335	,507	1,972
	Proporção de Transições de todas as classes de uso do solo para Urbano	-1263,475	1101,056	-,071	-1,148	,253	,537	1,861
	Dimensão média da exploração agrícola	-149,444	1049,973	-,008	-,142	,887	,591	1,693

	Densidade populacional por localização geográfica	-3715,133	1205,325	-,209	-3,082	,002	,448	2,231
	Índice de Diversificação social	-1582,631	1193,312	-,089	-1,326	,186	,457	2,186
	índice de diversificação Económica	-1317,734	1320,130	-,074	-,998	,319	,374	2,676
	Proporção da população empregada no sector primário	2089,322	855,401	,117	2,443	,016	,890	1,123
	Variação simples do Emprego no sector Agrícola e Florestal	1212,150	1030,449	,068	1,176	,241	,613	1,630
	Variação simples das empresas no sector agrícola e florestal	-2040,580	1021,374	-,115	-1,998	,047	,624	1,602
	Acesso à internet por local fixo - cobertura de Banda Larga	3298,716	1157,584	,185	2,850	,005	,486	2,057
	Actividades relacionadas com a administração pública, educação, saúde e cultura	-208,085	1168,796	-,012	-,178	,859	,477	2,097
	Variação das Licenças de Alojamento Local	2625,920	1585,617	,148	1,656	,099	,259	3,860

	Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais	-1185,037	1305,887	-,067	-,907	,365	,382	2,618
	Proporção de Alojamentos clássicos do próprio	3385,671	1844,791	,190	1,835	,068	,191	5,225
	Valor Médio do Imobiliário €/m2 (2017)	-8654,716	2227,721	-,486	-3,885	,000	,131	7,620

a. Dependent Variable: Código da Freguesia

B4.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS



Correlations

		Taxa de variação da população residente por localização geográfica 1991-2011	Índice de envelhecimento (2011)	Proporção da População Natural da Freguesia Onde Reside (2011)	Proporção da população que estuda ou trabalha noutro concelho	Taxa de Analfabetismo (2011)	Proporção da População com ensino superior completo (2011)	Proporção de Solo Classificado como Uso Agrícola	Densidade da rede viária (km/km2) (2011)	Proporção de População que não usa nem transporte público nem privado (2011)	Proporção de Alojamentos de Segunda Habitação (2011)	Proporção de Área Freguesia Ocupada por Florestas e Matos (2019)	Proporção de transições de todas as classes de uso do solo para Urbano (1995-2018)	Dimensão média exploração agrícola	Densidade populacional por localização geográfica (2011)	Índice de Diversificação Social (2011)	Índice de diversificação Económica (2012)	Proporção da população empregada no sector primário(2011)	Variação simples do Emprego no sector Agrícola e Florestal (2003-2012)	Variação simples das empresas no sector agrícola e florestal (2003-2012)	Acesso À internet por local fixo - cobertura de banda larga (2014)	Actividades relacionadas com a administração pública, educação, saúde e cultura (2012)	Valor Médio do Imobiliário €/m2 (2017)	Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)	Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais	Proporção de Alojamentos clássicos do projeto
Taxa de variação da população residente por localização geográfica 1991-2011	Pearson Correlation	1	-,641**	,004	,338**	-,081	-,156*	,251**	-,456**	-,229**	,239**	,412**	,303**	,200**	-,440**	-,256**	-,075	,015	-,015	-,077	,116	-,087	-,449**	-,365**	-,380**	,598**
	Sig. (2-tailed)		,000	,954	,000	,239	,023	,000	,000	,001	,000	,000	,000	,004	,000	,000	,281	,824	,833	,263	,093	,206	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de envelhecimento (2011)	Pearson Correlation	-,641**	1	-,008	-,596**	,053	,221**	-,213**	,477**	,315**	,120	-,232**	-,437**	-,156*	,448**	,171*	,146*	-,030	,009	,029	-,157*	,090	,576**	,563**	,371**	-,664**
	Sig. (2-tailed)	,000		,905	,000	,445	,001	,002	,000	,000	,083	,001	,000	,022	,000	,013	,034	,669	,909	,677	,022	,192	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de População Natural da Freguesia Onde Reside (2011)	Pearson Correlation	,004	-,008	1	-,154*	,603**	-,468**	,600**	-,438**	,356**	,262**	,413**	-,260**	,394**	-,490**	,121	,472**	,089	-,002	-,023	-,449**	-,286**	-,331**	-,195**	-,405**	,151*
	Sig. (2-tailed)	,954	,905		,025	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,080	,000	,198	,979	,740	,000	,000	,000	,005	,000	,029
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da população que estuda ou trabalha noutro concelho	Pearson Correlation	,330**	-,594**	-,154*	1	-,153*	-,312**	,028	-,354**	-,347**	-,226**	,019	,478**	,030	-,159*	-,288**	-,179**	-,053	,099	,061	,282**	-,144*	-,606**	-,524**	-,338**	,605**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,025		,026	,000	,689	,000	,000	,001	,784	,000	,665	,021	,000	,009	,443	,154	,377	,000	,036	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Analfabetismo (2011)	Pearson Correlation	-,081	,053	,603**	-,153*	1	-,605**	,537**	-,257**	,387**	,020	,307**	-,146*	,345**	-,264**	,198**	,594**	,067	,571**	-,015	-,445**	-,454**	-,249**	-,021	-,293**	-,064
	Sig. (2-tailed)	,239	,445	,000	,026		,000	,000	,000	,000	,772	,000	,034	,000	,000	,004	,000	,332	,307	,824	,000	,000	,000	,762	,000	,357
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da População com ensino superior completo (2011)	Pearson Correlation	-,156*	,221**	-,468**	-,312**	-,605**	1	-,387**	,598**	-,229**	,052	-,310**	-,044	-,291**	,329**	,258**	-,328**	-,004	-,109	-,004	,216**	,596**	,625**	,241**	,492**	-,292**
	Sig. (2-tailed)	,023	,001	,000	,000	,000		,000	,000	,001	,448	,000	,521	,000	,000	,000	,000	,960	,113	,955	,002	,000	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Solo Classificado como Uso Agrícola	Pearson Correlation	,251**	-,213**	,600**	,028	,537**	-,387**	1	-,422**	,226**	,129	,035	-,156*	,500**	-,476**	,129	,346**	,054	,039	-,015	-,444**	-,283**	-,371**	-,251**	-,375**	,341**
	Sig. (2-tailed)	,000	,002	,000	,689	,000	,000		,000	,001	,061	,606	,023	,000	,000	,061	,000	,435	,581	,831	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Densidade da rede viária (km/km2) (2011)	Pearson Correlation	,456**	,477**	,438**	,354**	,257**	,598**	,422**	1	,648**	,037	,433**	,128	,335**	,548**	,226**	,104	,114	,032	,059	,062	,214**	,688**	,521**	,614**	,595**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,487	,588	,000	,064	,000	,000	,001	,131	,097	,649	,393	,369	,002	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da População que não usa nem transporte público nem privado (2011)	Pearson Correlation	,229**	,315**	,356**	,347**	,387**	,229**	,226**	,648**	1	,163*	,117	,423**	,185**	,539**	,194**	,304**	,028	,078	,069	,317**	,091**	,094	,309**	,166*	,269**
	Sig. (2-tailed)	,001	,000	,000	,000	,000	,001	,001	,487		,008	,089	,000	,007	,000	,005	,000	,685	,252	,315	,000	,003	,176	,000	,016	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos de Segunda Habitação (2011)	Pearson Correlation	,239**	,120	,262**	-,226**	,020	,052	,129	-,037	,163*	1	,343**	-,187**	,051	-,151*	,027	,018	,052	-,047	-,072	-,074	,005	,066	,083	,018	,027
	Sig. (2-tailed)	,000	,083	,000	,001	,772	,448	,061	,588	,008		,000	,006	,463	,023	,695	,797	,448	,500	,296	,284	,942	,340	,230	,794	,686
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Área Freguesia Ocupada por Florestas e Matos (2010)	Pearson Correlation	,412**	-,232**	,413**	,019	,307**	-,310**	,335**	-,433**	,117	,343**	1	-,194**	,405**	-,484**	-,040	,134	,097	-,026	-,144*	-,189**	-,165*	-,364**	-,210**	-,359**	,345**
	Sig. (2-tailed)	,000	,001	,000	,784	,000	,000	,000	,000	,089	,000		,132	,000	,000	,560	,053	,162	,710	,036	,006	,017	,000	,002	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de transições de todas as classes de uso do solo para Urbano (1995-2018)	Pearson Correlation	,303**	-,437**	-,260**	,478**	-,140*	-,044	-,156*	,128	-,423**	-,187**	-,194**	1	-,126	-,067	-,233**	-,295**	-,050	,004	-,069	,276**	,065	-,296**	-,337**	-,193**	,320**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,034	,521	,023	,064	,000	,006	,132		,068	,332	,001	,000	,469	,951	,155	,000	,338	,000	,000	,020	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Dimensão média exploração agrícola	Pearson Correlation	,200**	-,156*	,394**	,030	,345**	-,291**	,500**	-,335**	,185**	,051	,405**	-,129	1	-,339**	-,024	,092	,111	-,155*	-,196**	-,205**	-,112	-,324**	-,191**	-,282**	,245**
	Sig. (2-tailed)	,004	,022	,000	,665	,000	,000	,000	,000	,007	,463	,000	,062		,000	,734	,234	,109	,024	,004	,003	,103	,000	,005	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Densidade populacional por localização geográfica 2011 -N/Km1	Pearson Correlation	-,440**	,448**	-,490**	-,109	-,264**	,329**	-,476**	,548**	,539**	-,157*	-,484**	-,067	-,339**	1	-,007	-,185**	-,132	,957**	,965**	,166*	,169*	,527**	,457**	,452**	-,505**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,021	,000	,000	,000	,000	,000	,023	,000	,332	,000		,923	,007	,056	,925	,347	,016	,014	,000	,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de Diversificação Social (2011)	Pearson Correlation	-,256**	,171*	,121	-,286**	,198**	,258**	,129	,226**	,194**	,027	-,040	-,233**	-,024	-,007	1	,385**	-,005	,134	,131	-,281**	,120	,278**	,154*	,344**	-,175*
	Sig. (2-tailed)	,000	,013	,080	,000	,004	,000	,061	,001	,005	,695	,564	,001	,734	,923		,000	,946	,052	,058	,000	,083	,000	,025	,000	,011
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Índice de diversificação Económica (2012)	Pearson Correlation	-,075	,146*	,472**	-,179**	,594**	-,326**	,346**	-,104	,304**	,018	,134	-,295**	,092	-,185**	,390**	1	,056	,131	,139*	-,462**	-,499**	-,003	,193**	-,113	-,129
	Sig. (2-tailed)	,281	,034	,000	,009	,000	,000	,000	,131	,000	,797	,053	,000	,234	,007	,000		,418	,057	,044	,000	,000	,971	,005	,100	,062
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da população empregada no sector primário(2011)	Pearson Correlation	,015	-,030	,089	-,053	,067	-,004	,054	-,114	-,028	,052	,097	-,050	,111	-,132	-,005	,056	1	-,018	-,057	,043	,003	-,039	-,012	-,074	,038
	Sig. (2-tailed)	,824	,669	,198	,443	,332	,960	,435	,097	,685	,448	,162	,469	,109	,056	,946	,418		,800	,407	,539	,971	,152	,863	,283	,580
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação simples do Emprego no sector Agrícola e Florestal (2003-2012)	Pearson Correlation	-,015	,009	-,002	,099	,071	-,109	,039	-,032	,079	-,047	-,026	,004	-,155*	,957**	-,134	,131	-,018	1	,531**	-,204**	-,177**	-,083	-,024	,008	,033
	Sig. (2-tailed)	,833	,909	,979	,154	,307	,113	,581	,649	,252	,500	,710	,951	,024	,925	,052	,057	,800		,000	,003	,010	,229	,725	,906	,635
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação simples das empresas no sector agrícola e florestal (2003-2012)	Pearson Correlation	-,077	,029	-,023	,061	-,015	-,004	-,015	,059	-,069	-,072	-,144*	,065	-,196**	,965**	,131	,139*	-,057	,531**	1	-,054	-,149*	,012	-,021	-,009	-,011
	Sig. (2-tailed)	,263	,677	,740	,377	,824	,955	,831	,393	,315	,296	,036	,150	,004	,347	,058	,044	,407	,000		,623	,030	,861	,763	,895	,876
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Acesso À internet por local fixo - cobertura de banda larga (2014)	Pearson Correlation	,116	-,157*	-,449**	,282**	-,445**	,216**	-,444**	,062	-,377**	-,074	-,189**	,278**	-,205**	,166*	-,381**	-,462**	,043	-,204**	-,034	1	,257**	-,023	-,219**	-,029	,122
	Sig. (2-tailed)	,093	,022	,000	,000	,000	,002	,000	,369	,000	,284	,006	,000	,003	,016	,000	,000	,539	,003	,623		,000	,740	,001	,670	,077
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Actividades relacionadas com a administração pública, educação, saúde e cultura (2012)	Pearson Correlation	,087	,090	,286**	,144*	,454**	,596**	,283**	,214**	,091**	,005	,165*	,066	,112	,169*	,120	,460**	,003	,177**	,149*	,257**	1	,264**	,045	,273**	,013
	Sig. (2-tailed)	,206	,192	,000	,036	,000	,000	,000	,002	,003	,942	,017	,338	,103	,014	,083	,000	,971	,010	,030	,000		,000	,513	,690	,849
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Valor Médio do Imobiliário €/m2 (2017)	Pearson Correlation	,449**	,576**	,331**	,606**	,249**	,625**	,371**	,688**	,094**	,066	,364**	,296**	,324**	,527**	,278**	,063	,099**	,083	,012	,023	,264**	1	,743**	,647**	,746**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,176	,340	,000	,000	,000	,000	,000	,371	,152	,229	,861	,740	,000		,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Variação das Licenças de Alojamento Local (2013-2020)	Pearson Correlation	,365**	,563**	,195**	,524**	,021	,241**	,251**	,521**	,309**	,083	,210**	,337**	,191**	,457**	,154*	,183**	,012	,024	,021	,219**	,045	,743**	1	,544**	,725**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,006	,000	,762	,000	,000	,000	,000	,230	,002	,000	,006	,000	,025	,008	,863	,725	,763	,001	,513	,000		,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de edifícios não exclusivamente residenciais	Pearson Correlation	,380**	,371**	,405**	,338**	,293**	,492**	,375**	,614**	,166*	,018	,359**	,160*	,262**	,452**	,344**	,113	,074	,009	,009	,029	,273**	,647**	,544**	1	,525**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,016	,794	,000	,020	,000	,000	,000	,100	,283	,896	,670	,000	,000	,000	,000		,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos clássicos do projeto	Pearson Correlation	,598**	-,664**	,151*	,605**	-,064	-,292**	,341**	-,595**	-,269**	,027	,345**	,320**	,245**	-,505**	-,175*	-,129	,038	,033	-,011	,122	,013	-,749**	-,725**	-,525**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,029	,000	,357	,000	,000	,000	,000	,696	,000	,000	,000	,000	,011	,062	,580	,635	,076	,077	,849	,000	,000	,000	
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

B4.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSS

Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ERqeNDMjhQpNivC2-rnfdQUBLbmRinlV11xLTty8jGUtGw

Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Valor Médio do Imobiliário (€/m2)	Desvalorização do parque imobiliário	2017	INE

B4.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios rurais metropolitanos em declínio

B5 – Privação ou urbanização da pobreza (freguesia)

Coefficients[a]

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	121846,062	841,289		144,833	,000		
	Número de Alojamentos não clássicos por Localização Geográfica	449,677	2608,769	,025	,172	,863	,104	9,570
	Proporção de Alojamentos Sobrelotados	-4556,638	1812,665	-,256	-2,514	,013	,216	4,620
	Proporção de Famílias Classicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas	-5658,142	2076,259	-,318	-2,725	,007	,165	6,062
	Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio	4778,334	1502,506	,268	3,180	,002	,315	3,175
	Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento	2335,444	2668,317	,131	,875	,383	,100	10,012

Taxa de Analfabetismo	7053,185	1521,650	,396	4,635	,000	,307	3,256
Proporção da População com ensino superior completo	-392,769	2225,153	-,022	-,177	,860	,144	6,963
Edifícios sem recolha de lixo urbano	-886,455	938,794	-,050	-,944	,346	,807	1,239
Taxa de Abandono Escola	423,653	1008,958	,024	,420	,675	,699	1,432
Taxa de Desemprego	14633,303	1758,823	,822	8,320	,000	,230	4,350
Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino	-3148,001	1961,829	-,177	-1,605	,110	,185	5,412
Proporção de Beneficiários do RSI	1721,784	1151,750	,097	1,495	,137	,536	1,865
Proporção de Famílias Monoparentais	-562,952	2060,451	-,032	-,273	,785	,168	5,970
Proporção de casais com 3 ou mais filhos	1651,062	995,338	,093	1,659	,099	,718	1,393

Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza transporte público	-3185,039	1498,844	-,179	-2,125	,035	,317	3,159
Proporção de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada	-1053,244	1208,110	-,059	-,872	,384	,487	2,052
Proporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica	1937,106	1107,247	,109	1,749	,082	,580	1,724
Proporção de População Residente Estrangeira	-4103,313	1486,849	-,231	-2,760	,006	,322	3,109

a. Dependent Variable: Código da Freguesia

B5.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS

Correlations

		Número de Alojamentos não clássicos por Localização Geográfica (2011)	Proporção de Alojamentos Sobrelotados (2011)	Proporção de Famílias Clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (2011)	Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio (2011)	Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento (2011)	Taxa de Analfabetismo (2011)	Proporção da População com ensino superior completo (2011)	Edifícios sem recolha de lixo urbano (%)	Taxa de Abandono Escolar (2011)	Taxa de Desemprego (2011)	Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (2011)	Proporção de Beneficiários do RSI (2011)	Proporção de Famílias Monoparentais (2011)	Proporção de casais com 3 ou mais filhos (2011)	Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza transporte público (2011)	Proporção de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada (2011)	Porporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Proporção de População Residente Estrangeira (2011)
Número de Alojamentos não clássicos por Localização Geográfica (2011)	Pearson Correlation	1	,175**	,282**	,095	,932**	-,004	-,196**	,142*	,099	,277**	,169*	-,074	,050	,170*	,103	,063	-,091	,104
	Sig. (2-tailed)		,011	,000	,171	,000	,950	,004	,040	,153	,000	,014	,284	,471	,013	,134	,365	,190	,134
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos Sobrelotados (2011)	Pearson Correlation	,175**	1	,684**	-,390**	,156**	,245**	-,471**	,285**	,300**	,665**	,554**	,250**	,391**	,305**	,566**	,337**	-,189**	,518**
	Sig. (2-tailed)	,011		,000	,000	,023	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,006	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Famílias Clássicas com chefe de família em classes profissionais não qualificadas (2011)	Pearson Correlation	,282**	,684**	1	,084	,344**	,490**	-,746**	,380**	,345**	,655**	,739**	-,008	,001	,346**	,203**	,349**	,002	,231**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,222	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,906	,994	,000	,003	,000	,914	,001
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio (2011)	Pearson Correlation	,095	-,390**	,084	1	-,180**	-,064	-,202**	,114	-,022	-,169*	-,084	-,383**	-,586**	-,009	-,558**	-,206**	,480**	-,331**
	Sig. (2-tailed)	,171	,000	,222		,009	,357	,003	,099	,751	,014	,227	,000	,000	,891	,000	,003	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Número de Alojamentos de Residência habitual sem saneamento (2011)	Pearson Correlation	,932**	,156*	,344**	-,180**	1	,109	-,288**	,174*	,130	,265**	,258**	-,112	-,059	,152*	-,015	,039	-,134	,018
	Sig. (2-tailed)	,000	,023	,000	,009		,115	,000	,011	,059	,000	,000	,104	,391	,027	,830	,569	,051	,795
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Analfabetismo (2011)	Pearson Correlation	-,004	,245**	,490**	-,064	,109	1	-,605**	,153*	,254**	,158*	,728**	,009	-,291**	,087	-,150*	,109	,103	-,268**
	Sig. (2-tailed)	,950	,000	,000	,357	,115		,000	,027	,000	,022	,000	,892	,000	,208	,030	,115	,136	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da População com ensino superior completo (2011)	Pearson Correlation	-,196**	-,471**	-,746**	-,202**	-,288**	-,605**	1	-,286**	-,307**	-,476**	-,768**	,142*	,377**	-,103	,046	,004	,045	,085
	Sig. (2-tailed)	,004	,000	,000	,003	,000	,000		,000	,000	,000	,000	,039	,000	,136	,503	,951	,514	,220
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Edifícios sem recolha de lixo urbano (%)	Pearson Correlation	,142*	,285**	,380**	,114	,174*	,153*	-,286**	1	,170*	,297**	,239**	-,013	-,001	,198**	,015	,131	,008	,140*
	Sig. (2-tailed)	,040	,000	,000	,099	,011	,027	,000		,014	,000	,000	,852	,992	,004	,829	,057	,903	,043
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Abandono Escolar (2011)	Pearson Correlation	,099	,300**	,345**	-,022	,130	,254**	-,307**	,170*	1	,297**	,396**	,061	-,015	,198**	,051	,085	,279**	,205**
	Sig. (2-tailed)	,153	,000	,000	,751	,059	,000	,000	,014		,000	,000	,376	,825	,004	,457	,219	,000	,003
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Taxa de Desemprego (2011)	Pearson Correlation	,277**	,665**	,655**	-,169*	,265**	,158*	-,476**	,297**	,297**	1	,461**	,323**	,441**	,168*	,446**	,387**	,089	,499**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,014	,000	,022	,000	,000	,000		,000	,000	,000	,015	,000	,000	,199	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (2011)	Pearson Correlation	,169*	,554**	,739**	-,084	,258**	,728**	-,768**	,239**	,396**	,461**	1	-,063	-,128	,215**	,052	,256**	,116	-,033
	Sig. (2-tailed)	,014	,000	,000	,227	,000	,000	,000	,000	,000	,000		,361	,063	,002	,451	,000	,091	,631
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Beneficiários do RSI (2011)	Pearson Correlation	-,074	,250**	,008	-,383**	-,112	,009	,142*	-,013	,061	,323**	-,063	1	,532**	,096	,455**	,179**	,208**	,260**
	Sig. (2-tailed)	,284	,000	,906	,000	,104	,892	,039	,852	,376	,000	,361		,000	,165	,000	,009	,002	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Famílias Monoparentais (2011)	Pearson Correlation	,050	,391**	,001	-,586**	-,059	-,291**	,377**	-,001	-,015	,441**	-,128	,532**	1	,125	,690**	,483**	,230**	,816**
	Sig. (2-tailed)	,471	,000	,994	,000	,391	,000	,000	,992	,825	,000	,063	,000		,070	,000	,000	,001	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de casais com 3 ou mais filhos (2011)	Pearson Correlation	,170*	,305**	,346**	-,009	,152*	,087	-,103	,198**	,198**	,168*	,215**	,096	,125	1	,067	,223**	-,079	,137*
	Sig. (2-tailed)	,013	,000	,000	,891	,027	,208	,136	,004	,004	,015	,002	,165	,070		,330	,001	,252	,047
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de população residente empregada ou estudante que utiliza transporte público (2011)	Pearson Correlation	,103	,565**	,203**	-,558**	-,015	-,150*	,046	,015	,051	,446**	,052	,455**	,690**	,067	1	,406**	,304**	,545**
	Sig. (2-tailed)	,134	,000	,003	,000	,830	,030	,503	,829	,457	,000	,451	,000	,000	,330		,000	,000	,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com contrato de renda social ou apoiada (2011)	Pearson Correlation	,063	,337**	,349**	-,206**	,039	,109	,004	,131	,085	,387**	,256**	,179**	,463**	,223**	,406**	1	,055	,159*
	Sig. (2-tailed)	,365	,000	,000	,003	,569	,115	,951	,057	,219	,000	,000	,009	,000	,001	,000		,426	,021
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Porporção de edifícios com necessidade de reparações ou muito degradados por localização geográfica (2011)	Pearson Correlation	-,091	,189**	,007	-,480**	-,134	,103	,045	,008	,279**	,089	,116	,208**	,230**	-,079	,304**	,055	1	,338**
	Sig. (2-tailed)	,190	,006	,914	,000	,051	,136	,514	,903	,000	,199	,091	,002	,001	,252	,000	,426		,000
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
Proporção de População Residente Estrangeira	Pearson Correlation	,104	,518**	,231**	-,331**	,018	-,268**	,085	,140*	,205**	,499**	-,033	,260**	,816**	,137*	,545**	,159*	,338**	1
	Sig. (2-tailed)	,134	,000	,001	,000	,795	,000	,220	,043	,003	,000	,631	,000	,000	,047	,000	,021	,000	
	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).
**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

B5.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSS

Hiperligação:https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/Eaaq5xNqgLpEl3-Ha5zVA8sBLXpCXsU9niFHBvoqhUfTHA

Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
Número de alojamentos de residência habitual sem saneamento (n)	*Proxy* de urbanização informal ou precária	2011	INE
Proporção da população com ensino superior completo	*Proxy* de qualificações e rendimento familiar reduzidos	2011	INE
Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%)	*Proxy* insucesso escolar/disfuncionalidades familiares	2011	INE

B5.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios em privação ou urbanização da pobreza (freguesia)

B6 – Privação ou urbanização da pobreza (subsecção)

Coefficients[a]

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	12475968399,870	10786547,972		1156,623	0,000		
	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados	-375683646,443	13558507,868	-,198	-27,708	,000	,633	1,580
	Taxa de Analfabetismo	83265798,164	13206097,812	,044	6,305	,000	,667	1,499
	Taxa de Desemprego da População Residente	262733054,501	14010538,862	,139	18,753	,000	,593	1,687

	Proporção de famílias clássicas com dois ou mais desempregados	-19049928,836	13202642,874	-,010	-1,443	,149	,668	1,498
	Média das habilitações académicas da população residente	-295546058,624	19897519,014	-,156	-14,853	,000	,294	3,403
	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados	-191235496,413	13151823,448	-,101	-14,541	,000	,673	1,487
	Proporção de famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos de idade	-19818560,585	12066584,233	-,010	-1,642	,101	,799	1,251
	Proporção de população residente pertencente aos grupos socioeconómicos 14 a 18	20449498,682	18354575,793	,011	1,114	,265	,345	2,895
	Proporção de população residente empregada ou estudante cujo principal meio de transporte é coletivo	-33023864,038	11896461,932	-,017	-2,776	,006	,822	1,216

	Proporção de alojamentos familiares não clássicos	9407599,615	10873598,528	,005	,865	,387	,984	1,016
	Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira	-92387788,672	12320743,976	-,049	-7,499	,000	,766	1,305
a. Dependent Variable: GEO_COD								

B6.1 - Teste de Tolerância e VIF (Variation Inflation Factor). Software IBM ® SPSS

Correlations

		Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (2011)	Taxa de Analfabetismo (2011)	Taxa de Desemprego da População Residente (2011)	Proporção de famílias clássicas com dois ou mais desempregados (2011)	Média das habilitações académicas da população residente (2011)	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (2011)	Proporção de famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos de idade (2011)	Proporção de população residente pertencente aos grupos socioeconómicos 14 a 18 (2011)	Proporção de população residente empregada ou estudante cujo principal meio de transporte é coletivo (2011)	Proporção de alojamentos familiares não clássicos (2011)	Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (2011)
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados (2011)	Pearson Correlation	1	,183**	,274**	,122**	-,269**	,393**	,356**	-,309**	,341**	,002	,377**
	Sig. (2-tailed)		,000	0,000	,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	,729	0,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Taxa de Analfabetismo (2011)	Pearson Correlation	,183**	1	,196**	,099**	-,549**	,187**	,232**	-,392**	,077**	,064**	,017**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000	0,000	,000	0,000	0,000	,000	,000	,005
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Taxa de Desemprego da População Residente (2011)	Pearson Correlation	,274**	,196**	1	,563**	-,328**	,302**	,105**	-,334**	,208**	,063**	,148**
	Sig. (2-tailed)	0,000	,000		0,000	0,000	0,000	,000	0,000	,000	,000	,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de famílias clássicas com dois ou mais desempregados (2011)	Pearson Correlation	,122**	,099**	,563**	1	-,176**	,234**	-,038**	-,164**	,112**	,029**	,098**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	0,000		,000	0,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Média das habilitações académicas da população residente (2011)	Pearson Correlation	-,269**	-,549**	-,328**	-,176**	1	-,373**	-,164**	,785**	-,201**	-,073**	-,069**
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	,000		0,000	,000	0,000	,000	,000	,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (2011)	Pearson Correlation	,393**	,187**	,302**	,234**	-,373**	1	,044**	-,360**	,307**	,072**	,348**
	Sig. (2-tailed)	0,000	,000	0,000	0,000	0,000		,000	0,000	0,000	,000	0,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de famílias clássicas unipessoais de indivíduos com 65 ou mais anos de idade(2011)	Pearson Correlation	,356**	,232**	,105**	-,038**	-,164**	,044**	1	-,227**	,152**	-,008	,063**
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	,000	,000	,000	,000		0,000	,000	,171	,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de população residente pertencente aos grupos socioeconómicos 14 a 18 (2011)	Pearson Correlation	-,309**	-,392**	-,334**	-,164**	,785**	-,360**	-,227**	1	-,260**	-,063**	-,192**
	Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	,000	0,000	0,000	0,000		0,000	,000	,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de população residente empregada ou estudante cujo principal meio de transporte é coletivo (2011)	Pearson Correlation	,341**	,077**	,208**	,112**	-,201**	,307**	,152**	-,260**	1	,022**	,236**
	Sig. (2-tailed)	0,000	,000	,000	,000	,000	0,000	,000	0,000		,000	0,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de alojamentos familiares não clássicos (2011)	Pearson Correlation	,002	,064**	,063**	,029**	-,073**	,072**	-,008	-,063**	,022**	1	,070**
	Sig. (2-tailed)	,729	,000	,000	,000	,000	,000	,171	,000	,000		,000
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150
Proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (2011)	Pearson Correlation	,377**	,017**	,148**	,098**	-,069**	,348**	,063**	-,192**	,236**	,070**	1
	Sig. (2-tailed)	0,000	,005	,000	,000	,000	0,000	,000	,000	0,000	,000	
	N	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150	28150

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

B6.2 – Cálculo da matriz de correlação de Pearson. Software IBM ® SPSS

Hiperligação:

https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ER-k3fP_YHBGu-7wR5Se3T8BtWHgqcvZr0izdRnvdlGfnA

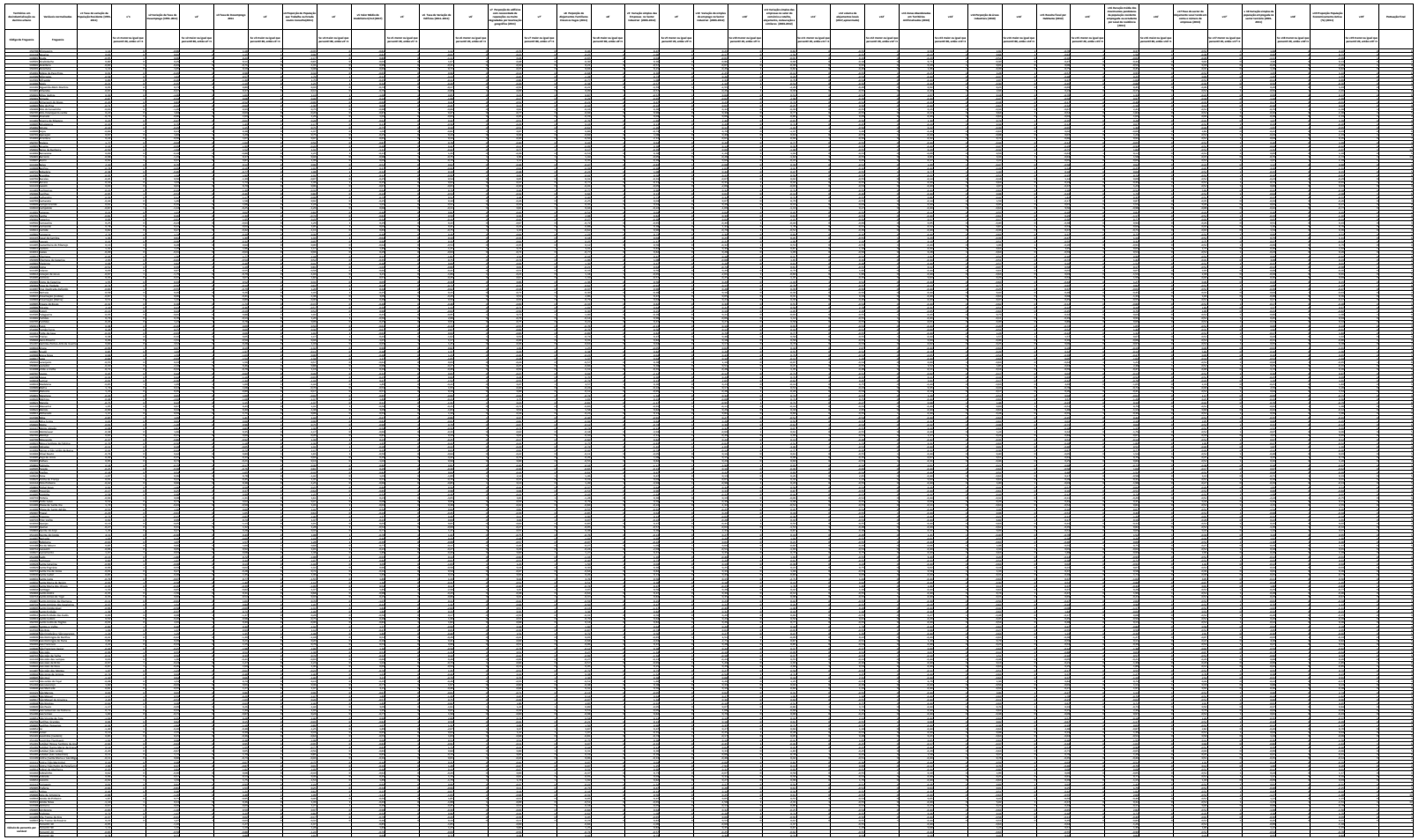
Variáveis eliminadas			
Variável	**Critério de justificação**	**Período**	**Fonte**
-	-	-	-

B6.3 – Variáveis eliminadas na tipologia territórios em privação ou urbanização da pobreza subsecção

ANEXO C – Cálculo de índices multivariáveis por tipologia [31]

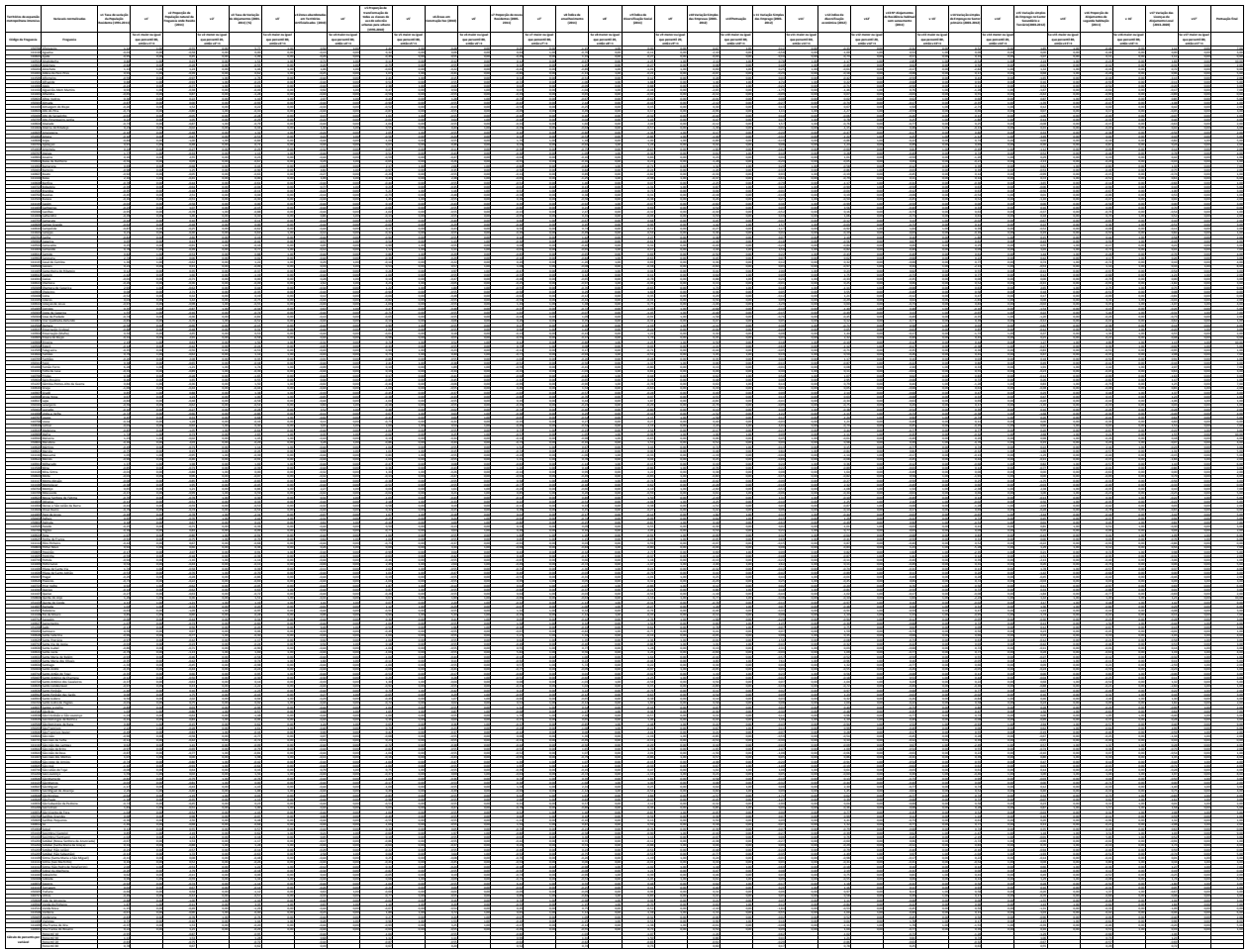
(páginas seguintes)

[31] Em certas tabelas, cuja extensão dificulta a leitura no formato A4, disponibilizam-se hiperligações.



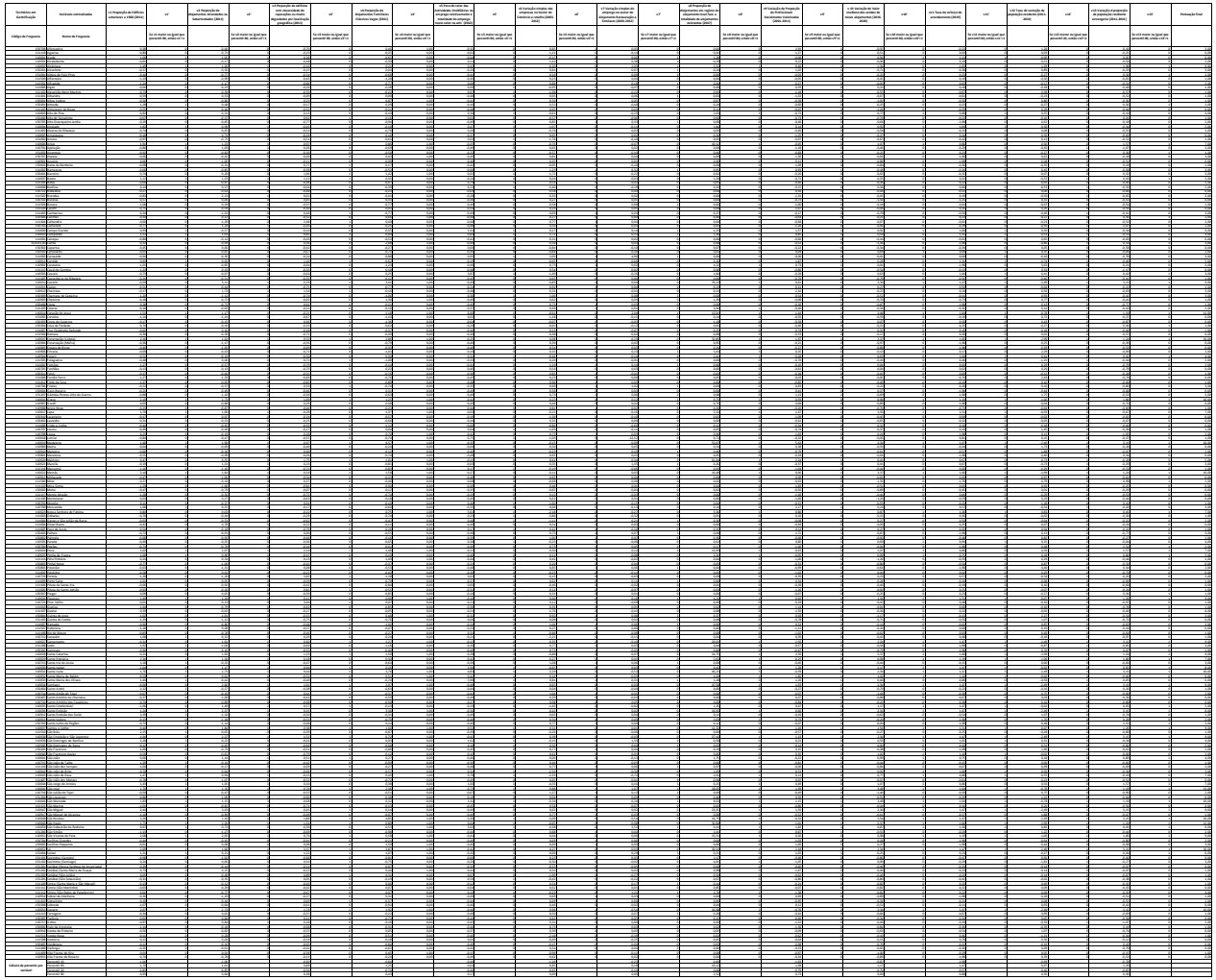
C1 – Cálculo do índice de desindustrialização e declínio urbano

Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ETyh_GEnQyJAkKtdifUSMpMBtUMnf6dmoMyDZrkhiF4VKA?e=u0bex3

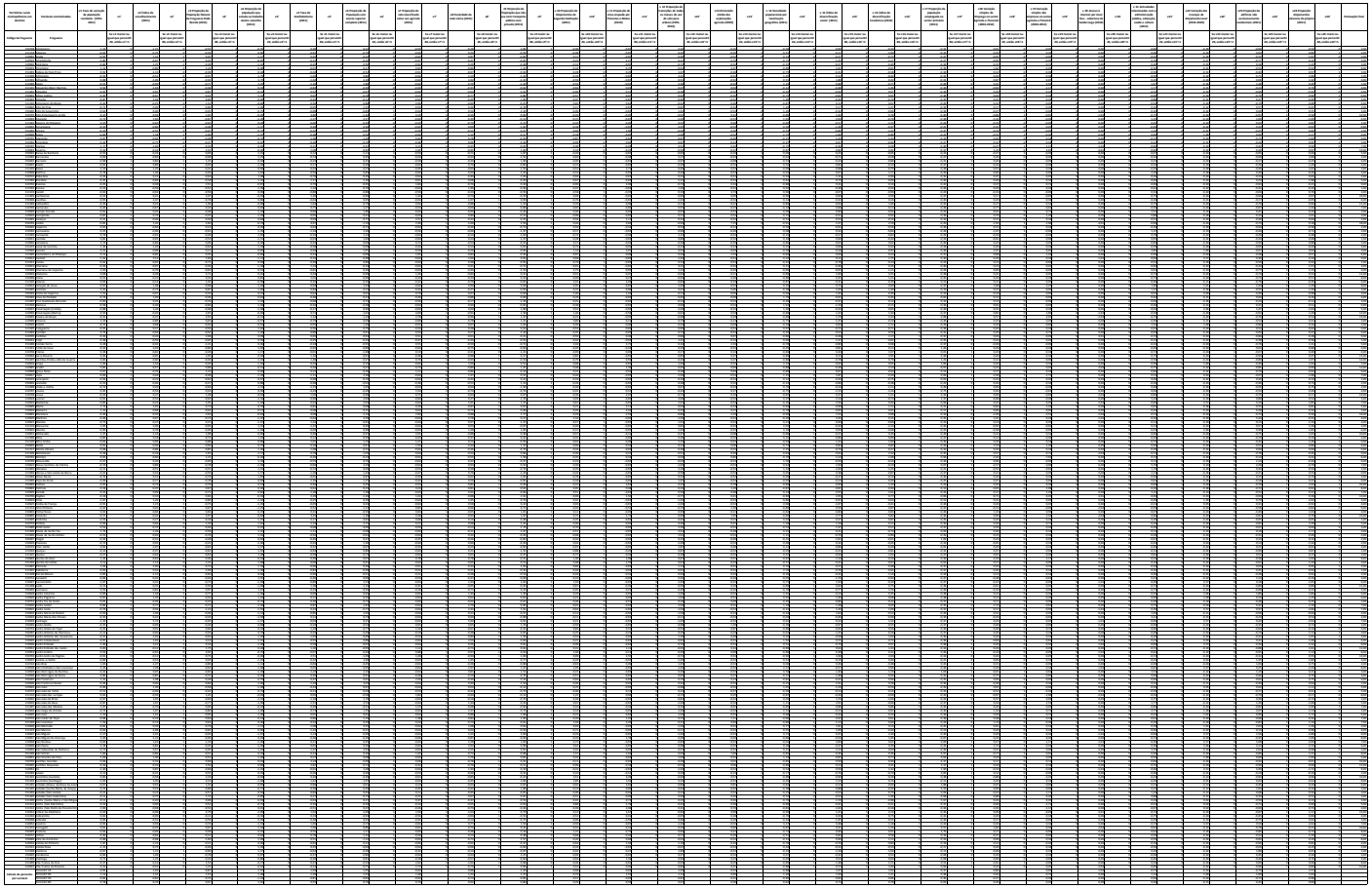


C2 – Cálculo do índice de expansão metropolitana intensiva

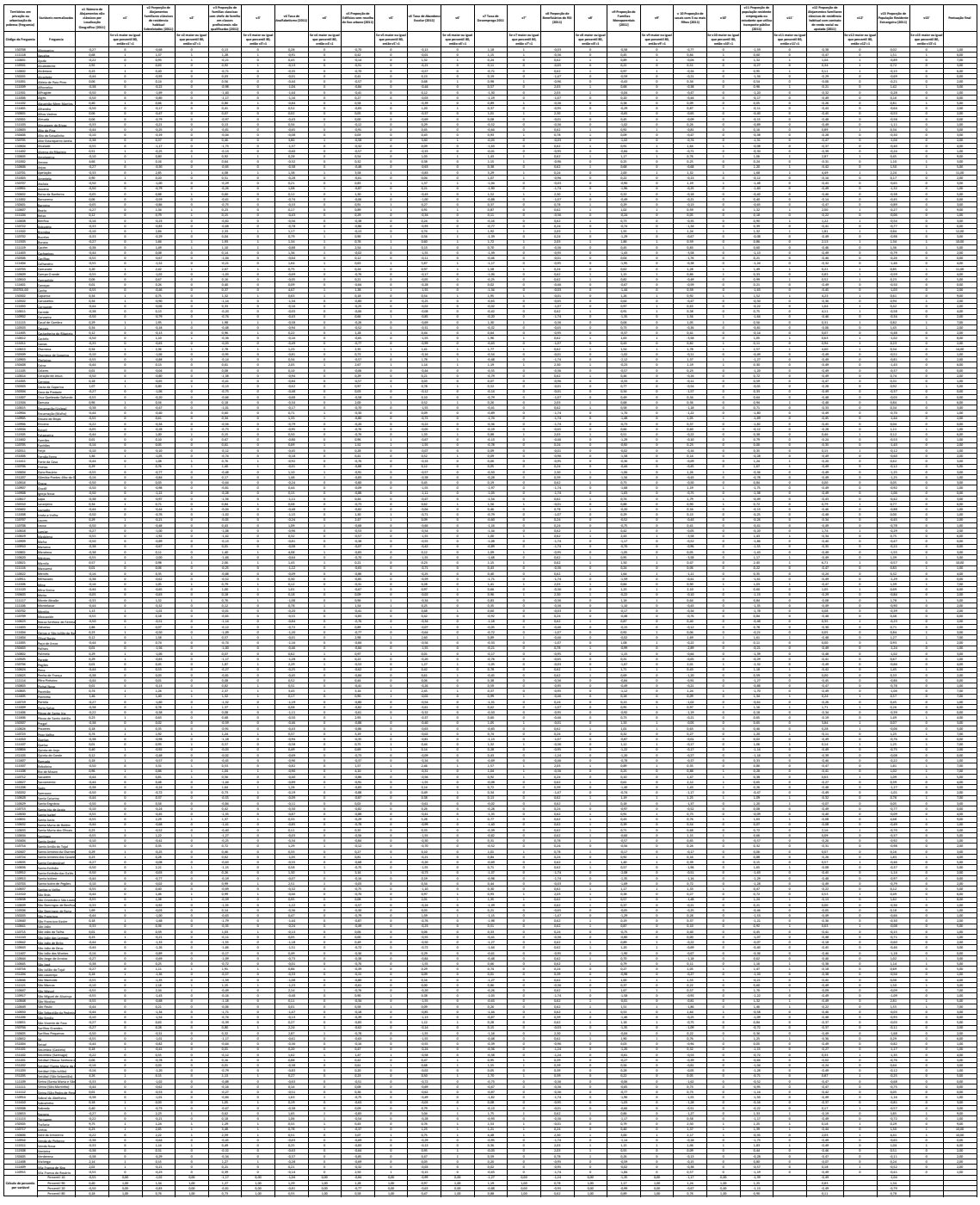
Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/EYyQxCrsRKVHvb0GMDUb_dgBZIr4nCyWSKqZICdEh91S8Q?e=44rsoV



C3 – Cálculo do índice de Gentrificação. Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/EbnPkny49lhEj3Vo78WOBl8B-3v49vG9rZ_rOaJ3KZsaOQ?e=4g9j4h



C4 – Cálculo do índice de declínio rural metropolitano. Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ETGOB-PuapRKmdWqgog9aR4Bwu3aH_ZXSTISPjBJuy_cPQ?e=ec0aVK



C5 – Cálculo do índice de privação e urbanização da pobreza (freguesia). Hiperligação: https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/EZiY-G5qIp1Ml3YsA6EenmUBDFR2OiG0ulXn168j2MzX-A?e=6VydcL

C6 – Devido à sua extensão o cálculo relativo ao índice de privação e urbanização da pobreza (subsecção) é apresentado exclusivamente através de hiperligação:

https://iscteiul365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/sfass_iscte-iul_pt/ESxxdhBkwRNJvXQMHuEhfJ8Bl0yCt_vdlg1L44uqCJ5_WQ?e=MlJmKa

ANEXO D – Entrevistas exploratórias à administração local. Guiões de referência por tipologia

D1 Territórios em desindustrialização ou declínio urbano

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Poder Local)

A1. Sociais (População, Qualidade de Vida e Bem-Estar)

1. Como caracteriza a freguesia em termos sociais e demográficos e como tem evoluído estas dimensões ao longo do tempo? (perdas de população, envelhecimento, emprego/desemprego, movimentos pendulares)

2. Como avalia o nível de rendimento e riqueza dos habitantes do território? Considera a freguesia desigual em termos socioeconómicos?

A.2 Económicos (Atratividade e Sectores de Atividade Económica)

3. Como caracteriza a freguesia do ponto de vista económico e como tem evoluído esta dimensão ao longo do tempo? (emprego, sectores de atividade económica, atratividade para localização de empresas, mobilização como destino turístico)

4. O sector industrial ainda é relevante na freguesia em termos de empresas/emprego ou tem perdido a sua importância?

5. Considerando o valor do imobiliário? Sente que este é relativamente baixo relativamente ao contexto metropolitano (AML). Qual tem sido a evolução?

6. Qual é a expressão dos serviços de proximidade do território e qual tem sido a sua evolução?

7. Qual tem sido a evolução do comércio local na freguesia? Tem-se expandido (inovado) ou retraído.

A.3 Físicos (Território)

8. Como caracteriza a freguesia relativamente ao seu território e ocupação do solo? Que desafios e oportunidades se colocam (nomeadamente áreas industriais abandonadas)?

9. Como caracteriza o parque habitacional da freguesia? (Alojamentos vagos, estado de conservação dos edifícios, perda de edifícios)?

10. Acha que a população desta freguesia está bem servida de infraestruturas básicas? Se não qual a causa inerente?

11. Nesta Freguesia existem situações de conflitualidade entre usos do solo, ou seja, conflitos entre atividades vizinhas?

A.4 Planeamento, Governança e Políticas Públicas.

12. Considera que existem problemas de planeamento territorial na freguesia?

13. Quais são as principais desafios/vulnerabilidades deste território (sociais, económicos, institucionais, físicos etc.)?

14. Que entraves sociais, económicos e políticos impedem o desenvolvimento da freguesia?

15. Existe uma visão de futuro para este território? Em que consiste essa visão?

16. Este território tem-se tornado mais ou menos sustentável?

17. Considera que o nível de investimento público/políticas públicas/planos em vigor permitem solucionar os problemas da freguesia?

18. Considera que os habitantes participam e se envolvem em atividades coletivas diretamente relacionadas com assuntos e problemas de natureza local? Como avalia a relação dos habitantes com o poder local?

19. Considera que freguesia/as suas populações estão no centro das preocupações no que concerne á atuação das autoridades públicas (Poder Político, Políticas, Legislação, Planos)?

20. Quais as suas expectativas relativamente a uma melhoria da freguesia no campo social, económico e institucional? Como gostaria de encontrar a freguesia em 2040?

D2 Territórios de Expansão Metropolitana Intensiva

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Poder Local)

A1. Sociais (População, Qualidade de Vida e Bem-Estar)

1. Como caracteriza a freguesia em termos sociais e demográficos e como tem evoluído estas dimensões ao longo do tempo? (naturalidade da população, atratividade populacional, envelhecimento, evolução das qualificações, emprego/desemprego)

4. Como avalia o nível de rendimento/riqueza dos habitantes do território? Considera a freguesia desigual em termos socioeconómicos?

14. Qual a expressão da diversidade social na freguesia?

16. Como avalia a qualidade de vida / bem-estar dos habitantes do território? Quais os fatores mais importantes que a determinam?

17. Qual é a expressão e o papel dos serviços de proximidade do território e qual tem sido a sua evolução?

18. Considera que a freguesia está bem servida de equipamentos? Se não qual a razão? (ex. Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Segurança)

A.2 Económicos (Atratividade e Sectores de Atividade Económica)

3. Como caracteriza a freguesia do ponto de vista económico e como tem evoluído esta dimensão ao longo do tempo? (emprego, diversidade dos sectores de atividade económica, atratividade para localização de empresas e emprego, mobilização como destino turístico)

24. O peso do sector Agrícola e Florestal ainda é relevante na freguesia em termos de empresas/emprego ou tem perdido a sua importância?

25. O território da freguesia tem captado emprego e empresas? Que desafios coloca esta procura?

28. Tem havido investimento no sector imobiliário na freguesia, nomeadamente o desenvolvimento de novas urbanizações com aporte de edifícios e alojamentos?

29. É expressiva a quantidade destes empreendimentos que ficou suspensa ou não concluída? Porque razões e com que causas? Que tipo de constrangimentos coloca esta situação?

A.3 Físicos (Território)

Como caracteriza a freguesia relativamente ao seu território e ocupação do solo? Que desafios e oportunidades se colocam?

34. Considera que tem ocorrido mudanças intensas na ocupação de solo nomeadamente na extensão de área urbanizada?

35. Esta extensão é/foi enquadrada no âmbito dos instrumentos de planeamento/legislação vigente ou tem um carácter essencialmente de génese ilegal? Quais as razões deste fenómeno?

36. Considera existirem problemas ambientais na freguesia. Se sim, quais e com que causas?

37. Considera que a população desta freguesia está bem servida de infraestruturas básicas nomeadamente redes de abastecimento de água e saneamento? Se não qual a causa inerente?

38. Qual a cobertura e o estado de conservação da rede viária? Apresenta constrangimentos?

39. Nesta Freguesia existem situações de conflitualidade entre usos do solo, ou seja, conflitos entre atividades vizinhas? (ex. Indústria/Agricultura/ Habitação/Reserva Ecológica)

A.4 Planeamento, Políticas Públicas, Expectativas.

40. Considera existirem nesta freguesia problemas de planeamento territorial?

41. Quais são os principais desafios/vulnerabilidades deste território (sociais, económicos, institucionais, físicos etc.)?

42. Existe uma visão de futuro para este território? Em que consiste essa visão?

43. Este território tem-se tornado mais ou menos sustentável?

44. Considera que o nível de investimento público/políticas públicas/planos em vigor permitem solucionar os problemas da freguesia?

45. Considera que os habitantes participam e se envolvem em atividades coletivas diretamente relacionadas com assuntos e problemas de natureza local? Como avalia a relação dos habitantes com o poder local?

46. Considera que freguesia/as suas populações estão no centro das preocupações no que concerne á atuação das autoridades públicas (Poder Político, Políticas, Legislação, Planos)?

47. Quais as suas expectativas relativamente a uma melhoria da freguesia no campo social, económico e institucional? Como gostaria de encontrar a freguesia em 2040?

D3 Territórios em Gentrificação

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Poder Local)

A1. Sociais (População, Qualidade de Vida e Bem-Estar)

1. Como caracteriza a freguesia em termos sociais e demográficos e como tem evoluído estas dimensões ao longo do tempo? (perdas de população/novos residentes, envelhecimento, emprego/desemprego, incremento das qualificações da população)

2.Qual o grau de atratividade da freguesia? Quem são os seus novos residentes?

3. A população residente estrangeira tem uma expressão considerável? Se sim, de que países são originários e porque razões se estabelecem na freguesia?

4. Qual o principal regime de uso das habitações existentes? (Habitação Permanente/Alojamento local/Arrendamento de longa duração)?

5. Como avalia o nível de rendimento e riqueza dos habitantes da freguesia? Considera a freguesia desigual em termos socioeconómicos?

6. Qual a expressão da diversidade social na freguesia?

7. Como avalia a qualidade de vida / bem-estar dos habitantes do território?

A.2 Económicos (Atratividade e Sectores de Atividade Económica)

8. Como caracteriza a freguesia do ponto de vista económico e como tem evoluído esta dimensão ao longo do tempo? (sectores de atividade económica, emprego, atratividade para localização de empresas, mobilização como destino turístico)

9. Qual a dinâmica do sector imobiliário e que desafios coloca?

10. Considerando a capacidade de mobilização deste território como destino turístico. Como tem evoluído esta dimensão nos anos mais recentes e que oportunidade/constrangimentos implica?

11. Quais os principais atores (sociais, económicos, políticos e institucionais) responsáveis por esta transformação?

12. Quais os sectores de atividade económica mais importantes na freguesia e quais é que se tem retraído/ou sido substituídos (empresas/emprego, ex. sector industrial) e porque razões?

13. Qual tem sido a evolução das atividades restauração/comércio local na freguesia? Tem-se expandido (inovado), transformado ou retraído?

A.3 Físicos (Território)

14. Como caracteriza a freguesia relativamente ao seu território e ocupação do solo (dinâmicas do parque edificado, envelhecimento/requalificação/alojamentos vagos)? Que desafios e oportunidades se colocam?

15. Nesta Freguesia existem situações de conflitualidade entre usos, ou seja, conflitos entre atividades ou utilizações vizinhas?

A.4 Planeamento, Políticas Públicas, Expectativas.

16. Considera existirem problemas na planeamento territorial nesta freguesia?

17. Quais são os principais desafios/vulnerabilidades deste território (sociais, económicos, institucionais, físicos etc.)?

18. Que entraves sociais, económicos e políticos impedem o desenvolvimento da freguesia?

19. Existe uma visão de futuro para este território? Em que consiste essa visão?

20. Este território tem-se tornado mais ou menos sustentável?

21. Considera que o nível de investimento público/políticas públicas/planos em vigor permitem solucionar os problemas da freguesia?

22. Considera que freguesia/as suas populações estão no centro das preocupações no que concerne á atuação das autoridades públicas (Poder Político, Políticas, Legislação, Planos)?

23. Considera que os habitantes participam e se envolvem em atividades coletivas diretamente relacionadas com assuntos e problemas de natureza local? Como avalia a relação dos habitantes com o poder local?

24. Quais as suas expectativas relativamente a uma melhoria da freguesia no campo social, económico e institucional? Como gostaria de encontrar a freguesia em 2040?

D4 Territórios Rurais Metropolitanos em Declínio

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Poder Local)

A1. Sociais (População, Qualidade de Vida e Bem-Estar)

1. Como caracteriza a freguesia em termos sociais e demográficos e como tem evoluído estas dimensões ao longo do tempo (nº residentes, envelhecimento, atratividade populacional, naturalidade da população, qualificações, analfabetismo, emprego/desemprego)?

2. A população trabalha maioritariamente na/ou freguesia (s) vizinhas ou a expressão dos movimentos pendulares é relevante?

3. Existem fenómenos de isolamento ou dificuldades de mobilidade na freguesia? (cobertura de transportes públicos ou aquisição/utilização de transporte privado)

4. Qual o grau de dependência da população da freguesia em subsídios públicos? E que subsídios são estes?

5. Como avalia o nível de rendimento/riqueza dos habitantes do território? É maior ou menor do que na envolvente? Considera a freguesia desigual em termos socioeconómicos?

6. Qual a expressão das atividades informais/atividades de autossubsistência na freguesia? Quais as suas causas?

7. Como avalia a qualidade de vida / bem-estar dos habitantes do território? Quais os fatores mais importantes que a determinam?

8. Qual é a expressão e o papel dos serviços de proximidade do território e qual tem sido a sua evolução?

9. Qual é o grau de cobertura de comunicações móveis e digitais na freguesia? Considera que existem problemas de infoexclusão na freguesia?

10. Considera que a freguesia está bem servida de equipamentos? Se não qual a razão? (ex. Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Segurança)

A.2 Económicos (Atratividade e Sectores de Atividade Económica)

11. Como caracteriza a freguesia do ponto de vista económico e como tem evoluído esta dimensão ao longo do tempo? (fontes de emprego na freguesia, sectores de atividade económica, competitividade, remunerações, atratividade para localização de empresas, mobilização como destino turístico)

12. O peso do sector Agrícola e Florestal ainda é relevante na freguesia em termos de empresas/emprego ou tem perdido a sua importância? Se perdeu importância, quais as causas/ desafios/problemas decorrentes deste fenómeno?

13. Tem havido investimento no sector imobiliário na freguesia, nomeadamente o desenvolvimento de novas urbanizações?

14.Qual a expressão das residências de segunda habitação na freguesia?

A.3 Físicos (Território)

15. Como caracteriza a freguesia relativamente ao seu território e ocupação do solo? Que desafios e oportunidades se colocam?

16. Qual o nível de serviço de infraestruturas na freguesia, nomeadamente redes de distribuição de água e saneamento (cobrem toda a freguesia)? Se é baixo quais as razões desta insuficiência?

17. Qual a cobertura e o estado de conservação da rede viária?

18. Tem existido abandono das atividades agrícolas e expansão do coberto florestal e dos matos? Se sim, que vulnerabilidades e desafios colocam este contexto (ex. nomeadamente em matéria de incêndios e segurança das populações)?

19. Nesta Freguesia existem situações de conflitualidade entre usos do solo, ou seja, conflitos entre atividades vizinhas?

A.4 Planeamento, Políticas Públicas, Expectativas.

20. Considera existirem problemas de planeamento territorial na freguesia?

21. Quais são os principais desafios/vulnerabilidades deste território (sociais, económicos, institucionais, físicos etc.)?

22. Que entraves sociais, económicos e políticos impedem o desenvolvimento da freguesia?

23. Existe uma visão de futuro para este território? Em que consiste essa visão?

24. Este território tem-se tornado mais ou menos sustentável?

25. Considera que o nível de investimento público/políticas públicas/planos em vigor permitem solucionar os problemas da freguesia?

26. Considera que os habitantes participam e se envolvem em atividades coletivas diretamente relacionadas com assuntos e problemas de natureza local? Como avalia a relação dos habitantes com o poder local?

27. Considera que freguesia/as suas populações estão no centro das preocupações no que concerne á atuação das autoridades públicas (Poder Político, Políticas, Legislação, Planos)?

28. Quais as suas expectativas relativamente a uma melhoria da freguesia no campo social, económico e institucional? Como gostaria de encontrar a freguesia em 2040?

D5 Territórios de Privação e Urbanização da Pobreza

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Poder Local)

A1. Sociais (População, Qualidade de Vida e Bem-Estar)

1. Como caracteriza a freguesia em termos sociais e demográficos e como tem evoluído estas dimensões ao longo do tempo? (atratividade da freguesia, população jovem/envelhecida, tipos de núcleos familiares, emprego/desemprego, qualificações da população, principais classes profissionais, abandono escolar)

2. Como avalia o nível de rendimento/riqueza dos habitantes do território? Considera a freguesia desigual em termos socioeconómicos?

3. Considera que existem zonas de vulnerabilidade social no contexto da freguesia (bolsas de desemprego, abandono escolar, dependência de subsídios públicos)? Quais os principais dificuldades e constrangimentos destas populações?

4. Tem conhecimento da existência de bairros informais na freguesia? Se sim qual a importância deste fenómeno, quais as suas razões e que desafios acarreta?

5. Qual o poder aquisitivo da população no que concerne ao imobiliário? São maioritariamente proprietários ou arrendatários?

6. Como avalia a qualidade de vida / bem-estar dos habitantes do território? Quais os fatores mais importantes que a determinam?

7. Qual é a expressão e o papel dos serviços de proximidade do território e qual tem sido a sua evolução (ex. transportes públicos/recolha de lixo cobre toda a freguesia)?

8. Considera que a freguesia está bem servida de equipamentos? Se não qual a razão? (ex. Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Segurança)

A.2 Económicos (Atratividade e Sectores de Atividade Económica)

9. Como caracteriza a freguesia do ponto de vista económico e como tem evoluído esta dimensão ao longo do tempo? (emprego, sectores de atividade económica, remunerações)

10. Considerando o valor do imobiliário? Como o caracteriza relativamente ao restante contexto metropolitano (AML). Qual tem sido a evolução?

A.3 Físicos (Território)

11. Como caracteriza a freguesia relativamente ao seu território e ocupação do solo? Que desafios e oportunidades se colocam?

12. Qual o nível de serviço de infraestruturas na freguesia, nomeadamente redes de distribuição de água e saneamento (cobrem toda a freguesia)? Se é baixo quais as razões desta insuficiência?

13. É possível identificar áreas de hortas de subsistência na freguesia? A que se encontra associado este fenómeno?

14. Nesta Freguesia existem situações de conflitualidade entre usos do solo, ou seja, conflitos entre atividades vizinhas?

A.4 Planeamento, Políticas Públicas, Expectativas.

15. Quais são os principais desafios/vulnerabilidades deste território (sociais, económicos, institucionais, físicos etc.)?

16. Que entraves sociais, económicos e políticos impedem o desenvolvimento da freguesia?

17. Existe uma visão de futuro para este território? Em que consiste essa visão?

18. Este território tem-se tornado mais ou menos sustentável?

19. Considera que o nível de investimento público/políticas públicas/planos em vigor permitem solucionar os problemas da freguesia?

20. Considera que os habitantes participam e se envolvem em atividades coletivas diretamente relacionadas com assuntos e problemas de natureza local? Como avalia a relação dos habitantes com o poder local?

21. Considera que freguesia/as suas populações estão no centro das preocupações no que concerne á atuação das autoridades públicas (Poder Político, Políticas, Legislação, Planos)?

22. Quais as suas expectativas relativamente a uma melhoria da freguesia no campo social, económico e institucional? Como gostaria de encontrar a freguesia em 2040?